Guerras continuam gerando sua desenfreada multidão de vítimas mundo afora, e ampliando crises humanitárias, sociais, econômicas, ambientais e sanitárias sem precedentes

América Latina: CELAC realiza 10ª. Cúpula de Presidentes e Cúpula CELAC-África na Colômbia, Mercosul completa 35 anos e Pantanal sedia COP15 sobre Convenção sobre Espécies Migratórias de Animais Selvagens da ONU

Na 'Estante 4' leituras imprescindíveis: Livro Verde, do Ministério da Saúde, sobre 'Indicadores Básicos para a Saúde no Brasil'; e da OMS sobre 'Saúde de Migrantes e Refugiados', entre outras

#4
18 A 31 DE MARÇO DE 2026

15 ANOS CRIS · 10 ANOS CENTRO COLABORADOR OMS-OPAS

Cadernos

FIOCRUZ DE SAÚDE GLOBAL E DIPLOMACIA DA SAÚDE

PUBLICAÇÃO DIGITAL

FIOCRUZ / VPSGRI / OBSERVATÓRIO DE SAÚDE GLOBAL E DIPLOMACIA DA SAÚDE

FIOCRUZ 125 ANOS DE CIÊNCIA E SAÚDE PELA VIDA

SUMÁRIO

04 – Sumário Executivo – *Paulo M. Buss, Erica Kastrup e Fabiane Gaspar*

Sistema Nações Unidas

23 – Coalizão Global para a Produção Local e Regional, Inovação e Acesso Equitativo busca projetos sobre dengue para ampliar acesso de populações vulneráveis à saúde

27 – O Conselho de Segurança permitiu poder e brutalidade sem controle: para proteger a paz, precisamos reformar a ONU – *Luiz Inácio Lula da Silva*

29 – O lento esfolar da desumanização – *Santiago Alcázar*

34 – O poder progressivo dos dados e algoritmos e seu efeito na perda de vidas humanas devido a tensões geopolíticas, gastos militares e injustiça global – *Juan Garay*

38 – Quais as consequências da arquitetura do sistema internacional de dívidas e créditos sobre os direitos econômicos, sociais e culturais? – *Armando De Negri Filho e Fabiane Gaspar*

54 – Entre impasses globais e avanços regionais: os desafios da governança da saúde global – *Luana Bermudez, Paula Reges* e *Luiz Augusto Galvão*

58 – Quando Clima, Saúde e Biodiversidade Colidem: Um Alerta Global **–** *Danielly de P. Magalhães e Luiz Augusto Galvão*

67 – O Mundo do Trabalho e a Guerra: desvelando múltiplas crises a partir do Relatório da OIT sobre emprego e trabalho decente para a paz e a resiliência – *Frederico Peres*

79 – Da resposta às catástrofes climáticas no Brasil às crises prolongadas no continente africano: um panorama da migração e do refúgio ao redor do mundo – *Rafael Gomes França, Giacomo Giannelli, Júlia Moraes, Marina Sujkowski e Deisy de Freitas Lima Ventura*

85 – A Comissão sobre a Situação da Mulher (CSW 70) – *Natália Sevilha Stofel, Maria Teresa Rossetti Massari, Priscilla Paiva Gê Vilella dos Santos e Maria Auxiliadora Souza Mendes Gomes*

90 – A captura privada e a financeirização da agenda global da segurança alimentar e nutricional – *Eduardo Nilson e Denise Oliveira e Silva*

108 – UNESCO Brasil 2025: cultura e informação – *Gisele Sanglard, Heliton Barros, Vitor Rodrigues e Fabiane Gaspar*

115 – As Reuniões Anuais do BID 2026 – *Isis Pillar Cazumbá*

119 – Bancos Regionais de Desenvolvimento na última Reunião CELAC-África – *Laura Tavares Soares*

129 – Resultados da MC14 da OMC e Proteção de Conhecimentos Tradicionais – *Claudia Chamas e Bernardo Bahia Cesário*

Movimentos sociais globais e saúde

138 – Policrises e silêncios estratégicos: a saúde global sob a ótica da sociedade civil – *Tatiana Cerqueira Machado Medrado, Marciglei Brito Morais, Ana Carol Aldapi Vaquera, Patrícia Lewis Carpio, Diana Zeballos, Laurenice Pires, Matheus dos Santos da Silveira, Jesús Enrique Patiño Escarcina, Renan Amaral Oliveira e Luis Eugênio de Souza*

156 – 20,1 trilhões de dólares e um genocídio: o preço do imperialismo necrófilo – *Rafaela Venturella De Negri e Armando De Negri Filho*

Territórios, multilateralismos regionais e grupos de países

170 – O despertar do Sul Global – *Regina Ungerer, Erica Kastrup e Rychard de Lima Monteiro*

192 – G20, G7 e OCDE – Defesa da democracia e dos direitos laborais: Agenda L20 frente ao minimalismo do G20. G7 sob Pressão: Tensões Diplomáticas e a Escalada da Guerra do Irã. Projeções para a economia mundial, desenvolvimento e saúde na agenda da OCDE – *Pedro Burger, Vitória Kavanami, Thaiany Medeiros Cury, Nina Bouqvar e João Miguel Estephanio*

204 – BRICS, a geopolítica e o papel da China: o conflito destacou a necessidade de os BRICS acelerarem a transição para as energias renováveis; mudarem para o pagamento do petróleo em moedas locais; e a operacionalizarem uma plataforma de pagamentos do grupo **–** *Claudia Hoirisch*

211 – América Latina 2026: Entre polarização política, pressão social e persistentes desigualdades em saúde – *Sebastián Tobar e Sâmia de Brito*

222 – Declaración de Bogotá – X Cumbre de Jefas y Jefes de Estado y de Gobierno de la Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños (CELAC)

230 – Comunicado Conjunto dos Copresidentes do Primeiro Fórum de Alto Nível CELAC-África

232 – Discurso do presidente Lula na 10ª Cúpula da CELAC

236 – Pronunciamento do presidente Lula na Reunião de Chefes de Estado CELAC-África

243 – Longe de vista. Que perigo! – *Augusto Paulo Silva, Manuel Mahoche, Tomé Cá, Felix Rosenberg*

253 – A Europa entre Acordos Comerciais e Tensões Globais – *Ana Helena Gigliotti de Luna Freire*

258 – Mulheres na Ásia e no Oriente Médio: uma combinação de desafios e oportunidades – *Lúcia Marques*

270 – Assegurando os riscos em C&T – *André Costa Lobato, Anabela Santiago, Alexandra Rodrigues Sanches, Bruno Neves e Giovana Guiciard*

285 – Atualização Estados Unidos – *Luiz Augusto Galvão*

290 – Determinantes geopolíticos da saúde: uma chamada à reflexão e à ação – *Deisy Ventura*

293 – Estante de livros, vídeos e outros que tais

296 – Editores e autores dos cadernos

301 – Produtos do Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde

302 – Ficha catalográfica

Cadernos FIOCRUZ de Saúde Global e Diplomacia da Saúde 04/2026

18 a 31 de março de 2026

Sumário Executivo

O mundo continua em suspense com os possíveis desdobramentos da guerra dos EUA e Israel contra o Irã e com as já devastadoras consequências sobre a economia global. Mas não só. Os impactos sobre a saúde humana e planetária são também profundamente nocivos e continuam sendo amplamente documentados. Mortos, feridos e sequelados, com números assustadores sobre populações civis, de crianças, mulheres e idosos, implicam que estes Cadernos tenham que continuar tratando do tema desde o primeiro parágrafo do fascículo. Num mundo assolado por guerras, mortes, feridos, sequelados e territórios arrasados, não há como deixar de ter este tema dramático como foco central num Caderno quinzenal que trata da saúde global e da diplomacia da saúde (ler abaixo e em informes autorais neste fascículo).

Entretanto, também há boas notícias no cenário da saúde global e diplomacia da saúde. Uma delas vem do Brasil, e se refere à questão crítica dos insumos para a saúde, ferida deixada à mostra durante a pandemia de Covid-19, quando os países mais ricos do mundo se apropriaram da maior parte dos insumos necessários, deixando ao léu países em desenvolvimento quanto a vacinas, diagnósticos e outros recursos necessários para enfrentar a pandemia. Trata-se da ***Coalizão Global para a Produção Local e Regional, Inovação e Acesso Equitativo,*** estabelecida com a assinatura da Carta de Genebra, em 20 de maio de 2025, durante a 78ª Assembleia Mundial da Saúde. O objetivo é colocar em pauta questões emergentes e desafios interconectados: a concentração da capacidade de ciência, P&D e de produção nas áreas de ciências da vida, tecnologia e saúde, em um pequeno número de países; cadeias de suprimentos frágeis; assimetrias regulatórias; e integração limitada entre inovação, produção e acesso, particularmente em países de baixa e média renda.

A iniciativa surge do compromisso com a superação das iniquidades em saúde agravadas na pandemia de Covid-19, avançando com a proposta de um novo modelo de produção e acesso à inovação para tecnologias essenciais de saúde, como vacinas, terapias e diagnósticos para doenças negligenciadas e pessoas vivendo em condições de vulnerabilidade.

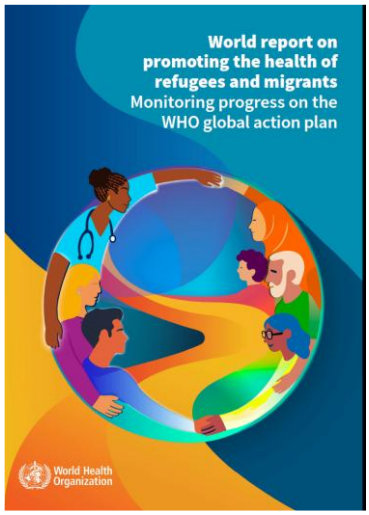
Em 24 de março, na Fiocruz, a Coalização lançou sua primeira chamada, voltada para o flagelo da **dengue,** conforme os leitores podem conhecer no artigo especial preparado pelo MS e Fiocruz, divulgado neste fascículo.

As guerras e os impactos socioeconômicos, ambientais e sobre a saúde humana

A **Organização Mundial da Saúde**, cumprindo seu indelegável papel da autoridade sanitária mundial, acompanha as diversas situações que se apresentam, procurando manter seus estafes e o mundo mobilizados para reduzir ao máximo as consequências das guerras sobre a saúde humana e planetária.

A OMS emitiu, a 26/03, informe sobre o que chamou *de escalada do conflito no Oriente Médio* https://cdn.who.int/media/docs/default-source/middle-east-situation-report/middle-east-conflict-global-situation-report-26-march-2026.pdf?sfvrsn=600e236_7&download=true, no qual reporta que no *Irã* as estimativas são de 3.200.000 de deslocados, 23.061 feridos e 1.825 mortos. No *Líbano*, os

números são de 1.049.328 de deslocados; 3.119 feridos e 1.094 mortos. No *Iraque* são 300 feridos e 70 mortos, e em *Israel*, 4.829 feridos e 19 mortos. Ataques sobre serviços de saúde, verificados pela OMS, foram 21 no Irã, 65 no Líbano e 6 em Israel, que resultaram em 21 trabalhadores de saúde mortos no Irã e 65 no Líbano. O informe da OMS traz ainda informações sobre as situações no Iraque, Síria, Arábia Saudita, Kwait, Barein, Oman e Catar.



Grande número de tais deslocados está abrigado em centros de acolhimento coletivos superlotados, em condições de saúde pública precárias. A saúde dos deslocados, refugiados e migrantes é sempre a mais afetada pela sua situação de flagrante vulnerabilidade. Por isso, os Cadernos saúdam a OMS pelo oportuno lançamento do *Relatório Global sobre Promoção da Saúde de Refugiados e Migrantes* cujo resumo pode ser encontrado na secção Estante e está acessível em: https://www.who.int/publications/i/item/9789240117747

Nota paralela: numa linha totalmente oposta à proteção de migrantes, e ignorando a história europeia de emigrantes para diversos países do mundo, o Parlamento Europeu endurece contra os imigrantes, com a criação dos "centros de retorno" para enviar "ilegais" para fora da União Europeia – por proposta de eurodeputados de direita, extrema-direita e alguns ditos centristas. Ainda a este respeito, acrescente-se que, longe de casa, milhões de trabalhadores migrantes no Golfo estão presos pela guerra. Em 2019, a OIT estimava que havia mais de 24 milhões de trabalhadores migrantes somente na região — normalmente empregados em empregos de baixa remuneração na construção civil, tarefas domésticas, navegação e cuidados.

Voltando à guerra dos Estados Unidos e de Israel contra o Irã: o conflito, iniciado há 1 mês (28/02), que Trump anunciou que duraria no máximo 3-4 semanas, se intensificou no último fim de semana, com ataques a instalações de infraestrutura, ao mesmo tempo que diplomatas da região mantinham negociações.

Enquanto aviões de guerra americanos e israelenses continuavam a bombardear Teerã e outras cidades iranianas, e mais 3.500 soldados americanos com treinamento especializado para desembarques e ataques anfíbios chegavam à região, o Irã retaliou com uma série de ataques com mísseis e drones contra Israel e os países aliados dos EUA no Golfo. O presidente dos EUA, Donald Trump, afirmou na quinta-feira (26/03) que ampliou para dez dias o prazo do ultimato para que o Irã permita a livre circulação de navios de carga pelo Estreito de Ormuz; caso contrário, os EUA bombardeariam suas usinas de energia. Na semana passada, Washington enviou a Teerã, por meio de mediadores paquistaneses, um plano de 15 pontos para parar a guerra. Mas os líderes iranianos rejeitaram as condições de Trump e apresentaram exigências próprias para encerrar o conflito.

Comandos militares do Irã acusam os EUA de que as iniciativas diplomáticas que mencionamos acima, são simulações, visando ganhar tempo para organizar operações militares terrestres na república islâmica, o que certamente agravaria e estenderia a guerra, produzindo mais mortes, feridos e sequelados entre os militares, mas também entre civis indefesos, como crianças, mulheres e idosos. Trump disse que quer "tomar o petróleo do Irã", e poderia capturar o centro de exportação da Ilha de Kharg, enquanto os EUA intensificam o envio de navios aviões e soldados ao Oriente Médio.

No outro lado da península arábica, rebeldes houthis do Iêmen parecem ter entrado na guerra, disparando mísseis contra Israel no fim de semana, os primeiros ataques do movimento militante apoiado pelo Irã desde o início da guerra. O grupo ameaça ampliar os transtornos para o transporte marítimo de carga no Mar Vermelho, com ataques no estreito de Babelmândebe, que liga o mar Vermelho ao oceano Índico via golfo de Áden.

Por outro lado, o *meio ambiente na região* já está irremediavelmente afetado, com repercussões sobre a saúde humana que durarão décadas. Contaminação do ar e da água – já de difícil acesso na região – sofrem com as nuvens tóxicas produzidas pelos bombardeios incessantes. Instalações de armazenamento de petróleo e refinarias no Irã foram atingidas, provocando incêndios e aumentando as preocupações com a qualidade do ar e os riscos associados à saúde pública. Incêndios em instalações petrolíferas liberam poluentes tóxicos que podem afetar a saúde respiratória e contaminar o ar e a água.

Na *economia global*, o mundo toma medidas contra a disparada do preço do barril de petróleo desde o início do conflito no Oriente Médio. A reação do governo brasileiro de reduzir os impostos sobre o diesel e a criação de um programa de subvenção destinado a produtores e importadores do combustível também está sendo adotado em mais de 40 países. Este aumento dos preços da energia ampliam a inflação e reduzem o acesso a bens essenciais para a qualidade de vida e a saúde de amplos segmentos da população.

A guerra no Oriente Médio e envolvimentos militares do governo Trump mundo afora estão cada vez mais impopulares nos EUA. Estimadas 9 milhões de pessoas saíram à rua em todos os EUA – e em menor escala em todo o mundo – no sábado (20/03), para *protestar contra o Presidente dos EUA, Donald Trump,* em relação ao que consideram ser seu estilo autoritário de governança, políticas de imigração de linha dura, negação das alterações climáticas e a guerra com o Irã. Foram mais de 3.100 eventos nas principais cidades, subúrbios e zonas rurais do país. É a terceira vez em menos de um ano que as pessoas protestam nos EUA como parte de um movimento de base chamado *"*No Kings*".*

Para diversos analistas políticos a disjuntiva se coloca: ou EUA-Israel expandem a guerra, invadindo o Irã por terra, com perdas de soldados americanos, ou os EUA se retira da guerra declarando vitória, sem sequer conseguir liberar Ormuz, embora Israel talvez não parasse os ataques contra o Irã. Ou seja, pode ocorrer que depois de milhares de mortos, feridos e sequelados, e bilhões de dólares em gastos militares (que deixaram de ir para objetivos bem mais nobres), tudo volte ao que era.

Dezenas de países, incluindo o Brasil, continuam protestando contra a guerra nas Nações Unidas, pedindo moderação e negociações. Contudo, as reuniões do Conselho de Segurança têm sido utilizadas apenas para ataques mútuos entre as potências, Israel, o Irã etc. O presidente Lula tem feito declarações enfáticas e críticas às Nações Unidas, particularmente contra o Conselho de Segurança no seu formato e regras atuais, incluindo a publicação de artigo no jornal *The Guardian* de 30/03, que foi traduzido ao português e está publicado neste fascículo.

A gravidade da situação no Oriente Médio é tamanha que ofuscou *outras guerras* em curso, como, por exemplo, aquela que estalou entre *Paquistão e Afeganistão*; e a sangrenta *guerra na Ucrânia*, que seria resolvida nos primeiros meses, segundo declarava Trump ao assumir, e que completou 4 anos, com milhares de vítimas e sequelados.

O que dizer, então, das guerras que continuam ceifando vidas e gerando sofrimentos em regiões menos nobres, politicamente, como os conflitos de brutais impactos humanitários nas *guerras esquecidas no continente africano*, particularmente no Sahel, e em especial no Sudão, sobre o qual a OMS tem feito alertas e pedidos candentes, face à imensa crise humanitária no país, depois de mais de 1.000 dias de guerra ininterrupta (ver: https://www.who.int/emergencies/situations/sudan-emergency e https://www.who.int/news/item/09-01-2026-sudan-1000-days-of-war-deepen-the-world-s-worst-health-and-humanitarian-crisis).

Geopolítica global além das guerras

A ***14ª. Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC)***, em Camarões, terminou na segunda-feira (30/03) sem acordos sobre temas-chave, como a reforma da entidade, o comércio eletrônico e a agricultura, em meio a fortes tensões entre Índia, Brasil e Estados Unidos. Com o fracasso nas negociações, a moratória da OMC que isenta o comércio eletrônico de tarifas, em vigor desde 1998, chegou ao fim. Um duro revés para os países desenvolvidos que desejavam a renovação da medida, começando pelos Estados Unidos (ver artigo de ***Chamas e Cesário*** neste fascículo).

Reunião sobre Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS)

A ***IX Reunião Ministerial da ZOPACAS (Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul)***, vai se realizar nos dias *8 e 9 de abril de 2026*, no *Rio de Janeiro*, por iniciativa do Brasil. É um dos mais admirados acordos regionais de paz, que estabelece o *Atlântico Sul* como *zona de paz,* baseada na ausência de conflitos armados entre países e sustentada por mecanismos de cooperação regional, como a *Proclamação da América Latina e Caribe como Zona de Paz* (CELAC, 2014) e a (ZOPACAS, 1986). Preparatória à importante reunião, foi realizado em 4-5/12/2025, na cidade de Praia, Cabo Verde, o *I Seminário sobre Cooperação Técnica da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS)*, reunindo especialistas e participantes de países-membros da ZOPACAS. O evento buscou fomentar o compartilhamento de experiências e a consolidação de uma visão comum para a utilização segura e ambientalmente sustentável do Atlântico Sul, procurando contribuir para a elaboração do Plano de Ação e da Declaração do Rio de Janeiro, que será debatido e aprovado na mencionada reunião do Rio de Janeiro.

Composta por 21 Estados africanos e 3 sul-americanos, a **ZOPACAS** foi estabelecida em 1986 por meio da Resolução 41/11 da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), de iniciativa do Brasil. Foi concebida para estimular a colaboração em temas marítimos, reforçando a imagem do Atlântico Sul como zona de paz e cooperação, livre de armas de destruição em massa e de rivalidades e conflitos extrarregionais. Um olhar mais político sinaliza que a próxima reunião da ZOPACAS é uma resposta ao belicismo dos EUA com sua *Estratégia de Segurança Nacional dos EUA* https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2025/12/2025-National-Security-Strategy.pdf.

Cuba segue ameaçada por Trump

As ameaças do governo Trump contra Cuba não cessaram. Contudo, cada vez mais envolvido com o imbróglio político e militar que criou com Israel contra o Irã no Oriente Médio, não conseguiu ainda materializar o que poderia ser a invasão à ilha. O Kremlin disse considerar 'um dever' ajudar Cuba a combater crise energética causada pelos EUA, o que se materializou com a chega de um petroleiro com 100 mil toneladas de petróleo à ilha caribenha nesta segunda (30/03) após tratativas entre Moscou e Washington, uma flexibilização pontual do governo dos EUA a restrições ao envio de combustível à ilha, segundo o *The New York Times*. Países como

México e Brasil continuam enviando ajuda humanitária à Cuba, como alimentos, medicamentos e outros itens, por meio das Nações Unidas. Em diversos países, *movimentos sociais* estão organizando coletas para ajuda humanitária ao povo cubano. A situação continua crítica na saúde cubana, com profissionais enfrentando a terrível decisão de a quem atender primeiro, pois a falta de insumos e de energia para os hospitais funcionarem é geral.

Eleições na América Latina: Peru em 12 de abril; Colômbia em 31 de maio

Um quadro indefinido, mas como preferências maiores para os candidatos de direita e extrema-direita – *Rafael López-Aliaga* e *Keiko Fujimori* – marcam o contexto do primeiro turno das eleições presidenciais no ***Peru***, que se realizam *dia 12 de abril próximo*. Nada menos do que 35 candidatos disputam a vaga de presidente. O economista *Alfonso López Chau* é o mais forte concorrente de centro-esquerda, mas aparece nas pesquisas com algo entre 4% e 6% das intenções, patamar ainda insuficiente para levá-lo ao segundo turno. O número de eleitores indecisos (40-45%, segundo pesquisas) aponta, neste momento, para a realização de um segundo turno, agendado para o dia 7 de junho. A crise institucional e a fragmentação na política peruana são enormes, considerando que nos últimos nove anos o Peru teve nada menos que nove presidentes. Além da presidência, serão renovadas as 130 cadeiras da Câmara e os 60 assentos do Senado. Neste ano, as projeções são de que haverá uma maior distribuição entre os partidos, em especial entre Fuerza Popular, Renovación Popular e Alianza para el Progreso.

Na ***Colômbia***, o candidato Iván Cepeda, do Pacto Histórico (partido do atual presidente, Gustavo Petro) continua liderando a corrida presidencial com 35% das intenções de voto, segundo pesquisa divulgada em 20/03. Em 2º. lugar vêm os candidatos de direita Paloma Valencia (com 22%) e Abelardo de la Espriella (15%). As eleições se realizam em 31 de maio próximo.

O *Tribunal Superior Eleitoral (TSE) do Brasil* mantém um site que contém informações sobre todos os processos eleitorais para executivos e legislativos programados para 2026 no mundo, acessível em https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2026/Janeiro/eleicoes-no-mundo-temporada-de-2026-ja-esta-aberta

Fórum dos Países da América Latina e do Caribe sobre Desenvolvimento Sustentável

A *9ª. Reunião do Fórum dos Países da América Latina e do Caribe sobre Desenvolvimento Sustentável* acontecerá de segunda-feira, 13, a quinta-feira, 16 de abril de 2026, na sede da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), em Santiago, sob a Presidência do Peru.

O objetivo da reunião é analisar os progressos e os desafios para a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável na região. Contará com uma série de diálogos de ação globais, regionais e nacionais. Durante os *diálogos de ação global*, que serão realizados na terça-feira, 14 de abril, autoridades de alto nível das Nações Unidas e governos da região, juntamente com outras partes interessadas relevantes, discutirão o acompanhamento dos compromissos internacionais assumidos em 2025 na Quarta Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento (Sevilha, Espanha), na Segunda Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social (Doha, Catar) e na trigésima sessão da Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima COP30 (Belém do Pará, Brasil).

Também será realizada uma sessão sobre a Conferência das Nações Unidas sobre a Água de 2026, que ocorrerá de 2 a 4 de dezembro de 2026, nos Emirados Árabes Unidos, e coorganizada com o Senegal. Este evento crucial visa acelerar o progresso rumo ao Objetivo de

Desenvolvimento Sustentável 6 (ODS 6) — água potável e saneamento para todos — até 2030, fomentando vontade política, investimentos e inovação.

Os *diálogos regionais de ação* terão início na tarde de terça-feira, 14 de abril, com a apresentação do *9º. Relatório sobre o Progresso e os Desafios Regionais da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável na América Latina e no Caribe*, por José Manuel Salazar-Xirinachs, Secretário Executivo da CEPAL. Representantes de países, da sociedade civil, do setor privado e da academia poderão trocar experiências sobre o progresso na implementação dos ODS 6: Água Potável e Saneamento; ODS 7: Energia Acessível e Limpa; ODS 9: Indústria, Inovação e Infraestrutura; ODS 11: Cidades e Comunidades Sustentáveis; e ODS 17: Parcerias para os Objetivos.

Enquanto isso, durante os *diálogos nacionais de ação*, que serão realizados na quinta-feira, 16 de abril, ocorrerão duas sessões de aprendizagem: a primeira focada na troca de experiências nacionais bem-sucedidas para acelerar o progresso rumo aos ODS, e a segunda no compartilhamento de boas práticas e desafios na preparação das Revisões Nacionais Voluntárias (RNVs) que os países apresentarão em julho no *Fórum Político de Alto Nível das Nações Unidas,* em Nova York.

Os diálogos globais, regionais e nacionais contarão com a participação de representantes de alto nível dos governos dos 33 países da região, bem como de agências, fundos e programas da ONU, coordenadores residentes da ONU na região, instituições financeiras internacionais e bancos de desenvolvimento. Representantes da sociedade civil, do parlamento, da academia e do setor privado também estarão presentes, tanto da América Latina e do Caribe quanto de outras regiões do mundo.

Para participar da reunião, inscreva-se em https://foroalc2030.cepal.org/

Saúde global e diplomacia da saúde

Dia 7 de abril é o **Dia Mundial da Saúde,** cujo tema, em 2026, é "*Juntos pela saúde. Apoie a ciência"*. A celebração deste ano dá início a uma campanha que se estenderá por todo o ano, destacando o poder da colaboração científica para proteger a saúde das pessoas, dos animais, das plantas e do planeta. A campanha ressalta tanto as conquistas científicas quanto a cooperação multilateral necessária para transformar evidências em ações – com forte enfoque na abordagem "*Uma Só Saúde*".

A campanha de 2026 é ancorada por dois grandes momentos globais, a se realizarem em Lyon, França: 1) *Cúpula Internacional de Saúde Única* (7 de abril), organizada pela OMS e pelo Governo da França sob a Presidência francesa do G7; e 2) *Fórum Global dos Centros Colaboradores da OMS* (7 a 9 de abril), que reúne quase 800 instituições científicas de mais de 80 países. Juntos, esses eventos formam a maior rede científica já reunida em torno de uma agência das Nações Unidas, ressaltando como parcerias baseadas na ciência podem construir um futuro mais saudável e seguro para todos.

A campanha convoca governos, cientistas, profissionais de saúde, parceiros e o público em geral a: 1) Apoiar a ciência, baseando-se em evidências, fatos e orientações científicas para proteger a saúde; 2) Reconstruir a confiança na ciência e na saúde pública; e 3) Apoiar soluções baseadas na ciência para um futuro mais saudável.

A Fiocruz será representada em ambos os eventos por diversos profissionais, entre os quais a Vice-presidente de Saúde Global e Relações Internacionais, Lourdes Oliveira. O *CC em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul da OMS na Fiocruz* estará presente à reunião mundial dos Centros Colaboradores. Um informe detalhado sobre os eventos será oferecido aos leitores no próximo fascículo dos Cadernos.

OMS convida para participação em processo de transformação da arquitetura global de saúde

A OMS foi solicitada por seu Conselho Executivo, na última sessão do mesmo (janeiro de 2026) https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/EB158/B158(20)-en.pdf a convocar os principais atores da saúde global para elaborar uma proposta de processo conjunto que apoie a *transformação da arquitetura global de saúde (AGS).*

Este processo conjunto Reforma da arquitetura global de saúde e a Iniciativa ONU80 visa simplificar as atribuições, melhorar a coordenação, alinhar o financiamento com as estratégias lideradas pelos países e reunir os principais atores globais da saúde. Visa também uma abordagem mais inclusiva, transparente e eficiente para atender às necessidades dos países.

Para orientar a concepção do processo de reforma, a OMS convida as partes interessadas a partilharem as suas opiniões, comentários e sugestões sobre uma versão preliminar do documento. Suas contribuições ajudarão a moldar uma proposta que reflita as diversas experiências e conhecimentos especializados da comunidade global de saúde. As informações devem ser agrupadas sob estes títulos: 1) Objetivo, âmbito e princípios; 2) Áreas funcionais para os fluxos de trabalho propostos; 3) Abordagem proposta para a coordenação do processo; 4) Cronograma e fases previstos; 5) Estratégia de engajamento das partes interessadas.

Todas as contribuições devem ser recebidas antes de 18 de abril de 2026 acessando o link: Dê a sua opinião.

Sistema das Nações Unidas

Anunciamos no fascículo anterior que teremos *duas eleições* de grande importância no sistema das Nações Unidas em 2026, para inícios de mandatos em 2027: a de *Secretário(a)-Geral da ONU* e a de *Diretor(a)-Geral da OMS.*

Para o cargo de *Secretário(a)-Geral (SG),* segundo a presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), Annalena Baerbock, já estão declaradas cinco candidaturas: Michelle Bachelet, do Chile; Virginia Gamba, da Argentina; Rafael Mariano Grossi, da Argentina; Rebeca Grynspan, da Costa Rica; e Macky Sall, do Senegal. Ela anunciou que a AGNU prepara *diálogos interativos* com o(a)s candidato(a)s a SG, na terceira semana de abril. Cada postulante terá uma sessão de três horas para apresentar visão, declaração financeira e responder perguntas. O prazo para apresentação de candidaturas encerra em 1º. de abril (ver: https://news.un.org/pt/story/2026/03/1852634). Os *Cadernos* se comprometeram a acompanhar e trazer periodicamente informações aos leitores sobre este tema de incontornável importância para a governança global e dada a poderosa influência desta sobre a saúde humana e planetária. A novidade da quinzena foi que o novo presidente do Chile, de extrema-direita, retirou o apoio à candidatura da chilena Michelle Bachelet à Secretária-Geral, mas Brasil e México confirmaram a manutenção do apoio ao seu nome.

COP15 da Convenção da ONU sobre Espécies Migratórias (CMS)

A *COP15 da Convenção da ONU sobre Espécies Migratórias (CMS)* terminou no domingo (29/3) com resultados inéditos em Campo Grande (MS). O evento, que reuniu 2 mil participantes de 133 países, aprovou a proteção internacional de 40 novas espécies migratórias e avançou em 10% na redução do déficit global de proteção. ***Magalhães a Galvão*** apresentam informe com comentários preliminares sobre o evento, no qual explicam o que é a Convenção, porque fauna migrante é importante para a saúde humana e planetária e quais os principais resultados alcançados na COP15.

Regiões, territórios e temas em foco

Nossos analistas apresentam a seguir, em seus respectivos informes, as diversas **instituições do sistema multilateral** e temas de que elas se ocupam: *desenvolvimento, direitos humanos, trabalho, saúde da mulher e da criança, fome e segurança alimentar, comércio e propriedade intelectual, meio ambiente, saúde, educação e cultura, migração e refúgio, entre outros, e incluindo as instituições de Bretton Woods (FMI e Banco Mundial) e os bancos regionais de desenvolvimento*. Sempre que possível buscando explicar os nexos e impactos destes temas sobre a saúde humana e planetária**.** Também buscamos cobrir o posicionamento da *sociedade civil global de interesse público e de interesse privado*, ator de enorme importância nos destinos da saúde global e da diplomacia da saúde.

Pesquisador e analista responsável por acompanhar a complexidade das Nações Unidas, ***Alcázar*** se inspirou no seminário "Direitos Humanos em tempos de desumanização: das ameaças atuais ao futuro a ser construído", realizado no âmbito dos Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde, em 25 de março de 2026. No artigo, explora a ideia da desumanização como consequência da negação do reconhecimento e do respeito aos direitos humanos. Recorda a máxima da Declaração de Oslo sobre saúde global e política exterior – fazer da saúde o ponto de partida e a lente definidora para examinar políticas e estratégias de desenvolvimento – e propõe ampliar o mesmo conceito da seguinte maneira: fazer dos direitos humanos o ponto de saída e a lente definidora para a formulação e adoção de todas as políticas.

Para ***Garay,*** a crescente integração de infraestruturas algorítmicas em sistemas de defesa e financeiros está transformando as dinâmicas de poder global. Plataformas como *Palantir Technologies* e *Aladdin* da *BlackRock* concentram capacidades de análise de dados, modelagem preditiva e tomada de decisão em escala planetária. Esse processo gera vantagens assimétricas que ampliam as desigualdades estruturais. O *Sustainable Health Equity Movement (SHEM)* estima que mais de 16 milhões de mortes anuais são atribuíveis a desigualdades injustas. Este artigo analisa como a expansão do poder algorítmico, combinada com a participação cotidiana da população na geração de dados e fluxos financeiros, contribui para a concentração de poder e a perda de vidas humanas. Estratégias de autonomia comunitária são propostas como mecanismos de mitigação, e futuros possíveis são considerados, incluindo cenários com "humanos" biônicos capazes de emissão e recepção de informações orientadas por dinâmicas de poder e controle.

O informe de ***Negri Filho e Gaspar*** se debruçam sobre o **Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas**. Apresentam as considerações do regime contemporâneo da assistência e cooperação internacionais, a partir do relatório da Perita Independente das Nações Unidas sobre os *efeitos da dívida externa e de outras obrigações financeiras internacionais sobre o pleno*

gozo dos direitos humanos (A/HRC/61/44). O relatório articula os fundamentos normativos do direito internacional dos direitos humanos com a crítica estrutural à arquitetura fiscal e financeira global, desenvolvida principalmente por meio do conceito de legitimidade fiscal. Em complemento, apresentam, em diálogo direto com o relatório, a obra de Isabel Ortiz sobre austeridade, espaço fiscal e direitos humanos, demonstrando a convergência entre evidência empírica, crítica econômica e normatividade jurídica. Sustenta-se que a austeridade constitui hoje um regime estrutural incompatível com as obrigações internacionais dos Estados e que a cooperação internacional deve ser reorientada como dever jurídico para a realização dos direitos humanos.

O artigo de ***Reges, Bermudez e Galvão*** sobre a **OMS** aborda dois eixos centrais da agenda global e regional de saúde: os impasses nas negociações do *Acordo sobre Pandemias* e *os resultados alcançados pela OPAS nas Américas em 2025*. No plano global, destaca-se a dificuldade em avançar no Anexo de acesso a patógenos e repartição de benefícios (PABS), com divergências persistentes sobre princípios fundamentais e ausência de vontade política suficiente para alcançar consenso, o que levou à prorrogação das negociações e coloca em risco a própria operacionalização do Acordo. No plano regional, o relatório anual da OPAS evidencia uma combinação de avanços significativos e desafios persistentes. Em conjunto, os dois temas ressaltam que, embora haja capacidade técnica e exemplos concretos de progresso, a efetividade das respostas em saúde depende, sobretudo, de cooperação internacional sustentada e compromisso político.

Na área de **ambiente e saúde**, ***Magalhães e Galvão*** abordam os principais achados do relatório *State of the Global Climate 2025* da *Organização Mundial da Meteorologia*, destacando que o sistema climático global se encontra em estado crítico devido ao aumento contínuo das concentrações de gases de efeito estufa. Esse processo tem gerado um desequilíbrio energético sem precedentes, com a maior parte do calor sendo absorvida pelos oceanos, resultando em aquecimento oceânico, elevação do nível do mar, derretimento de geleiras e redução do gelo marinho. A análise dos oito indicadores-chave evidencia impactos interconectados nos sistemas naturais e humanos, incluindo perda de biodiversidade, insegurança alimentar, escassez hídrica e aumento de eventos extremos. Os eventos climáticos extremos — como ondas de calor, secas, inundações e tempestades — estão se tornando mais frequentes e intensos, gerando impactos diretos e indiretos na saúde humana. Destacam-se o aumento de doenças relacionadas ao calor, a expansão de doenças infecciosas como a dengue e os efeitos sobre a saúde mental, especialmente em populações vulneráveis. Nesse contexto, reforça-se a importância da integração entre dados climáticos e sistemas de saúde para fortalecer respostas preventivas e aumentar a resiliência.

Os autores discutem também os resultados da *15ª Conferência das Partes da Convenção sobre Espécies Migratórias (CMS COP15)*, que resultou em novos acordos internacionais para a proteção da biodiversidade, incluindo a inclusão de novas espécies em listas de conservação e a adoção de planos multiespécies. O documento também destaca ameaças emergentes, como a gripe aviária (H5N1), que tem causado mortalidade em massa em espécies migratórias e representa riscos adicionais à saúde pública. Em conjunto, o texto evidencia a interconexão entre clima, biodiversidade e saúde, ressaltando a urgência de ações integradas e coordenadas em escala global.

Peres informa que a **Organização Internacional do Trabalho (OIT)** encomendou a uma *Comissão de Especialistas* um *Estudo Geral sobre a Recomendação n.º 205, de 2017, relativa ao Emprego e ao Trabalho Decente para a Paz e a Resiliência*. Tendo como premissas o

recrudescimento e a expansão de conflitos, ao redor do planeta, na atualidade, assim como o fato de as questões relativas ao trabalho ficarem, geralmente, em um segundo plano entre as diferentes crises que se produzem nesses contextos, o Estudo Geral abordou temas como a promoção do emprego e do trabalho decente em contextos de crises, medidas de gestão de crises em áreas-chave relacionadas ao mundo trabalho, pessoas e grupos da população particularmente afetados por situações de crise e a necessidade de desenvolver todo o potencial da Recomendação n.º 205 para a mitigação de danos circunscritos ao mundo do trabalho em contextos de conflitos armados. Apresenta alguns elementos-chave para o enfrentamento do chamado círculo vicioso do trabalho em contextos de crises e propõe estratégias para a promoção de círculos virtuosos, baseados no trabalho decente, paz e desenvolvimento. Conclui recomendando aos países membros o desenvolvimento e a implementação de estratégias inclusivas que resultem em políticas e programas de promoção do trabalho decente e equitativo, com especial atenção aos grupos populacionais e indivíduos mais vulnerabilizados ante situações de conflitos.

O informe elaborado pelo ***Grupo de Trabalho sobre Migrações, Refúgio e Saúde Global*** apresenta um panorama sobre as notícias mais recentes no tema da **saúde, migração e refúgio** em diversos territórios. Aborda a questão da resposta a catástrofes climáticas no Brasil sob duas perspectivas: a atuação do **ACNUR** no acolhimento das pessoas deslocadas durante a emergência de Minas Gerais e a criação de um projeto de preparação e resposta à emergências no Rio Grande do Sul liderado pela **OIM**. Também discute uma atualização a respeito da atual crise no Oriente Médio e seus impactos sobre o fluxo de pessoas na região, em especial no Irã e no Líbano, que têm forçado o deslocamento de milhões de pessoas e colocado a infraestrutura essencial dos países afetados sob pressão com as demandas crescentes. Por fim, comentam dois cenários de crises prolongadas no continente africano: os congoleses refugiados no Burundi retornando a seus lares e o agravamento da situação humanitária do Sudão e do Sudão do Sul.

Com foco na **saúde da mulher e da criança**, ***Vilellai, Massari e Gomes*** abordam a *70ª Commission on the Status of Women*, realizada na sede das ONU, entre 9 e 19 de março de 2026, destacando seus principais debates, tensionamentos e agendas prioritárias. O texto discute o contexto político internacional marcado por disputas em torno do conceito de gênero e por tentativas de retrocesso em direitos historicamente consolidados, especialmente no campo da saúde sexual e reprodutiva. Também examina a atuação da delegação brasileira, com ênfase em iniciativas voltadas ao enfrentamento do feminicídio e à regulação da violência digital de gênero.

No campo da **segurança alimentar e nutricional global**, ***Nilson e Oliveira*** discutem a captura da narrativa da segurança alimentar e nutricional pelos sistemas alimentares hegemônicos, desde a agricultura de commodities até a proliferação dos alimentos ultraprocessados, que explica a aparente contradição de estarmos produzindo cada vez mais alimentos, mas ainda estarmos longe de eliminar a fome no mundo. A real transformação dos sistemas alimentares depende, em grande parte, da retomada dessas narrativas por meio da orientação das políticas pelo direito humano à alimentação adequada.

Sanglard, Barros, Rodrigues e Gaspar complementam seu informa anterior (Cadernos 02/2026) e continuam a explorar o **relatório de 2025 da Unesco-Brasil**, ressaltando as ações e abrindo possiblidades de parceria – sobretudo para a Cátedra Oswaldo Cruz de ciência, saúde e cultura. Neste informe iremos evidenciar as ações do Setor de Cultura e Setor de Comunicação e Informação.

Analisando as **instituições financeiras internacionais**, ***Cazumbá*** aponta que o desenvolvimento mais célere da América Latina e do Caribe (ALC) foi o tema principal das *Reuniões Anuais do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do BID Invest*. O evento contou com a presença dos governadores dos países membros do Banco, que além destes, outras lideranças de diversos setores (agências de desenvolvimento, instituições financeiras multilaterais, bancos privados e outros) participaram igualmente. Diversas iniciativas foram anunciadas em áreas consideradas prioritárias, que contaram com o apoio dos países membros, tornando as Reuniões Anuais com maior impacto para o desenvolvimento na região.

O informe de ***Tavares*** apresenta a participação dos **Bancos Regionais de Desenvolvimento da América Latina e do Caribe (CAF) e da África (AfDB)** na última Cúpula CELAC-África realizada em março de 2026 na Colômbia. No quesito *Saúde* verifica-se que os diferentes acordos entre os Bancos apresentam apenas impactos sobre os determinantes sociais, econômicos e ambientais na saúde. No entanto, são apontadas perspectivas potenciais de impacto na Saúde da população de ambas as regiões através da atuação específica dos referidos Bancos, sobretudo em infraestrutura social.

Chamas e Cesário analisam os principais desenvolvimentos recentes da **governança do comércio internacional,** com foco na *14ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (MC14)*, na agenda de reforma da **OMC**, nas negociações sobre propriedade intelectual no âmbito da **OMPI** e nos efeitos das preferências comerciais analisados pela **UNCTAD**. A MC14, realizada em Yaoundé, consolidou avanços incrementais por meio do chamado "*Pacote de Yaoundé*", ao mesmo tempo em que evidenciou limites estruturais do sistema multilateral, especialmente diante de impasses em temas como comércio eletrônico, TRIPS e agricultura. A agenda de reforma da **OMC** emerge como resposta às tensões entre fragmentação e multilateralismo, com destaque para a crise do sistema de solução de controvérsias e a necessidade de restaurar previsibilidade e legitimidade institucional. Paralelamente, as negociações na **OMPI** sobre proteção de expressões culturais tradicionais revelam profundas divergências quanto ao escopo de direitos, critérios de elegibilidade e relação com normas internacionais, refletindo tensões distributivas entre países. Por fim, a análise da **UNCTAD** demonstra que a previsibilidade das preferências comerciais é determinante para seus efeitos no desenvolvimento, sendo sua instabilidade capaz de gerar impactos econômicos e sociais significativos em países em desenvolvimento. Em conjunto, o documento evidencia que o sistema multilateral de comércio atravessa um momento de transição crítica, no qual a adaptação institucional e a cooperação internacional são centrais para sua revitalização.

O ***GT sobre Movimentos Sociais Globais e Saúde***, liderado por ***Luis Eugênio de Sousa,*** apresenta as manifestações de **33 organizações da sociedade civil (OSC)** das 51 monitoradas, entre 13 a 26 de março de 2026. A análise evidencia a preocupação com a "policrise", que associa conflitos armados, crise climática e crises humanitárias. A intensificação de conflitos armados no Oriente Médio (Líbano, Irã e Síria) e no Sudão é destacada. Curiosamente, os ataques continuados de Israel à Palestina, a persistência de conflitos em diversos países africanos, a prolongação da guerra entre a Rússia e a Ucrânia e a desintegração social no Haiti não foram mencionadas no período. Esse esquecimento seletivo parece indicar a existência de uma hierarquização de vidas humanas e a fragmentação da solidariedade global. Entre a **OSC de interesse público**, observa-se a predominância de temáticas sobre crises humanitárias e violação do direito internacional, além de discussões sobre determinantes comerciais e sociais. Tais manifestações fazem críticas ao imperialismo, ao bloqueio econômico a Cuba e aos danos

à saúde mental decorrentes do uso de mídias sociais. Tratam ainda do enfrentamento das doenças transmissíveis e não transmissíveis sob a ótica da equidade. Por sua vez, as **OSC de interesse privado** concentram suas manifestações em temas como inovação tecnológica, desenvolvimento de vacinas e preparação para futuras pandemias. Quando abordam as crises humanitárias, focam na proteção da infraestrutura e na garantia da continuidade de serviços, sem quaisquer críticas geopolíticas.

De Negri e De Negri Filho analisam a disputa por terras raras no Brasil, que revela a conexão entre mineração, crise climática e complexo industrial militar sob um "imperialismo necrófilo"; a guerra no Golfo Pérsico, que aprofunda a crise energética e sanitária global; a 32ª sessão do Comitê Fiscal da ONU, que tenta avançar na justiça tributária diante da concentração recorde de riqueza – 20,1 trilhões de dólares nas mãos de 3.428 bilionários. Também trazem críticas sobre "*Board of Peace*" e seu projeto neocolonial de reconstrução de Gaza, e celebram a *Carta de Porto Alegre* como marco da unidade antifascista internacional. Na *saúde*, analisam o estudo do Lancet, que evidencia o dilema entre mitigação climática e equidade; o silêncio da mídia italiana sobre a crise contrasta com a urgência do tema; analisam como as negociações do Acordo Pandêmico seguem emperradas por interesses geopolíticos. Acusam como a tortura sistemática de trabalhadores da saúde na Palestina e os ataques ao Líbano e como Cuba expõem a destruição da saúde como arma de guerra. Por fim, abordam o legado da 8ª Conferência Nacional de Saúde, 40 anos depois, como reafirmação do direito universal como horizonte.

Ungerer, Kastrup e Monteiro relatam que na *Commission on the Status of Women (CSW70)*, o **UNOSSC** articulou a equidade de gênero como pilar da soberania alimentar. Através do "Marco 2026-2030" e da gestão dos fundos IBSA e Índia-ONU, o Escritório promoveu soluções sistêmicas em infraestrutura e dados, fortalecendo o protagonismo feminino no Sul Global e consolidando bens públicos regionais para acelerar os ODS. **O G77+China** reafirmou, em 14 declarações, a prioridade ao desenvolvimento e à equidade. No BBNJ, defendeu um financiamento previsível e transferência tecnológica; nos 2º e 5º Comitês, cobraram transparência orçamentária, representação geográfica e preservação da soberania nas resoluções. No ECOSOC, lideraram a defesa por uma reforma tributária internacional inclusiva na ONU.

A **cooperação do Brasil** fortaleceu a cooperação Sul-Sul em habitação social, segurança alimentar e educação profissional. O destaque foi a liderança da Fiocruz na nova Coalizão Global do G20, visando descentralizar a produção de insumos de saúde e reduzir a dependência tecnológica do Sul Global, promovendo soberania sanitária e equidade.

O **Movimento dos Não-alinhados (MNA)** focou na soberania multidimensional. Na CSW70, combateu a feminização da pobreza e sanções unilaterais. Na OMC, defendeu a flexibilização de patentes (TRIPS) e IA para a saúde. Reivindicaram a soberania digital e regulamentação de algoritmos para proteger a diversidade cultural do Sul Global contra o ódio. O **Movimento Jovem dos Não-alinhados (NAMYO)** recebeu o Campeão de Alto Nível da COP31 para debater o papel indispensável da inovação e da advocacia dos jovens na construção da agenda climática rumo à conferência em Antália.

O **Centro Sul** impulsionou a estratégia "Uma Só Saúde" na 1ª Conferência Regional sobre RAM em Brasília, enfatizando o acesso equitativo a antibióticos. O órgão também publicou análises críticas sobre a reforma da OMC para a MC14, defendeu um tratado vinculante para empresas e direitos humanos e alertou contra interpretações expansivas do Acordo TRIPS.

Para ***Hoirisch,*** o **BRICS** coopera em diversas áreas e não exige alinhamento geopolítico entre seus membros. Na verdade, a flexibilidade tem sido uma de suas características definidoras. A guerra dos EUA e Israel contra o Irã pode testar os limites dessa flexibilidade na prática. Grandes crises geopolíticas tendem a comprimir o sistema internacional, forçando os países para um posicionamento político mais claro. Embora muitos países prefiram a ambiguidade estratégica, conflitos prolongados podem tornar a neutralidade cada vez mais difícil de manter, afinal estão em jogo mercados de energia, rotas comerciais marítimas e sistemas financeiros. O bloco inclui países com tradições de política externa e relações de segurança muito distintos. Individualmente, quatro de seus cinco membros-fundadores, o BRIC, emitiram declarações lamentando perdas iranianas e denunciando violações do direito internacional. Somente a Índia não condenou abertamente os ataques dos EUA e de Israel contra o Irã por possuir relações com os EUA e Israel e depender do fornecimento de energia do Oriente Médio. Por estar em posição de equilíbrio mais cautelosa, sob sua presidência, o BRICS se manteve silencioso sobre a guerra. Até a semana anterior a este informe, os países do Golfo e membros do BRICS o momento, Arábia Saudita e Emirados, aliados dos EUA, haviam proibido o uso de suas bases militares americanas ou espaço aéreo caso um ataque ao Irã prosseguisse. O conflito destacou a necessidade de os BRICS acelerarem a transição para as energias renováveis; impulsionarem uma mudança mais rápida para o pagamento do petróleo em moedas locais entre seus membros e a colocarem em prática uma plataforma de pagamentos do grupo, visando reduzir a dependência de sistemas financeiros ocidentais como o SWIFT e, ao mesmo tempo, que garanta uma resiliência contra sanções. O grupo continua sendo a única plataforma capaz de reunir os recursos de uma parcela da humanidade que se recusa a viver sob o domínio do capitalismo americano, mas isso exige um organizador e integrador. Somente a China pode desempenhar esse papel. Será que ela está disposta?

O informe de ***Burger, Estephanio e coautores*** analisa os grupos **G20 e G7,** assim como a **OCDE.** O informe aborda a persistente estagnação institucional da presidência dos Estados Unidos no **G20** e o posicionamento crítico do grupo de engajamento *Trabalho 20 (Labour 20)*. O texto destaca a denúncia dos sindicatos globais contra a agenda minimalista de Washington e a articulação de uma contra-agenda focada na defesa da democracia, dos direitos trabalhistas e da redução de desigualdades globais. Sobre o **G7**, os autores trazem os desconfortos diplomáticos no grupo, com a suposta retirada do convite à África do Sul para participação da cúpula como país observador. Houve também um encontro dos Ministros das Relações Exteriores para discutir a guerra contra o Irã, objetivos estadunidenses e impactos geopolíticos. Os destaques da **OCDE** se dividem entre a apresentação de projeções econômicas globais para 2026 e 2027, a publicação da terceira edição do estudo sobre filantropia para o desenvolvimento e a divulgação do compêndio sobre reconstrução pós desastre, além da publicação de quatro estudos sobre Saúde.

No informe sobre **América Latina e Caribe (ALC),** nossos analistas ***Brito e Tobar*** analisam A América Latina atravessa uma "policrise" estrutural, onde fatores políticos, econômicos, sociais e de saúde se sobrepõem, gerando: Estados sob maior pressão; sociedades mais desiguais e uma integração regional ainda frágil. No seguimento das *organizações regionais*, destacamos que o **ORAS-Conhu** se reuniu com ministérios dos países membros e Parlamento Andino, o **COMISCA** fortaleceu a cooperação com países membros e participou de evento na área saúde digital e a **OTCA** fortaleceu a cooperação nas áreas de incêndios e segurança pública.

O ***GT Fiocruz sobre África***, liderado por ***Augusto Paulo Silva***, analisa os efeitos da saída dos EUA da OMS em 2026 e a transição para a Estratégia de Saúde Global America First sobre as

relações com países africanos. Washington substituiu o multilateralismo por *acordos bilaterais com 15 nações africanas*, oferecendo financiamento em troca de acesso a dados de saúde e genômicos por 25 anos, um processo rotulado como "*extração 2.0*". O modelo é criticado por evitar o escrutínio parlamentar e impor condições ideológicas e comerciais que favorecem empresas americanas. No Quênia, por exemplo, a justiça suspendeu o acordo local devido a preocupações com a soberania de dados, biossegurança e falta de transparência constitucional.

No seu informe sobre a **Europa**, ***Freire*** destaca a entrada em vigor provisória, a partir de 1º de maio, *do acordo comercial entre Mercosul e União Europeia*, juridicamente contestado na Europa. Apenas a parte comercial está ativa, enquanto capítulos políticos dependem de aprovação do Tribunal Europeu. O impacto imediato para a Fiocruz, que goza de imunidade tributária por ser uma autarquia federal, é limitado. No cenário internacional, a guerra envolvendo Estados Unidos, Israel e Irã, segue pressionando cadeias globais de energia e alimentos, elevando a inflação e afetando especialmente a Europa. Enquanto países europeus evitam envolvimento direto e condenam os contra-ataques do atacado, a Espanha, por intermédio de seu primeiro-ministro Pedro Sánchez critica duramente o conflito e defende uma política externa mais independente. Freire também aborda a recente aprovação, pelo Parlamento Europeu, do endurecimento das políticas migratórias e de um acordo comercial desigual com os EUA, que aumenta a dependência energética europeia. Paralelamente, a crise do petróleo leva a Agência Internacional de Energia a recomendar redução do consumo, apelando aos cidadãos, e não aos governos, para medidas associadas à transição energética. Por fim, as eleições municipais na França evidenciam a crescente polarização no panorama político europeu, com avanço tanto da esquerda quanto da extrema-direita, antecipando disputas intensas nas eleições presidenciais de 2027.

Marques considera que, já adentrados no segundo quarto do Século XXI, nenhuma das 190 economias, avaliadas no relatório do Banco Mundial, concede às mulheres igualdade de oportunidades econômicas e sociais, embora as barreiras que impedem o crescimento e empoderamento das mulheres tenham reduzido substancialmente. Na **Ásia e no Oriente Médio**, este e outros 20 relatórios destacam o "*hiato de implementa*ção": as leis de igualdade não são acompanhadas de mecanismos de segurança e execução para que elas funcionem. Os vários relatórios confirmam o cenário de desafios e também de oportunidades nos quais o papel da mulher cresceu, como na saúde e em biotecnologia. Embora apontem progressos, podemos observar que na Ásia e no Oriente Médio fatores históricos e culturais ou de segurança se tornam barreiras enraizadas que restringem o acesso das mulheres ao emprego ou reduzem a capacidade de manutenção do emprego e, portanto, de participarem plenamente da economia do país. Como se observa, essas regiões mostram uma dualidade: ao mesmo tempo que as mulheres são as mais afetadas pelos eventos e ausências de políticas, elas são as principais operadoras de redes de saúde e resiliência comunitária. Nas duas regiões, a desproporção no trabalho de cuidado não remunerado é a mais acentuada do mundo. Isto significa que todas as políticas (licença parental e proteção salarial, suporte público para idosos e crianças, por exemplo) devem ser trabalhadas visando também não só a igualdade de gênero, mas o empoderamento feminino. Por fim, se compararmos, o Sul da Ásia se destaca como o cenário de maior "desperdício de talento": as mulheres estudam, mas o sistema legal e as normas sociais as impedem de converter esse estudo em autonomia econômica.

Em seu artigo sobre a **China**, ***Lobato e parceiros*** destacam o papel das seguradoras no financiamento e organização dos riscos dos investimentos em tecnologias de fronteira, que foram objeto de um conjunto de medidas publicadas no contexto da reestruturação de um

sistema de seguros voltado à inovação. Um dos cinco eixos trata da internacionalização. O MCTI chinês realizou ainda um inventário da relação entre patentes e comercialização de ativos das universidades do país. De acordo com a análise, os fatores que historicamente contribuíram para a baixa taxa de aproveitamento incluíam a falta de visão comercial entre pesquisadores, longos ciclos de transferência, ausência de profissionais especializados e um ecossistema de transferência ineficiente. O primeiro inventário nacional de patentes em universidades e instituições de pesquisa abrange mais de 1,3 milhão de ativos. No *eixo diplomático*, o chanceler iraniano Seyed Abbas Araghchi afirmou que o Estreito de Ormuz permanece aberto à navegação internacional, com ressalvas a países em guerra com o Irã. Paralelamente, o presidente Xi Jinping reiterou, na Cúpula China-CELAC, o compromisso chinês com a soberania e o desenvolvimento da América Latina e do Caribe, reforçando a cooperação Sul-Sul. No *eixo diplomático*, China e Vietnã avançaram na cooperação militar com o primeiro treinamento naval conjunto e a criação do mecanismo estratégico "3+3" (diplomacia, defesa e segurança pública), apesar de persistirem tensões no Mar do Sul da China. No *plano econômico*, a China intensificou sua estratégia de abertura com programas como "*Shopping in China", "Export to China" e "Invest in China*", visando ampliar importações, consumo interno e investimentos estrangeiros. Na *área da saúde*, os autores destacam um documentário premiado sobre Wuhan que recupera memórias sociais da pandemia de COVID-19, enfatizando o papel das redes comunitárias e da governança multinível na resposta inicial à crise. Numa fusão de passado e futuro de outro tipo, a medicina tradicional chinesa avança com o uso da robótica e da inteligência artificial: por exemplo, com dispositivos portáteis de estimulação de acupontos em missões espaciais e sistemas digitais de rastreabilidade de ervas medicinais.

Sobre os **EUA**, ***Luiz Augusto Galvão*** informa que em resposta aos desafios atuais enfrentados pela saúde pública no país, líderes das quatro principais associações nacionais de saúde pública vão se reunir em março de 2026 na Universidade Washington em St. Louis para debater caminhos sustentáveis de reinvestimento e proteção das funções essenciais da saúde coletiva. O sistema de saúde pública dos Estados Unidos enfrenta cortes orçamentários; surtos de sarampo ameaçando o status de eliminação da doença conquistado em 2000.

Estante

A seção traz breves informações e resumos de livros, revistas, relatórios e vídeos sobre temas de saúde global e diplomacia da saúde. A ideia é permitir que nossos analistas, mas também leitores e colaboradores, compartilhem dicas sobre o que leram, viram ou ouviram e que gostaram. Os comentários não devem ultrapassar 150 palavras para que possamos compartilhar diversas contribuições a cada fascículo editado. A ESTANTE fica no final do fascículo, antes da lista de autores e dos créditos dos *Cadernos*.

Brasil e Reino Unido reforçam cooperação em saúde com foco em inovação e desafios climáticos

O *"Diálogo Brasil – Reino Unido em Saúde"* foi realizado na última quarta-feira (25), no Rio de Janeiro, reunindo autoridades, especialistas e representantes institucionais de ambos os países. O encontro consolidou parcerias estratégicas fundamentais para impulsionar a inovação e

ampliar o acesso a novas tecnologias em saúde. A secretária de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde do MS, Fernanda De Negri, reforçou a importância do multilateralismo e da articulação internacional para impulsionar a inovação e garantir o acesso sustentável a tecnologias em saúde. Segundo ela, o avanço dessa agenda depende de alianças consistentes, capazes de integrar esforços entre governos, instituições e setor produtivo. É o que ambos os países buscarão com a implementação do acordo. Leia mais em: Representantes do Brasil e Reino Unido reforçam cooperação em saúde com foco em inovação e desafios climáticos — Ministério da Saúde

Seminários Avançados da Fiocruz discutem movimentos sociais globais e saúde em 8 de abril

I Conferência Internacional Antifascista em Porto Alegre

Vinte e cinco anos após o I Fórum Social Mundial, cidade reuniu no fim de semana de 26-29/03, a I Conferência Internacional Antifascista, a vasta (e heterogênea) rede que se opõe à ultradireita. Em meio à diversidade, grata surpresa: ampla capacidade de diálogo e uma declaração unitária ao fim. A Conferência (que pretende se transformar em um processo internacional) teve mais de 4 mil inscritos, 11 mesas temáticas e 150 atividades autogestionadas. Além da 'Marcha Antifascista', a Conferência incluiu vários painéis de discussão dinamizados por líderes políticos, representantes de movimentos sociais e delegações de diversos países, com o objetivo comum de articular respostas face ao crescimento da extrema-direita no mundo.

A Conferência lançou uma Declaração Final, a *Carta de Porto Alegre: Unidade contra o fascismo e pela soberania dos povos,* cuja íntegra pode ser acessada em Eis a carta da Conferência

Antifascista | Outras Palavras. Leia mais no artigo de *Eduardo Mancuso*, O fim de semana em que Porto Alegre voltou a ser rebelde, publicado no site *Outras Palavras.*

Conferência Nacional dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil

A 1ª *Conferência Nacional dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (1ª Conferência Nacional ODS)*, que se realiza em Brasília, de 29 de junho a 02 de julho de 2026, tem como propósito central sensibilizar, mobilizar e formar amplamente a sociedade brasileira em torno do debate público sobre a *Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.* Busca-se, com máxima legitimidade, representatividade e participação social, promover um amplo processo democrático de construção de propostas e estratégias para implementação efetiva dos ODS em território nacional, bem como a promoção do letramento dos cidadãos e cidadãs sobre a Agenda 2030 e os ODS. Acesso a todas as informações sobre a Conferência em: 1ª Conferência Nacional ODS.

Instituto Pasteur do Irã sofre bombardeios e muita destruição

O Instituto Pasteur do Irã foi atingido por um ataque aéreo ocorrido em 23 de março de 2026. Alguns edifícios do complexo histórico que abrigava o Instituto foram completamente destruídos, ao passo que outros foram parcialmente afetados por estilhaços, causando extensa destruição e interrompendo operações científicas e de saúde pública essenciais.

O complexo de laboratórios de saúde pública abrigava 23 departamentos de pesquisa, dois centros colaboradores da Organização Mundial da Saúde, três biobancos, três redes de pesquisa, três centros de pesquisa, uma unidade de vacinação e um laboratório aprovado pela Agência Nacional de Alimentos e Medicamentos, onde trabalhavam 110 membros do corpo docente, mais de 400 funcionários técnicos e administrativos e 80 estudantes de doutorado. Felizmente, ninguém ficou ferido.

O Instituto Pasteur do Irã foi fundado em 1920, é a mais antiga instituição de saúde do país e algumas partes das construções antigas danificadas estão registradas como patrimônio cultural do país. É a guerra impondo perdas irreparáveis à ciência, à saúde pública e ao patrimônio coletivo da humanidade.

A Fiocruz, como integrante da *Rede de Institutos Pasteur* – que é presidida pelo presidente Mario Moreira – expressa o pesar pelo ocorrido e total solidariedade, o que

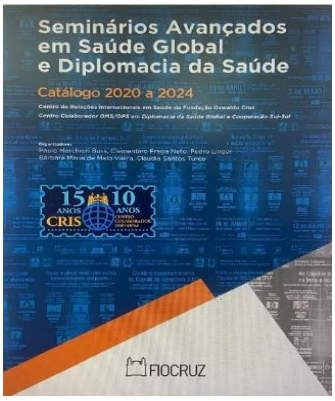
certamente representa também a posição da comunidade científica da *IANPHI (Associação Internacional de Institutos Nacionais de Saúde Pública)*, da qual ambos os institutos são membros.

Saiba mais em: https://wanaen.com/destruction-of-parts-of-iran-pasteur-institutes-research-infrastructure/#:~:text=WANA%20(Mar%2025)%20%E2%80%93%20Parts,also%20located%20within%20the%20site

Cadernos FIOCRUZ de Saúde Global e Diplomacia de Saúde há 6 anos servindo a comunidade global

Com seu primeiro número tendo sido lançado em março de 2020, por ocasião da decretação pela OMS da Covid-19 como pandemia, os Cadernos se transformaram numa referência para a comunidade global da saúde e da diplomacia neste campo político e de conhecimento contemporâneo. Mais de 130 fascículos já foram lançados, a base de 22 a 23 por ano, com cerca de 280 páginas em média por quinzena, ou seja, mais de 5.000 páginas por ano. Cada fascículo contém em torno de 22 a 25 artigos de atualidades, escrito por cerca de 60 autores, que compartilham em torno de 500 referências de artigos, relatórios, declarações etc. sobre este dinâmico campo das relações internacionais em saúde. Todos os fascículos dos Cadernos estão disponíveis para exame ou *download* no site: Cadernos CRIS/Fiocruz: Informes sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde | Portal Fiocruz Para 2026 está programada a edição de 23 fascículos.

Catálogo de Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde 2020-2025



A coleção dos 137 Seminários do CRIS realizados de 2020 a 2025, com uma breve descrição e os links para acesso às versões em português, espanhol e inglês, está disponível para acesso ou download nos seguintes endereços: https://portal.fiocruz.br/seminarios-avancados-em-saude-global ou https://www.youtube.com/playlist?list=PLz0vw2G9i8v-mMVaQPrzpQUQhqa-0obSN. Tem se mostrado um recurso excelente para ensino e aprendizagem em saúde global e diplomacia da saúde, com cerca de 700 painelistas brasileiros e internacionais, abordando temas como a agenda da saúde global e ambiental, direitos humanos, *One Health*, C&T em saúde, os grandes eventos mundiais realizados nos últimos 6 anos, entre tantos outros temas de interesse para profissionais da saúde, da diplomacia e dos movimentos sociais. Para 2026 estão programados 23 seminários; os dois primeiros, sobre "Geopolítica, saúde global e diplomacia da saúde" (04/02) e "Situação demográfica e epidemiológica global" (25/02), já estão disponíveis online no YouTube da Fiocruz.

====*====

Duas mensagens nos estimulam a persistir, nos *Cadernos*, com nossa mensagem pacifista e de lutas pela justiça social e a saúde e bem-estar globais. Como diz **Milton Nascimento**, Doutor *Honoris Causa* da Fiocruz, mantemos essa "*estranha mania de ter fé na*

vida"; e, como nos impele **Antonio Gramsci**, filósofo marxista italiano, diante dos absurdos que verificamos globalmente, continuamos a nos guiar pelo "*pessimismo da razão e o otimismo da vontade*".

Produtos do *Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde da Fiocruz* e do *Centro Colaborador em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul da OMS/OPS na Fiocruz*, os *Cadernos* e os *Seminários Avançados* são tributos que prestamos a tais posições. Queremos sempre sua companhia. Boa leitura!

Rio de Janeiro, Manguinhos, 2 de abril de 2026

Paulo M. Buss, Erica Kastrup e Fabiane Gaspar
Editor e editoras-associadas
Cadernos Fiocruz de Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Coalizão Global para a Produção Local e Regional, Inovação e Acesso Equitativo busca projetos sobre dengue para ampliar acesso de populações vulneráveis à saúde[1]

La Coalición Global para la Producción Local y Regional, la Innovación y el Acceso Equitativo busca proyectos sobre el dengue para ampliar el acceso a la salud de las poblaciones vulnerables

The Global Coalition for Local and Regional Production, Innovation, and Equitable Access is seeking projects on dengue fever to expand access to healthcare for vulnerable populations

Fortalecer a produção local e regional de produtos de saúde, promover a inovação tecnológica e reduzir desigualdades globais no acesso à saúde. Esses são os objetivos da primeira chamada de propostas da *Coalizão Global para a Produção Local e Regional, Inovação e Acesso Equitativo.* A iniciativa foi lançada na terça-feira (24/03) na Fiocruz e tem como foco projetos relacionados ao enfrentamento da **dengue**. A chamada representa os avanços da Coalizão, um dos principais legados da presidência brasileira do G20, liderada pelo Ministério da Saúde sob secretariado executivo da Fiocruz.

Imagem 1 – A iniciativa foi lançada terça-feira (24/03) na Fiocruz

Foto: Peter Ilicciev

[1] Por Ministério da Saúde (MS) e Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Publicado originalmente em: Coalizão Global busca projetos sobre dengue para ampliar acesso de populações vulneráveis à saúde | Portal Fiocruz. Ver também: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2026/marco/liderada-pelo-ministerio-da-saude-coalizao-global-busca-projetos-sobre-dengue-para-garantir-mais-vacinas-para-populacoes-vulneraveis

A chamada de propostas busca identificar e apoiar projetos que estimulem a estruturação de redes globais sustentáveis que garantam tecnologias essenciais (como vacinas, terapias e diagnósticos) para doenças negligenciadas e pessoas vivendo em condições de vulnerabilidade. Ministro da Saúde, Alexandre Padilha esteve na mesa de abertura do evento. "O primeiro desafio a ser enfrentado (no âmbito da Coalizão) foi definido em conjunto pelo Comitê Diretivo: a dengue. Atualmente, cerca de metade da população mundial está em risco de contrair a doença, com quase 400 milhões de infecções por ano, presente em todos os continentes", ressaltou.

Segundo o ministro, este momento representa um avanço no enfrentamento da dengue no Brasil e no mundo. "Apostamos na cooperação, no diálogo e na ciência para promover o desenvolvimento conjunto. Acreditamos em um mundo com menos conflitos e mais acesso a vacinas, medicamentos e vida. Com o lançamento da primeira chamada de propostas da Coalizão, a ideia é reduzir os impactos das falhas no fornecimento de insumos de saúde, principalmente nos países do Sul Global", afirmou Padilha.

Imagem 2 – De acordo com Padilha, o primeiro desafio a ser enfrentado é a dengue

Foto: Peter Ilicciev

Diretor-geral assistente da Organização Mundial da Saúde (OMS) para Promoção da Saúde, Prevenção de Doenças e Cuidados, Jeremy Farrar, também presidente do Comitê Consultivo da Coalizão, participou presencialmente do lançamento e pontuou a importância de uma liderança diante de tempos "tão incertos". Ele pontuou ainda diversos desafios enfrentados globalmente hoje, como as iniquidades, conflitos e mudanças climáticas.

"Esta chamada de propostas reflete um compromisso coletivo com a ciência, a Pesquisa & Desenvolvimento e a equidade em saúde – fortalecendo a produção regional, promovendo

tecnologias inovadoras para doenças prioritárias e possibilitando o crescimento científico e econômico de forma sustentável", declarou Farrat.

Para o presidente da Fiocruz e secretário executivo da Coalizão, Mario Moreira, a chamada representa um marco no desenvolvimento da iniciativa. "Temos trabalhado para garantir que a Coalizão se concretize numa plataforma na qual governos, organizações multilaterais, produtores, sociedade civil, instituições técnicas e organismos regionais possam avançar juntos, alinhados em propósito e guiados pela equidade", destacou.

Moreira lembrou a criação da Coalizão e a designação da Fiocruz como secretaria executiva, acentuando que a iniciativa foi concebida pelos ministros da Saúde do G20 e apoiada de forma voluntária por governos, organizações internacionais, setor privado, instituições públicas e filantrópicas, academia e sociedade civil. "Recebemos essa responsabilidade com muita honra, mas também com plena consciência da sua importância", disse. "Vemos a Coalizão não apenas como um mandato, mas como uma oportunidade para maior unidade e responsabilidade e de articulação mais forte entre as diversas estratégias, plataformas e iniciativas existentes nas diferentes regiões".

Imagem 3 – Para Mario Moreira, a chamada representa um marco no desenvolvimento da iniciativa

Foto: Peter Ilicciev

Após a cerimônia de abertura, a vice-presidente de Produção e Inovação em Saúde da Fiocruz, Priscila Ferraz, integrou um painel que trouxe uma visão geral da Coalizão e análise da chamada de propostas. "Uma palavra-chave é acesso. Quando a gente pensa acesso, não adianta pensar só no desenvolvimento, mas em toda a cadeia para aquele produto, ou aquela tecnologia de saúde, chegar a quem realmente precisa", observou Ferraz. "Nós estamos estimulando, pela própria natureza da Coalizão, que sejam aplicadas propostas também no formato de consórcio,

que a gente tenha parcerias público- privadas, parcerias que não sejam apenas dentro de países, mas dentro de regiões, para que a gente possa, de fato, dinamizar o processo de ampliação da capacidade de pesquisa, desenvolvimento, inovação e produção". A chefe do Escritório Especial para Assuntos Internacionais do Ministério da Saúde, Marise Nogueira, também participou da mesa, trazendo contribuições sobre a iniciativa e seu papel.

Diretora do Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos (Bio-Manguinhos/Fiocruz), Rosane Cuber mediou um painel sobre como outras iniciativas podem contribuir para os objetivos da Coalizão. Dele participaram a secretária de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde do Ministério da Saúde, Fernanda de Negri; o chefe do Gabinete de Políticas de Saúde e Relações Internacionais do Ministério da Saúde da França, Bertrand Millet; o representante no Brasil da Organização Panamericana de Saúde (Opas/OMS), Cristian Morales; e o diretor geral da IVI, Jerome Kim. Cuber apontou a necessidade de se criar sinergias: "O desafio da Coalizão é fazer com que as iniciativas se articulem estrategicamente com o ecossistema já existente. Ao atuar de forma coordenada, a iniciativa ampliará o seu impacto e chegará ao seu objetivo de tornar os países soberanos e atender às necessidades das populações mais vulneráveis", comentou.

Acesso equitativo a tecnologias em saúde

Os membros dos Comitês diretivo e consultivo da Coalizão se reuniram presencialmente pela primeira vez na manhã desta terça-feira (24/3), na Fiocruz. Na ocasião, debateram temas operacionais, como a chamada de propostas. Com foco na identificação de projetos de alto impacto e que abordem situações de iniquidades, a chamada busca propostas que atendam às necessidades locais, nacionais ou regionais, incluindo iniciativas multinacionais e, quando aplicável, com potencial de replicação ou adaptação em outros contextos.

Ao promover o fortalecimento de capacidades locais e regionais e a cooperação internacional, a chamada pretende contribuir para tornar tecnologias em saúde mais acessíveis, disponíveis e alinhadas às necessidades de saúde pública, avançando na redução das desigualdades globais. Podem se candidatar governos, organizações internacionais, instituições privadas e públicas e organizações sem fins lucrativos. **Mais informações no site da Coalizão**.

Coalizão Global

A Coalizão Global para a Produção Local e Regional, Inovação e Acesso Equitativo foi firmada na assinatura da Carta de Genebra, em 20 de maio de 2025, durante a 78ª Assembleia Mundial da Saúde. O objetivo é colocar em pauta questões emergentes e desafios interconectados: a concentração da capacidade de ciência, P&D e de produção nas áreas de ciências da vida, tecnologia e saúde, em um pequeno número de países; cadeias de suprimentos frágeis; assimetrias regulatórias; e integração limitada entre inovação, produção e acesso, particularmente em países de baixa e média renda.

A iniciativa surge do compromisso com a superação das iniquidades em saúde agravadas na pandemia de Covid-19, avançando com a proposta de um novo modelo de produção e acesso à inovação para tecnologias essenciais de saúde, como vacinas, terapias e diagnósticos para doenças negligenciadas e pessoas vivendo em condições de vulnerabilidade.

O Conselho de Segurança permitiu poder e brutalidade sem controle: para proteger a paz, precisamos reformar a ONU[1]

El Consejo de Seguridad ha permitido el poder y la brutalidad sin control
Para proteger la paz, necesitamos reformar la ONU

The Security Council has allowed unchecked power and brutality
To protect peace, we need to reform the UN

Luiz Inácio Lula da Silva

> *Um mundo sem regras é um mundo inseguro. É hora de um multilateralismo que realmente reflita a ordem global.*

Uma violação muito grave do direito internacional convida ao próximo. Do Afeganistão ao Irã, e por todo o Iraque, Líbia, Síria, Ucrânia, Gaza e Venezuela, a linha entre o que é permitido e o que é proibido tem sido gradualmente borrada pela inação cúmplice do Conselho de Segurança da ONU. Usando o veto tanto como escudo quanto como arma, seus membros permanentes frequentemente agem sem fundamento na carta da ONU. Eles brincam com o destino de milhões, deixando um rastro de morte e destruição.

Até anos recentes, havia pelo menos uma tentativa de dar às intervenções uma aparência de legitimidade por meio do endosso da ONU. Hoje, o exercício aberto do poder nem tenta mais manter as aparências. As barreiras das instituições multilaterais estão se tornando muito estreitas para conter rivalidades hegemônicas. Sem multilateralismo, corremos o risco de substituir um sistema imperfeito de segurança coletiva pela brutal realidade da insegurança generalizada. Quando todas as restrições ao uso da força são removidas, o caos prevalece.

O mundo está testemunhando o maior número de conflitos armados desde a Segunda Guerra Mundial. Não é coincidência que isso esteja acontecendo em um momento em que a democracia está em uma encruzilhada. O extremismo é tanto o ponto de partida quanto o fim de um ciclo vicioso. Quando governos se deixam levar pela intolerância ou arrogância do poder, eles plantam sementes de ressentimento que geram mais ódio e violência.

Avanços tecnológicos, com aplicações tanto civis quanto militares, nos confrontam com questões éticas. A seleção de alvos militares já está sendo realizada por inteligência artificial, sem parâmetros legais ou morais estabelecidos. Os princípios do direito internacional humanitário – em particular a distinção entre civis e combatentes – estão sob séria ameaça. Mulheres e crianças são as principais vítimas dessa tragédia coletiva.

---

[1] Artigo originalmente publicado no *Guardian*, em 30/03/2026. Acesso ao original: The security council has allowed unchecked power and brutality. To protect peace, we must reform the UN | Luiz Inácio Lula da Silva | The Guardian. Tradução automática com recursos de IA, revisada por Paulo M. Buss.

Estamos vivendo uma corrida armamentista que está empurrando os países a dedicarem fatias cada vez maiores de seus orçamentos para armamentos. Os gastos militares globalmente, agora em torno de US$ 2,7 bilhões, absorvem recursos valiosos que poderiam ser usados para combater a fome e a pobreza, enfrentar a crise climática, garantir acesso universal à educação e promover a inclusão digital. Ainda mais grave é o uso recorrente da fome como arma de guerra, e a impunidade com que o deslocamento forçado é realizado.

Nenhuma bomba, drone ou míssil pode proteger as economias do impacto de conflitos armados. As flutuações nos preços do petróleo significam energia e transporte mais caros – ou até inacessíveis – para empresas e consumidores. Bloqueios limitam o comércio. A escassez de fertilizantes eleva os preços dos alimentos e alimenta a inflação. Os bancos centrais aumentam as taxas de juros, aumentando a dívida pública e privada. Oportunidades de investimento e empregos são perdidos.

Ações unilaterais, medidas arbitrárias, violações da soberania e execuções sumárias estão se tornando a regra. Um estudo publicado no Lancet mostra que sanções impostas sem o apoio da ONU – especialmente as econômicas – afetam as taxas de mortalidade nos países-alvo e, em média, têm sido responsáveis por cerca de meio milhão de mortes por ano desde a década de 1970.

Poder excessivo e instabilidade andam juntos. Um mundo sem regras é um mundo inseguro, onde qualquer um pode ser a próxima vítima. A violência não pode substituir o diálogo, nem a força pode prevalecer sobre a diplomacia. As prerrogativas dos membros permanentes do conselho de segurança já são injustificáveis em uma ordem internacional fundamentada na igualdade soberana das nações. Quando exercitadas de forma irresponsável, tornam-se intoleráveis. É hora de responder com determinação, restaurando a capacidade de uma ONU reformada de agir, para que ela não permaneça mais apenas espectadora de eventos que nos afetam a todos.

O lento esfolar da desumanização

El lento desollar de la deshumanización

The slow peeling away of dehumanization

Santiago Alcázar

Resumo. O presente artigo está inspirado no seminário "Direitos Humanos em tempos de desumanização: das ameaças atuais ao futuro a ser construído", realizado no âmbito dos Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde, em 25 de março de 2026. O artigo explora a ideia da desumanização como consequência da negação do reconhecimento e do respeito aos direitos humanos. Recorda a máxima da Declaração de Oslo sobre saúde global e política exterior – fazer da saúde o ponto de partida e a lente definidora para examinar políticas e estratégias de desenvolvimento – e propõe ampliar o mesmo conceito da seguinte maneira: fazer dos direitos humanos o ponto de saída e a lente definidora para a formulação e adoção de todas as políticas.

Palavras-chave. Direitos Humanos. Desumanização. Saúde e Política.

Resumen. *El presente articulo está inspirado en el seminario "Derechos Humanos en tiempos de deshumanización: de las amenazas actuales al futuro a ser construido", realizado bajo los auspicios de los Seminarios Avanzados en Salud Global e Diplomacia de la Salud", el 25 de Marzo de 2026. El articulo explora brevemente la idea de la deshumanización como consecuencia de la negación y el respeto a los derechos humanos. Recuerda la máxima de la Declaración de Oslo sobre salud global y política exterior – hacer de la salud el punto de partida y la lente definidora para examinar las políticas y las estrategias de desarrollo – y propone ampliar aquel concepto de la siguiente manera: hacer de los derechos humanos el punto de partida y la lente definidora para formular y adoptar de todas las políticas.*

Palabras clave. *Derechos humanos. Deshumanización. Salud y política.*

Summary. *The article is inspired by the seminar "Human Rights in times of dehumanization: from the present threats to the construction of the future to be build", realized under the auspices Advanced Seminars in Global Health and Health Diplomacy, in March 25th, 2026. The article explores briefly the idea of dehumanization as a consequence of the negation of the recognition and respect of human rights. It recalls the Oslo Declaration on Global Health and Foreign Policy – make the impact on health a point of departure and a defining lens to examine key elements of foreign policy and development strategies – and proposes to expand the concept in the following way: make the impact on human rights the point of departure and the defining lens to formulate and approve all policies.*

Keywords. *Human Rights. Dehumanization. Health and Politics.*

As Nações Unidas foram erguidas sobre os ideais de paz, direitos humanos e desenvolvimento. Pensava-se que se os povos abraçassem esses ideais, as gerações futuras livrar-se-iam do flagelo da guerra que por duas vezes, no espaço de uma geração, havia trazido

indizível sofrimento à humanidade. A proposta parecia factível, pois quem a fazia eram os próprios povos das nações unidas, as principais vítimas da loucura generalizada e não os altos representantes de Estados ou Governos, habitualmente ausentes da experiência inconfundível da dor. Efetivamente, "Nós, os povos das nações unidas, determinados a salvar as gerações vindouras (...)", as primeiras palavras da Carta, são pronunciadas no tom marcado pela vivência concreta da perda. Era a primeira vez que uma tal formulação concreta, de carne e osso, fora concebida para figurar em documento que viria a ser adotado por todos os países do mundo.

Mães, crianças, homens e mulheres sobreviventes do desastre da guerra, unidos no abraço coletivo de querer salvar as gerações futuras do que elas haviam passado: a desumanização, esse terrível esfolar da pele que ainda pulsa com vida. Todos compreenderam que deveriam unir-se em um *Nunca Mais*, antes que fosse tarde e os sentidos todos se embaralhassem num caos irremediável. Nunca mais a desumanização da guerra era o que unia a todos os sobreviventes de maneira imediata.

A desumanização, no entanto, não é somente produzida pelas guerras. A violência do esfolamento está presente em todas as ações que negam o reconhecimento e o respeito demandado pelos direitos humanos. Essa afirmação é tão evidente que facilmente passa desapercebida. A negação de um direito humano, não importa qual, é um esfolamento. Os fundadores talvez não tivessem clareza sobre o profundo significado implicado no reconhecimento e respeito dos direitos humanos. Não tinham certamente consciência de que aquele reconhecimento e respeito reclama transformação radical para a formulação e adoção de políticas.

Fazer do impacto à saúde o ponto de partida e a lente definidora para examinar elementos das políticas e estratégias de desenvolvimento é uma ideia proposta na Declaração Ministerial – *Saúde Global: assunto urgente da política exterior de nosso tempo*, adotada em Oslo por 7 ministros de negócios estrangeiros, em 2 de abril de 2007[1]. A Declaração refere-se à política exterior, mas pode ser expandida sem prejuízo a todas as políticas, seja nos planos interno ou externo.

É preciso entender, ademais, que não se trata somente de políticas de saúde, mas de toda ação política que possa ter impacto sobre a saúde. Políticas de ajuste conduzem a cortes em áreas que impactam diretamente a saúde e os seus determinantes sociais, que são aquelas condições sociais, econômicas, culturais, étnicas, raciais, psicológicas, comportamentais em que as pessoas nascem, crescem vivem, trabalham, envelhecem e morrem. É o cenário sobre o qual se desenvolvem as vidas das pessoas. O cenário não é igual para todos. Alguns, mais afortunados, têm cenários amplos, limpos e arejados propícios para um desenvolvimento bom e saudável. Outros, menos favorecido, encerram-se em cubículos apestados, favoráveis a conflitos e violência. Os cenários são montados a partir de decisões e políticas adotadas. A fome e a pobreza não são maldições, mas consequência de políticas desumanizadas e desumanizadoras.

A Declaração de Oslo acima poderia ser reformulada da seguinte maneira: fazer do impacto aos direitos humanos o ponto de partida e a lente definidora para examinar todas as políticas e as estratégias de desenvolvimento. Os cenários sobre os quais se desenvolvem a vida das pessoas neste contexto coincidiria com os cenários dos determinantes sociais da saúde. Essa

[1] https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(07)60498-X/abstract

era a ideia que estava presente como uma pequena semente no reconhecimento e respeito dos direitos humanos na Carta da ONU.

Provavelmente escapava aos formuladores a compreensão clara sobre as consequências do que significa demandar reconhecimento e respeito dos direitos humanos. Os direitos humanos não são algo estático, concebidos de uma vez por todas, como um teorema. Eles são produto de um alargamento da consciência que, passo a passo, abre os olhos para circunstâncias concretas: crianças, mulheres, povos originários, alimentos, água, trabalho, descanso e assim por diante.

As Nações Unidas surgiram das cinzas da 2ª Guerra. O que seguiu não foi a realização transformadora do pleno reconhecimento e respeito dos direitos humanos, que seria a única maneira de evitar a desumanização que tanto espanto causara entre os sobreviventes do horror da violência. O *Nós, os povos das nações unidas determinados a salvar as gerações futuras* saiu de cena, certamente porque era algo abstrato, etéreo, meio fantasmagórico, inservível. Era natural que assim fosse porque "*Nós, os povos*" havia sido incluído no elenco somente para dizer que as Nações Unidas eram de fato nações unidas. Não tinha função. Em seu lugar surgiram os dirigentes dos blocos capitalista e socialista, os verdadeiros operadores da máquina a que foram se juntando, como auxiliares, os países em desenvolvimento recém liberados do jugo colonial.

Os primeiros, pragmáticos até a medula, defendiam a tese segundo a qual o que interessava eram os direitos civis e políticos. A garantia da liberdade conduziria aos objetivos de uma sociedade fundada nas virtudes da meritocracia. Os segundos, imersos na experiência das injustiças sociais procuravam direitos econômicos, sociais e culturais. Os dois grupos pertencem ao universo de direitos humanos. Há, no entanto, importante diferença.

Os direitos civis e políticos são aqueles que espelham as virtudes do grupo capitalista. Na eventualidade de espelharem imagem distorcida, podem ser "corrigidos", com ou sem a cooperação das autoridades autóctones, para o bem de todos. Os exercícios realizados para mudança de regime refletem o poder da força aplicada para correções de rumo necessárias para o grupo. O investimento para garantir direitos civis e políticos é comparativamente baixo e essa circunstância é importante para o grupo.

Os direitos econômicos, sociais e culturais, por outro lado, exigem investimentos muito altos à luz das transformações estruturais necessárias. A tarefa é hercúlea e tem de ser feita a contracorrente do sistema financeiro internacional que se lhe opõem formidavelmente. Não é de pouca monta esse obstáculo. As frustrações foram aparecendo.

O primeiro grupo argumentava com a necessidade de exercer paciência, pois a teoria do gotejamento poderia transformar o deserto em mar. Era somente uma questão de tempo. Talvez, mas no meio tempo a maior parte da humanidade desumanizada seria deixada à beira do caminho, descartada.

O segundo grupo uniu-se em prol de uma Nova Ordem Econômica Internacional que atendesse os seus anseios. Propôs uma Declaração que reconhece o Direito ao Desenvolvimento[2], como meio de sair da paralização frente à formidável força contrária do sistema financeiro. O direito ao desenvolvimento não é um direito distinto dos demais. Trata-se de um direito humano que consiste na realização de todos os demais direitos humanos. Direito à alimentação, à água potável, à energia, à saúde e à educação, à habitação, à previdência, à paz

[2] https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/declaration-right-development

e à segurança – a todos os direitos que conferem dignidade ao ser humano. É razoável, portanto, e condizente com a aspiração de um mundo que tira a possibilidade da desumanização, como queria o *Nós, os povos* retirado de cena. Ainda assim, a Declaração não foi adotada por consenso. Cento e quarenta e seis países votaram a favor, um em contra (EUA) e oito se abstiveram (Alemanha, Dinamarca, Finlândia, Islândia, Israel, Japão, Suécia e Reino Unido). Não importa as razões lançadas para justificar o voto contrário e as abstenções, mas é inevitável não pensar na eficácia da hipocrisia de alguns e na crueldade planejada de outros.

Os direitos humanos encontraram nas Nações Unidas a plataforma para se afirmarem de maneira universal. Circunstâncias históricas, infelizmente, levaram ao seu enfraquecimento dentro da pesada estrutura institucional da Organização. Em primeiro lugar, os direitos humanos não são um tema entre outros. É o seu tema principal sob o qual surgem outros, específicos. Recorde-se a proposta modificada da Declaração de Oslo acima. O Conselho de Segurança, por exemplo, cuida da paz e da segurança internacional sob a égide de forças armadas, o que é uma contradição em termos. Paz por meio da força, como rezam as Estratégias de Segurança e a de Defesa do Presidente Donald Trump. Os direitos humanos não fazem parte da agenda do Conselho. O mesmo pode-se dizer dos demais órgãos. Os direitos humanos são considerados de maneira lateral, pois se presume que eles serão tratados em profundidade no foro do Conselho de Direitos Humanos. Os seis órgãos que resultam da Carta trabalham em compartimentos estanques e essa é talvez a questão mais problemática.

Os direitos humanos são tão importantes e fundamentais que deveriam integrar todo o Sistema Nações Unidas como tema central. Fazer do impacto aos direitos humanos o ponto de partida e a lente definidora de todas as resoluções e decisões formuladas e adotadas por esse universo.

É tão fácil perder de vista a centralidade dos direitos humanos frente à desumanização pela via econômica, comercial, ambiental. Desumanização, é importante repetir, é um esfolamento, que hoje sofrem as vítimas do genocídio perpetrado por Israel em Gaza e na Cisjordânia. Esfolamento que impede a entrada de ajuda assistencial. Esfolamento pela indignação da fome e da sede criminal. Esfolamento pelas humilhações sofridas. Esfolamento pela insensibilidade frente a dor e ao sofrimento de todo um povo, repetindo os mesmos erros cometidos pelos nazistas. Esfolamento pela torpeza de um povo idiotizado pela propaganda que ignora que outro povo, ao seu lado, sofre os mesmos horrores e as mesmas humilhações outrora aplicadas pelos nazistas. Esfolamento, por último, levado a cabo pelos países, empresas e instituições financeiras que continuam a fazer cara de paisagem frente ao desastre na Palestina, por falta de coragem ou de vergonha.

A guerra agora deslocou-se para o Irã. Mudança de regime, dizem. Mais uma vez usam o poder da força militar para corrigir supostos desvios de conduta, como fizeram anteriormente na Venezuela e talvez proximamente em Cuba. Todas as regras foram rompidas. O Direito Internacional, a base civilizatória sobre a qual se realizaram todas as conquistas dos tempos modernos foi solapado. O tempo é de continuar a desumanização por sucessivos esfolamentos que põem em dúvida, não as magníficas conquistas da civilização, mas a capacidade que tem a atual geração de líderes em salvar as gerações vindouras, se as houver, do flagelo da desumanização. A dúvida é pertinente porque não há futuro na desumanização.

Referências

1. As 3 ideias – paz e segurança, direitos humanos, desenvolvimento
2. A frágil institucionalização dos DHs

3. A necessidade de que as 3 ideias integrem todas a estrutura do Sistema ONU
4. A desumanização da escravidão (ver resolução da AGNU), a desumanização pela via econômica, a desumanização ambiental, a desumanização dos refugiados e migrantes
5. A hegemonia dos EUA desde o início
6. A submissão da Europa
7. O caso Israel
8. O caso Wellcome
9. Gaza/as 170 crianças mortas em ataque dos EUA no Irã/

O poder progressivo dos dados e algoritmos e seu efeito na perda de vidas humanas devido a tensões geopolíticas, gastos militares e injustiça global: de consumidores passivos que contribuem para dinâmicas de desigualdade letal a comunidades soberanas, resilientes e gradualmente desvinculadas do nexo tóxico global

El creciente poder de los datos y los algoritmos y su impacto en la pérdida de vidas humanas debido a las tensiones geopolíticas, el gasto militar y la injusticia global: de consumidores pasivos que contribuyen a dinámicas de desigualdad letal a comunidades soberanas, resilientes y cada vez más desvinculadas del nexo tóxico global

The growing power of data and algorithms and their impact on the loss of human life due to geopolitical tensions, military spending, and global injustice: from passive consumers who contribute to dynamics of lethal inequality to sovereign, resilient communities that are gradually breaking free from the toxic global nexus

Juan Garay

Resumo. A crescente integração de infraestruturas algorítmicas em sistemas de defesa e financeiros está transformando as dinâmicas de poder global. Plataformas como Palantir Technologies e Aladdin da BlackRock concentram capacidades de análise de dados, modelagem preditiva e tomada de decisão em escala planetária. Esse processo gera vantagens assimétricas que ampliam as desigualdades estruturais. O Sustainable Health Equity Movement (SHEM) estima que mais de 16 milhões de mortes anuais são atribuíveis a desigualdades injustas. Este artigo analisa como a expansão do poder algorítmico, combinada com a participação cotidiana da população na geração de dados e fluxos financeiros, contribui para a concentração de poder e a perda de vidas humanas. Estratégias de autonomia comunitária são propostas como mecanismos de mitigação, e futuros possíveis são considerados, incluindo cenários com "humanks" biônicos capazes de emissão e recepção de informações orientadas por dinâmicas de poder e controle.

Palavras-chave. Inteligência Artificial; Desigualdade em Saúde; Poder Algorítmico; Geopolítica; Sistemas Financeiros; Determinantes Sociais da Saúde; Biocontrole.

Resumen. *La creciente integración de infraestructuras algorítmicas en los sistemas de defensa y financieros está transformando las dinámicas del poder global. Plataformas como Palantir Technologies y Aladdin de BlackRock concentran capacidades de análisis de datos, modelización predictiva y toma de decisiones a escala planetaria. Este proceso genera ventajas asimétricas que agravan las desigualdades estructurales. El Movimiento por la Equidad en la Salud Sostenible*

(SHEM) estima que más de 16 millones de muertes anuales son atribuibles a desigualdades injustas. Este artículo analiza cómo la expansión del poder algorítmico, combinada con la participación cotidiana de la población en la generación de datos y flujos financieros, contribuye a la concentración de poder y a la pérdida de vidas humanas. Se proponen estrategias de autonomía comunitaria como mecanismos de mitigación, y se consideran posibles futuros, incluyendo escenarios con «humanks» biónicos capaces de emitir y recibir información orientada por dinámicas de poder y control.

Palabras clave. *Inteligencia Artificial; Desigualdad en Salud; Poder Algorítmico; Geopolítica; Sistemas Financieros; Determinantes Sociales de la Salud; Biocontrol.*

Abstract. *The growing integration of algorithmic infrastructure into defense and financial systems is transforming global power dynamics. Platforms such as Palantir Technologies and BlackRock's Aladdin concentrate data analysis, predictive modeling, and decision-making capabilities on a global scale. This process creates asymmetric advantages that exacerbate structural inequalities. The Sustainable Health Equity Movement (SHEM) estimates that more than 16 million annual deaths are attributable to unjust inequalities. This article analyzes how the expansion of algorithmic power, combined with the population's daily participation in the generation of data and financial flows, contributes to the concentration of power and the loss of human lives. Community autonomy strategies are proposed as mitigation mechanisms, and possible futures are considered, including scenarios with bionic "humanks" capable of transmitting and receiving information guided by dynamics of power and control.*

Keywords. *Artificial Intelligence; Health Inequality; Algorithmic Power; Geopolitics; Financial Systems; Social Determinants of Health; Biocontrol.*

1. Introdução

O poder global já não depende apenas de recursos físicos ou capacidades militares, mas cada vez mais da capacidade de coletar, processar e antecipar informações por meio de sistemas algorítmicos. A transição de economias industriais para economias baseadas em dados criou uma nova forma de concentração de poder: o poder preditivo.

Essa mudança se manifesta em plataformas concretas. Em defesa e segurança, a Palantir Technologies integra enormes conjuntos de dados para produzir análises operacionais em tempo real. Sua evolução para sistemas como o Palantir AIP (Artificial Intelligence Platform) demonstra a substituição gradual do julgamento humano por decisões algorítmicas em contextos críticos, onde a velocidade computacional reduz o papel do "loop humano".

Em finanças, plataformas como Aladdin da BlackRock —junto com Vanguard e State Street— analisam e modelam entre 20 e 25 trilhões de dólares em ativos. Essas infraestruturas não apenas gerenciam investimentos, mas também influenciam fluxos globais de capital e prioridades econômicas e sociais.

O relatório Sizing the Prize da PwC estima que a inteligência artificial poderia gerar até 15,7 trilhões de dólares em valor econômico global, destacando a crescente diferença entre quem controla os dados e capacidades analíticas e o restante da sociedade.

2. Marco conceitual

Adota-se uma perspectiva sistêmica que integra três dimensões:

- Infraestruturas algorítmicas em defesa e finanças como fontes de poder preditivo.
- Desigualdades globais em saúde, com base em estimativas do SHEM, OMS e Global Burden of Disease.
- Participação indireta da população, por meio da geração de dados e fluxos econômicos.

A IA é analisada não como uma ferramenta isolada, mas como componente de sistemas complexos de acumulação de poder, capazes de moldar decisões, percepções e vidas humanas.

3. Resultados e Análise

3.1 Concentração do poder analítico

As plataformas atuais operam em escalas sem precedentes. Em defesa, integram dados de satélites, drones e sensores. Em finanças, modelam cenários globais e orientam investimentos trilionários, gerando vantagens preditivas assimétricas.

3.2 Implicações geopolíticas e militares

A IA tornou-se elemento estratégico na competição global, impulsionando uma corrida tecnológica que aumenta os gastos militares (SIPRI, 2024) e desloca recursos de setores sociais para infraestruturas de controle e defesa.

3.3 Impacto nas desigualdades e na perda de vidas humanas

Mais de 16 milhões de mortes anuais são atribuíveis a desigualdades estruturais (SHEM, OMS 2023, Banco Mundial 2023). A IA amplia essas desigualdades se sua orientação não estiver alinhada ao bem comum (PEAH, 2025).

3.4 Participação cidadã no sistema

O uso de dispositivos móveis, redes sociais, pagamentos digitais e consumo global gera fluxos de dados que alimentam sistemas algorítmicos. Poupanças individuais, canalizadas por bancos e fundos de investimento, também contribuem indiretamente para o poder concentrado.

3.5 Ciclo de retroalimentação do poder

- Concentração de dados e capital
- Desenvolvimento de capacidades algorítmicas avançadas
- Aumento do controle geopolítico e financeiro
- Reforço das desigualdades estruturais

Este ciclo impacta diretamente a saúde global, ao influenciar a alocação de recursos e os determinantes sociais da vida.

4. Discussão

A IA possui potencial para melhorar o conhecimento e a eficiência em saúde, mas quando opera em sistemas de poder concentrado, amplifica desigualdades.

Historicamente, a relação entre o povo e o poder evoluiu:

- Impérios e sistemas feudais: contribuições coercitivas (escravidão, tributos, recrutamento).

- Democracia progressiva: relações políticas formais do Renascimento ao sufrágio universal.
- Revolução Industrial e século XX: contribuição econômica através do trabalho, consumo de bens e serviços.
- Século XXI: contribuição digital massiva e muitas vezes inconsciente, alimentando sistemas algorítmicos globais.

O poder transitou do religioso, militar e político para o industrial e comercial, e finalmente para o algorítmico e baseado em dados, moldando cada vez mais a liberdade humana e condicionando o bem comum. Estruturas educacionais e políticas tradicionais perdem peso frente a esses sistemas, e futuras gerações podem interagir com sistemas de controle ainda mais sofisticados, incluindo "humanks" biônicos capazes de emitir e receber informações orientadas por dinâmicas de poder.

5. Conclusão

Infraestruturas algorítmicas em defesa e finanças redefinem o poder global e a relação entre sociedade e dados. A população contribui de forma direta e indireta — muitas vezes inconsciente — para a concentração de poder e a perda de vidas humanas.

A história mostra que a contribuição do povo evoluiu de coercitiva para política, depois econômica e agora digital, consolidando um poder capaz de moldar percepções, comportamentos e prioridades globais. O resultado é a redução da liberdade humana e do potencial de gerar o bem comum.

Alternativas baseadas em autonomia, resiliência e provisionamento local de necessidades básicas —como ecoaldeias de baixo consumo e alta harmonia natural— podem atuar como contrapesos. O desafio está em redirecionar os sistemas tecnológicos para equidade, liberdade e bem-estar coletivo.

Referências

1. World Health Organization. Global Report on Health Equity and Research & Development. 2023.
2. World Bank. Tracking Universal Health Coverage: 2023 Global Monitoring Report. 2023.
3. PEAH – Policies for Equitable Access to Health. Artificial Intelligence and Global Health Inequities. 2025. https://www.peah.it/2025/09/15065/
4. PwC. Sizing the Prize: What's the real value of AI for your business and how can you capitalise?
5. BlackRock. Relatórios anuais e documentação da plataforma Aladdin.
6. Fichtner, J., Heemskerk, E., & Garcia-Bernardo, J. (2017). Hidden Power of the Big Three?
7. Karp, A., & Zamiska, N. (2023). The Technological Republic.
8. Marmot, M. et al. (2020). Health Equity in England.
9. Piketty, T. (2014). Capital in the Twenty-First Century.
10. SIPRI (2024). Global Military Expenditure Database.
11. WHO (2008, 2025). Social Determinants of Health.
12. Global Burden of Disease Study (IHME).
13. Sustainable Health Equity Movement (SHEM), análises internas.

Quais as consequências da arquitetura do sistema internacional de dívidas e créditos sobre os direitos econômicos, sociais e culturais?

¿Qué consecuencias tiene la arquitectura del sistema internacional de deudas y créditos sobre los derechos económicos, sociales y culturales?

What are the consequences of architecture of the debt and loan international system on economic, social, and cultural rights?

Fabiane Gaspar e Armando De Negri Filho

Resumo. Este informe apresenta as considerações do regime contemporâneo da assistência e cooperação internacionais a partir do relatório da Perita Independente das Nações Unidas Attiya Waris sobre os efeitos da dívida externa e de outras obrigações financeiras internacionais sobre o pleno gozo dos direitos humanos (A/HRC/61/44). O relatório articula os fundamentos normativos do direito internacional dos direitos humanos com a crítica estrutural à arquitetura fiscal e financeira global, desenvolvida principalmente por meio do conceito de legitimidade fiscal. Em complemento, apresentamos, em diálogo direto com o relatório, a obra de Isabel Ortiz sobre austeridade, espaço fiscal e direitos humanos, demonstrando a convergência entre evidência empírica, crítica econômica e normatividade jurídica. Sustenta-se que a austeridade constitui hoje um regime estrutural incompatível com as obrigações internacionais dos Estados e que a cooperação internacional deve ser reorientada como dever jurídico para a realização dos direitos humanos. Uma *carta aberta de Attiya Waris ao Conselho de Segurança sobre a atual guerra no Golfo* Pérsico, ilustra o efeito regressivo sistêmico da estrutura financeira no sistema global de direitos humanos.

Palavras-chave: Conselho de Direitos Humanos. Cooperação internacional. DESC. Legitimidade fiscal.

Resumen. *Este informe presenta una reflexión sobre el régimen actual de la asistencia y la cooperación internacionales a partir del informe de la Experta Independiente de las Naciones Unidas* Attiya Waris *sobre los efectos de la deuda externa y otras obligaciones financieras internacionales en el pleno disfrute de los derechos humanos (A/HRC/61/44). El informe articula los fundamentos normativos del derecho internacional de los derechos humanos con la crítica estructural a la arquitectura fiscal y financiera global, desarrollada principalmente a través del concepto de legitimidad fiscal. Como complemento, presentamos, en diálogo directo con el informe, la obra de Isabel Ortiz sobre austeridad, espacio fiscal y derechos humanos, demostrando la convergencia entre evidencia empírica, crítica económica y normatividad jurídica. Se sostiene que la austeridad constituye hoy un régimen estructural incompatible con las obligaciones internacionales de los Estados y que la cooperación internacional debe reorientarse como un deber jurídico para la realización de los derechos humanos. Una carta abierta de Attiya Waris al Consejo de Seguridad sobre la actual guerra en el* Golfo Pérsico, ilustra el efecto regresivo sistémico de la estructura financiera en el sistema global de derechos humanos.

Palabras clave. *Consejo de Derechos Humanos. Cooperación internacional. DESC. Legitimidad fiscal.*

Summary. *This report presents an analysis of the contemporary framework for international assistance and cooperation based on the report of the United Nations Independent Expert* Attiya Waris *on the effects of foreign debt and other international financial obligations on the full enjoyment of human rights (A/HRC/61/44). The report articulates the normative foundations of international human rights law with a structural critique of the global fiscal and financial architecture, developed primarily through the concept of fiscal legitimacy. In addition, we present, in direct dialogue with the report, Isabel Ortiz's work on austerity, fiscal space, and human rights, demonstrating the convergence between empirical evidence, economic critique, and legal normativity. It is argued that austerity today constitutes a structural regime incompatible with the international obligations of states and that international cooperation must be reoriented as a legal duty for the realization of human rights.* An *Open letter by Attiya Waris to the Security Council on the current war in the Persian Gulf*, illustrates the systemic regressive effect of the financial structure at the human rights global system.

Keywords. *Human Rights Council. International cooperation. ESCR. Fiscal legitimacy.*

Introdução

A assistência e a cooperação internacionais ocupam posição central na arquitetura normativa do sistema internacional de direitos humanos desde a adoção da Carta das Nações Unidas, em 1945[1]. Esse compromisso foi posteriormente consolidado pelos Pactos Internacionais de Direitos Humanos, em especial pelo artigo 2º, parágrafo 1º, do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC)[2], que impõe aos Estados a obrigação de assegurar progressivamente a plena realização dos direitos, "*individualmente e por meio da assistência e cooperação internacionais*".

Apesar desse marco jurídico robusto, a prática contemporânea da cooperação internacional tem se afastado de sua finalidade normativamente prevista. Crises recorrentes de endividamento, políticas de austeridade fiscal, regimes tributários globais assimétricos e fluxos financeiros ilícitos persistentes têm limitado a capacidade dos Estados, especialmente do Sul Global, de mobilizar o máximo de recursos disponíveis para cumprir suas obrigações de direitos humanos. Nesse contexto, o relatório A/HRC/61/44[3] oferece uma crítica estrutural ao modelo vigente, propondo uma reorientação da cooperação internacional a partir do conceito de legitimidade fiscal.

Nesse cenário, o relatório apresentado ao Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas não surge como documento isolado, mas como parte de um corpo crítico mais amplo que questiona a naturalização da austeridade e da escassez fiscal. Para compreender plenamente seu alcance, é necessário situá-lo em diálogo com a literatura empírica e política desenvolvida por Isabel Ortiz, cujas contribuições antecedem e fundamentam muitas das conclusões normativas do relatório.

[1] Documento em espanhol, em inglês e em português.
[2] Documento em espanhol, em inglês e em português.
[3] Documento em espanhol e em inglês.

Assistência e cooperação internacionais como obrigações jurídicas em direitos humanos

O Capítulo I do relatório estabelece que a cooperação internacional não deve ser compreendida como um ato discricionário de caridade, mas como obrigação jurídica vinculante, decorrente tanto do capítulo IX da Carta das Nações Unidas que trata da cooperação internacional econômica e social, em especial seus artigos 55 e 56 quanto pelo artigo 2º, parágrafo 1º, do Pacto Internacional dos DESC.

> *Artigo 55 – Com o fim de criar condições de estabilidade e bem estar, necessárias às relações pacíficas e amistosas entre as Nações, baseadas no respeito ao princípio da igualdade de direitos e da autodeterminação dos povos, as Nações Unidas favorecerão: a) níveis mais altos de vida, trabalho efetivo e condições de progresso e desenvolvimento econômico e social; b) a solução dos problemas internacionais econômicos, sociais, sanitários e conexos; a cooperação internacional, de caráter cultural e educacional; e c) o respeito universal e efetivo dos direitos humanos e das liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião.*
>
> *Artigo 56 – Para a realização dos propósitos enumerados no Artigo 55, todos os Membros da Organização se comprometem a agir em cooperação com esta, em conjunto ou separadamente.*
>
> **Carta das Nações Unidas**

> *Artigo 2º (1) Cada Estado Parte do presente Pacto compromete-se a adotar medidas, tanto por esforço próprio como pela assistência e cooperação internacionais, principalmente nos planos econômico e técnico, até o máximo de seus recursos disponíveis, que visem a assegurar, progressivamente, por todos os meios apropriados, o pleno exercício dos direitos reconhecidos no presente Pacto, incluindo, em particular, a adoção de medidas legislativas.*
>
> **Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais**

Além da obrigação dos Estados-Parte quanto às suas obrigações para a realização dos direitos, há complementarmente, a interpretação apresentada no Comentário Geral nº 3 do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1990) que afirma que a natureza das obrigações dos Estados-Parte expande seu entendimento ao deixar claro que "*recursos disponíveis*" engloba recursos nacionais e internacionais acessíveis por meio da cooperação.

Nesse sentido, esclarecendo o que seria entendido por "*máximo de recursos disponíveis*", o Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais interpreta que inclui obrigações negativas (não adotar medidas regressivas injustificadas) e positivas (mobilizar recursos domésticos e internacionais de forma adequada) incluindo tanto os recursos domésticos quanto os disponíveis por meio da cooperação e assistência internacional[4].

[4] Veja o documento Committee's Fact Sheet No. 16 (Rev. 1).

Assim, é possível reconhecer que Estados com restrições de recursos, seja qual for o motivo, não conseguem cumprir suas obrigações em matéria de direitos humanos, e que os Estados mais ricos têm a obrigação em apoiar o esforço coletivo da humanidade para a realização dos direitos humanos, considerando as obrigações jurídicas vinculantes do PIDESC.

O relatório também destaca que todos os direitos — inclusive os civis e políticos — possuem custo fiscal, o que torna a cooperação internacional elemento indispensável para sua efetivação, sobretudo em contextos de restrição fiscal severa. A ausência de cooperação adequada, ao contrário, tende a intensificar políticas de austeridade que resultam em medidas regressivas injustificadas, em violação aos parâmetros internacionais de direitos humanos.

A legitimidade fiscal, nesse sentido, oferece um critério jurídico-político para avaliar a compatibilidade das decisões fiscais e financeiras internacionais com os padrões normativos de direitos humanos.

> *A cooperação (e a assistência) internacional só poderá alcançar os resultados pretendidos em matéria de direitos humanos quando respeitar os princípios da legitimidade fiscal, sendo que a alocação e a utilização dos fundos públicos devem ser conduzidas com legalidade, transparência, prestação de contas e confiança pública*[5].
>
> **Attiya Waris – Perita independente CDH**

Ao introduzir o conceito de legitimidade fiscal, o relatório amplia o escopo tradicional da análise, sustentando que a realização dos direitos humanos depende não apenas do volume de recursos disponíveis, mas da forma como o sistema fiscal — nacional e internacional — é estruturado, governado e legitimado.

A crise estrutural da cooperação no sistema fiscal global

Attiya Waris busca esclarecer e redefinir o alcance normativo da assistência e cooperação internacionais no direito internacional dos direitos humanos, afastando-se de uma leitura voluntarista e aproximando-as de obrigações jurídicas estruturais inseridas na arquitetura fiscal global. Waris reconhece a existência de diferentes correntes interpretativas. Uma visão denominada "minimalista" sustenta que a cooperação internacional permanece, em grande medida, voluntária, limitada por princípios como a boa-fé e a não interferência. Em contraposição, a abordagem "maximalista" interpreta o artigo 2º, parágrafo 1º, do PIDESC como fonte de obrigações vinculantes de caráter extraterritorial, exigindo que Estados mais ricos prestem apoio quando outros Estados não conseguem cumprir seus compromissos em matéria de direitos humanos. Entre essas posições, alguns autores defendem modelos intermediários de "responsabilidade graduada", enquanto outros ampliam a leitura maximalista para incluir Estados terceiros que, embora não atuem como doadores diretos, exercem influência decisiva sobre arranjos econômicos internacionais e, por isso, compartilham responsabilidades na proteção dos direitos humanos.

[5] Segundo a Perita Waris, "a legitimidade fiscal é assegurada quando um sistema fiscal opera de acordo com sete princípios, a saber: prestação de contas, transparência, responsabilidade, eficiência, eficácia, equidade e justiça (...)". Para saber mais sobre os princípios: A/HRC/55/54.

A contribuição central da Especialista, contudo, é deslocar esse debate teórico para um marco analítico de legitimidade fiscal. Ao inserir a assistência e a cooperação internacionais nesse enquadramento, Waris afirma que os mesmos princípios que devem reger os sistemas fiscais domésticos — responsabilização, transparência, responsabilidade, eficiência, eficácia, equidade e justiça — devem também governar os mecanismos financeiros internacionais. Com isso, a cooperação deixa de ser tratada como ajuda discricionária entre Estados soberanos formalmente iguais e passa a ser compreendida como componente estrutural da governança fiscal global, indissociável das obrigações de direitos humanos. Essa formulação desafia diretamente o modelo tradicional de cooperação voluntária predominante nas práticas de desenvolvimento e sustenta que a efetiva realização dos direitos humanos exige uma transformação sistemática da arquitetura financeira internacional, e não ajustes incrementais.

Waris reforça esse argumento ao introduzir o conceito de responsabilidade histórica, especialmente no contexto climático. Ao demonstrar que os países do Norte global seriam responsáveis por um montante estimado em centenas de trilhões de dólares em razão da apropriação excessiva do espaço atmosférico, a Perita reformula a assistência internacional como uma questão de compensação ou reparação, e não de benevolência. Essa abordagem ancora as obrigações de cooperação em danos mensuráveis e responsabilidades quantificáveis, deslocando-as do plano abstrato da moralidade para o campo concreto da justiça fiscal global. Nesse sentido, Estados que excederam sua parcela do orçamento de carbono devem compensar aqueles que dele se abstiveram, estabelecendo parâmetros objetivos para a chamada responsabilidade graduada.

A Especialista também evidencia a contradição prática do sistema atual ao demonstrar que, longe de aliviar restrições fiscais, os arranjos internacionais frequentemente agravam a carga financeira sobre Estados vulneráveis. O fato de países africanos destinarem montantes em serviço da dívida superiores a todas as promessas de financiamento climático combinadas ilustra como a cooperação internacional pode funcionar, na prática, como mecanismo de extração de recursos. Tal realidade, segundo Waris, viola diretamente o entendimento consolidado do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, que proíbe que acordos de dívida comprometam níveis mínimos essenciais de direitos e enfatiza o papel da cooperação internacional justamente para evitar cortes regressivos quando os recursos domésticos são insuficientes.

Por fim, a Perita conclui que a legitimidade fiscal global não pode ser alcançada por meio do cumprimento formal e seletivo de padrões técnicos internacionais enquanto se preservam estruturas que reproduzem desigualdades e injustiças sistêmicas. A assistência e cooperação internacionais, portanto, exigem uma reconfiguração profunda da arquitetura financeira global, nos domínios da tributação internacional, da dívida soberana e do combate aos fluxos financeiros ilícitos. Apenas mediante essa transformação estrutural a cooperação deixará de ser um ato discricionário entre Estados e passará a constituir um elemento legítimo e obrigatório da ordem fiscal global orientada à realização dos direitos humanos.

A Perita aprofunda esse diagnóstico ao examinar a assistência e cooperação internacionais no âmbito do sistema fiscal global, com enfoque em quatro eixos principais.

a) Tributação

No campo da tributação, evidencia-se que a governança fiscal internacional permanece concentrada em instâncias dominadas por países de alta renda, em especial a Organização para

Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Apesar de avanços técnicos, como o intercâmbio automático de informações e as iniciativas contra a erosão da base tributária, os países em desenvolvimento continuam enfrentando barreiras significativas de participação e acesso efetivo à informação, o que limita sua capacidade de mobilizar recursos domésticos. A proposta de uma convenção tributária no âmbito das Nações Unidas emerge, nesse contexto, como tentativa de democratizar a governança fiscal global.

A tabela abaixo (Tabela 1) resume os principais instrumentos de cooperação tributária internacional, seus potenciais declarados e os limites estruturais identificados por Attiya Waris à luz da legitimidade fiscal e dos direitos humanos.

Tabela 1 Quadro comparativo – Cooperação tributária internacional

Instrumento / Iniciativa	Potencial identificado pela Perita	Limites e críticas estruturais apontados
Governança tributária internacional liderada pela OCDE	Produção de padrões técnicos comuns; coordenação multilateral contra evasão e elisão; criação de linguagem comum para política tributária internacional.	Estrutura decisória dominada por países de alta renda; países em desenvolvimento atuam majoritariamente como "tomadores de normas"; padrões refletem interesses fiscais do Norte global; cooperação transforma-se em mecanismo de extração de recursos em vez de redistribuição.
Proposta de Convenção Tributária da ONU	Criação de fórum universal com igualdade soberana; maior voz decisória para países em desenvolvimento; possibilidade de alinhar tributação internacional a direitos humanos e justiça fiscal.	Forte resistência de países da OCDE; disputa política sobre deslocamento da governança fiscal global; ausência, até o momento, de caráter vinculante efetivo.
Intercâmbio Automático de Informações (AEOI/CRS)	Avanço relevante em transparência financeira global; potencial para combater evasão fiscal transnacional; ampliação do acesso a informações bancárias.	Barreiras técnicas, legais e financeiras limitam a participação efetiva de países em desenvolvimento; assimetria de reciprocidade; exclusão prática de algumas grandes economias; custos administrativos elevados para países de baixa capacidade fiscal.
Crypto-Asset Reporting Framework (CARF)	Atualização da cooperação tributária frente à digitalização financeira; tentativa de acompanhar novas formas de ocultação de ativos; expansão da transparência para criptoativos.	Aumento da complexidade regulatória; risco de ampliar desigualdades entre administrações tributárias; ausência de participação equitativa dos países em desenvolvimento na formulação das regras.
Relatório País-a-País (Country-by-Country Reporting – CBCR)	Instrumento central para identificar transferência artificial de lucros e erosão da base tributária; potencial para fortalecer fiscalização de multinacionais.	Regras restritivas de compartilhamento de dados; exigência de acordos bilaterais ou multilaterais específicos; acesso limitado justamente para os países

		onde ocorre a extração de valor; ausência de repositório fiscal global público.
Transparência sobre beneficiários finais	Identificação de estruturas opacas; apoio ao combate à evasão fiscal e aos fluxos financeiros ilícitos; fortalecimento da cooperação entre autoridades fiscais e de investigação.	Fragmentação normativa; definições divergentes de beneficiário final; diferenças nos níveis de acesso público; criação de brechas exploráveis por atores econômicos sofisticados.
Convenção Multilateral para Prevenir a Erosão da Base Tributária e a Transferência de Lucros (BEPS MLI, sigla em inglês)	Inovação institucional ao permitir a modificação simultânea de milhares de tratados; redução de custos de renegociação; acesso teórico a cláusulas antiabuso.	Sistema de reservas e exceções enfraquece efeitos redistributivos; elevada complexidade técnica; exigência de capacidade administrativa incompatível com muitos países em desenvolvimento.
Solução de Dois Pilares da OCDE	Tentativa inédita de coordenação global; reconhecimento do problema da digitalização da economia; criação de imposto mínimo global.	Não adesão de grandes economias; alíquota mínima considerada insuficiente; implementação fragmentada; favorece empresas multinacionais sofisticadas; não altera assimetrias estruturais da tributação global.
Modelo atual de cooperação tributária internacional (síntese)	Progresso técnico significativo; expansão de instrumentos formais de cooperação; maior circulação de informações fiscais.	Permanência de assimetrias de poder; cooperação tecnocrática desvinculada de direitos humanos; incapacidade de enfrentar perdas massivas de receita que comprometem a realização de direitos; necessidade de reforma estrutural da arquitetura fiscal global.

Fonte: Relatório A/HRC/61/44

Waris conclui que, apesar do avanço técnico dos instrumentos de cooperação tributária, a forma como estão institucionalizados impede que cumpram uma função redistributiva compatível com as obrigações de direitos humanos. Em vez de fortalecer a capacidade fiscal dos Estados mais vulneráveis, esses mecanismos tendem a reproduzir desigualdades estruturais, exigindo uma reconfiguração profunda da governança tributária internacional como componente essencial da legitimidade fiscal global.

b) Dívida soberana

No âmbito da dívida soberana, o relatório apresenta os mecanismos da assistência e cooperação internacionais no campo da dívida soberana, analisa criticamente a arquitetura global de gestão da dívida, seus mecanismos institucionais, suas insuficiências estruturais e as implicações diretas para o cumprimento das obrigações de direitos humanos pelos Estados. A Especialista reconhece que a cooperação internacional em matéria de dívida evoluiu por meio de arranjos institucionais múltiplos, formais e informais, que refletem diferentes concepções

sobre a relação entre credores e devedores. Contudo, ela sustenta que, apesar da retórica cooperativa, essa arquitetura permanece profundamente assimétrica, reproduzindo relações de poder que favorecem credores e restringem o espaço fiscal dos Estados endividados, sobretudo no Sul Global.

O Clube de Paris, descrito como o fórum mais antigo de coordenação entre credores oficiais, é reconhecido por sua capacidade de coordenação e padronização de tratamentos, porém o Clube opera a partir de uma lógica credor-cêntrica, na qual os países devedores participam como solicitantes e não como parceiros em pé de igualdade. Ademais, sua ênfase tradicional em alívio de fluxo, e não de estoque da dívida, resulta em soluções temporárias que frequentemente agravam a vulnerabilidade fiscal no longo prazo.

A iniciativa para os Países Pobres Muito Endividados (HIPC) e a Iniciativa Multilateral de Alívio da Dívida representaram avanços importantes ao vincular o tratamento da dívida à redução da pobreza e à proteção do gasto social. Ainda assim, a Perita observa que essas iniciativas foram limitadas em alcance, excessivamente condicionadas e hoje se mostram insuficientes diante da mudança no perfil dos credores, com a crescente participação de credores privados e de novos credores bilaterais fora desses marcos institucionais.

O Marco Comum do G20 para Tratamento da Dívida, criado no contexto da pandemia, representa um avanço ao tentar incluir credores não tradicionais, como a China, contudo sua implementação tem sido lenta, incerta e pouco efetiva, com poucos países solicitando tratamento e com processos prolongados que retardam a recuperação econômica. A exigência de tratamento comparável por credores privados é apontada como um dos principais entraves, pois esses credores frequentemente se recusam a participar, beneficiando-se indiretamente dos sacrifícios feitos por credores oficiais.

A Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida, por seu caráter emergencial e temporário, acabou por postergar obrigações, tendo em vista que há somente a suspensão de pagamentos — sem cancelamento efetivo – criando pressões fiscais futuras ainda maiores, enquanto excluía justamente os credores multilaterais e privados que concentram parte expressiva das obrigações dos países em desenvolvimento.

Waris examina o papel do Fundo Monetário Internacional (FMI), tanto por meio de seus quadros analíticos de sustentabilidade da dívida quanto de suas condicionalidades. Embora reconheça o valor técnico das análises do FMI, a Perita sustenta que elas tendem a priorizar a manutenção da capacidade de pagamento e o acesso aos mercados financeiros, em detrimento da proteção de níveis mínimos essenciais de direitos humanos. Com isso, a sustentabilidade da dívida é definida de forma estreita, desconsiderando impactos sociais, ambientais e de gênero.

O relatório aborda iniciativas normativas alternativas, como os Princípios da UNCTAD sobre Empréstimos e Endividamento Soberano Responsáveis e os princípios de reestruturação defendidos por credores privados, destacando que, apesar de sua importância conceitual, tais instrumentos permanecem voluntários e sem mecanismos efetivos de aplicação, o que limita sua capacidade de alterar comportamentos estruturais no mercado internacional de dívida.

As iniciativas regionais e Sul-Sul, especialmente no contexto africano, são reconhecidos por seus esforços para fortalecer a autonomia regional na análise da dívida e na coordenação de respostas. Contudo, Waris ressalta que esses mecanismos ainda operam em escala limitada, carecendo de recursos e reconhecimento internacional suficientes para enfrentar a magnitude da crise atual.

Por fim, a Especialista destaca desenvolvimentos recentes no âmbito do Financiamento para o Desenvolvimento, com especial atenção para o Compromisso de Sevilha, adotado na Quarta Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento. Waris identifica esse momento como um ponto de inflexão político, no qual surgem propostas como cláusulas de suspensão de pagamentos em caso de desastres, canjes (trocas) de dívida por desenvolvimento e a criação de fóruns multilaterais mais inclusivos. Ainda assim, ela observa que a resistência de países credores avançados à transferência da governança da dívida para um fórum universal sob a ONU evidencia as tensões persistentes entre cooperação multilateral genuína e a preservação de interesses credores.

Em síntese, sustenta-se que a cooperação internacional em matéria de dívida permanece estruturalmente inadequada para garantir a realização dos direitos humanos. Embora haja avanços técnicos e institucionais, a arquitetura global da dívida continua orientada pela proteção dos credores e pela disciplina fiscal dos devedores, em vez de pela justiça fiscal, pela equidade e pelo cumprimento das obrigações internacionais de direitos humanos. Para Waris, superar esse quadro exige transformações profundas da governança da dívida soberana, integrando de forma vinculante critérios de direitos humanos, participação democrática e responsabilidade compartilhada.

c) Fluxos financeiros ilícitos

Attiya Waris trata da assistência e cooperação internacionais no enfrentamento dos fluxos financeiros ilícitos (FFI), analisando o conjunto de marcos normativos, institucionais e operacionais existentes e suas limitações à luz da legitimidade fiscal e dos direitos humanos.

De forma geral, a Perita sustenta que a cooperação internacional contra os fluxos financeiros ilícitos avançou significativamente em termos de padrões, redes institucionais e instrumentos técnicos, mas permanece fragmentada, assimétrica e insuficiente para enfrentar as causas estruturais do problema. Os FFI são apresentados como um dos principais fatores de erosão da base fiscal dos Estados, especialmente nos países em desenvolvimento, comprometendo diretamente a capacidade de financiar direitos econômicos, sociais e culturais.

Waris descreve a arquitetura internacional de combate aos fluxos ilícitos como composta por múltiplos regimes paralelos — penais, regulatórios, fiscais e financeiros — que refletem diferentes concepções do problema. Iniciativas como aquelas lideradas pelo Grupo de Ação Financeira (GAFI), pelas Convenções das Nações Unidas contra a Corrupção e contra o Crime Organizado Transnacional, e pelos mecanismos de transparência fiscal da OCDE são reconhecidas como avanços importantes no estabelecimento de padrões globais e na promoção da cooperação técnica. No entanto, a Perita observa que esses regimes tendem a operar com governança concentrada e com participação limitada dos países mais afetados pelos fluxos ilícitos.

Um dos pontos recorrentes da análise é a crítica ao caráter predominantemente *compliance-oriented* dessas estruturas, que enfatizam a adoção formal de padrões e avaliações entre pares, mas dão pouca atenção às assimetrias de poder, ao papel das jurisdições sigilosas e à atuação de intermediários financeiros e profissionais sediados, em grande medida, em países de alta renda. Segundo a Perita, isso resulta em uma cooperação que, muitas vezes, exige elevados esforços administrativos dos países em desenvolvimento sem produzir benefícios proporcionais em termos de recuperação de ativos ou redução efetiva dos fluxos ilícitos.

O relatório também aborda o papel de iniciativas como o intercâmbio automático de informações fiscais, os mecanismos de transparência de beneficiários finais e a atuação das

unidades de inteligência financeira, reconhecendo seu potencial para fortalecer investigações e rastrear ativos. Contudo, Waris destaca que a ausência de padrões harmonizados, as restrições de acesso à informação, os limites impostos pelo sigilo bancário e a cooperação desigual entre jurisdições reduzem significativamente a eficácia desses instrumentos como mecanismos de assistência internacional genuína.

Além disso, a Perita chama atenção para novos desafios colocados pela digitalização financeira, como o uso de criptoativos e tecnologias emergentes, que ampliam a complexidade dos fluxos ilícitos e frequentemente superam a capacidade regulatória e investigativa dos Estados. Embora reconheça esforços recentes para atualizar os marcos normativos, ela alerta que tais iniciativas podem aprofundar desigualdades se não forem acompanhadas de apoio técnico adequado e de uma governança mais inclusiva.

Nesse sentido, Waris sintetiza que, apesar do crescimento da cooperação internacional contra os FFIs, o enfoque predominante continua sendo reativo e técnico, sem enfrentar os elementos estruturais que permitem a persistência desses fluxos, como a existência de jurisdições de baixa transparência, a arbitragem regulatória e a proteção institucional de interesses financeiros poderosos. Para a Perita, o combate efetivo aos fluxos ilícitos exige uma transformação da arquitetura financeira internacional, integrando obrigações vinculantes, maior responsabilização de atores privados e um compromisso explícito com a justiça fiscal e a realização dos direitos humanos.

Em suma, o relatório sustenta que a cooperação internacional contra os FFIs, embora mais desenvolvida do que em décadas anteriores, ainda não cumpre seu papel como instrumento de solidariedade fiscal global, funcionando de forma insuficiente para proteger a base de recursos necessária à efetivação dos direitos humanos.

d) Instituições financeiras internacionais

Attiya Waris examina o papel das instituições financeiras internacionais e de outros organismos multilaterais no contexto da assistência e cooperação internacionais, avaliando em que medida esses atores contribuem — ou não — para uma governança financeira compatível com os direitos humanos e com a legitimidade fiscal global.

A Perita argumenta que essas instituições concentram recursos técnicos, financeiros e normativos significativos, sendo, em tese, os instrumentos mais visíveis e poderosos da cooperação internacional. Contudo, ela sustenta que sua atuação é marcada por contradições profundas entre os objetivos formalmente declarados de apoio ao desenvolvimento e as estruturas de governança e práticas operacionais que reproduzem assimetrias de poder entre Estados.

Waris analisa especialmente instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Grupo Banco Mundial (BM), reconhecendo que seus programas de financiamento, assessoria técnica e monitoramento macroeconômico influenciam diretamente as políticas fiscais dos Estados. No entanto, a Perita observa que o uso recorrente de condicionalidades, a ênfase na consolidação fiscal e a priorização da sustentabilidade da dívida em termos estritamente financeiros frequentemente restringem o espaço fiscal necessário para a realização dos direitos humanos, em especial dos direitos econômicos e sociais.

O relatório também aborda o papel dos bancos regionais de desenvolvimento e de outras iniciativas multilaterais e temáticas, reconhecendo que esses arranjos podem ser mais sensíveis a contextos regionais e oferecer alternativas parciais às instituições globais

tradicionais. Ainda assim, a Perita ressalta que tais instituições também enfrentam limitações relevantes, como recursos financeiros insuficientes, dependência de países doadores e reprodução de práticas semelhantes às das instituições de Bretton Woods.

Além disso, Waris destaca que regimes e organizações internacionais voltadas ao comércio, à estabilidade financeira e à regulação bancária exercem influência significativa sobre as capacidades fiscais dos Estados, muitas vezes sem integração adequada com obrigações de direitos humanos. A fragmentação institucional e a ausência de mecanismos robustos de responsabilização dificultam a harmonização entre políticas financeiras internacionais e a realização progressiva dos direitos.

A Especialista sustenta que, apesar da centralidade das instituições financeiras internacionais na cooperação global, a sua contribuição efetiva para a realização dos direitos humanos permanece limitada enquanto estruturas decisórias assimétricas, práticas de condicionalidade e prioridades centradas na estabilidade do capital continuarem predominando. Para Waris, a reforma da governança dessas instituições e a incorporação vinculante de princípios de legitimidade fiscal e direitos humanos são condições indispensáveis para que a cooperação internacional cumpra seu papel transformador.

Em síntese, conclui-se que as instituições financeiras internacionais não são meros instrumentos técnicos da cooperação, mas atores estruturantes da ordem fiscal global, cujo funcionamento atual exige profundas reformas para que deixem de limitar e passem a apoiar, de forma consistente, a realização dos direitos humanos.

Recomendações – a legitimidade fiscal e a reorientação da cooperação internacional

As recomendações normativas estruturais, organizadas em torno dos sete princípios da legitimidade fiscal: responsabilidade, transparência, *accountability*, eficiência, eficácia, equidade e justiça são apresentadas como critérios operacionais para a reorganização da assistência e cooperação internacionais.

A responsabilidade é concebida de forma ampla, alcançando não apenas Estados devedores, mas também Estados credores, instituições financeiras internacionais e credores privados. As decisões relacionadas à concessão de empréstimos, à definição de condicionalidades e à arquitetura da cooperação internacional são tratadas como atos de gestão fiduciária do interesse público, passíveis de responsabilização jurídica e política.

A transparência é afirmada como condição indispensável da legitimidade fiscal, exigindo a divulgação integral de contratos de dívida, avaliações de sustentabilidade, estruturas de beneficiários finais e processos decisórios de instituições financeiras internacionais. Essa exigência dialoga diretamente com o Comentário Geral nº 24 do Comitê do PIDESC, que reforça o dever estatal de regular atores privados em contextos transnacionais.

A *accountability* implica a criação de mecanismos jurisdicionais e quase jurisdicionais capazes de avaliar previamente os impactos das políticas fiscais, dos programas de ajuste e das estratégias de cooperação internacional sobre os direitos humanos, incorporando avaliações de impacto em direitos humanos como requisito sistemático.

Os princípios da eficiência e da eficácia são ressignificados a partir de uma perspectiva de direitos humanos. O relatório rejeita concepções estritamente financeiras e sustenta que políticas fiscais e instrumentos de cooperação só podem ser considerados eficientes e eficazes se garantirem níveis mínimos essenciais de direitos, conforme estabelecido nos Comentários

Gerais nº 3 e nº 14 do Comitê do PIDESC, o primeiro trata da natureza das obrigações dos Estados-Parte e o segundo, sobre o direito ao mais alto nível possível de saúde.

A equidade exige a priorização de sistemas tributários progressivos e o combate rigoroso à evasão, elisão fiscal e aos fluxos financeiros ilícitos. Quando os recursos domésticos são estruturalmente insuficientes, a obrigação de buscar cooperação internacional torna-se exigível, devendo esta assumir prioritariamente a forma de transferências não reembolsáveis.

Por fim, o princípio da justiça introduz uma redefinição substantiva do conceito de sustentabilidade da dívida. O relatório afirma que nenhuma dívida pode ser considerada legítima ou sustentável se seu serviço comprometer o financiamento mínimo de saúde, educação e proteção social. Assim, a sustentabilidade da dívida passa a incorporar dimensões econômicas, sociais e ambientais, em consonância com a Declaração do Comitê do PIDESC sobre dívida pública e austeridade (E/C.12/2016/1).

Austeridade, espaço fiscal e direitos humanos

O relatório apresentado ao CDH (A/HRC/61/44) insere-se em um campo crítico que denuncia a transformação da austeridade de resposta conjuntural em regime permanente de governança macroeconômica. Essa constatação encontra apoio direto na obra de Isabel Ortiz, que demonstra empiricamente que, entre 2021 e 2025, aproximadamente 85% da população mundial passou a viver sob políticas de contenção ou contração do gasto público social.

Em *End Austerity*, Ortiz e Cummins afirmam que:

> *A austeridade não é inevitável nem tecnicamente necessária; trata-se de uma decisão política que transfere o custo do ajuste para trabalhadores, mulheres e os mais pobres.*
>
> **Ortiz e Cummins, 2022**

Essa afirmação dialoga diretamente com a tese central do relatório A/HRC/61/44 segundo a qual a escassez fiscal não pode ser presumida, mas deve ser juridicamente demonstrada, e apenas após o esgotamento de todas as alternativas compatíveis com o dever de mobilizar o máximo de recursos disponíveis, conforme o artigo 2º (1) do PIDESC.

Ortiz demonstra que políticas de austeridade incidem prioritariamente sobre áreas centrais à realização dos direitos humanos – proteção social, saúde, educação, pensões e salários do setor público – corroborando o diagnóstico do relatório de que a cooperação internacional e os regimes fiscais globais têm operado como mecanismos de restrição do espaço fiscal, e não como instrumentos de solidariedade.

> *Os Ministérios da Fazenda afirmam que não há recursos para direitos, ao mesmo tempo em que se mantêm amplas isenções fiscais, regimes regressivos de tributação e tolerância aos fluxos financeiros ilícitos.*
>
> **Isabel Ortiz et al., 2019**

Esse ponto fortalece a noção de legitimidade fiscal adotada no relatório, segundo a qual decisões orçamentárias só são legítimas quando tomadas com transparência, participação social e justiça distributiva. Em apresentação feita durante os Seminários Avançados de Saúde Global e Diplomacia da Saúde, do dia 25 de março de 2026[6], Ortiz é particularmente enfática ao criticar a tomada de decisões econômicas a portas fechadas, afirmando que:

> *Decisões fiscais que afetam a vida de milhões de pessoas não podem ser tomadas em espaços tecnocráticos sem diálogo social e sem avaliação de impactos distributivos.*
>
> **Isabel Ortiz, 2026**

O relatório ao Conselho de Direitos Humanos traduz essa crítica em linguagem normativa, ao sustentar que a ausência de participação e *accountability* viola princípios fundamentais do direito internacional dos direitos humanos, comprometendo não apenas direitos sociais, mas a própria legitimidade democrática do Estado.

Outro ponto de convergência reside na concepção restrita de sustentabilidade da dívida. Ortiz sustenta que dívidas devem ser consideradas ilegítimas quando seu serviço impede o financiamento de políticas sociais básicas, observação que se reflete diretamente no Capítulo III do relatório. Em suas palavras:

> *Uma dívida que obriga o Estado a cortar saúde, educação e proteção social não é sustentável – é socialmente destrutiva.*
>
> **Ortiz e Cummins, 2019**

Essa perspectiva reforça a proposta do relatório de redefinir a sustentabilidade da dívida a partir de critérios substanciais de direitos humanos, incorporando parâmetros mínimos de gasto social e proteção de obrigações essenciais.

Por fim, a obra de Isabel Ortiz fornece suporte empírico à afirmação do relatório de que a austeridade corrói a coesão social e aumenta a instabilidade política. Estudos coordenados por Ortiz demonstram correlação direta entre políticas de austeridade e o crescimento de protestos sociais em mais de cem países desde 2006, fenômeno que o relatório enquadra como violação indireta de direitos civis e políticos ao minar as bases materiais da cidadania.

Assim, o relatório ao Conselho de Direitos Humanos e a obra de Isabel Ortiz revelam uma convergência robusta: aquilo que Ortiz demonstra no plano empírico e político, o relatório consolida no plano jurídico. Ambos apontam que a austeridade não é inevitável, que alternativas existem e que a persistência de políticas regressivas configura não apenas uma escolha econômica, mas uma falha estrutural de governança e uma violação de obrigações internacionais.

[6] Seminário completo disponível em inglês, espanhol e português. Apresentação de Isabel Ortiz a partir de 1h29min.

Conflito armado, dívida soberana e direitos humanos: a carta da Perita Independente ao Conselho de Segurança das Nações Unidas

A carta aberta encaminhada pela Perita Independente Attiya Waris ao Conselho de Segurança das Nações Unidas, no contexto do conflito armado em curso no Golfo Pérsico demonstra, em tempo real, como choques geopolíticos e militares produzem impactos diretos, imediatos e profundamente assimétricos sobre a arquitetura financeira internacional e sobre a capacidade dos Estados de cumprir suas obrigações em matéria de direitos humanos.

Na carta, a Perita sustenta que as hostilidades em curso extrapolam os limites tradicionais da análise humanitária e da segurança regional, configurando um evento sistêmico com repercussões globais sobre energia, comércio, alimentos, inflação e endividamento soberano. O bloqueio de rotas estratégicas de transporte marítimo, em especial o Estreito de Hormuz, é descrito como um fator de ruptura estrutural que afeta cadeias globais de abastecimento e eleva abruptamente os preços do petróleo, do gás natural, de fertilizantes e de alimentos. Esses efeitos são apresentados não como externalidades colaterais, mas como mecanismos centrais de transmissão de vulnerabilidade fiscal e social, particularmente para Estados importadores líquidos de energia e alimentos.

A Perita estabelece, de modo explícito, a conexão entre esse choque externo e o agravamento do risco de endividamento em países do Sul Global. O aumento dos custos de importação, a deterioração dos termos de troca, a redução de reservas internacionais, a fuga de capitais e a elevação das taxas de juros globais, impulsionada por respostas monetárias no Norte Global, formam um ciclo cumulativo que compromete a capacidade de Estados altamente endividados de honrar obrigações externas sem sacrificar gastos sociais essenciais. Nesse sentido, Waris enfatiza que a crise da dívida não decorre de má gestão fiscal doméstica, mas de um choque exógeno associado a um conflito no qual muitos desses países não tiveram qualquer participação.

A carta também chama atenção para o papel das agências de classificação de risco, cujas metodologias pró-cíclicas tendem a amplificar crises ao rebaixar classificações soberanas justamente em contextos de choque externo, encarecendo o crédito quando ele é mais necessário. Esse mecanismo, segundo a Perita, reforça a lógica de disciplina fiscal assimétrica que atravessa a arquitetura financeira internacional e agrava a compressão do espaço fiscal disponível para políticas públicas voltadas à realização dos direitos humanos.

Além das implicações econômicas e financeiras, a carta dedica especial atenção à destruição de infraestrutura civil essencial, incluindo instalações de abastecimento de água, energia, produção de alimentos e equipamentos sanitários. A Perita enquadra esses ataques como violações diretas do direito internacional humanitário e dos direitos humanos, destacando que a destruição deliberada ou o comprometimento de infraestruturas indispensáveis à sobrevivência da população civil afeta de forma imediata os direitos à água, à alimentação, à saúde e a um nível de vida adequado. Nessa perspectiva, o conflito armado é analisado não apenas como violação de normas humanitárias, mas como fator estrutural de regressão em direitos econômicos, sociais e culturais.

Por fim, a carta articula uma crítica contundente à distribuição global de recursos, contrapondo o crescimento acelerado dos gastos militares à crônica insuficiência de financiamento para a paz, para o desenvolvimento e para a cooperação internacional. Ao mobilizar dados sobre o volume global de despesas militares e sua desproporção em relação aos investimentos necessários para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável,

Waris reforça a tese de que a insegurança e a instabilidade não resultam da escassez de recursos, mas de escolhas políticas e institucionais que privilegiam lógicas bélicas e financeiras em detrimento da proteção da vida e da dignidade humana.

Considerações finais

O relatório A/HRC/61/44 elaborado pela Perita Independente Attiya Waris sustenta que a crise contemporânea da assistência e cooperação internacionais é de natureza estrutural e normativa. A arquitetura vigente foi historicamente moldada por relações coloniais, assimetrias de poder e exclusões sistemáticas de países do Sul Global e de populações marginalizadas, resultando em um modelo de cooperação que frequentemente opera como instrumento de disciplinamento fiscal e proteção do capital.

A proposta de reorientação apresentada no relatório indica uma mudança de paradigma: a centralidade da realização dos direitos humanos como finalidade primária da cooperação internacional, acima da proteção de interesses de credores ou da confiança dos mercados financeiros. Essa reorientação não constitui opção política discricionária, mas exigência jurídica decorrente das obrigações internacionais assumidas pelos Estados.

Nesse sentido, a carta da Perita Independente ao Conselho de Segurança funciona como um exemplo empírico e fato contemporâneo aos temas centrais deste informe. Os mecanismos de transmissão da crise analisados na comunicação — preços de energia, inflação, dívida, fluxos de capitais e compressão do gasto social — confirmam que a arquitetura financeira global opera de maneira estruturalmente assimétrica, transferindo os custos de conflitos e choques exógenos para populações e Estados que detêm menor poder político e econômico.

A carta também reforça a centralidade da assistência e cooperação internacionais como obrigações jurídicas, e não como atos discricionários de solidariedade. Ao afirmar que Estados afetados indiretamente por um conflito armado têm direito à suspensão do serviço da dívida, ao acesso a financiamento emergencial e à proteção de seus níveis mínimos de direitos, a Perita concretiza, no campo da segurança internacional, os princípios de legitimidade fiscal, responsabilidade compartilhada e equidade analisados no relatório A/HRC/61/44.

Dessa forma, a relação entre o relatório, a obra de Isabel Ortiz e a carta ao Conselho de Segurança evidencia que a austeridade, a dívida e a regressão de direitos não são fenômenos isolados ou domésticos, mas expressões de uma governança global que prioriza a estabilidade do capital e o financiamento da guerra em detrimento da realização dos direitos humanos. Superar esse quadro exige não apenas reformas técnicas, mas uma reorientação estrutural da cooperação internacional, capaz de responder a choques geopolíticos e econômicos com instrumentos de justiça fiscal, solidariedade jurídica e proteção efetiva da dignidade humana.

Referências

Committee on Economic, Social and Cultural Rights. *General Comment No. 3; 1990*. Disponível em: https://www.ohchr.org/en/documents/general-comments-and-recommendations/general-comment-no-3

Committee on Economic, Social and Cultural Rights. *Public debt, austerity measures and the Covenant*. UN Doc. E/C.12/2016/1; 2016. Disponível em: https://docs.un.org/en/E/C.12/2016/1

Fiocruz. VideoSaúde Distribuidora da Fiocruz. Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde. *Direitos Humanos em tempos de desumanização e negacionismo: ameaças e futuro a ser construído*. Disponível em: https://www.youtube.com/live/2XLPfyr9SKI?si=z6UC14Ss3spQVoY2

Ortiz I, Chowdhury A, Durán F, Muzaffar T, Urban S. *Fiscal Space for Social Protection and the SDGs*. ILO; 2019. Disponível em: https://www.social-protection.org/gimi/RessourcePDF.action?id=55694

Ortiz I, Burke S, Berrada M, Cortés H. *World Protests: A Summary of Key Issues in the 21st Century*. Columbia University; 2022. Disponível em: https://cup.columbia.edu/book/world-protests/9780231204537

Ortiz I, Cummins M. *Austerity: The New Normal – A Renewed Washington Consensus (2010–2024).* Initiative for Policy Dialogue; 2019. Disponível em: https://www.ituc-csi.org/IMG/pdf/austerity_the_new_normal_ortiz_cummins.pdf

Ortiz I, Cummins M. *End Austerity: A Global Report on Budget Cuts and Harmful Social Reforms in 2022–25*. Action Aid; 2022. Disponível em: https://www.eurodad.org/end_austerity_a_global_report

Waris, A. *Open letter by the Independent Expert on foreign debt, other international financial obligations and human rights to the Security Council on the current war in the Persian Gulf*. Disponível em: https://www.ohchr.org/sites/default/files/documents/issues/iedebt/actitivies/2026-03-ie-foreign-debt-open-letter-ongoing-war-persian.pdf

United Nations Human Rights Council. *Report of the Independent Expert on the effects of foreign debt and other related international financial obligations of States on the full enjoyment of all human rights*. UN Doc. A/HRC/61/44; 2026. Disponível em: https://docs.un.org/en/A/HRC/61/44

Entre impasses globais e avanços regionais: os desafios da governança da saúde global

Entre estancamientos globales y avances regionales: los retos de la gobernanza de la salud mundial

Between global deadlocks and regional progress: the challenges of global health governance

Luana Bermudez, Paula Reges e Luiz Augusto Galvão

Resumo: O artigo aborda dois eixos centrais da agenda global e regional de saúde: os impasses nas negociações do Acordo sobre Pandemias e os resultados alcançados pela OPAS nas Américas em 2025. No plano global, destaca-se a dificuldade em avançar no Anexo de acesso a patógenos e repartição de benefícios (PABS), com divergências persistentes sobre princípios fundamentais e ausência de vontade política suficiente para alcançar consenso, o que levou à prorrogação das negociações e coloca em risco a própria operacionalização do Acordo. No plano regional, o relatório anual da OPAS evidencia uma combinação de avanços significativos e desafios persistentes. Em conjunto, os dois temas ressaltam que, embora haja capacidade técnica e exemplos concretos de progresso, a efetividade das respostas em saúde depende, sobretudo, de cooperação internacional sustentada e compromisso político.

Palavras-chave: OMS. Saúde global. Agenda. PABS.

Resumen: *El artículo aborda dos ejes centrales de la agenda global y regional de salud: los impasses en las negociaciones del Acuerdo sobre Pandemias y los resultados alcanzados por la OPS en las Américas en 2025. A nivel global, se destaca la dificultad para avanzar en el Anexo sobre acceso a patógenos y reparto de beneficios (PABS), con divergencias persistentes sobre principios fundamentales y la falta de voluntad política suficiente para alcanzar un consenso. Esto ha llevado a la prórroga de las negociaciones y pone en riesgo la propia operacionalización del Acuerdo. A nivel regional, el informe anual de la OPS evidencia una combinación de avances significativos y desafíos persistentes. En conjunto, ambos temas subrayan que, si bien existe capacidad técnica y ejemplos concretos de progreso, la efectividad de las respuestas en salud depende, sobre todo, de la cooperación internacional sostenida y del compromiso político.*

Palabras clave: *OMS. Salud mundial. Agenda. PABS.*

Abstract: *The article addresses two central pillars of the global and regional health agenda: the deadlock in the negotiations of the Pandemic Agreement and the results achieved by PAHO in the Americas in 2025. At the global level, it highlights the difficulty in advancing the Annex on pathogen access and benefit-sharing (PABS), with persistent divergences over fundamental principles and a lack of sufficient political will to reach consensus. This has led to an extension of the negotiations and puts the very operationalization of the Agreement at risk. At the regional level, PAHO's annual report points to a combination of significant progress and ongoing challenges. Taken together, these two issues underscore that, although there is technical*

capacity and concrete examples of progress, the effectiveness of health responses ultimately depends on sustained international cooperation and political commitment.

Keywords: *WHO. Global health. Agenda. PABS.*

Negociações travadas colocam em risco operacionalização do Acordo sobre Pandemias

A negociação do Anexo sobre acesso a patógenos e repartição de benefícios (PABS) permanece difícil. A sexta sessão do Grupo de trabalho intergovernamental (IGWG) realizada entre 23 e 27 de março estava prevista como a última rodada antes da apresentação de um resultado na 79ª Assembleia Mundial da Saúde, em maio. Persistem, contudo, divergências sobre princípios fundamentais, incluindo a definição de obrigações vinculantes tanto para o acesso à informação quanto para a repartição de benefícios; os tipos de benefícios a serem contemplados; os blocos operacionais do novo sistema PABS; e a linguagem contratual aplicável às diferentes categorias de entidades participantes, entre outros pontos.

Após intensas discussões durante toda a semana, que abrangeram uma série de temas críticos e interligados, como a definição e a distribuição dos benefícios decorrentes do compartilhamento de patógenos, a natureza dos instrumentos contratuais e os arranjos de governança necessários para assegurar seu funcionamento eficaz, transparente e orientado ao interesse público, os membros do IGWG decidiram realizar uma nova rodada de negociações, de 27 de abril a 1º de maio, precedida por consultas informais intersessionais.[1]

Observa-se uma clara falta de vontade política por parte dos Estados-membros para alcançar um consenso, especialmente entre os países desenvolvidos. Como em outras negociações, a questão central não parece ser o tempo disponível, mas sim a disposição política para encontrar soluções.[2]

Ao longo da semana, os países também se reuniram informalmente para mapear o acesso à informação e os diferentes tipos de benefícios envolvidos. A proposta foi avançar na construção de um quadro que permita, ao menos em nível conceitual, aproximar posições. Nesse contexto, diplomatas baseados em Genebra vêm delineando, em suas comunicações com as capitais, diferentes cenários possíveis: alcançar um consenso até 1º de maio; ganhar tempo por meio da apresentação de um texto com colchetes para apreciação dos ministros na Assembleia Mundial da Saúde; o IGWG submeter uma atualização à Assembleia sem consenso; ou ainda a concessão de prazo adicional ao grupo para dar continuidade às negociações além do limite de maio.

Cabe ressaltar que é essencial chegar a um consenso o quanto antes, uma vez que o Acordo sobre Pandemias não poderá ser adotado nem operacionalizado sem o anexo de PABS,

---

[1] World Health Organization. WHO Member States agree to extend negotiations on key annex to the Pandemic Agreement. Disponível em: https://www.who.int/news/item/28-03-2026-who-member-states-agree-to-extend-negotiations-on-key-annex-to-the-pandemic-agreement. Acesso em: 28 de março de 2026.

[2] Priti Patnaik. Developing Countries: Unmoved; Developed Ones: Unyielding. PABS Negotiators Get a Week More To Grasp At Consensus. Geneva Health Files. Disponível em: https://newsletter.genevahealthfiles.com/developing-countries-unmoved-developed-ones-unyielding-pabs-negotiators-get-a-week-more-to-grasp-at-consensus/?ref=geneva-health-files-newsletter. Acesso em: 30 de março de 2026.

o que implica, na prática, a ausência de um acordo global sobre como enfrentar futuras pandemias.

Entre conquistas e retrocessos: o retrato da saúde nas Américas no relatório 2025 da OPAS

A Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) publicou, em 19 de março, seu relatório anual de 2025.[3] (3)

O documento está estruturado em seis partes: inicia-se com uma mensagem do Diretor, Jarbas Barbosa; segue com uma visão geral da atuação da OPAS na região; apresenta as ações em segurança sanitária; destaca as principais iniciativas (flagship initiatives) e conquistas; e, por fim, traz perspectivas futuras (way forward).

Em sua mensagem inicial, Dr. Barbosa reafirma acapacidade da OPAS de entregar resultados e avançar na saúde regional mesmo em um cenário de restrições financeiras, combinando conquistas relevantes com desafios que ainda demandam atenção contínua.

Dentre os principais destaques do relatório estão:

- Eliminação de doenças: o Suriname tornou-se o primeiro país da bacia amazônica certificado como livre de malária, elevando para 20 o número de países sem a doença na região. O Brasil eliminou a transmissão vertical do HIV, reforçando a liderança das Américas na eliminação de doenças transmissíveis.
- Doenças não transmissíveis (DNTs): a iniciativa Better Care for NCDs foi significativamente ampliada, com mais de 10 mil unidades de atenção primária em 28 países implementando a iniciativa HEARTS, oferecendo cuidado padronizado para hipertensão a mais de 6 milhões de pessoas.
- Atenção primária à saúde: Chile, Panamá e Paraguai aderiram à Aliança para a Atenção Primária à Saúde nas Américas, ampliando a cooperação regional e mobilizando investimentos do Banco Interamericano de Desenvolvimento e do Banco Mundial.
- Transformação digital: 22 países ingressaram na Rede Global de Certificação em Saúde Digital, permitindo certificados digitais de vacinação seguros e interoperáveis entre países, enquanto sete países implementaram a plataforma integrada de telessaúde (All-in-One Telehealth Platform), ampliando o acesso a especialistas em áreas remotas.
- Impacto dos Fundos Rotatórios Regionais: os fundos da OPAS viabilizaram a aquisição de mais de US$ 900 milhões em vacinas, tecnologias e insumos, com a entrega de 234 milhões de doses de vacinas a 33 Estados Membros, além da ampliação para medicamentos de alto custo, incluindo para câncer e doenças raras, gerando economias significativas.
- Avanços na produção regional: um acordo firmado em janeiro de 2025 entre o governo da Argentina, a Sinergium Biotech, a Pfizer e a OPAS impulsionou a produção regional da vacina pneumocócica PCV20, fortalecendo a capacidade produtiva e ampliando o acesso a preços mais acessíveis.

O relatório também aponta alguns retrocessos. Dentre os quais, destaca-se a perda do status de eliminação do sarampo na Região das Américas, após o restabelecimento da transmissão no Canadá. Foram registrados mais de 14 mil casos confirmados e 30 óbitos em 13

[3] Organização Pan-Americana da Saúde. Driving Innovation, delivering impact. 2025 Annual Report of the Pan American Health Organization. Disponível em: https://www.paho.org/pub/en/annual-report-2025/ Acesso em: 25 de março de 2026.

países, afetando de forma desproporcional populações indígenas e evidenciando a necessidade de manter altas coberturas vacinais, fortalecer a vigilância e garantir respostas rápidas a surtos.

Ressalta-se que o relatório da OPAS de 2025 demonstra como, mesmo em meio a incertezas, a colaboração regional e a cooperação técnica contínua seguem ajudando os países a enfrentar tanto desafios de saúde persistentes quanto emergentes.

Quando Clima, Saúde e Biodiversidade Colidem: Um Alerta Global

Cuando el clima, la salud y la biodiversidad chocan: una alerta global

When Climate, Health and Biodiversity Collide: A Global Wake-Up Call

Luiz Augusto Galvão e Danielly de P. Magalhães

Resumo: Este artigo aborda os principais achados do relatório State of the Global Climate 2025 da Organização Mundial da Meteorologia, destacando que o sistema climático global se encontra em estado crítico devido ao aumento contínuo das concentrações de gases de efeito estufa. Esse processo tem gerado um desequilíbrio energético sem precedentes, com a maior parte do calor sendo absorvida pelos oceanos, resultando em aquecimento oceânico, elevação do nível do mar, derretimento de geleiras e redução do gelo marinho. A análise dos oito indicadores-chave evidencia impactos interconectados nos sistemas naturais e humanos, incluindo perda de biodiversidade, insegurança alimentar, escassez hídrica e aumento de eventos extremos. Os eventos climáticos extremos — como ondas de calor, secas, inundações e tempestades — estão se tornando mais frequentes e intensos, gerando impactos diretos e indiretos na saúde humana. Destacam-se o aumento de doenças relacionadas ao calor, a expansão de doenças infecciosas como a dengue e os efeitos sobre a saúde mental, especialmente em populações vulneráveis. Nesse contexto, reforça-se a importância da integração entre dados climáticos e sistemas de saúde para fortalecer respostas preventivas e aumentar a resiliência. Além disso, discutimos os resultados da 15ª Conferência das Partes da Convenção sobre Espécies Migratórias (CMS COP15), que resultou em novos acordos internacionais para a proteção da biodiversidade, incluindo a inclusão de novas espécies em listas de conservação e a adoção de planos multiespécies. O documento também destaca ameaças emergentes, como a gripe aviária (H5N1), que tem causado mortalidade em massa em espécies migratórias e representa riscos adicionais à saúde pública. Em conjunto, o texto evidencia a interconexão entre clima, biodiversidade e saúde, ressaltando a urgência de ações integradas e coordenadas em escala global.

Palavras-chave: Mudanças climáticas; Saúde global; Eventos extremos; Biodiversidade; Segurança alimentar

Abstract: *This article presents the main findings of the World Meteorological Organization's State of the Global Climate 2025 report, highlighting that the global climate system is in a critical state due to the continuous rise in greenhouse gas concentrations. This has led to an unprecedented energy imbalance, with most excess heat absorbed by the oceans, resulting in ocean warming, sea-level rise, glacier melt, and declining sea ice. The analysis of eight key indicators reveals interconnected impacts on natural and human systems, including biodiversity loss, food insecurity, water scarcity, and an increase in extreme climate events. Extreme weather events—such as heatwaves, droughts, floods, and storms—are becoming more frequent and intense, generating both direct and indirect impacts on human health. The increased risks of heat-related illnesses, the expansion of infectious diseases such as dengue, and significant mental health effects, particularly among vulnerable populations are highlighted. In this context,*

the importance of integrating climate data into health systems is emphasized to strengthen preventive responses and enhance resilience. In addition, we discuss the outcomes of the 15th Conference of the Parties to the Convention on Migratory Species (CMS COP15), which resulted in new international agreements to protect biodiversity, including the addition of new species to conservation lists and the adoption of multi-species action plans. We also highlighted emerging threats such as avian influenza (H5N1), which has caused mass mortality in migratory species and poses additional risks to public health

Keywords: *Climate change; Global health; Extreme events; Biodiversity; Food security*

O Estado Global do Clima no ano de 2025

O relatório anual *State of the Global Climate 2025* publicado pela Organização Mundial de Meteorologia (OMM) indica que o clima global está em estado crítico, com os anos de 2015 a 2025 sendo os mais quentes já registrados e níveis recordes de gases de efeito estufa causando um desequilíbrio energético sem precedentes. A maior parte do calor extra é absorvida pelos oceanos, resultando em aquecimento oceânico, elevação do nível do mar, derretimento de geleiras e redução do gelo marinho, além de intensificar eventos climáticos extremos com grandes impactos humanos e econômicos.

Essas mudanças também agravam riscos à saúde, como estresse térmico e doenças infecciosas, além de aumentar a insegurança alimentar e o deslocamento populacional. O relatório destaca que muitos desses impactos serão duradouros, reforçando a urgência de ações, especialmente a integração de dados climáticos aos sistemas de saúde para melhorar a proteção das populações. O relatório analisou 8 indicadores que iremos descrever as principais mensagens e consequências abaixo bem como a relação com os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS). O relatório recentemente vem trazendo a interface entre eventos climáticos extremos com a saúde em colaboração com a Organização Mundial da Saúde (OMS).

Compilado dos Indicadores-Chave – WMO 2025

As mudanças observadas nos principais indicadores climáticos refletem um sistema terrestre cada vez mais aquecido e fora de equilíbrio, gerando impactos profundos e interconectados nos sistemas naturais e humanos.

1. CO_2 atmosférico (gases de efeito estufa)

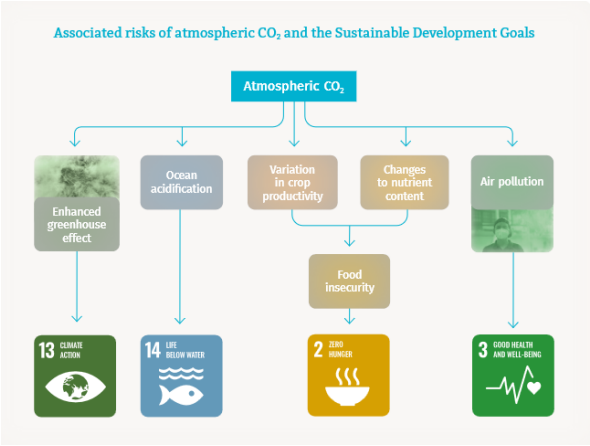
Mensagem-chave

- Concentrações de CO_2 atingiram o nível mais alto em 2 milhões de anos.
- Metano e óxido nitroso estão nos níveis mais altos em 800 mil anos.
- Aumento anual recorde recente e contínuo crescimento em 2025.

Consequências

- Intensificação do efeito estufa (principal motor do aquecimento global).
- Acidificação dos oceanos.
- Redução da produtividade agrícola e alteração nutricional dos alimentos.
- Poluição do ar e insegurança alimentar.

O aumento das concentrações de gases de efeito estufa intensifica o efeito estufa e impulsiona o aquecimento global, ao mesmo tempo em que altera processos biogeoquímicos fundamentais, como a acidificação dos oceanos e a qualidade do ar, afetando diretamente a produção de alimentos, a nutrição e a saúde humana. Esse aquecimento se manifesta de forma clara no aumento da temperatura média global, que amplifica a frequência e intensidade de eventos extremos, como ondas de calor, secas, enchentes e incêndios, com efeitos diretos sobre a mortalidade, os meios de subsistência, a disponibilidade de água e de alimentos e a estabilidade social.



Fonte: OMM, 2026

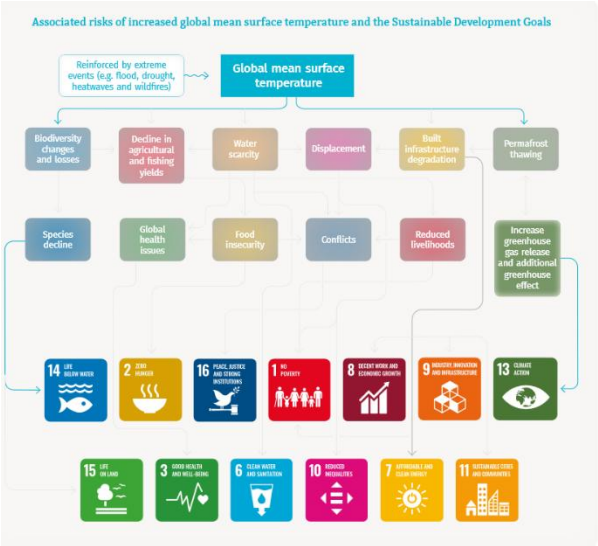
2. Temperatura média global (superfície)

Mensagem-chave

- 2025: ~1,43°C acima do nível pré-industrial.
- Últimos 11 anos são os mais quentes já registrados.

Consequências

- Aumento de eventos extremos (ondas de calor, secas, incêndios).
- Perda de biodiversidade e declínio de espécies.
- Escassez de água e alimentos.
- Impactos na saúde e aumento de deslocamentos populacionais.
- Danos à infraestrutura e conflitos sociais.



Fonte: OMM, 2026

3. Conteúdo de calor dos oceanos

Mensagem-chave

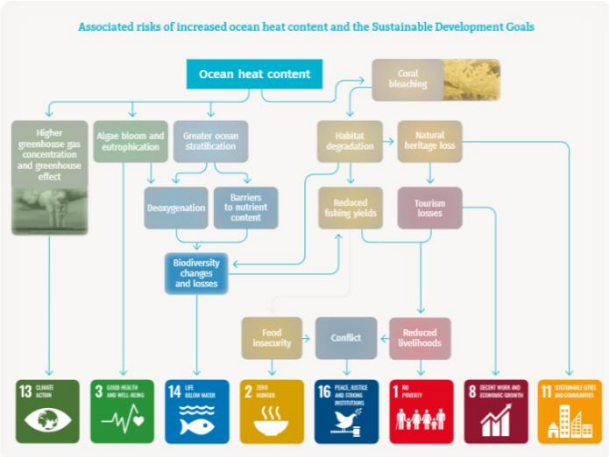
- Recorde histórico em 2025 (66 anos de observação).
- 9 anos consecutivos de recordes.
- Aquecimento mais que **dobrou nas últimas décadas**.

Consequências

- Degradação de ecossistemas marinhos e branqueamento de corais.
- Perda de biodiversidade e redução da pesca.

- Intensificação de tempestades tropicais.
- Contribuição direta para elevação do nível do mar.
- Impactos em meios de subsistência e segurança alimentar.

O aquecimento dos oceanos, que absorvem a maior parte do excesso de energia do sistema climático, tem consequências particularmente amplas e duradouras. Ele contribui para a degradação dos ecossistemas marinhos, incluindo o branqueamento de corais, a perda de biodiversidade e a redução da produtividade pesqueira, afetando diretamente a segurança alimentar e econômica de milhões de pessoas. Além disso, o aquecimento oceânico intensifica tempestades tropicais e acelera a elevação do nível do mar, um dos impactos mais críticos para populações costeiras.



Fonte: OMM, 2026

4. Nível médio do mar

Mensagem-chave

- Nível do mar continua em patamares recordes.
- A taxa de aumento acelerou desde 2012.
- Já subiu cerca de 11 cm desde 1993.

Consequências

- Inundações costeiras e erosão.
- Salinização de água doce e solos.
- Perda de infraestrutura e territórios.
- Deslocamento populacional e conflitos.
- Riscos à segurança hídrica e alimentar.

A elevação do nível do mar resulta em inundações, erosão costeira e salinização de aquíferos e solos, comprometendo a agricultura, o abastecimento de água e a infraestrutura, e levando ao deslocamento populacional e ao aumento de conflitos.

5. pH do oceano (acidificação)

Mensagem-chave

- Redução contínua do pH global (mais ácido).
- Mudanças consistentes com projeções do IPCC.

Consequências

- Danos a organismos marinhos (corais, moluscos).
- Impactos na cadeia alimentar marinha.
- Redução da produtividade pesqueira.
- Ameaça à segurança alimentar global.

A redução do pH dos oceanos altera a química marinha, afetando organismos sensíveis como moluscos e corais e desestabilizando cadeias alimentares inteiras.

6. Balanço de massa de geleiras

Mensagem-chave

- Perda acelerada de gelo;
- 8 dos 10 piores anos ocorreram desde 2016.

Consequências

- Contribuição para elevação do nível do mar.
- Redução de reservas de água doce.
- Impactos em sistemas hidrológicos e agricultura.
- Aumento de riscos naturais (ex.: avalanches, enchentes).

7. Extensão do gelo marinho

Mensagem-chave

- Ártico: redução contínua desde 1979.
- Antártida: queda acentuada recente, com recordes mínimos.

Consequências

- Alterações nos sistemas climáticos globais.
- Perda de habitat polar.
- Aceleração do aquecimento (feedback do albedo).
- Impactos na biodiversidade e nos oceanos.

A perda acelerada de geleiras e a redução da extensão do gelo marinho contribuem tanto para o aumento do nível do mar quanto para a perda de reservas de água doce[1], além de amplificarem o aquecimento global por meio de mecanismos de retroalimentação, como a

[1] A perda de geleiras e do gelo marinho afeta o sistema terrestre por três mecanismos principais. Primeiro, no caso das geleiras (gelo em terra), quando elas derretem, essa água escoa para os oceanos, contribuindo diretamente para o aumento do nível do mar. Além disso, muitas regiões — como Himalaias, Andes e Alpes — dependem do degelo sazonal como uma "reserva natural de água". No início pode haver mais água, mas com o tempo, à medida que as geleiras diminuem, há redução do fluxo de água nos períodos secos, afetando abastecimento humano, irrigação e geração de energia.

diminuição do albedo[2]. Esses processos impactam diretamente sistemas hidrológicos, agricultura e segurança hídrica, especialmente em regiões dependentes de degelo sazonal.

8. Desequilíbrio energético da Terra (novo indicador)

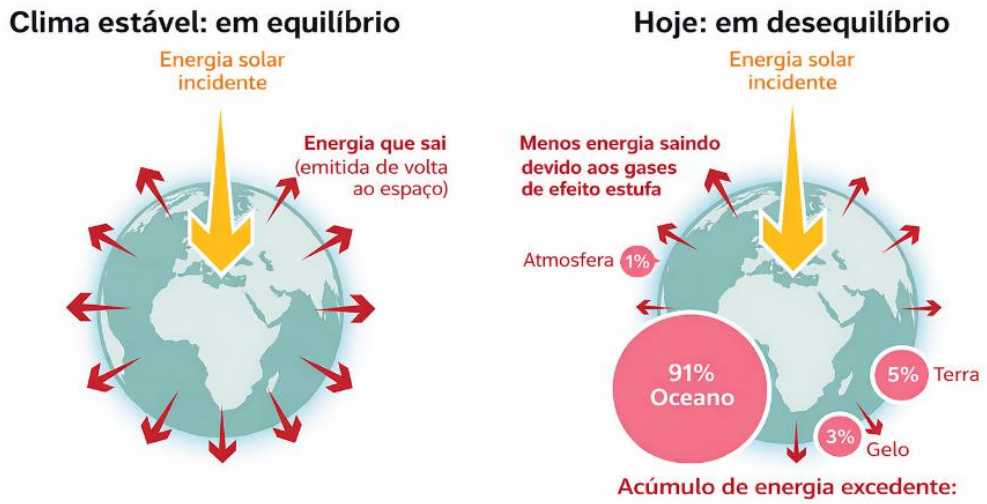
Mensagem-chave

- A Terra está acumulando energia (mais entra do que sai).
- 91% desse excesso vai para os oceanos.

Consequências

- Aquecimento contínuo mesmo se emissões diminuírem.
- Mudanças irreversíveis em escalas de séculos a milênios.
- Intensificação de todos os outros impactos climáticos.

No nível sistêmico, o desequilíbrio energético da Terra indica que o planeta continuará a aquecer por décadas ou séculos, mesmo com reduções nas emissões, consolidando muitos desses impactos como irreversíveis em escalas humanas. Como resultado, os efeitos não ocorrem isoladamente, mas de forma cascata, interligando riscos ambientais, sociais e econômicos. Isso se traduz em insegurança alimentar crescente, agravamento de desigualdades, pressões migratórias e desafios para sistemas de saúde, especialmente em regiões já vulneráveis. Em conjunto, essas mudanças evidenciam que o clima não é apenas uma questão ambiental, mas um determinante central da saúde, do desenvolvimento e da estabilidade global.



Representação esquemática do balanço e desequilíbrio energético da Terra.

Fonte: FAQ 7.1 IPCC, 2021.

[2] A redução do gelo marinho (gelo no oceano) não aumenta diretamente o nível do mar, mas tem um papel crítico no clima por causa do albedo. O gelo branco reflete grande parte da radiação solar de volta ao espaço. Quando ele desaparece, expõe o oceano escuro, que absorve mais calor. Isso gera um ciclo de retroalimentação positiva: mais aquecimento → mais derretimento → mais absorção de calor → ainda mais aquecimento.

Eventos extremos e impacto na saúde

O relatório evidencia que os eventos climáticos extremos estão se tornando mais frequentes, intensos e complexos como resultado do aquecimento contínuo do sistema climático. Em 2025, ondas de calor, chuvas intensas, secas prolongadas, tempestades tropicais, incêndios florestais e inundações afetaram milhões de pessoas em diferentes regiões do mundo, causando milhares de mortes e perdas econômicas significativas. Esses eventos não ocorrem de forma isolada, mas de maneira interconectada e, muitas vezes, em sequência, gerando impactos em cascata que ampliam sua severidade. Secas, por exemplo, podem comprometer a produção agrícola e aumentar a insegurança alimentar, enquanto chuvas intensas podem provocar inundações que favorecem surtos de doenças e deslocamentos populacionais.

Esses eventos extremos têm implicações diretas e indiretas para a saúde humana. O aumento das ondas de calor representa uma das ameaças mais imediatas, elevando o risco de exaustão térmica, insolação e agravamento de doenças cardiovasculares e respiratórias, especialmente entre populações vulneráveis, como idosos, trabalhadores ao ar livre e comunidades de baixa renda, sendo que cerca de um terço da força de trabalho global já está exposta a riscos ocupacionais relacionados ao calor. Além disso, mudanças nos padrões de temperatura e precipitação estão alterando a dinâmica de doenças infecciosas, especialmente as transmitidas por vetores e pela água. A dengue se destaca como a doença viral transmitida por mosquitos que mais cresce no mundo, com cerca de metade da população global em risco e entre 100 e 400 milhões de infecções anuais, impulsionada por condições climáticas que favorecem a proliferação de vetores e ampliam as áreas e períodos de transmissão. Eventos de inundação contribuem para a disseminação de doenças de veiculação hídrica, enquanto a degradação ambiental e a insegurança alimentar reduzem a resistência das populações a infecções. Os impactos na saúde mental também são significativos, com aumento de estresse, ansiedade e depressão associados a desastres climáticos, perda de meios de subsistência e deslocamento forçado, especialmente em contextos de maior vulnerabilidade.

Diante desse cenário, o relatório enfatiza a necessidade de fortalecer a integração entre dados climáticos e sistemas de saúde, ampliando a capacidade de antecipação e resposta a riscos. No caso específico do calor, recomenda-se a adoção de políticas ocupacionais adaptadas, ajustes em jornadas de trabalho, acesso a água, sombra e resfriamento, além da incorporação de informações meteorológicas na gestão de riscos. De forma mais ampla, essa integração é essencial para permitir uma transição de respostas reativas para abordagens preventivas, reduzindo impactos, protegendo populações vulneráveis e fortalecendo a resiliência dos sistemas de saúde frente ao aumento dos eventos climáticos extremos.

During the 2015–2024 period, 50% of the total emissions of CO2 remained in the atmosphere, driving the increase in atmospheric concentrations. The estimated ocean sink accounted for 29% of emissions and the estimated land sink accounted for 21%.

15ª Conferência das Partes da Convenção sobre Espécies Migratórias (CMS/CoP-15)

Mais de 130 países firmaram acordos históricos durante a CMS CoP15, realizada no Brasil, para fortalecer a proteção de espécies migratórias e seus habitats, especialmente no ambiente marinho. O encontro ocorre em um contexto preocupante, evidenciado por relatórios recentes que mostram que 49% das populações de espécies migratórias estão em declínio e 24%

enfrentam risco de extinção, afetando desde aves e mamíferos terrestres até peixes e espécies marinhas.

Foram adicionadas 40 novas espécies migratórias à lista de proteção, incluindo mamíferos, aves e espécies marinhas ameaçadas como o guepardo, a hiena-listrada, a coruja-das-neves, a lontra-gigante e o tubarão-martelo, refletindo evidências de que muitas espécies estão se aproximando da extinção. O acordo também aprovou planos de conservação multiespécies, com foco especial na região amazônica, e reforçou a necessidade de enfrentar ameaças críticas como mudanças climáticas, mineração em alto-mar, poluição plástica, ruído subaquático, captura acidental na pesca e perda de habitats. As decisões destacam a urgência de implementar imediatamente ações coordenadas, diante de dados que mostram declínio generalizado das populações e aumento do risco de extinção, especialmente devido à sobre-exploração e fragmentação de corredores migratórios.

Além disso, ameaças emergentes como a disseminação da gripe aviária (H5N1) ampliam os riscos, reforçando a urgência de ações coordenadas e baseadas em evidências para proteger rotas migratórias e habitats críticos em escala global. Desde 2021, a gripe aviária altamente patogênica (H5N1) tem se espalhado por uma ampla gama de aves e mamíferos, causando eventos de mortalidade em massa em diferentes continentes e afetando diversas espécies migratórias, incluindo pinguins, pelicanos e grous, além de mamíferos aquáticos como leões-marinhos e lobos-marinhos. Esses surtos representam uma pressão adicional significativa sobre espécies já vulneráveis, agravando o risco de declínio populacional, especialmente para espécies migratórias de vida longa, que são mais sensíveis ao aumento da mortalidade. Embora os impactos de longo prazo ainda sejam incertos, a expansão dessa doença destaca um novo e preocupante fator de risco para a conservação da biodiversidade global.

Do ponto de vista dos sistemas de saúde, a expansão do H5N1 exige fortalecimento da vigilância integrada entre setores (saúde humana, veterinária e ambiental), preparação para resposta a emergências sanitárias e capacidade de detecção precoce. Também há riscos ocupacionais para trabalhadores expostos a animais infectados e impactos indiretos na saúde mental e socioeconômica de comunidades afetadas por perdas de biodiversidade e meios de subsistência. Assim, a gripe aviária reforça a necessidade de abordagens preventivas e intersetoriais para reduzir riscos à saúde global.

No geral, os resultados da conferência representam um avanço significativo, mas também evidenciam que a janela para evitar perdas irreversíveis da biodiversidade está se fechando rapidamente.

Considerações em mudança climática e biodiversidade

As evidências apresentadas no relatório *State of the Global Climate 2025* da OMM deixam pouco espaço para dúvidas: o sistema climático não está mais mudando de forma gradual — ele está acelerando, e seus impactos estão se propagando em cascata pelos sistemas ecológicos e humanos. Ao mesmo tempo, os resultados da CMS COP15 revelam que as espécies migratórias, que dependem de ecossistemas estáveis e conectados, estão cada vez mais incapazes de se adaptar a essas mudanças rápidas. Alterações impulsionadas pelo clima, como variações de temperatura, padrões de precipitação, condições oceânicas e eventos extremos, estão desestruturando rotas migratórias, degradando habitats e intensificando pressões como

surtos de doenças, sobreexploração e fragmentação ambiental. O resultado é uma convergência perigosa, na qual a instabilidade climática e a perda de biodiversidade se reforçam mutuamente.

Essa colisão tem implicações profundas para a saúde global. A degradação dos ecossistemas compromete serviços essenciais que sustentam o bem-estar humano, incluindo sistemas alimentares, regulação da água e controle de doenças. O declínio das espécies migratórias — muitas das quais desempenham papéis fundamentais na manutenção do equilíbrio ecológico — pode alterar a dinâmica de patógenos, aumentar o risco de transmissão zoonótica e enfraquecer barreiras naturais contra doenças infecciosas. Ao mesmo tempo, as mudanças climáticas intensificam riscos diretos à saúde, como o aumento do calor extremo, a expansão de doenças transmitidas por vetores e o agravamento da insegurança alimentar e dos deslocamentos populacionais. Em conjunto, essas dinâmicas demonstram que mudanças climáticas, perda de biodiversidade e saúde não são crises separadas, mas dimensões profundamente interconectadas de um mesmo risco sistêmico.

Esta relação não é um cenário futuro — é a realidade que já está se desenrolando. As evidências do relatório da OMM e a urgência destacada pela CMS COP15 mostram que a janela para ação está se fechando rapidamente. Enfrentar essas crises convergentes exige ir além de abordagens isoladas e avançar para estratégias integradas e intersetoriais que alinhem ação climática, conservação da biodiversidade e fortalecimento dos sistemas de saúde. Sem essa coordenação, os impactos em cascata continuarão a se intensificar, colocando em risco crescente tanto a saúde planetária quanto a saúde humana.

O Mundo do Trabalho e a Guerra: desvelando múltiplas crises a partir do Relatório da OIT sobre Emprego e Trabalho Decente para a Paz e a Resiliência

El mundo del trabajo y la guerra: análisis de múltiples crisis a partir del Informe de la OIT sobre el empleo y el trabajo decente para la paz y la resiliencia

The World of Work and War: Unveiling Multiple Crises Based on the ILO Report on Employment and Decent Work for Peace and Resilience

Frederico Peres

Resumo. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) encomendou a uma Comissão de Especialistas um Estudo Geral sobre a Recomendação n.º 205, de 2017, relativa ao Emprego e ao Trabalho Decente para a Paz e a Resiliência. Tendo como premissas o recrudescimento e a expansão de conflitos, ao redor do planeta, na atualidade, assim como o fato de as questões relativas ao trabalho ficarem, geralmente, em um segundo plano entre as diferentes crises que se produzem nesses contextos, o Estudo Geral abordou temas como a promoção do emprego e do trabalho decente em contextos de crises, medidas de gestão de crises em áreas-chave relacionadas ao mundo trabalho, pessoas e grupos da população particularmente afetados por situações de crise e a necessidade de desenvolver todo o potencial da Recomendação n.º 205 para a mitigação de danos circunscritos ao mundo do trabalho em contextos de conflitos armados. Apresenta alguns elementos-chave para o enfrentamento do chamado círculo vicioso do trabalho em contextos de crises e propõe estratégias para a promoção de círculos virtuosos, baseados no trabalho decente, paz e desenvolvimento. Conclui recomendando aos países membros o desenvolvimento e a implementação de estratégias inclusivas que resultem em políticas e programas de promoção do trabalho decente e equitativo, com especial atenção aos grupos populacionais e indivíduos mais vulnerabilizados ante situações de conflitos.

Palavras-chave: Trabalho; Emprego; Conflitos Armados; Paz; Resiliência.

Resumen. *La Organización Internacional del Trabajo (OIT) encargó a un Comité de Expertos la realización de un Estudio General sobre la Recomendación n.º 205 de 2017 relativa al empleo y al trabajo decente para la paz y la resiliencia. Partiendo de la premisa del resurgimiento y la expansión de los conflictos en todo el mundo, así como del hecho de que las cuestiones laborales suelen quedar relegadas a un segundo plano en medio de diversas crisis que surgen en estos contextos, el Estudio General abordó temas como la promoción del empleo y el trabajo decente en contextos de crisis, las medidas de gestión de crisis en áreas clave relacionadas con el mundo del trabajo, las personas y los grupos de población particularmente afectados por las situaciones de crisis, y la necesidad de desarrollar todo el potencial de la Recomendación n.º 205 para mitigar los daños al mundo del trabajo en contextos de conflicto armado. Presenta algunos elementos clave para abordar el llamado círculo vicioso del trabajo en contextos de crisis y propone estrategias para promover círculos virtuosos basados en el trabajo decente, la paz y el desarrollo. Concluye recomendando a los países miembros que desarrollen e implementen estrategias inclusivas que den lugar a políticas y programas que promuevan el trabajo decente y equitativo,*

prestando especial atención a los grupos de la población y a las personas más vulnerables a las situaciones de conflicto.

Palabras clave: *Trabajo; Empleo; Conflicto armado; Paz; Resiliencia.*

Abstract. *The International Labour Organization (ILO) appointed a Committee of Experts to undertake a General Study on Recommendation No. 205 of 2017 regarding Employment and Decent Work for Peace and Resilience. In light of the resurgence and proliferation of global conflicts, coupled with the tendency for labor issues to be overshadowed by various crises in these contexts, the General Study examined subjects such as the promotion of employment and decent work in crisis situations, crisis management strategies pertinent to the labor sector, populations particularly impacted by crises, and the necessity to fully leverage Recommendation No. 205 to alleviate damage to the world of work in contexts of armed conflict. It outlines essential components for tackling the so-called vicious cycle of employment in crisis situations and suggests solutions for fostering virtuous cycles centered on decent labor, peace, and growth. It continues by urging member countries to formulate and execute inclusive strategies that yield policies and programs fostering decent and equitable employment, with particular focus on the demographic categories and individuals most susceptible to conflict scenarios.*

Keywords: *Work; Employment; Armed Conflict; Peace; Resilience.*

Introdução

Em virtude do contexto atual de recrudescimento e expansão de conflitos, ao redor do planeta, resultando no agravamento da situação de múltiplas crises (ou "crise de crises") contemporâneas, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) encomendou a uma Comissão de Especialistas um Estudo Geral sobre a Recomendação n.º 205, de 2017, relativa ao Emprego e ao Trabalho Decente para a Paz e a Resiliência. O Estudo Geral, publicado em 9 de março último, além de abordar um ponto que fica, geralmente, em segundo plano nas discussões sobre conflitos armados (os impactos sobre o mundo do trabalho), servirá como base às discussões do terceiro ponto da agenda da 114a Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, em junho próximo. O documento na íntegra se encontra disponível para acesso em: https://www.ilo.org/es/resource/prueba-de-conferencia/ilc/ilc114/el-empleo-y-el-trabajo-decente-para-la-paz-y-la-resiliencia

O documento está estruturado em 4 partes, sendo:

- Parte 1. Estrutura para uma abordagem eficaz, abrangente e coerente de gestão de crises através do emprego e do trabalho decente
- Parte 2. Medidas de gestão de crises em áreas-chave relacionadas ao trabalho;
- Parte 3. Pessoas particularmente afetadas por situações de crise; e
- Parte 4. Desenvolver todo o potencial da Recomendação n.º 205 (2017).

O Relatório parte do pressuposto, detalhado em seu preâmbulo e ao longo da Parte 1, que a justiça social é pré-condição para a paz, urgindo seus países membros a adotarem estratégias para o enfrentamento das iniquidades como imperativo para a construção de projetos de desenvolvimento sustentáveis, tanto do ponto de vista ambiental quanto das relações humanas (incluindo, por suposto, o trabalho). O documento resgata um princípio fundamental da Organização Internacional do Trabalho, articulado em sua Constituição de 1919 (https://www.ilo.org/sites/default/files/2024-04/ILO%20Constitution-2021-%5BJUR-210720-001%5D-Web-EN.pdf),

o qual afirma que a paz universal e duradoura só pode ser alcançada por meio do fundamento da justiça social. A partir dessa fundamentação, destaca a conexão normativa fortalecida pela Declaração da Filadélfia de 1944 (https://www.ilo.org/sites/default/files/2024-06/Declaration%20of%20Philadelphia_A5%20booklet%20EN.pdf) e estrategicamente revitalizada na Declaração do Centenário de 2019 (https://www.ilo.org/media/217791/download), que defende um permanente compromisso com a justiça social como pedra angular da segurança global.

O documento ressalta que o atual contexto de "crise de crises", caracterizado pela convergência sinérgica de crises ecológicas-climáticas, geopolíticas, sanitárias e socioeconômicas, entre outras, o diálogo entre partes e o multilateralismo são necessidades estratégicas, e não meras opções a serem adotadas, por conveniência, em situações geradoras de benefícios individuais. E recorda que a Recomendação nº 205 (R205, de 2017) é o único acordo-marco internacional explicitamente estabelecido para conectar trabalho decente com a construção da paz e a resiliência nacional (Parágrafo 22 da R205, de 2017).

A evolução da Recomendação nº 71, adotada pela OIT em 1944, no contexto da criação dos sistemas internacionais no final da Segunda Guerra Mundial, para a Recomendação nº 205/2017, atual e alinhada aos desafios do mundo do trabalho contemporâneo, representa uma transformação significativa no quadro estratégico da OIT, ampliando o paradigma da promoção de justiça social para além do contexto de "recuperação pós-guerra", através de uma abordagem abrangente que inclui, como objeto de suas recomendações, tanto "conflitos" quanto "desastres", por três razões técnicas principais:

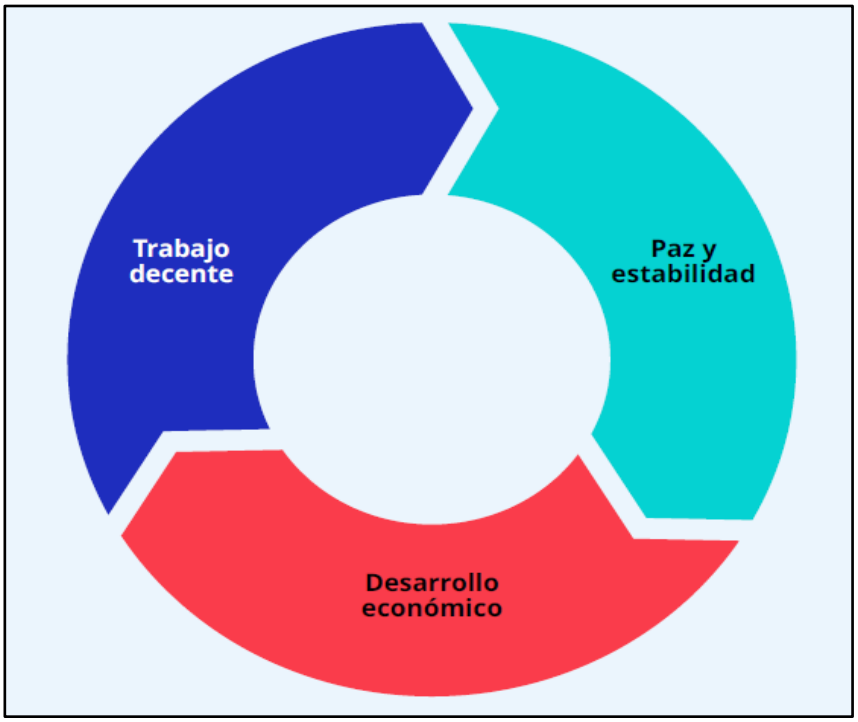
- A evolução da dinâmica dos conflitos indica uma transição da guerra interestatal para complexos conflitos armados internos e violência social, o que exige intervenções econômicas substanciais para restabelecer o pacto social;
- A crescente incidência de desastres relacionados ao clima exige um paradigma que aborde as interrupções dos meios de subsistência fora do escopo convencional de uma guerra;
- A experiência indica que a mitigação de danos é insuficiente e inadequada, como paradigma orientador da promoção da justiça social, quando não se faz acompanhada por ações preventivas – atualizando o texto da Recomendação para incluir, expressamente, o ciclo completo de prevenção, mitigação e estratégias de preparação e resposta (Parágrafo 6).

A partir desta concepção ampliada, o estudo aponta a existência de dois modelos possíveis para se compreender o trabalho decente e a justiça social como imperativos para a garantia da paz: o modelo apresentado na Figura 1 (em espanhol), que representa um círculo vicioso de situações de crise que incluem conflitos, desemprego e escassez de mão de obra; e o modelo apresentado na Figura 2 (em espanhol), que representa um círculo virtuoso de trabalho decente, paz e desenvolvimento.

Figura 1 – Círculo vicioso de situações de crise que incluem conflitos, desemprego e escassez de mão de obra

Fonte: OIT, 2026. Disponível em: https://www.ilo.org/es/resource/prueba-de-conferencia/ilc/ilc114/el-empleo-y-el-trabajo-decente-para-la-paz-y-la-resiliencia

Figura 2 – Círculo virtuoso de trabalho decente, paz e desenvolvimento



Fonte: OIT, 2026. Disponível em: https://www.ilo.org/es/resource/prueba-de-conferencia/ilc/ilc114/el-empleo-y-el-trabajo-decente-para-la-paz-y-la-resiliencia

Esta tipologia, estabelecida pela Comissão de Especialistas da OIT, orienta os fundamentos estratégicos utilizados para a análise do objeto do Relatório – emprego e trabalho decente em situações de conflitos, no contexto atual de "crise de crises".

Macrodinâmica da Crise: avaliando círculos viciosos e virtuosos

Segundo o Relatório, a exclusão do mercado de trabalho não é apenas uma deficiência socioeconômica; ela serve como um sinal prognóstico de vulnerabilidades institucionais, sobretudo no que diz respeito à responsabilidade do Estado. Perturbações sistêmicas, como o declínio na demanda por mão de obra e a deterioração do chamado trabalho decente servem como alguns dos principais gatilhos para o descontentamento social. Em contraste, o trabalho decente, definido por liberdade, equidade, segurança, garantia da saúde e da dignidade, serve como um amortecedor estratégico, promovendo a coesão social essencial para evitar a regressão de uma nação à catástrofe (Parágrafo 44, Resolução n.205/2017).

O Quadro 1 sintetiza a macrodinâmica discernida, no Relatório, sobre os aspectos que determinam os diferentes círculos que se estabelecem, no mundo do trabalho, em contextos de conflitos (perspectiva ampla):

Quadro 1 – Causas de conflito e fatores de estabilização no mundo do trabalho, em contextos de conflitos

Causas de Conflito (Ciclo Vicioso)	**Fatores de Estabilização (Ciclo Virtuoso)**
Desigualdade crescente, exclusão e injustiça social.	Promoção da justiça social e do crescimento inclusivo.
Destruição de ativos produtivos e colapso da demanda por mão de obra.	Restauração da infraestrutura social e física.
Expansão das economias informais e da atividade criminosa.	Transição da economia informal para a formal.
Falta de diálogo social e erosão dos direitos trabalhistas.	Diálogo tripartite robusto e negociação coletiva.
Percepção de exclusão e queixas sociais.	Senso de dignidade e justiça por meio do trabalho decente.

Fonte: Adaptado de OIT, 2026. Disponível em: https://www.ilo.org/es/resource/prueba-de-conferencia/ilc/ilc114/el-empleo-y-el-trabajo-decente-para-la-paz-y-la-resiliencia

Ainda segundo o Relatório, a presença ou ausência de trabalho decente (que, possivelmente, pode ser melhor compreendido através da garantia de condições de trabalho

seguras, saudáveis, sustentáveis e equitativas) se constitui como um dos mais importantes determinantes do perfil de risco de um país, no que tange ao mundo do trabalho. Quando a exclusão do mercado de trabalho persiste, ela cria "queixas", identificadas pelo documento como "causas profundas" das situações de conflito (Parágrafo 98).

Uma vez identificadas as condições de queixas, associadas às causas profundas das situações de conflito, colocam-se as condições para que governos, trabalhadores e empregadores colaborem para o desenvolvimento de estratégias de transição para um ciclo virtuoso que, segundo o Relatório, pode se dar a partir de um mecanismo operacional, proposto no documento, intitulado "Triplo Nexo".

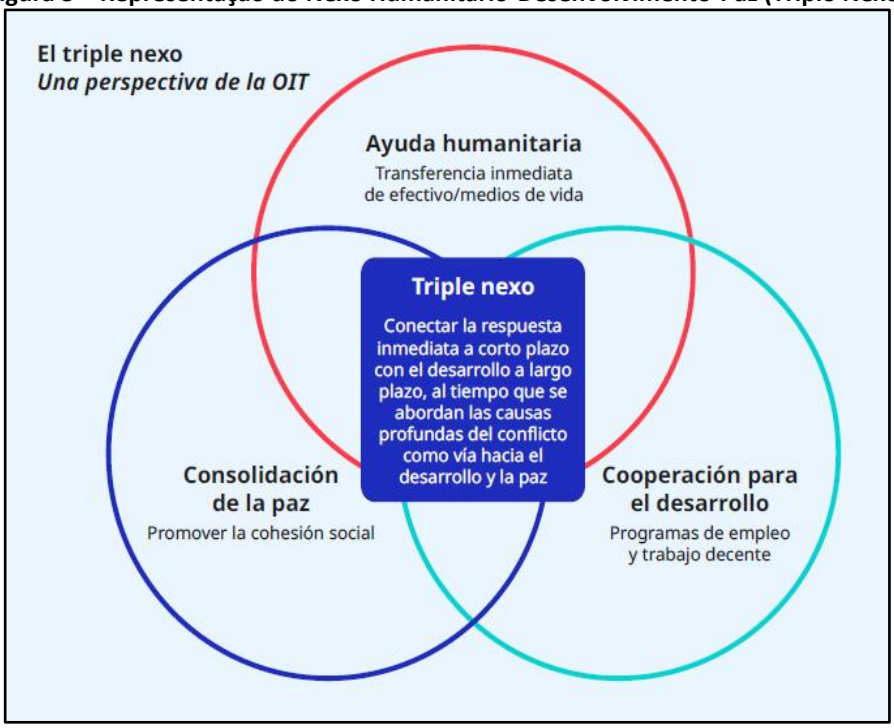
Estratégia Operacional: O Nexo Humanitário-Desenvolvimento-Paz (Triplo Nexo)

O Triplo Nexo, proposto pela Comissão de Especialistas da OIT e descrito no Relatório, é um plano abrangente que conecta as estratégias voltadas à assistência emergencial (imediata), requerida em situações de conflito, com outras estratégias, voltadas à promoção de uma condição de resiliência estrutural duradoura. Estabelece uma vinculação e articulação plena de ações humanitárias, desenvolvimentistas e para a garantia da paz, tendo como elemento estruturante a promoção da justiça social em situações de conflito. Segundo o documento, o triplo Nexo deve servir como estratégia-chave para evitar que a assistência imediata (resposta à situação de conflito) se transforme em condição de permanente dependência, condicionando as iniciativas de resposta à crise a estratégias para uma transição à condição de estabilidade.

Sob esta concepção, o Triplo Nexo (Figura 3, em espanhol) inclui os seguintes componentes estratégicos:

- Assistência Humanitária: consiste na ajuda imediata para a sobrevivência, por meio de aportes de recursos emergenciais e iniciativas de trabalho remunerado para fortalecer as economias locais;
- Cooperação para o Desenvolvimento: iniciativas sustentadas de recuperação das economias e do mercado de trabalho, com geração de empregos, promoção de estratégias para a formação/educação profissional e apoio à reconstrução das instituições que compõem o mercado de trabalho em territórios afetados por conflitos;
- Promoção da Paz: iniciativas estratégicas que busquem promover a coesão social e reconciliar comunidades divididas.

Figura 3 – Representação do Nexo Humanitário-Desenvolvimento-Paz (Triplo Nexo)



Fonte: Adaptado de OIT, 2026. Disponível em: https://www.ilo.org/es/resource/prueba-de-conferencia/ilc/ilc114/el-empleo-y-el-trabajo-decente-para-la-paz-y-la-resiliencia

Dois exemplos (estudos de caso) sobre a importância estratégica da adoção do modelo de Triplo Nexo são apresentados no documento:

- Estudo de caso 1 (Paquistão): Após as inundações de 2022, o governo realizou uma Avaliação de Necessidades Pós-Desastre (PDNA, na sigla em inglês), que identificou 33 milhões de pessoas afetadas e 4,3 milhões de trabalhadores impactados (Parágrafo 99). Esses dados facilitaram uma "recuperação rica em empregos" que incorporou empregos de qualidade diretamente na estratégia nacional de reabilitação.
- Estudo de caso 2 (Ucrânia): Uma iniciativa, em curso no país desde o início do conflito armado com a Rússia, utiliza os Programas "Oferta de Serviços da OIT" e a "Estratégia de Cooperação Transitória 2024-2025" para fornecer assistência de renda urgente a trabalhadoras e trabalhadores do país e, ao mesmo tempo, trabalha com diferentes setores da economia para fortalecer capacidades junto a grupos de empregadores e representações dos trabalhadores, com o objetivo de sustentar estruturas econômicas formais no país.

Por outro lado, em zonas de conflito como o Sudão ou Gaza, a destruição em massa (intencional) da infraestrutura econômica representa um obstáculo imenso à implementação do Triplo Nexo. Nessas situações, as políticas trabalhistas acabam sendo preteridas por questões de segurança (nacional e internacional), criando contextos opressores extremos, por parte dos agressores, nos quais a manipulação da ajuda humanitária e a destruição de recursos produtivos servem para manter as populações em um estado de vulnerabilidade constante (Parágrafos 105-107).

Diálogo Social Como Elemento Fundamental de Prevenção e Mitigação

O diálogo social tripartite, ou a interação formal entre Governo, Empregadores e Trabalhadores – um dos pilares da Organização Internacional do Trabalho –, deve servir, segundo o Relatório, como catalisador para a reconstrução dos cenários laborais em contextos de conflitos (ou pós-conflitos), servindo ao propósito de transicionar um círculo vicioso para outro, virtuoso. Deve se constituir como um mecanismo de desescalada de medidas voltadas à segurança nacional, garantindo que as respostas às crises sejam iniciadas, localmente e o quanto antes. Para tanto, a Comissão de Especialistas identifica quatro fases do chamado Ciclo de Gestão de Crises, a saber:

- Prevenção/Mitigação: Implantação de "Sistemas de Alerta Precoce" e "Análise de Vulnerabilidade" abrangente para identificar pontos críticos na sociedade.
- Preparação: Planejamento de contingência e comunicação de riscos para garantir a continuidade dos negócios.
- Resposta: Geração rápida de empregos e orquestração de serviços essenciais.
- Recuperação: Reconstrução prolongada e uso da negociação coletiva para lidar com a mudança socioeconômica.

O Relatório destaca, ao reforçar a necessidade de um amplo diálogo para a implementação das estratégias de prevenção, preparação, resposta e recuperação, que a omissão de parceiros sociais do processo de tomada de decisão, independente de seu grau de permeabilidade nas estruturas sociais, gera ressentimento por exclusão percebida (Parágrafo 98). O discurso social não é, segundo o documento, uma mera escolha da sociedade, mas sim um alicerce crucial das dinâmicas que regem os diferentes grupos sociais que, em contextos de conflitos, ficam submissos às questões de segurança nacional. E é justamente a garantia deste alicerce, por meio das ações intersetoriais – dentre as quais a promoção do trabalho e do emprego decente – que convulsões sociais capazes de resultar na desintegração do Estado são evitadas.

Outro aspecto estratégico, destacado no Relatório, é o erro de se presumir que os direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores devem ser suspensos durante emergências – um erro de cálculo estratégico, segundo a Comissão de Especialistas, capaz de minar a confiança institucional que, em última análise, é elemento essencial para a recuperação. O Direito Internacional Humanitário (DIH) deve funcionar como a *lex specialis* durante conflitos, enquanto os direitos trabalhistas e os direitos humanos se aplicam simultaneamente, e devem ser preservados a todo custo, em todas as fases do conflito (Parágrafo 56).

Sobre este aspecto, o Relatório recorda alguns dos princípios da Resolução n.205/2017 da OIT, aqui sintetizados em cinco Pilares Estratégicos:

- Emprego: o documento ressalta a importância estratégica de defender o emprego abrangente, produtivo e escolhido voluntariamente, defendendo uma transição justa (na medida do possível) rumo a uma economia sustentável (Parágrafo 70);
- Direitos: ressalta-se a necessidade de defesa dos princípios fundamentais e dos direitos humanos nos ambientes de trabalho, mesmo em situações extremas, como os contextos de conflitos;

- Proteção Social: torna-se imperativo implementar pisos de proteção social para a garantia da segurança fundamental da renda em situações extremas, como os contextos de conflitos;
- Diálogo Social: o documento exorta aos países membros a buscarem condições mínimas para garantir a consulta tripartite em todas as iniciativas relacionadas a crises;
- Direitos Inegociáveis: entende-se e deve se garantir que, independentemente da lei marcial ou de situações de emergência, os seguintes direitos são invioláveis: Liberdade de Associação; Proibição do Trabalho Forçado; Não Discriminação; e Abolição do Trabalho Infantil

A eficácia desses pilares depende inteiramente de ações como as políticas de boa governança e do combate à corrupção, dois componentes frequentemente fragilizados em contextos de conflitos. Na ausência de transparência e de esforços para combater o clientelismo, os sistemas de proteção social tornam-se ineficazes e as iniciativas de emprego agravam as disparidades que alimentam os conflitos, razão pela qual seu enfrentamento deve se dar como eixo estruturante no marco de estratégias de resposta e recuperação (Parágrafo 58).

Por fim, o documento ressalta ser necessário dar especial atenção aos grupos mais vulnerabilizados ante situações de crise. A Comissão de Especialistas observa que, em contextos de conflito, os direitos laborais de certos grupos podem se tornar extremamente vulneráveis e exigir proteção específica. Durante a pandemia de covid-19, por exemplo, esta mesma Comissão observou que a crise afetou desproporcionalmente a grupos historicamente sujeitos à discriminação e marginalização, como as populações negras, as mulheres, pessoas em situação de vulnerabilidade social, trabalhadores rurais, populações indígenas e periféricas, entre outros. Estes grupos mais afetados variam consoante o tipo de crise ou natureza do conflito. No entanto, as respostas às crises devem sempre assegurar o respeito pelos princípios e direitos fundamentais no trabalho e, quando apropriado, restaurá-los.

Entre estes grupos, o documento destaca o grau de vulnerabilização das mulheres, frequentemente mais afetadas do que os homens pela perda de empregos e pelas lacunas na cobertura da proteção social do trabalho. Tema que conecta o documento à agenda da 114a Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, e que ressalta ser imperativo que os progressos em matéria de condições de trabalho sejam feitos de forma inclusiva, para promover a recuperação e a construção de sociedades resilientes, justas, equânimes e saudáveis.

Nessa perspectiva, o documento conclui o parecer da Comissão de Especialistas sobre a Resolução n.205/2017 da OIT, apresentando as seguintes recomendações técnicas:

- Institucionalizar PDNAs Preventivos: As entidades devem implementar as "Avaliações de Necessidades Pós-Desastre" (PDNA) como um procedimento normal para garantir que o aspecto do emprego seja parte integrante de todas as respostas humanitárias em contextos de conflito (Parágrafo 96);
- Aprimorar a participação das mulheres na tomada de decisões: Todas as fases de reabilitação devem progredir do mero reconhecimento das desigualdades de gênero para o empoderamento ativo das mulheres em funções de tomada de decisão (Parágrafo 94). A equidade de gênero é essencial para a resiliência da comunidade;

- Aprimorar a negociação coletiva para a estabilidade: A negociação coletiva deve ser empregada como um instrumento formal para a estabilidade econômica, oferecendo uma abordagem sistemática para lidar com queixas que, de outra forma, se transformariam em conflitos sociais (Parágrafo 67).

Notícias do front

Gaza

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) divulgou, em outubro de 2025, um relatório analisando o impacto da guerra de mais de dois anos em Gaza, sobre a economia e o mercado de trabalho da Cisjordânia (https://www.ilo.org/publications/two-year-war-gaza-impacts-employment-and-livelihoods-west-bank-october-2025). As conclusões revelam uma deterioração acentuada dos meios de subsistência, com aumento do desemprego, queda na renda e agravamento da pobreza para os palestinos em todo o Território Ocupado da Palestina.

Logo após o anúncio do cessar-fogo, no mesmo outubro de 2025, havia sinais evidentes que os dois anos de guerra haviam deixado profundas cicatrizes econômicas e rupturas duradouras no mercado de trabalho em todo o Território Ocupado da Palestina. Embora a guerra tenha deixado impactos sociais, humanitários e econômicos mais devastadores em Gaza, suas consequências se estenderam à Cisjordânia, onde a intensificação das restrições de movimento por parte de israelenses – incluindo mais de 800 postos de controle e portões – interrompeu a vida econômica cotidiana, limitando o acesso a empregos, mercados e serviços. Ao mesmo tempo, o aumento da violência dos colonos israelenses, a destruição de partes dos campos de refugiados palestinos e a aprovação da construção de novos assentamentos israelenses minaram ainda mais a estabilidade política, econômica e social e o caminho para a solução de dois Estados soberanos.

Pressões adicionais sobre a Cisjordânia decorrem da revogação, por Israel, das permissões de trabalho para palestinos em Israel após 7 de outubro, da retenção das receitas alfandegárias palestinas (impostos e taxas que Israel cobra sobre as importações e exportações palestinas em nome da Autoridade Palestina, conforme o Protocolo de Paris) e da atual crise de liquidez do shekel israelense, que sobrecarregou o sistema financeiro e enfraqueceu a atividade comercial.

O boletim (https://www.ilo.org/publications/two-year-war-gaza-impacts-employment-and-livelihoods-west-bank-october-2025) informa, ainda, que o impacto da guerra de dois anos e das restrições subsequentes causaram uma queda de 29% no Produto Interno Bruto (PIB) real do Território Ocupado da Palestina como um todo, entre o primeiro trimestre de 2023 e o primeiro trimestre de 2025. A Cisjordânia, incluindo Jerusalém Oriental, registrou uma contração de 17,1%. Embora a Cisjordânia tenha apresentado um crescimento modesto de 9,9% no primeiro trimestre de 2025 em comparação com o mesmo período de 2024, a produção permaneceu significativamente abaixo dos níveis pré-guerra. A situação se agravou novamente a partir do segundo trimestre de 2025, impulsionada pela crise de liquidez da moeda israelense, pela escalada do conflito regional em junho e pelo aumento das restrições israelenses em toda a Cisjordânia.

O desemprego na Cisjordânia atingiu 31,7% para os homens e 33,7% para as mulheres no primeiro trimestre de 2025. O boletim também destaca um declínio acentuado no padrão de vida, com a renda real per capita na Cisjordânia caindo mais de 20% em comparação com 2023.

As projeções para o ano completo de 2025 indicam uma deterioração ainda maior da situação do mercado de trabalho na Cisjordânia, com o desemprego geral previsto para atingir 38,5%, afetando aproximadamente 363.500 pessoas.

Dados atualizados para 2026 mostram que os números negativos continuam a subir, com a continuidade das ações militares israelenses e com as novas frentes de batalha na região, gerando um percentual estimado em mais de 80% de desemprego em Gaza que, conjugado às restrições de alimentos, água e condições básicas para a sobrevivência, colocam o território no epicentro de uma das mais severas crises humanitárias do planeta (https://www.theguardian.com/world/2026/feb/16/gaza-jobs-unemployment-crisis-aid-food-basics).

Irã

Uma das vias mais diretas pelas quais a guerra dos Estados Unidos e Israel contra o Irã tem afetado o mercado de trabalho é a destruição física de instalações ou a suspensão das atividades produtivas. A cobertura do conflito pela mídia internacional indica que ataques militares têm tido como alvos infraestruturas industriais essenciais, incluindo grandes instalações fabris, como siderúrgicas, levando à paralisação das operações e a retirada de milhares de trabalhadores de seus postos de trabalho, de forma temporária ou permanentemente (https://www.wsj.com/livecoverage/iran-war-middle-east-news-updates/card/strikes-on-steel-plants-add-to-strains-on-iran-s-economy-r57YTKqP0vt7U4wIn2xZ). Essas interrupções afetam desproporcionalmente os trabalhadores terceirizados e informais, que não possuem proteção trabalhista e são frequentemente os primeiros a perder suas fontes de renda.

Do ponto de vista da economia do trabalho, tais choques produzem picos localizados de desemprego e subemprego, particularmente em regiões industriais. A destruição da infraestrutura civil agrava ainda mais esses efeitos, ao afetar pequenas empresas e a economia local de serviços. Como resultado, um grande contingente de trabalhadores é empurrado para atividades econômicas informais ou de sobrevivência, reforçando as dualidades preexistentes no mercado de trabalho.

A guerra precipitou uma grave recessão macroeconômica, com estimativas sugerindo uma contração de aproximadamente 10% no Produto Interno Bruto (PIB). Concomitantemente, a inflação — particularmente nos preços dos alimentos — disparou dramaticamente, em alguns casos ultrapassando 100%. Essas pressões macroeconômicas reduzem significativamente a demanda por mão de obra em todos os setores. Esses temas foram tratados durante webinário recentemente realizado pela John F. Kennedy School of Government da Universidade de Harvard, intitulado As Consequências Econômicas da Guerra do Irã (*The Economic Consequences of the Iran War*), disponível em: https://youtu.be/70AUZ3g9Btc?si=ls-lmakRBr7wHrSA

Em um contexto de guerra, e mediante condições mínimas para a manutenção de empregos e da atividade econômica, empregadores tendem a responder ao crescente cenário de incerteza e à redução das receitas suspendendo contratações, reduzindo o quadro de funcionários ou cortando salários. Mesmo quando os trabalhadores mantêm seus empregos, a renda real cai acentuadamente devido à inflação, produzindo o que alguns autores conceituam como “desemprego oculto”, em que os indivíduos estão formalmente empregados, mas não conseguem manter um padrão de vida básico (https://tesidottorato.depositolegale.it/bitstream/20.500.14242/168334/1/Tesi_dottorato_Unicas_32_%20AMOASAH_Francis.pdf). Esse fenômeno é particularmente relevante em contextos de conflito armado, onde os números oficiais de emprego podem mascarar a real precariedade econômica, segundo

conclusões dos especialistas ouvidos durante o webinário organizado pela Universidade de Harvard.

Considerações finais

O Relatório da Comissão de Especialistas da OIT sobre a Recomendação n.º 205/2017, relativa ao Emprego e ao Trabalho Decente para a Paz e a Resiliência, publicado em 9 de março último, termina concluindo que, no contexto atual de múltiplas crises inter-relacionadas, ou "crise de crises", a Recomendação nº 205/2017 permanece um instrumento altamente relevante e atualizado para orientar os países membros da OIT na prevenção de novas crises e na adoção de respostas urgentes a situações de conflito, por meio de medidas de promoção do emprego e do trabalho decente. O documento destaca, ainda, em suas conclusões, a necessidade de se criar estratégias que resultem em uma melhor compreensão e implementação efetiva da Recomendação nº 205/2017, monitorando a aplicação de convenções e protocolos em situações de conflito.

O documento, que servirá como base às discussões do terceiro ponto da agenda da 114a Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, em junho próximo, insta, também, a OIT a manter e fortalecer sua liderança na promoção dos princípios e direitos fundamentais no trabalho, no emprego e no trabalho decente como pilares essenciais da preparação, mitigação, prevenção e resposta a crises e conflitos, sobretudo através do Triplo Nexo entre ação humanitária, desenvolvimento e paz. A Comissão de Especialistas, responsável pela elaboração do documento, enfatiza, ainda, a necessidade da OIT continuar a fortalecer a sua capacidade institucional e os seus recursos operacionais, visando garantir um apoio oportuno, coordenado e eficaz aos seus países membros para, assim, promover a justiça social através da paz, da resiliência e da recuperação sustentável.

O Triplo Nexo, como estratégia para a transição de círculos viciosos em virtuosos, deve considerar, por fim, que não "deixar ninguém para trás" é ainda mais essencial em tempos de crise e conflitos, e tal princípio deve ser um componente central das estratégias de gestão do trabalho em tempos de crises. Nesse sentido, o documento recorda que os países membros devem desenvolver e implementar estratégias inclusivas que resultem no desenvolvimento e na implementação de políticas e programas de promoção do trabalho decente e equitativo, com especial atenção aos grupos populacionais e indivíduos mais vulnerabilizados ante situações de conflitos, em particular, mas não exclusivamente, mulheres, crianças, jovens, pessoas com deficiências, migrantes internos e internacionais, povos indígenas, populações negras, povos tradicionais e trabalhadores rurais, entre tantos outros grupos da população historicamente deixados à margem de estratégias para a superação de crises e promoção de melhores condições de vida e trabalho.

Da resposta às catástrofes climáticas no Brasil às crises prolongadas no continente africano: um panorama da migração e do refúgio ao redor do mundo

De la respuesta a las catástrofes climáticas en Brasil a las crisis prolongadas en el continente africano: un panorama de la migración y el refugio en el mundo

From the climate catastrophe response in Brazil to protracted crisis in the African continent: an overview on migration and refuge around the world

Rafael Gomes França, Giacomo Giannelli, Júlia Moraes, Marina Sujkowski e Deisy de Freitas Lima Ventura

Resumo: Este informe, preparado pelo Grupo de Trabalho sobre Migrações, Refúgio e Saúde Global, propõe um panorama sobre as notícias mais recentes no tema da saúde, migração e refúgio em diversos territórios. Será abordada a questão da resposta a catástrofes climáticas no Brasil sob duas perspectivas: a atuação do ACNUR no acolhimento das pessoas deslocadas durante a emergência de Minas Gerais e a criação de um projeto de preparação e resposta à emergências no Rio Grande do Sul liderado pela OIM. Também será discutida uma atualização a respeito da atual crise no Oriente Médio e seus impactos sobre o fluxo de pessoas na região, em especial no Irã e no Líbano, que têm forçado o deslocamento de milhões de pessoas e colocado a infraestrutura essencial dos países afetados sob pressão com as demandas crescentes. Por fim, serão comentados dois cenários de crises prolongadas no continente africano: os congoleses refugiados no Burundi retornando a seus lares e o agravamento da situação humanitária do Sudão e do Sudão do Sul.

Palavras-chave: Migração; refúgio; Brasil; Oriente Médio; África; crise humanitária.

Resumen: *Este informe, elaborado por el Grupo de Trabajo sobre Migraciones, Refugio y Salud Global, propone un panorama de las noticias más recientes en el ámbito de la salud, la migración y el refugio en diversos territorios. Se abordará la cuestión de la respuesta a catástrofes climáticas en Brasil desde dos perspectivas: la actuación del ACNUR en la acogida de personas desplazadas durante la emergencia en Minas Gerais y la creación de un proyecto de preparación y respuesta a emergencias en Rio Grande do Sul liderado por la OIM. También se discutirá una actualización sobre la actual crisis en Oriente Medio y sus impactos en los flujos de personas en la región, en particular en Irán y Líbano, que han forzado el desplazamiento de millones de personas y han puesto bajo presión la infraestructura esencial de los países afectados debido al aumento de las demandas. Por último, se comentarán dos escenarios de crisis prolongadas en el continente africano: los refugiados congoleños en Burundi que regresan a sus hogares y el agravamiento de la situación humanitaria en Sudán y Sudán del Sur.*

Palabras clave: *Migración; refugio; Brasil; Oriente Medio; África; crisis humanitária.*

Abstract: *This report, organized by the Working Group on Migration, Refuge and Global Health, proposes an overview of the most recent news on health, migration and refuge in different territories. The issue of climate catastrophe response in Brazil will be addressed under two perspectives: the UNHCR response to forcibly displaced people during the Minas Gerais emergency and the development of a preparedness and response project in Rio Grande do Sul led by IOM. An update on the Middle East crisis and its impacts on the flow of people around the region will also be discussed, especially regarding Iran and Lebanon, where millions are forced to flee their homes and the essential infrastructure is put under pressure with rising demands. Finally, there will be a comment on the humanitarian situation of Congolese refugees in Burundi returning home and the Sudan and South Sudan crisis.*

Keywords: *Migration; refuge; Brazil; Middle East; Africa; humanitarian crisis.*

Brasil: Saúde, migrações e mudanças climáticas

Atuação do ACNUR no apoio a populações deslocadas por desastres climáticos em Minas Gerais: gestão do acolhimento e desafios do deslocamento interno

O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) atuou no estado de Minas Gerais, apoiando a população deslocada em razão das fortes chuvas que assolaram o estado no mês de março. Em parceria com o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) e com autoridades locais, a agência integrou equipes multiprofissionais nas regiões afetadas, com o objetivo de apoiar a gestão e a coordenação de abrigos, a elaboração de instrumentos de acolhimento e a capacitação das equipes que atuaram durante o período de emergência[1].

A agência contribuiu com conhecimentos técnicos para o fortalecimento dos esforços locais de acolhimento e proteção, em alinhamento com as diretrizes e demandas definidas pelas autoridades estaduais. Entre as prioridades da atuação regional destacam-se o apoio à gestão e à organização dos fluxos nos abrigos, a identificação de possíveis pessoas refugiadas também deslocadas e o mapeamento das necessidades mais urgentes da população civil[1].

O ACNUR encerrou, no dia 13 de março, as atividades de suporte às pessoas deslocadas no estado de Minas Gerais. A equipe da agência realizou ações no território de Juiz de Fora (MG) e em municípios vizinhos, entre os dias 2 e 13 de março. Durante esse período, acompanhou o processo de abrigamento emergencial em escolas e o posterior encerramento seguro desses abrigos temporários, que foram substituídos pelo acolhimento em hotéis sociais. A agência atuou para assegurar que as famílias fossem assistidas com dignidade ao longo de todo o processo de desmobilização e realocação para os novos espaços[2].

Além disso, em conjunto com as equipes responsáveis pelos hotéis sociais, foram realizadas atividades de aconselhamento técnico voltadas à gestão do acolhimento, bem como apoio na análise das condições estruturais e na identificação de desafios operacionais desses espaços[2].

Ao todo, mais de 110 municípios mineiros decretaram situação de emergência ou calamidade pública em razão dos temporais. Conforme dados da Defesa Civil de Minas Gerais, o atual período chuvoso, iniciado em outubro de 2025, foi o mais letal dos últimos 20 anos, com cerca de 80 mortes registradas[2].

Diante dos recentes desastres causados por chuvas intensas e inundações em diferentes localidades do território brasileiro, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) esclareceu a utilização da terminologia internacional mais adequada para situações em que pessoas são obrigadas a deixar suas residências, mas permanecem dentro do território nacional. Cenários em que indivíduos ou famílias precisam abandonar suas casas em razão de desastres, violência ou outras circunstâncias graves, sem cruzar fronteiras internacionais, enquadram-se no conceito de deslocamento interno. Conforme os *Princípios Orientadores sobre Deslocamento Interno* (Organização das Nações Unidas, 1998), deslocados internos são pessoas forçadas ou obrigadas a fugir ou a abandonar suas casas, mas que permanecem dentro de seu próprio país[3].

No contexto dos eventos climáticos extremos registrados em Minas Gerais, é mais adequado utilizar as expressões *deslocamento interno por desastres* ou *deslocamento interno em razão de eventos climáticos extremos*. O termo *deslocamento interno por desastres* é recorrentemente utilizado pelo *Internal Displacement Monitoring Centre* (IDMC) e pelo sistema das Nações Unidas, contemplando deslocamentos decorrentes de inundações, deslizamentos, tempestades e outros eventos resultantes de forças naturais. Já a expressão *deslocamento interno em razão de eventos climáticos extremos* pode ser empregada quando se busca enfatizar a relação com o aumento da frequência e da intensidade de fenômenos associados às mudanças climáticas, conforme apontado pelo *Intergovernmental Panel on Climate Change* (IPCC)[3].

A utilização de terminologia adequada contribui para maior clareza conceitual, melhor monitoramento de dados e fortalecimento de políticas públicas voltadas à prevenção, à resposta e à busca de soluções duradouras para as pessoas afetadas por desastres, independentemente de sua nacionalidade ou de outras características sociodemográficas, como idade, gênero e renda familiar[3].

OIM lança projeto para fortalecer preparação e resposta a emergências no Sul do Brasil

No dia 10 de março, em Lajeado, a OIM lançou o projeto "Tchê Prepara" no Rio Grande do Sul com o objetivo de fortalecer as capacidades locais, promover a articulação intersetorial e a preparação e a resposta para emergências na região do Vale do Taquari.[4] O projeto foi desenvolvido em meio ao contexto dos desastres climáticos que atingem a região desde 2023, cuja resposta teve participação da OIM no apoio às famílias desabrigadas, e que evidenciou a necessidade de uma resposta mais robusta, ágil, eficiente e coordenada às emergências, com atenção especial às populações em vulnerabilidade.

O projeto foi desenhado em parceria com o Governo do Rio Grande do Sul, a Coordenadoria de Proteção da Defesa Civil e o Ministério Público do estado, com financiamento do setor privado através da plataforma RegeneraRS. Ele buscará a construção coletiva de planos participativos que envolvam a comunidade local e atendam às demandas específicas de cada território. Diante da intensificação da frequência e da sequência das catástrofes climáticas, em especial considerando as características geográficas do Rio Grande do Sul, a elaboração de um plano de adaptação permanente e que faça sentido com a realidade local torna-se fundamental.

Atualizações da crise no Oriente Médio

2,3 milhões de iranianos temporariamente deslocados

Entre 600 mil e um milhão de lares iranianos foram temporariamente deslocados dentro do país devido ao conflito, o que representa até 3,2 milhões de pessoas, segundo Ayaki Ito,

Diretor de Emergência do ACNUR em 12 de março.[5] A maioria das pessoas em deslocamento forçado sai de Teerã e outras áreas urbanas em direção às comunidades rurais e no norte do país buscando segurança. Chama a atenção a situação das famílias afegãs refugiadas no Irã, que se veem em situação de ainda maior vulnerabilidade. Já foi registrado, pela OIM[6], um aumento significativo do fluxo de pessoas entre Irã e Afeganistão, embora limitado devido às condições também precárias do país destino. Há também um crescimento significativo dos deslocamentos entre Irã e Paquistão, chegando a 6700 pessoas até 16 de março, através da fronteira de Taftan-Mirjaveh, das quais a maioria são paquistaneses retornando ao país de origem.

Deslocamentos no Líbano

Segundo o discurso de Karolina Billing, representante do ACNUR no Líbano[7], à coletiva de imprensa dada em 27 de março em Genebra, mais de um milhão de libaneses foram forçados a deixar seus lares – cerca de um em cada cinco residentes. Mais de 136 mil pessoas estão em 660 abrigos coletivos, os quais estão, em sua maioria, superlotados e enfrentam péssimas condições sanitárias e relatos de violências. Os abrigos, majoritariamente localizados em escolas, também não possuem as adaptações necessárias para acolher pessoas com deficiências.

Nas últimas semanas, os ataques israelenses atingiram Beirute, a capital do país. Além dos impactos diretos dos bombardeios, o cenário de insegurança extremo intensifica o desgaste psicológico daqueles nas regiões afetadas, em especial crianças. Além disso, diversas pontes que ligam áreas importantes na região sul do país foram destruídas, limitando a mobilidade de pessoas e recursos, inclusive a passagem de ajuda humanitária. O ACNUR relata a entrega de quase 200 mil itens de assistência emergencial aos abrigos e o apoio a mais de 27 mil pessoas, mas destaca que as ações necessitam ir além do emergencial e devem fortalecer os sistemas nacionais de proteção e assistência social para uma resposta mais eficiente e sustentável. A agência também destaca que os recursos que possuem hoje são insuficientes frente a magnitude alcançada pela crise e apelam por mais financiamento para assegurar a vida das pessoas em deslocamento.

O cenário da fronteira do Líbano com a Síria também é crítico: de acordo com a OIM[8], até 17 de março, 125 mil pessoas já haviam feito a travessia, sendo a maioria sírios retornando ao país de origem e apenas sete mil são libaneses; cerca de metade das pessoas registradas são crianças. Na última atualização destes dados, em 23 de março[6], somavam-se 130 mil pessoas vindas do Líbano e 82 mil atravessando as demais fronteiras da Síria, indicando o impacto regional e abrangente da crise. A infraestrutura da Síria é fragilizada por mais de uma década de crise humanitária e este novo fluxo aumenta a pressão sobre os serviços essenciais. Por volta de 21% das chegadas são destinadas à região de Ar-Raqqa, muitos à locais remotos sem acesso a água, alimentação ou oferta de serviços de saúde. Os demais deslocam-se a centros urbanos densamente populados, como Damasco, os quais também estão sob forte pressão. Em todo caso, as famílias chegam ao país com nenhum ou poucos recursos, sendo assim, necessitam urgentemente de assistência financeira, bem como abrigos, alimentos e serviços de saúde.

Crises prolongadas no continente africano

Retorno de congoleses do Burundi após reabertura de fronteiras

Cerca de um mês após a reabertura das fronteiras entre o Burundi e a República Democrática do Congo, em 23 de fevereiro, mais de 33 mil refugiados congoleses estão retornando a seu país de origem, segundo o ACNUR.[9] A maioria havia fugido no fim de 2025

devido a conflitos violentos com as forças armadas e grupos paramilitares. O retorno à RDC tornou-se um desejo de milhares de congoleses em especial devido às condições de vida no Burundi. 30% daqueles que estão retornando viviam no campo de refugiados de Busuma, que abriga cerca de 66 mil dos 109 mil refugiados congoleses no país, enfrentando superlotação, condições sanitárias precárias, falta de água, medicamentos e abrigo. Aproximadamente 4500 pessoas permanecem em trânsito aguardando a realocação para Busuma.

Contudo, as condições para o retorno são também frágeis devido à crise humanitária: a maioria das famílias retorna sem pertences e encontram suas casas saqueadas ou destruídas, sendo necessário abrigo, itens básicos, serviços de saúde e acesso à água e a saneamento básico para que retomem suas vidas. O ACNUR ressalta que a decisão de retorno dos refugiados deve ser respeitada e deve-se garantir que sejam voluntários, seguros e dignos. No entanto, para continuar assistindo aos congoleses refugiados e aos que estão retornando a seu país de origem, o ACNUR dispõe de apenas 34% dos recursos necessários, ainda mais baixo (20%) no caso da resposta do Burundi ao fluxo de refugiados, impondo desafios para assegurar a vida e a saúde desses indivíduos.

Situação do Sudão e Sudão do Sul

Segundo notícia recente da OIM[10], há grandes riscos da operação humanitária na crise do Sudão do Sul colapsar nas próximas semanas devido à falta de financiamento. O país é um dos mais afetados por deslocamentos, com quase dois milhões de pessoas em trânsito dentro das fronteiras de 10 milhões de pessoas necessitando apóio humanitário. O cenário de deslocamentos prolongados, insegurança alimentar, surtos de cólera e aumento da insegurança no país já colocam a população em situação de profunda vulnerabilidade. Projeta-se que um condado, Robkona County, alcance a fase 5 (extremamente crítica) de desnutrição entre abril e junho. Os campos para pessoas internamente deslocadas em Bentiu e Malakal servem há anos como último recurso para que famílias deslocadas devido a conflitos armados, enchentes e insegurança consigam abrigo. São 187 mil pessoas vivendo nos campos que já operam em superlotação.

Contudo, a falta de 6 milhões de dólares para o financiamento da resposta da OIM no território impactará a oferta de serviços essenciais como água limpa, saneamento básico e proteção para as enchentes, principalmente diante da temporada de chuvas que deve se iniciar nos próximos meses, aumentando o risco de inundação dos campos e impedindo que as pessoas abrigadas tenham o mínimo de condições para sobreviver. O risco para a saúde e segurança das pessoas seria imediato, gerando maior chance de surtos de doenças infecciosas e novos deslocamentos. É esperado que as cidades onde os campos estão localizados, com cerca de 554 mil habitantes, também sintam os impactos desse colapso. Embora a OIM destaque que alternativas e planos de longo-prazo estejam sendo desenvolvidos, é fundamental assegurar os serviços essenciais e emergenciais para garantir que as transições sejam seguras, ordenadas e voluntárias.

No país vizinho, Sudão, a Diretora-Geral da OIM se pronunciou sobre recentes ataques a equipamentos de saúde em East Darfur, que causaram a morte de dezenas de civis, incluindo crianças.[11] Amy Pope comenta que este ataque é parte de um conflito, que se estende por quase três anos e tornou o Sudão o local com a maior crise de deslocamentos forçado do mundo, profundamente marcado pela violência direcionada a comunidades étnicas e com níveis alarmantes de violência de gênero, em que ataques repetidos com uso de armas explosivas em áreas populadas destroem famílias e deixam a infraestrutura de serviços essenciais em ruínas.

Referências

1. ACNUR. *ACNUR atua em Minas Gerais em cooperação com o Governo e apoio às pessoas deslocadas pelas inundações e deslizamentos.* Disponível em: https://www.acnur.org/br/noticias/comunicados-imprensa/acnur-atua-em-minas-gerais-em-cooperacao-com-o-governo-e-apoio. Acesso em: 27 mar. 2026.

2. ACNUR. *ACNUR encerra atividades em resposta à emergência causada pelas chuvas em Minas Gerais*. Disponível em: https://www.acnur.org/br/noticias/notas-informativas/acnur-encerra-atividades-em-resposta-emergencia-causada-pelas-chuvas-em. Acesso em: 27 mar. 2026.

3. ACNUR. *Quando desastres forçam pessoas a deixar suas casas: o que significa deslocamento interno*. Disponível em: https://www.acnur.org/br/noticias/notas-informativas/deslocamento-interno-desastres-forcam-pessoas-deixar-lares. Acesso em: 27 mar. 2026.

4. OIM. *Tchê Prepara: OIM lança projeto para fortalecer preparação e resposta a emergências no Sul do Brasil***.** Porto Alegre, 17 mar. 2026. Disponível em: https://brazil.iom.int/pt-br/news/tche-prepara-oim-lanca-projeto-para-fortalecer-preparacao-e-resposta-emergencias-no-sul-do-brasil. Acesso em: 30 mar. 2026.

5. ACNUR. *UNHCR: Up to 3.2 million Iranians temporarily displaced in Iran as conflict intensifies.* Genebra, 12 mar. 2026. Disponível em: https://www.unhcr.org/news/press-releases/unhcr-3-2-million-iranians-temporarily-displaced-iran-conflict-intensifies. Acesso em: 30 mar. 2026.

6. OIM. *1M Displaced, 130K Cross Borders Amid Escalating Regional Conflict, New IOM Data.* Genebra, 24 mar. 2026. Disponível em: https://www.iom.int/news/1m-displaced-130k-cross-borders-amid-escalating-regional-conflict-new-iom-data. Acesso em: 30 mar. 2026.

7. ACNUR. *UNHCR calls for urgent support in Lebanon as humanitarian catastrophe looms.* Genebra, 27 mar. 2026. Disponível em: https://www.unhcr.org/news/briefing-notes/unhcr-calls-urgent-support-lebanon-humanitarian-catastrophe-looms. Acesso em: 30 mar. 2026.

8. OIM. *Over 125,000 Cross Syria Border from Lebanon, Half are Children.* Genebra, 18 mar. 2026. Disponível em: https://www.iom.int/news/over-125000-cross-syria-border-lebanon-half-are-children. Acesso em: 30 mar. 2026.

9. OIM. *Urgent support needed as 33,000 Congolese refugees return home from Burundi in a month.* Goma, 24 mar. 2026. Disponível em: https://www.unhcr.org/news/briefing-notes/urgent-support-needed-33-000-congolese-refugees-return-home-burundi-month. Acesso em: 30 mar. 2026.

10. OIM. *187,000 in South Sudan Risk Losing Life-Saving Services as USD 6 Million Funding Gap Looms.* Genebra, 19 mar. 2026. Disponível em: https://www.iom.int/news/187000-south-sudan-risk-losing-life-saving-services-usd-6-million-funding-gap-looms. Acesso em: 30 mar. 2026.

11. OIM. *IOM Chief Condemns Sudan Hospital Attack.* Genebra, 22 mar. 2026. Disponível em: https://www.iom.int/news/iom-chief-condemns-sudan-hospital-attack. Acesso em: 30 mar. 2026.

A Comissão sobre a Situação da Mulher (CSW 70)

La CSW 70

The CSW 70

Natália Sevilha Stofel, Maria Teresa Rossetti Massari, Priscilla Paiva Gê Vilella dos Santos e Maria Auxiliadora Souza Mendes Gomes

Resumo: O artigo aborda a *70ª Commission on the Status of Women*, ocorrida na cidade de Nova Iorque, nos Estados Unidos da América, na sede das Organização das Nações Unidas, entre os dias 9 e 19 de março de 2026, destacando seus principais debates, tensionamentos e agendas prioritárias. O texto discute o contexto político internacional marcado por disputas em torno do conceito de gênero e por tentativas de retrocesso em direitos historicamente consolidados, especialmente no campo da saúde sexual e reprodutiva. Também examina a atuação da delegação brasileira, com ênfase em iniciativas voltadas ao enfrentamento do feminicídio e à regulação da violência digital de gênero.

Palavras-chave: CSW 70; Igualdade de Gênero; Direitos Humanos para Mulheres e Meninas.

Resumen: *El artículo aborda la 70ª Comisión de la Condición Jurídica y Social de la Mujer, celebrada en la ciudad de Nueva York, Estados Unidos de América, en la sede de la Organización de las Naciones Unidas, entre los días 9 y 19 de marzo de 2026, destacando sus principales debates, tensiones y agendas prioritarias. El texto analiza el contexto político internacional marcado por disputas en torno al concepto de género y por intentos de retroceso en derechos históricamente consolidados, especialmente en el ámbito de la salud sexual y reproductiva. También examina la actuación de la delegación brasileña, con énfasis en iniciativas dirigidas al enfrentamiento del feminicidio y a la regulación de la violencia digital de género.*

Palabras clave: *Comisión de la Condición Jurídica y Social de la Mujer; Equidad de Género; Derechos Humanos; Derechos de la Mujer; Salud Reproductiva; Violencia contra la Mujer; Feminicidio; Violencia en Internet.*

Abstract: *The article addresses the 70th Commission on the Status of Women, held in New York City, United States of America, at the headquarters of the United Nations, from March 9 to 19, 2026, highlighting its main debates, tensions, and priority agendas. The text discusses the international political context marked by disputes over the concept of gender and attempts to roll back historically established rights, especially in the field of sexual and reproductive health. It also examines the role of the Brazilian delegation, with emphasis on initiatives aimed at tackling femicide and regulating gender-based digital violence.*

Keywords (MeSH): *Commission on the Status of Women; Gender Equity; Human Rights; Women's Rights; Reproductive Health; Violence Against Women; Femicide; Internet-Based Violence.*

Introdução

De 9 a 19 de março de 2026, ocorreu na sede da Organização das Nações Unidas (ONU), de Nova Iorque, nos Estados Unidos da América, a *70ª Commission on the Status of Women* (CSW 70). O fórum é o principal espaço mundial para discussão sobre equidade de gênero e direitos para mulheres e meninas. Criada em 1946, a CSW constitui um dos principais fóruns multilaterais dedicados à promoção da igualdade de gênero e ao monitoramento de compromissos internacionais. Ao longo de suas edições, a CSW tem desempenhado papel estratégico na formulação de marcos normativos e na articulação entre Estados, agências internacionais e sociedade civil.

A CSW 70 insere-se em um momento particularmente sensível, no qual agendas progressistas convivem com movimentos de contestação que buscam restringir direitos historicamente conquistados, especialmente no campo da saúde sexual e reprodutiva.

A CSW 70 teve como tema:

- **Prioritário:** Garantir e fortalecer o acesso à justiça para todas as mulheres e meninas, por meio da promoção de sistemas jurídicos inclusivos e equitativos, eliminando leis, políticas e práticas discriminatórias e da eliminação de barreiras estruturais.
- **Revisão:** A participação plena e efetiva das mulheres e a tomada de decisões na vida pública, bem como a eliminação da violência, para alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas.
- **Emergente**: Empoderamento de mulheres idosas.

Tensionamentos na disputa de gênero

A CSW 70 foi marcada pelo tensionamento em torno da definição, e consequente retrocesso, do que se entende por gênero. Isso porque os Estados Unidos da América, ainda que tenha rompido com mais de 31 estruturas das Nações Unidas, entre elas a ONU Mulheres, buscou alterar o texto principal acordado entre os países e construíram uma proposta paralela, sem respeito aos processos inerentes à CSW, pois buscavam impor seu próprio *Agreed Conclusion*, no qual constava:

- substituir “gênero” por “sexo biológico”;
- limites nas menções de direitos sexuais e reprodutivos;
- questionamento de conceitos consolidados de políticas internacionais.

Tais alterações representariam um retrocesso de mais de 30 anos, desde as conferências e acordos do Cairo (1994) e de Pequim (1995). Diante do impasse, o texto da CSW, sem as alterações dos EUA, foi levado para votação e de forma inédita, não houve consenso entre os Estados-membros, foram 37 votos favoráveis, 6 abstenções e 1 contrário (EUA). Tal resultado reafirmou o compromisso global com políticas inclusivas e interseccionais, mas não foi suficiente para convencer a delegação dos EUA, pois no dia 19 de março, um texto foi redigido e circulou em algumas mesas. Tentava-se então uma via paralela da agenda anti-gênero, ou seja, biologicista e transfóbica.

Sob liderança brasileira e belga, o texto foi novamente rejeitado, segundo a Ministra das Mulheres, Márcia Lopes, o Brasil atuou em articulação com países da América Latina para defender um texto comprometido com a promoção e a proteção dos direitos de todas as mulheres.

A agenda brasileira

A delegação brasileira contou com mais de 300 pessoas do Legislativo, Executivo, Judiciário, Sociedade Civil e Academia. Durante todo o evento, a Ministra das Mulheres Márcia Lopes, reafirmou o apoio do governo do Brasil à candidatura de Michelle Bachelet à Secretaria-Geral da ONU. Além de inúmeras reuniões com representantes dos Estados-membros, o país promoveu três eventos:

Feminicídio e os caminhos para seu combate, com transformação cultural e social – Um debate sobre estratégias para prevenir e erradicar o feminicídio

Em um contexto marcado pelo agravamento das violências de gênero, o Brasil registrou, em 2025, o maior número de feminicídios dos últimos dez anos, com 1.568 mulheres assassinadas em razão de serem mulheres, segundo dados recentes do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

O evento integrou a participação de alto nível do Brasil na CSW70, projetando internacionalmente o enfrentamento ao feminicídio como uma prioridade nacional e um compromisso de Estado. Nesse contexto, o feminicídio foi destacado como a expressão mais extrema da violência baseada em gênero e como uma grave violação dos direitos humanos.

Em sua intervenção, a ministra Márcia Lopes enfatizou que o enfrentamento à violência contra as mulheres requer políticas públicas integradas e articulação entre diferentes setores do Estado e entes federativos. Ressaltou ainda a importância da atuação intersetorial, envolvendo áreas como saúde, educação, assistência social, cultura, trabalho e igualdade racial, além da incorporação transversal da promoção da igualdade de gênero.

A ministra também destacou iniciativas recentes voltadas ao fortalecimento da proteção às mulheres e ao combate à misoginia, como o Pacto Brasil de Enfrentamento ao Feminicídio, que reúne os Três Poderes da República em ações coordenadas de prevenção, proteção e responsabilização. Reafirmando o compromisso central da agenda, declarou: “Nosso maior compromisso é este: mulheres vivas. As mulheres têm o direito de ser livres e de viver. Mulheres e meninas livres”.

A primeira-dama Janja Lula da Silva participou do debate e ressaltou que os avanços na igualdade de gênero dependem de transformações sociais profundas e do enfrentamento das estruturas de privilégio que sustentam as desigualdades. Segundo ela, o fortalecimento das mulheres frequentemente gera reações contrárias justamente por desafiar essas estruturas históricas. Defendeu, ainda, que a promoção da igualdade de gênero deve envolver toda a sociedade, incluindo os homens, que também se beneficiam de uma sociedade mais justa e equitativa.

As ações apresentadas dialogam com compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, como a Convenção de Belém do Pará, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) e o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5 da Agenda 2030 da ONU, voltado à promoção da igualdade de gênero e ao empoderamento de mulheres e meninas.

Também participaram do encontro a deputada federal Jack Rocha; a presidenta do Banco do Brasil, Tarciana Medeiros; a presidenta da Petrobras, Magda Chambriard; e a diretora de Conteúdo e Programação da EBC (Empresa Brasil de Comunicação), Antônia Pellegrino, além

de autoridades da Espanha, México, África do Sul e Colômbia e representantes de organismos internacionais.

Regulação, Proteção e Justiça: Respostas à Violência Digital de Gênero Contra as Mulheres

A Ministra das Mulheres Márcia Lopes levou à CSW a "Lei Modelo Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Digital de Gênero contra as Mulheres". Trata-se de um instrumento normativo elaborado para orientar países da América Latina na criação ou aprimoramento de legislações sobre o tema. Seu objetivo central é enfrentar a violência de gênero mediada por tecnologias digitais de forma integral, incluindo ações de prevenção, proteção, investigação, punição e reparação de danos, tanto na esfera pública quanto privada.

A lei define a violência digital como qualquer ação ou omissão baseada no gênero que cause danos físicos, psicológicos, sexuais, econômicos ou políticos às mulheres, sendo praticada ou agravada pelo uso de tecnologias digitais. Reconhece que essa violência faz parte de um continuum das violências de gênero e pode transitar entre o ambiente online e offline. Também destaca que seus impactos são mais intensos em grupos em situação de maior vulnerabilidade, considerando marcadores como raça, idade, orientação sexual e condição socioeconômica.

Além disso, a Lei Modelo propõe uma abordagem multissetorial e baseada em direitos humanos, estabelecendo responsabilidades não apenas para os Estados, mas também para plataformas digitais e intermediários da internet. Entre suas diretrizes estão a promoção da transparência, a remoção de conteúdos violentos, a preservação de provas, a cooperação com autoridades e o fortalecimento de políticas públicas que garantam ambientes digitais seguros e igualdade de gênero.

Emancipação econômica das mulheres afrodescendentes: justiça e desenvolvimento sustentável

No âmbito da programação da CSW 70, destacou-se também o debate sobre a emancipação econômica de mulheres afrodescendentes como eixo estruturante da justiça social e do desenvolvimento sustentável. A discussão evidenciou que a promoção da igualdade de gênero, quando articulada à dimensão racial, exige o reconhecimento das desigualdades históricas e estruturais que posicionam essas mulheres em contextos de maior vulnerabilidade econômica e social. Assim, a centralidade das mulheres afrodescendentes na agenda global não se restringe à inclusão, mas aponta para a necessidade de transformação das bases que sustentam as desigualdades.

As intervenções ressaltaram que a justiça econômica não pode ser dissociada do enfrentamento ao racismo estrutural e às heranças da escravidão, que ainda moldam o acesso a direitos, oportunidades e recursos. Nesse sentido, políticas públicas orientadas à equidade devem contemplar estratégias que garantam trabalho digno, proteção social, acesso à educação e participação efetiva nos espaços de poder e decisão. A incorporação de uma perspectiva interseccional mostrou-se fundamental para a construção de respostas mais eficazes e alinhadas às realidades vivenciadas por essas mulheres.

Além disso, enfatizou-se que o protagonismo de mulheres afrodescendentes na formulação, implementação e monitoramento de políticas públicas fortalece iniciativas mais inclusivas e sustentáveis. Ao reconhecer seus saberes, experiências e formas de organização coletiva, amplia-se o potencial de construção de soluções inovadoras para os desafios contemporâneos. Dessa forma, a emancipação econômica dessas mulheres configura-se não

apenas como uma agenda de justiça social, mas como elemento indispensável para o avanço de um modelo de desenvolvimento verdadeiramente equitativo e sustentável.

Considerações Finais

A CSW 70 reafirmou compromissos históricos com os direitos das mulheres e meninas, mas também revelou o avanço de agendas conservadoras que tensionam conceitos fundamentais e colocam em risco conquistas consolidadas nas últimas décadas. A ausência de consenso entre os Estados-membros, fato inédito na história recente da Comissão, sinaliza um cenário de disputas cada vez mais intensas no campo dos direitos humanos.

Nesse contexto, a atuação articulada de países do Sul Global, como o Brasil, mostrou-se estratégica para a defesa de uma agenda comprometida com a inclusão, a diversidade e a justiça social. As iniciativas apresentadas reforçam a importância de políticas públicas intersetoriais e baseadas em evidências, capazes de enfrentar a complexidade das violências de gênero em suas múltiplas expressões, incluindo o feminicídio e a violência digital.

Referências

BRASIL. Ministério das Mulheres. Agenda internacional e participação brasileira na CSW. Brasília: Ministério das Mulheres, 2026. Disponível em: https://www.gov.br/mulheres. Acesso em: 30 mar. 2026.

BRASIL. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2025. São Paulo: FBSP, 2025. Disponível em: https://forumseguranca.org.br. Acesso em: 30 mar. 2026.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. Lei Modelo Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Digital contra as Mulheres. Washington, DC: OEA, 2022. Disponível em: https://www.oas.org. Acesso em: 30 mar. 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Beijing Declaration and Platform for Action. New York: United Nations, 1995. Disponível em: https://www.un.org/womenwatch/daw/beijing/platform/. Acesso em: 30 mar. 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Commission on the Status of Women. Agreed conclusions on women's access to justice. New York: United Nations, 2026. Disponível em: https://www.unwomen.org/en/csw. Acesso em: 30 mar. 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Programme of Action of the International Conference on Population and Development (ICPD). Cairo: United Nations, 1994. Disponível em: https://www.unfpa.org/publications/international-conference-population-and-development-programme-action. Acesso em: 30 mar. 2026.

UNITED NATIONS WOMEN. Commission on the Status of Women (CSW): overview and outcomes. New York: UN Women, 2024. Disponível em: https://www.unwomen.org/en/csw. Acesso em: 30 mar. 2026.

A captura privada e a financeirização da agenda global da segurança alimentar e nutricional

La apropiación privada y la financiarización de la agenda mundial de seguridad alimentaria y nutricional

The private capture and financialization of the global agenda for food security and nutrition

Eduardo Nilson e Denise Oliveira e Silva

Resumo. Nesse informe, discute-se a captura da narrativa da segurança alimentar e nutricional pelos sistemas alimentares hegemônicos, desde a agricultura de commodities até a proliferação dos alimentos ultraprocessados, que explica a aparente contradição de estarmos produzindo cada vez mais alimentos, mas ainda estarmos longe de eliminar a fome no mundo. A real transformação dos sistemas alimentares depende, em grande parte, da retomada dessas narrativas por meio da orientação das políticas pelo direito humano à alimentação adequada.

Palavras-chave: FAO. Segurança alimentar e nutricional. Financeirização.

Resumen. *En este informe se analiza cómo los sistemas alimentarios hegemónicos se han apropiado del discurso sobre la seguridad alimentaria y nutricional, desde la agricultura de productos básicos hasta la proliferación de los alimentos ultraprocesados, lo que explica la aparente contradicción de que, a pesar de producir cada vez más alimentos, aún estemos lejos de erradicar el hambre en el mundo. La transformación real de los sistemas alimentarios depende, en gran medida, de la recuperación de estas narrativas mediante la orientación de las políticas hacia el derecho humano a una alimentación adecuada*.

Palabras clave: *FAO. Seguridad alimentaria y nutricional. Financiarización.*

Abstract. *This report discusses how the narrative of food and nutritional security has been co-opted by hegemonic food systems—from commodity agriculture to the proliferation of ultra-processed foods—which explains the apparent contradiction of producing more and more food while still being far from eliminating hunger in the world. The real transformation of food systems depends, to a large extent,* on reclaiming these narratives by orienting policies toward the human right to adequate food.

Keywords: *FAO. Food and nutritional security. Financialization.*

Os debates sobre segurança alimentar e nutricional (SAN) são moldados por narrativas concorrentes, isto é, a maneira como as pessoas falam e entendem a SAN, o que veem como os principais problemas, as soluções e as normas vigentes, os valores e pressupostos subjacentes. Nesse contexto, as narrativas dominantes sobre a SAN são reflexo de quem detém o poder nos sistemas alimentares, o que significa que as narrativas podem ser (e são) usadas como uma ferramenta para concentrar poder ao se apropriarem delas.

Não é novidade para nosso campo que a insegurança alimentar e nutricional aumentou significativamente na última década, impulsionada por conflitos geopolíticos, mudanças climáticas, disrupções econômicas, os efeitos persistentes da pandemia de COVID-19 e as limitações dos recursos naturais, tendo uma recuperação lenta e desigual nos anos pós pandêmicos. Ainda, a SAN tem sido uma questão política central globalmente desde 2020, devido ao aumento dos preços dos alimentos e, embora parte dessa inflação tenha sido impulsionada por choques nos mercados de commodities agrícolas e energéticas, a concentração do poder corporativo no sistema alimentar e a transformação dos alimentos em mercadorias são algumas das principais razões para que os preços dos alimentos permaneçam altos, mesmo com a redução dos custos dos insumos.

Vale sempre recordar, ainda, que a SAN está profundamente interligada ao clima. Impactos como padrões climáticos em mudança e solos degradados podem representar sérias ameaças à produtividade agrícola e à resiliência dos sistemas alimentares, por meio do que se configura na atual sindemia global de desnutrição, obesidade e mudanças climáticas nutrição (Swinburn *et al.*, 2019). Os sistemas alimentares atualmente são responsáveis por cerca de 30% do total das emissões globais de gases de efeito estufa, com as emissões provenientes da produção agrícola (principalmente metano e óxido nitroso) em ascensão desde 2000. Apesar dessa interconexão, a segurança alimentar e a ação climática são frequentemente tratadas como agendas separadas ou mesmo conflitantes — quando, na verdade, o potencial de mitigação climática oferecido pela transformação dos sistemas alimentares não pode ser subestimado.

Ademais, as narrativas sobre a SAN, em última análise, determinam quais políticas recebem financiamento, quais tecnologias são ampliadas e quais comunidades são empoderadas ou deixadas para trás. Por exemplo, no financiamento climático, compreender essas narrativas é essencial, particularmente em um momento em que as narrativas sobre SAN estão sendo usadas como arma para se opor à ação climática em regiões como os Estados Unidos e a Europa.

Por outro lado, intervir no nível das narrativas oferece uma maneira poderosa de influenciar todo o ecossistema de alimentação e clima. Oferece a oportunidade de construir alianças mais amplas e apoio público em torno de medidas que aumentam a segurança alimentar ao mesmo tempo em que avançam nos objetivos de adaptação e mitigação climática.

Essa discussão também se entrelaça com temas que já abordamos sucessivas vezes, relacionados à participação do setor privado na agenda de segurança alimentar e nutricional global, incluindo a transformação dos sistemas alimentares, quase sempre em tom crítico e questionador, na medida em que as corporações que compõem o chamado *Big Food* estão entre as principais causas da sindemia global de desnutrição, obesidade e mudanças climáticas.

Por isso, frequentemente questionamos se esses causadores dos problemas podem e devem ter tamanho protagonismo em sua solução e o quanto a participação desse setor tem sido permeada por *blue*, *green*, *social*, *pink* e outros tipos de *washing* corporativos para dar uma falsa aura de colaboração e responsabilidade a entidades cuja atual continua a ser movida pelo lucro a despeito de suas consequências sobre a saúde humana e planetária. Por exemplo, foram já abordados em documentos como a publicação "Responsabilidade Corporativa para a Transformação de Sistemas Alimentares", do Hub das Nações Unidas para Sistemas Alimentares (United Nations Food Systems Coordination Hub, 2024) e a publicação da Organização Mundial

da Saúde sobre Políticas fiscais para promover dietas saudáveis (World Health Organization (WHO), 2024), além de publicações anteriores dos organismos, da academia e da sociedade civil.

A financeirização dos alimentos

Uma recente análise sobre os processos de captura das narrativas em SAN, a partir do relatório "Alimentando Lucros, Deixando Pessoas com Fome: Como a Financeirização dos Alimentos Está Devorando o Planeta", da Sociedade para o Desenvolvimento Internacional, explica como os mercados financeiros moldam a forma como os alimentos são produzidos, comercializados e consumidos, transformando-os em uma mercadoria global e em um ativo financeiro, desconectados dos ecossistemas e das comunidades locais (Society for International Development, 2026). Nesse contexto, a terra e a agricultura são cada vez mais tratadas como oportunidades de investimento, muitas vezes em detrimento dos pequenos produtores e da soberania alimentar. Ao mesmo tempo, argumenta-se que os atores especulativos lucram com a volatilidade dos preços dos alimentos, enquanto um punhado de corporações domina os mercados globais. As mudanças climáticas intensificam ainda mais essas pressões, aprofundando a desigualdade e a insegurança.

Em resposta a esse desafio, o relatório clama por uma reforma sistêmica urgente, retomando os alimentos como um bem público e que requer a regulação da especulação, a transformação dos sistemas financeiros e comerciais globais e o apoio a modelos agroecológicos baseados na resiliência, na diversidade e no controle local. Um ponto central dessa reforma e retomada é colocar no centro de tudo que a alimentação é um direito humano e não um ativo financeiro.

O relatório lembra que a insegurança alimentar global, a fome e a desnutrição têm se agravado nos últimos anos, impulsionadas por crises interconectadas, incluindo a pandemia de COVID-19, a guerra na Ucrânia, desastres decorrentes das mudanças climáticas e a degradação ecológica. Afirma, ainda, que esses choques expuseram a fragilidade dos sistemas alimentares globais e elevaram os preços dos alimentos e, embora os governos estejam se esforçando para enfrentá-las, um problema estrutural mais profundo permanece negligenciado: a concentração sem precedentes do poder corporativo no sistema alimentar, alimentada pela financeirização da agricultura. Os mercados financeiros agora moldam todos os aspectos da produção e distribuição de alimentos, desde a negociação especulativa de commodities agrícolas até o domínio de modelos do agronegócio enraizados na produção em massa, padronização e dependência de insumos agroquímicos. Essa transformação converteu os alimentos em uma commodity global e em um ativo financeiro, desconectando-os dos ecossistemas locais, das culturas e das tradições alimentares.

Assim, a financeirização, enraizada no neoliberalismo, opera convertendo setores essenciais, incluindo a alimentação, em ativos geradores de lucro por meio da privatização, da integração dos mercados e da consolidação corporativa. Essa dinâmica se estendeu a serviços e bens essenciais, como saúde, transporte, educação e, evidentemente, alimentos, onde os interesses financeiros agora determinam a produção, a distribuição e o acesso. O sistema financeiro global, dependente da padronização, reconfigura os sistemas fundiários e alimentares por meio de investimentos em larga escala. A terra, cada vez mais tratada como um ativo financeiro, viabiliza práticas como a apropriação de terras, frequentemente em detrimento das comunidades locais.

O documenta coloca, ainda, que inclusive instituições financeiras internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, desempenharam um papel central

nesse processo ao imporem condicionalidades neoliberais e medidas de austeridade que integraram profundamente as economias locais aos mercados globais. Em muitos países em desenvolvimento, ciclos de endividamento têm levado governos a priorizar a agricultura industrial voltada para a exportação como forma de gerar divisas, acelerando a mercantilização e a financeirização dos sistemas alimentares. Essa mudança resultou no esvaziamento do controle dos pequenos produtores sobre a terra (frequentemente terras ancestrais), os recursos naturais, os preços dos alimentos e a autonomia política em geral.

O sistema financeiro, então, se desvincula por completo de suas funções sociais e econômicas, evoluindo para um mecanismo auto perpetuante voltado à geração de lucro por meio da especulação, particularmente em bens essenciais como os alimentos. Nesse sistema, os fundos de investimentos e outros atores especulativos apostam no preço de produtos básicos, como trigo e milho, ou de qualquer outra commodity, exacerbando a volatilidade dos preços dos alimentos e minando a segurança alimentar global. Ainda, a liberalização dos mercados agrícolas e a expansão dos mercados futuros e de derivativos (contratos financeiros cujo valor deriva de um ativo subjacente, como títulos, índices, *commodities* ou outros) consolidaram ainda mais os alimentos como um ativo financeiro lucrativo.

Nessa dinâmica, as crises e incertezas, sejam climáticas, geopolíticas ou econômicas (instabilidade de mercado), tornaram-se agora essenciais para a geração de lucros. Com isso, se observa uma poderosa fusão entre o agronegócio e as finanças, com um pequeno grupo de corporações multinacionais e instituições financeiras que agora controla tanto os ativos físicos e agrícolas quanto os mercados financeiros. Corporações como *Archer Daniels Midland*, *Bunge*, *Cargill* e *Louis Dreyfus*, que dominam até 90% do comércio global de cereais, e bancos como *Citibank*, *JP Morgan Chase*, *Goldman Sachs* e *Bank of America* controlam a produção agrícola e os mercados de derivativos. Esses oligopólios utilizam informações privilegiadas para especular com alimentos, reforçando seu poder por meio de dividendos e aprofundando ainda mais a dominância corporativa e financeira em detrimento da equidade e da estabilidade dos sistemas alimentares.

Nesse mesmo contexto, as mudanças climáticas tornaram-se outro fator-chave da volatilidade dos preços dos alimentos, e sua interseção com a financeirização aprofunda a desigualdade e a insegurança nos sistemas alimentares globais. Por exemplo, os mercados de carbono, introduzidos no âmbito da política climática internacional, abriram uma nova fronteira de mercantilização que frequentemente desloca comunidades e degrada ecossistemas no Sul Global, reforçando uma dinâmica neocolonial na governança climática. Paralelamente, a apropriação de terras para biocombustíveis, compensação de carbono e agricultura voltada para a exportação expulsa comunidades locais de suas terras, minando a soberania alimentar e os meios de subsistência. O resultado desse processo é um ciclo vicioso no qual a terra e os alimentos são despojados de seu valor social e ecológico e absorvidos pelos mercados especulativos, aprofundando ainda mais a financeirização dos alimentos e agravando a insegurança alimentar global.

O documento termina argumentando que para contrapor essas tendências, são essenciais a vontade política e a reforma sistêmica. Contudo, na prática, embora muitas propostas tenham sido apresentadas, o lobby exercido por atores financeiros tem, em grande medida, estagnado mudanças significativas. As medidas propostas incluem a regulação da especulação alimentar por meio da transparência, a limitação do acesso a derivativos a investidores qualificados e o restabelecimento do papel das finanças no serviço aos bens públicos. Por exemplo, iniciativas internacionais, como a resolução da ONU sobre cooperação

fiscal e reforma financeira, representam um passo crucial para desafiar a arquitetura atual das "finanças de cassino". Em última análise, a reversão da financeirização dos alimentos exige uma reforma estrutural nos âmbitos do comércio global, das finanças e da agricultura. Instituições como o FMI, o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio (OMC) têm consolidado interesses corporativos que minam a biodiversidade, a soberania e os sistemas alimentares locais, portanto uma mudança de paradigma, afastando-se da agricultura industrial em direção a sistemas alimentares territoriais agroecológicos que priorizem a autossuficiência, a diversidade e a resiliência, é urgentemente necessária. Para tanto, retomar o controle democrático sobre a alimentação e as finanças exige a construção de contranarrativas, a implementação de controles de capitais e o enfrentamento das falhas de mercado do modelo neoliberal dominante, recolocando a alimentação, assim como a saúde, como bens públicos e não como um ativo especulativo, orientados na perspectiva dos direitos humanos.

Questionando o mandato da agricultura na SAN

Em editorial da renomada revista *Science*, Christoph Müller, traz uma clara mensagem trazendo a necessidade urgente de "libertar a agricultura do mandato da segurança alimentar" ("*Releasing agriculture from the food security mandate*") (Müller, 2026). Sim, soa muito estranho o título, porém acreditamos ser intencional, para chamar a atenção para o fato de a agricultura estar capturada pela produção de *commodities* e guiada pela lógica de produtividade e lucro usando o nome da SAN. Além disso, esse modelo não tem sido capaz de solucionar a fome e a desnutrição no mundo, nem o outro lado da dupla carga da má nutrição, relacionada à obesidade e às doenças crônicas não-transmissíveis (DCNTs), ou seja, a agricultura, nos sistemas alimentares hegemônicos, não tem servido ao seu propósito fundamental na SAN.

O texto começa lembrando que o estado de SAN é alcançado quando ninguém precisa se preocupar se ou como pode adquirir (tipicamente por meio da compra) refeições saudáveis e nutritivas. Em teoria, a SAN poderia ser alcançada por dois lados: aumentando o poder de compra dos domicílios e ou reduzindo os preços dos alimentos. No entanto, na prática, a insegurança alimentar e nutricional é um mais complexa, pois constitui um subproduto dos sistemas políticos e econômicos vigentes. Em termos gerais, a agricultura produz mais calorias e nutrientes do que o necessário para alimentar a humanidade, tratando-se, portanto, de uma questão de justiça distributiva, na qual geografia, educação, etnia, gênero e outros mecanismos de marginalização determinam a segurança alimentar de cada um, por meio do acesso a recursos. O autor reforça, a partir disso, que a humanidade não conseguiu eliminar a pobreza e, em vez de abordar as causas socioeconômicas da insegurança alimentar e nutricional, a pesquisa e a prática agrícolas são convocadas para compensar essa falha e afirma que isso não é apenas injusto, mas está fadado ao fracasso. Além disso, o discurso dominante desvia a já escassa capacidade científica da longa lista de desafios de sustentabilidade que os sistemas de produção agrícola precisam enfrentar.

Por exemplo, quando a Rússia invadiu a Ucrânia, um dos principais fornecedores de grãos de grande parte do mundo, os formuladores de políticas e grupos de interesse europeus aceleraram o retrocesso das regulamentações ambientais para que pudessem continuar fornecendo grãos baratos aos países mais pobres, em vez de abordar a pobreza e a vulnerabilidade desses países. Isso ilustra a persistência desse foco na produção agrícola, a "armadilha produtivista": uma concepção equivocada estabilizada por mecanismos de bloqueio autorreforçados que (ab)usam da segurança alimentar como um escudo moral contra a regulamentação e a impopularidade política da redistribuição de riqueza. Embora isso tenha sido descrito por cientistas sociais, não é amplamente refletido na pesquisa agrícola, e, em vez

disso, o debate científico no setor agrícola tem defendido o equilíbrio entre as necessidades de SAN e as medidas para melhorar o desempenho ambiental, ou a integração da ideia de sustentabilidade na própria definição de segurança alimentar. Certamente há mérito nessa ideia, mas ela falha em convocar explicitamente os sistemas sociais a assumirem a responsabilidade pela insegurança alimentar e nutricional no mundo.

O autor, então, prossegue discutindo que os sistemas alimentares exercem uma pressão substancial sobre os limites planetários, especialmente sobre aqueles que já foram ultrapassados. É recomendado, então que a agricultura deve interromper a perda de biodiversidade e reduzir as emissões de gases de efeito estufa, o uso da terra e da água, o excesso de nutrientes e o uso de substâncias tóxicas e persistentes. Além disso, deve melhorar o bem-estar animal, preservar o valor cultural e paisagístico dos territórios para recreação e turismo, enfrentar as mudanças climáticas e garantir remuneração suficiente para que agricultores e trabalhadores rurais estejam eles próprios em situação de SAN.

Enquanto alguns desses desafios podem se beneficiar de uma maior produtividade da terra, outros podem criar custos adicionais, pelo menos durante a transição. E custos mais altos, a menos que sejam integralmente compensados por subsídios, levarão a preços mais altos dos alimentos para os consumidores. Se a SAN permanecer como responsabilidade exclusiva dos sistemas agrícolas (acrescentando-se à extensa lista de desafios a serem enfrentados), surgem metas diretamente conflitantes: ou a sociedade tenta explorar um espaço de solução inexistente de melhor desempenho ambiental sem custos adicionais, ou fica presa em debates de valores distorcidos que opõem as necessidades básicas humanas aos sistemas que sustentam a vida. Na criação de falsos dilemas, como a promoção de uma regulamentação ambiental mais rigorosa quando pode ser colocado como algo que leva as pessoas à fome.

Contudo, o autor mostra que análises de cenários indicam que a combinação da regulamentação ambiental com a redistribuição social pode reduzir simultaneamente a insegurança alimentar e nutricional e melhorar os indicadores ambientais. Assim, o aparente conflito de alimentar os pobres ou proteger o meio ambiente surge menos dos limites dos sistemas de produção de alimentos do que da atribuição da responsabilidade pela insegurança alimentar primariamente à agricultura, em vez dos sistemas socioeconômicos nos quais ela se origina.

Colocando essas questões no escopo dos grandes compromissos globais, a humanidade está falhando no cumprimento do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 2 (Fome Zero), mas o progresso é possível se a fome for tratada como uma lacuna de distribuição, e não como uma lacuna de produtividade. Portanto, a pesquisa e as políticas agrícolas devem escapar da armadilha produtivista e a vinculação direta da SAN como consequência direta do aumento de produtividade. Contudo, isso não significa abandonar a pesquisa em produtividade, mas redirecionar o foco para a sustentação dos meios de produção (fertilidade do solo, recursos hídricos, estabilidade climática) e para o bem-estar dos agricultores e aliá-la às questões de sustentabilidade. Quando as pessoas têm poder de compra confiável e proteção social, os agricultores não precisam mais produzir a custos mínimos, externalizando os danos ambientais para as gerações futuras. Isso significa que a responsabilidade pela SAN deve ser deslocada de forma decisiva para os sistemas sociais e econômicos, por meio de sistemas de proteção social, políticas de renda e programas de nutrição direcionados, em vez de por meio da pressão sobre os preços na porteira da fazenda, para que as pessoas possam arcar com os custos reais dos alimentos.

Os debates atuais carecem de reconhecimento sobre o quanto o enquadramento produtivista molda as agendas de pesquisa, os editais de financiamento e os mandatos políticos, portanto, tornar esse viés visível é um primeiro passo necessário para superá-lo. No entanto, as prioridades de financiamento, as métricas de avaliação e os mandatos políticos precisam mudar para que a pesquisa agrícola possa abordar a resiliência, a integridade ambiental e o bem-estar dos agricultores. Em conclusão, o autor afirma que libertar a agricultura da expectativa de fornecer alimentos cada vez mais baratos não é abandonar a SAN, é a única maneira de garantir a SAN no longo prazo.

Apesar de concordarmos com muito da argumentação do editorial, ela poderia ser complementada com uma análise fosse mais abrangente abordando a contraposição dos sistemas alimentares hegemônicos (baseados nesse paradigma de produtividade e monotonia agrícola e alimentar) com os sistemas transformadores para garantir saúde, sustentabilidade e resiliência por meio da diversidade, mas representa um ponto de partida interessante para nossa discussão neste informe

A relação dos produtos ultraprocessados com os sistemas alimentares hegemônicos

É fundamental, ainda, lembrar que, na lógica dos sistemas alimentares, o papel dos produtos alimentícios ultraprocessados precisa fazer parte dessa discussão, tanto no que se refere aos impactos sobre a saúde humana, animal e planetária, quanto das interferências nas narrativas de segurança alimentar e nutricional.

O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), em seu relatório de 2019, apresentou uma análise detalhada dos efeitos das mudanças climáticas sobre a segurança alimentar e nutricional e os sistemas alimentares globais (The Intergovernmental Panel on Climate Change, 2019). Segundo o relatório, os sistemas alimentares hegemônicos, caracterizados por monoculturas de *commodities*, pecuária intensiva e indústrias de produtos ultraprocessados, são responsáveis por aproximadamente 21 a 37% das emissões totais de gases de efeito estufa (GEE), considerando desde o uso da terra até as etapas de armazenamento, transporte, embalagem, processamento, varejo e consumo. Especificamente, estima-se que 9 a 14% das emissões estejam associadas às atividades de cultivo e pecuária dentro das fazendas; 5 a 14% relacionem-se ao uso da terra, incluindo desmatamento e degradação de turfeiras; e 5 a 10% decorram de atividades na cadeia de suprimentos.

O mesmo relatório destaca que, embora a oferta de alimentos *per capita* tenha aumentado mais de 30%, evidenciando os limites das promessas da Revolução Verde, esse incremento foi acompanhado por um aumento expressivo no uso de fertilizantes nitrogenados (cerca de 800%) e de recursos hídricos para irrigação (mais de 100%). Ademais, esse modelo mostrou-se incapaz de eliminar a fome e as carências nutricionais no mundo, ao mesmo tempo em que contribuiu para o aumento da obesidade e das doenças crônicas associadas à alimentação inadequada, consolidando o fenômeno da dupla carga da má nutrição.

No âmbito dos sistemas alimentares, particularmente na relação entre os sistemas hegemônicos e as mudanças climáticas, os elos que interligam as monoculturas e as indústrias não podem ser dissociados. Em termos de responsabilização, é fundamental reconhecer que, para além da já consolidada relação entre ultraprocessados e saúde, cresce a base de evidências sobre os impactos ambientais desses produtos e dos sistemas alimentares aos quais estão vinculados. Esses impactos situam-se no contexto da transgressão dos limites planetários para a garantia da sobrevivência humana, abrangendo mudanças climáticas, perda de biodiversidade, alterações nos ciclos do nitrogênio e do fósforo, perda da camada de ozônio, acidificação dos

oceanos, uso de água doce, mudanças no uso da terra, poluição atmosférica por aerossóis e poluição química. Enquanto até 2009 três dessas barreiras já haviam sido rompidas (Rockström, Steffen e Noone, 2009), na última década totalizaram-se seis barreiras transgredidas, com as demais encontrando-se em elevado risco.

Para dimensionar o impacto dos sistemas alimentares hegemônicos sobre o ambiente e os recursos naturais, incluindo a participação dos ultraprocessados, estes sistemas são responsáveis por 26% das emissões de gases de efeito estufa, ocupam 50% da terra habitável, consomem 70% da água doce e contribuem com 78% da poluição (eutrofização) das águas planetárias (Poore e Nemecek, 2018). No que tange à perda de biodiversidade, o impacto é igualmente expressivo: 96% da biomassa global de mamíferos é representada por rebanhos, e 71% da biomassa de aves corresponde a aves de criação (Bar-On, Phillips e Milo, 2018).

O impacto dos ultraprocessados decorre de uma combinação de mecanismos e processos que envolvem a totalidade do sistema alimentar dominante, uma vez que as *commodities* constituem a base dos ingredientes utilizados em sua produção, às quais se somam as características intrínsecas do processamento industrial extensivo. Esse impacto abrange desde as consequências do estímulo a monoculturas dependentes de agrotóxicos e fertilizantes químicos, o transporte por longas distâncias, o elevado consumo energético da produção, a redução da biodiversidade e o desmatamento associados às monoculturas, até o estímulo à utilização excessiva e insustentável dos recursos naturais (particularmente água e solos) e a poluição relacionada ao descarte de embalagens (Fardet e Rock, 2020)(Ridoutt *et al.*, 2019)(Seferidi *et al.*, 2020). Especificamente em relação às embalagens, as grandes transnacionais de ultraprocessados figuram como as principais responsáveis pela poluição plástica mundial, com descarte anual superior a 8 milhões de toneladas de plástico em 2020. Entre as indústrias de alimentos, as empresas de refrigerantes e outras bebidas adoçadas posicionam-se como as maiores geradoras de resíduos plásticos, seguidas pelas indústrias de laticínios, com tendências futuras de crescimento exponencial na ausência de medidas mais robustas (Changing Markets Foundation, 2020).

Estudos adicionais corroboram esses achados, evidenciando os expressivos impactos ambientais decorrentes da soma de *inputs* e *outputs* dos sistemas alimentares associados aos ultraprocessados em todas as etapas: produção agrícola, processamento industrial, embalagem, distribuição, comércio, armazenamento doméstico, preparo e consumo (Anastasiou *et al.*, 2022). Os ultraprocessados são responsáveis por até 39% do uso de energia relacionada à dieta, 36% a 45% da perda de biodiversidade, cerca de um terço das emissões de gases de efeito estufa, do uso da terra e das perdas e desperdícios alimentares, bem como aproximadamente um quarto do uso de água associado às dietas de adultos em países de alta renda. Tais estimativas são consideradas conservadoras, pois não contemplam outros efeitos ambientais da cadeia produtiva, como degradação dos solos, uso de herbicidas, eutrofização e impacto das embalagens, sugerindo que o impacto ambiental dos ultraprocessados é ainda mais elevado.

No Brasil, estudos que avaliaram os padrões de consumo alimentar e seus impactos ambientais demonstraram que a pegada de carbono da dieta brasileira excede em cerca de 30% a pegada da dieta humana ideal, ou seja, aquela capaz de atender simultaneamente às necessidades nutricionais da população e conter o aumento da temperatura global (Maria Fellegger Garzillo *et al.*, 2021). Outras pesquisas confirmaram a contribuição direta dos ultraprocessados para a pegada hídrica da produção de alimentos no país (Garzillo *et al.*, 2022). Nas últimas três décadas, observou-se no Brasil um aumento de 21% nas emissões de gases de efeito estufa, 22% na pegada hídrica e 17% na pegada ecológica relacionadas à dieta, sendo que

a contribuição dos ultraprocessados para essas pegadas ambientais cresceu entre 183% e 245% no período (T Da Silva et al., 2021). Dados preliminares indicam ainda que a maior participação de ultraprocessados na dieta associa-se a perdas de biodiversidade de até 13,8% entre o primeiro e o último quintos de consumo da população, evidenciando que sua contribuição para a perda de biodiversidade, embora significativa, permanece subestimada ou desconsiderada nos fóruns globais sobre sistemas alimentares, convenções de biodiversidade e conferências sobre mudanças climáticas.

Aos impactos ambientais somam-se os efeitos dos ultraprocessados sobre a saúde, cuja base de evidências é abundante e crescente. Uma síntese recente, sob a forma de revisão guarda-chuva, reuniu dados de 45 meta-análises com quase 10 milhões de participantes, demonstrando maior risco para 32 diferentes desfechos adversos associados ao consumo desses produtos, incluindo mortalidade por todas as causas e morbimortalidade por obesidade, cânceres, doenças cardiovasculares, renais, respiratórias, metabólicas, osteoarticulares, mentais e gastrointestinais (Lane et al., 2024). Evidências adicionais apontam para uma relação dose-resposta linear entre o consumo de ultraprocessados e diversos desfechos em saúde, incluindo mortalidade por todas as causas (Lane *et al.*, 2024)(Monteiro *et al.*, 2025), permitindo a construção de modelos para estimar as mortes atribuíveis a esse consumo.

Estima-se, por exemplo, que o consumo de ultraprocessados seja responsável por 57 mil mortes prematuras anuais no Brasil (Nilson, E. A. et al., 2022), das quais um terço decorre de doenças cardiovasculares (Nilson, E. A. F. et al., 2022). Análises mais recentes indicam que o consumo de ultraprocessados pode responder por até 14% das mortes prematuras em países de elevado consumo, como Estados Unidos e Reino Unido, enquanto na América Latina essa participação, embora menor, encontra-se em trajetória ascendente: representa 5 a 6% das mortes na Colômbia e no Brasil, mas já alcança 8 a 9% no México e no Chile (Nilson *et al.*, 2025).

Vale destacar que o consumo de ultraprocessados apresenta trajetórias diferenciadas no mundo. Enquanto se mantém praticamente estável na última década em países de alta renda, tem aumentado significativamente em países de renda média e baixa, que representam as fronteiras de expansão do mercado global para as corporações do setor. No Brasil, a participação calórica dos ultraprocessados na dieta total passou de 14,3% em 2002-2003 para 19,4% em 2017-2018, enquanto o consumo de alimentos *in natura* ou minimamente processados reduziu-se de 51,0% para 48,7% no mesmo período. Embora o consumo de ultraprocessados ainda seja maior entre os estratos de maior renda, observou-se o maior aumento percentual entre os grupos de menor rendimento (Renata Bertazzi Levy *et al.*, 2022). Nesse contexto, o continente africano configura-se como a nova fronteira para a expansão dos ultraprocessados, onde o rápido crescimento do consumo desses produtos, denominado por alguns autores como uma "revolução dos alimentos (ultra)processados" nos sistemas alimentares africanos, tem contribuído para o aumento acelerado da prevalência de obesidade. Simultaneamente, a redução lenta da desnutrição aguda e crônica tem estabelecido a dupla carga da má nutrição como relevante problema de saúde pública em grande parte dos países africanos (Reardon *et al.*, 2021).

Os grandes grupos por trás da captura das narrativas

Conforme amplamente documentado, os conceitos de *Big Food* e *Big Soda* foram estabelecidos por analogia ao *Big Tobacco* para caracterizar as grandes corporações que dominam os setores de alimentos e bebidas, junto com o *Big Agro*. Um aspecto central dessas designações é que as mesmas empresas exercem controle oligopolístico sobre os mercados

globais em cada uma dessas categorias, concentrando a produção, a oferta e a publicidade de alimentos em escala mundial. Esse poder concentrado as posiciona como atores centrais nas transformações dos padrões alimentares observadas nas últimas décadas, com impactos diretos sobre a saúde das populações.

Um estudo da Oxfam, publicado há pouco mais de dez anos, permanece extraordinariamente atual ao retratar o comportamento das principais corporações do *Big Food* e do *Big Soda*, analisando sua influência sobre políticas públicas, sociedades, saúde e meio ambiente (OXFAM, 2013). A pesquisa concentrou-se nas dez empresas de alimentos e bebidas de maior poder global – Associated British Foods (ABF), Coca-Cola, Danone, General Mills, Kellogg, Mars, Mondelez International (anteriormente Kraft Foods), Nestlé, PepsiCo e Unilever – avaliando sua transparência e responsabilidade ao longo de suas cadeias de suprimentos. Uma das conclusões evidentes foi a falsa diversidade do mercado de ultraprocessados, uma vez que as principais marcas globais pertencem a essas dez corporações, que assim ditam tendências de consumo em escala planetária.

À época da pesquisa, a Oxfam já sinalizava preocupações quanto à produção agrícola sustentável, apontando para questões sistematicamente negligenciadas pela indústria, tais como a situação das mulheres, dos pequenos agricultores, dos trabalhadores rurais, além do uso da água, da terra, das mudanças climáticas e da transparência. A avaliação evidenciou que todas as empresas deixavam de utilizar seu enorme poder para contribuir com um sistema alimentar mais justo e, em alguns casos, atuavam diretamente para minar a segurança alimentar e as oportunidades econômicas das populações mais pobres, aprofundando situações de fome. Os programas de responsabilidade social e sustentabilidade então implementados restringiam-se a iniciativas pontuais – como redução do consumo de água ou treinamento de mulheres agricultoras – sem enfrentar as causas estruturais da fome e da pobreza, justamente por ausência de políticas corporativas robustas que orientassem suas próprias operações nas cadeias de suprimentos.

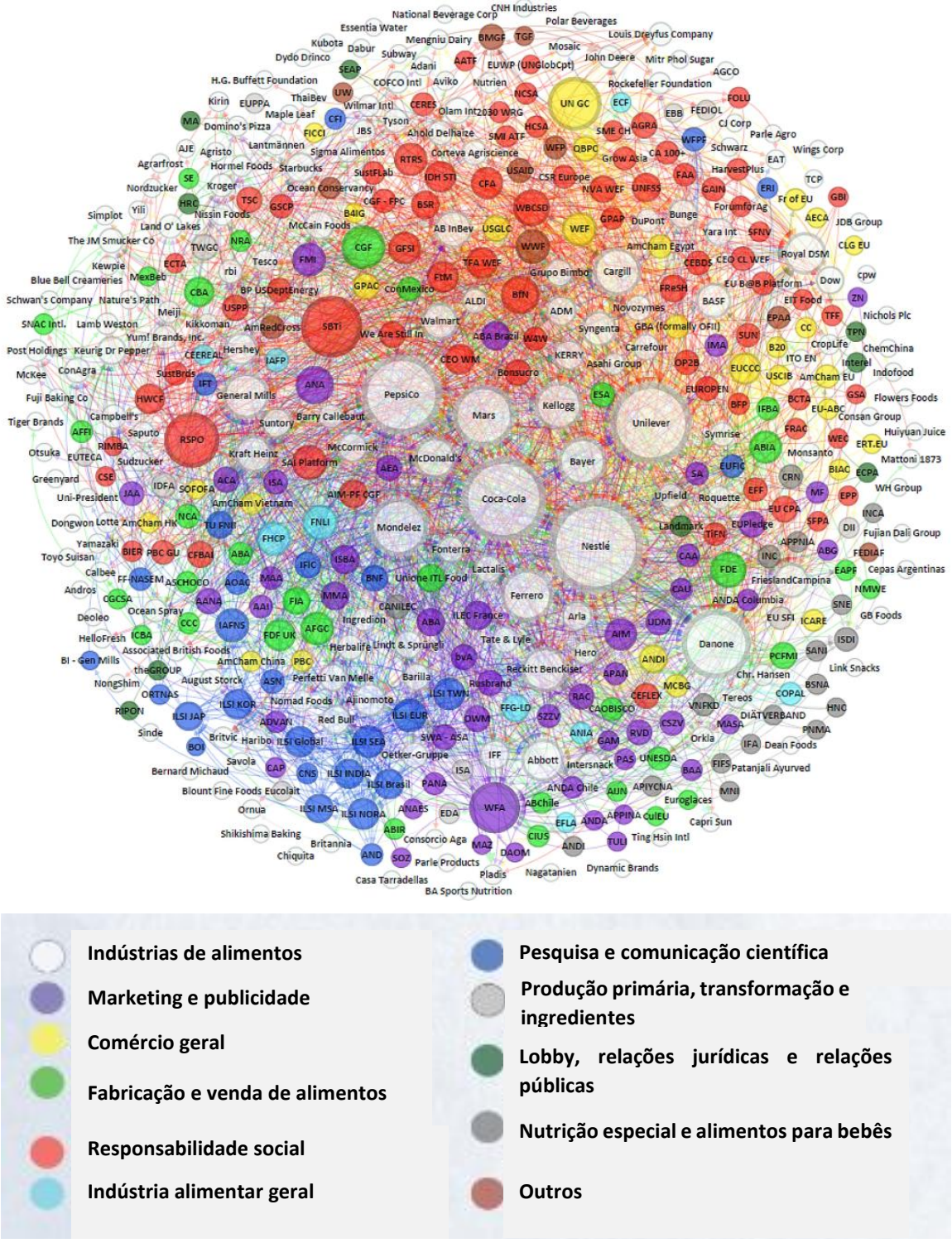
Entre as lacunas críticas identificadas nas políticas dessas corporações destacavam-se: a falta de transparência, com cadeias de suprimentos agrícolas excessivamente opacas que inviabilizavam a verificação de alegações de “sustentabilidade” e “responsabilidade social”; a inexistência de políticas adequadas para proteger comunidades locais contra apropriações de terra e água; e a insuficiência de medidas efetivas para reduzir o dano ambiental, especialmente no que tange às emissões de gases de efeito estufa provenientes da agricultura – situação que, conforme demonstrado em seções anteriores deste informe, agravou-se na última década. A conclusão do estudo apontava que, embora essas empresas alegassem limitações impostas por demandas fiscais e de consumidores, elas detinham, de fato, o poder de enfrentar a fome e a pobreza em suas cadeias de suprimentos, por meio de ações como o pagamento de salários adequados aos trabalhadores, preços justos aos pequenos agricultores e a eliminação da exploração injusta de terra, água e mão de obra – medidas que permanecem claramente ao seu alcance.

Posteriormente, a Oxfam voltou sua análise para outra fração do sistema alimentar hegemônico – o *Big Agro* – evidenciando que, de forma análoga ao que ocorre com os setores de ultraprocessados, há um oligopólio no âmbito das empresas globais de agronegócio (OXFAM, 2023). Essas corporações posicionam-se estrategicamente como intermediárias centrais em múltiplas cadeias de valor, atuando como elo entre agricultores e trabalhadores rurais, de um lado, e consumidores, do outro. Seu papel abrange desde a compra e o processamento de *commodities* agrícolas até o fornecimento para fabricantes, varejistas, governos e agências de

ajuda alimentar, além de atuarem como proprietárias de terras, produtoras agrícolas, fornecedoras de transporte, fabricantes de biocombustíveis e prestadoras de serviços financeiros nos mercados de *commodities*. As avaliações realizadas em 2018, 2020 e 2022 com as sete principais empresas do setor – Archer Daniels Midland (ADM), Barry Callebaut, Bunge, Cargill, Louis Dreyfus Company, Olam Group e Wilmar International –, considerando os eixos de empoderamento econômico das mulheres, terra, mudança climática, pequenos produtores e transparência e responsabilidade, demonstraram que nenhuma delas alcançou pontuações elevadas em qualquer uma dessas dimensões. Em síntese, os programas corporativos de ESG (ambiental, social e governança) historicamente revelam-se inefetivos, operando mais como estratégias de gestão de reputação do que como mecanismos efetivos para enfrentar os problemas estruturais gerados pela atuação dessas corporações.

A complexa rede de influência corporativa global da indústria de ultraprocessados é representada na Figura 1, trazendo as corporações de ultraprocessados (círculos brancos) e como se relacionam com grupos de responsabilidade social e ambiental, publicidade, negócios em geral, agricultura, produção e venda de alimentos, produção e ingredientes, pesquisa e comunicação científica, lobby e alimentos para fins especiais, entre outros, para a construção e apropriação das narrativas. Na figura, observa-se, primeiramente, que os grupos de interesse em sustentabilidade/ESG (mostrados em vermelho) são centrais na rede de influência corporativa da UPF (n = 73, 27,2%), seguidos por marcas e publicidade (mostrados em roxo) (n = 50, 18,7%), pela produção e varejo de alimentos (mostrados em verde) (n = 33, 12,3%), negócios e comércio em geral (mostrados em amarelo) (n = 28, 10,4%) e grupos de interesse em pesquisa e comunicação científica (mostrados em azul escuro) (n = 27, 10,1%). A proeminência das arestas ou linhas e setas vermelhas (que indicam conexões) dos grupos de interesse corporativo em sustentabilidade/ESG dentro da rede sinaliza influência em toda a rede de influência corporativa. As setas que circulam e apontam para cada corporação de ultraprocessados indicam os tipos de grupos de interesse com os quais a corporação se relaciona. As setas direcionadas aos grupos de interesse indicam a filiação de grupos de interesse a outros grupos de interesse. Por exemplo, muitos grupos de interesse em branding e publicidade ao redor do mundo também são membros da Federação Mundial de Publicidade (WFA – *World Federation of Advertisement*), e isso é destacado pelo número de setas roxas que circulam e apontam para o nó da WFA. Os menos proeminentes de acordo com essa classificação foram tanto a indústria alimentícia em geral (mostrada em cinza escuro) (n = 9, 3,4%) quanto os grupos de interesse em lobby, assuntos jurídicos e relações públicas (mostrados em verde escuro) (n = 9, 3,4%).

Figura 1. O poder corporativo das indústrias globais de ultraprocessados (adaptado de https://doi.org/10.1186/s12992-024-01020-4)



Como se definem as narrativas

As narrativas sobre a SAN global são intrinsecamente complexas e resistem a classificações rígidas, assumindo frequentemente formas e significados distintos conforme quem as utiliza. Essa complexidade torna a classificação dessas narrativas um desafio. No entanto, no âmbito desta pesquisa, alguma classificação se fez necessária para viabilizar a análise entre países e regiões, ainda que os tipos de narrativa sejam porosos, com muitas sobreposições, interações e fronteiras cambiantes entre si (Climateworks Foundation, 2026). Segundo o documento, as narrativas sobre segurança alimentar estão, por sua própria natureza, em constante estado de fluxo e, a seguir, estão apresentados 14 tipos de narrativas identificadas pelas instituições que participaram da construção do documento, delineando seus principais fundamentos e indicando quais grupos de atores tipicamente as utilizam:

1. **Resiliência climática e justiça:** É tipicamente utilizada por governos (especialmente em relação às cadeias de suprimento), departamentos de resiliência/planejamento, ONGs internacionais e OSC e grupos indígenas, tendo como argumentos principais: a necessidade de construir resiliência a eventos climáticos e outras tensões por meio do sistema alimentar, o que pode ter um efeito dramático sobre a SAN, especialmente para grupos vulneráveis. Nessa narrativa, manter a SAN exige minimizar a disrupção no abastecimento alimentar doméstico e importado.

2. **Resiliência alimentar civil:** É tipicamente utilizada por acadêmicos, governos locais e parcerias alimentares locais/conselhos de política alimentar, tendo como argumentos principais a necessidade de uma abordagem de "sociedade como um todo", na qual os cidadãos estejam preparados para agir coletivamente, garantindo que todos se mantenham alimentados durante e após as crises.

3. **Localização e subnacional:** É tipicamente utilizada por: governos locais, ONGs/OSC, acadêmicos e setor privado local e argumenta que atores locais e regionais estão em melhor posição para compreender e abordar os fatores específicos da insegurança alimentar nas comunidades.

4. **Produtivista:** É tipicamente utilizada por: governos, setor privado (agrotecnologia), institutos de pesquisa e o grande lobby agrícola, com os argumentos principais de que a SAN se dá por meio do aumento da produção, frequentemente via inovação tecnológica e culturas básicas de alto rendimento. Essa narrativa defende alimentar uma população crescente ao mesmo tempo em que se impulsiona o crescimento econômico.

5. **Comércio de alimentos:** É tipicamente utilizada pela OMC, Fórum Econômico Mundial, governos nacionais e setor privado, com os argumentos principais de que mercados abertos e comércio internacional são essenciais para garantir um abastecimento alimentar estável e suficiente entre as regiões e que o comércio garante abastecimento alimentar suficiente em meio a choques climáticos, de conflitos e econômicos.

6. **Desregulamentação:** Tipicamente é utilizada por governos nacionais e setor privado, com os argumentos principais de que a insegurança alimentar é resultado da ineficiência do mercado, portanto a liberalização do comércio e a redução das regulamentações aumentariam a renda dos agricultores e reduziriam a pobreza.

7. **Protecionista:** Tipicamente utilizada por governos nacionais, com os argumentos principais de que o comércio internacional é uma ameaça à segurança alimentar

nacional, trazendo a necessidade de políticas protecionistas que penalizem as importações e promovam a produção doméstica.

8. Responsabilidade do Norte Global: Tipicamente utilizada por governos nacionais (mas em declínio), agências de ajuda humanitária e ONGs, com os argumentos principais de que os países ricos do Norte Global têm o dever de garantir a SAN global e que a SAN é vital para os objetivos humanitários e para a segurança nacional.

9. Direito à alimentação: Tipicamente utilizada por ONU, FAO, alguns governos nacionais, ONGs, *think tanks* e grupos de defesa do combate à pobreza, com os argumentos principais de que o acesso a alimentos adequados é um direito humano fundamental e legal e que os governos têm a obrigação vinculante de garantir que sua população seja alimentada.

10. Agroecologia: Tipicamente utilizada por movimentos sociais de base, grupos de pequenos agricultores, ONGs ambientais, acadêmicos, grupos indígenas e governos locais, com argumentos principais de que a SAN é possível por meio de sistemas agrícolas que funcionam em harmonia com os princípios ecológicos, focando na sustentabilidade de longo prazo. Nessa narrativa, a SAN só é duradoura se os ecossistemas puderem se recuperar de choques.

11. Nutrição e saúde: Tipicamente utilizada por agências da ONU, financiadores, institutos de pesquisa, setor privado (agrotecnologia) e ONGs, que tem como argumentos principais que a SAN exige que as pessoas tenham acesso não apenas a calorias suficientes, mas a dietas acessíveis, seguras e diversificadas, essenciais para uma boa saúde. As mudanças climáticas e os conflitos podem prejudicar o acesso a alimentos nutritivos.

12. Transformação dos sistemas alimentares: Tipicamente utilizada por agências da ONU, acadêmicos, governos nacionais, governos locais, ONGs e setor privado, usando argumentos principais de que a SAN não pode ser alcançada com o "*business as usual*" (fazer tudo como sempre temos feito). Isso requer uma reformulação fundamental e integrada de todo o sistema alimentar para um sistema que seja saudável, equitativo e sustentável para todos.

13. Soberania alimentar: Tipicamente utilizada por movimentos sociais de base, organizações de agricultores e trabalhadores, OSC, alguns agricultores, academia e governos, que argumenta que a SAN genuína exige que aqueles que produzem, distribuem e consomem alimentos tenham controle democrático sobre seus próprios sistemas alimentares. A soberania alimentar, então, é um pré-requisito para a segurança alimentar.

14. Saúde planetária: É tipicamente utilizada por acadêmicos, ONGs, governos locais e governos nacionais, trazendo como argumentos principais que a SAN de longo prazo só é possível se adotarmos dietas que sejam saudáveis para as pessoas e ecologicamente sustentáveis dentro dos limites planetários.

Observa-se claramente que esses tipos de narrativas não são mutuamente exclusivos e frequentemente estão presentes e interconectados nos mesmos discursos, quase sempre separados em dois grandes blocos: as narrativas gerais que defendem os sistemas alimentares hegemônicos e aquelas de modelos alternativos, focados na transformação dos sistemas alimentares com vistas a produzir saúde, sustentabilidade, justiça, equidade e resiliência.

Além disso, é importante compreender como diferentes grupos utilizam as narrativas sobre a SAN. Por exemplo, muitas organizações buscam alinhar as agendas de SAN e clima, para os quais é fundamental compreender o panorama do uso das narrativas, incluindo os objetivos e as táticas envolvidas. Isso permite examinar as alegações narrativas e questionar as dinâmicas

de poder, assim como empregar táticas próprias para amplificar vozes locais e promover a convergência em torno de narrativas compartilhadas que impulsionem a SAN e a ação climática.

A pesquisa apresentada no documento da *Climateworks Foundation* então identificou três tipos principais de uso das narrativas pelos atores (e especialmente pelas corporações):

– O **estratégico**, em que os atores deliberadamente utilizam narrativas de SAN para justificar políticas específicas, promover determinadas soluções ou avançar interesses institucionais. Por exemplo, o setor privado molda ambientes de negócios favoráveis e utiliza narrativas para promover seus interesses. No Norte Global, grandes empresas agrícolas empregam narrativas de estabilidade geopolítica e de "alimentar o mundo" para justificar investimentos em monoculturas industriais. Em todas as regiões, empresas utilizam narrativas produtivistas que enfatizam produtividade, eficiência e progresso tecnológico para promover seus produtos e agendas de pesquisa e desenvolvimento. Ainda, essas táticas são frequentemente utilizadas de forma estratégica durante crises climáticas para posicionar soluções corporativas como essenciais para a resiliência agrícola e, portanto, para a SAN.

– O **comunicativo**, no qual os atores adaptam narrativas para ressoar com públicos específicos por meio de campanhas de *advocacy* ou mídia direcionadas. Por exemplo, as ONGs e seus aliados utilizam narrativas para mudar a opinião pública e influenciar formuladores de políticas e as organizações internacionais utilizam narrativas em relatórios e peças de liderança de pensamento amplamente disseminadas na mídia tradicional e social. A reputação das organizações e suas capacidades de relações públicas podem resultar em mudanças significativas na opinião pública e nas políticas. No entanto, seu impacto pode ser reduzido por contracampanhas destinadas a desacreditar suas mensagens, como quando, em resposta ao relatório EAT-Lancet de 2019 sobre dietas saudáveis provenientes de sistemas alimentares sustentáveis, a *Animal Agriculture Alliance*, uma coalizão de atores das indústrias de carne e laticínios, contratou uma empresa de relações públicas para desacreditar o relatório, seus autores e seus financiadores.

– O **interpretativo**, em que os atores adaptam, reformulam e alteram o significado das narrativas para adequá-las aos seus próprios interesses, frequentemente recorrendo à cooptação e ao desvio narrativo. Nesse uso das narrativas, múltiplos grupos de atores utilizam uma série de termos para representar conceitos opostos, criando o chamado "desvio narrativo", quando intenções transformadoras originais são cooptadas por paradigmas mais dominantes, como o setor privado criando um ambiente de negócios favorável. Por exemplo, o termo "agricultura climaticamente inteligente" (*climate-smart agriculture* — CSA) foi definido pela FAO como uma forma de aumentar sustentavelmente a produtividade e a resiliência, ao mesmo tempo em que reduz os gases de efeito estufa, no entanto, empresas de agrotecnologia orientadas pelo lucro, como Syngenta e Monsanto, também utilizam o termo enquanto promovem agroquímicos sintéticos e monoculturas industriais, minando a visão de movimentos sociais e acadêmicos.

Considerações finais

A presente análise evidencia um cenário de profunda captura das narrativas de SAN pelas corporações que dominam os sistemas alimentares hegemônicos, particularmente as indústrias de produtos ultraprocessados e o agronegócio. A rede de influência corporativa global dessas indústrias é estruturada de modo a posicionar os grupos de interesse em sustentabilidade e ESG como elementos centrais dessa arquitetura de poder, funcionando como mecanismos de legitimação e desvio narrativo.

Essa configuração permite que as corporações se apropriem de discursos de responsabilidade socioambiental enquanto mantêm intactos seus modelos de negócio baseados na produção intensiva de *commodities*, na financeirização da agricultura e na expansão do mercado de ultraprocessados para as fronteiras dos países de baixa e média renda. O uso estratégico, comunicativo e interpretativo das narrativas de SAN, particularmente aquelas associadas à resiliência climática, ao produtivismo e à transformação dos sistemas alimentares, revela como o setor corporativo consegue simultaneamente desviar críticas, moldar agendas de pesquisa e políticas públicas, e apresentar-se como parte da solução para problemas que ele próprio contribui decisivamente para criar e perpetuar.

A captura das narrativas opera em múltiplos níveis e por diferentes mecanismos, todos interconectados pela lógica da financeirização e do oligopólio. No nível discursivo, observa-se a cooptação de termos como sustentabilidade, segurança alimentar e agricultura climaticamente inteligente, que são ressignificados para servir aos interesses corporativos, esvaziando seu conteúdo transformador original. No nível institucional, a presença maciça de grupos de interesse vinculados a marcas, publicidade, pesquisa e comunicação científica, todos integrados à rede de influência, assegura que as narrativas hegemônicas sejam reproduzidas na mídia, na academia e nos fóruns de governança global. No nível econômico, a financeirização dos alimentos converte terras, sementes e dietas em ativos especulativos, subordinando a produção e distribuição de alimentos à lógica do lucro financeiro de curto prazo, em detrimento da soberania alimentar, da resiliência ecológica e do direito humano à alimentação adequada. Essa arquitetura de poder explica por que, apesar de décadas de aumento da produtividade agrícola e de compromissos globais como o ODS 2, a fome, a desnutrição e a dupla carga da má nutrição persistem e se agravam em muitas regiões do mundo.

A construção de contranarrativas capazes de enfrentar essa captura e transformar os sistemas alimentares exige, antes de tudo, o reconhecimento explícito de que a segurança alimentar e nutricional não pode ser alcançada dentro do paradigma produtivista e financeirizado vigente. É necessário libertar a agricultura do mandato da segurança alimentar, isto é, romper com a armadilha que atribui à produção agrícola a responsabilidade exclusiva por compensar as falhas dos sistemas socioeconômicos na distribuição equitativa de renda, terra e poder. As evidências são claras: são produzidos calorias e nutrientes mais do que suficientes para alimentar e nutrir a população mundial, e a insegurança alimentar é fundamentalmente um problema de acesso, não de disponibilidade.

Portanto, as novas narrativas devem deslocar o eixo do debate da produtividade para a justiça distributiva, da escassez artificialmente construída para a soberania alimentar, e da responsabilização da agricultura para a responsabilização dos sistemas financeiros, comerciais e políticos que perpetuam a desigualdade. Narrativas ancoradas no direito humano à alimentação, na agroecologia, na diversidade alimentar, na saúde planetária e na soberania alimentar oferecem arcabouços consistentes para essa reorientação paradigmática.

Por fim, a transformação efetiva dos sistemas alimentares demandará não apenas a produção de contranarrativas, mas sua articulação com ações concretas de regulação, redistribuição e resistência. No plano da regulação, faz-se necessário o enfrentamento direto à financeirização dos alimentos por meio de controles de capitais, taxação de transações especulativas com commodities agrícolas, e a implementação de políticas que desincentivem a concentração corporativa e a expansão dos ultraprocessados, incluindo regulações robustas de publicidade, rotulagem frontal e tributação diferenciada. No plano da redistribuição, é imperativo fortalecer sistemas de proteção social universais, políticas de renda básica e

programas de alimentação escolar e comunitária baseados em alimentos in natura e minimamente processados, produzidos por agricultores familiares e povos tradicionais. No plano da resistência e da construção democrática, as contranarrativas devem ser protagonizadas por movimentos sociais, organizações de agricultores, comunidades indígenas e quilombolas, academia crítica e formuladores de políticas comprometidos com a ruptura estrutural.

Apenas por meio dessa aliança entre narrativa e ação, que recoloca a alimentação como bem público, direito humano e expressão de cultura e território e não como mercadoria ou ativo financeiro, será possível construir sistemas alimentares verdadeiramente saudáveis, sustentáveis, equitativos e resilientes para as presentes e futuras gerações.

Referências

ANASTASIOU, K. *et al.* A conceptual framework for understanding the environmental impacts of ultra-processed foods and implications for sustainable food systems. *Journal of Cleaner Production*, v. 368, p. 133155, 25 set. 2022.

BAR-ON, Y. M.; PHILLIPS, R.; MILO, R. The biomass distribution on Earth. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*, v. 115, n. 25, p. 6506–6511, 2018.

CHANGING MARKETS FOUNDATION. *Talking Trash – The corporate playbook of false solutions to the plastic crisis*. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://talking-trash.com/wp-content/uploads/2020/09/TalkingTrash_FullReport.pdf>.

CLIMATEWORKS FOUNDATION. *Shaping food security narratives – A strategic tool for climate action.* [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://www.climateworks.org/report/shaping-food-security-narratives-a-strategic-tool-for-climate-action/>.

FARDET, A.; ROCK, E. Ultra-Processed Foods and Food System Sustainability: What Are the Links? **Sustainability**, v. 12, n. 15, p. 6280, 2020.

GARZILLO, J. M. F. *et al.* Ultra-processed food intake and diet carbon and water footprints: a national study in Brazil. *Revista de Saude Publica*, v. 56, n. 6, p. 1–9, 2022.

LANE, M. M. *et al.* Ultra-processed food exposure and adverse health outcomes: Umbrella review of epidemiological meta-analyses. *The BMJ,* v. 384, p. e077310, 2024.

MARIA FELLEGGER GARZILLO, J. I. *et al.* Pegada de carbono da dieta no Brasil. *Revista de Saúde Pública*, v. 55, p. 90, 8 dez. 2021.

MONTEIRO, C. A. *et al.* Series Ultra-Processed Foods and Human Health 1 Ultra-processed foods and human health : the main thesis and the evidence. *The Lancet*, v. 6736, n. 25, p. 1–18, 2025.

MÜLLER, C. Releasing agriculture from the food security mandate. *Science*, v. 391, n. 6790, p. 1085, 2026.

NILSON, E. A. F. *et al.* Premature Mortality Attributable to Ultraprocessed Food Consumption in 8 Countries. *American Journal of Preventive Medicine*, n. April, p. 1–9, 2025.

OXFAM. *Behind the Brands – Food justice and the 'Big 10' food and beverage companies*. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://oxfamilibrary.openrepository.com/bitstream/10546/270393/25/bp166-behind-the-brands-03-260213-en.pdf>.

POORE, J.; NEMECEK, T. Reducing food's environmental impacts through producers and consumers. *Science*, v. 360, n. 6392, p. 987–992, 2018.

REARDON, T. *et al.* The processed food revolution in African food systems and the double burden of malnutrition. *Global Food Security,* v. 28, p. 100466, 2021.

RENATA BERTAZZI LEVY *et al.* Three decades of household food availability according to NOVA – Brazil, 1987–2018. *Revista de Saúde Pública*, v. 56, n. 75, p. Epub 03, 2022.

RIDOUTT, B. G. *et al.* Diet quality and water scarcity: Evidence from a large Australian population health survey. *Nutrients*, v. 11, n. 8, p. 1–15, 2019.

ROCKSTRÖM, J.; STEFFEN, W.; NOONE, K. A Safe Operating Space for Humanity. *Nature*, v. 461, n. September, p. 491–505, 2009.

SEFERIDI, P. *et al.* The neglected environmental impacts of ultra-processed foods. *The Lancet Planetary Health,* v. 4, n. 10, p. e437–e438, 2020.

SWINBURN, B. A. *et al.* The Global Syndemic of Obesity, Undernutrition, and Climate Change: The Lancet Commission report. *The Lancet*, v. 393, n. 10173, p. 791–846, 2019.

THE INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE. *Special Report on Climate Change and Land – Chapter 5: Food Security*. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/sites/4/2022/11/SRCCL_Chapter_5.pdf>.

UNITED NATIONS FOOD SYSTEMS COORDINATION HUB. *Corporate Accountability for Food Systems Transformation – A roadmap and guidance towards UNFSS+4 and beyond*. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://www.unfoodsystemshub.org/docs/unfoodsystemslibraries/corporate-accountability-for-food-systems-transformation/roadmap-and-guidance.pdf>.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). *Fiscal policies to promote healthy diets: WHO guideline*. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://iris.who.int/handle/10665/376763>.

SOCIETY FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT. *Feeding Profits, Starving People: How Food Financialization Is Eating The Planet*. 2026. https://www.sidint.org/sid-publications/food-financialization

UNESCO Brasil 2025: cultura e informação

UNESCO Brasil 2025: cultura e información

UNESCO Brazil 2025: Culture and Information

Gisele Sanglard, Heliton Barros,
Vitor Rodrigues e Fabiane Gaspar

Resumo: Este informe complementa o informe n. 2/2026 e continuamos a explorar o relatório de 2025 da Unesco-Brasil, ressaltando as ações e abrindo possiblidades de parceria – sobretudo para a Cátedra Oswaldo Cruz de ciência, saúde e cultura. Neste informe iremos evidenciar as ações do Setor de Cultura e Setor de Comunicação e Informação.

Palavras-chave: UNESCO. Brasil. Cultura. Informação.

Resumen: *Este informe complementa al anterior n.º 02/2026 y seguimos analizando el informe de 2025 de la UNESCO-Brasil, destacando las acciones y abriendo posibilidades de colaboración, sobre todo para la Cátedra Oswaldo Cruz de ciencia, salud y cultura. En este informe pondremos de relieve las acciones del Sector de Cultura y del Sector de Comunicación e Información.*

Palabras clave: *UNESCO. Brasil. Cultura. Información.*

Abstract: *This report complements the previous one (No. 02), and we continue to examine the 2025 UNESCO-Brazil report, highlighting key initiatives and exploring opportunities for partnership—particularly for the Oswaldo Cruz Chair in Science, Health, and Culture. In this report, we will focus on the activities of the Culture Sector and the Communication and Information Sector.*

Keywords: *UNESCO. Brazil. Culture. Information.*

Este informe complementa o anterior (n. 02) e continuamos a explorar o relatório de 2025 da representação da Unesco no Brasil, ressaltando as ações e abrindo possiblidades de parceria – sobretudo para a Cátedra Oswaldo Cruz de Ciência, Saúde e Cultura. Neste informe iremos evidenciar as ações do Setor de Cultura e Setor de Comunicação e Informação.

Setor de cultura

Sem dúvida a maior realização deste setor foi a participação brasileira no Mondiacult 2025 em Barcelona, Espanha. Dentre os destaques do evento está a participação do projeto *Aprendiz Musical*, uma parceria da Unesco com a prefeitura de Niterói (RJ), cujos aprendizes realizaram uma apresentação no evento.

Imagem 1 Apresentação dos participantes do Programa Aprendiz Musical

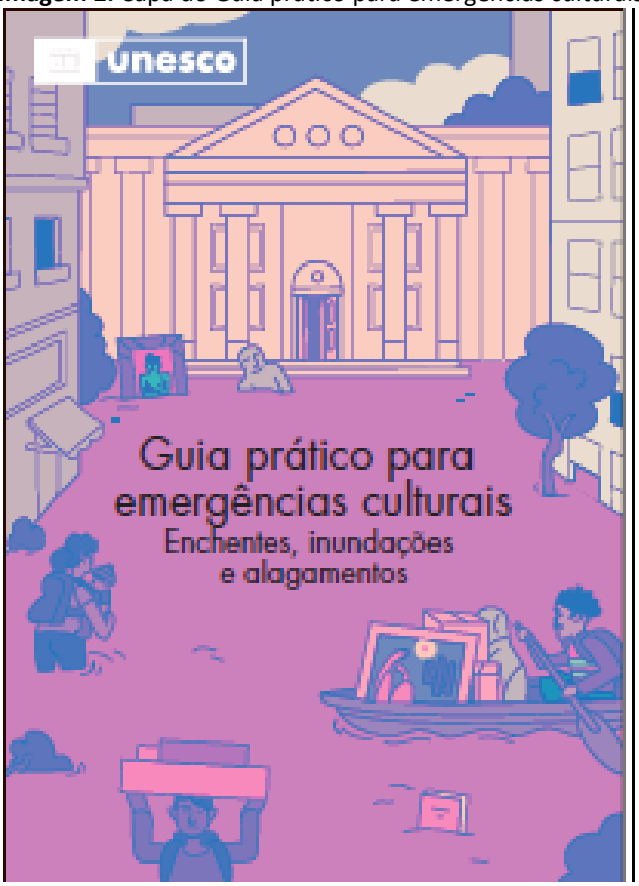
Fonte: UNESCO Brasil

Outras duas ações mereceram destaque: a mesa-redonda organizada pela Cátedra de Políticas Culturais da Casa de Rui Barbosa (RJ), com a participação de Lia Calabre, chair da Cátedra, de Alexandre Santini (diretor da FCRB); da ministra da Cultura, Margareth Menezes; e da secretária do MinC, Márcia Rollemberg. E a fala de Marlova Noleto, "Parceiros regionais do conhecimento que promovem a ação climática baseada na cultura", no âmbito do Grupo de Amigos da Cultura e Ação Climática, copresidido pelo Brasil e pelos Emirados Árabes Unidos (EAU).

O tema das mudanças climáticas esteve presente não só no Mondiacult, mas faz parte de uma discussão maior da UNESCO, a qual o escritório brasileiro está bastante empenhado. Dentre as ações citamos: o lançamento do "Guia prático para emergências culturais: enchentes, inundações e alagamentos" financiado pelo Fundo de Emergência do Patrimônio (*Heritage Emergency Fund* – HEF). Esta e outras ações são uma resposta aos dois eventos climáticos extremos ocorridos no Brasil em 2024: as enchentes que afetaram gravemente o estado do Rio Grande do Sul e os incêndios no Pantanal.

Para o enfrentamento dos incêndios no Pantanal, a Unesco em conjunto com o HEF e da ECOA, contribuiu para a formação de 60 brigadistas voluntários e na distribuição de cerca de 800 itens, entre equipamentos de combate ao fogo e equipamentos de proteção individual (EPIs).

Imagem 2: Capa do Guia prático para emergências culturais



Fonte: UNESCO Brasil

Outras ações que foram indicadas está o apoio ao Museu Vive (a revitalização do Museu Nacional após o incêndio de 2018); à ilhaMuseu; ao Museu do STF; entre outras.

Ainda cito a importância à construção de uma agenda voltada aos direitos e à diversidade cultural dos povos indígenas. Neste item, o relatório chama atenção à reunião realizada em Goiânia com representantes de 30 etnias e que teve por objetivo criar os alicerces para a

Salvaguarda do Patrimônio Linguístico e Cultural dos Povos Indígenas Transfronteiriços e de Recente Contato na Região Amazônica, o projeto teve início em 2015. Entre as principais frentes de atuação podem-se destacar a formação de pesquisadores indígenas, as devolutivas de acervos materiais aos povos indígenas, o intercâmbio de instituições, a produção de materiais de registro das línguas originárias, registros audiovisuais, imagéticos e etnográficos, além da qualificação e do processamento técnico do acervo do Museu Nacional dos Povos Indígenas (p. 39).

Imagem 3: Integrantes do Museu Nacional dos Povos Indígenas

Fonte: UNESCO Brasil

Igualmente houve a participação na abertura da XVII Aldeia Multiétnica, em Alto Paraíso de Goiás (GO), na Chapada dos Veadeiros (julho 2025).

A Aldeia Multiétnica reúne anualmente diversos povos indígenas e tem por objetivo valorizar e promover a integração entre os povos originários, atraindo pessoas comprometidas com os direitos indígenas, com a preservação do meio ambiente e com o desenvolvimento sustentável (p. 39).

Imagem 4: Abertura da XVII Aldeia Multiétnica, Alto Paraíso (GO)

Fonte: UNESCO Brasil

Imagem 5: Capa do Guia do Afroturismo no Brasil

Fonte: UNESCO Brasil

No que tange à gestão do Patrimônio Cultural Brasileiro, ressaltamos inciativas de salvaguarda do patrimônio edificado, com discussões com o Iphan; da relação entre turismo e patrimônio, com o lançamento do Guia do AfroTurismo – disponível on-line para download no portal da Unesco-Brasil; e o encontro de gestores da cultura, ocorrido em João Pessoa.

Ainda no âmbito da cultura devemos chamar atenção para o apoio da Unesco para o Plano Nacional de Cultura, reforçando a parceria do organismo internacional com o Ministério da Cultura. A Unesco dará:

> *(...) suporte à promoção e à consolidação do PNC, aprimorando seus programas e instrumentos, e favorecendo sua efetiva implementação. O novo plano de trabalho visa garantir transversalidades e promover o desenvolvimento sustentável e a ação climática nos âmbitos nacional e internacional.*
>
> **Relatório Anual da UNESCO no Brasil 2025, p. 41**

Por fim, vale ressaltar a ação, comentada nos informes referentes a 2024, do "Rio Capital Mundial do Livro" que:

> *representa um marco histórico para a cidade e reafirma o protagonismo cultural do município no cenário internacional. O título reconheceu o compromisso do município com a promoção da leitura, da literatura e da inclusão social, valorizando o papel transformador dos livros na construção de sociedades mais justas e conectadas.*
>
> **Relatório Anual da UNESCO no Brasil 2025, p. 41**

A importância desta ação pode ser verificada nas várias ações que reuniu poderes públicos, instituições privadas e organismos da sociedade civil e multilaterais.

Imagem 6: Rio de Janeiro, primeira cidade de língua portuguesa a ser nomeada Capital Mundial do Livro

Fonte: UNESCO Brasil

Ressalta-se que é a primeira vez que uma cidade de língua portuguesa é nomeada Capital Mundial do Livro pela UNESCO, e várias atividades foram implementadas ao longo do ano para promover a leitura e a literatura.

Entre abril e outubro de 2025, o município do Rio de Janeiro realizou uma série de ações estruturantes no âmbito do programa Rio Capital Mundial do Livro. Destacam-se atividades como a Bienal do Livro, que atraiu mais de 740 mil visitantes, e a Academia Editorial Júnior, voltada à formação de jovens talentos do mercado editorial.

A parceria com a Academia Brasileira de Letras (ABL) resultou em iniciativas como o projeto Rio de Palavras e a cerimônia de abertura oficial, além de ações de difusão literária em praças e parques. A campanha Rio de Livros também foi lançada, promovendo o acesso à leitura em estações de transporte público.

Setor de Comunicação e Informação

Este setor evidencia a preocupação do organismo multilateral com o acesso à informação, governança digital e proteção de direitos – que procuram enfrentar problemas da sociedade brasileira como o envelhecimento da população, o acesso à internet, entre outras. Dentre as ações citamos:

- Alfabetização midiática, informação e democracia: do enfrentamento à desinformação à formação cidadã
    - 3ª semana de Educação Midiática (outubro de 2025)
- Inclusão digital e envelhecimento: conectividade significativa para todas as gerações
- Integridade da informação e mudança do clima: rede de parceiros rumo à COP30
- Inteligência artificial e Estado de direito: fortalecer capacidades no sistema de Justiça
- Diversidade cultural e línguas indígenas: arte e tecnologia na preservação da memória
- Patrimônio documental e memória do mundo: reconhecimento a acervos brasileiros

    - Que a Casa de Oswaldo Cruz tem vários acervos que receberam esta chancela: Acervo fotográfico J. Pinto; Fundo Fundação Rockefeller; Fundos Oswaldo Cruz e Carlos Chagas
    - Estamos no processo de inscrição do Pavilhão Mourisco a Patrimônio da Humanidade.
- 20 anos do Cetic.br
- Apoio à gestão pública municipal: cooperação técnica internacional com capitais brasileiras

Referência

UNESCO. *Relatório Anual da UNESCO no Brasil 2025***.** Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000397184?posInSet=1&queryId=b6a2e200-dc55-4e5f-b87e-9366b23a318e

As Reuniões Anuais do BID 2026

The IADB Annual Meetings 2026

Reuniones Anuales del BID 2026

Isis Pillar Cazumbá

Resumo: O desenvolvimento mais célere da América Latina e do Caribe (ALC) foi o tema principal das Reuniões Anuais do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do BID Invest. O evento contou com a presença dos governadores dos países membros do Banco, que além destes, outras lideranças de diversos setores (agências de desenvolvimento, instituições financeiras multilaterais, bancos privados e outros) participaram igualmente. Diversas iniciativas foram anunciadas em áreas consideradas prioritárias, que contaram com o apoio dos países membros, tornando as Reuniões Anuais com maior impacto para o desenvolvimento na região.

Palavras-chave: BID. Reuniões Anuais. América Latina. Caribe. Desenvolvimento

Resumo: *El desarrollo acelerado de América Latina y el Caribe (ALC) fue el tema central de las Reuniones Anuales del Banco Interamericano de Desarrollo (BID) y BID Invest. Al evento asistieron gobernadores de los países miembros del Banco, así como líderes de diversos sectores (agencias de desarrollo, instituciones financieras multilaterales, bancos privados, entre otros). Se anunciaron varias iniciativas en áreas prioritarias, las cuales recibieron el apoyo de los países miembros, lo que convierte a estas Reuniones Anuales en las de mayor impacto para el desarrollo de la región*.

Palabras clave: *BID. Reuniones Anuales . America Latina. Caribe. Desarollo*

Abstract: *The faster development of Latin America and the Caribbean (LAC) was the main theme of the Annual Meetings of the Inter-American Development Bank (IDB) and IDB Invest. The event was attended by governors from the Bank's member countries, as well as leaders from various sectors (development agencies, multilateral financial institutions, private banks, and others). Several initiatives were announced in priority areas, which received support from member countries, making these Annual Meetings the most impactful for development in the region.*

Keywords: *IADB. Annual Meetings. Latin America. Caribbean . Development*

As Reuniões

As Reuniões Anuais do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) foram realizadas em março, tendo desta vez o Paraguai como o anfitrião. O evento de Alto Nível contou com a presença dos Governadores dos países membros, ministros das finanças dos países, lideranças de instituições financeiras multilaterais, bancos privados e outros parceiros importantes para o Banco. Ao todo, as Reuniões Anuais reuniram quase 4.000 participantes de 48 países, sendo 1.700 representantes do setor privado e diversos executivos e CEOs em mais de 440 reuniões, com objetivo de discutir a respeito do desenvolvimento da América Latina e do Caribe (ALC),

através da mobilização de investimentos do setor privado e da construção de mais oportunidades e geração de empregos.

Impulsionar o desenvolvimento da ALC foi o grande alvo das Reuniões Anuais deste ano. Durante o evento foram apresentadas três áreas chaves para a região (promoção do desenvolvimento liderado pelo setor privado, minerais críticos e cadeias de suprimentos seguras e integração regional). Todos os projetos importantes anunciados estão relacionados a estas áreas, com o objetivo de apoiar o crescimento e o desenvolvimento da ALC.

Principais Projetos Anunciados

O presidente do BID, Ilan Goldfajn, discursou na sessão inaugural do evento e disse que a região vive "um momento de oportunidades". Comemorou o fato de o BID Invest – braço privado do BID –concluir o processo de subscrição para ampliar o capital em US$ 3,5 bilhões, que havia sido aprovado pelo Conselho formado pelos países membros em 2024. Goldfajn pontuou que este acontecimento é um marco para fortalecer "a capacidade da instituição de financiar empresas e mobilizar investimentos privados na ALC".

De acordo com o BID, com o capital ampliado, o BID Invest estima que a capacidade de financiamento e mobilização poderá chegar a US$ 22 bilhões anuais em 10 anos, permitindo assim que o Banco aumente o apoio nos projetos direcionados à criação de empregos, ao fortalecimento de setores produtivos e a expansão de oportunidades econômicas para região.

O outro projeto anunciado e liderado pelo setor privado, foi o *LAC Crece*. De acordo com o BID, a plataforma tem o objetivo tornar mais célere o crescimento na região através de ações contínuas, alinhadas com investimentos públicos e privados para alcançar o crescimento, o desbloqueio da produtividade e a geração de empregos, contando com o apoio total da instituição financeira.

O BID lançou um programa voltado para minerais críticos e cadeias de suprimentos seguras. A iniciativa *IDB LAC Minerals* foi criada para "promover o desenvolvimento responsável de minerais, fortalecer as cadeias de valor e construir cadeias globais de suprimentos resilientes e diversificadas" entre os parceiros globais e a ALC e os seus minerais críticos originários. O BID intermediará as ações entre os dois, onde reunirá assistência técnica e o financiamento (com instrumentos financeiros híbridos) da instituição.

O lançamento deste programa através do BID atende a demanda global por minerais que estão sendo usados de forma ampla em "sistemas energéticos, tecnologias avançadas e inteligência artificial" devido ao seu rápido crescimento. A região atende por cerca de 30% do fornecimento mundial de minerais e em exportações anuais de metais atinge a marca de US$ 180 bilhões – grande parte ainda sendo de matérias-primas. Conforme o BID, a instituição financeira se comprometeu a trabalhar com todos os seus países membros a fim de "expandir o refino e o processamento, criar empregos, fortalecer a capacidade industrial e fortalecer as cadeias de suprimentos".

O BID também apresentou a iniciativa *Procure+*, que tem como objetivo alcançar diversos setores na ALC. Criada para financiar de forma abrangente todas as operações da instituição financeira, o *Procure+* foi projetado para trazer melhorias em relação aos custos das operações e ampliar o desempenho dos projetos, tornando todo o processo de gastos com o desenvolvimento o mais transparente possível. De acordo com o BID, a iniciativa cobrirá aproximadamente US$ 4,5 bilhões em compras financiadas pelo Banco, nas áreas da saúde, de

energia, da infraestrutura, da reforma tecnológica e outros importantes áreas da ALC. O programa foi estruturado para atuar em cinco temas principais:

Custo-benefício por meio da competição aberta e justa;
Soluções de compras de maior qualidade e adequadas ao propósito;
Supervisão visionária e gestão digital de riscos;
Padrões profissionais mais fortes e capacidade de aquisição;
Um quadro modernizado de políticas de aquisições, alinhado com as condições evolutivas do mercado e as práticas dos bancos multilaterais de desenvolvimento.

Fonte: Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2026.

Segundo o BID, ficou estabelecido que, para o programa entrar em ação, algumas exigências devem ser seguidas, tais como: uso de novas ferramentas digitais para fazer o monitoramento de compras; ampliação do treinamento e certificação do pessoal envolvido no setor de compras; gestão contratual mais compacta; atrair diferentes mercados e a contratação de mão de obra local para salvaguardar empregos e habilidades para a região.

Considerações finais

O saldo das Reuniões Anuais do BID foi considerado positivo. A conclusão deste evento contou com um imenso apoio dos países membros da instituição para consolidar a expansão do financiamento ao desenvolvimento na ALC e a liderança do setor privado.

O BID apresentou durante as reuniões o recorde de financiamento total de US$ 35 bilhões. Espera-se que, para os próximos dez anos, a capacidade de financiamento da instituição financeira atinja a marca de US$ 500 bilhões; isso se deve ao fato do aumento das operações públicas e privadas e a implementação de reformas ininterruptas. De acordo com o Banco, estes recursos certamente ajudarão na criação de oportunidades nos setores que a ALC tanto necessita.

O Relatório de Impacto de 2025 do BID foi mencionado nas reuniões, evidenciando que os resultados foram positivos. A instituição financeira revelou números importantes na área da saúde, onde foram constatadas que as operações intermediadas pelo Banco a respeito do acesso a serviços de saúde e nutrição alcançaram 34 milhões de pessoas. As demais áreas onde o BID atuou e que tiveram saldo positivo foram: conectividade banda larga (acessível para 2,6 milhões de pessoas) e apoio às micro, pequenas e médias empresas (melhorias de serviços agrícolas para cerca de um milhão de agricultores).

Além do recorde de financiamento e das iniciativas anunciadas em áreas críticas, o BID também abordou sobre o acordo comercial UE-Mercosul. O governo do Paraguai realizou uma reunião em parceria com o BID, que contou com a presença de representantes de outros países do Mercosul, da União Europeia (UE) e do setor privado, que teve como o principal objetivo a implementação do recém assinado acordo.

Para o BID, o acordo UE-Mercosul (assinado em janeiro deste ano) significa a "maior expansão do acesso ao mercado para o Mercosul desde sua criação" e espera-se que diversos setores sejam impactados (energia, agronegócio, manufatura, minerais críticos e integração de pequenas e médias empresas nas cadeias de valores globais). Desta reunião, o BID e o governo da Suíça firmaram uma parceria para auxiliar na implementação do acordo de livre comércio entre os dois blocos econômicos.

***

O desenvolvimento da nossa região é considerado essencial para o BID e os demais países membros. De acordo com a instituição financeira, a ALC expandiu 1,8% (taxa média anual) enquanto assistia as economias do Leste Asiático crescerem três vezes mais nos últimos 60 anos. O tempo passou e mostrou que os países que eram considerados mais pobres do que os da nossa região estão bem mais avançados e desenvolvidos.

Ter projetos e iniciativas que ajudem a acelerar o desenvolvimento da ALC é importante e ao mesmo tempo desafiador – diante dos seus problemas estruturais e do atual cenário global. Nos últimos eventos anuais, o BID vem convocando as lideranças dos países membros, organizações civis e o setor privado a se comprometerem com inovações e soluções para acelerar o progresso da região.

Referências

Banco Interamericano de Desenvolvimento [homepage na internet] Discurso de Ilan Goldfajn, Presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento e Presidente do Conselho de Diretores Executivos da Corporação Interamericana de Investimentos, na sessão inaugural das Reuniões Anuais dos Conselhos de Governadores [acesso em 30 mar 2026]. Disponível em: https://www.iadb.org/en/news/address-ilan-goldfajn-president-inter-american-development-bank-and-chairman-board-executive

Banco Interamericano de Desenvolvimento [homepage na internet] O IDB Invest encerra com sucesso seu processo de assinatura para acelerar o desenvolvimento liderado pelo setor privado na América Latina e no Caribe [acesso em 30 mar 2026]. Disponível em: https://www.iadb.org/en/news/idb-invest-successfully-closes-its-subscription-process-accelerate-private-sector-led-development

Banco Interamericano de Desenvolvimento [homepage na internet] Grupo IDB lança LAC Crece para acelerar o crescimento na América Latina e no Caribe [acesso em 30 mar 2026]. Disponível em: https://www.iadb.org/en/news/idb-group-launches-lac-crece-accelerate-growth-latin-america-and-caribbean

Banco Interamericano de Desenvolvimento [homepage na internet] Paraguay Hosts Meeting on Implementing the EU-Mercosur Agreement [acesso em 30 mar 2026]. Disponível em: https://www.iadb.org/en/news/paraguay-hosts-meeting-implementing-eu-mercosur-agreement

Banco Interamericano de Desenvolvimento [homepage na internet] IDB Group and Switzerland Announce Joint Initiative to Support Implementation of EFTA–Mercosur Agreement [acesso em 30 mar 2026]. Disponível em: https://www.iadb.org/en/news/idb-group-and-switzerland-announce-joint-initiative-support-implementation-efta-mercosur-agreement

Banco Interamericano de Desenvolvimento [homepage na internet] IDB Group Launches IDB LAC Minerals [acesso em 30 mar 2026]. Disponível em: https://www.iadb.org/en/news/idb-group-launches-idb-lac-minerals

Banco Interamericano de Desenvolvimento [homepage na internet] IDB Launches Comprehensive Procure+ Reform [acesso em 30 mar 2026]. Disponível em: https://www.iadb.org/en/news/idb-launches-comprehensive-procure-reform

Bancos Regionais de Desenvolvimento na última Reunião CELAC-África

Bancos regionales de desarrollo en la última reunión de la CELAC y África

Regional Development Banks at the Latest CELAC-Africa Meeting

Laura Tavares Soares

Resumo. Neste Informe se apresenta a participação dos Bancos Regionais de Desenvolvimento da América Latina e do Caribe (CAF) e da África (AfDB) na última Reunião CELAC-África realizada em março de 2026 na Colômbia. No quesito Saúde verifica-se que os diferentes acordos entre os Bancos apresentam apenas impactos sobre os determinantes sociais, econômicos e ambientais na saúde. No entanto, são apontadas perspectivas potenciais de impacto na Saúde da população de ambas as regiões através da atuação específica dos referidos Bancos, sobretudo em infraestrutura social.

Palavras-chave: Reunião CELAC-África – Banco de Desenvolvimento da América Latina e do Caribe (CAF) – Banco de Desenvolvimento Africano (AfDB)

***Resumen**. Este informe presenta la participación de los Bancos Regionales de Desarrollo de América Latina y el Caribe (CAF) y África (BAD) en la última Reunión CELAC-África, celebrada en marzo de 2026 en Colombia. En cuanto a la salud, se observa que los diferentes acuerdos entre los Bancos solo muestran impactos en los determinantes sociales, económicos y ambientales de la salud. Sin embargo, se señalan perspectivas potenciales de impacto en la salud de la población de ambas regiones a través de las acciones específicas de estos Bancos, especialmente en infraestructura social.*

***Palabras clave**: Reunión CELAC-África – Banco de Desarrollo de América Latina y el Caribe (CAF) – Banco Africano de Desarrollo (BAD)*

***Abstract**. This report presents the participation of the Regional Development Banks of Latin America and the Caribbean (CAF) and Africa (AfDB) in the last CELAC-Africa Meeting held in March 2026 in Colombia. Regarding health, it is observed that the different agreements between the Banks only show impacts on the social, economic, and environmental determinants of health. However, potential perspectives for impact on the health of the population of both regions through the specific actions of these Banks are pointed out, especially in social infrastructure.*

***Keywords**: CELAC-Africa Meeting – Development Bank of Latin America and the Caribbean (CAF) – African Development Bank (AfDB)*

Contexto do evento

O Primeiro Fórum de Alto Nível CELAC–África, realizado em Bogotá, Colômbia, entre os dias 18 e 21 de março de 2026, ocorreu no âmbito da Presidência Pro Tempore da Colômbia na CELAC (2025-2026) e reuniu líderes, ministros, especialistas, setor privado e academia das duas

regiões. O objetivo foi institucionalizar o diálogo birregional e definir mecanismos de cooperação em temas como comércio, investimento, reparações históricas e desenvolvimento sustentável. Desse Fórum participaram alguns Bancos de Desenvolvimento Regional, como o CAF (Banco de Desenvolvimento da América Latina e do Caribe) e o Banco Africano de Desenvolvimento (AfDB).

Banco de Desenvolvimento da América Latina e do Caribe (CAF)

A participação do Banco de Desenvolvimento da América Latina e do Caribe (CAF) na Reunião CELAC-África, foi considerada ativa e relevante.

O CAF atuou como aliado multilateral chave, na promoção da cooperação Sul-Sul, do desenvolvimento sustentável, da integração econômica e do diálogo birregional entre América Latina/ Caribe e África.

Principais ações e contribuições do CAF na Reunião

a) Presença institucional e diálogos

O CAF participou dos espaços de diálogo do Fórum bilateral, contribuindo para impulsionar uma agenda de cooperação orientada ao desenvolvimento sustentável, comércio, logística, biodiversidade e articulação econômica entre as duas regiões.

O presidente executivo do CAF, Sergio Díaz-Granados, realizou encontros bilaterais com líderes latinoamericanos, caribenhos e africanos, incluindo representantes de Bancos de Desenvolvimento Africanos.

Esses encontros discutiram cooperação regional, agendas comuns e oportunidades de trabalho conjunto.

b) Apresentação de relatório

O diretor de Diversidade do CAF, Eddix Bermúdez, apresentou o informe "*Conexión Sur–Sur: camino a la integración CELAC–África*" (ver mais adiante) em um evento organizado pelo Ministério de Comércio, Indústria e Turismo da Colômbia.

Nesse documento foram destacadas oportunidades em comércio, logística, biodiversidade e maior articulação econômica.

c) Assinatura de memorandos

- Memorando de Entendimento (MoU) entre CAF, Banco Africano de Desenvolvimento e Governo da Colômbia, visando alinhar esforços, aprender mutuamente e aprofundar a cooperação entre África, América Latina e Colômbia.
- Outro MoU com a ALARI – Harvard[1] (Afro-Latin American Research Institute"; ou Instituto de Pesquisas Afro-Latino-Americanas; ou "Instituto de Investigaciones Afrolatinoamericanas"); para fortalecer equidade, justiça e liderança afrodescendente.

[1] Trata-se de um instituto da Universidade de Harvard, ligado ao "Hutchins Center for African and African American Research". Fundado em 2013, é a primeira instituição nos Estados Unidos dedicada especificamente à história, cultura e experiências das populações afrodescendentes na América Latina e no Caribe.

d) Eixos da agenda birregional

- Integração regional e comercial
- Transição verde e Desenvolvimento Sustentável
- Desenvolvimento Humano e Inclusão

Contribuições do CAF ao diálogo birregional

- Geração de Conhecimento
- Articulação de Atores (espaços de diálogos entre governos, sociedade civil, empresas e academias)
- Financiamento para o Desenvolvimento (iniciativas que transformem as oportunidades de cooperação em projetos concretos)

O CAF enfatizou o papel dos Bancos de Desenvolvimento na cooperação Sul-Sul-Sul, no fechamento de brechas de desenvolvimento e na promoção de iniciativas conjuntas em áreas como comércio, investimento, conectividade e capacitação (educação, inovação e formação técnica).

Participou também de discussões sobre reparações históricas, justiça étnico-racial e integração econômica.

Nesse Fórum de alto nível, o CAF posicionou-se como facilitador financeiro e técnico nesse processo de reconexão Sul-Sul.

Sua participação reforçou seu papel como Banco de Desenvolvimento comprometido com a integração regional e a cooperação internacional, contribuindo com análises técnicas, facilitação de parcerias e instrumentos financeiros para projetos conjuntos entre América Latina/Caribe e África.

Relatório "Conexión Sur-Sur: camino a la integración CELAC–África"

Este documento examina as oportunidades de integração entre a América Latina e o Caribe (ALC) e a África no âmbito da Cooperação Sul-Sul, destacando o potencial da ZCLCA como um mercado unificado e as complementaridades entre as duas regiões nos setores agroalimentar, de biodiversidade, energético e de transição verde, de infraestrutura, industrial, de saúde, de economia digital e de indústrias criativas. Ressalta o papel da diáspora afrodescendente, os recentes avanços regulatórios e institucionais e a necessidade de coordenar políticas, investimentos e cooperação técnica para aprofundar o comércio, o investimento e a participação conjunta nas cadeias de valor. O estudo conclui que a relação CELAC-África representa uma oportunidade estratégica para diversificar mercados, promover a transformação produtiva e fortalecer um desenvolvimento mais inclusivo e sustentável entre os dois blocos.[2]

O relatório "Conexión Sur-Sur: camino a la integración CELAC–África" é um documento técnico elaborado pelo Banco de Desenvolvimento da América Latina e do Caribe (CAF), publicado em março de 2026.

[2] Acosta, C., Campo, E., Dunga, C., Estacio, M. C., Lins, C., & Marcelín, E. (2026). "Conexión Sur-Sur, camino a la integración Celac- África". Retirado de: https://scioteca.caf.com/handle/123456789/2608.

Ele foi apresentado durante o Fórum de Alto Nível CELAC–África, realizado em Bogotá, Colômbia, pelo diretor de Diversidade do CAF, Eddix Bermúdez, e possui diversos autores.[3]

Trata-se de um documento recente (lançado em 20 de março de 2026)[4], focado em propostas concretas para transformar o diálogo político em ações econômicas e sustentáveis.

Segundo o documento, os setores estratégicos de cooperação seriam:

- Segurança alimentar
- Transição verde
- Economia digital
- Indústrias criativas
- Construção civil
- *Farmacêuticos*

Durante a apresentação do documento em Bogotá, o Diretor de Diversidade do CAF (Eddix Bermúdez) enfatizou, ainda, os seguintes eixos principais:

Comércio e articulação econômica

Potencial para aumentar o intercâmbio comercial entre as duas regiões, que ainda é relativamente baixo em comparação com o potencial existente.

- *Logística e conectividade*

Melhoria de cadeias de suprimentos, infraestrutura de transporte e redução de barreiras logísticas para facilitar o comércio Sul-Sul.

- *Biodiversidade*

Ênfase especial no fato de que América Latina e África abrigam as duas maiores florestas tropicais do mundo — a Amazônia e a "Cuenca del Congo" —, que são pilares fundamentais para a biodiversidade global e para a agenda climática.

O relatório explora a cooperação em conservação, economia verde e serviços ecossistêmicos.

- *Outros temas*

Integração regional, investimento conjunto, capacitação, inovação e agendas comuns em desenvolvimento sustentável.

Esse documento analisa as oportunidades de integração e articulação econômica entre a América Latina e o Caribe (ALC) e a África, no marco da cooperação Sul-Sul. Ele busca fortalecer o diálogo birregional e identificar caminhos concretos para avançar em parcerias estratégicas, com *ênfase no papel dos bancos de desenvolvimento como facilitadores.*

---

[3] O relatório foi elaborado por uma equipe que inclui: Carolina Acosta, Eduardo Campo, Catherine Dunga, María Camila Estacio, César Lins e outros colaboradores (como Marcelín, entre outros mencionados em registros da Scioteca do CAF).

[4] Versão em PDF: https://scioteca.caf.com/bitstream/handle/123456789/2608/Conexi%C3%B3n%20Sur-Sur%2c%20camino%20a%20la%20integraci%C3%B3n%20Celac%20-%20%C3%81frica.pdf?sequence=5&isAllowed=y.

Ele posiciona, ainda, a integração CELAC–África como uma oportunidade para ambas as regiões exercerem um novo papel no cenário global, aproveitando complementaridades em recursos naturais, mercados emergentes e desafios compartilhados (como mudanças climáticas, desigualdade e desenvolvimento inclusivo).

O relatório foi entregue à ministra de Comércio, Indústria e Turismo da Colômbia, Diana Marcela Morales, durante o evento.

Ele serviu como insumo técnico para os diálogos institucionais do Fórum, contribuindo com análises e recomendações práticas para mecanismos de cooperação mais robustos.

O CAF reforça, por meio desse trabalho, seu compromisso com a cooperação Sul-Sul e com o fortalecimento de laços entre bancos de desenvolvimento das duas regiões (como o Banco Africano de Desenvolvimento).

Banco Africano de Desenvolvimento (African Development Bank – AfDB)

A participação do Banco Africano de Desenvolvimento ("African Development Bank" – AfDB) no Fórum de Alto Nível CELAC–África foi notada principalmente por meio de diálogos institucionais e pelo destaque dado ao fortalecimento de sinergias com bancos de desenvolvimento da América Latina e Caribe.[5]

Principais aspectos da participação do AfDB:

- *Ênfase em cooperação entre bancos multilaterais*

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em seu pronunciamento[6] durante o Fórum (21 de março), destacou a importância de fortalecer as sinergias entre os Bancos de Desenvolvimento da América Latina e o AfDB. Segundo Lula, essa articulação é essencial para expandir o financiamento conjunto, proteger investimentos e apoiar projetos de desenvolvimento sustentável nas duas regiões.

Essa menção reflete o papel estratégico que o AfDB desempenha na visão brasileira e latino-americana de maior integração Sul-Sul.

- *Diálogos bilaterais e institucionais*

Houve encontros entre representantes africanos e latinoamericanos envolvendo Bancos de Desenvolvimento. Embora o AfDB não tenha tido uma presença tão visível quanto a do CAF (Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe) ou do Afreximbank[7] ("African Export-Import Bank"; ou Banco Africano de Exportação e Importação ou Banque Africaine d'Import-Export) – que teve intervenções públicas mais destacadas, feitas pela vice-presidente executiva Kanayo Awani, o AfDB foi citado nos contextos de parcerias financeiras e mobilização de

[5] Não foram encontradas referências ao Fórum na página oficial do AfDB. Foi necessário recorrer à inteligência artificial cujas fontes eram do próprio Fórum: ver Fontes de Consulta.

[6] https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2026/03/201cnos-conquistamos-soberania-com-a-nossa-independencia201d-destaca-lula-durante-i-forum-celac-africa-na-colombia

[7] Trata-se de uma instituição financeira multilateral panafricana criada em 1993 para financiar e promover o comércio interafricano (dentro da África) e extra africano (com o resto do mundo). Foi estabelecida por governos africanos, investidores privados e institucionais africanos, além de alguns não africanos, sob os auspícios do Banco Africano de Desenvolvimento.

recursos. Representantes de bancos africanos, incluindo o AfDB, participaram de discussões sobre infraestrutura, comércio, energia renovável, agroindústria e redução de dependências externas de financiamento.

O foco temático esteve alinhado à própria agenda do AfDB, incluindo:

- Mobilização de financiamento privado e público para projetos de impacto.
- Cooperação em infraestrutura, transição energética, agricultura resiliente e desenvolvimento sustentável.
- *Reforma da arquitetura financeira internacional e maior coordenação entre instituições regionais do Sul Global*.
- *Exploração de mecanismos como "blended finance", financiamento em moedas locais e parcerias tripartite (Sul-Sul-Sul)*.

O AfDB atuou como um dos atores chave do lado africano na promoção de uma agenda prática de cooperação econômica, complementando a presença de outras instituições como a *União Africana*, o *Afreximbank* e bancos intrarregionais (como por exo. o BOAD – Banco de Desenvolvimento da África Ocidental, cujo presidente, Serge Ekué, participou de diálogos bilaterais com autoridades colombianas).

Enquanto o CAF apresentou o relatório "Conexión Sur-Sur" e assinou memorandos (inclusive com o próprio AfDB e o governo colombiano), o AfDB teve uma participação mais orientada a *posicionamentos estratégicos* e ao reforço de alianças com bancos de desenvolvimento latino-americanos, especialmente o BID. O *Afreximbank*, por sua vez, foi mais ativo em painéis públicos sobre comércio e ecossistemas de negócios.

Resultados e Perspectivas

A presença do AfDB reforçou a mensagem de que os bancos de desenvolvimento das duas regiões podem atuar como pontes para projetos concretos em áreas de complementaridade (recursos naturais, biodiversidade, infraestrutura e inovação).

O Fórum não produziu apenas declarações políticas, mas também avanços em parcerias institucionais que podem se materializar em financiamentos conjuntos nos próximos anos.

Exemplo disso seria o Memorando de Entendimento (MoU ou MOU) entre o Banco de Desenvolvimento da América Latina e o Caribe (CAF) e o Banco Africano de Desenvolvimento (AfDB – African Development Bank) que foi assinado durante o Fórum de Alto Nível CELAC–África.

A assinatura ocorreu no âmbito do pilar *Comércio e Investimento* do Fórum, como parte das atividades paralelas ao evento principal.

Participaram da assinatura representantes do CAF (liderados pelo presidente executivo Sergio Díaz-Granados) e do AfDB (não mencionados nos documentos oficiais). Embora a agenda oficial mencione explicitamente apenas CAF e AfDB, o MoU foi celebrado com o envolvimento ou na presença do Governo da Colômbia (anfitrião do evento), visando alinhar esforços trilaterais entre as instituições e o país sediado.

Esse MoU teria como principais finalidades:

- Fortalecer a cooperação Sul-Sul entre as duas regiões (América Latina/Caribe e África).

- Alinhar esforços entre os dois bancos de desenvolvimento multilaterais para identificar, preparar e financiar projetos conjuntos de impacto regional.
- Promover aprendizado mútuo, troca de melhores práticas e coordenação em temas estratégicos compartilhados.
- Facilitar a articulação econômica birregional, incluindo comércio, investimento, infraestrutura, logística, biodiversidade, transição energética e desenvolvimento sustentável.
- Atuar como ponte para mobilizar recursos financeiros e técnicos que apoiem a integração CELAC–África, complementando o diálogo político do Fórum.

Esse instrumento reforça o papel dos Bancos de Desenvolvimento como facilitadores concretos da agenda de reconexão Sul-Sul, indo além de declarações políticas para ações operacionais e financeiras.

Embora o texto completo do MoU ainda não esteja amplamente divulgado em fontes públicas[8], o contexto do Fórum e o relatório "Conexión Sur-Sur" do CAF indicam foco em:

- Aumento do comércio e redução de barreiras logísticas.
- Cooperação em conservação da biodiversidade (Amazônia e Bacia do Congo).
- Infraestrutura conectiva e cadeias de valor.
- Financiamento inovador ("blended finance", moedas locais etc.).
- Capacitação técnica e troca de conhecimento entre as instituições.

Em síntese, essa assinatura se soma a outras iniciativas do **CAF** no evento, como a apresentação do relatório "Conexión Sur-Sur" e outro MoU com a ALARI (Harvard) sobre equidade étnico-racial.

O **AfDB**, por sua vez, participou de diálogos institucionais sobre sinergias com bancos latino-americanos (como BID e CAF), conforme destacado por líderes como o presidente Lula.

O MoU representaria um avanço prático na institucionalização da parceria entre os dois bancos, que já vinham explorando colaborações em fóruns multilaterais. Memorandos de Entendimento entre bancos de desenvolvimento multilaterais geralmente são documentos não vinculantes ('framework agréments").

Impactos dos acordos realizados no Fórum AL-África entre os Bancos de Desenvolvimento na Saúde

No documento "Conexión Sur Sur: camino a la integración CELAC – África", existe um capítulo específico sobre ***Saúde, Farmacêuticos e Dispositivos Médicos*** que afirma que "*África y la CELAC poseen la mayor riqueza genética del planeta, esencial para la industria farmacéutica y biotecnológica*".

Neste documento se afirma que há espaço para acordos sobre transferência de tecnologia; fábricas conjuntas de produção de medicamentos genéricos; e fornecimento de

[8] Não foi encontrado o MoU em nenhuma fonte oficial dos Bancos. As informações aqui apresentadas sobre esse MoU foram extraídas de Inteligência Artificial, sem fontes de informação. É comum que memorandos institucionais desse tipo sejam publicados apenas posteriormente (ou nem sempre na íntegra), especialmente quando tratam de intenções estratégicas e não de obrigações financeiras específicas. Muitas vezes, apenas comunicados resumidos ou agendas são tornados públicos inicialmente.

equipamentos médicos, integrando também o financiamento de bancos regionais de desenvolvimento (CAF, AfDB, entre outros).

Os acordos entre o Banco de Desenvolvimento da América Latina e do Caribe (CAF) e o Banco Africano de Desenvolvimento (AfDB), especialmente o já referido *Memorando de Entendimento (MoU)*, são acordos/quadro de cooperação Sul-Sul de caráter geral e não vinculante.

Eles visam alinhar esforços para identificar, preparar e financiar projetos conjuntos em áreas como comércio, investimento, logística, infraestrutura, biodiversidade, transição energética e desenvolvimento sustentável.

Até o momento (final de março de 2026), não há impactos concretos ou projetos específicos na área de **saúde** decorrentes diretamente desse MoU.

O documento ainda não teve seu texto integral divulgado publicamente, e as fontes oficiais (sites do CAF, do AfDB e do governo colombiano) não mencionam iniciativas, financiamentos ou programas de saúde como resultado imediato da assinatura.

Não há menção explícita a sistemas de saúde, soberania sanitária, acesso a medicamentos, vacinas ou infraestrutura hospitalar como eixo prioritário do acordo em si.

No entanto os acordos gerais entre CAF e AfDB incluem áreas que impactam direta ou indiretamente a **saúde**, como:

- Articulação econômica birregional
- Logística e conectividade
- Biodiversidade (ex.: cooperação entre a Amazônia e a Bacia do Congo)
- Infraestrutura sustentável
- Troca de melhores práticas e aprendizado mútuo entre os dois bancos

Oportunidades futuras na saúde

O relatório "Conexión Sur-Sur: camino a la integración CELAC–África" (apresentado pelo CAF no mesmo Fórum) menciona *oportunidades de cooperação em serviços de saúde e produtos farmacêuticos, incluindo exportações de medicamentos e serviços de saúde da América Latina para a África*.

No contexto mais amplo do Fórum CELAC–África 2026, a **saúde** foi discutida em painéis paralelos, com ênfase em:

- Soberania sanitária e capacidades regulatórias
- Atenção Primária em Saúde como base para sistemas resilientes
- Troca de experiências Sul-Sul em sistemas de saúde equitativos e centrados nas pessoas (com participação da OPS/OMS)

Esses diálogos podem ser facilitados indiretamente pela *maior coordenação entre bancos de desenvolvimento*, mas ainda não se traduziram em projetos conjuntos AL-África em **Saúde** financiados pelo CAF e pelo AfDB.

Como perspectivas de impacto na **Saúde**, sabe-se que os Bancos multilaterais como CAF e AfDB frequentemente financiam ***infraestrutura social*** (incluindo a infraestrutura em **saúde**).

As possíveis áreas de impacto indireto no médio/longo prazo incluem:

- Financiamento conjunto de ***infraestrutura de saúde*** (hospitais, laboratórios, cadeias de suprimentos farmacêuticos)
- Projetos de ***saúde pública*** ligados à biodiversidade e mudanças climáticas (ex.: vigilância de doenças emergentes em ecossistemas tropicais)
- Fortalecimento de ***capacidades regulatórias e produção local de medicamentos/vacinas via cooperação técnica.***

Se o MoU CAF-AfDB for detalhado em publicações futuras ou se surgirem *projetos conjuntos em saúde*, os impactos poderão se materializar em financiamentos, capacitação técnica ou parcerias já existentes com órgãos como OPS/OMS e futuras, como os órgãos de governos latinoamericanos e africanos responsáveis pela Saúde.

Um exemplo da articulação com governos foi a participação do INVIMA da Colômbia – "*Instituto Nacional de Vigilancia de Medicamentos y Alimentos*" (ou Instituto Nacional de Vigilância de Medicamentos e Alimentos), que é a agência nacional de regulação sanitária da Colômbia, equivalente à Anvisa no Brasil, no Fórum.

O INVIMA participa ativamente em fóruns de cooperação internacional e em eventos organizados ou apoiados pela CAF, especialmente em temas de integração regional, *modernização regulatória* e *cooperação Sul-Sul*.

Durante o Fórum de Alto Nivel CELAC–África (evento que, como vimos acima contou com forte presença da CAF como parceiro multilateral), o INVIMA esteve envolvido como entidade do governo colombiano.

O Fórum incluiu pilares como comércio, investimento, cooperação em saúde, justiça étnico-racial e desenvolvimento sustentável — áreas onde o INVIMA atua em vigilância sanitária de medicamentos, alimentos e dispositivos médicos.

Considerações finais

O primeiro destaque é a constatação da escassa (ou nenhuma) informação sobre a atuação do Banco Africano de Desenvolvimento (AfDB) no Fórum CELAC-África, particularmente no que diz respeito aos impactos em **saúde** decorrentes dessa integração entre as duas regiões. O foco principal dos acordos CAF-AfDB permanece na *integração econômica e na infraestrutura sustentável*, com *a* ***saúde aparecendo como tema de diálogo birregional mais amplo no âmbito do Fórum****.*

Já com relação ao Banco de Desenvolvimento da América Latina e do Caribe (CAF) foi possível verificar uma atuação bem mais destacada no Fórum. O Banco elaborou um documento específico sobre a Conexão Sul Sul e a integração AL/Caribe-África que serviu de base para debates e acordos no Fórum. Esse documento aponta caminhos concretos para uma maior articulação entre as regiões, indicando estratégias e potenciais áreas de atuação em comum. Entre essas áreas está a **Saúde**, identificando complementaridades como a *produção de fármacos, com base na biodiversidade de ambas as regiões*.

Finalmente vale ressaltar que tanto o CAF como o AfDB reafirmaram seus compromissos com as inovações financeiras, como o uso de moedas locais, e com a necessidade de uma reforma financeira global. No caso do CAF há um compromisso explícito de não interferência nas políticas econômicas dos países – como a indução de políticas de "austericídio", patrocinadas muitas vezes pelo FMI e o Banco Mundial, as quais, como já foi fartamente

comprovado tanto nos países latinoamericanos como nos africanos, trazem consequências negativas para os investimentos em políticas sociais, com destaque para a saúde.

Referências

1. https://www.caf.com/es/especiales/caf-en-el-Fórum-de-alto-nivel-celac-africa/
2. https://scioteca.caf.com/handle/123456789/2608
3. https://scioteca.caf.com/bitstream/handle/123456789/2608/Conexi%C3%B3n%20Sur-Sur%2c%20camino%20a%20la%20integraci%C3%B3n%20Celac%20-%20%C3%81frica.pdf?sequence=5&isAllowed=y
4. afdb.org
5. https://www.afdb.org/pt
6. https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/comunicado-conjunto-dos-copresidentes-do-primeiro-forum-de-alto-nivel-celac-africa
7. https://celacinternational-org.translate.goog/?_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt&_x_tr_pto=tc
8. https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2026/03/21/lula-se-encontra-com-lideres-da-colombia-e-burundi-durante-forum-celac-africa.htm
9. https://scioteca.caf.com/
10. https://scioteca.caf.com/bitstream/handle/123456789/2608/Conexi%C3%B3n%20Sur-Sur%2c%20camino%20a%20la%20integraci%C3%B3n%20Celac%20-%20%C3%81frica.pdf?sequence=5&isAllowed=y

Resultados da MC14 da OMC e Proteção de Conhecimentos Tradicionais

14.ª Conferencia Ministerial de la OMC, patentes internacionales, minerales estratégicos y perturbaciones en el estrecho de Ormuz

Outcomes of the WTO MC14 and Protection of Traditional Knowledge

Claudia Chamas e Bernardo Bahia Cesário

Resumo: O documento analisa os principais desenvolvimentos recentes da governança do comércio internacional, com foco na 14ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (MC14), na agenda de reforma da OMC, nas negociações sobre propriedade intelectual no âmbito da OMPI e nos efeitos das preferências comerciais analisados pela UNCTAD. A MC14, realizada em Yaoundé, consolidou avanços incrementais por meio do chamado "Pacote de Yaoundé", ao mesmo tempo em que evidenciou limites estruturais do sistema multilateral, especialmente diante de impasses em temas como comércio eletrônico, TRIPS e agricultura. A agenda de reforma da OMC emerge como resposta às tensões entre fragmentação e multilateralismo, com destaque para a crise do sistema de solução de controvérsias e a necessidade de restaurar previsibilidade e legitimidade institucional. Paralelamente, as negociações na OMPI sobre proteção de expressões culturais tradicionais revelam profundas divergências quanto ao escopo de direitos, critérios de elegibilidade e relação com normas internacionais, refletindo tensões distributivas entre países. Por fim, a análise da UNCTAD demonstra que a previsibilidade das preferências comerciais é determinante para seus efeitos no desenvolvimento, sendo sua instabilidade capaz de gerar impactos econômicos e sociais significativos em países em desenvolvimento. Em conjunto, o documento evidencia que o sistema multilateral de comércio atravessa um momento de transição crítica, no qual a adaptação institucional e a cooperação internacional são centrais para sua revitalização.

Palavras-chave: OMC, reforma do comércio internacional, solução de controvérsias, multilateralismo, conhecimento tradicional, propriedade intelectual, preferências comerciais, desenvolvimento econômico, governança global, comércio internacional

Resumen: *Este documento analiza de forma integrada los principales desarrollos recientes en la gobernanza del comercio internacional, con especial atención a la 14ª Conferencia Ministerial de la Organización Mundial del Comercio (MC14), la agenda de reforma de la OMC, las negociaciones sobre propiedad intelectual en el marco de la OMPI y los efectos de las preferencias comerciales examinados por la UNCTAD. La MC14, celebrada en Yaundé, logró avances incrementales a través del denominado "Paquete de Yaundé", al tiempo que puso de manifiesto las limitaciones estructurales del sistema multilateral, especialmente en ámbitos como el comercio electrónico, el TRIPS y la agricultura. La agenda de reforma de la OMC surge como respuesta a las crecientes tensiones entre fragmentación y multilateralismo, con especial énfasis en la crisis del sistema de solución de diferencias y la necesidad de restablecer la previsibilidad y la legitimidad institucional. Paralelamente, las negociaciones en la OMPI sobre la protección de las expresiones culturales tradicionales revelan profundas divergencias en cuanto al alcance de los derechos, los criterios de elegibilidad y su relación con las normas internacionales, reflejando tensiones distributivas entre países. Por último, el análisis de la*

UNCTAD demuestra que la previsibilidad de las preferencias comerciales es un factor determinante de su impacto en el desarrollo, siendo su inestabilidad capaz de generar consecuencias económicas y sociales significativas para los países en desarrollo. En conjunto, el documento evidencia que el sistema multilateral de comercio atraviesa una transición crítica, en la que la adaptación institucional y la cooperación internacional son fundamentales para su revitalización

***Palabras clave**: OMC, reforma del comercio internacional, solución de diferencias, multilateralismo, conocimiento tradicional, propiedad intelectual, preferencias comerciales, desarrollo económico, gobernanza global, comercio internacional*

***Abstract:** This document provides an integrated analysis of recent developments in global trade governance, focusing on the 14th Ministerial Conference of the World Trade Organization (MC14), the WTO reform agenda, intellectual property negotiations within the framework of WIPO, and the effects of trade preferences as examined by UNCTAD. The MC14, held in Yaoundé, achieved incremental progress through the so-called "Yaoundé Package", while simultaneously exposing structural limitations of the multilateral system, particularly in areas such as e-commerce, TRIPS and agriculture. The WTO reform agenda emerges as a response to growing tensions between fragmentation and multilateralism, with particular emphasis on the crisis of the dispute settlement system and the need to restore predictability and institutional legitimacy. In parallel, negotiations at WIPO on the protection of traditional cultural expressions reveal deep divergences regarding the scope of rights, eligibility criteria and their relationship with international norms, reflecting distributive tensions among countries. Finally, UNCTAD's analysis demonstrates that the predictability of trade preferences is a decisive factor in their developmental impact, with instability capable of generating significant economic and social consequences for developing countries. Taken together, the document shows that the multilateral trading system is undergoing a critical transition, in which institutional adaptation and international cooperation are essential for its revitalisation.*

***Keywords:** WTO, international trade reform, dispute settlement, multilateralism, traditional knowledge, intellectual property, trade preferences, economic development, global governance, international*

Resultados da MC14 e o "Pacote de Yaoundé": Nota da OMC

A 14ª Conferência Ministerial (MC14) da Organização Mundial do Comércio (OMC), realizada em Yaoundé, foi concluída em 30 de março de 2026 com a adoção de diversas decisões e o compromisso coletivo dos membros de continuar as negociações sobre questões-chave pendentes em Genebra. Presidida pelo Ministro do Comércio de Camarões, Luc Magloire Mbarga Atangana, a conferência reuniu cerca de 2.000 autoridades comerciais, incluindo mais de 90 ministros, ao longo de quatro dias intensos de negociações. O Presidente destacou tanto o engajamento construtivo das delegações quanto a ambição de tornar a MC14 uma "conferência histórica", ao mesmo tempo em que reconheceu que as limitações de tempo impediram a resolução completa de diversos temas críticos. Entre as questões não resolvidas estavam a continuidade do programa de trabalho da OMC sobre comércio eletrônico e a renovação das moratórias sobre tarifas aduaneiras aplicadas a transmissões eletrônicas e sobre reclamações por não violação no âmbito do Acordo TRIPS. Essas lacunas evidenciam tanto a complexidade da governança do comércio contemporâneo quanto os limites institucionais das negociações baseadas em consenso no âmbito da OMC (OMCa, 2026).

Apesar dessas limitações, a MC14 alcançou avanços na agenda substantiva e processual da OMC. A Diretora-Geral Ngozi Okonjo-Iweala destacou uma mudança em direção a uma abordagem institucional mais adaptativa e responsiva, descrevendo a conferência como um marco de uma "nova forma de trabalhar" na OMC. Entre os principais resultados, destaca-se o acordo para avançar nas discussões sobre a reforma da OMC por meio de um programa de trabalho estruturado, bem como o progresso em direção ao estabelecimento de disciplinas adicionais sobre subsídios prejudiciais à pesca, tema de relevância ambiental e econômica. Além disso, os ministros adotaram decisões previamente aprovadas em Genebra, especialmente aquelas voltadas à melhoria da integração de pequenas economias ao sistema multilateral de comércio e ao fortalecimento da implementação efetiva e operacional das disposições de tratamento especial e diferenciado nos Acordos SPS e TBT. Essas decisões refletem a continuidade da ênfase em inclusão, desenvolvimento e coerência regulatória no sistema multilateral de comércio (OMCa, 2026).

Um elemento central da MC14 foi a consolidação de textos negociados no chamado "Pacote de Yaoundé", que deverá servir de base para negociações futuras em Genebra. Esse pacote inclui projetos de textos sobre reforma da OMC e seu plano de trabalho correspondente, uma decisão ministerial sobre comércio eletrônico, uma decisão sobre a moratória relativa a reclamações por não violação no âmbito do TRIPS, e um pacote voltado aos países menos desenvolvidos (PMDs). Embora esses elementos indiquem um nível significativo de convergência entre os membros, a Diretora-Geral reconheceu que o consenso ainda não foi plenamente alcançado. Ademais, a iminente expiração de moratórias essenciais, particularmente aquelas relacionadas a transmissões eletrônicas e ao TRIPS, acrescenta urgência à continuidade das negociações. A decisão estratégica de preservar e dar seguimento a esses textos reflete tanto um pragmatismo institucional quanto o reconhecimento de que o progresso incremental continua sendo o caminho mais viável no atual contexto multilateral (OMCa, 2026).

Olhando para o futuro, a MC14 reafirmou a centralidade da Conferência Ministerial como o mais alto órgão decisório da OMC e evidenciou simultaneamente as oportunidades e os desafios estruturais enfrentados pela organização. O compromisso de finalizar as questões pendentes na próxima reunião do Conselho Geral, em Genebra, sugere uma mudança em direção a uma dinâmica negociadora mais contínua e orientada por processos, em vez de depender exclusivamente de avanços concentrados nas conferências ministeriais bienais. Ao mesmo tempo, a incapacidade de concluir acordos em áreas críticas revela divergências persistentes entre os membros, especialmente em temas que envolvem comércio digital e propriedade intelectual. Ainda assim, a conferência demonstrou a continuidade da vontade política de avançar na cooperação multilateral, preservar os progressos alcançados e adaptar as práticas institucionais às transformações do comércio global. Nesse sentido, a MC14 pode ser compreendida menos como um ponto de chegada definitivo e mais como um marco de transição no esforço contínuo de modernização e revitalização do sistema da OMC (OMCa, 2026).

Reforma da OMC e o Futuro do Sistema de Solução de Controvérsias: Entre Convergências e Tensões – Nota Preparatória da OMC

As discussões preparatórias para a reforma da World Trade Organization avançaram significativamente no período que antecede a 14ª Conferência Ministerial (MC14), com a consolidação de um projeto de declaração ministerial e de um plano de trabalho destinados a estruturar os esforços reformistas no pós-MC14. Esses documentos, apresentados pelo facilitador Petter Ølberg ao Conselho Geral em março de 2026, sintetizam um intenso processo de consultas entre os membros, refletindo tanto consensos emergentes quanto divergências

persistentes. A proposta central consiste no endosso político, pelos ministros, de um roteiro que permita iniciar imediatamente, já em abril de 2026, um processo estruturado de reforma, acompanhado de um diálogo político de alto nível sobre o futuro da organização. Tal abordagem evidencia a tentativa de combinar pragmatismo institucional com ambição reformista, reconhecendo a necessidade de revitalizar a OMC em um contexto de crescentes tensões comerciais globais (OMCb, 2026).

O conteúdo da declaração ministerial e do plano de trabalho revela um esforço deliberado de equilibrar interesses heterogêneos entre os 166 membros, ao mesmo tempo em que estabelece diretrizes operacionais concretas para o avanço das reformas. A declaração reafirma o compromisso político com a continuidade das negociações e instrui os oficiais em Genebra a intensificarem seus trabalhos, produzindo recomendações substantivas para a próxima Conferência Ministerial. Já o plano de trabalho delimita o escopo temático das reformas, com ênfase inicial em áreas como tomada de decisão, desenvolvimento e tratamento especial e diferenciado, além de questões relativas ao "level playing field". Ademais, o plano incorpora elementos procedimentais, incluindo cronogramas indicativos e pontos de verificação, e contempla explicitamente a continuidade das discussões sobre a reforma do sistema de solução de controvérsias sob os auspícios do Órgão de Solução de Controvérsias. Apesar do caráter abrangente, o facilitador reconhece que o texto não elimina tensões políticas subjacentes, indicando que divergências estruturais entre membros não podem ser resolvidas apenas por meio de ajustes redacionais (OMCb, 2026).

O processo de construção dessas propostas foi marcado por intensa participação dos membros, tanto no intercâmbio de visões quanto na apresentação de propostas concretas de reforma. Diversos grupos e atores relevantes, incluindo o Grupo dos Países Menos Desenvolvidos, o Grupo Africano, o grupo ACP, bem como potências comerciais como Estados Unidos, União Europeia, China e Reino Unido, contribuíram com perspectivas distintas sobre o alcance e a ambição das reformas. Esse pluralismo reflete não apenas a natureza multilateral da OMC, mas também as tensões distributivas inerentes ao sistema de comércio internacional. O processo foi estruturado em torno de três eixos analíticos propostos pelo facilitador: governança institucional, equidade nas condições de concorrência e temas contemporâneos emergentes. Ao longo de nove meses, os membros priorizaram áreas com maior potencial de convergência, adotando uma estratégia incremental que busca viabilizar avanços pragmáticos sem ignorar questões estruturais mais complexas (OMCb, 2026).

No que se refere à reforma do sistema de solução de controvérsias, trata-se de uma das prioridades mais sensíveis e politicamente carregadas do processo reformista. A crise do Órgão de Apelação, resultante da incapacidade de nomear novos membros devido à oposição dos Estados Unidos e que levou à sua paralisação em dezembro de 2019, permanece como um dos principais desafios institucionais da OMC. Apesar disso, o sistema continua operacional por meio de mecanismos alternativos, e os dados recentes indicam resiliência: em 2025, foram iniciados 13 novos casos, o maior número desde o início do impasse, sinalizando confiança contínua dos membros. Além disso, um grupo significativo de 130 membros segue defendendo a recomposição do Órgão de Apelação. Nesse contexto, há consenso sobre a necessidade de manter e aprofundar as discussões após a MC14, com orientação ministerial clara para avançar na reforma, de modo a restaurar plenamente a previsibilidade e a estabilidade do sistema multilateral de comércio (OMCb, 2026).

Declaração de S.E. Sr. Mauro Vieira – Ministro Das Relações Exteriores – Brasil

Ao nos reunirmos em Yaoundé para a 14ª Conferência Ministerial da OMC, o sistema de comércio baseado em regras enfrenta a maior pressão desde a sua criação. (WT/MIN(26)/ST/93)

Medidas unilaterais e acordos recentes que parecem extrapolar os princípios mais básicos da OMC correm o risco de minar a coerência jurídica e a previsibilidade do sistema multilateral de comércio. (WT/MIN(26)/ST/93)

Esses desafios geram incerteza para exportadores, trabalhadores e, em última instância, para as economias em desenvolvimento, que construíram suas estratégias de crescimento com base na estabilidade que esse sistema foi concebido para proporcionar. (WT/MIN(26)/ST/93)

As forças de fragmentação atualmente observadas são agravadas por décadas de impasse nas negociações. Discussões sobre agricultura e outros temas relevantes para os países em desenvolvimento estão estagnadas há anos. Debates sobre temas emergentes, como economia digital ou comércio e sustentabilidade, ainda não atingiram o nível de maturidade necessário para serem considerados negociações efetivas. (WT/MIN(26)/ST/93)

A paralisação do Órgão de Apelação tornou os Membros incapazes de resolver suas controvérsias no âmbito da OMC, em detrimento das economias menores e em desenvolvimento. (WT/MIN(26)/ST/93)

Os Membros se veem diante da escolha entre deixar disputas sem solução e aceitar as perdas econômicas resultantes, ou engajar-se em uma dinâmica de retaliação recíproca, em uma perigosa espiral de medidas e contramedidas. O risco de um sistema de comércio regido mais pelo poder do que por regras nunca foi tão presente. (WT/MIN(26)/ST/93)

Essas são as razões pelas quais esta reunião em Yaoundé não pode ser tratada como apenas mais uma Conferência Ministerial da OMC. (WT/MIN(26)/ST/93)

Estamos em uma encruzilhada. (WT/MIN(26)/ST/93)

Uma reforma estrutural e abrangente da OMC é o único caminho que nos permitirá preservar o sistema multilateral de comércio e a credibilidade desta Organização. (WT/MIN(26)/ST/93)

Os Estados-Membros reunidos nesta Conferência devem estar à altura desse desafio. (WT/MIN(26)/ST/93)

O Brasil apoia uma agenda de reforma robusta e substantiva. (WT/MIN(26)/ST/93)

Precisamos de uma reforma que aborde tanto questões antigas quanto novas e que permita aos países em desenvolvimento usufruírem plenamente dos ganhos do comércio que esse sistema outrora prometeu. (WT/MIN(26)/ST/93)

Uma reforma que confira aos Membros flexibilidade e funcionalidade para lidar com questões comerciais urgentes. (WT/MIN(26)/ST/93) Uma reforma que torne a OMC capaz de estabelecer regras para a economia que realmente existe hoje, e não para a economia de 1994. Em uma ordem mundial ainda profundamente interconectada, mas também cada vez mais fragmentada, o multilateralismo é mais necessário do que nunca. (WT/MIN(26)/ST/93)

O multilateralismo não pode ser uma escolha de conveniência para as grandes economias. Tampouco pode ser deixado de lado sempre que seus interesses não forem plenamente atendidos. (WT/MIN(26)/ST/93)

Por todas essas razões, a OMC deve ser reformada, dando origem a um sistema multilateral de comércio que seja ao mesmo tempo resiliente e flexível, apto a responder aos desafios da ordem mundial contemporânea. (WT/MIN(26)/ST/93)

Ao final desta Conferência, devemos enviar uma mensagem forte em defesa da reforma. A ordem global do comércio mudou fundamentalmente nos últimos anos, e as regras

multilaterais devem acompanhar essa transformação. Isso não está em questão. (WT/MIN(26)/ST/93)

Devemos decidir nesta Conferência Ministerial se essas regras serão elaboradas aqui — de forma transparente, com a participação de todos os Membros, sob um arcabouço de direitos e obrigações — ou se serão impostas em outros espaços, por aqueles que buscam vantagens e privilégios sob a imposição da força. (WT/MIN(26)/ST/93)

O Brasil escolhe a negociação em vez da coerção, as regras em vez do poder e o multilateralismo em vez da fragmentação. (WT/MIN(26)/ST/93)

Escolhe com urgência, consciente de um passado que não devemos repetir e de um sistema multilateral de comércio que devemos nos orgulhar de preservar. (WT/MIN(26)/ST/93)

Comitê Intergovernamental da OMPI sobre recursos genéticos, conhecimento tradicional e folclore — 52ª sessão

Mandato e continuidade negocial

O Comitê Intergovernamental sobre Propriedade Intelectual e Recursos Genéticos, Conhecimento Tradicional e Folclore (CIG) da OMPI realizou sua 52ª sessão em Genebra entre 4 e 13 de março de 2026, dando sequência ao mandato aprovado pela Assembleia Geral da OMPI em 2025 para o biênio 2026/2027, que estabelece a finalização de um ou mais instrumentos internacionais sobre proteção de recursos genéticos, conhecimento tradicional e expressões culturais tradicionais (ECT), sem prejulgar a natureza dos resultados (WIPO, 2026).

O documento central da sessão reproduz e consolida o texto denominado “Facilitators' Rev.”, adotado na 51ª sessão como base de trabalho e posteriormente transmitido à Assembleia Geral de 2025. A estrutura do rascunho abrange dezesseis artigos, que vão de definições e critérios de elegibilidade até mecanismos de execução, cooperação transfronteiriça e prazo de proteção, com divergências substantivas marcadas por colchetes e formulações alternativas em praticamente todos os dispositivos (WIPO, 2026).

Definição de expressões culturais tradicionais e escopo material

O artigo 1 define ECTs como qualquer forma — verbal, musical, expressiva por movimento, tangível ou intangível, ou combinações dessas modalidades — pela qual práticas e saberes culturais tradicionais se manifestam em povos indígenas e comunidades locais em ou a partir de um contexto tradicional, sendo essas formas entendidas como dinâmicas e evolutivas (WIPO, 2026).

O texto mantém em aberto a definição de “uso” ou “utilização”, com alternativas que oscilam entre uma concepção centrada na inclusão da ECT em produto ou processo com fins comerciais e outra que incorpora pesquisa e desenvolvimento com finalidade lucrativa — impasse que reflete o conflito entre países que buscam proteção ampla e aqueles que temem restrições ao uso industrial e acadêmico (WIPO, 2026). A definição de “publicly available”, se abrangeria ECTs que perderam sua associação distintiva com uma comunidade ou simplesmente aquelas utilizadas fora dos contextos comunitários de origem, permanece igualmente entre colchetes, com implicações diretas sobre o alcance da proteção (WIPO, 2026).

Critérios de elegibilidade e beneficiários

O artigo 3 estabelece que a proteção deve abranger ECTs criadas, geradas, recebidas ou reveladas por povos indígenas e comunidades locais, mantidas coletivamente conforme seus direitos costumeiros, vinculadas à sua identidade cultural e social, e transmitidas dentro de uma

geração ou entre gerações. Uma das alternativas propõe a exigência de transmissão continuada por prazo mínimo de cinquenta anos ou cinco gerações, critério que endureceria a elegibilidade e potencialmente excluiria ECTs mais recentes mas igualmente enraizadas em contextos tradicionais (WIPO, 2026).

O artigo 4 delimita como beneficiários primários os povos indígenas e as comunidades locais, com previsão opcional para que estados-membros designem outros beneficiários em lei nacional — cláusula que reflete a pressão de países com estruturas comunitárias não enquadráveis nas categorias convencionais do direito internacional indigenista (WIPO, 2026).

Escopo da proteção: modelo graduado e direitos coletivos

O artigo 5, central na arquitetura normativa do instrumento, propõe proteção graduada segundo o grau de restrição de acesso às ECTs por seus titulares: onde o acesso é restrito, sagrado ou secreto por força dos direitos costumeiros, os beneficiários teriam direitos exclusivos coletivos de manter, controlar, autorizar ou impedir o acesso e o uso, com direito à repartição equitativa de benefícios, atribuição de autoria e garantia de integridade; onde o acesso não é restrito, os direitos se reduzem à repartição de benefícios, à atribuição e à integridade (WIPO, 2026).

Essa estrutura binária — que as alternativas ao texto tentam refinar com categorias intermediárias — reflete a tensão entre proteção efetiva dos direitos de povos e comunidades e o receio, especialmente de países desenvolvidos, de que direitos exclusivos sobre ECTs de ampla circulação gerem insegurança jurídica para setores criativos e industriais. O mecanismo de consentimento livre, prévio e informado (CLPI) aparece no artigo 5(c) como instrumento para que os beneficiários reivindiquem proteção em casos de uso não autorizado, mas sua operacionalização em contextos transnacionais permanece sem desenvolvimento procedimental no texto atual (WIPO, 2026).

Prazo de proteção, formalidades e sanções

O artigo 8 vincula o prazo de proteção ao cumprimento contínuo dos critérios de elegibilidade, conferindo à proteção das ECTs uma dinâmica distinta dos prazos fixos do direito autoral ou de patentes e refletindo a natureza viva e comunitária dessas expressões — ainda que abra incerteza sobre como os estados-membros operacionalizarão tal avaliação contínua. O artigo 9 estabelece como princípio geral que formalidades não devem ser condição para a proteção, salvaguardando especialmente as ECTs secretas de qualquer exigência registral; uma das alternativas, porém, admite que estados-membros possam exigir formalidades, com exceção para expressões secretas. O artigo 10 prevê medidas legais e administrativas adequadas, efetivas e proporcionais para responder a violações, com uma das alternativas incorporando explicitamente a dispensa de comprovação de dano econômico e a possibilidade de medidas de justiça restaurativa, incluindo a repatriação de ECTs (WIPO, 2026).

Relacionamento com a UNDRIP e cooperação transfronteiriça

O artigo 12 trata da relação do instrumento com outros acordos internacionais, com destaque para a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (UNDRIP): uma das alternativas afirma que, em caso de conflito jurídico, os direitos consagrados na UNDRIP prevalecerão e todas as interpretações serão guiadas por suas disposições, enquanto outras formulações se limitam a exigir "implementação mutuamente compatível com" sem hierarquia expressa (WIPO, 2026).

Essa tensão hierárquica é relevante para países do Sul Global cujos ordenamentos internos incorporam referências à UNDRIP na legislação indigenista, e que têm interesse em que o instrumento da OMPI não crie uma camada normativa que enfraqueça padrões já

reconhecidos. A cooperação transfronteiriça prevista no artigo 14 — para casos em que a mesma ECT ocorra no território de mais de um estado-membro — tampouco resolve como serão arbitradas situações em que diferentes comunidades em diferentes países reivindiquem simultaneamente a mesma expressão (WIPO, 2026).

Quando as preferências comerciais enfraquecem, o desenvolvimento paga a conta

Previsibilidade como variável-chave dos regimes preferenciais

A análise publicada pela UNCTAD em março de 2026 parte de uma constatação central: as margens tarifárias por si só não determinam os resultados de desenvolvimento associados a esquemas preferenciais de comércio; o que importa, antes, é a previsibilidade com que essas preferências são revisadas, renovadas e ajustadas ao longo do tempo (UNCTAD, 2026).

O Sistema Geral de Preferências (SGP), acordado em 1968 na segunda Conferência da UNCTAD, permite que economias desenvolvidas reduzam ou eliminem tarifas de importação sobre bens de países em desenvolvimento sem exigir reciprocidade, e hoje 42% das exportações elegíveis dos países beneficiários — equivalentes a US$ 165 bilhões — ingressam nos principais mercados sob tarifas preferenciais, com aproximadamente 70% das exportações dos países menos desenvolvidos (PMDs) destinadas a esses mercados. Como esses esquemas podem ser alterados unilateralmente pelos países outorgantes sob suas regras domésticas, mudanças no acesso a mercados podem ocorrer com coordenação limitada e impacto imediato sobre exportadores, trabalhadores e investidores (UNCTAD, 2026).

Impactos concretos da instabilidade: Etiópia e Camboja

A experiência recente ilustra com precisão a magnitude dos choques gerados pela instabilidade dos regimes preferenciais. Após a retirada da Etiópia do African Growth and Opportunity Act (AGOA) dos Estados Unidos em 2022, o crescimento anual das exportações etíopes para o mercado americano reverteu de +13,6% para -10,2%, período que coincidiu com mais de 1.000 demissões, a saída de 18 empresas estrangeiras entre 2022 e 2025 e uma redução de US$ 1 bilhão nos influxos de investimento direto (UNCTAD, 2026).

Na Camboja, a suspensão parcial do acesso ao esquema europeu “Everything-But-Arms” em 2020 foi seguida pela queda da participação da UE nas exportações nacionais de 28% para 17%, com fechamentos de fábricas e suspensões de trabalho afetando aproximadamente 150.000 trabalhadores. A análise da UNCTAD conclui que, sem transparência, aviso prévio e implementação gradual, as preferências comerciais podem se converter rapidamente de instrumento de apoio em fonte de choque, e que vias de transição claras são necessárias para que empresas, trabalhadores e investidores possam se ajustar (UNCTAD, 2026).

Referências

WORLD TRADE ORGANIZATION. WTO reform/dispute settlement reform. Disponível em: https://www.wto.org/english/thewto_e/minist_e/mc14_e/briefing_notes_e/wtoreform_e.htm.

WORLD TRADE ORGANIZATION (WTO). MC14 concludes with adopted decisions, progress on key outstanding issues. Disponível em: https://www.wto.org/english/news_e/news26_e/mc14_30mar26_354_e.htm.

WORLD TRADE ORGANIZATION (WTO). Statement by H.E. Mr Mauro Vieira, Minister of Foreign Affairs, Brazil. WT/MIN(26)/ST/93. Disponível em: https://docs.wto.org/dol2fe/Pages/SS/directdoc.aspx?filename=q:/WT/MIN26/ST93.pdf&Open=True).

WORLD INTELLECTUAL PROPERTY ORGANIZATION (WIPO). *The Protection of Traditional Cultural Expressions: Draft Articles — Facilitators' Rev.*. Document WIPO/GRTKF/IC/52/5, prepared for the 52nd Session of the Intergovernmental Committee on Intellectual Property and Genetic Resources, Traditional

Knowledge and Folklore, Geneva, 2026. Disponível em: https://www.wipo.int/meetings/en/doc_details.jsp?doc_id=616261.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). *When trade preferences weaken, development pays the price*. Geneva: UNCTAD, 2026. Disponível em: https://unctad.org/news/when-trade-preferences-weaken-development-pays-price.

Policrises e silêncios estratégicos: a saúde global sob a ótica da sociedade civil

Crisis múltiples y silencios estratégicos: la salud mundial desde la perspectiva de la sociedad civil

Multiple crises and strategic silences: global health from the perspective of civil society

Tatiana Cerqueira Machado Medrado, Marciglei Brito Morais, Ana Carol Aldapi Vaquera, Patrícia Lewis Carpio, Diana Zeballos, Laurenice Pires, Matheus dos Santos da Silveira, Jesús Enrique Patiño Escarcina, Renan Amaral Oliveira e Luis Eugênio de Souza

Resumo. O informe consolida as manifestações de 33 organizações da sociedade civil (OSC) das 51 monitoradas, entre 13 e 26 de março de 2026. A análise evidencia a preocupação com a "policrise", que associa conflitos armados, crise climática e crises humanitárias. A intensificação de conflitos armados no Oriente Médio (Líbano, Irã e Síria) e no Sudão é destacada. Curiosamente, os ataques continuados de Israel à Palestina, a persistência de conflitos em diversos países africanos, a prolongação da guerra entre a Rússia e a Ucrânia e a desintegração social no Haiti não foram mencionadas no período. Esse esquecimento seletivo parece indicar a existência de uma hierarquização de vidas humanas e a fragmentação da solidariedade global. Entre a OSC de interesse público, observa-se a predominância de temáticas sobre crises humanitárias e violação do direito internacional, além de discussões sobre determinantes comerciais e sociais. Tais manifestações fazem críticas ao imperialismo, ao bloqueio econômico a Cuba e aos danos à saúde mental decorrentes do uso de mídias sociais. Tratam ainda do enfrentamento das doenças transmissíveis e não transmissíveis sob a ótica da equidade. Por sua, as OSC de interesse privado concentram suas manifestações em temas como inovação tecnológica, desenvolvimento de vacinas e preparação para futuras pandemias. Quando abordam as crises humanitárias, focam na proteção da infraestrutura e na garantia da continuidade de serviços, sem quaisquer críticas geopolíticas.

Palavras-chave. Organizações da Sociedade Civil. Saúde Global. Policrises.

Resumen. *El informe recoge las declaraciones de 33 organizaciones de la sociedad civil (OSC) de las 51 analizadas, entre el 13 y el 26 de marzo de 2026. El análisis pone de manifiesto la preocupación por la «policrisis», que asocia conflictos armados, crisis climática y crisis humanitarias. Se destaca la intensificación de los conflictos armados en Oriente Medio (Líbano, Irán y Siria) y en Sudán. Curiosamente, los continuos ataques de Israel a Palestina, la persistencia de conflictos en varios países africanos, la prolongación de la guerra entre Rusia y Ucrania y la desintegración social en Haití no se mencionaron en el período. Este olvido selectivo parece indicar la existencia de una jerarquización de las vidas humanas y la fragmentación de la solidaridad global. Entre las OSC de interés público, se observa el predominio de temas sobre*

crisis humanitarias y violaciones del derecho internacional, además de debates sobre determinantes comerciales y sociales. Dichas manifestaciones critican el imperialismo, el bloqueo económico a Cuba y los daños a la salud mental derivados del uso de las redes sociales. También abordan la lucha contra las enfermedades transmisibles y no transmisibles desde la perspectiva de la equidad. Por su parte, las OSC de interés privado centran sus manifestaciones en temas como la innovación tecnológica, el desarrollo de vacunas y la preparación para futuras pandemias. Cuando abordan las crisis humanitarias, se centran en la protección de la infraestructura y en garantizar la continuidad de los servicios, sin críticas geopolíticas. También abordan la lucha contra las enfermedades transmisibles y no transmisibles desde una perspectiva de equidad. Por su parte, las OSC de interés privado centran sus intervenciones en temas como la innovación tecnológica, el desarrollo de vacunas y la preparación para futuras pandemias. Cuando abordan las crisis humanitarias, se centran en la protección de la infraestructura y en garantizar la continuidad de los servicios, sin realizar críticas geopolíticas.

Palabras clave. *Organizaciones de la sociedad civil. Salud global. Policrisis*.

Abstract. *The report compiles statements from 33 civil society organizations (CSOs) out of the 51 monitored between March 13 and 26, 2026. The analysis highlights concerns regarding the "polycrisis," which links armed conflicts, the climate crisis, and humanitarian crises. The intensification of armed conflicts in the Middle East (Lebanon, Iran, and Syria) and in Sudan is emphasized. Interestingly, Israel's ongoing attacks on Palestine, the persistence of conflicts in various African countries, the prolongation of the war between Russia and Ukraine, and social disintegration in Haiti were not mentioned during this period. This selective omission seems to indicate the existence of a hierarchy of human lives and the fragmentation of global solidarity. Among public interest CSOs, there is a predominance of themes related to humanitarian crises and violations of international law, as well as discussions on commercial and social determinants. These statements criticize imperialism, the economic blockade of Cuba, and the damage to mental health resulting from the use of social media. They also address communicable and noncommunicable diseases from the perspective of equity. For their part, private-sector CSOs focus their efforts on issues such as technological innovation, vaccine development, and preparedness for future pandemics. When addressing humanitarian crises, they focus on protecting infrastructure and ensuring the continuity of services, without any geopolitical criticism.*

Keywords*. Civil Society Organizations. Global Health. Polycrises.*

Introdução

O capítulo dedicado às organizações da sociedade civil (OSC) do Informe Fiocruz SGDS nº 04/2026 sistematiza as agendas, os posicionamentos e as iniciativas divulgadas por 33 organizações da sociedade civil das 51 monitoradas, no período de 13 a 26 de março de 2026. Análise do período revela uma nítida bifurcação nas prioridades e nos discursos, refletindo as divergências presentes entre as OSC de interesse público e as de interesse privado.

No espectro das organizações civis de interesse público, observa-se uma predominância de pautas voltadas ao impacto social, político e humanitário das crises vigentes. Organizações como Médicos Sem Fronteira (MSF), Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICR) e World Vision lideraram as denúncias sobre a deterioração das condições de vida e de saúde no Líbano, no Irã e no Sudão, documentando ataques sistemáticos a hospitais e o deslocamento forçado

de mais de um milhão de pessoas no Líbano. No campo de defesa de direitos sociais, o Movimento dos Povos pela Saúde (PHM) e a *Public Citizen* pautaram críticas severas ao imperialismo econômico, ao bloqueio a Cuba e à responsabilização das *Big Techs* (Meta e Google) por danos à saúde mental provocados em usuários de seus serviços. Adicionalmente, a *Fòs Feminina* e a *WaterAid* destacaram o fardo desproporcional que recai sobre as mulheres, frente a retrocessos em marcos multilaterais e à insegurança hídrica. A agenda ambiental e o enfrentamento das doenças crônicas foram temas destacados por diversas organizações como: *European Public Health Alliance* (EPHA), ACT Promoção de Saúde, *NCD Alliance* e pela Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA), que associaram a crise climática aos modelos de produção nocivos à saúde.

As OSC de interesse privado, por sua vez, orientaram suas intervenções para soluções de caráter tecnológico e biomédico. Destacaram-se as manifestações da *Rockefeller Foundation*, da *Gates Foundation*, da *Wellcome Trust*, juntamente com a GAVI, e do *Consortium of Universities for Global Health (CUGH)* sobre os esforços de promoção da inteligência artificial aplicada à saúde, desenvolvimento de vacinas e inovações de *hardtech* para adaptação climática. Embora organizações como a GAVI e o CUGH tenham manifestado preocupação com a proteção de infraestrutura em zonas de guerra, suas abordagens tendem a focar na continuidade operacional dos serviços, distanciando-se de críticas geopolíticas.

De forma geral, o conjunto de manifestações analisadas revela um campo da saúde global atravessado por policrises – geopolíticas, ambientais e sanitárias –, onde a sociedade civil desempenha um papel central na disputa de narrativas. Todavia, enquanto as OSCs do setor público atuam como guardiãs da equidade, dos direitos humanos e da denúncia de violações, as OSC do setor privado avançam na inovação tecnológica como resposta aos desafios estruturais.

ORGANIZAÇÕES DE INTERESSE PÚBLICO

Crises Humanitárias, Conflitos e Migrações

A Médicos Sem Fronteiras (MSF) alertou que os bombardeios e as ordens de evacuação em massa no Líbano já forçaram mais de 800 mil pessoas a deixar suas casas em poucas semanas, agravando a crise humanitária e sobrecarregando abrigos superlotados. A organização destaca que os deslocamentos repetidos têm causado impactos severos na saúde física e mental das famílias, além de aumentar a vulnerabilidade devido à falta de acesso a serviços básicos e à insegurança contínua, com civis enfrentando a difícil escolha entre fugir novamente ou permanecer sob risco constante de ataques. [1]

O Movimento Popular pela Saúde (PHM) condenou os ataques militares de Israel contra o Líbano e o apoio dos EUA a esses ataques. O PHM acrescentou que, de acordo com o Ministério da Saúde Pública do Líbano, pelo menos 634 pessoas foram mortas e mais de 1.586 ficaram feridas.[2]

A World Vision Sudan expressou profunda consternação com o ataque por drone que atingiu o *El-Daein Teaching Hospital* na noite de 20 de março de 2026, resultando na morte de pelo menos 64 pessoas e ferimentos em cerca de 90 outras, segundo dados oficiais do Ministério da Saúde sudanês. O hospital era o principal centro de referência de saúde para todo o estado de East Darfur e sua destruição comprometeu drasticamente o acesso da população a serviços

essenciais de pediatria, maternidade e atendimento de emergência, em um cenário em que milhões de civis já enfrentam deslocamento forçado e extrema vulnerabilidade. A declaração sublinha que crianças e civis nunca devem ser alvo de ataques, a proteção de infraestruturas críticas é imperativa e que todas as partes beligerantes devem cumprir suas obrigações sob o direito internacional humanitário, garantindo acesso seguro e contínuo aos cuidados de saúde e assistência humanitária para os mais necessitados.[3]

A NCD Alliance fez matéria relatando os desafios de Organizações da Sociedade Civil (OSCs) que atuam na área com DCNT na Região do Mediterrâneo Oriental, que sofre com a instabilidade política, conflitos armados prolongados e tensões geopolíticas crescentes que prejudicam gravemente a prestação de serviços relacionados às DCNT. As guerras e conflitos em países como Sudão, Gaza e Iêmen, juntamente com as tensões crescentes envolvendo o Irã e os Estados vizinhos, estão estressando e prejudicando os sistemas de saúde e agravando uma emergência de saúde pública regional na região, intensificando os deslocamentos generalizados, a destruição de infraestrutura e dificultando o acesso humanitário.[4]

O Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICR) alertou que a população civil no Irã está pagando um alto preço diante da intensificação das hostilidades, com mortes, destruição de infraestrutura e impacto profundo na vida cotidiana. Segundo a organização, escolas, hospitais e instalações humanitárias foram atingidos, enquanto famílias vivem sob medo constante e deslocamentos. O CICR reforça a necessidade de respeito ao direito internacional humanitário, proteção de civis e equipes médicas, e destaca que está preparado para ampliar o apoio à Media Luna Roja do Irã no atendimento às vítimas.[5]

A CARE divulgou notícia onde retratou a grave situação humanitária no noroeste da Síria, onde mais de 16,5 milhões de pessoas necessitam de assistência após anos de conflito, deslocamento e colapso econômico. As famílias chefiadas por mulheres estão entre as mais vulneráveis, enfrentando aumento expressivo no custo de alimentos e água, escassez de trabalho e impactos de secas que reduzem a produção agrícola. Diante desse cenário, a CARE vem implementando um programa de assistência em dinheiro para 1.100 famílias altamente vulneráveis na região, com prioridade para lares chefiados por mulheres, deslocados, idosos e pessoas com doenças crônicas. A iniciativa, financiada pela União Europeia, oferece recursos flexíveis que permitem às beneficiárias cobrir necessidades básicas como alimentação, água e pagamento de dívidas. A organização alertou que cortes no financiamento humanitário colocam em risco a continuidade do programa. [6]

A escalada recente do conflito no Líbano provocou uma crise humanitária de rápida deterioração, com mais de um milhão de pessoas deslocadas em menos de duas semanas, sobrecarregando abrigos e serviços essenciais em todo o país. Escolas, estádios e espaços improvisados passaram a funcionar como centros de acolhimento, muitas vezes superlotados e com acesso limitado a água, alimentos, combustível e cuidados de saúde. A situação é agravada pela insegurança constante, ataques aéreos e escassez de recursos, dificultando a resposta humanitária e expondo especialmente mulheres, crianças e populações vulneráveis a riscos crescentes. Além da escalada do conflito, relatos individuais evidenciam o impacto humano da crise, o deslocamento e a violência afetam não apenas o acesso a bens essenciais, mas também o bem-estar psicológico e as redes de apoio social. Nesse contexto, a CARE alerta para a insuficiência de recursos e a urgência de financiamento internacional para sustentar a resposta diante de uma crise em rápida expansão.[7]. [8]

A Medicus Mundi Switzerland (MMS) publicou artigo onde destaca que a escalada do conflito no Oriente Médio em 2026 deve provocar um aumento significativo nos preços de alimentos e medicamentos, agravando a insegurança alimentar e o acesso a cuidados de saúde. A organização ressalta que a intensificação da guerra tem afetado cadeias globais de abastecimento, especialmente devido ao impacto sobre energia, fertilizantes e transporte, fatores diretamente ligados ao custo e à disponibilidade de produtos essenciais.[9]

A presidenta do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICR), Mirjana Spoljaric, alertou que os ataques à infraestrutura essencial equivalem a ataques diretos contra a população civil e podem configurar crimes de guerra. A organização destaca que essa prática, observada em diversos conflitos e intensificada recentemente no Oriente Médio, tem causado sofrimento generalizado e riscos graves, incluindo possíveis danos a instalações nucleares. O CICR reforça a urgência de reduzir as hostilidades e de respeitar o direito internacional humanitário como base para proteger civis e promover soluções de paz.[10]

A World Vision lembra que após um ano após o terremoto em Mianmar, muitas famílias ainda lutam para reconstruir suas vidas. Milhares de crianças e adultos permanecem sem acesso a abrigo, água potável e meios de subsistência. A resposta humanitária alcançou centenas de milhares, mas a necessidade contínua urgente sendo crucial que a comunidade internacional mantenha apoio às famílias afetadas.[11]

A Public Citizen criticou duramente o pedido de autorização ao Congresso do governo dos EUA de US$ 200 bilhões para a guerra contra o Irã, classificando-o como "grotesco". A organização afirma que o recurso não apenas financia operações, mas amplia e prolonga um conflito considerado ilegal, inconstitucional e impopular. Também denuncia a contradição entre o gasto militar e os cortes em áreas sociais como saúde, assistência alimentar e proteção ambiental.[12]

A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) fez uma publicação, alertando a comunidade da saúde pública para a necessidade de enfrentar as causas profundas das desigualdades na saúde, da inação global diante do colapso climático e dos problemas de saúde mental causados pelo ambiente das redes sociais. Alertou ainda que é preciso enfrentar os impactos das tendências geopolíticas, incluindo a ascensão das oligarquias e dos movimentos políticos super-ricos e populistas sob a influência generalizada das grandes empresas de tecnologia e petróleo do fundamentalismo religioso. Para discutir esse tema, a WFPHA convidou todos a participarem de um webinário intitulado "A relação entre geopolítica e saúde pública".[13]

A Federação Mundial de Terapeutas Ocupacional divulgou a realização de uma série de webinários voltados para profissionais que atuam em ambientes afetados por conflitos na Região do Mediterrâneo Oriental. Organizadas pelo Escritório Regional da OMS para o Mediterrâneo Oriental, as sessões serão ministradas em árabe e farsi, abordando temas-chave como o papel dos profissionais de reabilitação em conflitos e o manejo de lesões relacionadas a conflitos.[14]

O Movimento dos Povos pela Saúde (PHM) protestou contra a intensificação do cerco que o imperialismo estadunidense continua a impor ao povo cubano. Destacou que o bloqueio econômico, comercial e financeiro imposto há mais de seis décadas inclui agora novas medidas coercitivas, como o bloqueio energético e a perseguição a países terceiros que tentam fornecer combustível à ilha. Essa escalada constitui uma política prolongada de guerra econômica destinada a minar a soberania de um país que optou por construir um projeto social independente dos interesses do capital transnacional.[15]

A *Progressive International* alertou em seu PI Briefing para a ampliação do conflito no Oriente Médio, com a violência se expandindo de Gaza para países como Irã e Líbano. A nota destaca impactos humanitários severos, incluindo destruição de hospitais, bloqueio de ajuda e agravamento das condições de vida da população. Também informa esforços de países reunidos em Haia para fortalecer a aplicação do direito internacional e responsabilizar os crimes de guerra. Ressalta a necessidade de ações coordenadas para conter a escalada da violência e a impunidade.(PI Briefing)

Determinantes Sociais, Equidade e Direitos Humanos

A *Fòs Feminista* faz uma declaração política de advocacy feminista que celebra a defesa do marco internacional de direitos das mulheres e critica tentativas de modificar ou enfraquecer compromissos multilaterais existentes. O *statement* do *Fòs Feminista* denuncia que a proposta dos Estados Unidos sobre a Plataforma de Pequim deturpa o histórico de negociações ao afirmar que o documento define "gênero" como apenas "homem e mulher", o que não corresponde à linguagem acordada em Annex IV. Essa interpretação equivocada não só ameaça a integridade das conclusões da CSW, mas também põe em risco a credibilidade dos acordos multilaterais em direitos humanos e igualdade de gênero. O grupo reforça que a proposta não clarifica o documento, não fortalece o marco da ONU e não oferece proteção adicional, e convoca Estados-membros e sociedade civil a defenderem a precisão histórica e a responsabilidade nos processos multilaterais.[16] [17]

A *Medicus Mundi Switzerland* (MMS) publicou boletim onde aborda os determinantes comerciais da saúde, destacando como interesses de mercado influenciam o acesso a medicamentos e a formulação de políticas públicas. Os artigos reunidos analisam como a lógica de lucro da indústria farmacêutica contribui para desigualdades no acesso, escassez de medicamentos e preços elevados, especialmente em países de baixa e média renda, onde sistemas de saúde já enfrentam limitações estruturais. O boletim também enfatiza os riscos da influência indevida do setor privado na governança da saúde global, apontando a necessidade de proteger políticas públicas de pressões comerciais. A organização defendeu abordagens baseadas em direitos humanos, maior regulação e transparência, além do fortalecimento do papel dos governos e da sociedade civil para garantir que a saúde pública prevaleça sobre interesses econômicos.[18]

A *International Federation of Social Workers* fez matéria em alusão ao Dia Mundial do Serviço Social, 17 de março, ressaltando o papel das assistentes sociais para o fortalecimento de comunidades, na proteção da dignidade e na promoção da justiça.[19] Esse o Dia tem como tema global "Construindo em conjunto a esperança e a harmonia: um apelo coletivo para unir uma sociedade dividida". Em atividade de comemoração realizada pela instituição uma das participantes "enfatizou que o desenvolvimento sustentável e a paz exigem serviços sociais fortes e baseados na comunidade(...)[20]

A *Public Citizen* destacou uma decisão histórica na Califórnia que responsabilizou Meta e Google por danos à saúde mental de uma jovem, causados pelo uso compulsivo de suas plataformas. O caso inaugura um novo entendimento jurídico sobre redes sociais e pode influenciar diversas ações semelhantes. As empresas são acusadas de projetar produtos que incentivam a dependência, especialmente entre jovens. A decisão é comparada ao marco regulatório enfrentado pela indústria do tabaco, sinalizando maior responsabilização das big techs por impactos à saúde.[21]

A organização ACON destaca o fortalecimento das leis contra crimes de ódio voltadas à população LGBTQIA+ em New South Wales. A nota alerta para o aumento recente de ataques violentos, especialmente por meio de aplicativos, e ressalta que a nova legislação amplia mecanismos de responsabilização e punição. Também reforça a necessidade de ampliar denúncias, apoiar vítimas e implementar ações preventivas para reduzir a violência.[22]

Clima, Ambiente e Saúde Planetária

A *European Public Health Alliance* (EPHA), em conjunto com a coalizão EU Healthy Air Coalition, publicou uma carta aberta defendendo que o próximo orçamento de longo prazo da União Europeia (MFF) seja estruturado como um instrumento estratégico para promover a qualidade do ar e prevenir doenças associadas à poluição. Direcionado aos chefes de Estado e governo antes de uma reunião do Conselho Europeu, o documento enfatiza a necessidade de acelerar a redução de emissões em múltiplos setores e assegurar financiamento adequado para a implementação efetiva da legislação europeia de ar limpo. A iniciativa destaca que a poluição atmosférica permanece como o principal risco ambiental à saúde na Europa, associada a centenas de milhares de mortes prematuras e elevados custos socioeconômicos anuais. [23]

A *European Lung Foundation* (ELF) destacou a importância de colocar as experiências de pacientes no centro das políticas de qualidade do ar. Durante uma sessão da *European Respiratory Society* em Bruxelas, evidenciando como essas exposições afetam diretamente a vida cotidiana e a saúde respiratória. A iniciativa reforça que a incorporação de experiências vividas contribui para tornar as políticas públicas mais eficazes e conectadas à realidade, além de ampliar o engajamento social. O debate também destacou a necessidade de fortalecer regulações para proteger a saúde pública e construir consenso político, especialmente ao enfatizar a proteção de crianças como ponto comum nas discussões sobre poluição do ar e saúde global.[24]

A organização ACT Promoção da Saúde divulgou matéria sobre o Dia Mundial da Água, cujo tema estabelecido pela ONU foi "Água e Gênero", com o objetivo de debater a conexão entre água e equidade de gênero. A ACT também alertou para o impacto do uso intensivo de água pelas cadeias produtivas de produtos nocivos à saúde. A nota destaca desigualdades no acesso à água e associa o saneamento precário a cerca de mil mortes diárias de crianças. Também aponta o alto consumo e a poluição hídrica gerados por indústrias como bebidas e tabaco, reforçando a necessidade de políticas para reduzir esses impactos e proteger a saúde pública.[25]

Sistemas de Saúde, Cobertura Universal e Força de Trabalho

No relatório produzido pela *WaterAid*, organização membro da *Global Health Council*, que analisa a relação entre acesso à água, saneamento e higiene (WASH) e saúde materna. A publicação destaca que melhorar a infraestrutura básica de água e saneamento em maternidades é uma das medidas mais eficazes para reduzir mortes maternas e melhorar a qualidade do cuidado durante o parto.[26]

A *Global Health Council* divulga um conjunto de recomendações estratégicas para políticas de saúde, com o objetivo de orientar investimentos e ações que possam reduzir mortes maternas e infantis e fortalecer os sistemas de saúde na região.[27]

A *Medicus Mundi Switzerland* destacou a reportagem do Devex sobre a falha da atenção primária à saúde no atendimento a pacientes com doenças respiratórias crônicas, como asma e

DPOC, que afetam mais de 640 milhões de pessoas e causam cerca de 4 milhões de mortes anuais no mundo. O artigo enfatiza que essa lacuna estrutural reflete uma negligência histórica dessas doenças na agenda global de saúde, apesar de sua alta carga de morbimortalidade. Especialistas defendem o fortalecimento da atenção primária como estratégia central, com investimentos em capacitação, acesso a tecnologias e integração das doenças respiratórias crônicas nas políticas de saúde global, a fim de reduzir desigualdades e melhorar os desfechos clínicos.[28] [29]

Inteligência artificial

A Federação Internacional de Hospitais (IHF) divulgou convite para inscrições em seu congresso no tema "Caminhos mais inteligentes: Como a IA está mudando o cuidado ao paciente". Para incentivar as inscrições, publicou cinco exemplos apresentados no congresso anterior, que demonstraram aplicações reais da IA em todo o caminho do cuidado, desde a detecção precoce até o diagnóstico e a melhoria da experiência do paciente.[30]

Saúde Materna, Infantil, Reprodutiva e Ciclo de Vida

A *World Scouting* renovou e ampliou sua colaboração com o UNICEF por meio de um novo acordo global voltado ao apoio a crianças e jovens. A parceria busca combinar a rede internacional do movimento escoteiro, que reúne milhões de jovens em dezenas de países, com a experiência do UNICEF em programas de desenvolvimento e proteção da infância. O acordo prevê cooperação em várias áreas, incluindo resposta humanitária, apoio psicossocial a populações afetadas por conflitos ou desastres climáticos, promoção dos direitos das crianças e fortalecimento da participação juvenil em processos de decisão. Um dos focos centrais é mobilizar jovens como primeiros respondentes em emergências e agentes de mudança em suas comunidades.[31]

O Evento Nacional de Aprendizagem promovido pela World Vision em Lesoto representa uma importante oportunidade para consolidar os avanços do Projeto de Igualdade de Gênero e Empoderamento das Mulheres (GEWE), ao articular experiências práticas, resultados e desafios enfrentados durante sua implementação. A iniciativa evidencia como programas voltados à inclusão de mulheres e jovens nos processos econômicos, como a comercialização agrícola e a melhoria da nutrição, podem fortalecer capacidades comunitárias e contribuir para a resiliência socioeconômica.[32]

A *Medicus Mundi Switzerland* destacou, com base em relatório recente das Nações Unidas, que milhões de crianças continuam morrendo todos os anos por causas evitáveis, como pneumonia, malária, desnutrição e complicações no nascimento. Estima-se que cerca de 4,9 milhões de crianças menores de cinco anos morreram globalmente, sendo quase metade recém-nascidos, o que evidencia falhas persistentes no acesso a cuidados básicos de saúde, especialmente em regiões como a África Subsaariana e o Sul da Ásia. A análise também alerta para a desaceleração do progresso na redução da mortalidade infantil desde 2015, agravada por cortes no financiamento internacional, conflitos e mudanças climáticas. Esses fatores têm comprometido serviços essenciais, como vacinação, nutrição e cuidados materno-infantis. O texto reforça que a maioria dessas mortes poderia ser evitada com intervenções de baixo custo, destacando a urgência de maior compromisso político e investimentos sustentados em sistemas de saúde para evitar retrocessos nos avanços globais.[33] [34]

Acesso à água e igualdade de gênero

Na passagem do Dia Mundial da Água, em 22 de março, a Federação Mundial das Associações de Saúde Pública (WFPHA) publicou nota em que afirma que as mulheres são o grupo que mais sofrem com a escassez de água. Por isso, as vozes das mulheres devem ser ouvidas. Só assim, os serviços de água segura poderão atender às necessidades de todos – capacitando mulheres e meninas a levarem vidas mais saudáveis e realizadas – e tornando a água uma força para o desenvolvimento sustentável e a igualdade de gênero que beneficie a todos nós.[35]

Igualdade de gênero nas ciências

A *InterAcademy Partnership* (IAP) continuou sua série de publicações sobre a importância de reconhecer e valorizar o trabalho das mulheres. Desta vez, destacou a atuação da professora Phoebe Koundouri que dedicou sua carreira à economia matemática, construindo modelos que conectam natureza, pessoas e políticas, influenciando decisões em mais de 120 países. Hoje, ela lidera os mais altos níveis da ciência e políticas globais, incluindo a fundação de uma rede mundial de pesquisa e a co-presidência do Relatório dos Objetivos Globais de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas.[36]

Educação de crianças e jovens

A *InterAcademy Partnership* (IAP) divulgou o mais recente Relatório Global de Monitoramento da Educação da UNESCO que destaca uma mensagem clara: o progresso não é rápido o suficiente. Milhões de crianças e jovens ainda estão fora da escola e as desigualdades continuam a dividir quem tem e quem não tem acesso ao ensino.[37]

Doenças Transmissíveis, Epidemias e Biossegurança

A Médicos Sem Fronteiras (MSF) alertou para a urgência de priorizar o enfrentamento da tuberculose infantil, destacando que cerca de 1,2 milhão de crianças adoecem anualmente, mas quase metade não recebe diagnóstico nem tratamento. A organização aponta que cortes de financiamento, conflitos e falhas nos sistemas de saúde agravam essa lacuna, especialmente entre crianças menores de cinco anos, e defende maior investimento e uso de estratégias como os algoritmos da OMS para ampliar o diagnóstico precoce e evitar mortes evitáveis.[38]

A *Drugs for Neglected Diseases Initiative* (DNDi) fez publicação sobre a importância de ter bons antivirais prontos para testes antes que outra pandemia ocorra. Destacou, assim, a atuação do consórcio ASAP, uma colaboração de ciência aberta, que está acelerando a descoberta e o desenvolvimento de novos medicamentos contra vírus com potencial pandêmico, incluindo coronavírus e vírus da dengue.[39]

A D*rugs for Neglected Diseases Initiative* (DNDi) registrou a realização da Cúpula de One Health, anunciando uma parceria com a Pasteur Network e a FIOCRUZ para reunir representantes de alto nível de países endêmicos, organizações internacionais e instituições de saúde pública líderes para uma mesa-redonda de alto nível sobre o avanço do enfrentamento da dengue por meio da abordagem da One Health.[40]

O Geneva Global Health Hub (G2H2) divulgou a declaração que fez durante a 6ª reunião do Grupo de Trabalho Intergovernamental sobre o Acordo da OMS para as Pandemias. Nesse declaração, o G2H2 diz que não promover a equidade coloca o mundo inteiro em risco, lembrando que não há fronteiras para os agentes patogénicos.[41]

Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs) e Saúde Mental

A *NCD Allliance* fez matéria sobre o Dia Mundial da Saúde Bucal – 20 de março, celebrando a entrada do tema na Declaração Política da Reunião de Alto Nível das Nações Unidas sobre Doenças Não Transmissíveis (DCNT) e Saúde Mental (HLM4), e ressaltando que a saúde bucal não é uma questão isolada, ela é fundamental para o bem-estar geral. Com o tema "Uma boca feliz é uma vida feliz", destacam ainda, que sem uma reforma política significativa e investimento sustentável, a ambição do WOHD 2026 permanecerá como uma aspiração, em vez de uma transformação, lembrando que as doenças bucais afetam cerca de 3,7 bilhões de pessoas, mas continuam sendo, em sua maioria, evitáveis.[42]

A Organização Mundial de Médicos de Família (Wonca) repercutiu os resultados de uma pesquisa sobre o consumo de álcool que revelou que, na Europa, apenas 6% dos pacientes disseram que foram questionados sobre o uso de álcool. Nesse contexto, a OMS/Europa publicou uma ficha informativa para apoiar profissionais de atenção primária a integrar conversas sobre álcool no cuidado da saúde.[43]

A Federação Internacional sobre o Envelhecimento (IFA) publicou novas diretrizes sobre o alívio da dor em pessoas idosas. Essas diretrizes buscam tornar o manejo da dor claro, acessível e centrado na pessoa. Para isso, é fundamental melhorar a educação e a conscientização dos pacientes para que tomem decisões informadas sobre seus cuidados.[44]

A Federação Internacional sobre o Envelhecimento (IFA) divulgou o lançamento dos "Guias Rápidos de Ambiente Construído para Idosos", pelo Centre for Ageing Better. Ressaltou que projetar comunidades amigas dos idosos é essencial para sociedades saudáveis e inclusivas.[45]

A organização ACT Promoção da Saúde divulgou resultados de estudos que apontam que o sedentarismo causa mais de 5 milhões de mortes anuais no mundo. A nota destaca a urgência de políticas de mobilidade ativa urbana para ampliar a atividade física e reduzir impactos climáticos. Também aponta baixa priorização política e desigualdades no acesso à atividade física. A integração entre saúde, transporte e planejamento urbano é considerada essencial.[46]

Política, Diplomacia e Governança em Saúde

A *Public Citizen* criticou a retirada, sem explicação, de acordos de saúde firmados entre os EUA e países africanos do site do Departamento de Estado dos Estados Unidos, poucos dias após sua divulgação. A organização denunciou a falta de transparência e ressaltou que apenas parte dos documentos havia sido tornada pública, enquanto outros permanecem ocultos. Os acordos sugerem que a ajuda em saúde pode estar condicionada a interesses estratégicos, como acesso a recursos naturais e dados. Para a entidade, esse sigilo compromete a cooperação internacional e representa riscos à segurança sanitária global. [47]

ORGANIZAÇÕES DE INTERESSE PRIVADO

Doenças Transmissíveis, Epidemias e Biossegurança

A GAVI, The Vaccine Alliance discutiu alertas de médicos nos Estados Unidos sobre complicações graves associadas a surtos de sarampo, destacando que a doença não é apenas uma infecção infantil leve. O sarampo é extremamente contagioso e pode causar complicações

como pneumonia, encefalite e hospitalizações. Especialistas também chamam atenção para complicações tardias raras, como a panencefalite esclerosante subaguda (SSPE), uma doença cerebral fatal que pode surgir anos após a infecção. O aumento recente de surtos está ligado principalmente à queda nas taxas de vacinação em diversos países.[48]

Um artigo recente da Gates Foundation destacou que o desenvolvimento de uma nova vacina contra a tuberculose tem sido profundamente moldado pela participação ativa das comunidades envolvidas, especialmente em países de alta incidência da doença. A matéria mostra que moradores locais, pacientes e organizações comunitárias contribuíram para o desenho dos ensaios clínicos, ajudando a torná-los mais éticos, acessíveis e adequados às realidades locais, o que aumenta a adesão e a eficácia dos estudos. Essa abordagem participativa também é apresentada como essencial para garantir confiança nas vacinas e facilitar sua futura implementação, reforçando a ideia de que soluções em saúde global são mais eficazes quando construídas com, e não apenas para, as populações diretamente afetadas.[49]

Crises Humanitárias, Conflitos e Migrações

Em posicionamento público, o Consortium of Universities for Global Health condenou o aumento da violência militar no Oriente Médio e destaca seus impactos humanitários e sanitários. A organização aponta que ataques a áreas civis e infraestrutura, incluindo hospitais, agravam crises de saúde e colocam em risco populações vulneráveis e profissionais de saúde. O comunicado pede um cessar-fogo imediato, proteção de civis e trabalhadores humanitários, garantia de acesso à ajuda humanitária e retomada de esforços diplomáticos para alcançar uma solução duradoura para o conflito.[50]

Hospitais e profissionais de saúde estão sendo cada vez mais atacados em conflitos armados, apesar de serem protegidos pelo direito internacional humanitário. Esses ataques não apenas colocam pacientes e trabalhadores em risco imediato, mas também interrompem serviços essenciais como vacinação, cirurgias e tratamento de doenças. Especialistas consultados pela GAVI, The Vaccine Alliance alertam que a impunidade desses ataques enfraquece normas internacionais e agrava crises humanitárias, tendo em vista que proteger infraestrutura de saúde é considerado fundamental para garantir assistência médica e prevenir surtos de doenças em contextos de guerra.[51]

Saúde Materna, Infantil, Reprodutiva e Ciclo de Vida

A *Core Group* apresenta uma iniciativa de cooperação internacional que busca melhorar o acesso ao planejamento familiar na Somália, fortalecer a informação em saúde e promover melhores resultados para mulheres, crianças e comunidades.[52]

Política, Diplomacia e Governança em Saúde

Em texto divulgado, a *Consortium of Universities for Global Health* criticou a estratégia de política externa de saúde global baseada no princípio "America First". Segundo o Consórcio, essa abordagem tem enfraquecido a liderança dos Estados Unidos na governança global da saúde ao reduzir a cooperação multilateral, suspender financiamento internacional e enfraquecer instituições científicas e de saúde pública. Os autores argumentam que essas decisões comprometem a capacidade de enfrentar ameaças transnacionais como pandemias, mudanças climáticas e emergências sanitárias, colocando em risco milhões de pessoas e diminuindo a influência internacional dos EUA na área da saúde global.[53]

Um relatório da *WellcomeTrus*t argumentou que o sistema global de saúde atravessa uma crise profunda, marcada por fragmentação, cortes de financiamento e mudanças geopolíticas, mas também por uma janela de oportunidade para reformas estruturais. Baseado em diálogos realizados com atores de mais de 100 países, o documento defende uma transformação que redistribua poder para países e regiões mais afetados, fortaleça sistemas de saúde locais e promova maior coordenação, equidade e sustentabilidade. Em vez de um modelo centrado em doadores e iniciativas isoladas, a proposta seria avançar para uma governança mais integrada e orientada às necessidades locais, capaz de responder de forma mais eficaz aos desafios contemporâneos da saúde global.[54]

Ciência, Tecnologia e Inovação

A *Rockefeller Foundation* anunciou uma parceria com o mHUB para impulsionar a inovação em hardtech, tecnologias físicas como manufatura avançada, energia e saúde, com o objetivo de fortalecer economias locais nos Estados Unidos. A iniciativa combina financiamento, capacitação técnica e apoio a empreendedores, especialmente aqueles de comunidades economicamente vulneráveis, buscando ampliar a criação de empregos e acelerar a industrialização baseada em inovação. O programa também pretende conectar startups, indústria e capital, reduzindo barreiras típicas do setor (como altos custos e risco tecnológico) e promovendo cadeias produtivas mais resilientes e inclusivas, alinhadas a uma estratégia mais ampla da fundação de usar inovação como motor de desenvolvimento econômico e social.[55]

A organização La Isla Network, com apoio da *Rockefeller Foundation*, anunciou o lançamento de duas pesquisas na América Latina voltadas à proteção de trabalhadores frente ao aumento das temperaturas extremas, um dos principais desafios atuais para a saúde ocupacional. Os projetos incluem a expansão de protocolos de descanso, sombra e hidratação para trabalhadores da cana-de-açúcar em El Salvador, beneficiando milhares de pessoas, e a realização de um estudo inédito no Rio de Janeiro para medir, em tempo real, os impactos do calor sobre mulheres em ocupações informais, gerando evidências para políticas públicas urbanas. A iniciativa parte do diagnóstico de que o calor extremo já afeta cerca de 70% da força de trabalho global, causando milhões de lesões e milhares de mortes anuais, e busca demonstrar que proteger trabalhadores não apenas salva vidas, mas também melhora a produtividade e a resiliência econômica diante das mudanças climáticas.[56]

Um artigo da *TIME* entrevistou o Diretor Executivo da *Rockefeller Foundation*, Simon Winter, e destacou que o futuro da segurança alimentar na África depende cada vez mais da integração de tecnologias digitais e soluções de inovação em *agritech* aos sistemas agrícolas locais. A matéria argumenta que ferramentas como dados em tempo real, plataformas digitais e inovações tecnológicas podem aumentar a produtividade, melhorar o acesso a mercados e tornar as cadeias alimentares mais resilientes diante de desafios como mudanças climáticas, crescimento populacional e urbanização acelerada. Ao mesmo tempo, enfatiza que o sucesso dessas soluções exige investimentos estruturais, inclusão de pequenos agricultores e adaptação às realidades locais, evitando que a inovação aprofunde desigualdades. Assim, a transformação do setor agrícola africano é apresentada não apenas como uma necessidade para combater a fome, mas como uma oportunidade estratégica de desenvolvimento econômico sustentável no continente.[57]

A *Gates Foundation* anunciou uma nova iniciativa internacional para fortalecer as evidências científicas sobre o uso de inteligência artificial na saúde, especialmente em países de baixa e média renda, onde ainda há lacunas sobre a eficácia dessas tecnologias na prática. Em

parceria com outras organizações filantrópicas, o programa financiará pesquisas lideradas localmente para avaliar como ferramentas de IA podem ser integradas aos sistemas de saúde e melhorar a prestação de serviços, garantindo que sua implementação seja segura, equitativa e baseada em evidências. A iniciativa parte do reconhecimento de que, embora a IA tenha grande potencial para transformar a saúde global, ainda é necessário entender melhor quais soluções funcionam em contextos reais antes de sua ampliação.[58]

EVENTOS

A *World Medical Association* divulgou a realização da 18ª Conferência Mundial em Bioética, Ética Médica e Direito em Saúde, que abordará temas centrais como o uso da IA na saúde. O Global Bioethics Summit 2026 será realizado no Porto (Portugal), entre 28 e 30 de setembro. As submissões de resumos já estão abertas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conjunto de manifestações analisadas reitera análises anteriores que mostram que a sociedade civil organizada de interesse público exerce um papel crítico na agenda de saúde global. Organizações como Médicos Sem Fronteiras (MSF), *Public Citizen*, *People's Health Movement* (PHM) e a Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) conseguem deslocar o debate da mera assistência técnica para a denúncia dos determinantes estruturais e das assimetrias de poder que vitimam populações em situação de vulnerabilidade, especialmente em contextos de conflitos armados e crises humanitárias.

Entretanto, embora o período tenha sido marcado por alertas vigorosos sobre a situação dos conflitos no Líbano, no Irã e no Sudão, observa-se um silêncio ou aparente naturalização de outras crises igualmente graves. A continuidade dos ataques de Israel contra a Palestina, a persistência de conflitos internos em diversos países africanos, a prolongação da guerra entre a Rússia e a Ucrânia e a desintegração social e institucional no Haiti tiveram baixíssima densidade nas agendas monitoradas no período. Esse esquecimento seletivo denuncia a existência de uma hierarquização de vidas humanas e a fragmentação da solidariedade global, na medida em que responde a crises de visibilidade midiática em detrimento de outras crises humanitárias permanentes, porém subnotificadas.

No campo das OSC privadas, o fenômeno do silenciamento assume contorno ainda mais dramático. Diante da magnitude dos conflitos e das crises de larga escala, as grandes fundações como *Rockfeller*, *Gates* e *Wellcome Trust*, aparentemente optaram por um distanciamento discursivo deliberado sobre as causas estruturais da violência. Enquanto as OSC de interesse público denunciam o impacto bélico sobre os sistemas de saúde, essas fundações privadas concentram-se em propor soluções de caráter tecnológico e biomédico, evitando colisão com decisões geopolíticas ou responsabilização das grandes potências. Excetuam-se as manifestações pontuais voltadas à manutenção técnica dos serviços de saúde, contudo desprovida de críticas ao ordenamento geopolítico que produz e reproduz conflitos.

Nota-se que a saúde global está capturada por processos de seletividade geopolítica. A incapacidade, ou a falta de disposição, de parte das organizações da sociedade civil em questionar de forma efetiva e contundente as múltiplas crises é preocupante. Tal omissão seletiva incorre no risco de transformar a diplomacia da saúde em uma ferramenta de gestão

de danos para crises que o próprio modelo econômico hegemônico gera e sistematicamente se recusa a resolver.

Por fim, constata-se que a fragilização da governança global, incluindo os cortes no financiamento internacional, aprofunda as iniquidades em saúde, exigindo reformas sistêmicas na governança da saúde para a mitigação das crises e priorização de grupos vulneráveis.

Referências

1. LÍBANO: famílias enfrentam a incerteza sob bombardeios e novas ordens de evacuação [Internet]. MSF Brasil. 2026 [cited 2026 Mar 27]. Available from: https://www.msf.org.br/noticias/libano-familias-enfrentam-a-incerteza-sob-bombardeios-e-novas-ordens-de-evacuacao/

2. PHM. People's Health Movement. PHM Stands in Solidarity with the People of Lebanon facing military aggression [Internet]. 2026 [cited 2026 Mar 27]. Available from: https://phmovement.org/phm-stands-solidarity-people-lebanon-facing-military-aggression

3. World Vision. Statement: Attack on El- Daein Hospital in East Darfur [Internet]. World Vision. 2026 [cited 2026 Mar 26]. Available from: https://www.wvi.org/newsroom/statement-attack-el-daein-hospital-east-darfur

4. Why Civil Society Matters in the NCD Response in the Eastern Mediterranean [Internet]. NCD Alliance. 2026 [cited 2026 Mar 26]. Available from: https://ncdalliance.org/stories/news-blogs/2026/why-civil-society-matters-in-the-ncd-response-in-the-eastern-mediterranean

5. Irán: La población civil está pagando un alto precio en medio de la intensificación de las hostilidades [Internet]. COMITÉ INTERNACIONAL DE LA CRUZ ROJA. 2026 [cited 2026 Mar 27]. Available from: https://www.icrc.org/es/declaracion/iran-poblacion-civil-pagando-alto-precio-en-medio-intensificacion-hostilidades

6. Mountain B. In Syria, women and children carry the burden when funding is cut [Internet]. CARE. 2026 [cited 2026 Mar 26]. Available from: https://www.care.org/news-and-stories/syria-cash-assistance-women-headed-households-2026/

7. Kenerly W. March 18, 2026 in Lebanon: The scale of displacement is unprecedented [Internet]. CARE. 2026 [cited 2026 Mar 26]. Available from: https://www.care.org/news-and-stories/march-18-2026-in-lebanon-the-scale-of-displacement-is-unprecedented/

8. Kenerly W. March 13, 2026 in Lebanon: "Being alone here makes it even harder" [Internet]. CARE. 2026 [cited 2026 Mar 26]. Available from: https://www.care.org/news-and-stories/march-13-2026-in-lebanon-being-alone-here-makes-it-even-harder/

9. Middle East Conflict Set to Drive Up Food and Medicine Costs, Exacerbate Hunger [Internet]. [cited 2026 Mar 27]. Available from: https://www.medicusmundi.ch/en/advocacy/publications/mms-news/2026-03-23-middle-east-conflict-set-to-drive

10. Presidenta del CICR: La guerra contra la infraestructura esencial es una guerra contra las personas civiles; todo esfuerzo por reducir las hostilidades es crítico [Internet]. COMITÉ INTERNACIONAL DE LA CRUZ ROJA. 2026 [cited 2026 Mar 27]. Available from: https://www.icrc.org/es/declaracion/cicr-presidenta-la-guerra-contra-la-infraestructura-esencial-es-una-guerra-contra-la-poblacion-civil

11. World Vision. One year on from Myanmar Earthquake, families still need help to get them back to making a living [Internet]. World Vision. 2026 [cited 2026 Mar 26]. Available from: https://www.wvi.org/newsroom/world-vision-east-asia/one-year-myanmar-earthquake-families-still-need-help-get-them-back

12. $200 Billion for Trump's Iran War is Grotesque Beyond Words [Internet]. Public Citizen. 2026 [cited 2026 Mar 27]. Available from: https://www.citizen.org/news/200-billion-for-trumps-iran-war-is-grotesque-beyond-words/

13. WFPHA. World Federation of Public Health Associations. We live in polycrisis-driven times [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Mar 27]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/wfpha_publichealth-globalhealth-webinar-activity-7442589883266879488-Ggm_

14. WFOT. World Federation of Occupational Therapists. In collaboration with global rehabilitation organisations [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Mar 27]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/wfot_in-collaboration-with-global-rehabilitation-activity-7442501343191322624-jY8w

15. PHM. People's Health Movement. The People's Health Movement condemns the resurgence of imperialism in Cuba [Internet]. 2026 [cited 2026 Mar 27]. Available from: https://phmovement.org/peoples-health-movement-condemns-resurgence-imperialism-cuba

16. Feminista F. Feminists Defend Beijing Declaration Against US and Regressive States [Internet]. LinkedIn. [cited 2026 Mar 26]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/fos-feminista_final-womens-rights-caucus-statement-activity-7440830914118578176-HB0g

17. Feminista F. US Misrepresents Beijing Platform on Gender Definition [Internet]. LinkedIn. [cited 2026 Mar 26]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/fos-feminista_womens-rights-caucus-statement-csw70-activity-7440068964417826817-bgU3

18. Weiss C. Commercial Determinants, Public Health and Human Rights [Internet]. [cited 2026 Mar 27]. Available from: https://www.medicusmundi.ch/en/advocacy/publikationen/mms-bulletin/bulletin-176/

19. WSWD 2026 Message from IFSW President [Internet]. 2026 [cited 2026 Mar 26]. Available from: https://www.ifsw.org/wswd-2026-message-from-ifsw-president/

20. From Mindanao to the World: Co-building Hope and Harmony in Midsayap [Internet]. 2026 [cited 2026 Mar 26]. Available from: https://www.ifsw.org/from-mindanao-to-the-world-co-building-hope-and-harmony-in-midsayap/

21. Historic California Verdict Against Meta and Google Marks Social Media's Big Tobacco Moment [Internet]. Public Citizen. 2026 [cited 2026 Mar 27]. Available from: https://www.citizen.org/news/historic-california-verdict-against-meta-and-google-marks-social-medias-big-tobacco-moment/

22. ACON. ACON strongly welcomes today's announcement by the NSW Government to strengthen hate crime laws for the LGBTQIA+ community [Internet]. ACON. 2015 [cited 2026 Mar 28]. Available from: https://www.acon.org.au/about-acon/latest-news/

23. European Public Health Alliance. Open Letter to the European Council: EU budget (MFF) as a driver for clean air for all investments – EPHA. [cited 2026 Mar 26]; Available from: https://epha.org/open-letter-to-the-european-council-eu-budget-mff-as-a-driver-for-clean-air-for-all-investments/

24. 4 787 Followers. 🫁 Patient voices must be central to air quality policy Yesterday at the European Respiratory Society (ERS) policy session "The EU's ambition for zero air pollution – more a dream than a… [Internet]. LinkedIn. [cited 2026 Mar 26]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/european-lung-foundation_patient-voices-must-be-central-to-air-activity-7442495646411997184-POJP

25. ACT. O uso da água pelas cadeias produtivas [Internet]. ACT. 2026 [cited 2026 Mar 28]. Available from: https://actbr.org.br/dia-mundial-da-agua/8989/

26. Global Health Council. A new report from GHC [Internet]. LinkedIn. [cited 2026 Mar 26]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/global-health-council_a-new-report-from-ghc-member-wateraid-exposes-activity-7442631397556629504-l7KL

27. Global Health Council. GHC member PATH's recently published maternal, newborn, and child health (MNCH) [Internet]. LinkedIn. [cited 2026 Mar 26]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/global-health-council_ghc-member-paths-recently-published-maternal-activity-7440759144984399872-iKOY

28. MMS News [Internet]. [cited 2026 Mar 26]. Available from: https://www.medicusmundi.ch/en/advocacy/publications/mms-news/

29. Website [Internet]. Available from: https://www.devex.com/news/primary-care-is-failing-chronic-respiratory-disease-patients-experts-warn-112093

30. IHF. International Hospital Federation. Call for applications [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Mar 27]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/international-hospital-federation_call-for-applications-how-ai-is-changing-activity-7443277925627588608-mZqW

31. World Scouting. World Scouting renews collaboration with UN Representative on Violence Against Children [Internet]. WOSM. 2026 [cited 2026 Mar 26]. Available from: https://www.scout.org/news/news/world-scouting-renews-collaboration-un

32. World Vision. World Vision International Lesotho to Host National Learning Event on Gender Equality and Women Empowerment Project [Internet]. World Vision. 2026 [cited 2026 Mar 26]. Available from: https://www.wvi.org/newsroom/world-vision-international-lesotho-host-national-learning-event-gender-equality-and-women

33. Ahmed K. Millions of children dying from preventable causes, report reveals. *The Guardian* [Internet]. 2026 Mar 18 [cited 2026 Mar 27]; Available from: https://www.theguardian.com/global-development/2026/mar/18/millions-children-worldwide-dying-preventable-causes-under-five-report

34. Millions of children dying from preventable causes, report reveals [Internet]. [cited 2026 Mar 27]. Available from: https://www.medicusmundi.ch/en/advocacy/publications/mms-news/2026-03-23-millions-of-children-dying-from-pr

35. WFPHA. World Federation of Public Health Associations. The global water crisis affects everyone – but not equally [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Mar 27]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/wfpha_water-worldwaterday-worldwaterday2026-activity-7441419661642006529-f2_V

36. IAP. InterAcademy Partnership. From Presence To Power: Leading the Economics of a Sustainable Future [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Mar 27]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/interacademypartnership_frompresencetopower-frompresencetopower-activity-7442839006268059648-YZMv

37. IAP. InterAcademy Partnership. New UNESCO report: Equity and access in education [Internet]. LinkedIn. Mas 25 2026 [cited 2026 Mar 27]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/interacademypartnership_education-equity-globaldevelopment-activity-7442597273613737985-i9bk

38. MSF alerta para urgência no enfrentamento da tuberculose infantil [Internet]. MSF Brasil. 2026 [cited 2026 Mar 27]. Available from: https://www.msf.org.br/noticias/msf-alerta-para-urgencia-no-enfrentamento-da-tuberculose-infantil/

39. DNDi. Drugs for Neglected Diseases Initiative. Fighting future pandemics means having good antiviral medicines ready for testing before the next outbreak hits [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Mar 27]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/dndi_pandemicpreparedness-covid19-dengue-activity-7443243688685879296-KsCH

40. 54 106 Followers. #onehealth #dengue [Internet]. LinkedIn. [cited 2026 Mar 27]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/dndi_onehealth-dengue-activity-7442490220148715520-F2dc

41. G2H2. Geneva Global health Hub. G2H2 Statements in the PABS Annex to the Pandemic Agreement IGWG6, 23-28 March 2026 [Internet]. G2H2. 2026 [cited 2026 Mar 27]. Available from: https://g2h2.org/posts/statements-in-the-pabs-annex-igwg6/

42. More Than a Smile: Why Oral Health is Central to a Healthier Life [Internet]. NCD Alliance. 2026 [cited 2026 Mar 26]. Available from: https://ncdalliance.org/stories/news-blogs/2026/more-than-a-smile-why-oral-health-is-central-to-a-healthier-life

43. WONCA. World Organization of Family Doctors. Alcohol is one of the most common, yet least-discussed, risk factors in primary health care [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Mar 27]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/who-europe_alcohol-is-one-of-the-most-common-yet-least-discussed-activity-7443248460650151936-lraH

44. IFA. International Federation on Ageing. Accessible Pain Relief for Older Adults in EU: New White Paper [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Mar 27]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/ifageing_healthyageing-paininlaterlife-olderadults-activity-7442646684033056768-ZyWM

45. IFA. International Federation of Ageing. Age-Friendly Communities Boost Inclusion [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Mar 27]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/ifageing_healthyageing-agefriendly-builtenvironment-activity-7442636679649132545-mEHY

46. ACT. Sedentarismo global ameaça saúde e clima: Por que políticas de mobilidade ativa são urgentes [Internet]. ACT. 2026 [cited 2026 Mar 28]. Available from: https://actbr.org.br/mobilidade-ativa-urbana/8935/

47. State Department Removes Controversial Health Agreements with African States from Website Without Explanation [Internet]. Public Citizen. 2026 [cited 2026 Mar 27]. Available from: https://www.citizen.org/news/state-department-removes-controversial-health-agreements-with-african-states-from-website-without-explanation/

48. KFF Health News. US doctors warn of a deadly complication from measles outbreaks [Internet]. 2026 [cited 2026 Mar 26]. Available from: https://www.gavi.org/vaccineswork/us-doctors-warn-deadly-complication-measles-outbreaks

49. The TB epidemic at a turning point [Internet]. Gates Foundation; 2026 [cited 2026 Mar 27]. Available from: https://www.gatesfoundation.org/ideas/articles/how-a-community-helped-develop-a-new-tb-vaccine/

50. Press Release: Stop the Bombing of Iran, Lebanon and Palestine [Internet]. Consortium of Universities for Global Health. 2026 [cited 2026 Mar 26]. Available from: https://www.cugh.org/blog/press-release-stop-the-bombing-of-iran-lebanon-and-palestine/

51. Bosch S. Attacks on hospitals are surging in war zones. What do the laws of war say about protecting them? [Internet]. 2026 [cited 2026 Mar 26]. Available from: https://www.gavi.org/vaccineswork/attacks-hospitals-are-surging-war-zones-what-do-laws-war-say-about-protecting-them

52. Core Group. Johns Hopkins CCP Strengthens Birth Spacing in Somalia [Internet]. LinkedIn. [cited 2026 Mar 26]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/core-group-dc_membemonday-somalia-membermonday-activity-7441840338501013504-bJVm

53. The America First Global Health Strategy: Leaving America Behind in Global Health Governance [Internet]. Consortium of Universities for Global Health. 2026 [cited 2026 Mar 26]. Available from: https://www.cugh.org/blog/the-america-first-global-health-strategy-leaving-america-behind-in-global-health-governance/

54. Wellcome Trust. From rethinking to reform: the way forward for the global health system [Internet]. 2026 Mar [cited 2026 Mar 27]. Available from: https://wellcome.org/insights/reports/rethinking-reform-way-forward-global-health-system

55. mHUB and Rockefeller Foundation Power HardTech Innovation To Strengthen U.S. Economies [Internet]. The Rockefeller Foundation. 2026 [cited 2026 Mar 27]. Available from: https://www.rockefellerfoundation.org/news/mhub-and-rockefeller-foundation-power-hardtech-innovation-to-strengthen-u-s-economies/

56. La Isla Network Launches New Initiatives To Protect Workers From Extreme Heat in Latin America [Internet]. The Rockefeller Foundation. 2026 [cited 2026 Mar 27]. Available from: https://www.rockefellerfoundation.org/news/la-isla-network-launches-new-initiatives-to-protect-workers-from-extreme-heat-in-latin-america/

57. Rockefeller Foundation’s Simon Winter on Reshaping Africa's Food Security with Innovations [Internet]. LinkedIn. [cited 2026 Mar 27]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/the-rockefeller-foundation_the-future-of-food-security-could-be-built-activity-7442247653289005056-iEbN

58. Philanthropic Partnership Backs Country-Led Research to Guide the Use of AI in Health [Internet]. Gates Foundation; 2026 [cited 2026 Mar 27]. Available from: https://www.gatesfoundation.org/ideas/media-center/press-releases/2026/02/ai-impact-health

20,1 trilhões de dólares e um genocídio: o preço do imperialismo necrófilo

20,1 billones de dólares y un genocidio: el precio del imperialismo necrófilo

$20.1 Trillion and a Genocide: The Price of Necrophilic Imperialism

Rafaela Venturella De Negri e Armando De Negri Filho

Resumo. Neste informe, analisamos a disputa por terras raras no Brasil, que revela a conexão entre mineração, crise climática e complexo industrial militar sob um "imperialismo necrófilo"; a guerra no Golfo Pérsico aprofunda a crise energética e sanitária global, enquanto a 32ª sessão do Comitê Fiscal da ONU tenta avançar na justiça tributária diante da concentração recorde de riqueza – 20,1 trilhões de dólares nas mãos de 3.428 bilionários. Também trazemos críticas sobre "Board of Peace" e seu projeto neocolonial de reconstrução de Gaza, e celebramos a Declaração de Porto Alegre como marco da unidade antifascista internacional. Na saúde, analisamos o estudo do *Lancet* evidencia o dilema entre mitigação climática e equidade; o silêncio da mídia italiana sobre a crise contrasta com a urgência do tema; analisamos como as negociações do Acordo Pandêmico seguem emperradas por interesses geopolíticos. Vemos a tortura sistemática de trabalhadores da saúde na Palestina e os ataques ao Líbano e como Cuba expõem a destruição da saúde como arma de guerra. Por fim, falamos do legado da 8ª Conferência Nacional de Saúde, 40 anos depois, como reafirmação do direito universal como horizonte.

Palavras-chave: Imperialismo necrófilo. Terras raras. Board of Peace. Declaração de Porto Alegre. Acordo Pandêmico.

Resumen. *En este informe, analizamos la disputa por las tierras raras en Brasil, que pone de manifiesto la conexión entre la minería, la crisis climática y el complejo industrial militar bajo un «imperialismo necrófilo»; la guerra en el Golfo Pérsico agrava la crisis energética y sanitaria mundial, mientras que la 32.ª sesión del Comité Fiscal de la ONU intenta avanzar en la justicia fiscal ante la concentración récord de riqueza: 20,1 billones de dólares en manos de 3.428 multimillonarios. También traemos críticas sobre el «Board of Peace» y su proyecto neocolonial de reconstrucción de Gaza, y celebramos la Declaración de Porto Alegre como hito de la unidad antifascista internacional. En materia de salud, analizamos el estudio de The Lancet que pone de manifiesto el dilema entre la mitigación climática y la equidad; el silencio de los medios italianos sobre la crisis contrasta con la urgencia del tema; analizamos cómo las negociaciones del Acuerdo Pandémico siguen estancadas por intereses geopolíticos. Vemos la tortura sistemática de los trabajadores de la salud en Palestina y los ataques al Líbano, y cómo Cuba denuncia la destrucción de la salud como arma de guerra. Por último, hablamos del legado de la VIII Conferencia Nacional de Salud, 40 años después, como reafirmación del derecho universal como horizonte.*

Palabras clave: *Imperialismo necrófilo. Tierras raras. Board of Peace. Declaración de Porto Alegre. Acuerdo Pandémico.*

Abstract. *In this report, we analyze the dispute over rare earths in Brazil, which reveals the connection between mining, climate crisis, and the military-industrial complex under "necrophilic*

imperialism"; the war in the Persian Gulf deepens the global energy and health crisis, while the 32nd session of the UN Tax Committee attempts to advance tax justice amid record wealth concentration – $20.1 trillion in the hands of 3,428 billionaires. We also criticize the "Board of Peace" and its neocolonial project for the reconstruction of Gaza, and celebrate the Porto Alegre Declaration as a milestone of international antifascist unity. In health, we analyze how the Lancet study highlights the dilemma between climate mitigation and equity; the silence of the Italian media on the crisis contrasts with the urgency of the issue; we examine how the Pandemic Agreement negotiations remain stalled by geopolitical interests. We observe the systematic torture of health workers in Palestine and the attacks on Lebanon, and how Cuba exposes the destruction of health as a weapon of war. Finally, we discuss the legacy of the 8th National Health Conference, 40 years later, as a reaffirmation of universal rights as a horizon.

Keywords: *Necrophilic imperialism. Rare earth elements. Board of Peace. Porto Alegre Declaration. Pandemic Agreement.*

Panorama político-econômico

Neste informe, no bloco de Panorama político-econômico, iremos tratar de variados temas pertinentes durante a última quinzena. Desde o aporte bilionário que briga pelas terras raras do Brasil e move um projeto contra a preservação do meio ambiente e contra a soberania nacional, a trigésima segunda sessão do Comitê de Especialistas em Assuntos de Cooperação Fiscal Internacional, o encontro de Santa Marta, o aumento exponencial do número e da fortuna dos bilionários, os empréstimos do FMI ao *"Board of Peace"* e, por fim, a Declaração de Porto Alegre produzida na I Conferência Internacional Antifascista.

Começamos pela disputa que conecta diretamente mineração, crise climática e geopolítica bélica, com uma reportagem publicada no início de março. "As peças do tabuleiro geopolítico mundial e as cifras bilionárias envolvidas na tentativa de controlar a extração de terras raras se moveram pelo menos duas vezes em direção ao Brasil no começo de 2026." O país detém cerca de 25% das reservas conhecidas do planeta, mas a soberania sobre esse patrimônio está longe de ser garantida na prática – afinal, proteger nossa natureza e nossos trabalhadores é soberania.

O movimento mais recente veio dos Estados Unidos, que tentam vencer a corrida contra a China. O Grupo Serra Verde, em Minaçu (GO), anunciou ter obtido US$565 milhões em financiamento da Corporação Financeira de Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos – a DFC, com uma cláusula que abre possibilidade para que os Estados Unidos possam adquirir uma participação minoritária na empresa.

A conexão com a crise climática é direta: as terras raras são essenciais para a produção de tecnologias "verdes" — veículos elétricos, turbinas eólicas, painéis solares. No entanto, o texto revela que a prioridade não é a transição energética, mas sim o complexo militar-industrial. O mineral contém "elementos essenciais para as indústrias automotiva, de semicondutores, aeroespacial e especialmente de defesa". A conclusão é clara: "Para manter a sua máquina de guerra funcionando, portanto, Donald Trump e cia precisam de terras raras." Ou seja, a "guerra verde" é mais uma face da guerra imperialista.

E a conferência de Santa Marta tem a chance de aprofundar exatamente essa conexão entre guerra, energia e clima, como nos lembra a ativista Emilia Reyes. O texto parte de uma

constatação que ecoa o que vimos sobre as terras raras: “Uma guerra no Golfo Pérsico está acontecendo agora, impactando a dinâmica global de extração, refino, comercialização, transporte e financiamento de combustíveis fósseis e derivados.”

Os crimes de guerra cometidos por EUA e Israel no Irã, “por meio de bases militares em países árabes”, não apenas atingem o petróleo, mas também “componentes químicos (como ureia e hélio) ligados ao processamento e refino de combustíveis fósseis que são necessários para a produção e distribuição de produtos em muitos setores (como infraestrutura de saúde, farmacologia, agricultura, construção e muitos outros)”. Isso significa que hospitais, medicamentos e alimentos – a própria manutenção da vida – são atingidos por uma guerra movida pelo controle de recursos. Reyes diz: “muitos metais e produtos químicos (como enxofre), necessários para a cadeia de valor e produção de energia renovável, também foram impactados e pegos no meio dessas perturbações no mercado global.”

O texto também destaca que “uma luta pela soberania está ocorrendo neste exato momento, com profundas implicações no mercado de energia”. A síntese é precisa e conecta-se diretamente ao que vimos sobre a disputa por terras raras: “Está claro que um imperialismo necrófilo está agora dirigindo as condições globais em torno das políticas energéticas.”

O imperialismo necrófilo – que se alimenta da morte, que funciona como uma culto à morte – sequestra presidentes (Venezuela), bloqueia países (Cuba) e reconfigura mercados energéticos à força, enquanto “a indústria de IA estará mais integrada ao complexo industrial militar após esta guerra”. A guerra, as terras raras e a inteligência artificial se entrelaçam como novo ciclo de acumulação capitalista.

Enquanto as grandes potências disputam recursos estratégicos, a arquitetura da cooperação fiscal internacional avança em silêncio – e com muitos percalços. A 32ª sessão do Comitê de Especialistas em Assuntos de Cooperação Fiscal Internacional da ONU, realizada em Nova York de 23 a 26 de março, representou uma peça fundamental nesse tabuleiro. O comitê “ajuda os países a fortalecer seus sistemas tributários e mobilizar recursos para o desenvolvimento sustentável, com foco especial nos países em desenvolvimento”, reunindo especialistas de todas as regiões para enfrentar desafios como tributação de serviços digitais e alinhamento da política fiscal com a ação climática. Mais comentários da Sociedade Civil sobre o evento virão no próximo informe.

Na sessão anterior, em outubro de 2025, o comitê estabeleceu “11 fluxos de trabalho que abordam as prioridades e desafios que os países em desenvolvimento enfrentam na construção de sistemas tributários justos e eficazes”. Agora, na 32ª sessão, o objetivo é “revisar e aprovar os planos de trabalho propostos preparados pelos subcomitês, estabelecendo o caminho para como ele se desenvolverá e fornecerá orientação prática nos próximos anos”. A partir dos curtos comentários que acompanhamos até agora – e tangencialmente ao avanço impiedoso do imperialismo, questionamos: esses mecanismos de tentativas de construção de justiça fiscal terão força diante do imperialismo necrófilo? Ou serão mais uma vez capturados pelos interesses das grandes potências? Acompanharemos.

Para mais um lado do imperialismo necrófilo: A lista Forbes de 2026, que chegou com um número que desafia a imaginação: 20,1 trilhões de dólares. Esta é a riqueza acumulada dos 3.428 bilionários pesquisados pela lista Forbes 2026.” Quatro trilhões a mais que no ano anterior, com um aumento que é aproximadamente equivalente ao PIB total da União Europeia – sim, o Produto Interno Bruto TOTAL. E o processo de acumulação de capital não dá sinais de desaceleração ou de redistribuição (pelo menos não de forma natural): “Há 400 bilionários a

mais do que em 2025: o aumento, portanto, é de 13,2%. Mas o crescimento dos ativos é ainda mais rápido que o dos cabeças: isso significa que os mais ricos ficam cada vez mais ricos, não apenas que o clube está se expandindo."

A geografia da fortuna reflete a geopolítica: "Os Estados Unidos lideram o ranking com 989 bilionários; a China, incluindo Hong Kong, ocupa o segundo lugar com 610." Há um dado curioso sobre a Itália, que tem 89 bilionários, quinze a mais que no ano anterior, e "pela primeira vez desde 2007, quando o primeiro italiano na lista foi Silvio Berlusconi, não há Ferrero no topo". O novo líder é Giancarlo Devasini, cofundador da Tether, stablecoin que movimenta bilhões no mercado de criptomoedas. "A presença de duas fortunas relacionadas a criptomoedas entre as cinco maiores é um sinal de como a própria natureza da riqueza extrema está mudando." A concentração de riqueza nas mãos de poucos bilionários é a outra face da crise climática e da guerra imperialista. Os mesmos que lucram com terras raras, com a especulação energética e com os contratos de guerra são os que agora ampliam suas fortunas em ritmo acelerado, enquanto populações inteiras são sacrificadas.

A conexão entre bilionários, instituições financeiras e projetos neocoloniais fica explícita no caso do *"Board of Peace"*, Conselho da Paz de Trumo que de pacífico não tem nada além do nome. Diante do claro projeto de neocolonialismo e violencia que é o tal conselho, organizações da sociedade civil denunciam a decisão do Banco Mundial de estabelecer um Fundo Financeiro Intermediário para viabilizar o financiamento do conselho. As organizações consideram o projeto "um projeto ilegítimo e neocolonial que busca lucrar com uma versão não democrática da reconstrução de Gaza". A crítica central é a exclusão dos palestinos das decisões sobre seu próprio futuro. As organizações também alertam que "projetos de infraestrutura em grande escala carregam um alto risco de apropriação de terras e deslocamento forçado, perda de meios de subsistência, extração de recursos e danos ambientais", riscos que "são amplificados em Gaza" pela exclusão das comunidades palestinas.

"Estamos profundamente preocupados com os riscos para o povo palestino representados por este empreendimento viabilizado pelo Banco Mundial. A partir do nosso trabalho apoiando comunidades prejudicadas pelo financiamento do Banco Mundial globalmente, sabemos que projetos de infraestrutura em larga escala carregam um alto risco de apropriação de terras e deslocamento forçado, perda de meios de subsistência, extração de recursos e danos ambientais. Esses riscos são amplificados em Gaza e agravados pela exclusão das comunidades palestinas na governança proposta para os esforços de reconstrução. Além disso, o chamado "plano mestre" para a reconstrução de Gaza parece voltado para o ganho comercial de incorporadores imobiliários e demonstra pouca consideração em atender às necessidades urgentes da população local por moradia básica, alimentação, serviços médicos ou educacionais no curto prazo.

É verdade que Gaza precisa urgentemente de ajuda humanitária para reconstrução e reabilitação; também é verdade que o povo palestino que vive em Gaza deveria decidir como o dinheiro da reconstrução será usado e como será a reconstrução.

O Banco Mundial deveria saber mais. Seus funcionários, especialistas em desenvolvimento, devem saber que seus compromissos declarados com inclusividade, sustentabilidade e responsabilidade são impossíveis de reconciliar com seu apoio a um projeto de reconstrução em larga escala, orientado pelo lucro e excludente, em um país cujo povo já enfrenta assentamentos ilegais, deslocamento forçado, condições de apartheid e genocídio. Na

verdade, a participação do Banco Mundial neste projeto coloca em questão se ele abandonou completamente seu mandato declarado de alívio da pobreza.

Enquanto o Conselho da Paz planeja se reunir em Washington, DC, neste mês, pedimos que o Banco Mundial se recompremeta com seus próprios princípios de inclusividade, sustentabilidade e responsabilidade, de acordo com o direito internacional. Em vez de se implicar em novas violações dos direitos do povo palestino, o Banco deveria apoiar um esforço de reconstrução transparente e respeitador dos direitos em Gaza, liderado pelos palestinos."

As organizações concluem ecoando o chamado do ICJP (Centro Internacional de Justiça para os Palestinos) por "um esforço de reconstrução transparente em Gaza, ajuda humanitária sem obstáculos, passagens de fronteira totalmente operacionais, proteção contra ataques israelenses ilegais, justiça e responsabilização por crimes de guerra israelenses, e o direito a um Estado palestino soberano e autodeterminado".

Enfrentando este quadro sombrio, a I Conferência Internacional Antifascista, realizada em Porto Alegre, produziu – após 4 dias de encontros – a Declaração de Porto Alegre, fazendo conexão com o espírito de Porto Alegre, avivado durante o Fórum Social Mundial em 2001. A declaração que conecta todas as lutas através do movimento antifascista e anti imperialista e contextualiza o momento:

"Reunidos em Porto Alegre — uma cidade que simboliza lutas internacionais e guarda importantes tradições e aspirações democráticas — milhares de ativistas de mais de quarenta países em cinco continentes celebram nossa unidade na diversidade, buscando avançar na organização para a resistência e a luta contra as várias formas de fascismo, a extrema direita e o imperialismo em sua fase mais agressiva.

Durante essa mesma semana, ocorreu o comboio Nuestra América a Cuba; mais de um milhão de pessoas foram às ruas na Argentina, lutando pela memória e contra Milei; centenas de milhares se juntaram à mobilização antifascista no Reino Unido; e especialmente a grande e histórica manifestação "Sem Reis" nos Estados Unidos, onde milhões de americanos se reuniram em centenas de cidades, declarando mais uma vez Trump como inimigo da humanidade.

O sistema capitalista-imperialista está passando por uma profunda crise e um acentuado declínio econômico, social e moral. A resposta das potências imperialistas a esse declínio tem sido a promoção do fascismo em toda parte, a imposição de políticas neoliberais, a agressão militar contra nações mais fracas e sua recolonização. Em cada país, as ameaças fascistas e neoliberais assumem formas específicas, mas compartilham características comuns: a eliminação das liberdades democráticas; a destruição dos direitos trabalhistas; a explosão do desemprego estrutural; o desmantelamento da seguridade social; a repressão aos sindicatos e organizações populares; a privatização dos serviços públicos; políticas de "austeridade" que eliminam todo o investimento social; o negacionismo científico e climático; a expropriação de camponeses em favor do agronegócio; o deslocamento forçado de populações indígenas para promover o extrativismo desenfreado; políticas migratórias ultra-restritivas; e um aumento massivo dos gastos militares.

As forças de extrema direita e neofascistas estão realizando uma ampla ofensiva, instrumentalizando o descontentamento com as consequências desastrosas do neoliberalismo para acelerar essas políticas. Para isso, similarmente ao fascismo clássico, buscam redirecionar esse descontentamento contra grupos oprimidos e despossuídos: migrantes, mulheres, pessoas LGBTQ+, beneficiários de programas de inclusão, pessoas racializadas e minorias nacionais ou

religiosas. Nacionalismo exacerbado, racismo, xenofobia, sexismo, ódio anti-LGBTQI+, incitação ao ódio e a normalização da crueldade acompanham o avanço da extrema direita em todas as etapas, de acordo com as particularidades de cada país.

O impulso de concentrar riqueza nas mãos do capital, e a busca implacável pelo lucro máximo que sustenta as políticas de extrema direita, também se expressa através da intensificação da agressão imperialista para monopolizar recursos e explorar populações.

O imperialismo está se tornando cada vez mais desenfreado, agressivo e militarizado. Ele desrespeita o direito internacional, a Carta da ONU e a autodeterminação dos povos; impõe sanções, ataca e bombardeia nações que não se submetem aos seus ditames; sequestra e assassina chefes de Estado.

Isso anda de mãos dadas com a perpetuação de situações coloniais, que no caso da Palestina assumem a forma de um genocídio explícito em Gaza, orquestrado pelo Estado sionista de Israel, apoiado incondicionalmente pelos Estados Unidos, com a cumplicidade de outros países imperialistas. Além disso, Israel invadiu e bombardeou criminosamente o Líbano recentemente e declarou sua intenção de anexar o sul do país.

Nos opomos a todos os imperialismos e apoiamos a luta dos povos por sua autodeterminação, por todos os meios necessários.

A extrema direita, além de sua cumplicidade com o governo genocida de Netanyahu, constrói laços internacionais, organiza congressos, think tanks, declarações conjuntas, apoio mútuo em processos eleitorais e colaboração em programas de propaganda e desinformação. Também se beneficia do apoio direto (ou encoberto) das grandes empresas de tecnologia, desestabilizando governos que resistem ao poder imperial e amplificando a propaganda reacionária nos espaços digitais.

As forças que combatem o avanço da extrema direita são diversas e apresentam diferentes análises, estratégias, táticas, programas e políticas de aliança. A experiência nos ensina que, reconhecendo essas diferenças, é essencial construir uma ação unificada contra nossos inimigos. Esta convergência deve incluir todas as forças dispostas a defender as classes trabalhadoras, camponeses, migrantes, mulheres, pessoas LGBTQ+, povos racializados, minorias nacionais ou religiosas oprimidas e povos indígenas; a defender a natureza contra o capitalismo ecocida; a se opor à agressão imperialista e colonial independentemente de sua origem; a lutar pelo fim da OTAN; e a apoiar as lutas dos povos e governos que resistem. É urgente compartilhar análises, fortalecer laços e realizar ações concretas.

Além de resistir ao fascismo e ao imperialismo, também buscamos construir as bases para avançar através da convergência em aspectos centrais e unificadores. Para combater o autoritarismo, é necessário restaurar, expandir e aprofundar os direitos democráticos com base na participação popular, do nível local ao nacional e dentro das instituições internacionais. Afirmamos a centralidade do mundo do trabalho e propomos promover iniciativas conjuntas para organizar a resistência global contra a violência fascista e a precarização neoliberal. A defesa de um futuro sustentável requer confrontar diretamente o ecocídio promovido pelo capitalismo e pelos governos de extrema direita, que tratam a natureza como mercadoria e desmantelam as proteções ambientais em nome do lucro. Enfatizamos a importância da Reforma Agrária como um caminho necessário para a soberania alimentar.

Nunca a luta contra o imperialismo e o fascismo foi tão urgente e necessária como é hoje. Esta luta deve ser organizada internacionalmente. A Conferência Antifascista pela Soberania dos Povos compromete-se a continuar a luta sem descanso e a servir como um espaço para construir unidade contra o avanço da extrema direita e da agressão imperialista. Diante da barbárie, levantamos a bandeira da solidariedade internacional, da luta dos povos e de um futuro socialista, ecológico, democrático, feminista e antirracista."

A conexão com todos os temas anteriores é explícita: as terras raras, a guerra energética, a concentração de riqueza, o *Board of Peace* — tudo isso é nomeado como expressão do mesmo sistema. O texto denuncia que "o imperialismo está se tornando cada vez mais desenfreado, agressivo e militarizado. Ele desrespeita o direito internacional, a Carta da ONU e a autodeterminação dos povos; impõe sanções, ataca e bombardeia nações que não se submetem aos seus ditames; sequestra e assassina chefes de Estado."

A declaração conclui com um chamado à ação: "As forças que combatem o avanço da extrema direita são diversas e apresentam diferentes análises, estratégias, táticas, programas e políticas de aliança. A experiência nos ensina que, reconhecendo essas diferenças, é essencial construir uma ação unificada contra nossos inimigos." A convergência deve incluir "todas as forças dispostas a defender as classes trabalhadoras, camponeses, migrantes, mulheres, pessoas LGBTQI+, povos racializados, minorias nacionais ou religiosas oprimidas e povos indígenas; a defender a natureza contra o capitalismo ecocida; a se opor à agressão imperialista e colonial independentemente de sua origem; a lutar pelo fim da OTAN; e a apoiar as lutas dos povos e governos que resistem."

O informe das últimas quinzenas nos mostra, assim, um mundo em guerra por recursos, onde bilionários ampliam suas fortunas enquanto populações são sacrificadas, onde instituições multilaterais se prestam a projetos neocoloniais, mas também onde a resistência antifascista se organiza globalmente. A Declaração de Porto Alegre é um marco nesse processo de unidade.

Saúde

No bloco da Saúde, começamos com um novo artigo do The Lancet sobre justiça climática global e suas interseções com a qualidade do ar e a transição para um futuro com menos emissão de CO_2, e o que isso significa para os países de renda baixa e média. Em seguida, analisamos um novo relatório do Greenpeace sobre a cobertura da crise climática pela mídia italiana em 2025, que revela um preocupante apagamento do tema. Depois, trazemos uma carta da Sociedade Civil Organizada sobre os desdobramentos das negociações do Acordo Pandêmico, especificamente sobre o anexo de acesso e partilha de benefícios (PABS). No sub-bloco Saúde e Conflitos, abordamos os ataques ao sistema de saúde e aos trabalhadores da saúde na Palestina e no Líbano, os ataques imperialistas ao sistema de saúde e à manutenção da vida em Cuba, e o impacto silencioso das sanções econômicas sobre populações vulneráveis. Finalizamos com a lembrança da Oitava Conferência Nacional de Saúde e seu legado, quarenta anos depois.

Um novo estudo publicado no The Lancet traz uma contribuição fundamental para o debate sobre justiça climática, ao analisar as complexas relações entre mitigação das mudanças climáticas, qualidade do ar e equidade entre países. O artigo, intitulado "Justiça climática global e o futuro dos co-benefícios da qualidade do ar em países de renda baixa e média: um estudo de modelagem de energia, clima e saúde", investiga como diferentes abordagens para o compartilhamento do fardo da redução de emissões de CO_2 impactam a saúde das populações.

O estudo parte de uma constatação central: “Apesar da necessidade de limitar as mudanças climáticas e fazer a transição para energia de baixo carbono, há discordância sobre como compartilhar o fardo da redução das emissões de CO_2.” Os pesquisadores compararam um cenário de referência com três cenários que limitam o aquecimento a 2°C: um por menor custo, um que desloca o fardo da mitigação para países de renda mais alta (chamado de cenário de equidade internacional), e um terceiro idêntico ao de equidade internacional, mas no qual os países de renda baixa e média também adotam políticas de qualidade do ar para reduzir a poluição aos níveis que ocorrem no cenário de menor custo.

Os resultados são reveladores e se conectam diretamente com os temas de desigualdade e clima que temos abordado em informes anteriores. “A ação climática para limitar o aquecimento global a 2°C resulta em mais de 13,5 milhões de mortes prematuras evitadas pela poluição do ar entre 2020 e 2050, principalmente em países de renda média.”

No entanto, o estudo identifica um dilema: “Optar pelo cenário de menor custo, em vez da equidade internacional, reduz o fardo da mitigação para os países de renda baixa e média, mas também reduz seus benefícios à saúde em vários milhões de mortes.” Isso “destaca um trade-off entre o esforço de mitigação (um componente importante da justiça climática) e a necessidade urgente de reduzir os fardos de saúde ambiental nos países de renda baixa e média.”

A conexão com o tema das terras raras e da guerra energética, tratados no Panorama Político-Econômico, é direta. Assim como a disputa por minerais críticos e a reconfiguração do mercado energético global aprofundam as desigualdades entre centro e periferia, o estudo mostra que as decisões sobre como mitigar as mudanças climáticas também têm impactos distributivos profundos. A conclusão: “Estratégias de mitigação climática centradas na justiça devem garantir que os países de renda baixa e média não percam a oportunidade de realizar reduções transformadoras na poluição do ar.” O cenário mais favorável é aquele em que “países de renda mais alta pagam mais pelos custos de mitigação climática, e os países de renda baixa e média usam a economia de custos para implementar controles convencionais de qualidade do ar que compensam os co-benefícios de saúde perdidos.”

O relatório anual do Greenpeace sobre a cobertura da crise climática pela mídia italiana em 2025 traz dados alarmantes que se conectam diretamente com o estudo do Lancet. Enquanto a ciência avança na compreensão dos impactos da crise climática na saúde e na desigualdade, a mídia parece estar se movendo na direção oposta. “Também em 2025, pelo segundo ano consecutivo, a atenção da mídia italiana ao aquecimento global continua diminuindo.” Os números são expressivos. “Ao longo de 2025, cada um dos 5 principais jornais diários italianos publicou em média menos de duas notícias por dia contendo alguma referência à crise climática (em média 1,7). Cada um dos 7 principais telejornais nacionais publicou menos de uma notícia a cada cinco dias (em média 0,2).” Isso significa que a crise que ameaça a vida no planeta recebe menos atenção da mídia do que qualquer assunto corriqueiro da política nacional.

O relatório também analisa o framing – ou seja, a forma como a crise climática é enquadrada nas notícias. Nos jornais, “os temas mais frequentes dizem respeito à economia e à política e ao entrelaçamento entre esses dois campos. A soma dos 5 temas mais frequentes, todos relativos a aspectos econômicos, a nível de governança política ou de estratégias empresariais, ou a aspectos políticos, incluindo aqueles relativos à transição ecológica, atinge uma porcentagem de 46,8%.” Isso indica que “os artigos da imprensa diária enquadram a crise

climática prevalentemente dentro de um discurso de transformação do sistema produtivo e da governança relativa."

Enquanto a crise climática avança e a mídia silencia, as negociações do Acordo Pandêmico na OMS enfrentam um impasse crítico. Uma carta de organizações da sociedade civil, datada de 19 de março de 2026, endereçada ao diretor-geral da OMS, Dr. Tedros, expõe preocupações urgentes sobre as práticas de compartilhamento de patógenos e as negociações do anexo de Acesso e Partilha de Benefícios (PABS) – sim, o mesmo impasse presente desde as primeiras reuniões de negociação ainda não foi sanado.

O documento começa com uma denúncia grave. As organizações afirmam que a nota conceitual da OMS, circulada durante a quinta reunião do Grupo de Trabalho Intergovernamental, "sugere que existem pelo menos 15 redes coordenadas pela OMS envolvidas no compartilhamento de amostras de patógenos ou informações de sequência digital sem qualquer consideração pelos princípios de acesso e partilha de benefícios, facilitando a biopirataria, incluindo a biopirataria digital, e aumentando os riscos de biossegurança."

A carta estabelece uma comparação importante: "Atualmente, apenas o Marco de Preparação para Pandemias de Influenza da OMS operacionalizou normas de acesso e partilha de benefícios para o compartilhamento de materiais biológicos do PIP por meio de contratos juridicamente vinculativos – acordos padronizados de transferência de material – e um mecanismo de rastreamento." As demais redes, que envolvem centenas de instituições para além dos laboratórios, "parecem funcionar sem estruturas comparáveis de acesso e partilha de benefícios."

A crítica central da sociedade civil é que "a abordagem da OMS ao compartilhamento de informações de sequência de patógenos está ativamente permitindo e promovendo a biopirataria digital, em vez de salvaguardar os direitos dos Estados-Membros." A OMS está incentivando "o depósito de informações de sequência de patógenos em bancos de dados que não assumiram nenhum compromisso de operacionalizar as obrigações de acesso e partilha de benefícios e que permanecem inteiramente não responsivos perante a OMS e seus membros."

Um problema estrutural é apontado: "O acesso anônimo torna estruturalmente impossível rastrear quem está usando as informações de sequência de patógenos, para que finalidade e se quaisquer obrigações de partilha de benefícios estão sendo cumpridas. Na prática, isso significa que recursos genéticos originários de países em desenvolvimento podem ser acessados, comercializados e explorados com total impunidade, e com o endosso implícito da OMS." Os dados genéticos de países do Sul Global correm o risco de ser apropriados sem qualquer contrapartida.

A carta também denuncia que, durante as negociações, "o Secretariado da OMS rejeitou repetidamente as propostas dos países em desenvolvimento para estabelecer um Banco de Dados de Sequências PABS da OMS." As justificativas apresentadas — restrições de recursos e potencial interrupção das infraestruturas de dados de "acesso aberto" existentes — não foram acompanhadas de "nenhuma avaliação concreta dos recursos necessários ou explicação fundamentada da alegada interrupção".

A conclusão das organizações é clara: "Os Membros da OMS devem ter a possibilidade de fornecer acesso às suas sequências a um Banco de Dados de Sequências PABS da OMS governado multilateralmente, comprometido em implementar e operacionalizar efetivamente o acesso e a partilha de benefícios." Além disso, o sistema PABS deve estabelecer "contratos

padronizados juridicamente vinculativos aplicáveis ao compartilhamento de patógenos com potencial pandêmico", "mecanismos robustos de rastreabilidade", "acesso previsível a vacinas, terapêuticas e diagnósticos" e "benefícios concretos significativos de cada receptor de material e informação de sequência".

A carta conclui com um alerta final, lembrando a necessidade de atingir consenso concreto e não optar por solução de unanimidade oca: "Dada a gravidade dos problemas em jogo e suas implicações de longo prazo, as negociações não devem ser apressadas. A OMS não deve exercer pressão indevida sobre os países em desenvolvimento para diluir suas posições apenas para garantir uma conclusão rápida."

Saúde e Conflitos: Palestina

A destruição sistemática do sistema de saúde palestino, que temos acompanhado em informes anteriores sob os conceitos de *medicide* e *reprocide*, continua a produzir novas atrocidades. Relatórios recentes de relatores da ONU revelam que o Dr. Hussam Abu Safiya, médico e diretor do Hospital Kamal Adwan, foi submetido a tortura e crueldades. Os relatores exigem a libertação do Dr. Hussam Abu Safiya em meio a relatos de tortura sistêmica e estratégica de palestinos.

O Dr. Abu Safiya está entre os pelo menos 95 trabalhadores da saúde ainda presos pelas forças israelenses . O relatório da relatora especial da ONU, Francesca Albanese, documenta que a tortura tem sido aplicada sem discriminação a milhares de palestinos feitos prisioneiros por Israel: "Desde outubro de 2023, a tortura na detenção tem sido usada em escala sem precedentes como vingança coletiva punitiva – uma característica clara do genocídio', afirma o relatório de Albanese. 'Todos os palestinos têm sido tratados coletivamente como 'terroristas' e 'ameaças à segurança'.

O relatório conclui que a tortura não é meramente punitiva, mas estratégica. Ela opera para "degradar os corpos palestinos, fraturar a integridade psicológica e corroer a resiliência coletiva" – agindo com objetivos semelhantes aos do sequestro, aprisionamento e assassinato de trabalhadores da saúde.

Albanese também documenta que "centenas de trabalhadores da saúde e de resgate foram arbitrariamente presos, frequentemente de maneira degradante, enquanto realizavam seus deveres médicos", e vários morreram enquanto estavam presos. "Entre os trabalhadores médicos mortos sob custódia estão três médicos – Adnan Al-Bursh, Iyad Al-Rantisi e Ziad Al-Dalou – e o paramédico Hamdan Abu Anaba."

Para além da tortura e dos ataques direcionados, "o sistema de saúde de Gaza permanece sob extrema pressão devido à escassez e à destruição da infraestrutura de saneamento, cujos reparos as autoridades israelenses impedem ao limitar os suprimentos." As provisões de alimentos permanecem abaixo dos padrões nutricionais necessários, assim como o acesso à água. Como resultado da destruição da infraestrutura hídrica e da consequente contaminação, "a falta de água limpa está acelerando uma grave crise de saúde pública em toda a Faixa", com médicos relatando "um aumento acentuado na desidratação severa, complicações renais e doenças transmitidas pela água generalizadas."

A destruição do sistema de saúde é uma arma de guerra que produz uma crise sanitária de proporções genocidas.

Paralelamente, os ataques israelenses ao sistema de saúde do Líbano estão sendo descritos por ativistas e especialistas em saúde como uma "catástrofe sanitária" que ecoa a destruição sistemática da saúde em Gaza. "Desde o início de março, pelo menos 42 trabalhadores da saúde – incluindo paramédicos, médicos e enfermeiros – foram mortos nesses ataques, enquanto dezenas de centros de saúde e hospitais foram danificados."

O Movimento Popular pela Saúde (PHM) declarou: "Isto não é apenas uma escalada militar. É uma catástrofe sanitária... A infraestrutura de saúde está sendo destruída. Os hospitais estão sobrecarregados. Os trabalhadores da saúde estão na linha de frente de uma crise que não criaram e não podem sustentar sozinhos."

Médicos Sem Fronteiras (MSF) descreveu a situação: "Combinados com ataques terrestres e bombardeios repetidos visando infraestrutura civil, como pontes no sul do Líbano, essas ações estão efetivamente isolando grandes cidades e numerosas aldeias ao sul do rio Litani do resto do país." Mais de um milhão de pessoas foram deslocadas à força pela violência, mas muitas não conseguiram buscar segurança em outros lugares, permanecendo expostas ao perigo combinado de agressão física e serviços de saúde que lutam para manter sua capacidade.

O cirurgião Ghassan Abu Sitta descreveu como isso está afetando as crianças – 121 das quais foram mortas desde o início de março. "Devido ao colapso econômico e à guerra anterior no Líbano, nem tantas famílias conseguiram buscar refúgio em outros lugares. Elas não têm dinheiro para alugar em outro lugar nem para onde ir. Então, estamos vendo essas crianças sendo feridas dentro de suas próprias casas."

Aqueles que conseguiram sair de suas casas enfrentam perigo devido às condições de vida em abrigos superlotados, que, como alertou o diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus, "têm o potencial de aumentar rapidamente os riscos à saúde". O acesso a cuidados para pacientes com condições crônicas, incluindo câncer, foi completamente interrompido. Um paciente deslocado com leucemia disse ao MSF: "Fugi com nada e não tenho para onde ir. Tinha esperanças de quase vencer o câncer. Agora, passo as noites em uma barraca em um parque, e não sei onde encontrarei minha próxima dose de medicação ou como continuarei meu tratamento."

A conexão com a Palestina é explícita: "Como no caso do genocídio em Gaza, muitas organizações de saúde alertam que os ataques à saúde violam o direito internacional – no entanto, o desrespeito de Israel ao direito internacional durante seus esforços para 'desassistencializar' a Palestina e outros ataques ilegais na região sinaliza que os alertas por si só não impedirão esses crimes, e os ativistas da saúde devem continuar se mobilizando para detê-los."

Cuba: resistência sanitária sob bloqueio

O Movimento Popular pela Saúde (PHM) divulgou na última semana uma declaração de solidariedade com o povo de Cuba, enquanto a ilha continua a resistir a um bloqueio ilegal de décadas imposto pelos Estados Unidos, cujos impactos foram apenas agravados pelo segundo mandato da administração Trump. O PHM afirmou que "esta escalada constitui uma política prolongada de guerra econômica visando minar a soberania de um país que escolheu construir um projeto social independente dos interesses do capital transnacional."

Apesar de mais de seis décadas de bloqueio dos EUA, "Cuba persiste na busca de um projeto internacionalista e socialista no qual a solidariedade médica global desempenha um

papel crucial." Centenas de milhares de médicos, enfermeiros e outros trabalhadores da saúde foram enviados para mais de 150 países para responder a pandemias, desastres naturais e causados pelo homem, e para apoiar a construção de sistemas de saúde soberanos no Sul Global. "Este internacionalismo concreto representa uma alternativa real a uma ordem mundial onde a cooperação é frequentemente subordinada a interesses geopolíticos, militares ou corporativos", enfatizou o PHM.

Desde a posse do segundo mandato de Trump, o programa de brigadas médicas cubanas tem sido alvo de ataques com o objetivo de romper essa linha essencial de trabalho – à qual milhares de pessoas devem suas vidas. Nas últimas semanas, vários países da América Latina e do Caribe anunciaram o fim da cooperação médica com Cuba, movimentos que têm sido protestados pelas populações locais.

O PHM denuncia: "Essas políticas são uma forma contemporânea de guerra econômica, que não se trata meramente de sanções: é uma estratégia sistemática visando provocar o colapso material da vida cotidiana, gerar descontentamento social e forçar a mudança de regime. O caso cubano ilustra claramente a lógica imperial da disciplina global: qualquer projeto político que procure manter um grau de soberania diante do capital transnacional é submetido a mecanismos de coerção econômica, isolamento e desestabilização."

A declaração do PHM conclui com uma afirmação que conecta Cuba a todas as outras lutas que temos acompanhado: "Defender Cuba hoje é defender o direito dos povos de determinar seu próprio destino e construir sociedades baseadas na justiça social."

Nas sanções econômicas podemos ver uma guerra silenciosa que mata – exponencialmente e de diversas formas, cruéis e conhecidas por seus perpetuadores. Lembrando o estudo da *The Lancet* de título "Efeitos das sanções internacionais sobre a mortalidade por faixa etária: uma análise comparativa entre países" – já comentado no nosso informe de número 14 em 2025 – trazemos uma nova colocação, escrita por Táki Cordás.

"Nós aprendemos, ao longo da história, a condenar as guerras. Pelo menos era assim que fazíamos. Durante muito tempo, existiu uma espécie de consenso moral: a guerra era vista como uma tragédia humana evidente, algo que deveria ser evitado sempre que possível. Ela deixava ruínas, cidades destruídas e pessoas mortas. Era barulhenta, visível, escandalosa. A violência da guerra se impunha aos olhos e à consciência coletiva. Hoje, no entanto, esse consenso parece menos claro. Surge uma pergunta desconfortável: E quando o sofrimento humano é produzido de forma silenciosa? Quando ele ocorre sem bombas, sem tanques e sem batalhas, mas produz consequências semelhantes às de uma guerra? (...)

Os pesquisadores analisaram mais de cinquenta anos de dados, abrangendo 152 países, no período entre 1971 e 2021. Utilizando métodos estatísticos sofisticados, eles investigaram se existe uma relação entre a imposição de sanções econômicas e o aumento das mortes nesses países.

Os resultados são perturbadores. Segundo o estudo, sanções econômicas estão associadas a um aumento significativo da mortalidade nas populações atingidas. E quem sofre mais não são os governantes ou as elites políticas. São os mais vulneráveis. Crianças pequenas. Idosos. Pessoas doentes que dependem de sistemas de saúde frágeis.

O estudo estima que essas sanções estejam associadas a cerca de 560 mil mortes por ano no mundo.

Isso ocorre porque as sanções econômicas frequentemente afetam dimensões muito concretas da vida cotidiana. Elas podem limitar a capacidade dos países de importar bens essenciais, reduzir receitas públicas e dificultar o funcionamento de serviços básicos. Na prática, isso significa menos acesso a: medicamentos, equipamentos médicos, alimentos, água potável e financiamento adequado para os sistemas de saúde.

Os pesquisadores também observaram que os efeitos mais fortes aparecem nas sanções econômicas unilaterais, particularmente aquelas impostas por grandes potências econômicas – entre elas, de maneira destacada, os Estados Unidos da América."

A conexão com Cuba, Palestina, Líbano e Irã é direta. O texto cita Cuba como "um dos exemplos mais gritantes dessa guerra suja" e conclui: "Talvez o verdadeiro desafio moral do nosso tempo seja reaprender a reconhecer também essas guerras silenciosas."

O legado da Oitava Conferência Nacional de Saúde

Quarenta anos depois da realização da 8ª Conferência Nacional de Saúde, que estabeleceu as bases para a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil, é possível fazer um balanço do que mudou e do que permanece em disputa. Realizada em 1986, em Brasília, "em meio ao complexo pano de fundo da redemocratização do Brasil", a conferência "reuniu 4.000 pessoas, incluindo aproximadamente 1.000 delegados".

Naquele momento, o Brasil olhava para o futuro ao emergir da ditadura sob um governo civil. O presidente José Sarney, que havia assumido com a morte de Tancredo Neves, liderava "uma coalizão de partidos progressistas e indivíduos, entre os quais o movimento da saúde – composto por acadêmicos, trabalhadores e movimentos sociais – se destacava". O Dr. Sergio Arouca, "um dos principais representantes da coalizão progressista", coordenou a 8ª Conferência Nacional de Saúde.

Quarenta anos depois, os princípios que emergiram da conferência – descentralização, integralidade e participação comunitária – seguem como diretrizes do SUS, "combinando-se para formar a mistura que garante o arcabouço institucional do sistema". O texto comenta que, já em 1986, "foram emitidos alertas sobre o esgotamento dos recursos planetários, o aquecimento global e a escassez de água." Quarenta anos depois, "essas questões fazem parte do cotidiano, afetando as rotinas diárias das pessoas e dominando as agendas dos trabalhadores da saúde." Em 1986, a Guerra Fria mostrava sinais de desaceleração, mas "o Norte Global, ao longo do último meio século, continuou a aumentar sua exploração, sustentada em parte pela guerra."

Neste contexto, "não é ingênuo confiar nas recomendações da 8ª Conferência Nacional de Saúde." As incertezas decorrentes da imprevisibilidade climática, "a ameaça iminente de novas pandemias, tempestades, inundações, secas e outras crises exigem o oposto das receitas do neoliberalismo e da necropolítica." Elas exigem, "como previsto em 1986, políticas consistentes com um conceito ampliado de saúde, uma vez que saúde e doença são determinadas por fatores complexos nos quais a dimensão social desempenha um papel fundamental."

A conclusão é que "as diretrizes e estratégias propostas na 8ª Conferência Nacional de Saúde e na Constituição Brasileira continuam sendo o projeto para garantir o direito universal à saúde para o povo." Hoje, "devemos reafirmar o SUS como um sistema de acesso universal,

como proposto pela Conferência Nacional de Saúde há 40 anos.” Quarenta anos depois, a Oitava Conferência permanece como um farol.

O despertar do Sul Global

El despertar del Sur Global

The Rise of the Global South

Regina Ungerer, Erica Kastrup e Rychard de Lima Monteiro

Resumo: Na CSW70, o UNOSSC articulou a equidade de gênero como pilar da soberania alimentar. Através do "Marco 2026-2030" e da gestão dos fundos IBSA e Índia-ONU, o Escritório promoveu soluções sistêmicas em infraestrutura e dados, fortalecendo o protagonismo feminino no Sul Global e consolidando bens públicos regionais para acelerar os ODS. O G77+China reafirmou, em 14 declarações, a prioridade ao desenvolvimento e à equidade. No BBNJ, defendeu um financiamento previsível e transferência tecnológica; nos 2º e 5º Comitês, cobraram transparência orçamentária, representação geográfica e preservação da soberania nas resoluções. No ECOSOC, lideraram a defesa por uma reforma tributária internacional inclusiva na ONU. O Brasil fortaleceu a cooperação Sul-Sul em habitação social, segurança alimentar e educação profissional. O destaque foi a liderança da Fiocruz na nova Coalizão Global do G20, visando descentralizar a produção de insumos de saúde e reduzir a dependência tecnológica do Sul Global, promovendo soberania sanitária e equidade. O MNA focou na soberania multidimensional. Na CSW70, combateu a feminização da pobreza e sanções unilaterais. Na OMC, defendeu a flexibilização de patentes (TRIPS) e IA para a saúde. Reivindicaram a soberania digital e regulamentação de algoritmos para proteger a diversidade cultural do Sul Global contra o ódio. A NAMYO recebeu o Campeão de Alto Nível da COP31 para debater o papel indispensável da inovação e da advocacia dos jovens na construção da agenda climática rumo à conferência em Antália. O Centro Sul impulsionou a estratégia "Uma Só Saúde" na 1ª Conferência Regional sobre RAM em Brasília, enfatizando o acesso equitativo a antibióticos. O órgão também publicou análises críticas sobre a reforma da OMC para a MC14, defendeu um tratado vinculante para empresas e direitos humanos e alertou contra interpretações expansivas do Acordo TRIPS.

Palavras-chave: Cooperação Sul-Sul. UNOSSC. G-77 e China. Movimento dos Não-Alinhados. Centro Sul.

Resumen: En la CSW70, la UNOSSC articuló la equidad de género como pilar de la soberanía alimentaria. A través del "Marco 2026-2030" y la gestión de los fondos IBSA e India-ONU, la Oficina promovió soluciones sistémicas en infraestructura y datos, fortaleciendo el protagonismo femenino en el Sur Global y consolidando bienes públicos regionales para acelerar los ODS. El G77+China reafirmó, a través de 14 declaraciones, su prioridad en el desarrollo y la equidad. En relación con el BBNJ, defendió un financiamiento previsible y la transferencia de tecnología; en el 2.º y 5.º Comité, instó a la transparencia presupuestaria, la representación geográfica equitativa y la preservación de la soberanía en las resoluciones. En el ECOSOC, el Grupo lideró la defensa de una reforma tributária internacional inclusiva dentro de la ONU. Brasil fortaleció la cooperación Sur-Sur en vivienda social, seguridad alimentaria y educación profesional. El aspecto más destacado fue el liderazgo de Fiocruz en la nueva Coalición Global del G20, orientada a descentralizar la producción de insumos de salud y reducir la dependencia

tecnológica del Sur Global, promoviendo así la soberanía sanitaria y la equidad. El MNA se centró en la “soberanía multidimensional”. En la CSW70, combatió la feminización de la pobreza y las sanciones unilaterales. En la OMC, defendió la flexibilización de las patentes (ADPIC/TRIPS) y la IA para la salud. El bloque también exigió soberanía digital y regulación algorítmica para proteger la diversidad cultural del Sur Global frente al discurso de odio. NAMYO recibió al Campeón de Alto Nivel de la COP31 para debatir el papel indispensable de la innovación y la incidencia de los jóvenes en la configuración de la agenda climática con miras a la conferencia en Antalya. El Centro del Sur impulsó la estrategia “Una sola salud” en la 1.ª Conferencia Regional sobre RAM en Brasilia, enfatizando el acceso equitativo a los antibióticos. La organización también publicó análisis críticos sobre la reforma de la OMC para la MC14, abogó por un tratado vinculante sobre empresas y derechos humanos, y advirtió contra interpretaciones expansivas del Acuerdo sobre los ADPIC.

Palabras clave: *Cooperación Sur-Sur. ONUSC. G-77 y China. Movimiento de Países No Alineados. Centro Sur.*

Abstract: At CSW70, UNOSSC framed gender equity as a pillar of food sovereignty. Through the “2026-2030 Framework” and the management of the IBSA and India-UN funds, the Office promoted systemic solutions in infrastructure and data, strengthening women's leadership in the Global South and consolidating regional public goods to accelerate the SDGs. The G77+China reaffirmed, across 14 statements, its priority on development and equity. Regarding BBNJ, it advocated for predictable financing and technology transfer; in the 2nd and 5th Committees, it called for budgetary transparency, equitable geographical representation, and the preservation of sovereignty in resolutions. At ECOSOC, the Group led the defense for an inclusive international tax reform within the UN. Brazil strengthened South-South cooperation in social housing, food security, and vocational education. A key highlight was Fiocruz’s leadership in the new G20 Global Coalition, aimed at decentralizing the production of health inputs and reducing the Global South's technological dependence, thereby promoting health sovereignty and equity. The NAM focused on “multidimensional sovereignty.” At CSW70, it combated the feminization of poverty and unilateral sanctions. At the WTO, it defended the flexibilization of patents (TRIPS) and AI for health. The bloc also demanded digital sovereignty and algorithmic regulation to protect the Global South's cultural diversity against hate speech. NAMYO hosted the COP31 High-Level Champion to debate the indispensable role of youth innovation and advocacy in shaping the climate agenda ahead of the conference in Antalya. The South Centre bolstered the “One Health” strategy at the 1st Regional Conference on AMR in Brasília, emphasizing equitable access to antibiotics. The organization also published critical analyses on WTO reform for MC14, advocated for a binding treaty on business and human rights, and warned against expansive interpretations of the TRIPS Agreement.

Keywords: *South-South Cooperation. UNOSSC. G-77 and China. Non-Aligned Movement. Centro Sul.*

ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A COOPERAÇÃO SUL-SUL (UNOSSC)

O Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul promove, coordena e apoia a cooperação Sul-Sul e triangular globalmente e dentro do sistema das Nações Unidas, incluindo: 1) Política e Apoio Intergovernamental; 2) Desenvolvimento de capacidades; 3) Cocriação e Gestão do Conhecimento; 4) Gestão do Fundo Fiduciário Sul-Sul. O UNOSSC atua como uma plataforma de compartilhamento de recursos onde parceiros do Sul Global se conectam

buscando soluções e explorando oportunidades de financiamento. Também conecta governos, especialistas e grupos de reflexão para garantir que as perspectivas do Sul sejam incluídas nos diálogos políticos.

Destaques

17 de março de 2026 – O Protagonismo do UNOSSC na CSW70: Estratégias para a Soberania Alimentar e Equidade de Gênero na África

A 70ª Sessão da Comissão sobre a Situação da Mulher (CSW70), realizada de 9 a 20 de março de 2026, consolidou-se como um marco histórico para a aceleração da Agenda 2030.

Todos os anos realiza-se este fórum, na sede da ONU em New York, em que Estados-membros, entidades da ONU e organizações não governamentais (ONGs) se reúnem para avaliar o progresso na implementação da Declaração e Plataforma de Ação de Pequim de 1995. É o momento em que se definem padrões globais e se formulam políticas para abordar questões críticas que afetam as mulheres em todo o mundo.

Este ano, a CSW70 ocorreu em um momento crítico de aceleração da Agenda 2030. O evento teve como missão central enfrentar as barreiras estruturais que ainda impedem o empoderamento pleno das mulheres, especialmente no Sul Global, integrando debates sobre justiça climática, sistemas de cuidado e soberania econômica no contexto das crises de liquidez e transformações digitais da década. Em um cenário de apenas quatro anos para o cumprimento dos ODS, o fórum priorizou a interseccionalidade e a resposta a crises globais que afetam desproporcionalmente as mulheres rurais do Sul Global.

Em um evento paralelo organizado pela Missão do Marrocos na ONU sobre mulheres e segurança alimentar na África, a Diretora do UNOSSC, **Dima Al-Khatib,** ressaltou que, embora as mulheres sejam as principais guardiãs da produção de alimentos na África, garantindo a subsistência de comunidades inteiras, elas permanecem as mais afetadas pela insegurança alimentar. Esse cenário é agravado por barreiras históricas na posse de terra e no acesso ao crédito, impedindo investimentos em resiliência e tecnologias essenciais, como a irrigação e energia solar.

Sob a égide do seu novo ciclo estratégico, o **"Marco 2026-2030"**, o UNOSSC destacou a transição de projetos isolados para soluções de escala sistêmica. O objetivo central passou a ser a promoção de reformas institucionais e marcos regulatórios que garantam a segurança jurídica e financeira das mulheres agricultoras, tornando o seu trabalho visível e devidamente remunerado. Nesse sentido, o UNOSSC reafirmou sua função como principal articulador político para garantir que as vozes do Sul Global influenciem as reformas da arquitetura financeira e de saúde global.

A atuação do UNOSSC no evento demonstrou que a Cooperação Sul-Sul e a Cooperação Triangular são os mecanismos mais ágeis para a transferência de soluções adaptadas. Em vez da importação de modelos externos, o Escritório fomentou o intercâmbio de experiências bem-sucedidas entre países com desafios climáticos semelhantes, consolidando o que o Marco 2026-

2030 define como bens públicos regionais. Exemplos práticos no Sudão do Sul e na Gâmbia ilustraram como a criação de redes de agronegócio e a formação técnica em gestão financeira para cooperativas femininas geravam resultados imediatos na segurança alimentar regional.

Ao final da CSW70, o posicionamento do UNOSSC reafirmou que a equidade de gênero é um pré-requisito indispensável para a soberania alimentar do continente africano. O Marco 2026-2030 detém as soluções necessárias, cabendo ao sistema multilateral facilitar o acesso a esses recursos de forma justa e desburocratizada. Dessa forma, é possível estabelecer o protagonismo das mulheres africanas como o motor fundamental para a erradicação da fome e para o fortalecimento dos sistemas de saúde e nutrição das comunidades.

O Papel Estratégico do Fundo IBSA na Promoção da Equidade de Gênero

Ainda no âmbito da CSW70, o Fundo IBSA (Índia, Brasil e África do Sul) ocupou um lugar de destaque em uma sessão dedicada a demonstrar como as mulheres estão liderando a transformação no Sul Global. O evento paralelo, intitulado *"Mulheres impulsionando a transformação no Sul Global"*, serviu para evidenciar a eficácia do fundo como um mecanismo de cooperação prática e orientada por demandas locais. Como gestor e secretaria do Fundo IBSA, o UNOSSC articulou a apresentação de sucessos que conectam diretamente a igualdade de gênero ao desenvolvimento sustentável e à segurança alimentar.

A força do Fundo IBSA reside na sua capacidade de entregar impactos tangíveis em contextos geográficos diversos. Durante a sessão, os parceiros destacaram iniciativas que variam desde o fomento ao "cozimento limpo" (*clean cooking*) em Fiji, que reduz a pobreza energética feminina, até o fortalecimento da agricultura liderada por mulheres em Uganda e na Libéria. Estes projetos foram apresentados como exemplos concretos de como a Cooperação Sul-Sul pode expandir oportunidades econômicas para mulheres e meninas, fortalecendo a resiliência das suas comunidades contrachoques externos.

Líderes de Brasil, Índia e África do Sul compartilharam experiências que reafirmam o compromisso do bloco com um desenvolvimento que nasce "do Sul para o Sul". A narrativa apresentada na CSW70 sublinhou que, ao apoiar o protagonismo feminino em setores críticos como o agronegócio e a infraestrutura básica, o Fundo IBSA atua como um catalisador de mudanças estruturais. O UNOSSC, ao gerir este portfólio, garante que a cooperação técnica não seja apenas uma transferência de recursos, mas um intercâmbio de conhecimentos que respeita as soberanias nacionais e as realidades culturais de África, Ásia e Pacífico.

Dessa forma, a sessão do Fundo IBSA na CSW70 consolidou a ideia de que o empoderamento das mulheres é o motor fundamental para a erradicação da pobreza. Através de histórias de sucesso documentadas em vídeo e relatórios técnicos, o Fundo demonstrou que

as soluções baseadas na solidariedade entre as nações do Sul Global são as mais resilientes e eficazes para enfrentar os desafios de saúde, nutrição e equidade desta década.

12 de março de 2026 – O Fundo de Parceria Índia-ONU e a Inovação em Políticas de Dados: O Caso da Moldávia

No contexto das discussões estratégicas de março de 2026, a Diretora do UNOSSC, Dima Al-Khatib, reuniu-se com a Ministra do Trabalho e Proteção Social da Moldávia, Natalia Plugaru, para consolidar os avanços de uma parceria inovadora mediada pelo Fundo de Parceria Índia-ONU para o Desenvolvimento. Este encontro sublinhou como o Fundo tem sido um instrumento vital para apoiar países em áreas de alta complexidade técnica, como a modernização de sistemas de dados nacionais para a formulação de políticas sociais baseadas em evidências.

Através do **Fundo Índia-ONU**, o UNOSSC operacionalizou um projeto estratégico em conjunto com o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e o Bureau Nacional de Estatística da Moldávia. O objetivo central foi a construção de um sistema de dados integrado e baseado em registros, permitindo que o governo moldavo tenha uma compreensão mais precisa da sua dinâmica demográfica e social. Esta iniciativa é um exemplo claro de como a cooperação técnica pode fortalecer a infraestrutura estatística de um país, garantindo que as políticas de proteção social sejam direcionadas de forma eficiente e equitativa.

As discussões destacaram que a cooperação com a Moldávia segue a lógica da Cooperação Triangular, onde o país não é apenas um receptor de assistência, mas também um provedor de conhecimentos. Identificou-se que a expertise desenvolvida pela Moldávia em inovação de políticas pode ser compartilhada com outras nações, promovendo um ciclo virtuoso de desenvolvimento. Este modelo de intercâmbio de capacidades é um dos pilares do Marco Estratégico 2026-2029 do UNOSSC, que posiciona a cooperação Sul-Sul e triangular como motores essenciais para a aceleração dos ODS.

Finalmente, a parceria com a Moldávia sob o Fundo Índia-ONU reforça o papel do UNOSSC como um conector global de conhecimentos, dados e parcerias catalisadoras. Ao vincular o suporte financeiro da Índia às necessidades técnicas da Moldávia e ao suporte operacional da ONU, o Fundo demonstra que a soberania de dados e a governança baseada em evidências são fundamentais para que os países possam enfrentar os desafios sociais contemporâneos com autonomia e precisão técnica.

Brasil na cooperação Sul-Sul em saúde

Nesta quinzena, as ações de cooperação Sul-Sul do Brasil concentraram-se em habitação social, segurança alimentar, sistemas agroalimentares e educação profissional, pilares que compõem os determinantes sociais da saúde.

O destaque foi o lançamento da iniciativa para fomentar a produção de insumos de saúde no Sul Global; aprovada no âmbito do G20, a proposta terá sua gestão conduzida pela Fiocruz.

Mais notícias abaixo:

24 de março de 2026 – Lançamento do projeto "ATHIS em Rede" (habitação social no Sul Global)

Lançado pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), pelo ONU-Habitat e pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo (CAU/SP), o projeto ATHIS[1] em rede é uma iniciativa de cooperação Sul-Sul trilateral focada no fortalecimento de políticas de habitação social.

A proposta busca ampliar capacidades técnicas por meio de capacitações, diagnósticos e projetos-piloto, promovendo o intercâmbio de experiências entre o Brasil, a América Latina e a África.

Para sustentar essas ações, será criada uma rede internacional de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS), dedicada à disseminação de boas práticas entre profissionais e instituições.

As atividades começaram em fevereiro, com a apresentação da iniciativa na Conferência Nacional das Cidades, em Brasília.

Entre março e maio de 2026, a equipe realizará visitas técnicas às dez cidades paulistas que sediam escritórios regionais do CAU/SP. A agenda inclui reuniões com prefeituras, diálogos com organizações sociais e oficinas técnicas, coletando dados que servirão de base para o diagnóstico das próximas etapas do projeto. Para saber mais, clique aqui.

24 de março de 2026 – Projeto "Nutrir o Futuro" é destaque na Conferência Regional da FAO em Brasília

O projeto de cooperação Sul-Sul **'Nutrir o Futuro'** foi um dos destaques da 39ª Conferência Regional da FAO para a América Latina e o Caribe, realizada em Brasília de 2 a 6 de março de 2026.

Coordenada pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), a iniciativa é uma parceria entre o Centro de Excelência contra a Fome do Programa Mundial de Alimentos (PMA) e os Ministérios da Saúde de Brasil, Colômbia e Peru.

O objetivo central é enfrentar de forma integrada todas as formas de má nutrição, fortalecendo políticas públicas por meio da troca de experiências.

Durante o evento, enfatizou-se como a cooperação entre países do Sul Global permite desenvolver soluções adaptadas às realidades locais, articulando setores essenciais como saúde, educação e proteção social para promover sistemas alimentares saudáveis. Para saber mais, clique aqui.

[1] Athis é uma iniciativa do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil para promover a Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social. Baseia-se na Lei Federal 11.888/2008 que oferece projetos e acompanhamento técnico gratuito (arquitetos/engenheiros) para construção, reforma ou regularização de moradias de famílias com renda de até três salários-mínimos. O foco é dignidade, segurança e salubridade

24 de março de 2026 – Países da América do Sul avançam em plano conjunto para fortalecer o abastecimento de alimentos

Representantes de nove países sul-americanos — Argentina, Brasil, Colômbia, Chile, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela — avançaram na criação de um plano de trabalho conjunto para mitigar os impactos das mudanças climáticas no abastecimento de alimentos.

O encontro ocorreu em Brasília entre 11 e 12 de março de 2026, no âmbito da Rede Regional de Sistemas Públicos de Abastecimento e Comercialização de Alimentos (Rede SPAA).

Apoiada pela FAO, a Rede SPAA funciona como uma plataforma de cooperação para garantir a segurança alimentar e fortalecer a agricultura familiar frente a crises climáticas e inflacionárias. Como resultado do seminário, estruturou-se um plano fundamentado em três eixos estratégicos: **Fortalecimento** de estoques e gestão de riscos; **Melhoria** da informação agropecuária; **Ampliação** da cooperação regional.

Para saber mais, clique aqui.

18 de março de 2026 – Cooperação entre Brasil, CARICOM, Alemanha e União Europeia forma mais de 400 instrutores de educação profissional no Caribe

Desde março de 2026, mais de 400 instrutores de 13 países do Caribe participam de uma formação virtual para o fortalecimento da educação técnica e profissional.

Desenvolvido pelo **SENAI Goiás**, o curso integra um projeto de cooperação trilateral entre Brasil, CARICOM, Alemanha e União Europeia.

A iniciativa foca na ampliação de capacidades para o ensino digital e híbrido, abordando temas como pedagogia digital e desenho instrucional.

Coordenado pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), pela GIZ (*Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit*) que é a principal agência de cooperação internacional do governo da Alemanha e pelo programa Adelante II[2], o projeto moderniza os sistemas de formação na região, reafirmando o papel da cooperação internacional na promoção da inovação e do desenvolvimento sustentável. Para saber mais, clique aqui.

[2] O ADELANTE II é o programa principal (*flagship*) da União Europeia para promover a Cooperação Triangular com a região da América Latina e Caribe (ALC).

Fiocruz na cooperação Sul-Sul

26 de março de 2026 – Lançamento da Coalizão Global para Produção Local e Regional, Inovação e Acesso Equitativo

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) sediou o lançamento da Coalizão Global para Produção Local e Regional, Inovação e Acesso Equitativo.

A iniciativa nasceu dos debates do G20 sobre as assimetrias globais expostas pela pandemia de COVID-19 e visa descentralizar a produção de vacinas, medicamentos e insumos, fortalecendo a soberania sanitária do Sul Global.

O evento reuniu autoridades brasileiras, representantes do G20, a OPAS e diversos organismos internacionais. Na ocasião, foi anunciada uma chamada internacional de propostas para apoiar projetos colaborativos e estruturar redes de inovação, com foco inicial no enfrentamento da dengue.

Como secretaria executiva da coalizão, a Fiocruz assumiu a coordenação técnica e a articulação entre governos, centros de pesquisa e agências de fomento. A instituição atuará como o elo central para garantir que a mobilização de projetos multilaterais e o financiamento coordenado resultem em transferência de tecnologia e acesso equitativo à saúde, reduzindo a dependência externa de produtos essenciais. Para saber mais, clique aqui.

GRUPO DO G-77

O G-77 é a maior organização intergovernamental de países em desenvolvimento dentro das Nações Unidas e sua missão é permitir que os países do Sul Global se articulem e promovam seus interesses econômicos coletivos e aumentem sua capacidade internacional de negociação conjunta dentro do sistema das Nações Unidas.

O G-77 é uma estrutura institucional permanente que se desenvolveu gradualmente, o que levou à criação de Capítulos com escritórios de ligação em Genebra (UNCTAD)[3], Nairóbi (UNEP)[4], Paris (UNESCO)[5], Roma (FAO/IFAD)[6], Viena (UNIDO)[7] e Washington (G-24)[8].

Em 2026, o Uruguai assumiu a presidência pró-tempore, sucedendo o Iraque, que ocupou o cargo em 2025. Essa rotação segue o princípio geográfico do grupo, já que 2026 marca a vez do Grupo Latino-Americano e Caribenho (GRULAC) liderar a coalizão.

[3] UNCTAD – Comércio de Desenvolvimento da ONU
[4] UNEP – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
[5] UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
[6] FAO – Organização para a Alimentação e Agricultura e IFAD – Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola
[7] UNIDO – Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial
[8] G-24 – Assuntos monetários internacionais e desenvolvimento

Destaques do G-77

27 de março de 2026 – Declaração realizada pela delegação do Uruguai junto às Nações Unidas em nome do G-77 e da China no encerramento da 1ª parte da retomada da 80ª sessão do 5º Comitê da AGNU

O 5º Comitê da AGNU é responsável pelas questões administrativas e orçamentárias da ONU

O G-77 e a China avaliaram os resultados da sessão, marcada por severas restrições de liquidez da ONU e pelas reformas estipuladas na iniciativa ONU80. O Grupo enfatizou a importância de preservar a natureza intergovernamental das decisões, garantindo que os processos administrativos e orçamentários permaneçam transparentes e liderados pelos Estados-membros.

Embora o Grupo tenha celebrado o consenso alcançado em temas como a estratégia de tecnologia da informação (TIC), a Unidade de Inspeção Conjunta e o combate ao racismo, lamentou profundamente a falta de acordo em áreas críticas, como a gestão de recursos humanos, a prestação de contas e as atividades da cadeia de suprimentos.

O G-77 e a China destacaram que a gestão de recursos humanos é um pilar central para o funcionamento da ONU, exigindo debates abrangentes sobre planejamento da força de trabalho e representação geográfica equitativa. Expressaram preocupação com o novo adiamento das discussões sobre o programa de estágios, reiterando a necessidade de um quadro mais inclusivo que facilite o acesso de candidatos de países em desenvolvimento por meio de um sistema centralizado.

Além disso, o Grupo criticou os atrasos na emissão de documentos e nas respostas às consultas das delegações, o que prejudicou as negociações sobre as revisões das regras e regulamentos financeiros.

Por fim, o Grupo reafirmou sua preocupação com a persistente crise de liquidez da ONU, instando todos os Estados-membros a cumprirem suas obrigações financeiras integralmente e sem condições. Ressaltaram que os esforços de eficiência não devem comprometer a entrega de mandatos nem penalizar a implementação de programas, especialmente nos países em desenvolvimento. Concluíram reafirmando seu compromisso construtivo com o 5º Comitê, prontos para buscar resultados equilibrados que reflitam as prioridades de todos os membros nas futuras sessões.

27 de março de 2026 – Declaração realizada pela delegação do Uruguai junto às Nações Unidas em nome do G-77 e da China na reunião especial do ECOSOC de 2026 sobre Cooperação Internacional em matéria tributária

O G-77 e a China manifestaram profunda preocupação com a persistente lacuna no financiamento dos ODS, ressaltando que a cooperação tributária internacional é um pilar fundamental para que os países em desenvolvimento fortaleçam a mobilização de recursos domésticos e combatam fluxos financeiros ilícitos, a evasão e a elisão fiscal.

O Grupo defendeu que as discussões ocorram de forma inclusiva e transparente no âmbito das Nações Unidas, onde todos os Estados-membros participam em condições de igualdade, celebrando o início das negociações substantivas sobre a Convenção-Quadro da ONU sobre Cooperação Tributária Internacional e seus dois protocolos iniciais.

O Grupo enfatizou que as regras tributárias globais devem apoiar, e não obstruir, a capacidade de arrecadação dos países do Sul Global, criticando a contradição de se exigir mobilização interna de recursos sem enfrentar os entraves que impedem esses países de capturá-los.

Nesse contexto, reiteraram o apelo para que os países desenvolvidos aumentem a Assistência Oficial ao Desenvolvimento (ODA) voltada à capacitação tributária, visto que o apoio atual permanece insuficiente para as necessidades reais de implementação de políticas eficazes.

Por fim, o G-77 e a China destacaram como temas prioritários a tributação de serviços transfronteiriços, a economia digital e a prevenção da transferência de lucros por empresas multinacionais. Reafirmaram seu compromisso com o fortalecimento da cooperação multilateral, defendendo um sistema tributário internacional que reflita as necessidades de desenvolvimento de todos os países e contribua para uma economia global mais justa e sustentável, apoiada por assistência técnica e capacitação contínuas.

26 de março de 2026 – Declaração realizada pela delegação do Uruguai junto às Nações Unidas em nome do G-77 e da China no terceiro diálogo informal sobre a revitalização dos trabalhos do 2º Comitê da AGNU. O 2º Comitê é responsável pelas questões Econômicas e Financeiras

O G-77 e a China apresentaram suas diretrizes sobre a eficiência dos trabalhos do 2º Comitê da AGNU, focando na tramitação de resoluções e na elaboração de relatórios.

O Grupo enfatizou a defesa da soberania das delegações para proporem resoluções, recomendando que estas sejam concisas e focadas em desenvolvimentos contemporâneos, sem renunciar às narrativas de desenvolvimento. O Grupo defendeu que qualquer ajuste na periodicidade ou fusão de resoluções e relatórios deve ocorrer caso a caso e apenas com o consentimento prévio dos proponentes, ressaltando que este processo de revisão não deve ser duplicado em outros fóruns, como o processo em andamento da ONU80.

O G-77 e a China sustentaram a necessidade de negociações abertas, transparentes, inclusivas e baseadas em textos analisados cuidadosamente. Pediram por um cronograma regular e previsível de consultas, com tempo suficiente para que as delegações possam se coordenar internamente. Além disso, destacaram que as implicações orçamentárias são de competência exclusiva do 5º Comitê e não devem ser utilizadas como pretexto para limitar elementos substantivos ou orientados para a ação nos rascunhos de resolução.

Quanto aos relatórios do Secretário-Geral, o Grupo propôs que os documentos sejam mais concisos, analíticos e voltados para o futuro, evitando compilações meramente descritivas ou repetitivas. Para resoluções recorrentes, sugeriram que os relatórios acompanhem a periodicidade da resolução e assegurem o alinhamento temático com os mandatos do Comitê. Para novas resoluções, o Grupo mostrou-se aberto à criação de diretrizes para a solicitação de relatórios, desde que a prerrogativa soberana dos Estados-membros não fosse diluída. O Grupo reafirmou seu compromisso construtivo e informou que enviará um documento de elementos para subsidiar o rascunho da decisão final.

25 de março de 2026 – Declaração realizada pela delegação do Uruguai junto às Nações Unidas em nome do G-77 e da China na terceira sessão da comissão preparatória do acordo BBNJ sobre as regras financeiras que regem o financiamento da COP e o financiamento do Secretariado e de quaisquer Órgãos subsidiários (Grupo 3, Edição 8)

O G-77 e a China enfatizaram que, em conformidade com o Artigo 47[9], a adoção dessas normas na primeira Conferência das Partes (COP) deve integrar abordagens que reconheçam as exigências especiais dos países em desenvolvimento, com atenção particular aos Países Menos Desenvolvidos (LDCs), Países em Desenvolvimento Sem Litoral (LLDCs) e Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS). O Grupo reiterou que a participação plena e efetiva dessas nações nas atividades da COP e na execução do Acordo depende da garantia de financiamento tempestivo e previsível para o custeio de delegações em reuniões oficiais.

No que se refere às contribuições financeiras, o G-77 e a China defenderam que as regras devem ser sensíveis aos desafios econômicos enfrentados pelo Sul Global. Argumentaram contra a limitação das cláusulas de "força maior" apenas a desastres naturais ou emergências de saúde pública, sugerindo que crises financeiras e choques econômicos globais também sejam considerados fatores que podem afetar a capacidade de cumprimento das obrigações dos Estados. Reafirmaram que os recursos destinados ao Tratado devem ser adequados, acessíveis, novos, adicionais e previsíveis, garantindo que os países em desenvolvimento possam exercer seus direitos de conservação e uso sustentável da biodiversidade marinha.

Por fim, o Grupo ficou satisfeito ao notar que suas observações sobre estimativas de custos foram incorporadas ao texto da Comissão. Para assegurar a clareza e a viabilidade prática dos trabalhos, propuseram o estabelecimento de um prazo mínimo de 72 horas para que os Estados possam analisar qualquer estimativa de custos que não tenha sido prevista originalmente no programa de trabalho, permitindo uma avaliação técnica adequada antes de qualquer tomada de decisão.

25 de março de 2026 – Declaração realizada pela delegação do Uruguai junto às Nações Unidas em nome do G-77 e da China na terceira sessão da comissão preparatória do acordo BBNJ sobre as modalidades de operação do mecanismo de compensação (Grupo 2, Edição 7)

O G-77 e a China apresentaram suas considerações sobre o estabelecimento do Mecanismo de Intercâmbio de Informações (*Clearing-House Mechanism*).

O Grupo ressaltou que o modelo operacional deve ser flexível, permitindo combinar elementos que garantam a eficácia da plataforma, e não apenas uma escolha limitada de funções independentes. Para eles, o Mecanismo deve atuar como uma plataforma central para facilitar a cooperação internacional, conectando as necessidades de desenvolvimento de capacidades dos países do Sul Global aos provedores de tecnologia marinha, promovendo um acesso equitativo e transparente à informação.

Ressaltaram que o Mecanismo terá um papel crítico na implementação das provisões relativas aos recursos genéticos marinhos (MGR) e às informações de sequenciamento digital, bem como na repartição justa e equitativa de benefícios. O G-77 e a China estarão abertos para explorar arranjos provisórios que permitam a operacionalização precoce da plataforma por meio de um desenvolvimento em fases, enfatizando que o design do sistema deve seguir suas funções práticas, especialmente no que tange à criação de identificadores padronizados e ao fortalecimento de capacidades.

[9] O Artigo 47 do Acordo BBNJ institui a Conferência das Partes (COP) como o órgão supremo de governança do tratado, definindo formalmente sua estrutura, competências e responsabilidades para assegurar a implementação eficaz das diretrizes de conservação e uso sustentável da biodiversidade marinha

Ademais, o Grupo reiterou que, conforme o Artigo 51(5)[10], o gerenciamento do Mecanismo deve reconhecer plenamente as necessidades especiais dos países em desenvolvimento e as circunstâncias específicas dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento.

Defenderam uma abordagem abrangente que vá além da simples acessibilidade à internet, incluindo suporte financeiro e workshops técnicos. Sugeriram que o Secretariado, ao gerir o Mecanismo, deve focar ativamente na superação dos obstáculos que esses países enfrentam na cooperação científica, facilitando o acesso a dados, bolsas de pesquisa e oportunidades de financiamento. Por fim, sublinharam a importância de garantir a coesão e a coordenação na comunicação entre os órgãos subsidiários dentro da estrutura da plataforma.

24 de março de 2026 – Declaração realizada pela delegação do Uruguai junto às Nações Unidas em nome do G-77 e da China na terceira sessão da comissão preparatória do acordo BBNJ sobre os arranjos com o Fundo Global para o meio ambiente para dar efeito às disposições relevantes sobre financiamento (Grupo 3, Edição 9)

O G-77 e a China apresentaram suas considerações sobre a estruturação das parcerias com o **Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF)**. O Grupo enfatizou que o apoio aos países em desenvolvimento, por meio da capacitação e da transferência de tecnologia marinha, constitui um elemento central para atingir os objetivos de conservação e uso sustentável da biodiversidade marinha em áreas além da jurisdição nacional.

Nesse sentido, defenderam que os arranjos com o GEF deveriam priorizar a implementação do Acordo, respeitando as circunstâncias especiais dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS), dos Países Menos Desenvolvidos (LDCs) e as necessidades dos Países em Desenvolvimento Sem Litoral (LLDCs).

O Grupo sublinhou a necessidade de que o financiamento para a implementação do Tratado BBNJ deveria permitir que os Estados em desenvolvimento cumprissem suas obrigações e garantissem seus direitos. Reiteraram que os recursos financeiros deveriam ser adequados, acessíveis, novos, adicionais e previsíveis.

Propuseram também que o processo de orientação da Conferência das Partes (COP) junto ao GEF determinasse as direções de programação e as prioridades de alocação de fundos, baseando-se nas necessidades autoidentificadas pelos próprios países em desenvolvimento e no princípio da não discriminação.

Por fim, o G77 e a China destacaram que os relatórios do GEF deveriam fornecer à COP uma visão completa do portfólio de projetos, incluindo informações detalhadas sobre modalidades de acesso, fluxos de programação e eventuais lacunas existentes.

O Grupo concluiu informando que continuaria a analisar os termos do Memorando de Entendimento entre a COP e o Conselho do GEF, reservando sua posição final para discussões futuras, nas quais os Estados-membros pretendiam aprofundar esses pontos técnicos.

23 de março de 2026 – Declaração realizada pela delegação do Uruguai junto às Nações Unidas em nome do G-77 e da China na terceira sessão da comissão preparatória do acordo BBNJ sobre

[10] O Artigo 51(5) do Acordo BBNJ trata especificamente da administração e da acessibilidade do Mecanismo de Intercâmbio de Informações (*Clearing-House Mechanism*), estabelecendo uma diretriz de equidade e inclusão.

os termos de referência e as modalidades de funcionamento e as regras de procedimento dos órgãos subsidiários criados ao abrigo do acordo (Grupo 1, Edição 2)

O G-77 e a China defenderam que as regras de procedimento da Conferência das Partes (COP) não deveriam ser aplicadas automaticamente aos órgãos subsidiários (SBs) sem uma análise criteriosa, sustentando que normas customizadas seriam essenciais para atender às funções específicas de cada órgão. O Grupo enfatizou a importância de se redigirem termos de referência detalhados, porém flexíveis o suficiente para comportar especificidades e desenvolvimentos futuros, permitindo que o arcabouço normativo permanecesse dinâmico e adaptável.

Quanto à governança e composição, o Grupo destacou que as modalidades operacionais deveriam ser práticas e coerentes, garantindo sempre a representação geográfica equitativa e a reserva de assentos para categorias de países em desenvolvimento, conforme previsto no Acordo. Além disso, sublinharam a necessidade de que os órgãos subsidiários tivessem capacidade de interagir eficazmente entre si, com os Estados Partes, com o Secretariado e com outros instrumentos e órgãos internacionais, respeitando sempre as provisões do Tratado BBNJ.

Por fim, o G-77 e a China propuseram que esses órgãos fossem estruturados para fomentar parcerias e cooperação com os países em desenvolvimento, promovendo o compartilhamento de expertise, tecnologia e recursos. O Grupo também alertou para a necessidade de alinhar os mandatos dos membros eleitos à periodicidade das reuniões da COP; destacaram que, caso a Conferência passasse a ser bienal em algum momento, os períodos de mandato deveriam ser ajustados para garantir a continuidade administrativa e a legitimidade dos processos de eleição.

23 de março de 2026 – Declaração realizada pela delegação do Uruguai junto às Nações Unidas em nome do G-77 e da China na terceira sessão da comissão preparatória do acordo BBNJ sobre a operacionalização de outras disposições relativas a recursos e mecanismos financeiros (Grupo 3, Edição 10)

O G-77 e a China reforçaram que a participação plena dos países em desenvolvimento é indispensável para que a comissão preparatória cumpra seu mandato, dado o papel histórico dessas nações nos processos do Tratado BBNJ e o reconhecimento de seu status especial na conservação da biodiversidade marinha.

Conforme o Artigo 52(4)[11] do Acordo BBNJ, defende-se a operacionalização urgente de um fundo fiduciário voluntário que facilite a presença de representantes do Sul Global — com atenção especial aos Países Menos Desenvolvidos (LDCs), Países em Desenvolvimento Sem Litoral (LLDCs) e Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS) — em todas as instâncias deliberativas.

Para o Grupo, esse apoio financeiro deve ser abrangente, cobrindo a totalidade das despesas necessárias para a participação em reuniões ordinárias, extraordinárias e encontros de órgãos subsidiários, incluindo grupos de trabalho e subcomitês técnicos.

Além do custeio de viagens, sublinharam a necessidade estratégica de acelerar as discussões sobre o Fundo Especial, garantindo que ele não apenas financie a participação

[11] O Artigo 52(4) do Acordo BBNJ (Biodiversidade Além da Jurisdição Nacional) estabelece a criação de mecanismos financeiros específicos para apoiar os países em desenvolvimento

política, mas também dê suporte a projetos de capacitação e auxilie tecnicamente os Estados Partes na implementação efetiva do Acordo.

23 de março de 2026 – Declaração realizada pela delegação do Uruguai junto às Nações Unidas em nome do G-77 e da China na terceira sessão da comissão preparatória do acordo BBNJ – Regras de procedimento da conferência das partes (COP) – (Grupo 1, Edição 1)

O G-77 e a China reafirmaram que o objetivo central da comissão preparatória é estabelecer regras claras que garantam o funcionamento da Conferência das Partes (COP), sempre pautadas pelas necessidades dos países em desenvolvimento e pelas circunstâncias especiais dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS) e Países Menos Desenvolvidos (LDCs).

Quanto à dinâmica das reuniões, o Grupo sugeriu e deu preferência por encontros presenciais, demonstrando cautela com o formato virtual devido às disparidades tecnológicas e de capacidade técnica entre os Estados. Propõe-se ainda que a COP tenha periodicidade anual inicialmente, para absorver a densa demanda administrativa inicial, com transição planejada para o formato bienal no futuro.

No que diz respeito à governança e participação, o G-77 e a China destacaram a importância da transparência e da representatividade equitativa. O grupo defendeu que a eleição de cargos diretivos siga critérios claros e flexíveis que garantam a presença de representantes de países em desenvolvimento, evitando exigências ambíguas.

Sobre a participação de observadores, o grupo enfatizou a necessidade de procedimentos rigorosos de acreditação para preservar a integridade institucional do processo.

Por fim, ressaltaram a urgência de clareza nos mecanismos de tomada de decisão e direito ao voto, tanto na presidência quanto nos órgãos subsidiários, visando prevenir conflitos e disputas processuais.

23 de março de 2026 – Declaração realizada pela delegação do Uruguai junto às Nações Unidas em nome do G-77 e da China na terceira sessão da comissão preparatória do acordo BBNJ sobre o funcionamento do secretariado, incluindo sua sede (Grupo 1, Edição 4)

O G-77 e a China defendem que a estruturação do Secretariado do Tratado de Biodiversidade Além da Jurisdição Nacional (BBNJ) deva ser pautada pela representatividade equitativa do Sul Global. Isso exige que a escolha de funcionários, especialmente em cargos de alto escalão e na chefia do órgão, priorize profissionais de países em desenvolvimento, utilizando cotas e critérios geográficos que não sejam limitados por padrões técnicos tradicionais.

Além disso, o Grupo propõe que a sede do Secretariado seja obrigatoriamente em um país em desenvolvimento, com a decisão final sendo tomada por consenso na primeira Conferência das Partes (COP).

Quanto à governança, o G-77 enfatiza a necessidade de autonomia e independência em relação ao sistema das Nações Unidas. Embora possam adotar regulamentações da ONU como base (incluindo previdência e passaportes diplomáticos), eles defenderam que o Secretariado não deve estar sob controle orçamentário ou administrativo do Secretário-Geral da ONU.

A proposta é que o Chefe do Secretariado seja eleito pela COP, reporte-se diretamente a ela e atue sob sua supervisão, garantindo um funcionamento imparcial e focado no suporte técnico aos Estados-membros.

No que diz respeito à logística e diplomacia, o Grupo sugeriu garantias amplas de privilégios e imunidades. Isso inclui não apenas o Secretariado, mas também representantes de Estados observadores e especialistas em missão.

O país anfitrião da sede deve assegurar o livre trânsito, a emissão ágil de vistos, a inviolabilidade de comunicações e a segurança de todos os participantes, eliminando qualquer forma de discriminação que possa prejudicar a participação plena das delegações dos países em desenvolvimento nas atividades do acordo.

17 de março de 2026 – Declaração realizada pela delegação do Uruguai junto às Nações Unidas em nome do G-77 e da China no segundo diálogo informal sobre a revitalização dos trabalhos do 2º Comitê da AGNU. O 2º Comitê é responsável pelas questões Econômicas e Financeiras

O G-77 e a China apresentaram suas considerações sobre o processo de revitalização do 2º Comitê da AGNU, focando na melhoria da eficiência operacional e na preservação da substância política das resoluções de desenvolvimento.

O Grupo reconheceu que as práticas de disseminação do cronograma de trabalho funcionaram bem, mas solicitou prazos mais adequados para a coordenação de rascunhos e a mitigação de sobreposições de horários entre os debates gerais e as reuniões informais.

Além disso, o Grupo defendeu que os relatórios do Secretariado fossem disponibilizados com maior antecedência, preferencialmente até meados de setembro, para fundamentar as negociações de forma apropriada.

Em relação à organização dos debates, o G-77 manifestou-se a favor da manutenção dos tempos de fala tradicionais, alertando que as medidas de austeridade e as restrições de liquidez aplicadas na 80ª Sessão deveriam permanecer temporárias.

O Grupo também propôs que a introdução de resoluções ocorresse durante os debates de itens específicos da agenda, em vez de apenas ao final das consultas informais. Quanto à gestão das reuniões, reforçaram o pedido por uma comunicação mais fluida por e-mail, organizada por títulos de resoluções, e pela continuidade do uso de plataformas digitais para o compartilhamento de textos em negociação.

Ao reagir a propostas de outras delegações, o bloco posicionou-se de forma cautelar sobre mudanças estruturais. O Grupo rejeitou a imposição de regras fixas para a bienalização ou trienalização de resoluções, defendendo que qualquer alteração na periodicidade deveria ser analisada caso a caso para não enviar sinais equivocados sobre as prioridades de desenvolvimento da ONU.

Da mesma forma, embora tenha aceitado a simplificação de textos, ressaltaram que isso não poderia comprometer a substância e deveria permanecer como uma prerrogativa dos proponentes.

Por fim, sobre questões orçamentárias, o G-77 reiterou que as implicações financeiras não deveriam ser o critério principal para determinar o mérito de uma resolução, sendo este um tema afeto ao 5º Comitê.

12 de março de 2026 – Declaração realizada pela delegação do Uruguai junto às Nações Unidas em nome do G-77 e da China sobre o item 134 da agenda: revisão da eficiência do funcionamento administrativo e financeiro da ONU: revisões propostas aos regulamentos e normas que regem o planejamento de programas, os aspectos programáticos do orçamento, o monitoramento da implementação e os métodos de avaliação e alterações propostas aos regulamentos e normas financeiras, na 1ª parte da retomada da 80ª sessão do 5º Comitê da AGNU. O 5º Comitê da AGNU é responsável pelas questões administrativas e orçamentárias da ONU.

O G-77 e a China destacaram a relevância de manter um arcabouço regulatório atualizado e transparente para a gestão financeira das Nações Unidas, ressaltando que as normas e regulamentos financeiros são fundamentais para a fiscalização intergovernamental. Observaram que o regulamento atual não passava por revisões desde 2013, o que tornava necessária a codificação de decisões recentes da AGNU e a adequação às práticas financeiras vigentes.

Ao tratar da crise de liquidez da ONU, o Grupo reafirmou que medidas de conservação de caixa não representavam uma solução sustentável, defendendo que o problema só poderia ser resolvido se os Estados-membros cumprissem suas obrigações financeiras integralmente e sem condições. Nesse sentido, o Grupo expressou profunda preocupação com os vultosos atrasos do maior contribuinte individual, que detém mais de 60% das cotas não pagas, sendo esta a causa raiz da instabilidade financeira da instituição.

Além disso, o posicionamento enfatizou a importância de evitar atrasos nos reembolsos aos países que contribuem com tropas e policiais para operações de paz, a maioria dos quais são nações em desenvolvimento. O Grupo também defendeu a necessidade de maior coerência entre as normas financeiras e as regras de planejamento de programas e avaliação.

Por fim, o bloco alertou que qualquer alteração nessas normas teria implicações profundas na gestão da ONU, exigindo tempo suficiente para análise e o fornecimento de informações detalhadas para garantir o fortalecimento da governança e o respeito à autoridade da AGNU.

10 de março de 2026 – Declaração realizada pela delegação do Uruguai junto às Nações Unidas em nome do G-77 e da China no processo consultivo para a declaração ministerial do HLPF sobre desenvolvimento sustentável

o G-77 e a China apresentaram suas diretrizes para o Fórum Político de Alto Nível de 2026 (HLPF), recomendando que a declaração ministerial seguisse o formato de anos anteriores e mantivesse o processo de negociação transparente e inclusivo, sem retrocessos em relação aos compromissos já firmados.

O Grupo enfatizou que a erradicação da pobreza permanecia como o maior desafio global e defendeu que todo o trabalho fosse orientado pelos princípios da Declaração do Rio[12], especialmente o de responsabilidades comuns, mas diferenciadas. Diante da proximidade de 2030, manifestou-se profunda preocupação com o progresso irregular das metas, agravado por

[12] A **Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento** é um dos documentos fundamentais do direito ambiental internacional moderno. Ela foi adotada durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, popularmente conhecida como **Eco-92** ou **Cúpula da Terra**, realizada no Rio de Janeiro em junho de 1992.

obstáculos estruturais como dívidas insustentáveis, insegurança alimentar e a crise de liquidez na própria ONU.

Em relação aos objetivos específicos sob revisão, o Grupo defendeu o fortalecimento da cooperação internacional para garantir o acesso à água e ao saneamento (ODS 6) e o cumprimento das metas de energia (ODS 7), destacando que milhões de pessoas, especialmente na África, ainda careciam de eletricidade e fontes limpas para cozinhar. Sobre a industrialização e inovação (ODS 9 e 11), foi pleiteado maior apoio às pequenas empresas, a redução do fosso digital e o planejamento de cidades resilientes a desastres.

Por fim, ao tratar das parcerias globais (ODS 17), o bloco exigiu uma reforma urgente na arquitetura financeira e da dívida internacional, reforçando que a ajuda oficial ao desenvolvimento deveria ser cumprida sem duplicidades e que a cooperação Sul-Sul atuava como um complemento essencial à cooperação Norte-Sul. O Grupo concluiu reiterando que o desenvolvimento sustentável não poderia ser alcançado sob medidas coercitivas unilaterais ou contextos de ocupação estrangeira.

10 de março de 2026 – Declaração realizada pela delegação do Uruguai junto às Nações Unidas em nome do G-77 e da China sobre o item 134 da agenda: análise da eficiência do funcionamento administrativo e financeiro das atividades da cadeia de suprimentos da ONU, na 1ª parte da retomada da 80ª sessão do 5º Comitê da AGNU. O 5º Comitê da AGNU é responsável pelas questões administrativas e orçamentárias da ONU.

Posicionamento do G-77 e China sobre Compras e Suprimentos da ONU

O Grupo reafirma que todas as atividades de aquisição da ONU devem ser norteadas pela transparência, integridade e pelo princípio do "melhor valor pelo dinheiro". O foco central é garantir que países em desenvolvimento e de economias em transição tenham oportunidades reais e equitativas de participação.

Os principais pontos destacados nesta declaração são:

- **Equidade e Inclusão:** O Grupo manifesta preocupação com o fato de a participação de fornecedores de países em desenvolvimento em 2024 estar abaixo dos níveis de 2020. Defenderam medidas concretas para que esses fornecedores acessem contratos de maior valor e complexidade.

- **Eficiência e Governança:** No contexto da iniciativa ONU80, o Grupo apoiou a busca por eficiência e redução de duplicidade nas cadeias de suprimentos, mas pediram regras de governança claras, prestação de contas (*accountability*) inequívoca e salvaguardas contra riscos financeiros ou de reputação.

- **Fortalecimento de Centros Regionais:** Defenderam o maior uso da Seção de Apoio a Compras Globais em Entebbe[13], especialmente em iniciativas de economia circular (reuso e reforma de materiais) durante o fechamento de missões de paz

- **Representação Geográfica e Integridade:** O Grupo criticou a persistente falta de representação geográfica equitativa no secretariado e pede controles internos mais rigorosos

[13] A OMS utiliza Entebbe como um local estratégico, frequentemente servindo de hub logístico para o envio de suprimentos médicos e resposta a emergências de saúde na região africana.

para evitar má conduta e identificar barreiras procedimentais que limitam fornecedores do Sul Global.

- **Digitalização e Idiomas:** Celebraram o avanço das plataformas digitais e a disponibilidade de guias de compras nos **seis idiomas oficiais**, mas reforçaram que a tecnologia deve servir para ampliar o alcance a fornecedores de países menos desenvolvidos.

- **Monitoramento de Contratos:** Apoiaram a criação de mecanismos para monitorar extensões de contratos sem nova licitação, buscando entender por que a competitividade aberta é preterida em certos casos.

MOVIMENTO DOS PAÍSES NÃO ALINHADOS (MNA)

O MNA é a maior coligação de países depois das Nações Unidas, criada em 1961, hoje, o movimento é composto por 121 Estados Membros de todas as partes do mundo. Existem ainda 17 estados e 10 organizações internacionais com status de observador.

O Gabinete de Coordenação é sediado na ONU, sendo o principal instrumento para dirigir o trabalho das forças-tarefa, comitês e grupos de trabalho do MNA. O trabalho diário do MNA é realizado por Grupos de Trabalho, em nome do Gabinete de Coordenação.

De 2024 a 2027, a presidência do MNA está a cargo da República de Uganda. O presidente de Uganda, Yoweri Museveni é o presidente do Movimento dos Não-Alinhados. A Delegação de Uganda junto às Nações Unidas é o representante do Presidente na ONU.

O MNA e as Novas Fronteiras da Soberania: Ações em março de 2026

A atuação do MNA expandiu-se para além dos palcos tradicionais de conflito, consolidando posições estratégicas na interseção entre direitos humanos, tecnologia e desenvolvimento.

Durante a **70ª Sessão da Comissão sobre a Situação da Mulher (CSW)**, em Nova Iorque, o bloco articulou-se para denunciar a "feminização da pobreza" no Sul Global. O MNA argumentou que as sanções econômicas unilaterais e as barreiras ao crédito internacional representam obstáculos estruturais que impedem a autonomia das mulheres, exigindo que a cooperação Sul-Sul seja o motor de reformas legislativas que garantam acesso equitativo à justiça e à proteção social.

Simultaneamente, o Gabinete de Coordenação do MNA em Genebra intensificou os preparativos para a **14ª Conferência Ministerial da OMC (MC14)** em Yaoundé/Camarões.

Em um esforço de alinhamento com o Grupo Africano, o MNA emitiu comunicados enfáticos em defesa da flexibilização dos direitos de propriedade intelectual (TRIPS). A tese central do grupo é que a inovação tecnológica, especialmente a Inteligência Artificial aplicada à saúde e ao diagnóstico, não deve ser cerceada por patentes que aprofundem o fosso digital.

Para o MNA, a soberania tecnológica é indissociável da capacidade de cada nação em desenvolver suas próprias soluções locais, protegendo-as do protecionismo dos países desenvolvidos.

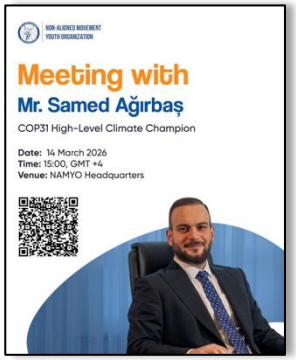
Por fim, o MNA reafirmou o seu compromisso com o respeito à diversidade cultural e religiosa ao utilizar o **Dia Internacional para o Combate à Islamofobia** em 15 de março, como

plataforma política. Fundamentado nos Princípios de Bandung, o MNA vinculou a luta contra o discurso de ódio e a discriminação à necessidade de uma nova governança de dados.

O grupo defendeu que a soberania digital inclua marcos regulatórios robustos que impeçam o uso de algoritmos para marginalizar culturas do Sul Global, assegurando que o ciberespaço seja um ambiente de cooperação soberana e não de dominação ideológica ou exploração de dados genéticos e biológicos sem a devida contrapartida às nações de origem.

MOVIMENTO JOVEM DOS NÃO ALINHADOS (NAMYO)

A Organização Jovem do Movimento dos Não-Alinhados (NAMYO) foi inaugurada oficialmente em outubro de 2021 em Baku no Azerbaijão e, desde então, vem atuando como uma plataforma ampla, criando oportunidades para que os jovens possam se manifestar, apresentar suas ideias e perspectivas em temas relacionados com a conjuntura política global capacitando os mais jovens para se tornarem líderes do futuro.



14 de março de 2026 – NAMYO se prepara para a COP31

NAMYO recebeu recentemente Samed Agirbas, o Campeão de Alto Nível do Clima da COP31 como um passo na preparação para o caminho até a Antália, cidade costeira localizada no **sul da Turquia**, cidade anfitriã da COP31.

A discussão centrou-se no papel indispensável dos jovens em impulsionar a agenda climática. Especificamente, como a inovação dos jovens, os esforços de advocacia direcionados e as fortes redes colaborativas são ferramentas essenciais para alcançar resultados significativos de ação climática antes e durante a conferência global.

CENTRO SUL

O Centro Sul é uma organização intergovernamental de nações em desenvolvimento, com sede em Genebra, na Suíça, criada em 1995, que funciona como um *think tank* de reflexão e ação política em prol do Sul global.

O Centro Sul realiza pesquisas voltadas para políticas públicas sobre questões-chave de desenvolvimento e apoia os países em desenvolvimento a participarem efetivamente de processos de negociação internacional relevantes para a consecução dos ODS.

O Centro Sul também oferece assistência técnica e capacitação em diversas áreas dentro do seu programa de trabalho. O Centro promove a unidade do Sul, reconhecendo a diversidade de interesses e prioridades nacionais.

O Centro Sul sucedeu a Comissão do Sul, cujo principal objetivo era fortalecer a cooperação Sul-Sul nos assuntos internacionais. Em 2025, celebra seu 30º aniversário

Notícias

27 de março de 2026 – O Centro Sul apoiou a 1ª Conferência Internacional sobre Resistência Antimicrobiana (RAM) das Américas e Caribe que foi realizada em Brasília de 24 a 27 de março de 2026. Destacou o protagonismo do Brasil em articular uma resposta regional ao problema, unindo diversos setores sob a estratégia de **Uma só Saúde** e com o respaldo da Parceria Quadripartite (OMS, FAO, OMSA e PNUMA).

Durante o evento, a Dra. Viviana Muñoz, especialista em Saúde do Centro Sul, liderou discussões sobre como a Cooperação Sul-Sul pode ser uma ferramenta poderosa para o intercâmbio de tecnologias. Além disso, presidiu o painel sobre acesso sustentável, reforçando que o combate à resistência antimicrobiana deve caminhar lado a lado com a garantia de que medicamentos essenciais sejam acessíveis e distribuídos de forma equitativa em toda a região.

Esta conferência foi um marco por ser a primeira reunião regional deste nível a adotar a abordagem de **Uma só Saúde**, conectando o uso de antibióticos na medicina humana, na produção animal e o seu impacto no meio ambiente.

View this email in your browser

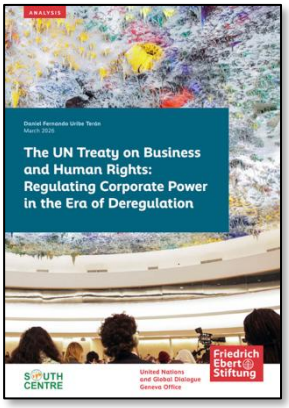
SOUTH CENTRE

SouthNews No. 554, 25 March 2026

Institutional Legitimacy Deferred: Politics and Structural Tensions at Intergovernmental Science-Policy Panel on Chemicals, Waste and Pollution 1 (ISP-CWP P1)

By Touba Esfahani Nejad

25 de março de 2026 – Publicação do "SouthNews" de março.



27 de março de 2026 – O Tratado da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos: Regulando o Poder Corporativo na Era da Desregulamentação

Daniel Fernando Uribe Terán

O documento The UN Treaty on Business and Human Rights: Regulating Corporate Power in the Era of Deregulation analisa a necessidade urgente de um Instrumento Juridicamente Vinculante da ONU para regular o poder de empresas transnacionais e garantir a proteção dos direitos humanos.

A análise destaca que a recente tendência de desregulamentação e o enfraquecimento de normas regionais, como a Diretiva de Devida Diligência da União Europeia, geram um efeito bumerangue no qual a impunidade corporativa ameaça a soberania e a estabilidade democrática tanto de países em desenvolvimento quanto de nações desenvolvidas.

PRIORIZAR O ACESSO A ANTIBIÓTICOS PARA ENFRENTAR A RESISTÊNCIA

As infecções resistentes a antibióticos causam 1,14 milhão de mortes por ano.

O uso de antibióticos é um fator chave para o desenvolvimento da resistência aos antimicrobianos (RAM), o que levou a esforços para reduzir prescrições desnecessárias ou inadequadas. No entanto, em muitos países, o uso excessivo e inadequado de alguns antibióticos coexiste com a escassez grave ou falta total de acesso a outros antibióticos essenciais, resultando em mais sofrimento, custos e mortes.

Apenas 1 em cada 3 crianças menores de 5 anos com pneumonia recebe os antibióticos de que precisa.

A pneumonia causa 22% dos óbitos em crianças com menos de 5 anos.

Menos de 7% das cerca de 1,5 milhão de pessoas com infecções resistentes a medicamentos em 8 países de baixa e média renda, em 2019, conseguiram acesso ao antibiótico correto.

Países da América Latina e do Caribe com acesso inadequado a antibióticos enfrentam as maiores taxas de mortalidade por resistência bacteriana.

92 milhões de mortes poderiam ser evitadas até 2050 com melhor qualidade no cuidado de infecções e acesso a antibióticos.

Os governos devem integrar o acesso às estratégias que concentrado na vigilância da resistência aos antimicrobianos, enquanto dados sobre disponibilidade, preço e uso de antibióticos na atenção primária permanecem extremamente escassos, apesar de sua relevância para orientar a resposta.

Falta de antibióticos devido a falhas na cadeia de suprimentos, gargalos surtos e custos de logística, que muitas vezes dificultam o acesso aos medicamentos de que as pessoas precisam.

O preço elevado de certos antibióticos, consultas e testes faz com que muitas pessoas não consigam obter o tratamento adequado quando precisam.

Barreiras de mercado: Menos de 10% dos antibióticos essenciais lançados entre 1968 e 2014 foi disponibilizado em mais de 10 países.

"...a falta de acesso a antimicrobianos adequados, seguros, eficazes e a preços acessíveis... especialmente em países em desenvolvimento, é responsável por mais mortes do que a resistência aos antimicrobianos..."

A Resolução das Nações Unidas de 2024 sobre RAM

As barreiras ao acesso a antibióticos, incluindo preços altos, cadeias de abastecimento frágeis, falta de produção local e insuficiência na produção e capacidade de muitas pessoas receberem tratamento oportuno e eficaz, especialmente em países de baixa e média renda. Quando os antibióticos não estão disponíveis de forma contínua em clínicas e farmácias e quando os profissionais de saúde não recebem treinamento ou incentivos adequados para diagnóstico, prescrição ou distribuição corretos, alguns pacientes são forçados a viajar longas distâncias ou recebem cuidados inadequados.

Populações rurais e pobres enfrentam maior risco de doenças graves e morte, enquanto os sistemas de saúde têm mais dificuldade para controlar infecções, reduzir a disseminação da resistência aos antibióticos e lidar com os custos mais altos do tratamento de infecções resistentes.

SOUTH CENTRE ONEHEALTH TRUST

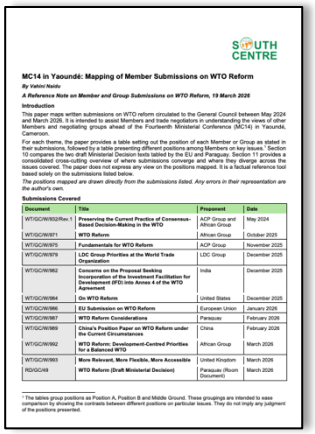
24 de março de 2026 – Priorizar o Acesso a Antibióticos para Enfrentar a Resistência

One Health Trust Information Note

Uma nota informativa foi publicada pelo Centro Sul em colaboração com o One Health Trust, tratando da necessidade crítica de priorizar o acesso a antibióticos para enfrentar a resistência antimicrobiana (RAM), que é responsável por 1,14 milhão de mortes anuais.

A análise revela que, especialmente em países em desenvolvimento, a falta de acesso a antimicrobianos eficazes e acessíveis causa mais óbitos do que a própria resistência, sendo este cenário agravado por barreiras como preços proibitivos, cadeias de suprimento frágeis e insuficiência na produção local.

Citando casos como o surto de sífilis congênita no Brasil devido à escassez de penicilina e o aumento acentuado dos custos de tratamento na Colômbia, o relatório recomenda que os governos integrem o acesso às estratégias nacionais de controlo da RAM, melhorem a transparência na compra de medicamentos e fortaleçam as capacidades regulatórias para garantir a equidade e a eficácia da saúde pública.



SOUTH CENTRE

MC14 in Yaoundé: Mapping of Member Submissions on WTO Reform

By Vahini Naidu

A Reference Note on Member and Group Submissions on WTO Reform, 19 March 2026

Introduction

This paper maps written submissions on WTO reform circulated to the General Council between May 2024 and March 2026. It is intended to assist Members and trade negotiators in understanding the views of other Members and negotiating groups ahead of the Fourteenth Ministerial Conference (MC14) in Yaoundé, Cameroon.

For each theme, the paper provides a table setting out the position of each Member or Group as stated in their submissions, followed by a table presenting different positions among Members on key issues.[1] Section 10 compares the two draft Ministerial Decision texts tabled by the EU and Paraguay. Section 11 provides a consolidated cross-cutting overview of where submissions converge and where they diverge across the issues covered. The paper does not express any view on the positions mapped. It is a factual reference tool based solely on the submissions listed below.

The positions mapped are drawn directly from the submissions listed. Any errors in their representation are the author's own.

Submissions Covered

Document	Title	Proponent	Date
WT/GC/W/832/Rev.1	Preserving the Current Practice of Consensus-Based Decision-Making in the WTO	ACP Group and African Group	May 2024
WT/GC/W/871	WTO Reform	African Group	October 2025
WT/GC/W/875	Fundamentals for WTO Reform	ACP Group	November 2025
WT/GC/W/879	LDC Group Priorities at the World Trade Organization	LDC Group	December 2025
WT/GC/W/882	Concerns on the Proposal Seeking Incorporation of the Investment Facilitation for Development (IFD) into Annex 4 of the WTO Agreement	India	December 2025
WT/GC/W/884	On WTO Reform	United States	December 2025
WT/GC/W/886	EU Submission on WTO Reform	European Union	January 2026
WT/GC/W/887	WTO Reform Considerations	Paraguay	February 2026
WT/GC/W/889	China's Position Paper on WTO Reform under the Current Circumstances	China	February 2026
WT/GC/W/892	WTO Reform: Development-Centred Priorities for a Balanced WTO	African Group	March 2026
WT/GC/W/893	More Relevant, More Flexible, More Accessible	United Kingdom	March 2026
RD/GC/49	WTO Reform (Draft Ministerial Decision)	Paraguay (Room Document)	March 2026

[1] The tables group positions as Position A, Position B and Middle Ground. These groupings are intended to ease comparison by showing the contrasts between different positions on particular issues. They do not imply any judgment of the positions presented.

19 de março de 2026 – MC14 em Yaoundé: Mapeamento das Contribuições dos Membros sobre a Reforma da OMC

Vahini Naidu

O Centro Sul lançou mais uma nota que mapeia as submissões escritas sobre a reforma da OMC circuladas ao Conselho Geral da Organização Mundial do Comércio (OMC) entre maio de 2024 e março de 2026, para apoiar as preparações dos negociadores para a MC14 em Yaoundé, Capital de Camarões.

A nota organiza as posições dos Membros e grupos tematicamente, com tabelas comparativas sobre questões como tomada de decisões e consenso, tratamento especial e diferenciado, plurilaterais, governança institucional e solução de controvérsias, e inclui uma comparação detalhada dos projetos de decisões ministeriais da UE e do Paraguai sobre a reforma da OMC.

Uma seção transversal final destila áreas de convergência e divergência para oferecer uma visão factual do cenário atual de reforma.

SOUTH CENTRE

MC14 in Yaoundé: Consider, Endorse or Finalize? Mixed Procedural Signals in the WTO Reform Package

By Vahini Naidu

An Analytical Note on the Procedural Design of the MC14 WTO Reform Package, 17 March 2026

Abstract

This note examines the procedural design of the MC14 WTO reform package and its implications for developing countries. It maps six conflicting formulations of what Ministers are expected to do with the draft reform texts, identifies an institutional lift towards the Facilitator's document, and shows how non-binding breakout "takeaways" and informal small group consultations are being used to shape post-MC14 work. It concludes with practical recommendations for safeguarding a genuinely member-driven, consensus-based reform process.

1. Introduction

Ministers arriving in Yaoundé will be presented with a package of documents on WTO reform prepared by three different institutional actors and supplemented by the WTO Secretariat's public communications. Each has framed the status and expected outcome of the draft Yaoundé Ministerial Statement on WTO Reform and the draft WTO Reform Work Plan in different terms. The result is a reform process in which the procedural foundations are unclear, the expected ministerial action is described in six different ways across the package, and the institutional architecture tilts toward a particular outcome. Rather than providing Ministers with a coherent basis for decision-making, the multiplicity of formulations, documents, and informal mechanisms risks producing convergence through confusion rather than through consensus. This note identifies and analyses the procedural inconsistencies across these documents, examines the status and implications of the breakout session outputs, and draws attention to strategic risks for developing countries. This note is without prejudice to the views and positions of South Centre Member States or other developing countries.

The documents examined are:

- Written Report by the WTO Reform Facilitator to the General Council, JOB/GC/491 (8 March 2026)
- Cover note by the General Council Chair, WT/MIN(26)/13 (17 March 2026)
- Revised Modalities, Schedule of MC14 Sessions (Director-General), WT/MIN(26)/INF/9/Rev.1 (17 March 2026)
- Information Note for WTO Reform Breakout Sessions (WTO Reform Facilitator), WT/MIN(26)/INF/15 (8 March 2026)

17 de março de 2026 – MC14 em Yaoundé: Considerar, Aprovar ou Finalizar? Sinais Processuais Mistos no Pacote de Reforma da OMC

Vahini Naidu

Nesta nota, o Centro Sul examina o desenho processual do pacote de reforma da OMC para o MC14 e suas implicações para os países em desenvolvimento.

Ela mapeia seis formulações conflitantes sobre o que se espera que os Ministros façam com os rascunhos de textos de reforma, identifica uma inclinação institucional em direção ao documento do Facilitador e mostra como os principais pontos (takeaways) não vinculativos das sessões de grupo e as consultas informais de pequenos grupos estão sendo usados para moldar o trabalho pós-MC14.

Conclui com recomendações práticas para salvaguardar um processo de reforma genuinamente impulsionado pelos membros e baseado no consenso.

SOUTH CENTRE

POLICY BRIEF

N° 155
17 March 2026

WTO arbitration on China's standard patents policy threatens TRIPS balance and national autonomy

By Nirmalya Syam*

ABSTRACT

KEY MESSAGES

- The WTO arbitration award regards the obligation under TRIPS Article 1.1 (national to me), creating cross-border obligations that not antecedently national (which an honest read yields again).
- By introducing an anti-financialist rule (Article 28) into the interpretation of Article 1.1, the panel has unduly shaped national measures that affect the exercise of IP rights abroad.
- If relied on in future decisions, this interpretation may open the door for far-reaching non-violation complaints in TRIPS, upsetting the balance between IP rights and national policy flexibility.

KEYWORDS: Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights (TRIPS), World Trade Organization (WTO), WTO Arbitration Award, China, TRIPS Article 1.1, National Treatment, Intellectual Property Enforcement, Anti-Suit Injunction (ASI) Policy, Standard-Essential Patents (SEPs)

* Senior Programme Officer, Health, Intellectual Property and Biodiversity Programme (HIPB), South Centre

17 de março de 2026 – Arbitragem da OMC sobre a política de patentes padrão da China ameaça o equilíbrio do TRIPS e a autonomia nacional

Nirmalya Syam

O Centro Sul lançou um artigo que examina criticamente o laudo arbitral da OMC em China – Aplicação de Direitos de Propriedade Intelectual (WT/DS611/ARB25), que marca um desvio significativo das interpretações estabelecidas do Artigo 1.1 do Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS).

Embora o Artigo 1.1 do TRIPS tenha sido invocado pela União Europeia apenas em conjunto com o Artigo 28, os árbitros o trataram como um fundamento normativo autônomo para impor restrições transfronteiriças às medidas judiciais dos membros. O artigo argumenta que esta expansão do Artigo 1.1 vai além de seu texto e estrutura, corre o risco de minar medidas legítimas de interesse público e abre a porta para reclamações do tipo não-violação que são excluídas do TRIPS.

G20, G7 e OCDE

G20, el G7 y la OCDE

G20, G7, and OECD

Pedro Burger, Vitória Kavanami, Thaiany Medeiros Cury, Nina Bouqvar e João Miguel Estephanio

Defesa da democracia e dos direitos laborais: Agenda L20 frente ao minimalismo do G20

En defensa de la democracia y los derechos laborales: Agenda del L20 como respuesta al enfoque minimalista del G20

Defending democracy and labor rights: L20's agenda in response to the G20's minimalist approach

Resumo. O informe analisa a persistente estagnação institucional da presidência dos Estados Unidos no G20 e o posicionamento crítico do grupo de engajamento Trabalho 20 (Labour 20). O texto destaca a denúncia dos sindicatos globais contra a agenda minimalista de Washington e a articulação de uma contra-agenda focada na defesa da democracia, dos direitos trabalhistas e da redução de desigualdades globais.

Palavras-chave: G20; G7; OCDE; EUA; África do Sul; Guerra do Irã; Cooperação Internacional.

Resumen: *El informe analiza el persistente retraso institucional de la presidencia del G20 por parte de Estados Unidos y la postura crítica adoptada por el grupo de participación Labour 20. El texto destaca las críticas de los sindicatos mundiales a la agenda minimalista de Washington y el desarrollo de una agenda alternativa centrada en la defensa de la democracia, los derechos laborales y la reducción de las desigualdades globales.*

Palabras clave*: G20; G7; OCDE; EE. UU;* Sudáfrica; Guerra de Irán*; Cooperación Internacional.*

Abstract: *The report discusses the persistent institutional stagnation of the U.S. presidency within the G20 and the critical stance taken by the Labour 20 engagement group. The text highlights global trade unions' criticism of Washington's minimalist agenda and the development of a counter-agenda focused on defending democracy, labor rights, and reducing global inequalities.*

Keywords: *G20; G7; OECD; USA; South Africa; Iran War; International Cooperation.*

A presidência dos Estados Unidos no G20 permanece em persistente estagnação, com o portal oficial do bloco sem novas atualizações desde a sua ativação inicial. Como observado anteriormente, a atual gestão consolidou uma estrutura técnica extremamente reduzida com foco estrito na promoção do crescimento econômico e da prosperidade global por meio de resultados práticos e simplificados, a fim de restaurar o fórum à sua "missão original". Se anteriormente o grupo contava com mais de quinze grupos de trabalho, dispostos nas trilhas de *sherpas* e de finanças, até o momento seguem confirmados apenas quatro. Diante dessa opacidade comunicacional e da manutenção de uma agenda minimalista, o foco desta quinzena desloca-se para o posicionamento do Labour 20 (L20), o grupo oficial de engajamento que representa os trabalhadores e que tem denunciado o esvaziamento das discussões fundamentais para a governança global.

Após reuniões de alto nível em Washington, o grupo emitiu um alerta contundente destacando que a agenda proposta pela administração Trump ameaça aprofundar as desigualdades globais e enfraquecer as instituições democráticas. O L20 deu início ao seu trabalho para 2026 com um encontro online de líderes sindicais no início de fevereiro e, posteriormente, organizou um evento para reforçar os esforços no combate às desigualdades, com base nas conclusões do Relatório sobre Desigualdade Global do G20 lançado no ano passado. Sob o tema: "Reduzindo as desigualdades, colocando as pessoas no centro do G20", o evento reuniu sindicalistas, membros do Comitê Extraordinário de Especialistas Independentes do G20 sobre Desigualdade Global, os ministros do Trabalho do Brasil e da Espanha e o *sherpa* sul-africano do G20, bem como a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e Organizações da Sociedade Civil (OSCs).

O ministro do Trabalho e Emprego do Brasil, Luiz Marinho, destacou na ocasião a preocupação do governo brasileiro com a condução atual dos debates do bloco, sobretudo com a exclusão da África do Sul e com a ausência de grupos de trabalho técnicos considerados essenciais. Em sua intervenção, Marinho afirmou que, em um fórum que representa as maiores economias do mundo, a ausência de um país tão relevante do continente africano compromete a legitimidade do debate. "O fórum não pode ser puramente econômico. É possível promover desenvolvimento econômico aliado à inclusão, empregos de qualidade e atenção especial a grupos marginalizados, como mulheres e jovens", destacou.

Na visão das lideranças sindicais internacionais, as políticas promovidas pelos Estados Unidos, como a expansão dos combustíveis fósseis e os interesses das grandes empresas de tecnologia, centram-se nos interesses de uma pequena elite e de grandes corporações, deixando de lado o bem-estar da classe trabalhadora e a proteção dos direitos laborais. Luc Triangle, secretário-geral da Confederação Sindical Internacional (ITUC, na sigla em inglês), enfatizou que qualquer tentativa de fragilizar as instituições democráticas ou as proteções aos trabalhadores em favor de bilionários apenas gerará mais instabilidade e insegurança no sistema financeiro internacional. Segundo, Veronica Nilsson, secretária-geral do Comitê Consultivo Sindical da OCDE (TUAC, na sigla em inglês), os trabalhadores precisam que seus governos combatam a desigualdade, as mudanças climáticas e as disrupções tecnológicas, em vez de alimentá-las por meio da desregulamentação, da expansão dos combustíveis fósseis e do poder corporativo sem controle.

Nesse sentido, é também fundamental notar que a atual presidência retirou quase todos os temas relacionados ao trabalho e ao emprego da agenda oficial e recusou-se a convocar

grupos de trabalho sobre saúde, desenvolvimento, educação ou desigualdade, enfraquecendo a capacidade do G20 de responder aos desafios globais. O próprio L20 não foi formalmente reconhecido pela presidência estadunidense, o que os sindicatos interpretam como uma decisão deliberada que indica quais interesses este ciclo de 2026 pretende servir. "A decisão de excluir o Labour 20 do G20 não é um descuido. É uma declaração sobre a quem essa presidência serve. Os trabalhadores não são uma questão secundária na economia global, eles são a economia global. Não vamos esperar por um convite que não vai chegar", afirmou Kemal Ozkan, secretário-geral adjunto da organização IndustriALL.

Como resposta política a esse isolamento, o movimento sindical global está construindo uma contra-agenda baseada na defesa da democracia e do Direito Internacional. As demandas do L20 incluem questões como:

- Uma agenda democrática e centrada nas pessoas, capaz de enfrentar os principais desafios que afetam os trabalhadores em todo o mundo.
- Uma regulamentação baseada nos direitos para proteger trabalhadores, consumidores e comunidades, e para garantir a prestação de contas democrática nos mercados.
- Uma Transição Justa para as energias renováveis que garanta empregos dignos e proteja os meios de subsistência dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que combate as mudanças climáticas.
- Uma digitalização centrada nas pessoas, com regras rigorosas sobre inteligência artificial e tecnologia para proteger empregos, direitos, privacidade e democracia.
- Salários justos e dignos, negociação coletiva fortalecida e proteção social universal.
- Tributação justa, alívio da dívida e cooperação multilateral mais forte para reduzir a desigualdade e apoiar o desenvolvimento sustentável.
- Investimento em serviços públicos e educação de qualidade para garantir o crescimento inclusivo e preparar as sociedades para o futuro do trabalho.

O grupo defende ainda a criação de um Painel Internacional sobre Desigualdade (IPI, na sigla em inglês), recomendação central da presidência sul-africana que é ignorada pelo anfitrião atual. Como relatado no relatório do Grupo de Trabalho sobre Desigualdade, liderado pelo economista Joseph Stiglitz no ano passado, a proposta do IPI é modelada à imagem do IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas) e tem a função de fornecer uma avaliação científica contínua e baseada em evidências da crise de disparidade social e econômica, além de oferecer recomendações de políticas públicas aos governos do G20 e além.

Diante desse cenário de silêncio oficial, os grupos de engajamento assumem um papel vital como vetores de resistência para as demandas do Sul Global e para pautas transversais urgentes, como a saúde global, que foram marginalizadas na atual agenda do fórum. Conforme reiterado pelas lideranças do L20, o grupo não aguardará convites formais, mas continuará a articular coalizões para assegurar que os compromissos multilaterais anteriores sejam preservados e que a desigualdade retorne ao centro do debate em presidências futuras, como a do Reino Unido em 2027. O exemplo do L20 serve de orientação para que os demais grupos organizem-se na defesa de suas agendas. Afinal, como recordou o ministro das Relações Exteriores da África do Sul durante a Cúpula Social de 2025, "as relações internacionais são relevantes demais para ficarem restritas apenas aos governos". Assim, o vácuo de liderança institucional pode ser transformado em uma oportunidade para a promoção de agendas concretas e independentes por parte da sociedade civil.

Referências

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Ministro do Trabalho participa de reunião do L20 sobre redução das desigualdades. Brasília, DF, 26 mar. 2026*. Disponível em: https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2026/marco/ministro-do-trabalho-participa-de-reuniao-do-l20-sobre-reducao-das-desigualdades. Acesso em: 30 mar. 2026

G20. Official Website of the G20 Presidency of the United States. Washington, DC, 2026. Disponível em: https://g20.org/. Acesso em: 16 mar. 2026.

INDUSTRIALL GLOBAL UNION. Global unions defend democracy and workers' rights at G20. [S. l.], 26 mar. 2026. Disponível em: https://www.industriall-union.org/global-unions-call-for-defence-of-democracy-and-workers-rights-at-g20. Acesso em: 30 mar. 2026.

ITUC. G20: Trade unions call for defence of democracy, rights and shared prosperity. [S. l.], 26 mar. 2026. Disponível em: https://www.ituc-csi.org/G20-L20-defence-of-democracy. Acesso em: 30 mar. 2026.

****

G7 sob Pressão: Tensões Diplomáticas e a Escalada da Guerra do Irã

G7 bajo presión: Tensiones diplomáticas y la escalada de la guerra de Irán

G7 Under Pressure: Diplomatic Tensions and the Escalation of the Iran War

Resumo. Para a quinzena trazemos desconfortos diplomáticos envolvendo o G7, com a suposta retirada do convite à África do Sul para participação da cúpula como país observador. Houve também um encontro dos Ministros das Relações Exteriores para discutir a guerra contra o Irã, objetivos estadunidenses e impactos geopolíticos.

Palavras-chave: G20; G7; OCDE; EUA; África do Sul; Guerra do Irã; Cooperação Internacional.

Resumen. *En esta quincena abordamos tensiones diplomáticas relacionadas con el G7, con la supuesta retirada de la invitación a Sudáfrica para participar en la cumbre como país observador. También hubo una reunión de los ministros de Relaciones Exteriores para discutir la guerra contra Irán, los objetivos de Estados Unidos y los impactos geopolíticos.*

Palabras clave*: G20; G7; OCDE; EE. UU; Sudáfrica; Guerra de Irán; Cooperación Internacional.*

Abstract. *This report covers recent diplomatic tensions involving the G7, including the alleged withdrawal of South Africa's invitation to participate in the summit as an observer country. It also highlights a meeting of Foreign Ministers to discuss the war against Iran, U.S. objectives, and geopolitical impacts.*

Keywords: *G20; G7; OECD; USA; South Africa; Iran War; International Cooperation.*

Entre os últimos acontecimentos do G7 observa-se um vazamento da tensão diplomática no âmbito do G20 envolvendo Estados Unidos e África do Sul. Segundo o presidente sul-africano, Cyril Ramaphosa, a África do Sul teria sido desconvidada da cúpula de Evian-les-

Bains, de 15 a 17 de junho, como país observador. Tal desconforto foi atribuído a uma pressão sustentada de Washington, incluindo uma ameaça de boicote à cúpula do G7, segundo um porta-voz da presidência sul-africana ao *Financial Times*. Segundo a fonte, após discussões entre os membros do G7, foi determinado que o Quênia substituiria a África do Sul como país observador convidado, com o consenso dos Estados Unidos (FINANCIAL TIMES, 2026).

No entanto, autoridades francesas negaram ter excluído a África do Sul da lista de convidados devido à pressão de Washington, afirmando que o Quênia foi convidado em seu lugar antes da visita do presidente Emmanuel Macron ao país este ano (REUTERS, 2026a). Além do Quênia, a França anunciou que receberá os líderes da Índia, da Coreia do Sul e do Brasil na cúpula.

De toda forma, é uma grande perda para a agenda da presidência francesa do G7. Isso, pois a África do Sul tem-se colocado como uma defensora do multilateralismo e se posicionado como uma voz do Sul Global e uma ponte entre economias emergentes e potências ocidentais (FINANCIAL TIMES, 2026). Temos tratado, em informes anteriores, as tensões diplomáticas entre EUA e África do Sul diante das alegações falsas de Trump acerca de um suposto "genocídio" contra agricultores brancos no país africano. Observa-se o vazamento dessas tensões afetando outros blocos multilaterais, e ao que tudo indica uma nova tentativa de boicote do presidente estadunidense contra a África do Sul.

Ainda, após meses sem um embaixador dos EUA na África do Sul, um novo nome, Leo Brent Bozell III, chegou à Pretória com uma abordagem linha dura em relação à política externa do país africano e seus vínculos com Irã e Rússia. Fazendo jus ao que prometeu, vem sendo acusado de interferência em assuntos internos, sendo repreendido por comentários que criticam a política externa do governo da África do Sul e abordando questões domésticas sensíveis, como reforma agrária e políticas de empoderamento econômico negro (FINANCIAL TIMES, 2026). Apesar disso, a África do Sul continua comprometida em se engajar de forma construtiva com os Estados Unidos, afirmou um porta-voz do governo sul-africano (RFI, 2026).

Na última quinta e sexta-feira, dias 26 e 27 de março, ministros do G7 se reuniram em Vaux-de-Cernay, na França, para discutir a guerra contra o Irã. O principal foco era ter mais esclarecimentos do Secretário de Estado estadunidense, Marco Rubio, sobre os reais objetivos da guerra e discutir possíveis canais diplomáticos para encerrar o conflito. As discussões também focaram no Estreito de Hormuz (REUTERS, 2026b).

Uma grande preocupação era quanto tempo a guerra ainda levará. Apesar dos recentes envios de forças para a região, Rubio afirmou que os EUA podem alcançar seus objetivos em questão de semanas e sem a necessidade do uso de tropas terrestres. Segundo o secretário, os objetivos estão sendo alcançados, sendo eles: destruição da capacidade balística e de drones do Irã, bem como fábricas, força aérea e marinha. Sobre o envio de tropas, alegou que tem a finalidade de dar a Donald Trump opções para responder a eventuais contingências no conflito. Os líderes discutiram a possibilidade de um sistema de pedágio no Estreito de Hormuz, como ocorre no Canal de Suez, e a contribuição de países europeus e asiáticos na garantia da livre passagem após o fim do conflito (REUTERS, 2026c). Os ministros também debateram a necessidade de mitigar os impactos do conflito em parceiros regionais, populações civis e infraestruturas essenciais (REUTERS, 2026d).

Também participou do encontro o ministro das Relações Exteriores da Ucrânia, Andrii Sybiha. Na oportunidade, afirmou que a Ucrânia está próxima de fechar vários acordos de segurança, incluindo com os Emirados Árabes Unidos e o Catar, para conter ataques iranianos.

A ideia é compartilhar experiências no abatimento de drones e mísseis russos. Kiev espera reforçar o apoio em sua guerra contra a Rússia, que já está em seu quinto ano, enquanto o conflito entre EUA e Israel com o Irã levanta incertezas sobre se Washington poderá restringir seus fornecimentos militares (REUTERS, 2026e).

Na ocasião, líderes europeus tentaram reforçar o argumento de que a Rússia está apoiando o Irã na guerra. Segundo fontes, Moscou tem fornecido imagens de satélite a Teerã e ajudado na atualização de drones. No entanto, Rubio adotou a postura de minimizar as preocupações contra Moscou. Segundo o secretário, a Rússia estaria concentrada na guerra contra a Ucrânia e o mesmo demonstrou não acreditar no envolvimento de Moscou no repasse de informações de inteligência ao Irã (REUTERS, 2026f).

Recentemente, o site do G7 compartilhou eventos em paralelo à visita de Emmanuel Macron à Índia, ainda em fevereiro, que rendeu discussões no âmbito da Trilha Digital da presidência do G7. Parte da visita englobou o evento "Protegendo as Crianças na Era da IA", no qual o Ministro designado para Inteligência Artificial e Assuntos Digitais reiterou os objetivos da França em relação à proteção infantil online e ao desenvolvimento do setor digital. A França reafirmou sua determinação de ampliar reflexões sobre a proteção de menores online para abranger a inteligência artificial generativa acessível ao público em geral, bem como de enfrentar os riscos associados ao uso dessas tecnologias por e para crianças (FRANÇA, 2026). O Ministro destacou os avanços recentes da França, especialmente a adoção de legislação que proíbe o acesso de menores de quinze anos às redes sociais e a criação de uma comissão de especialistas sobre os riscos da IA generativa.

As discussões exploraram os novos desafios levantados pela IA generativa disponível ao público, analisaram a responsabilidade dos desenvolvedores de IA e das plataformas, e destacaram o compromisso de associações, fundações e organizações da sociedade civil. Ao final do evento, o Ministro anunciou uma chamada internacional para contribuições científicas para subsidiar os trabalhos da comissão. Os resultados serão apresentados junto à Presidência francesa do G7 e ajudarão a formular recomendações concretas e novos padrões comuns (FRANÇA, 2026).

Referências

FINANCIAL TIMES. France withdraws G7 invitation to South Africa after US pressure. 2026. Disponível em: https://www.ft.com/content/ca914de4-f602-4703-ae03-93c34449e5f2?syn-25a6b1a6=1. Acesso em: 29 mar. 2026.

FRANÇA. Presidência da República (Élysée). France reaffirms its ambitions to promote online child protection. 18 mar. 2026. Disponível em: https://www.elysee.fr/en/G7evian/2026/03/18/france-reaffirms-its-ambitions-to-promote-online-child-protection. Acesso em: 29 mar. 2026.

RADIO FRANCE INTERNATIONALE (RFI). France denies excluding South Africa from G7 summit under pressure from US. 27 mar. 2026. Disponível em: https://www.rfi.fr/en/africa/20260327-france-denies-excluding-south-africa-from-g7-summit-under-pressure-from-us. Acesso em: 29 mar. 2026.

REUTERS. France denies excluding South Africa from G7 summit under pressure from Washington. 26 mar. 2026. Disponível em: https://www.reuters.com/world/china/g7-leaders-june-summit-include-india-south-korea-brazil-kenya-not-china-elysee-2026-03-26/. Acesso em: 29 mar. 2026a.

REUTERS. G7 allies meet against backdrop of wars in Ukraine and Iran, with unpredictable US. 26 mar. 2026. Disponível em: https://www.reuters.com/world/europe/g7-allies-meet-against-backdrop-wars-ukraine-iran-with-unpredictable-us-2026-03-26/. Acesso em: 29 mar. 2026b.

REUTERS. Rubio says US can achieve Iran objectives without ground troops. 27 mar. 2026. Disponível em: https://www.reuters.com/world/middle-east/rubio-says-us-can-achieve-iran-objectives-without-ground-troops-2026-03-27/. Acesso em: 29 mar. 2026c.

REUTERS. G7 foreign ministers demand an end to attacks on civilians in Iran war. 27 mar. 2026. Disponível em: https://www.reuters.com/world/americas/g7-foreign-ministers-demand-an-end-attacks-civilians-iran-war-2026-03-27/. Acesso em: 29 mar. 2026d.

REUTERS. Ukraine closes on Mideast deals to help counter Iranian drones. 27 mar. 2026. Disponível em: https://www.reuters.com/world/china/ukraine-closes-mideast-deals-help-counter-iranian-drones-2026-03-27/. Acesso em: 29 mar. 2026e.

REUTERS. Europeans to press US over Russian support for Iran. 26 mar. 2026. Disponível em: https://www.reuters.com/world/middle-east/europeans-press-us-over-russian-support-iran-2026-03-26/. Acesso em: 29 mar. 2026f.

****

Projeções para a economia mundial, desenvolvimento e saúde na agenda da OCDE

Las previsiones sobre la economía mundial, el desarrollo y la salud figuran en la agenda de la OCDE

Projections for the global economy, development, and health on the OECD's agenda

Resumo. Os destaques da OCDE se dividem entre a apresentação de projeções econômicas globais para 2026 e 2027, a publicação da terceira edição do estudo sobre filantropia para o desenvolvimento e a divulgação do compêndio sobre reconstrução pós desastre, além da publicação de quatro estudos sobre Saúde.

Palavras-chave: G20; G7; OCDE; EUA; África do Sul; Guerra do Irã; Cooperação Internacional.

Resumen. *Entre los aspectos más destacados de la OCDE se encuentran la presentación de las previsiones económicas mundiales para 2026 y 2027, la publicación de la tercera edición del estudio sobre filantropía para el desarrollo y la difusión del compendio sobre la reconstrucción tras los desastres, además de la publicación de cuatro estudios sobre Salud.*

Palabras clave*: G20; G7; OCDE; EE. UU;* Sudáfrica; Guerra de Irán*; Cooperación Internacional.*

Abstract. *The OECD's highlights include the release of global economic projections for 2026 and 2027, the publication of the third edition of the study on philanthropy for development, the release of the compendium on post-disaster reconstruction, and the publication of four studies on Health.*

Keywords: *G20; G7; OECD; USA; South Africa; Iran War; International Cooperation.*

Na segunda quinzena do mês de março de 2026, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) apresentou a publicação *"OECD Economic Outlook, Interim Report March 2026: Testing Resilience"*, a primeira edição do ano de seu relatório suplementar

de sua tradicional iniciativa publicada semestralmente *"OECD Economic Outlook"* (Perspectiva econômica da OCDE, em tradução livre), em que a organização analisa e projeta as principais tendências e perspectivas econômicas internacionais para os próximos dois anos, além de expor um arranjo consistente de projeções para temas de produção, emprego, gastos governamentais, entre outros.

A nova adição do relatório suplementar do estudo indica que a resiliência da economia global está sendo posta à prova pelo conflito em evolução no Oriente Médio, que gerou novas pressões inflacionárias e criou uma incerteza significativa no cenário mundial, além de custos humanos e econômicos para os países direta e indiretamente, com também o choque no abastecimento de energia pesando significativamente no ritmo do crescimento global e exercendo pressões inflacionárias nas economias. Desse modo, as perspectivas são cercadas por grandes interrogações e refletem a interação de duas forças opostas.

Por um lado, o crescimento global é impulsionado pelo forte dinamismo dos investimentos e da produção relacionados à tecnologia, pelas tarifas efetivas mais baixas do que previstas anteriormente e pelo impulso herdado de 2025 e seus resultados robustos. Por outro, a paralisação das remessas pelo Estreito de Ormuz e o fechamento e danos a algumas infraestruturas energéticas geraram um aumento acentuado nos preços da energia e interromperam o fornecimento global de energia e de outras commodities importantes, como o caso dos fertilizantes. Isso eleva os custos, afetando a demanda e aumentando as pressões inflacionárias.

Desse modo, as últimas projeções econômicas provisórias da OCDE projetam um crescimento global de 2,9% em 2026 e 3,0% em 2027 – porém, como a escalada do conflito no Oriente Médio é altamente incerto, a organização econômica já adianta ressalvas para a possibilidade de uma maior redução nas perspectivas de crescimento se os preços da energia permanecerem elevados e a interrupção de remessas se prolongar além de meados de 2026.

Ainda segundo as projeções do recente relatório, o crescimento do produto interno bruto nos Estados Unidos está projetado em 2,0% em 2026, antes de moderar para 1,7% em 2027. Na zona do Euro, o crescimento deverá ser de 0,8% em 2026 e 1,2% em 2027. Já o crescimento chinês deverá desacelerar para 4,4% em 2026 e 4,3% em 2027. Para o Brasil, a organização atualizou suas expectativas de crescimento em 1,5% para 2026 e em 2,1% para 2027.

As pressões inflacionárias devem persistir por um período mais longo, com a inflação agora prevista para ser maior em 2026 do que a projetada anteriormente, refletindo o aumento nos preços globais da energia. A inflação geral nas economias do G20 está projetada em 4,0% em 2026, diminuindo para 2,7% em 2027.

O relatório intermediário chama ainda a atenção para uma série de riscos para a economia, a começar pelo desenvolvimento indefinido no conflito no Oriente Médio e suas incertezas associadas, com uma expectativa de queda nos preços futuros no mercado de energia, baseando-se na premissa que as atuais interrupções no fornecimento diminuirão com o tempo e serão limitadas em 2027. O fechamento prolongado de instalações de produção de petróleo e gás na região ou interrupções persistentes nas exportações pelo Estreito de Ormuz provavelmente terão consequências adversas mais significativas sobre os preços da energia, as expectativas de inflação e o crescimento futuro.

Outro risco decorrente da elevação nos preços de energia e fertilizantes é o aumento nos preços dos alimentos, o que afeta particularmente as famílias vulnerabilizadas e os custos de vida. Preços mais altos da energia podem também elevar o custo de países europeus de realizar a reposição anual necessária dos estoques de gás natural. Os mercados financeiros podem sofrer volatilidade adicional, enquanto a ampliação dos rendimentos soberanos de longo prazo aumenta os riscos fiscais.

Diante desses desafios, o documento busca salientar prioridades políticas para os formuladores de políticas a fim de mitigar as consequências negativas, sendo necessários esforços para que as políticas monetárias e os Bancos Centrais permaneçam vigilantes e garantam que as expectativas estejam bem ancoradas, além de intensificar a salvaguarda da sustentabilidade das finanças públicas. Para a organização, quaisquer medidas destinadas a amenizar o impacto econômico do choque energético deverão ser direcionadas, temporárias e levar em conta a margem orçamentária limitada que a maioria dos governos possui A redução das barreiras comerciais impulsionaria a produção e reduziria os riscos inflacionários. No médio prazo, outra recomendação é a de melhorar a eficiência energética e reduzir a dependência das importações de combustíveis fósseis para diminuir a exposição a futuros choques de oferta.

Outra pauta de destaque da OCDE também no período foi a divulgação da terceira e mais nova edição da publicação derivada de sua pesquisa sobre filantropia privada para o desenvolvimento. Desse jeito, o documento *"Private Philanthropy for Development (Third Edition): Taking Stock of Philanthropy's Contribution to Development"* oferece um panorama detalhado de como as fundações estão contribuindo para os esforços de desenvolvimento internacional e onde a colaboração pode ser reforçada, com base em dados abrangentes sobre fluxos financeiros, parcerias e modelos operacionais.

O estudo indica que, entre os anos de 2020 e 2023, o financiamento filantrópico para o desenvolvimento atingiu US$ 68,2 bilhões, sinalizando como o papel desempenhado desse setor tem sido cada vez mais significativo, a par da ajuda oficial ao desenvolvimento e do investimento privado. Embora apoie uma ampla gama de prioridades de desenvolvimento, o financiamento filantrópico continua concentrado em um conjunto limitado de regiões – a África é o principal destino dos fluxos filantrópicos transfronteiriços –, setores – a saúde sendo a que mais recebe atenção – e atores internacionais. Ao mesmo tempo, é notado que a filantropia nacional nos países de renda média está em expansão, mas de forma desigual.

É interessante observar ainda que a filantropia oferece flexibilidade significativa e potencial catalisador; no entanto, seus modelos de atuação, parcerias e abordagens de monitoramento e avaliação continuam a definir a escala e o alcance de seu impacto no desenvolvimento.

Em paralelo, a organização intergovernamental também divulgou no mês de março a publicação denominada *"Compendium of Good Practices on Quality Infrastructure 2026: Rebuilding for the Future"*, uma parceria com o Banco Mundial. O Compêndio se aprofunda na discussão sobre a resiliência de infraestrutura e seu papel estratégico no desenvolvimento para além de uma mera restauração de ativos danificados após desastres, concentrando-se nas infraestruturas relacionadas à competitividade, que incluem transportes, energia e telecomunicações, e são definidas como ativos, instalações e sistemas que têm um efeito direto no desempenho econômico e nas capacidades competitivas de uma determinada localidade.

Entendendo que as decisões tomadas durante a reconstrução influenciam a produtividade, a integração comercial e a inclusão social por gerações, o relatório destaca que

a reconstrução deve aumentar a resiliência a choques previstos, alinhar-se às estratégias de desenvolvimento de longo prazo e incorporar a equidade e a inclusão desde o início e, para tal, a reconstrução deve ser planejada sistematicamente, financiada adequadamente e governada de modo eficaz para aumentar a resiliência a choques futuros, ao mesmo tempo que se promovem os objetivos de desenvolvimento sustentável. Recorrendo a estudos de caso concretos de Honduras, Indonésia, Japão, Malawi, Nepal, Peru e Samoa, o relatório culmina na recomendação de cinco princípios acionáveis a fim de orientar esforços de reconstrução após desastres naturais.

Por fim, a OCDE ainda apresentou durante o período da quinzena a publicação de quatro documentos que em especial retomam suas atenções mais diretamente aos temas de Saúde. Nesse sentido, os mesmos são brevemente identificados e apresentados a seguir.

Intitulado *"Scaling Artificial Intelligence in Health"*, o primeiro documento a ser aqui ressaltado se propõe a examinar o potencial do uso de inteligência artificial em sistemas saúde, identificando barreiras consideráveis à sua adoção, tal como base de dados fragmentada, incertezas regulatórias e lacunas na governança e na capacidade da força de trabalho, e propondo caminhos pelos quais governos possam se orientar para suas tomadas de decisão, produção e implementação de iniciativas e construção de prioridades, além de evitar pontos cegos.

Baseando-se nos princípios e estruturas sobre a inteligência artificial da própria OCDE, a organização elaborou uma lista de verificação organizada ancorada em quatro pilares: estabelecer fatores facilitadores (para bases de dados, garantia e escalonamento da inteligência artificial e capacitação); implementar diretrizes e medidas de proteção (para supervisionar e monitorar o progresso em direção a objetivos comuns); engajar-se de forma significativa com o público, os provedores e a indústria; e implementar uma inteligência artificial confiável. Na ótica da organização, ao se atentar à série de recomendações e pontos de atenção fornecidas no documento, os países seriam mais eficazes na introdução da inovação tecnológica de maneira mais responsável no setor da saúde em seus territórios.

Outro interessante destaque é o relatório *"Policy Responses to Rising Autism Diagnoses in Childhood: Across the Spectrum"*, que se debruça sobre o aumento no número de crianças e jovens diagnosticados com transtorno do espectro autista nos últimos quinze anos nos países da OCDE e analisa comparativamente os benefícios e serviços disponíveis em onze países participantes da organização, observando as diferenças no nível de apoio oferecido a diferentes grupos, suas normas para elegibilidade de benefícios e os mecanismos e políticas associadas.

Tanto o *policy brief "Building people-centred digital health systems: Lessons from PaRIS",* quanto o *policy brief "Living with cardiovascular diseases: Insights from the Patient-Reported Indicator Surveys (PaRIS)"* têm seus dados baseados na pesquisa PaRIS (Patient-Reported Indicator Surveys, em inglês), iniciativa pioneira da OCDE sobre indicadores que mensuram e avaliam resultados e experiências de saúde mais relevantes a partir do ponto de vista dos pacientes, impulsionando suas vozes para o centro das tomadas de decisão.

Desse modo, o primeiro deles explora as lições que podem ser extraídas do PaRIS para políticas e implementação de saúde digital, com foco específico na continuidade da informação sob as perspectivas de acessibilidade e disponibilidade da informação em saúde, traduzindo as evidências da pesquisa em conhecimentos acionáveis para políticas de saúde digital, destacando como melhorias no acesso e na disponibilidade da informação em saúde podem contribuir para melhores experiências do paciente.

Já o segundo *policy brief* restringe sua pauta para abordar especificamente as doenças cardiovasculares, a principal causa de morte na União Europeia. Os resultados dos dados coletados com a PaRIS apontam que pessoas com doenças cardiovasculares relatam bem-estar significativamente menor, saúde física e mental mais precária e funcionamento social reduzido em comparação com aquelas sem tais doenças. Elas também têm quase o dobro da probabilidade de visitar setores de emergências ou serem hospitalizadas. Um ponto sensível é que, apesar da maioria possuir maior necessidade de tratamentos complexos e múltiplos medicamentos, menos da metade dos pacientes participantes da pesquisa relatam ter planos de saúde.

Referências

OECD. OECD Economic Outlook, Interim Report March 2026: Testing Resilience. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Mar 27]. Available from: https://doi.org/10.1787/d4623013-en.

OECD. Global economic outlook remains robust but has weakened amid energy shock and geopolitical risks. OECD [Internet]. 2026 Mar 26 [cited 2026 Mar 27]. Available from: https://www.oecd.org/en/about/news/press-releases/2026/03/global-economic-outlook-remains-robust-but-has-weakened-amid-energy-shock-and-geopolitical-risks.html.

OECD. Private Philanthropy for Development (Third Edition): Taking Stock of Philanthropy's Contribution to Development. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Mar 27]. Available from: https://doi.org/10.1787/98e676c0-en.

OECD. Private philanthropy should scale its collaboration with governments to boost financing for sustainable development. OECD [Internet]. 2026 Mar 25 [cited 2026 Mar 27]. Available from: https://www.oecd.org/en/about/news/announcements/2026/03/private-philanthropy-should-scale-its-collaboration-with-governments-to-boost-financing-for-sustainable-development.html.

OECD, The World Bank. Compendium of Good Practices on Quality Infrastructure 2026: Rebuilding for the Future. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Mar 27]. Available from: https://doi.org/10.1787/6981eda5-en.

OECD. When rebuilding disaster-struck infrastructure, think long term. OECD [Internet]. 2026 Mar 16 [cited 2026 Mar 27]. Available from: https://www.oecd.org/en/about/news/announcements/2026/03/when-rebuilding-disaster-struck-infrastructure-think-long-term.html.

OECD. Global economic outlook remains robust but has weakened amid energy shock and geopolitical risks. OECD [Internet]. 2026 Mar 26 [cited 2026 Mar 27]. Available from: https://www.oecd.org/en/about/news/press-releases/2026/03/global-economic-outlook-remains-robust-but-has-weakened-amid-energy-shock-and-geopolitical-risks.html.

OECD. OECD Economic Outlook, Interim Report March 2026: Testing Resilience. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Mar 27]. Available from: https://doi.org/10.1787/d4623013-en.

OECD. Private philanthropy should scale its collaboration with governments to boost financing for sustainable development. OECD [Internet]. 2026 Mar 25 [cited 2026 Mar 27]. Available from: https://www.oecd.org/en/about/news/announcements/2026/03/private-philanthropy-should-scale-its-collaboration-with-governments-to-boost-financing-for-sustainable-development.html.

OECD. Private Philanthropy for Development (Third Edition): Taking Stock of Philanthropy's Contribution to Development. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Mar 27]. Available from: https://doi.org/10.1787/98e676c0-en.

OECD. Countries continue investing in their anti-corruption and integrity frameworks, but further implementation is needed. OECD [Internet]. 2026 Mar 24 [cited 2026 Mar 27]. Available from:

https://www.oecd.org/en/about/news/press-releases/2026/03/countries-continue-investing-in-their-anti-corruption-and-integrity-frameworks-but-further-implementation-is-needed.html.

OECD. Anti-Corruption and Integrity Outlook 2026: Harnessing the Integrity Advantage. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Mar 27]. Available from: https://doi.org/10.1787/16708b78-en.

OECD. When rebuilding disaster-struck infrastructure, think long term. OECD [Internet]. 2026 Mar 16 [cited 2026 Mar 27]. Available from: https://www.oecd.org/en/about/news/announcements/2026/03/when-rebuilding-disaster-struck-infrastructure-think-long-term.html.

OECD, The World Bank. Compendium of Good Practices on Quality Infrastructure 2026: Rebuilding for the Future. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Mar 27]. Available from: https://doi.org/10.1787/6981eda5-en.

OECD. Scaling Artificial Intelligence in Health. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Mar 27]. Available from: https://doi.org/10.1787/a436e12d-en.

OECD. Policy Responses to Rising Autism Diagnoses in Childhood: Across the Spectrum. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Mar 27]. Available from: https://doi.org/10.1787/08394255-en.

OECD. Building people-centred digital health systems: Lessons from PaRIS. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Mar 27]. Available from: https://doi.org/10.1787/a1df0046-en.

OECD. Living with cardiovascular diseases: Insights from the Patient-Reported Indicator Surveys (PaRIS). Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Mar 27]. Available from: https://doi.org/10.1787/dda514cf-en.

BRICS, a geopolítica e o papel da China: o conflito destacou a necessidade de os BRICS acelerarem a transição para as energias renováveis; mudarem para o pagamento do petróleo em moedas locais; e a operacionalizarem uma plataforma de pagamentos do grupo

Los BRICS, la geopolítica y el papel de China: el conflicto exige que los BRICS aceleren la transición a las energías renovables, adopten los pagos del petróleo en monedas locales y pongan en marcha una plataforma de pagos conjunta

BRICS, geopolitics and China's role: the conflict highlighted the need for the BRICS to accelerate the transition to renewable energy; a shift to paying for oil in local currencies and to operationalize a group payment platform

Claudia Hoirisch

Resumo: O BRICS coopera em diversas áreas e não exige alinhamento geopolítico entre seus membros. Na verdade, a flexibilidade tem sido uma de suas características definidoras. A guerra dos EUA e Israel contra o Irã pode testar os limites dessa flexibilidade na prática. Grandes crises geopolíticas tendem a comprimir o sistema internacional, forçando os países para um posicionamento político mais claro. Embora muitos países prefiram a ambiguidade estratégica, conflitos prolongados podem tornar a neutralidade cada vez mais difícil de manter, afinal estão em jogo mercados de energia, rotas comerciais marítimas e sistemas financeiros. O bloco inclui países com tradições de política externa e relações de segurança muito distintos. Individualmente, quatro de seus cinco membros-fundadores, o BRIC, emitiram declarações lamentando perdas iranianas e denunciando violações do direito internacional. Somente a Índia não condenou abertamente os ataques dos EUA e de Israel contra o Irã por possuir relações com os EUA e Israel e depender do fornecimento de energia do Oriente Médio. Por estar em posição de equilíbrio mais cautelosa, sob sua presidência, o BRICS se manteve silencioso sobre a guerra. Até a semana anterior a este informe, os países do Golfo e membros do BRICS o momento, Arábia Saudita e Emirados, aliados dos EUA, haviam proibido o uso de suas bases militares americanas ou espaço aéreo caso um ataque ao Irã prosseguisse. O conflito destacou a necessidade de os BRICS acelerarem a transição para as energias renováveis; impulsionarem uma mudança mais rápida para o pagamento do petróleo em moedas locais entre seus membros e a colocarem em prática uma plataforma de pagamentos do grupo, visando reduzir a dependência de sistemas financeiros ocidentais como o SWIFT e, ao mesmo tempo, que garanta uma resiliência contra sanções. O grupo continua sendo a única plataforma capaz de reunir os recursos de uma parcela da humanidade que se recusa a viver sob o domínio do capitalismo americano, mas isso exige um organizador e integrador. Somente a China pode desempenhar esse papel. Será que ela está disposta?

Palavras-chave: BRICS. Conflito EUA-Israel x Irã. Transição para energias renováveis. Mudança para o pagamento do petróleo em moedas locais. plataforma de pagamentos dos BRICS. China. Multilateralismo.

Resumen: *Los BRICS cooperan en diversas áreas y no requieren alineación geopolítica entre sus miembros. De hecho, la flexibilidad ha sido una de sus características definitorias. La guerra entre Estados Unidos e Israel contra Irán podría poner a prueba los límites de esta flexibilidad en la práctica. Las grandes crisis geopolíticas tienden a comprimir el sistema internacional, obligando a los países a adoptar una postura política más clara. Si bien muchos países prefieren la ambigüedad estratégica, los conflictos prolongados pueden dificultar cada vez más el mantenimiento de la neutralidad, ya que están en juego los mercados energéticos, las rutas comerciales marítimas y los sistemas financieros. El bloque incluye países con tradiciones de política exterior y relaciones de seguridad muy distintas. Individualmente, cuatro de sus cinco miembros fundadores, los BRICS, emitieron declaraciones lamentando las pérdidas iraníes y denunciando las violaciones del derecho internacional. Solo India no condenó abiertamente los ataques de Estados Unidos e Israel contra Irán debido a sus relaciones con ambos países y a su dependencia del suministro energético de Oriente Medio. En una posición de equilibrio más cautelosa, bajo su presidencia, los BRICS guardaron silencio sobre la guerra. Hasta la semana anterior a este informe, los países del Golfo y los BRICS, Arabia Saudita y los Emiratos Árabes Unidos (aliados de EEUU), habían prohibido el uso de sus bases militares o espacio aéreo estadounidenses en caso de un ataque contra Irán. El conflicto exige que los BRICS aceleren la transición a las energías renovables, adopten los pagos del petróleo en monedas locales y pongan en marcha una plataforma de pagos grupal destinada a reducir la dependencia de los sistemas financieros occidentales como SWIFT, al tiempo que garantizara la resistencia frente a las sanciones. El grupo sigue siendo la única plataforma capaz de aunar los recursos de un segmento de la humanidad que se niega a vivir bajo el dominio del capitalismo estadounidense, pero esto requiere un organizador e integrador. Solo China puede desempeñar este papel. ¿Acaso desea desempeñarlo?*

Palabras clave: *BRICS. Conflicto entre EE.UU.-Israel vs. Irán. Transición a las energías renovables. Cambio al pago del petróleo en monedas locales. Plataforma de pagos de los BRICS. China. Multilateralismo.*

Abstract: *BRICS cooperates in diverse areas and does not require geopolitical alignment among its members. In fact, flexibility has been one of its defining characteristics. The US-Israeli war against Iran may test the limits of this flexibility in practice. Major geopolitical crises tend to compress the international system, forcing countries into a clearer political stance. Although many countries prefer strategic ambiguity, prolonged conflicts can make neutrality increasingly difficult to maintain, as energy markets, maritime trade routes, and financial systems are at stake. The bloc includes countries with very distinct foreign policy traditions and security relations. Individually, four of its five founding members, BRIC, issued statements lamenting Iranian losses and denouncing violations of international law. Only India did not openly condemn the US and Israeli attacks against Iran because it has strong relations with the US and Israel and depends on energy supplies from the Middle East. India, under BRICS presidency this year, is keeping in a cautious position of balance, remaining silent on BRICS position during the war. Until the week prior to this report, the Gulf countries-BRICS members, Saudi Arabia and the United Arab Emirates, despite being US allies, had prohibited the use of their American military bases or airspace should an attack on Iran proceed. The conflict highlighted the need for the BRICS to accelerate the transition to renewable energy; to promote a faster shift to oil payments in local currencies among its members; and to implement a payment platform aimed at reducing dependence on Western financial systems like SWIFT while ensuring resilience against sanctions. The group remains the only platform capable of bringing together the resources of a segment of*

humanity that refuses to live under the dominion of American capitalism, but this requires an organizer and integrator. Only China can play this role. Does it want this role?

Keywords: *BRICS. US-Israel conflict vs. Iran. Transition to renewable energy. Shift to payment for oil in local currencies. BRICS payment platform. China. Multilateralism.*

Duas semanas após o início do conflito EUA e Israel contra o Irã e seu transbordamento para o Golfo Pérsico, os países do BRICS não haviam emitido qualquer declaração conjunta.

Individualmente, quatro de seus cinco membros-fundadores emitiram declarações lamentando perdas iranianas e denunciando violações do direito internacional.

O governo **brasileiro**, via Itamaraty, condenou os ataques de EUA e Israel contra o Irã, defendeu a via diplomática e o direito internacional para resolver o conflito. O Brasil apelou à máxima contenção para evitar a escalada na região e expressou grave preocupação com os impactos da ação militar.

O presidente **russo** Putin, criticou os ataques conjuntos dos EUA e Israel e o assassinato do líder iraniano, Khamenei. Moscou e Teerã mantêm laços estreitos, com a Rússia fornecendo armas e armamentos ao Irã. No entanto, Moscou não demonstrou qualquer disposição para intervir militarmente em apoio ao Irã.

Em uma coletiva de imprensa, o chanceler Lavrov da Rússia, afirmou que não havia evidências de que Teerã estivesse desenvolvendo armas nucleares e que a guerra poderia levar justamente ao resultado que os dois aliados alegavam querer evitar: a proliferação nuclear em toda a região. O Ministério das Relações Exteriores da Rússia acusou os EUA e Israel de atos premeditados e não provocados de agressão armada contra um Estado-membro soberano e independente da ONU. Mas a própria Rússia é acusada de agressão contra uma nação soberana, em meio ao seu quinto ano de guerra contra a Ucrânia.

O chanceler da **China**, Wang Yi, disse ao seu homólogo israelense, que o Irã havia sido atacado enquanto as negociações entre Washington e Teerã obtinham progressos significativos, inclusive no que diz respeito às preocupações de segurança de Israel. Wang acrescentou que a China se opõe a quaisquer ataques militares lançados por Israel e pelos EUA contra o Irã.

A **China** defende a mediação, não o envolvimento militar. A resposta de Pequim foi optar por uma postura cautelosa e equilibrada, com ênfase na desescalada. Para a China, a unidade do BRICS é importante, e as diferenças são normais dentro de uma estrutura multilateral diversificada. Pequim continua a encorajar os países BRICS a defenderem o seu propósito fundador: apoiar o multilateralismo, a resolução pacífica de conflitos e a voz coletiva do Sul Global.

Ramaphosa, presidente da **África do Sul**, expressou preocupação com o conflito e alertou que os combates podem se estender para além do Oriente Médio. O Congresso Nacional Africano (ANC), partido político do presidente, divulgou um comunicado condenando a autodefesa antecipatória baseada em suposições/conjecturas dos EUA e de Israel. Ramaphosa acrescentou que a África do Sul está pronta para desempenhar um papel de mediadora para ajudar a resolver a questão e pôr fim à perda de vidas. O país foi alvo de críticas dos EUA no início de janeiro, quando o Irã foi autorizado a participar dos exercícios navais do BRICS

organizados pela África do Sul, em meio a relatos de brutais repressões a manifestantes iranianos.

Dos membros fundadores, apenas a **Índia** não condenou abertamente os ataques dos EUA e de Israel contra o Irã. Sob sua presidência, o BRICS se manteve silencioso sobre a guerra. Dias após os primeiros ataques atingirem Teerã, matando Khamenei e vários altos funcionários militares do Irã, Nova Déli fez apelos ao diálogo e à diplomacia e a um fim rápido do conflito. O país acredita que a guerra coloca em risco a estabilidade regional e a segurança de milhares de cidadãos indianos que vivem e trabalham na região do Golfo. O PM Narendra Modi discursou para os países do Golfo e criticou os ataques retaliatórios contra seus territórios, sem mencionar o Irã.

Modi realizou uma visita de Estado a Israel no final de fevereiro de 2026, dias antes do conflito. Em seu discurso no Parlamento israelense, Modi afirmou que a Índia está ao lado de Israel, firmemente, neste momento e no futuro. Modi e Netanyahu assinaram diversos acordos comerciais nas áreas de inovação, IA, agricultura, defesa, setores em que colaboram há muito tempo. Durante a visita, Modi disse que os dois países elevaram sua parceria de longa data a uma Parceria Estratégica Especial.

Reações de alguns países do golfo-BRICS que sofreram retaliações em seus territórios

O Irã vem atacando os países árabes vizinhos que abrigam bases americanas como Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos (EAU) embora seus mísseis também tenham atingido infraestruturas petrolíferas e energéticas e instalações civis, como aeroportos, hotéis e áreas residenciais.

Na declaração conjunta divulgada após o encontro realizado em Riad, na Arábia Saudita, no dia 19/3, chanceleres de doze países árabes e islâmicos exigiram a interrupção imediata da ofensiva iraniana contra as nações vizinhas e que Teerã cessasse o apoio, financiamento e armamento de milícias afiliadas em países árabes[1,2].

O chanceler da Arábia Saudita, o príncipe Faisal bin Farhan Al Saud, disse após a reunião que prefere uma solução diplomática e deixou claro que não permitirá que o país seja usado para lançar ataques contra o Irã.

Nos Emirados Árabes Unidos (EAU), mais de 1.700 mísseis e drones foram disparados desde que a guerra começou sendo que 90% deles foram derrubados por interceptores, aviões de caça e helicópteros. Os Emirados também proibiram o uso de suas bases militares ou espaço aéreo caso um ataque ao Irã prosseguisse.

Até 24/3, os Estados do Golfo haviam decidido não retaliar e se manter fora do imbróglio uma vez que não se veem como parte dessa guerra, mas como meros expectadores, contudo no dia seguinte, os Emirados, Arábia Saudita, Bahrein e Catar mudaram de ideia e emitiram um

[1] Há anos, o Irã vem apoiando grupos extremistas da região e que fazem parte do autodenominado Eixo da Resistência. O "eixo" coordenado pelo regime iraniano é predominantemente formado por milícias xiitas e tem entre os pilares principais Hezbollah (Líbano), Houthis (Iêmen), Hamas (o único sunita, Gaza) e facções de apoio no Iraque que operam sob a égide da chamada "Resistência Islâmica no Iraque" cujo grupo mais proeminente é o Kataib Hezbollah (Brigadas do Partido de Deus) e na Síria.
[2]https://g1.globo.com/mundo/noticia/2026/03/19/paises-oriente-medio-condenam-ataques-ira-pare-de-financiar-grupos-extremistas.ghtml

alerta de que, se até o final da semana se mantiverem os ataques iranianos, adotarão uma participação ativa na guerra.

Apesar das expectativas do Oriente e do Ocidente, o fato do não ter havido um posicionamento conjunto dos BRICS, não deveria causar surpresa, uma vez que está explícito na própria estrutura do grupo. A dificuldade vai além dos laços individuais dos membros com os EUA ou Israel e repousa na rivalidade estrutural entre o Irã e as monarquias conservadoras do Golfo, como a Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos (EAU), ambos membros do BRICS.

A Arábia Saudita e suas monarquias-irmãs são parceiras de Washington e o Irã se opõe aos EUA desde a Revolução Islâmica de 1979. Além disso, se antes do início da guerra, Arábia Saudita e Emirados vinham caminhando para uma relação cada vez mais antagônica, depois da conflagração, os dois países foram obrigados a se unir por uma estabilidade regional. O antagonismo se explica porque, embora os países muçulmanos defendam a solidariedade panislâmica, enfrentam contradições sectárias, desconfiança mútua, interesses nacionais distintos, dependência dos EUA[3] e relutam em se deixar arrastar para outra guerra de consequências imprevisíveis.

Os governos árabes tiveram dificuldades de agir coletivamente inclusive sobre a questão Palestina. Não houve resposta árabe unificada em relação à campanha militar de Israel em Gaza em reação ao terrível ataque do Hamas a Israel em outubro de 2023. Os Emirados que haviam normalizado as relações com Israel sob os Acordos de Abrahão, mantiveram esses laços. Já a Arábia Saudita vem adotando posições firmes e solidárias aos direitos do povo palestino em diversos fóruns internacionais. O Reino afirmou que não interromperá seu trabalho em direção ao estabelecimento de um estado palestino independente com Jerusalém Oriental como sua capital, e afirmou que não estabelecerá relações diplomáticas com Israel até que isso aconteça[4].

O panislamismo pode ser representado pela Organização de Cooperação Islâmica (OCI) que reúne 57 estados de maioria muçulmana e produz comunicados repletos de expressões de unidade. No entanto, a realidade política do mundo muçulmano conta uma história diferente: Irã e Iraque travaram uma das guerras mais longas do século XX; Líbia e Sudão são campos de batalha para potências rivais de maioria muçulmana e Arábia Saudita e Irã têm mantido uma rivalidade prolongada por meio de *proxies* em toda a região. Hoje esse conflito entrou em mais uma fase, à medida que o confronto do Irã com as monarquias do Golfo se intensifica.

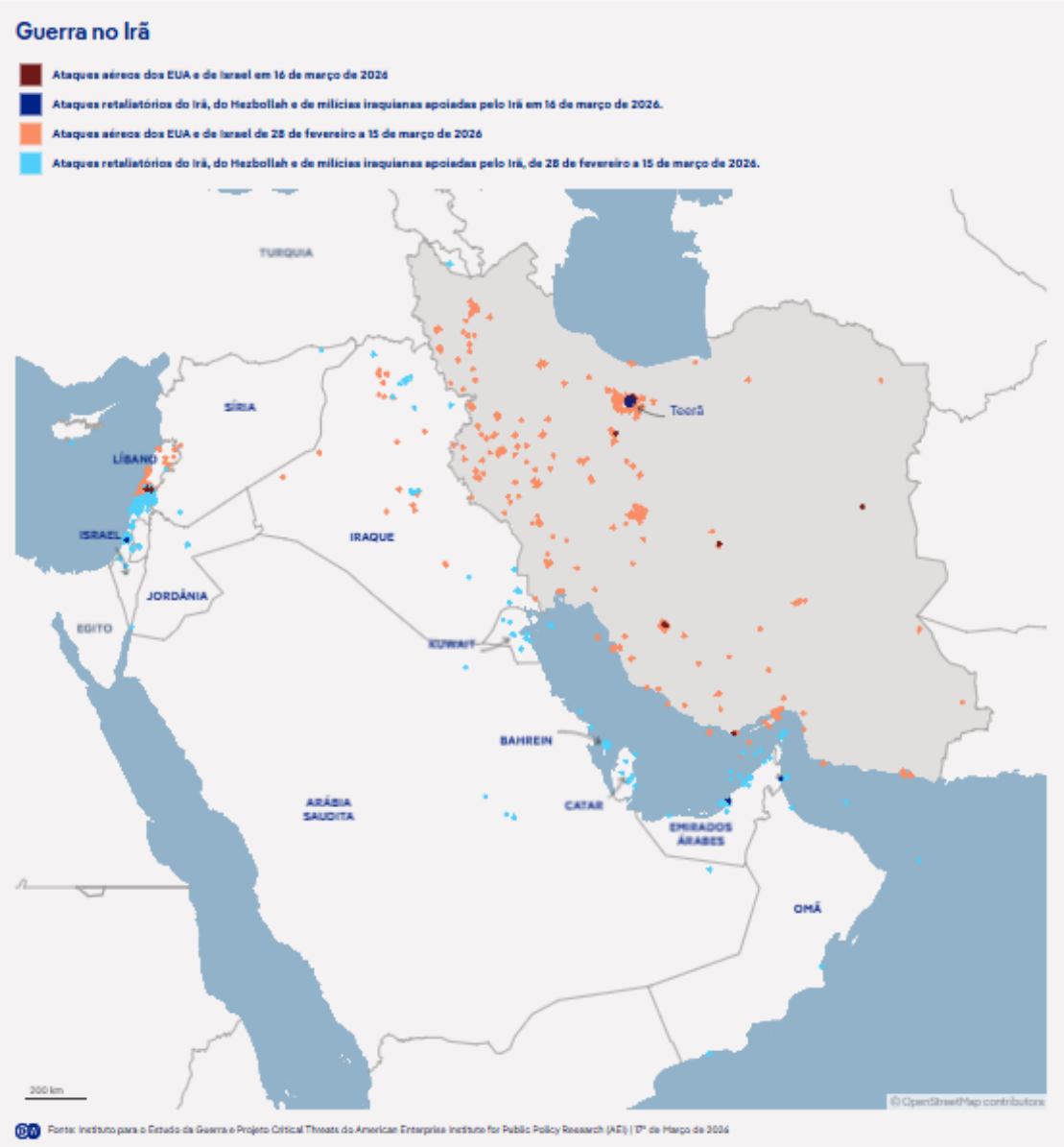
Se formos comparar, o BRICS segue a mesma trajetória que aquela organização. O grupo foi construído sobre aspirações comuns definidas em termos mais amplos possíveis e isso não é suficiente para produzir uma ação unificada em um conflito de grande escala. A Índia, presidente do grupo conversou com o chanceler do Irã durante a crise, não para organizar uma resposta coletiva, mas para garantir a segurança do transporte marítimo indiano pelo Estreito de Hormuz. Isso mostra que quando a solidariedade colide com o interesse nacional, esse último prevalece.

---

[3] Forças iranianas realizaram ataques precisos que danificaram ou destruíram radares estratégicos dos EUA no Golfo Pérsico e arredores, impactando a capacidade de vigilância americana na região. A operação foi descrita como uma tentativa de cegar o sistema de defesa antimísseis dos EUA e seus aliados.

[4] As posições firmes do Reino da Arábia Saudita sobre a questão palestina decorrem da luz do Rei Abdulaziz – União das Agências de Notícias da Organização dos Países de Cooperação Islâmica

Imagem 1 – Ataques dos EUA-Israel e retaliações do Irã



Tudo aponta para que o BRICS continue operando como um fórum para coordenação econômica, financeira, social e diplomática entre estados-membros. De fato, a própria diversidade do bloco pode continuar sendo uma de suas forças. Além disso, as crises podem gerar oportunidades para uma cooperação mais profunda.

A guerra do Irã apontou vulnerabilidades nas áreas de energia, segurança marítima, segurança alimentar, interrupção da cadeia de suprimentos e a contínua instrumentalização de sanções, que só reforçam os antigos apelos das economias emergentes por maior autonomia financeira, busca de notas rotas marítimas regionais, entre outras. Nesse ambiente, os países BRICS podem encontrar incentivos para acelerar o desenvolvimento de infraestrutura financeira alternativa como o uso de moedas locais no comércio, o fortalecimento de mecanismos de financiamento ao desenvolvimento e a construção de sistemas paralelos de liquidação financeira podem ganhar ímpeto se as tensões geopolíticas continuarem.

Considerações finais

Na crise atual do Irã, enquanto a Rússia, a China e o Brasil condenaram os ataques dos EUA e de Israel contra o Irã, outros membros, como a Índia e algumas nações árabes, adotaram uma postura neutra ou mais cautelosa.

Quando a Rússia foi sancionada pelos EUA durante sua operação militar na Ucrânia, os países do BRICS adotaram uma postura de neutralidade pró-Rússia. Com exceção do Brasil[5], abstiveram-se em votações na ONU de resoluções que condenavam as ações da Rússia, e nenhum dos BRICS adotou sanções econômicas contra o país, optando por uma diplomacia equilibrada. O grupo defendeu o diálogo e a soberania, sem isolar Moscou.

Já quando a guerra de doze dias entre Israel e Irã eclodiu em junho de 2025, o bloco então presidido pelo Brasil foi rápido em afirmar que os ataques conjuntos EUA-Israel contra o Irã eram uma violação do direito internacional.

Essa guerra deixou claro, mais uma vez, que o BRICS não irá agir de forma consolidada nas questões mais urgentes da geopolítica e da segurança global. Isso porque o grupo está longe de ser uma aliança nos moldes da OTAN, que criou um sistema de segurança coletiva no qual, se um país-membro é atacado, os outros o defendem.

O Irã anunciou que o estreito de Hormuz iria permanecer aberto aos aliados do Irã. Embora a guerra gere um pânico de curto prazo em relação aos combustíveis fósseis, ela também destaca a necessidade urgente dos BRICS acelerarem a transição para as energias renováveis, a fim de garantir a segurança energética a longo prazo.

A vulnerabilidade do fornecimento de energia às flutuações do mercado baseado no dólar está impulsionando uma mudança mais rápida para o pagamento do petróleo em moedas locais (real, rublo, rupia, renmibi, rand,...) entre os membros do BRICS.

A crise impulsiona propostas para uma plataforma de pagamentos dos BRICS, visando reduzir a dependência de sistemas financeiros ocidentais como o SWIFT e, ao mesmo tempo, garantir resiliência contra sanções.

O BRICS não pode e não deve se tornar um bloco político-militar. É precisamente por isso que atualmente é incapaz de defender a Venezuela, o Irã ou Cuba. No entanto, o grupo continua sendo a única plataforma realista capaz de reunir os recursos de uma parcela substancial da humanidade que se recusa a viver sob o domínio do capitalismo americano. Mas isso exige um organizador e integrador, e somente a China pode desempenhar esse papel. Mas será que ela está disposta[6]?

[5] O Brasil mostrou um posicionamento oscilante. Em março de 2022, votou a favor da resolução que condenava a invasão, e em outubro do mesmo ano votou contra a anexação de territórios. No entanto, em votações sobre a paz no início de 2026, absteve-se, buscando atuar como mediador e mantendo laços comerciais com a Rússia.

[6]https://bricscouncil.ru/en/analytics/briks-i-buduschee-geopolitiki-novye-vyzovy-dlya-mnogopolyarnoy-diplomatii

América Latina 2026: Entre polarização política, pressão social e persistentes desigualdades em saúde

América Latina 2026: Entre la polarización política, la presión social y las persistentes desigualdades en materia de salud

Latin America 2026: Between political polarization, social pressure, and persistent health inequalities

Sebastián Tobar e Sâmia De Brito

Resumo: A América Latina atravessa uma "policrise" estrutural, onde fatores políticos, econômicos, sociais e de saúde se sobrepõem, gerando: Estados sob maior pressão; sociedades mais desiguais e uma integração regional ainda frágil. No seguimento das organizações regionais, destacamos que o ORAS-Conhu se reuniu com ministérios dos países membros e Parlamento Andino, o COMISCA fortaleceu a cooperação com países membros e participou de evento na área saúde digital e a OTCA fortaleceu a cooperação nas áreas de incêndios e segurança pública

Palavras-chave: América Latina; saúde; instituições sub-regionais

Resumen: *América Latina atraviesa una "policrisis" estructural, donde factores políticos, económicos, sociales y sanitarios se superponen, generando: Estados más presionados; Sociedades más desiguales y una Integración regional aún débil. En cuanto a las organizaciones regionales, cabe destacar que la ORAS-Conhu se reunió con los ministerios de los países miembros y con el Parlamento Andino, la COMISCA reforzó la cooperación con los países miembros y participó en un evento sobre salud digital, y la OTCA reforzó la cooperación en materia de incendios y seguridad pública*

Palavras clave: América Latina; salud; instituciones subregionales

Sumary*: Latin America is going through a structural "polycrisis", where political, economic, social and health factors overlap, generating: States under more pressure; More unequal societies and a still weak regional integration. With regard to regional organisations, we note that ORAS-Conhu met with ministries from member countries and the Andean Parliament, COMISCA strengthened cooperation with member countries and took part in an event on digital health, and ACTO strengthened cooperation in the areas of wildfires and public safety*

Keywords: Latin America; health; sub-regional institutions

Algumas tendências estão se consolidando na América Latina:

- ✓ Centralidade da segurança na agenda política
- ✓ Alta polarização e fragmentação eleitoral
- ✓ Pressão inflacionária com impacto social
- ✓ Persistência das desigualdades estruturais (gênero, saúde)

- ✓ Crises multissetoriais (energia, economia) que afetam a governança e o bem-esta
- ✓ Avanços e retrocessos nos processos de integração regional na América Latina.

Dinâmica política: eleições, segurança e reconfiguração ideológica

Na **Colômbia**: A polarização eleitoral está avançando, com a segurança desempenhando um papel significativo na campanha, que entrou em uma fase decisiva marcada por forte polarização ideológica. A segurança tornou-se a questão dominante, suplantando a economia e a corrupção. O governo de Gustavo Petro[1] intensificou as ações militares contra grupos armados, enfatizando os investimentos e as conquistas militares; enquanto a candidata de direita, Paloma Valencia busca se alinhar ao movimento 'Me Too'.

As tensões estruturais entre as elites e os setores populares persistem no processo eleitoral. Essas tensões são resultado de fatores históricos, econômicos e institucionais que permanecem ativos. Elas persistem porque o sistema político colombiano continua a operar sobre uma base de alta desigualdade, inclusão incompleta e territórios fragmentados, onde as eleições se tornam a principal arena de disputa entre projetos sociais divergentes.

Observa-se uma tendência geral na região, onde a segurança está sendo reforçada nas agendas de políticas públicas, mesmo em governos progressistas. A tendência na América Latina não se resume apenas ao aumento da insegurança, mas também a:

Uma mudança na hierarquia das prioridades estatais e políticas, onde a segurança:

- ✓ Desloca outras agendas (saúde, educação, etc.)
- ✓ Justiça com maior intervenção coercitiva.
- ✓ Reconfiguração da relação Estado-sociedade.

Alguns indicadores dessa tendência podem ser identificados em:

- ✓ Centralidade do tema nos processos eleitorais;
- ✓ Altas taxas de homicídio;
- ✓ Expansão do crime organizado;
- ✓ Aumento dos gastos com segurança;
- ✓ Custos econômicos do crime;
- ✓ Militarização e políticas punitivas;
- ✓ Alta percepção de insegurança.

No ***México,*** são evidentes realinhamentos políticos, pressão inflacionária e a possibilidade de aproveitar a Guerra Irã-Iraque para formar uma aliança com o Brasil, tirando proveito dos preços do petróleo.

O partido governista (Morena e seus aliados) avançou na reestruturação interna em preparação para as eleições de 2027. A reforma eleitoral os dividiu, mas não os fragilizou. Após três meses de tensão, as lideranças do Morena, do Partido Verde e do Partido Trabalhista iniciaram um processo de reconciliação, necessário na preparação para as eleições de 2027, nas

[1] https://elpais.com/america-colombia/2026-03-31/una-campana-con-banderas-ajenas.html

quais buscam revitalizar a aliança "Vamos Continuar Fazendo História", com a qual conquistaram uma ampla maioria em 2024[2].

A inflação continua a pressionar o bolso dos mexicanos. Na primeira quinzena de março, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) atingiu 4,63% em relação ao ano anterior, segundo relatório divulgado nesta terça-feira pelo Instituto Nacional de Estatística e Geografia (Inegi). Nos primeiros 15 dias de março, os preços subiram 0,62% em comparação com as duas semanas anteriores, ficando abaixo da meta do Banco do México (Banxico) de manter a inflação em uma faixa de um ponto percentual acima ou abaixo de 3%[3].

Podemos afirmar que o México não está em crise política, mas também não está vivenciando um boom econômico. Há uma combinação de relativa estabilidade política (com uma ordem institucional consolidada) e tensões econômicas estruturais (com problemas persistentes que não desaparecem, como a inflação).

As eleições regionais foram realizadas na ***Bolívia*** (22 de março) em um contexto de grande dispersão política[4]. Existe uma polarização significativa entre múltiplos atores concorrentes, mesmo dentro dos mesmos espaços políticos, sem a hegemonia de um bloco claro e coeso. O bloco dominante se dividiu, a oposição está dispersa e existem vários eixos de conflito simultâneos, onde ninguém detém uma hegemonia clara, o que redefine a competição eleitoral.

O ***Uruguai***, no sul da nossa região, o governo de Yatmandu Orsi apresentou o seu Plano "***Uruguai Mais Seguro***[5]", com múltiplas medidas para o período de 2025 a 2035, visando reduzir a criminalidade e melhorar a segurança pública através da combinação de medidas policiais, sociais e tecnológicas. Não se trata de uma política isolada, mas sim de um conjunto de ações conjuntas que buscam equilibrar a repressão ao crime com a prevenção, abordando tanto a segurança imediata[6] (maior controle e vigilância) quanto as causas estruturais (desigualdade e exclusão).

Fatos sociais: mobilização, memória e desigualdades

Na **Argentina**, o dia 24 de março foi comemorado como o Dia da Lembrança, da Verdade e da Justiça, marcando os 50 anos do golpe de Estado que resultou no desaparecimento de 30.000 pessoas. Nesse sentido, eventos significativos foram realizados em diversas cidades. As marchas em Buenos Aires e outras cidades argentinas foram massivas, com faixas e fotos de pessoas desaparecidas erguidas em destaque, reafirmando o compromisso com a memória e a justiça[7]. O governo de Javier Milei respondeu ao Dia da Lembrança da Verdade e da Justiça com uma mensagem contundente, enfatizando a importância de se contar a história completa da Argentina. O presidente ordenou a desclassificação total de informações e documentos relacionados às ações das Forças Armadas durante o período de 1976 a 1983, bem como outros

[2] https://elpais.com/mexico/2026-03-30/morena-lima-asperezas-de-cara-a-2027-con-sus-aliados-tras-la-reforma-electoral.html

[3] https://elpais.com/mexico/economia/2026-03-24/la-inflacion-en-mexico-repunta-a-un-463-en-la-primera-quincena-de-marzo.html

[4] https://larazon.bo/politico/2026/03/28/renovacion-dispersion-y-desafios-postelectorales-en-bolivia/

[5]https://www.gub.uy/sites/gubuy/files/documentos/publicaciones/Plan%20Nacional%20de%20Seguridad_2025-2026.pdf

[6] https://www.lr21.com.uy/politica/1493562-plan-nacional-de-seguridad-2025-2035-79-acciones-130-medidas-coordinacion-entre-ministerios-y-mas#google_vignette

[7]https://www.infobae.com/politica/2026/03/24/marcha-por-el-dia-de-la-memoria-en-vivo-organizaciones-politicas-y-sociales-se-movilizan-a-50-anos-del-golpe-de-estado/

documentos produzidos em outros períodos, mas também relacionados às ações das Forças Armadas. Essa decisão busca cumprir o Decreto nº 4 de 2010, que nunca foi totalmente implementado, e garante que os arquivos relacionados às ações da última ditadura militar sirvam à causa da memória e não à manipulação política. O presidente destacou em sua conta nas redes sociais o vídeo oficial no qual acusações de violência política foram feitas contra a organização guerrilheira Montoneros, e reiterou sua rejeição e questionamento sobre o número de 30 mil desaparecidos[8].

A violência política persiste na ***Colômbia***, particularmente no contexto das eleições presidenciais, caracterizadas por uma significativa fragmentação entre diversos partidos e atores políticos. No final de março, a Procuradoria-Geral da República expediu mandados de prisão contra líderes do grupo guerrilheiro dissidente Segunda Marquetalia pelo assassinato do senador e candidato à presidência Miguel Uribe Turbay[9]. Esse crime continua a ter repercussões políticas diretas em 2026, sendo considerado um dos atos de violência eleitoral mais graves das últimas décadas. Consequentemente, cresce a percepção de que atores políticos armados continuam a interferir no processo político. Além disso, a violência contra líderes sociais persiste. Em um relatório recente da ONU[10], divulgado em março, mais de 400 líderes sociais foram assassinados entre 2022 e 2025. A taxa de condenação por esses crimes tem sido muito baixa, de apenas 7%, e os ataques continuaram em 2026.

A Defensoria Pública alertou que restrições políticas estão sendo observadas em 62 municípios devido à pressão de grupos armados[11]. Essa pressão inclui ameaças contra candidatos, controle de eleitores e imposição de alinhamentos políticos. Além disso, a campanha política foi marcada por sérias acusações entre líderes políticos e insinuações de violência. Há também inúmeros relatos de violência[12] e assédio[13] contra mulheres (incluindo jornalistas), frequentemente ligados aos seus papéis públicos[14].

Situação sanitária: desafios estruturais e pressão econômica

A situação da saúde na América Latina em março de 2026 é marcada por uma combinação de desafios estruturais históricos e crescente pressão econômica, o que coloca em risco a sustentabilidade dos sistemas de saúde e o acesso da população a eles.

---

[8] https://tn.com.ar/politica/2025/03/24/el-mensaje-de-javier-milei-por-el-24-de-marzo-dia-de-la-memoria-verdad-y-justicia-completa/

[9] https://www.reuters.com/world/americas/colombia-seeks-arrest-rebel-leaders-over-2025-assassination-senator-2026-03-24

[10] https://www.ohchr.org/es/press-releases/2026/03/colombia-urgent-action-needed-end-widespread-violence-against-human-rights

[11] O alerta sobre 62 municípios com restrições políticas reflete um fenômeno mais amplo: na Colômbia, a violência política no terreno se manifesta em assassinatos e ataques, mas também em formas silenciosas, porém profundas, de controle territorial e coerção eleitoral. Isso cria um cenário em que, em diversas regiões, a democracia existe formalmente, mas é condicionada por atores armados. https://cadenaser.com/nacional/2026/03/14/iris-marin-defensora-del-pueblo-de-colombia-62-municipios-estan-en-un-estado-critico-de-falta-de-libertad-por-las-presiones-armadas-cadena-ser

[12] https://elpais.com/america-colombia/2026-03-29/un-record-de-9000-denuncias-de-violencia-intrafamiliar-en-dos-meses-encienden-las-alarmas-en-bogota.html

[13] https://elpais.com/america-colombia/2026-03-30/del-escrache-al-me-too-las-periodistas-colombianas-refuerzan-su-voz-contra-el-acoso-sexual.html

[14] https://elpais.com/america-colombia/elecciones-presidenciales/2026-03-26/el-camino-a-las-elecciones-presidenciales-de-colombia-2026-en-vivo.html

Prevê-se que os custos médicos em todo o mundo continuem a aumentar até 2026, com um aumento médio global de 10,3% (Figura 1). As diferenças entre as regiões nos fatores que impulsionam essas tendências refletem a diversidade de necessidades e sistemas de saúde em cada país.

Figura 1: Tendências médicas globais (dados brutos) 2024-2026, globalmente e por região[15]

Região	Anos		
	2024	**2025** *(esperado)*	**2026** *(Projeção)*
Global	9,5 %	10,0%	10,5%
América Latina	9,6%	10,5%	11,9 %
Norteamérica	7,4%	9,4%	9,2%
Asia Pacífico	11,8%	13,2%	14,0%
Europa	9,4%	8,3%	8,2%
Oriente Medio e África	8,5%	10,3%	11,3%

Os números globais para a América Latina, Europa e Oriente Médio e África excluem Argentina, Turquia, Egito, Nigéria e Zimbábue (excluídos devido a ambientes inflacionários voláteis).

Vejamos alguns exemplos:

Na **Argentina**, apesar da queda na inflação geral, a inflação na área da saúde permanecerá alta, visto que os prestadores de serviços privados continuam a ajustar os preços após a desregulamentação das taxas em 2024. Observa-se uma tendência de aumento nos custos de insumos importados devido à volatilidade cambial, ao aumento da demanda por serviços e a fatores estruturais como altos custos hospitalares, pressões salariais e concorrência limitada entre os prestadores. As doenças não transmissíveis (DNTs) são as principais responsáveis pelo aumento dos custos dos planos de saúde, devido ao uso crescente de medicamentos biológicos, à inovação e à melhoria das taxas de sobrevida. Embora os biossimilares ajudem a conter os gastos, equilibrar o acesso e a acessibilidade financeira continua sendo um desafio.

No **Brasil,** projeta-se uma desaceleração no crescimento dos custos médicos, embora ainda representem quase o dobro da taxa de inflação geral. Entre os principais fatores estão o envelhecimento da população, a cobertura obrigatória para procedimentos não contratados, o aumento do custo de tecnologias médicas importadas e a maior demanda por serviços de saúde mental. Os gastos com saúde mental estão crescendo (15% dos custos médicos), com cobertura obrigatória para consultas, internações e terapias. Em relação ao câncer, o país avançou com a disponibilidade de melhores terapias e a inclusão de mais procedimentos oncológicos na lista da ANS (Agência Nacional de Saúde), o que ampliou o acesso a tratamentos eficazes.

Na ***Colômbia***, espera-se que o aumento dos custos médicos diminua em 2026 e, embora permaneça acima da inflação, o país manterá uma das menores taxas de crescimento da região. Essa estabilização é positiva, mas as pressões sobre os custos persistem devido a fatores estruturais, como o envelhecimento da população, os avanços tecnológicos, o aumento dos preços de medicamentos inovadores e a instabilidade política. Prevê-se que as doenças cardiovasculares ultrapassem o câncer como o principal ônus financeiro, enquanto a saúde

[15] https://www.wtwco.com/es-pa/insights/2026/02/costos-de-salud-en-alza-en-america-latina

mental ganha importância. Questões como saúde mental e cobertura de fertilidade estão recebendo atenção crescente, refletindo mudanças demográficas e novas demandas sociais. No entanto, persistem desigualdades entre os sistemas de saúde contributivos e subsidiados, com acesso limitado a tratamentos avançados e infraestrutura insuficiente em regiões como a Amazônia e o Caribe. As empresas de saúde estão respondendo com programas de bem-estar, cuidados preventivos, telemedicina e análise de dados para gerenciar custos e melhorar a produtividade. A inteligência artificial (IA) e as novas tecnologias médicas também estão avançando, melhorando os diagnósticos e a eficiência dos tratamentos, desde a detecção precoce de câncer e doenças raras até o planejamento personalizado e a automação de serviços.

Na ***Costa Rica,*** os custos médicos continuarão a aumentar este ano devido ao envelhecimento da população, à maior incidência de doenças crônicas e ao crescente uso de serviços privados. Isso pressiona as seguradoras, que enfrentam maior utilização dos serviços, tratamentos mais longos e maior exposição a sinistros relacionados a tecnologias médicas caras. Áreas como câncer e saúde mental se destacam pelo alto custo e pela crescente demanda, o que motiva revisões de cobertura. Além disso, novos medicamentos à base de GLP-1 e tratamentos de fertilidade criam tensões entre inovação e sustentabilidade, exigindo análises cuidadosas antes de sua inclusão nos planos de saúde.

No ***México***, a inflação médica permanece alta e continua a representar um desafio significativo para a viabilidade a longo prazo dos planos de saúde corporativos. Em resposta, muitas empresas estão considerando mudanças em seus planos, como o uso de redes de prestadores preferenciais; o aumento da participação dos funcionários nos custos por meio de franquias ou coparticipação mais altas; e a implementação de programas de bem-estar destinados a aprimorar a experiência geral do funcionário.

As tecnologias médicas e a inovação farmacêutica são os principais impulsionadores desse aumento, tendo em vista a tendência de crescimento da expectativa de vida da população.

Os países da região consagraram o direito à saúde em suas constituições; no entanto, esse direito não pode ser garantido se a população não tiver acesso a medicamentos essenciais e insumos de saúde. Em diversos países, há escassez de medicamentos essenciais no setor público e uma expansão do mercado privado de serviços de saúde e seguros. Portanto, o acesso depende cada vez mais do nível de renda (gastos diretos), resultando em segmentação da saúde: acesso desigual com base na capacidade de pagamento.

Os sistemas de saúde da região enfrentam desigualdades e lacunas significativas no acesso, especialmente para as mulheres: isso se reflete em uma maior incidência de doenças crônicas, menor acesso à proteção social e desigualdade no trabalho de cuidado não remunerado.

Em resumo, a América Latina enfrenta uma crise estrutural de saúde exacerbada por pressões econômicas, caracterizada por uma tendência expansiva das despesas sanitárias em crescimento, dificuldades no acesso a medicamentos; sistemas de saúde fragmentados e desiguais; e o impacto de crises econômicas externas e da guerra com o Irã, que aumentam os custos.

Persistência das desigualdades estruturais (gênero, saúde)

Na América Latina, a desigualdade de gênero e em saúde é estrutural, persistente e interseccional. Ela se caracteriza por sistemas de saúde segmentados e desiguais; violência de

gênero generalizada; sobrecarga de serviços de saúde; e barreiras econômicas e institucionais. A região não enfrenta apenas a desigualdade, mas também mecanismos que a reproduzem continuamente.

Como resultado, os sistemas de saúde da região estão sofrendo uma dupla pressão: aumento da demanda por serviços de saúde e redução da capacidade financeira e organizacional para responder a essa demanda.

Segundo a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), a Região das Américas enfrenta uma *transição demográfica acelerada*, caracterizada pelo *envelhecimento da população* e por uma *maior proporção de mulheres em idade avançada*.

A OPAS indica que***, embora as mulheres tenham uma expectativa de vida maior do que os homens, elas passam aproximadamente 25% mais desse tempo com saúde precária***. Essa diferença está associada a taxas mais elevadas de doenças crônicas e dependência funcional, e é agravada por desigualdades estruturais, como o acesso limitado à proteção social e às aposentadorias, as persistentes disparidades na educação e no emprego e a distribuição desigual do trabalho de cuidado não remunerado[16].

Ao mesmo tempo, a região está em constante evolução e atingiu seus níveis de fertilidade mais baixos. O último Observatório Demográfico da CEPAL reflete esse declínio: a região tem agora uma média de 1,8 filhos por mulher, abaixo do nível de reposição (2,1) necessário para manter uma população estável, excluindo a migração. E a mudança não é apenas significativa, mas também rápida. Na década de 1950, cada mulher latino-americana tinha uma média de 5,8 filhos; esse número caiu pela metade em 1995 (2,9); atingiu o nível de reposição em 2014 (2,1) e, atualmente, está em 1,8.

A consequência, caso a tendência se mantenha, não é um futuro abstrato, mas uma transformação já em curso. Segundo estimativas da CEPAL, a população total da América Latina e do Caribe crescerá até 2053 e, a partir daí, começará a diminuir em média. Alguns países e territórios já vivenciam essa realidade: Cuba e Uruguai apresentam crescimento populacional negativo, assim como diversas ilhas caribenhas.

Crises multissetoriais (energia, economia) que afetam a governança e o bem-estar

As tendências recentes na América Latina (março de 2026) mostram uma convergência de crises multissetoriais — especialmente energética e econômica — que impactam diretamente a governança e o bem-estar social. Essas não são crises isoladas: elas se sobrepõem e se reforçam mutuamente. Caracterizada por: tensões energéticas; fragilidade econômica; pressão sobre a governança e deterioração do bem-estar social. A região está vivenciando uma "policrise", onde diversos fatores se combinam e se amplificam, limitando a capacidade de resposta dos Estados e aumentando a vulnerabilidade social.

O crescimento do PIB da região, de 2,3% em 2026, é considerado insuficiente para reduzir a pobreza e a desigualdade na América Latina. A persistente pressão inflacionária na região (embora moderada em comparação com picos anteriores) afeta os preços dos alimentos, da energia e dos transportes, com consequente perda do poder de compra da população. A

[16] https://www.infobae.com/salud/2026/03/08/el-acceso-a-la-salud-de-las-mujeres-en-america-latina-desafios-y-realidades-actuales

dívida pública e as restrições fiscais na região, próximas de 60% do PIB, reduzem a capacidade de investimento social e subsídios à energia[17].

Avanços e retrocessos nos processos de integração regional na América Latina

O progresso parece estar ligado ao fato de que a saga do Acordo UE-MERCOSUL parece finalmente ter chegado a um ponto de virada. A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, anunciou que o Acordo UE-MERCOSUL entrará em ***vigor provisoriamente***, na sua parte comercial, em 1 de maio de 2026. A aplicação provisória deste Acordo UE-MERCOSUL garante a eliminação de tarifas sobre determinados produtos "*desde o primeiro dia*" e a proteção integral de alguns setores considerados "*sensíveis à economia*" por meio de salvaguardas robustas, motivadas principalmente pelas preocupações da França quanto ao impacto do tratado.

O acordo abrangerá um mercado de aproximadamente 720 milhões de pessoas e uma economia combinada estimada em cerca de € 19 trilhões (aproximadamente US$ 22 trilhões). Isso representará, sem dúvida, uma grande oportunidade para o setor de saúde[18] dos países do bloco e, à luz desse progresso, alguns países, como a Colômbia e o México, já manifestaram interesse em aderir ao MERCOSUL, o que significa uma oportunidade de integração.

A ***Colômbia*** buscará mudar seu status atual no Mercado Comum do Sul (Mercosul), anunciando que solicitará ao bloco a transição de "Estado associado" para "membro pleno", declarou o presidente Gustavo Petro no sábado, 14 de março, defendendo também o levantamento das sanções contra a Venezuela[19]. Isso representa uma mudança significativa, já que a Colômbia tradicionalmente se alinhava com a Aliança do Pacífico.

Por outro lado, o ***México***, cuja integração econômica está centrada na América do Norte (NAFTA/USMCA), manifestou informalmente interesse em aderir ao bloco Mercosul, tendo em vista os recentes avanços do **Acordo com a União Europeia** e a consolidação de outro **Acordo entre o Mercosul e o Canadá**. Essa mudança política busca maior autonomia em relação aos EUA e revaloriza a integração Sul-Sul.

Entre os retrocessos, podemos apontar que ***a Cúpula da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC***), realizada na Colômbia na segunda quinzena de março de 2026, consolidou-se como um marco político regional, em um contexto de reconfiguração geopolítica e tentativas de relançar a integração latino-americana.

A Cúpula da CELAC na Colômbia teve como objetivo enviar três sinais principais:

- ✓ Retorno do regionalismo latino-americano
- ✓ Busca por autonomia estratégica

---

[17] https://elpais.com/economia/2026-03-04/el-bid-augura-un-crecimiento-moderado-e-insuficiente-de-la-economia-latinoamericana-en-2026.html

[18] Tobar, Federico analisa em sua conferência na Academia de Ciências Farmacêuticas do Brasil as oportunidades para a Industria Farmacêuticas de Brasil. https://www.linkedin.com/posts/federico-tobar-032115159_webinar-o-impacto-do-acordo-uniao-europeia-activity-7444403096098648065-8T3a?utm_source=social_share_send&utm_medium=android_app&rcm=ACoAACXtDuYBl3HdlqKUSpGjo4ICUmvZ3cOtB2Y&utm_campaign=whatsapp

[19] https://www.ansalatina.com/americalatina/noticia/latinoamerica/2026/03/14/petro-pide-el-ingreso-de-colombia-al-mercosur-y-el-regreso-de-venezuela_6c0a9781-bb06-41f5-a65f-46562a585afb.html

- ✓ Persistência das limitações estruturais à integração;

Entre as principais **conquistas** desta Cúpula, podemos citar:

A adoção da "Declaração de Bogotá": um documento aprovado com mais de 30 acordos regionais. Inclui compromissos com: Paz e resolução pacífica de conflitos; Apoio ao Haiti; e Rejeição do bloqueio contra Cuba. A Declaração de Bogotá demonstra que, apesar das diferenças políticas entre muitos dos presidentes da região, a CELAC continua capaz de alcançar um consenso mínimo. Sem dúvida, a Cúpula da CELAC impulsionou sua projeção internacional (Sul Global), visto que o primeiro Fórum CELAC-África foi realizado em seu âmbito, um marco diplomático que visa fortalecer os laços com a África, a União Europeia e a China.

A cúpula procurou posicionar a América Latina como um ator-chave no contexto mais amplo do Sul Global, propondo uma agenda concreta para a cooperação regional. A Cúpula da CELAC reafirmou a América Latina como uma "zona de paz", reiterando o compromisso regional com a não violência interestatal, que permanece um dos poucos pontos sólidos de consenso na região. A CELAC assegurou a continuidade do mecanismo ao transferir a Presidência Pro Tempore para o Uruguai, que também deterá a Presidência do G77+China. Resta saber qual será a capacidade de liderança deste pequeno país do Cone Sul para conduzir esses dois blocos.

No entanto, as diferenças políticas e ideológicas entre os presidentes da CELAC têm dificultado a construção de posições comuns. A CELAC apresenta um problema estrutural, pois funciona mais como um fórum do que como um bloco coeso. Outra questão é a baixa priorização dos Chefes de Estado, o que resultou em baixa participação na cúpula de Bogotá. A CELAC carece de uma estrutura institucional forte, mecanismos vinculativos e tem capacidade limitada para a implementação e operacionalização efetivas dos acordos. Essas fragilidades sugerem uma lacuna entre o discurso ou a narrativa da CELAC e sua capacidade de ação. Embora a CELAC tenha formulado iniciativas importantes, carece de financiamento, mecanismos de monitoramento e políticas concretas. Tudo isso, aliado a um contexto internacional complexo, significa que muitas de suas declarações não têm impacto tangível

Organismo Andino de Saúde Convênio Hipólito Unanue (ORAS-Conhu) se reuniu com ministérios dos países membros e Parlamento Andino[20][21][22][23]

Na Bolívia, o secretário executivo do ORAS-CONHU, Fernando Araos, se reuniu com a ministra de saúde e esportes, Marcela Zambrana, para discussão de temas de cooperação entre o país e a organização. Em sua primeira visita oficial, Araos mencionou a fragmentação do sistema de saúde, a sustentabilidade financeira e a desinformação sobre vacinas como principais desafios que devem ser enfrentados através da colaboração e destacou que projetos regionais sobre câncer infantil, desnutrição e o Laboratório de Inovação em Saúde têm alinhamento com as ações nacionais para melhoria da resposta epidemiológica. Em sua fala, Zambrana destacou

[20] https://orasconhu.org/es/oras-conhu-y-ministerio-de-salud-de-bolivia-fortalecen-trabajo-en-fronteras-y-vigilancia

[21] https://orasconhu.org/es/oras-conhu-y-ministerio-de-salud-y-proteccion-social-de-colombia-fortalecen-la-agenda-regional-para

[22] https://orasconhu.org/es/parlamento-andino-y-oras-conhu-coordinan-para-impulsar-agenda-regional-en-salud

[23] https://orasconhu.org/es/el-oras-conhu-impulsa-agenda-de-integracion-sanitaria-ante-el-parlamento-andino

a necessidade de avançar em um plano de trabalho regional para saúde nas fronteras e ressaltou o interesse em continuar a cooperar nos temas de informatização dos serviços e estratégias para controle e prevenção de doenças.

Na Colômbia, Fernando Araos se encontrou com o vice-ministro de Saúde Pública e Redes Assistenciais, Jaime Urrego, para discutir a agenda conjunta em temas como acesso a serviços, custo de medicamentos e preparação frente a emergências sanitárias. O tema do financiamento do setor de saúde, o secretário executivo da ORAS-Conhu reforçou a importância de investimentos governamentais na saúde, para melhorar a qualidade de vida da população , estabilidade social e atenção a doenças. Além disso, o tema da desinformação em saúde, principalmente em torno das vacinas, foi sinalizado como importante fator de risco para a saúde pública e objeto que necessita de maior cooperação regional.

Por fim, Araos esteve na sede do Parlamento Andino e se reuniu com o secretário-geral do Parlamento, Eduardo Chiliquinga. Na ocasião, Chiliquinga reiterou o apoio legislativo ao organismo e destacou a importância do ORAS-Conhu na articulação entre os países membros e avanços nos processos de harmonização normativa. Assim como, sinalizou o interesse em acompanhar e apoiar o plano de gestão do ORASConhu. O secretário Araos destacou a fase atual de fortalecimento e consolidação do Parlamento e ressaltou o caráter estratégico da relação para avançar em políticas sanitárias integradas às necessidades dos territórios e que contribuam para a melhora na qualidade de vida da população.

Além disso, em sessão estratégica, Araos apresentou um roteiro institucional 2030, que sinaliza os desafios das mudanças climáticas, crise migratória e brechas na infraestrutura com importantes na articulação das políticas sanitárias dos países membros e os projetos, Observatório Andino de Saúde e Investimento, plano equitativo a Terapias Curativas de Alta Complexidade em Câncer Infantil e o Plano de Ação contra a Desnutrição Crônica.

Conselho de Ministros de Saúde da América Central (COMISCA) fortaleceu a cooperação com países membros e participou de evento na área saúde digital[24][25]

A Secretaria do COMISCA realizou encontro com encarregados e directores dos escritórios de relações internacionais e cooperação em saúde dos Ministérios de Saúde dos países membros para apresentar a metodologia para elaboração da Estratégia de Cooperação Internacional da SeComisca. O objetivo dessa Estratégia é contar com um instrumento de orientação para gestão de alianças, cooperação internacional e mobilização de recursos técnicos e financeiros que apoiem o alcance das metas definidas pela Política Regional de Saúde do SICA 2025-2030 e o Plano de Saúde da América Central e República Dominicana 2026-2030.

Uma delegação do SeComisca, composta por Ginnette Morales, chefe do gabinete, e Salvador Perez, oficial de tecnologias de informação, participou do HIMSS Global Health Conference and Exhibition 2026. Além do Organismo, também estiveram presentes no evento países-membros, como Costa Rica e República Dominicana. Os membros da Se-Comisca participaram como palestrantes em sessões especializadas em saúde digital no setor público, onde apresentaram avanços, resultados e desafios de trabalho na região do SICA. Em sua fala,

[24] https://www.sica.int/noticias/se-comisca-inicia-formulacion-de-estrategia-de-cooperacion-internacional_1_137649.html

[25] https://www.sica.int/noticias/se-comisca-desarrolla-taller-de-validacion-del-plan-de-salud-de-centroamerica-y-republica-dominicana-2026-2030-con-ceip_1_137115.html

Morales destacou a elaboração e implementação da Estratégia Regional de Saúde Digital que buscou definir prioridades regionais para avançar sistemas de saúde integrados, resilientes e interconectados. Perez apresentou os avanços relacionados à interoperabilidade em saúde, ao desenvolvimento de padrões regionais e à formação de capacidades técnicas por meio de cursos, certificações e oficinas realizados em parceria com instituições nacionais e internacionais.

Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) fortaleceu a cooperação nas áreas de incêndios e segurança pública[26, 27]

O grupo técnico de trabalho da Rede Amazônica de Manejo Integral do Fogo (RAMIF), composto por especialistas no manejo do fogo dos países membros da OTCA, aprovou Entendimento Operativo de Cooperação e Assistência Mútua para fortalecimento e preparação e resposta conjunta aos incêndios florestais. Esse documento não é vinculante, mas permitirá a coordenação de ações de assistência mútua entre os países da Amazônia, a facilitação da articulação de capacidades nacionais, o intercâmbio de informações operacionais e o apoio técnico entre países diante de emergências relacionadas ao fogo.

Além disso, o grupo técnico também concordou na criação de um Comitê de Resposta a Incêndios Florestais, instância regional que reunirá autoridades e delegados de países membros para desenvolver técnicas, procedimentos operacionais e coordenações para preparação e resposta e assistência humanitária nesse tipo de emergência.

Em Brasília, foi realizada a "Jornada técnica de fortalecimento dos planos de ação no âmbito da Comissão Especial de Segurança Pública e Ilícitos Transfronteiriços e Transnacionais na Região Amazônica (CESPIT)". Esse evento contou com o apoio do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (UNODC) e do Banco Mundial.

O objetivo do encontro foi revisar e ajustar os instrumentos operacionais que orientam a ação conjunta da região. Em sua fala, o secretário-geral, Martin von Hildebrand, destacou que o desafio da segurança não pode ser resolvido de forma isolada e requer cooperação para proteger a floresta. Representantes da UNODC alertaram para a complexidade do crime organizado na região, dadas as ligações entre tráfico de drogas, mineração ilegal, desmatamento, crimes contra a vida silvestre e o tráfico de pessoas.

A Presidência Pro Tempore da CESPIT destacou o caráter técnico da jornada e explicou que o processo avança para consolidar instrumentos mais claros e operacionais com o objetivo de harmonizar e padronizar planos, definir atividades e seus entregáveis, cronograma e instâncias de apoio. Por fim, representante da Polícia Federal brasileira apresentou as ações do Centro de Cooperação Polícia Internacional da Amazônia e ressaltou a importância de fortalecer o intercâmbio de informações entre os países. Como foco principal do Centro se encontra o combate das atividades como a exploração ilegal de madeira, mineração ilícita e o tráfico de fauna.

[26] https://otca.org/pt/paises-membros-da-otca-aprovam-entendimento-operativo-para-a-preparacao-e-resposta-a-incendios-florestais-na-regiao-amazonica/
[27] https://otca.org/pt/seguranca-publica-amazonia-crimes-ambientais-cespit/

Declaración de Bogotá

X Cumbre de Jefas y Jefes de Estado y de Gobierno de la Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños (CELAC)

Bogotá, Colombia 21 de marzo de 2026

Nosotros, las Jefas y los Jefes de Estado y de Gobierno de la Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños (CELAC), reunidos en la ciudad de Bogotá el 21 de marzo de 2026, con ocasión de la décima edición de la Cumbre de la Comunidad, expresamos nuestro compromiso con la integración regional, con el fortalecimiento de la CELAC como espacio de diálogo, consulta y concertación política y la cooperación entre todos los países de la región así como con la consolidación y el enriquecimiento del acervo. Asimismo, reiteramos nuestra voluntad de trabajar por la unidad de América Latina y el Caribe y de posicionar a la región en los temas prioritarios de la agenda global, en un escenario marcado por desafíos persistentes y nuevas oportunidades de acción colectiva:

PRINCIPIOS

1. Destacamos la plena vigencia de la Proclama de América Latina y el Caribe como Zona de Paz y el compromiso irrestricto de los Estados miembros de la CELAC de garantizar respeto por esta Proclama de todos los Estados, tal como fue adoptada en su II Cumbre de Jefas y Jefes de Estado y de Gobierno, celebrada en La Habana, en enero de 2014, y que reconoce a la región como una zona de paz y libre de armas nucleares conforme al Tratado para la Proscripción de las Armas Nucleares en América Latina y el Caribe (Tratado de Tlatelolco) y sus Protocolos Adicionales, y que se sustenta en la promoción y el respeto de los Propósitos y Principios de la Carta de las Naciones Unidas y del Derecho Internacional1.

2. Analizamos los principales desafíos de la actual coyuntura regional y reflexionamos sobre la importancia de la estabilidad en América Latina y el Caribe y sobre cómo fortalecer la cooperación entre los Estados miembros de la CELAC para abordarlos, sobre la base del respeto mutuo, la igualdad soberana de los Estados, el respeto por los derechos humanos y el debido proceso. Expresamos nuestra preocupación por la amenaza o el uso de la fuerza en contravención de la Carta de las Naciones Unidas y reafirmamos nuestra convicción de paz, así como nuestro compromiso con la resolución pacífica de las controversias, la no injerencia en los asuntos internos de los Estados y la estabilidad de la región.

3. Reiteramos nuestro compromiso inquebrantable con la democracia, las elecciones libres, inclusivas, periódicas, transparentes, informadas y basadas en el sufragio universal y secreto, así como con la libertad de expresión, los derechos humanos, el Estado de Derecho, la cooperación internacional, el multilateralismo y el derecho internacional. Destacamos la relevancia de la actuación en apego a los principios de la igualdad soberana, la no intervención en asuntos internos de los Estados, la autodeterminación de los pueblos, la solución pacífica de las controversias, el respeto a la integridad territorial y la defensa de la soberanía, ateniéndose a las normas fundamentales de la conducta internacional, en particular a las consagradas en la Convención de Viena sobre las Relaciones Diplomáticas de 1961 y en la Convención de Viena sobre las Relaciones Consulares de 1963[1].

[1] La República de Trinidad y Tobago se desasocia del párrafo 1

4. Ratificamos nuestro compromiso en seguir fortaleciendo los Procedimientos para el Funcionamiento Orgánico de la CELAC de modo que facilite el proceso de construcción del consenso, en su carácter de principio rector, y reforzar la capacidad de respuesta de la CELAC ante los nuevos desafíos comunes, con pleno respeto a la diversidad de las posiciones nacionales, privilegiando los intereses y objetivos compartidos sobre las diferencias, con una clara vocación de unidad, concertación y acción colectiva en beneficio de la región. En este marco, y cuando exista acuerdo, la presidencia pro tempore continuará identificando oportunidades para presentar intervenciones conjuntas de la CELAC en temas de interés común en los distintos foros multilaterales.

COYUNTURA GLOBAL

5. Ratificamos que ha llegado el momento de que una persona nacional de América Latina y el Caribe asuma la responsabilidad de ocupar el cargo de Secretario General de las Naciones Unidas, en coherencia con el principio de balance geográfico equitativo y el fortalecimiento de la diversidad en la conducción de la Organización. Consideramos que esta designación fortalecerá la capacidad de la ONU para afrontar los desafíos globales, promover la paz, el desarrollo y la justicia, y consolidar el multilateralismo y el Derecho Internacional con una representación más equitativa de todas las regiones del mundo.

6. Reafirmamos nuestro firme apoyo y solidaridad con el Gobierno y el pueblo de Haití en sus esfuerzos por alcanzar la estabilidad política, económica y social, reconociendo su importancia para el bienestar del pueblo haitiano y su desarrollo sostenible. Reiteramos el respaldo a las iniciativas nacionales, regionales e internacionales para promover soluciones pacíficas, inclusivas y sostenibles, basadas en un diálogo dirigido por Haití y en el respeto de su soberanía. Asimismo, reiteramos nuestro compromiso de combatir el tráfico ilícito de armas y municiones destinadas a Haití, alentamos el fortalecimiento de las fuerzas de seguridad haitianas y tomamos nota de la Resolución 2793 (2025) del Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas, que facilita la transición de la Misión Multinacional de Apoyo a la Seguridad hacia la Fuerza de Represión de las Pandillas y la expectativa de su despliegue completo, en abril de 2026 en apoyo a los esfuerzos de estabilización del país. Reiteramos la importancia de mantener la estabilidad política y evitar acciones que pudieran causar retrocesos en materia de seguridad y afectar la institucionalidad del país. Invitamos a las autoridades haitianas a mantener los acuerdos necesarios para, con el apoyo de la comunidad internacional, garantizar la seguridad y organizar las elecciones según el “Pacto Nacional por la Estabilidad y la Organización de Elecciones”.

7. Los países que apoyaron la Resolución A/RES/80/4 de la Asamblea General de las Naciones Unidas, del 29 de octubre de 2025, reiteran la necesidad de poner fin al bloqueo económico, comercial y financiero impuesto contra Cuba, así como su oposición a las leyes y regulaciones con efectos extraterritoriales. La designación de Cuba como Estado patrocinador del terrorismo, y su mantenimiento en la lista, ha introducido obstáculos a las transacciones financieras internacionales con la isla[2].

[2]La República Argentina, el Estado Plurinacional de Bolivia, la República de Chile, la República de Costa Rica, la República del Ecuador, la República de El Salvador, la República de Honduras, la República de Panamá, la República del Paraguay, la República del Perú y la República de Trinidad y Tobago se desasocian del párrafo 7. La República del Perú mantiene la posición reflejada en la Resolución A/RES/80/4 de la Asamblea General de las Naciones Unidas, del 29 de octubre de 2025. La República Cooperativa de Guyana se desasocia en el párrafo 7 de la referencia a ‘así como su oposición a las leyes y regulaciones con efectos

8. Reiteramos el más firme respaldo regional a los legítimos derechos de la República Argentina en la disputa de soberanía por las Islas Malvinas, Georgias del Sur y Sándwich del Sur y los espacios marítimos circundantes, así como el permanente interés de los países de la región en la reanudación de negociaciones entre la República Argentina y el Reino Unido de la Gran Bretaña e Irlanda del Norte a fin de encontrar, a la brevedad, una solución definitiva y pacífica a esta disputa, conforme a lo dispuesto por la Resolución 31/49 de la Asamblea General de las Naciones Unidas.

9. Abordamos los principales desafíos del contexto internacional actual. Observamos con preocupación el impacto adverso del creciente número de conflictos armados en el mundo. Reiteramos nuestras posiciones nacionales sobre los conflictos armados en curso y subrayamos la urgente necesidad de dar prioridad al arreglo pacífico de las controversias, la diplomacia, el diálogo y el fortalecimiento del multilateralismo, con pleno respeto del derecho internacional, incluida la Carta de las Naciones Unidas. Expresamos la necesidad de garantizar la protección de la población civil y la prestación de asistencia humanitaria.

10. Acogemos la entrada en vigor del "Acuerdo en el marco de la Convención de las Naciones Unidas sobre el Derecho del Mar relativo a la conservación y el uso sostenible de la diversidad biológica marina de las zonas situadas fuera de la jurisdicción nacional" (BBNJ) y destacamos su importancia. Saludamos el ofrecimiento de Chile de albergar la Secretaría del Acuerdo en la ciudad de Valparaíso.

VINCULACIÓN CON OTRAS REGIONES

11. Tomamos nota de los avances en la profundización del diálogo político de la CELAC con otros países y grupos regionales. Saludamos la creación del Grupo de Trabajo para el relacionamiento Externo de la CELAC de composición abierta y de carácter temporal, que facilite el seguimiento, implementación y evaluación responsable de lo acordado esos diálogos. Encargamos a los Coordinadores Nacionales evaluar, al final de la presidencia pro tempore de Uruguay, el formato, la composición y la continuidad del Grupo de Trabajo.

12. Los países participantes en la IV Reunión Ministerial del Foro CELAC-China, celebrada el 13 de mayo de 2025 en Beijing con ocasión de su décimo aniversario, valoran su realización. Asimismo, los países que adoptaron el Plan de Acción Conjunto CELAC-China para la Cooperación en Áreas Clave (2025 2027) subrayan sus resultados, que orientan el fortalecimiento del diálogo político, la cooperación Sur-Sur y el entendimiento mutuo, sobre la base de los principios de igualdad soberana, respeto, apertura y beneficio mutuo. En ese sentido, destacan la importancia de la implementación efectiva y el seguimiento oportuno de dicho Plan como mecanismo orientado a la cooperación para avanzar hacia la modernización y el desarrollo sostenible.

13. Saludamos la realización de la IV Cumbre de Jefas y Jefes de Estado y de Gobierno CELAC–Unión Europea celebrada el 9 de noviembre de 2025 en Santa Marta, Colombia, que revitalizó espacios de diálogo entre las dos regiones y que se refleja en la adopción de su Declaración. Asimismo, subrayamos la importancia de la pronta aprobación de la Hoja de Ruta 2026-2027 de modo que permita implementar acciones concretas en las áreas estratégicas prioritarias

extraterritoriales. La designación de Cuba como Estado patrocinador del terrorismo, y su mantenimiento en la lista, ha introducido obstáculos a las transacciones financieras internacionales con la isla'.

identificadas. Tomamos nota de los resultados de la I Reunión Ministerial de Investigación e Innovación UE-CELAC.

14. Valoramos los esfuerzos con miras a avanzar hacia la promoción de acciones concretas en áreas identificadas de interés mutuo y la realización de la I Cumbre de Jefas y Jefes de Estado y de Gobierno CELAC-Unión Africana. Los países participantes en el Foro de Alto Nivel CELAC-África, impulsado por la presidencia pro tempore de Colombia, saludan su realización y discusiones como hito histórico en el diálogo birregional y en el fortalecimiento de la cooperación.

EJES TEMÁTICOS

15. Reiteramos nuestro compromiso con la promoción de acciones para hacer frente a las múltiples crisis globales, y permitir alcanzar las transformaciones necesarias para garantizar la conservación de las generaciones presentes y futuras teniendo en cuenta, según corresponda, los compromisos internacionales ratificados por los Estados, incluyendo aquellos en materia de desarrollo sostenible[3].

16. Reconocemos que el creciente avance de la delincuencia organizada transnacional constituye una seria amenaza para la seguridad ciudadana, la Salud Pública, la estabilidad democrática, la paz regional, y el desarrollo socioeconómico, por lo que nos comprometemos a aunar esfuerzos para profundizar los mecanismos de cooperación en la lucha contra las diversas manifestaciones de la delincuencia organizada trasnacional, tales como la corrupción, el tráfico ilícito de drogas, la fabricación y el tráfico ilícito de armas de fuego, municiones y explosivos, que generan un aumento en los niveles de violencia, el tráfico ilícito de migrantes, la trata de personas, la minería ilegal, los delitos que afectan el medio ambiente, delitos financieros; además de la extorsión, con el fin de reducir el impacto negativo de estos fenómenos en la ciudadanía y en el bienestar de nuestros pueblos. Asimismo, alentamos a la cooperación regional e internacional y reconocemos que las acciones para hacer frente a organizaciones delincuenciales transnacionales deben realizarse, de conformidad con el ordenamiento jurídico de los Estados y el derecho internacional.

17. Reafirmamos nuestro compromiso a fortalecer la cooperación y asistencia técnica en materia legislativa y judicial, intercambio seguro y oportuno de informaciones y experiencias, aplicación de técnicas de investigación, y la identificación, localización, aseguramiento, persecución, rescate y repatriación de activos derivados de actividades ilícitas, así como la protección, atención y reparación a las víctimas, de acuerdo con el ordenamiento jurídico de los Estados.

18. Es necesario que los Estados redoblemos esfuerzos para la creación y articulación de acciones dirigidas a enfrentar la delincuencia organizada transnacional e intensificar los esfuerzos dirigidos a la prevención, la investigación y el enjuiciamiento, especialmente fortalecimiento en materia de cooperación policial, judicial y penitenciaria así también, fortalecer la estructura estatal financiera para prevenir y combatir, los flujos financieros ilícitos y el lavado de activos.

19. Coincidimos en la importancia de fortalecer nuestra cooperación en la gestión de la migración, incluidos los procesos de retorno, y recordamos nuestro compromiso de profundizar la cooperación y el diálogo sobre migración y movilidad de manera integral, equilibrada e

[3]The Republic of Paraguay disassociates from paragraph 15

integrada, basada en la responsabilidad compartida y en el compromiso con una migración regular, segura y ordenada, de conformidad con las competencias nacionales y con pleno respeto del derecho internacional y de los derechos humanos. Reiteramos la importancia de los marcos regionales de diálogo sobre migración y la necesidad de fortalecer los mecanismos de intercambio de informaciones migratorias[4].

20. Tomamos nota del trabajo del Comité Intergubernamental de Negociación para desarrollar un instrumento internacional jurídicamente vinculante sobre la contaminación por plásticos, incluido el medio marino. Manifestamos la disposición de los países de América Latina y el Caribe para participar de manera constructiva en el proceso de negociación, con miras a alcanzar un acuerdo que permita fortalecer las capacidades de los países en desarrollo para hacer frente a este desafío global.

21. Reconocemos que el cambio climático y los eventos climáticos extremos frecuentes impactan de forma significativa a todos nuestros países, incluyendo en su capacidad de avanzar hacia su desarrollo, en particular a los pequeños Estados insulares en desarrollo y a los países incluidos dentro del Artículo 4 inciso 8 de la Convención Marco de las Naciones Unidas sobre el Cambio Climático: los países con zonas costeras bajas; los países con zonas áridas y semiáridas; zonas con cobertura forestal y zonas expuestas al deterioro forestal; los países con zonas propensas a los desastres naturales; los países con zonas expuestas a la sequía y a la desertificación; los países con zonas de alta contaminación atmosférica urbana; los países con zonas de ecosistemas frágiles, incluidos los ecosistemas montañosos; los países en desarrollo sin litoral y los países de tránsito. Subrayamos la necesidad de una acción regional coordinada, basada en la equidad, las responsabilidades comunes pero diferenciadas y las respectivas capacidades, para proteger a nuestras poblaciones, en particular a las comunidades más expuestas, así como para reforzar los esfuerzos que contribuirán a limitar el aumento de la temperatura al 1,5 °C. Asimismo, alentamos enfoques innovadores que transformen los retos ambientales actuales en oportunidades para el crecimiento económico sostenible, la generación de empleo decente y el fortalecimiento de la resiliencia climática en la región, en particular la movilización de los mercados de capitales nacionales y el financiamiento en moneda local.

22. Fomentaremos el desarrollo y fortalecimiento de instrumentos financieros flexibles, adaptados a las realidades y necesidades nacionales, que faciliten el acceso oportuno a recursos asequibles y de largo plazo para la adaptación, la mitigación y la atención de pérdidas y daños derivados por los efectos del cambio climático y los eventos climáticos extremos frecuentes, de conformidad con las prioridades de cada país. En este contexto, destacamos la importancia de avanzar hacia sistemas financieros internacionales más inclusivos y eficaces que contribuyan a la sostenibilidad de la deuda a largo plazo, mediante políticas orientadas a mejorar el acceso al financiamiento, así como, cuando corresponda, la revisión de los marcos de análisis de sostenibilidad de la deuda, el alivio, la reestructuración y la gestión de la deuda. Asimismo, reconocemos el valor de instrumentos innovadores, incluidos los canjes de deuda y otros mecanismos que promuevan inversiones sostenibles y fortalezcan la sostenibilidad del desarrollo de nuestros países[5].

[4]La República de Trinidad y Tobago se desasocia en el párrafo 19 de la referencia a 'reiteramos la importancia de los marcos regionales de diálogo sobre migración y la necesidad de fortalecer los mecanismos de intercambio de informaciones migratorias'.
[5] La República Argentina se desasocia del párrafo 22.

23. Reconocemos el potencial de las tecnologías emergentes, incluida la inteligencia artificial, para impulsar el desarrollo y avanzar en la reducción de la brecha digital. Abogamos por un marco multilateral y una gestión que promueva enfoques internacionales compatibles, responsables, éticos y seguros, basada en la neutralidad tecnológica y en principios de acceso, transparencia y acción. Coincidimos en la importancia de profundizar el diálogo en la Comunidad especialmente en infraestructura, habilidades capacitantes y conectividad, incluida la infraestructura científica digital y de investigación. Asimismo, subrayamos el interés de mayor cooperación en materia de datos en la CELAC. Estas políticas deben respetar los derechos humanos y las libertades fundamentales, fomentar la innovación inclusiva, conforme a prioridades nacionales, y al marco jurídico internacional aplicable, y favorecer la transferencia de tecnología, el desarrollo de capacidades y la generación de valor añadido, con la participación activa de todos los actores del sector, tanto públicos como privados, y de conformidad con la legislación nacional, así como con las diferentes circunstancias y capacidades de los Estados miembros.

24. Tomamos nota de la VII Reunión Ministerial de Energía de la CELAC, celebrada en julio de 2025 en Bogotá, y reafirmamos la voluntad de los países de la región de impulsar el proceso de integración energética regional mediante la promoción de las iniciativas subregionales existentes y las sinergias correspondientes, la inversión, la provisión y movilización de financiamiento predecible y adecuado, sustentado en el fortalecimiento de las capacidades de preparación de proyectos y el desarrollo de carteras sólidas de proyectos y transacciones financiables que permitan la participación efectiva de todas las modalidades de inversión — comerciales y concesionales, tanto del sector privado como del sector público — , incluyendo mecanismos que contribuyan a movilizar los mercados de capitales nacionales y las fuentes locales de financiamiento de largo plazo, que permitan avanzar hacia una transición energética en el desarrollo de energías renovables y las infraestructuras conexas, así como en la implementación efectiva de los compromisos climáticos en América Latina y el Caribe, con pleno respeto a la soberanía, las prioridades nacionales de desarrollo y los marcos jurídicos e institucionales de cada Estado.

25. Reafirmamos el compromiso de reactivar y fortalecer el Grupo de Trabajo de Cooperación Internacional de la CELAC, establecido durante la I Cumbre de la Comunidad, celebrada en Santiago de Chile en enero de 2013, como instancia especializada para identificar, articular y dar seguimiento a las iniciativas de cooperación entre nuestros países. En este marco, impulsaremos una propuesta común que permita ordenar su funcionamiento, la cual estará orientada al cumplimiento de las prioridades de desarrollo dentro de la región teniendo en cuenta diversas acciones, iniciativas, proyectos y programas que puedan Facilitar la cooperación Sur-Sur y triangular, promoviendo la identificación de iniciativas multi-país que sean conducidas por los mecanismos ya existentes de implementación de la cooperación internacional y la coherencia en los distintos espacios internacionales, considerando las prioridades de desarrollo de los países de la región, la promoción de acciones coordinadas entre los países miembros, la complementariedad entre iniciativas y las situaciones emergentes, para evitar duplicidades.

26. Reiteramos nuestra profunda preocupación frente a los impactos de los fenómenos extremos que se vienen intensificando en magnitud y frecuencia, influenciados por diversos factores, en particular el cambio climático y la vulnerabilidad de todos los Estados de la región a estos riesgos. Nos comprometemos a promover una cooperación efectiva en la gestión integral del riesgo de desastres como un componente central para el desarrollo en los países de América Latina y el Caribe. Reconocemos los avances sustantivos de distintos mecanismos regionales y

subregionales en la atención a la gestión integral del riesgo de desastres, por lo que destacamos la importancia de promover una eficiente complementariedad y sinergias entre las instancias existentes a nivel regional, incluyendo el Fondo de Adaptación Climática y Respuesta Integral a Desastres Naturales (FACRID), y elaborar una propuesta desde la CELAC orientada a áreas tales como: la prevención, la reducción del riesgo y la adaptación al cambio climático, fortaleciendo las capacidades incluso mediante la mejora del acceso al financiamiento para la gestión del riesgo de desastres y a mecanismos financieros preestablecidos que permitan una respuesta y recuperación rápidas tras eventos extremos.

27. En el marco del compromiso con la implementación y evaluación del Plan para la Seguridad Alimentaria, Nutrición y Erradicación del Hambre (Plan SAN CELAC 2030), manifestamos nuestra disposición a tener presente los debates de la Reunión de Ministras y Ministros, Secretarias y Secretarios y Altas Autoridades de Agricultura de la CELAC, en el marco de la Segunda Conferencia Internacional sobre Reforma Agraria y Desarrollo Rural (ICARRD+20), celebrado en febrero de 2026 en Cartagena, Colombia, promoviendo la cooperación regional en materia de seguridad alimentaria y nutricional, como elemento central para la erradicación del hambre en América Latina y el Caribe.

28. Comprometidos con profundizar la cooperación en educación superior como una herramienta de formación de capital humano, solicitamos a la próxima presidencia pro tempore del Uruguay continuar los esfuerzos para explorar la construcción de una agenda regional común tomando nota de los resultados de la Reunión Ministerial y de Altas Autoridades de la CELAC en Educación Superior realizada entre el 15 y 17 de octubre de 2025 en Cartagena, Colombia, en la que las delegaciones participantes reafirmaron la educación superior como un derecho fundamental y bien público.

29. Reafirmamos nuestro compromiso con el fortalecimiento y la sostenibilidad del Plan de Autosuficiencia Sanitaria de la CELAC como eje estratégico para impulsar el desarrollo de capacidades locales y regionales, la producción y distribución de vacunas, medicamentos, insumos médicos y otras tecnologías sanitarias, incluida la transferencia de tecnología y conocimiento, favoreciendo la articulación de ecosistemas y el apoyo efectivo a la innovación, la investigación aplicada y el desarrollo tecnológico, consolidando cadenas de valor y de suministro resilientes y sostenibles. En este marco, apoyamos el establecimiento de un mercado farmacéutico accesible y asequible en América Latina y el Caribe para medicamentos e insumos para la salud, mediante la participación voluntaria de los Estados respetando las competencias regulatorias nacionales, los compromisos internacionales y tratados comerciales vigentes. Reafirmamos la importancia de avanzar en mecanismos de agregación de demanda regional para fortalecer el poder de negociación, optimizar las compras conjuntas, bajo criterios de eficiencia, evaluación de costo-efectividad y compatibilidad presupuestaria, mejorar el acceso equitativo —especialmente a medicamentos de alto costo—, y el aprovechamiento de las experiencias de las iniciativas existentes para avanzar en la armonización regulatoria y fomentar la producción regional, contribuyendo a una respuesta sanitaria más integrada, eficiente y solidaria en la región.

30. Reafirmamos nuestro compromiso de fortalecer la cooperación regional en el ámbito espacial como un componente estratégico para el fortalecimiento de las capacidades de América Latina y el Caribe en esta materia, promoviendo la formación especializada, el intercambio de conocimientos y la transferencia académica, y la adecuada provisión de los medios de implementación necesarios para su ejecución, con respeto a la soberanía, las prioridades nacionales y los marcos normativos de los Estados miembros permitiendo así la

sostenibilidad espacial y protegiendo los cielos oscuros y silenciosos. En consonancia con estos esfuerzos. Tomamos nota de la celebración de la Primera Asamblea General de la Agencia Latinoamericana y Caribeña del Espacio (ALCE), realizada el 20 de febrero de 2026 en México, como una iniciativa para el fortalecimiento de las capacidades regionales y para el impulso de la cooperación, la colaboración, la investigación, el desarrollo y la transferencia de tecnología en el ámbito aeroespacial con fines pacíficos en la región.

31. Reiteramos nuestro compromiso común para abordar el Problema Mundial de las Drogas de manera integral, multidisciplinaria, y equilibrada, basándonos en evidencia científica y en el principio de responsabilidad común y compartida, de conformidad con el Derecho Internacional lo que requiere abordar todas las causas, incluidas las estructurales, y adoptar medidas concertadas y sostenidas a nivel nacional, regional e internacional; incluyendo acelerar el cumplimiento de las obligaciones y compromisos actuales en materia de políticas de drogas, principalmente los contenidos en las tres Convenciones de Naciones Unidas, que son la piedra angular del sistema internacional de fiscalización de drogas y en otros instrumentos internacionales relevantes.

32. Reiteramos nuestro compromiso de promover y facilitar la acción colectiva y la cooperación internacional, con el fin de que la CELAC colabore en el crecimiento y el desarrollo económico de toda la región, promoviendo criterios de convergencia entre las organizaciones regionales, subregionales e internacionales y las entidades financieras de las que somos miembros.

CIERRE

33. Nos congratulamos por la celebración del bicentenario del Congreso Anfictiónico de Panamá, que los pueblos de América celebran en 2026 como un hito fundacional del multilateralismo en América.

34. Reconocemos el trabajo y los esfuerzos realizados por la República de Colombia en el ejercicio de la presidencia pro tempore de la CELAC, así como la convocatoria a la décima Cumbre de Jefas y Jefes de Estado y de Gobierno, la cual demostró el compromiso con el proceso de integración de América Latina y el Caribe, velando por el fortalecimiento de la CELAC y de sus órganos.

35. Saludamos a la presidencia pro tempore entrante de la República Oriental del Uruguay por asumir dicha responsabilidad, y nos comprometemos a brindar el apoyo requerido en el desempeño de su mandato para el periodo 2026-2027, con el objetivo de seguir avanzando en el diálogo, la concertación política y la integración de nuestra región

Comunicado Conjunto dos Copresidentes do Primeiro Fórum de Alto Nível CELAC-África[1]

Comunicado Conjunto dos Copresidentes do Primeiro Fórum de Alto Nível CELAC-África. Bogotá, 21 de março de 2026

1. Os Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) e da África reuniram-se em Bogotá, em 21 de março de 2026, para o Primeiro Fórum de Alto Nível CELAC-África, no âmbito da presidência pro tempore da Colômbia na CELAC e da presidência do Burundi na União Africana (UA), com a participação de especialistas de ambas as regiões convidados pelos Copresidentes, no marco do direito internacional e da Carta das Nações Unidas. O Fórum propiciou um diálogo frutífero orientado a fortalecer os laços entre América Latina e Caribe e África, com base no respeito mútuo, na igualdade soberana dos Estados, na solidariedade, no benefício compartilhado e no reconhecimento dos laços históricos e culturais que unem ambas as regiões.

2. Os Copresidentes destacam que, durante os dias 18, 19 e 20 de março de 2026, o Fórum desenvolveu uma agenda substantiva que abordou diversos temas de interesse dos países das duas regiões, permitindo a troca de perspectivas, experiências e boas práticas entre representantes governamentais, instituições financeiras, academia, sociedade civil e outros atores relevantes.

3. Em relação ao tema da cooperação Sul-Sul, em 18 de março de 2026, os participantes trocaram experiências sobre iniciativas voltadas para fortalecer os sistemas de cuidado, a biodiversidade, a ação climática, a transição energética, a soberania em saúde, a segurança alimentar, o desenvolvimento rural, a equidade digital, habitat sustentável e as experiências regionais em matéria de paz e segurança.

4. Em relação ao tema da reparação histórica e da justiça étnico-racial, em 19 de março de 2026, representantes de países da América Latina, Caribe e África se reuniram para discutir reparações históricas, a partir de quatro painéis de intercâmbio e reflexão. O primeiro, "Reparações Históricas: Perspectivas da África, América Latina e Caribe", abordou as diferentes aproximações regionais e estatais às agendas de reparações. O segundo, "Diálogo político para refletir sobre memória, justiça e reparações históricas a partir das experiências dos Povos Afrodescendentes e Povos Indígenas", permitiu o compartilhamento de reflexões sobre memória, justiça e reconhecimento a partir das experiências de povos africanos, afrodescendentes e indígenas.

O terceiro painel, "Espiritualidades no Diálogo: Memória e Reconhecimento", destacou a dimensão cultural e espiritual dos processos de memória e dignificação, enquanto o quarto, "Da Memória ao Compromisso: Ações Conjuntas para a Reparação e Restauração da Dignidade", orientou-se a identificar ações de cooperação e compromissos compartilhados. Esta reunião teve como objetivo reconhecer e colocar em diálogo as diferentes experiências estatais e sociais em matéria de reparação histórica, a fim de fortalecer uma agenda comum orientada para a justiça histórica e para a restauração plena da dignidade dos povos afetados pelos legados do colonialismo, da escravização e do racismo estrutural.

[1] Comunicado Conjunto dos Copresidentes do Primeiro Fórum de Alto Nível CELAC-África — Ministério das Relações Exteriores

5. Em relação ao tema do comércio e investimento, as discussões ressaltaram o potencial para ampliar a cooperação econômica birregional mediante a facilitação do comércio, a promoção de investimentos, o fortalecimento da conectividade, o intercâmbio de experiências entre bancos nacionais de desenvolvimento e o desenvolvimento de capacidades em educação, inovação e formação técnica.

6. Os participantes da América Latina, do Caribe e da África destacaram o valor do intercâmbio cultural que acompanhou este encontro, refletido nos diversos eventos culturais realizados durante a jornada, que destacam a riqueza, a diversidade e as profundas raízes históricas que ambas as regiões compartilham. Essas expressões culturais, que evocam a herança comum e os múltiplos vínculos entre nossos povos, nos enchem de esperança e reforçam os laços de amizade e entendimento mútuo. Da mesma forma, destacaram-se as discussões realizadas no Fórum Econômico, onde se identificaram amplas oportunidades para fortalecer as relações econômicas birregionais, particularmente mediante o desenvolvimento de rotas marítimas e aéreas que melhorem a conectividade logística, facilitem o comércio e potencializem o intercâmbio produtivo entre a África, a América Latina e o Caribe.

7. Os Copresidentes concordam que o Fórum fornece contribuições importantes para o fortalecimento da Primeira Cúpula CELAC-União Africana, como um passo orientado a fortalecer o diálogo birregional e promover iniciativas de cooperação de interesse mútuo entre as duas regiões.

8. Os Copresidentes também acordaram que os resultados dos painéis serão transmitidos às Presidências pro tempore da CELAC e da União Africana como um insumo para as reflexões em curso para a construção de uma agenda comum.

9. Os Copresidentes expressam seu agradecimento ao Governo da Colômbia pela organização do Fórum e por sua liderança na promoção do diálogo entre América Latina, Caribe e África durante sua Presidência pro tempore da CELAC.

10. Os Copresidentes observam que o Governo da República Oriental do Uruguai, em sua qualidade de presidente pro tempore da CELAC para o período 2026-2027, expressou sua disposição de dar continuidade aos esforços direcionados ao fortalecimento do diálogo CELAC-África e à preparação da futura Cúpula CELAC-União Africana.

11. Os Copresidentes reiteram sua convicção de que o fortalecimento do diálogo entre a África, a América Latina e o Caribe contribuirá para ampliar os espaços de concertação política, promover iniciativas de cooperação birregional e gerar oportunidades para o desenvolvimento sustentável e o bem-estar dos povos de ambas as regiões.

Discurso do presidente Lula na 10ª Cúpula da CELAC

Discurso do presidente Lula lido pelo chanceler Mauro Vieira na 10ª Cúpula da CELAC, em Bogotá, em 21 de março de 2026

Fonte: https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/discurso-do-presidente-lula-lido-pelo-chancelecer-mauro-vieira-na-10a-cupula-da-celac-1

Esta décima Cúpula da CELAC se realiza em meio a grande inquietação na região e no mundo.

Os duzentos anos de história independente da América Latina e do Caribe foram marcados por longos períodos de indiferença entre nós, entremeados por espasmos de aproximação.

Esses breves momentos de união foram, quase sempre, respostas a estímulos externos.

Reagíamos ao que vinha de fora, em vez de olhar para dentro.

Os antecedentes da própria CELAC são exemplos dessa dinâmica.

A invasão de Granada, no início dos anos oitenta, motivou a formação do Grupo de Contadora e do Grupo de Apoio a Contadora.

Ambos se fundiram no Grupo do Rio, que desembocou na criação da CELAC.

Mas a CELAC evoluiu para se tornar algo diverso das experiências anteriores.

Tivemos a honra de sediar, em Salvador, a primeira reunião de países da América Latina e Caribe sem tutela externa.

Pela primeira vez, fomos capazes de definir uma agenda própria, pautada por nossas necessidades e interesses.

Começamos a esboçar uma integração ativa, e não mais reativa.

Subscrevemos a valores comuns, como a paz, o direito internacional e a não-ingerência.

Implementamos medidas concretas de cooperação em áreas como segurança alimentar, saúde e resposta a desastres.

Hoje, a região está acuada e dividida.

Não somos capazes sequer de condenar as investidas contra a soberania de nossos membros.

Assistimos passivamente à crise no Haiti e às ameaças contra Cuba.

Atritos entre países vizinhos reacendem o risco de uso da força em um continente livre de guerras há mais de trinta anos.

Apesar dos melhores esforços das últimas presidências, as Cúpulas da CELAC estão cada vez mais esvaziadas.

Não se trata de coincidência.

Enfraquecer a CELAC é remover o principal obstáculo à tentativa de transformar a região em zona de influência.

Mas a América Latina e o Caribe não cabem no quintal de ninguém.

Uma região desarticulada favorece o crime organizado.

A colaboração entre nós, sem abrir mão da soberania, é nosso melhor escudo.

Para debelar essas organizações não basta combater os soldados rasos dos cartéis.

É preciso atingir toda a cadeia de comando, sobretudo as mais altas esferas, que vivem em apartamentos e escritórios luxuosos.

Esse problema não é só latino-americano, é global.

É fundamental conter a fraude, o fluxo de armas que vem de países ricos, combater a lavagem de dinheiro realizada em paraísos fiscais e regular o uso de criptomoedas.

Ações pontuais geram resultados momentâneos.

Só o fortalecimento das nossas instituições garante soluções duradouras.

No Brasil, queremos criar um Sistema Único de Segurança e aprovamos uma lei antifacção.

Nosso objetivo é melhorar a articulação entre as polícias e reforçar o papel da Polícia Federal no combate a organizações criminosas e milícias privadas com atuação interestadual e internacional.

Promovemos, nesta semana, a Operação Força Integrada.

Ações simultâneas em 15 Estados resultaram em 116 prisões, na apreensão de mais de 700 quilos de drogas e no bloqueio de quase 20 milhões de dólares em bens ilícitos.

Esse tipo de coordenação precisa existir entre os países da América Latina e Caribe.

O Centro de Cooperação Policial Internacional em Manaus, que reúne representantes de todos os países amazônicos, constitui um bom exemplo.

O Comando Tripartite da Tríplice Fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai, que renovamos no ano passado, é outra experiência bem-sucedida.

Meus amigos e minhas amigas,

Historicamente, a ingerência externa levou à instauração de regimes autoritários na região.

Hoje, as ameaças não vêm apenas de tanques e soldados, mas também de computadores e celulares.

Campanhas de desinformação, orquestradas dentro e fora dos países, minam a credibilidade de sistemas eleitorais.

A manipulação de algoritmos e a produção de conteúdos falsos por inteligência artificial distorcem a realidade e desequilibram o jogo político.

Também põem em risco a integridade dos mais vulneráveis.

A falta de regulação expõe crianças e adolescentes a perigos e abusos na internet.

Para protegê-los, adotamos, no Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) Digital.

Na pandemia de COVID, o negacionismo amplificado pelas redes matou milhares de pessoas.

A mentira rende lucros para plataformas virtuais e votos para políticos extremistas.

A defesa da democracia é tarefa de todos.

A integração regional, da mesma forma, não tem filiação política.

Substituir foros plurais por grupos baseados em afinidades ideológicas é um equívoco.

Governos vêm e vão. Mas a história e a geografia permanecem.

Ao longo do último ano, a presidência colombiana, a quem felicitamos, trabalhou para estreitar o relacionamento da CELAC com parceiros externos.

Mantivemos diálogo com China, União Europeia e África.

Esses países e blocos veem na América Latina e no Caribe potencial que nós mesmos não sabemos reconhecer e aproveitar.

É um paradoxo que uma região com tantos recursos ainda padeça de tantos males.

Somos potências em energia, biodiversidade e agricultura.

Mas o que predomina neste quadrante do planeta são sociedades profundamente desiguais e tecnologicamente dependentes.

O que nos falta para romper esse ciclo de subdesenvolvimento é liderança política.

A América Latina tem a segunda maior reserva de minerais críticos e terras raras do mundo.

Desses minérios depende a fabricação dos chips, baterias e placas solares que dão corpo à revolução digital e à transição energética.

É justo que tenhamos acesso a todas as etapas das cadeias de valor, desde a extração até o produto final, do beneficiamento à reciclagem.

Temos a oportunidade de reescrever a história da região, sem repetir o erro de permitir que outras partes do mundo enriqueçam às nossas custas.

A adoção de um marco regional, com parâmetros comuns mínimos, aumentaria nosso poder de barganha junto a investidores.

Os equívocos do neoliberalismo tiveram um impacto muito negativo em nossa região.

Desacreditada na Europa e nos Estados Unidos, até mesmo pela direita, a apologia do Estado mínimo ainda possui muitos seguidores entre nós.

Nossos povos anseiam por políticas públicas efetivas.

Atualmente, quase um terço da população da América Latina e do Caribe trabalha por conta própria.

São mulheres e homens empreendedores, que dispensam a assistência do Estado, mas querem serviços públicos de qualidade.

Desejam escolas com bons professores, hospitais sem filas de espera, transporte a preço acessível e casa própria financiada a juros baixos.

Mais de 36% dos latino-americanos e caribenhos acima de sessenta anos ainda participam da força de trabalho.

Nossos cidadãos estão envelhecendo e têm direito a uma aposentadoria digna.

O papel dos governos é trabalhar pelo bem-estar das famílias.

Sem ação decisiva do Estado, tampouco conseguiremos integrar a infraestrutura da região.

Precisamos de rotas por terra, água e ar, do Atlântico ao Pacífico, por onde produtos possam circular e cidadãos possam transitar.

Necessitamos de uma rede elétrica interconectada, para garantir e baratear a oferta de energia.

Em um mundo com bloqueios marítimos e cortes no abastecimento de insumos, essa integração é ainda mais importante.

Na América do Sul, estamos estabelecendo um Observatório de Infraestrutura, que vai identificar lacunas, monitorar avanços e promover investimentos.

Bancos multilaterais de desenvolvimento como a CAF, o Fonplata, o BID, o Banco Caribenho de Desenvolvimento e o Banco dos BRICS são parceiros valiosos para concretizar projetos.

Com essa interligação, poderemos buscar na própria região mercadorias e serviços que hoje obtemos de fornecedores externos.

As exportações intrarregionais na América Latina e no Caribe correspondem a apenas 14% do total do nosso comércio.

Para reverter esse quadro, precisamos incentivar a internacionalização das nossas empresas.

O Brasil acaba de aprovar um projeto de lei que dá maior segurança jurídica ao financiamento de exportações de bens e serviços pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Sistemas de pagamentos digitais inovadores, como o PIX brasileiro, também podem impulsionar o comércio regional.

Estaremos mais protegidos de choques externos se apostarmos na integração de nossas cadeias produtivas.

Senhoras e senhores,

Quando caminhamos juntos, somos capazes sobreviver às turbulências da economia e da geopolítica mundial.

A CELAC representa o maior esforço já feito para afirmar a identidade própria da América Latina e do Caribe no cenário internacional.

Na América do Sul, a solidez institucional do MERCOSUL oferece uma boa plataforma para ampliar nossa integração.

Saudamos a adesão da Bolívia como membro pleno e o desejo de outros países de se associaram ao nosso bloco.

Que este seja o nosso compromisso: transformar a diversidade em força, a união em soberania e a esperança em futuro.

Como diz Pablo Milanés na Canção pela Unidade Latino-Americana, “o que brilha com luz própria ninguém pode apagar; seu brilho pode alcançar a escuridão de outras costas”.

Muito obrigado.

Pronunciamento do presidente Lula na Reunião de Chefes de Estado CELAC-África

Pronunciamento do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na Reunião de Chefes de Estado CELAC-África, em Bogotá, em 21 de março de 2026

Fonte: https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/discurso-do-presidente-lula-na-reuniao-de-chefes-de-estado-celac-africa

Gostaria de agradecer ao presidente Gustavo Petro e à vice-presidenta Francia Márquez por organizar o primeiro Foro de Alto Nível CELAC-África.

Não haveria data melhor para celebrar este encontro do que 21 de março, Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial.

Em 2021 e 2025, a CARICOM organizou seus próprios encontros com a África.

Esta iniciativa colombiana retoma o processo iniciado com as Cúpulas América do Sul – África, que entre 2006 e 2013 aproximou nossos continentes.

A União Africana é fonte de inspiração para a integração na nossa região.

Ela demonstra que é possível apostar na institucionalidade regional mesmo diante da diversidade de projetos políticos nacionais.

O Brasil, a América Latina e o Caribe integram a 6ª região da União Africana.

153 milhões de afrodescendentes vivem em nossos países.

Salvador, onde sediamos, no ano passado, a Conferência Regional da Diáspora Africana nas Américas, é a cidade com a maior população negra fora do continente africano.

Os debates que aconteceram aqui em Bogotá, nos últimos dias, acolheram as reparações históricas como prioridade, em linha com o entendimento da União Africana.

Apesar de ter implementado diversas políticas públicas de igualdade racial, como as leis de cotas, o Brasil ainda está longe de pagar sua dívida com a África por 350 anos de escravidão.

Enfrentar, unidos, a herança colonial é o melhor tributo que podemos prestar à nossa história compartilhada.

Queridos amigos e amigas,

Hoje também quero falar sobre o futuro.

Existem fortes sinergias entre a Agenda 2063 da União Africana e as prioridades da CELAC.

A próxima etapa dessa reaproximação aponta para a organização de uma Cúpula de líderes da CELAC e da África.

Com vistas a preparar essa iniciativa, quero propor cinco eixos de ação que poderão constar dessa agenda futura:

Em primeiro lugar, o combate à fome.

340 milhões de pessoas passam fome na América Latina, no Caribe e na África.

Essa é uma realidade inaceitável em um mundo que produz alimentos suficientes para todos.

A América Latina e o Caribe têm demonstrado que é possível avançar com políticas públicas eficazes.

A África reúne enorme potencial agrícola e pode se tornar um grande produtor mundial de alimentos.

O Brasil está comprometido em contribuir para esse esforço.

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) retornou ao continente africano com o Escritório de Cooperação em Adis Abeba.

No ano passado, realizamos, em Brasília, o II Diálogo Brasil-África sobre Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural.

Desse mesmo espírito de solidariedade nasceu a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza.

Lançada no G20, a iniciativa já conta com a adesão de 103 países.

A segunda vertente é o enfrentamento à mudança do clima e a preservação do meio ambiente.

Egito e Brasil sediaram recentemente COPs do Clima. Em breve será a vez da Etiópia.

Apesar de não sermos historicamente responsáveis pelo aquecimento global, somos os mais afetados por eventos climáticos extremos.

Temos em comum a preocupação de combater processos de desertificação.

Compartilhamos a responsabilidade de cuidar das duas maiores florestas tropicais do mundo: a Floresta Amazônica e a do Congo.

Cooperamos em diversos foros para combater os crimes ambientais, que já são a terceira maior fonte de recursos para o crime organizado.

Trabalhamos juntos para a operacionalização do Fundo Florestas Tropicais para Sempre.

Essa iniciativa já mobilizou quase 7 bilhões de dólares.

Não se trata de doações. Os lucros gerados pelo TFFF serão repartidos entre os países de florestas tropicais e os investidores.

A ciência já provou que sem uma transição para economias de baixo carbono, não será possível evitar a crise climática.

Por isso, a transição energética também deve ser um dos eixos de ação conjunta.

Nosso enorme potencial para produção de energia limpa de fontes solar, eólica e hídrica ainda contrasta com o acesso precário à eletricidade em muitas partes de nossos continentes.

A formação de um mercado internacional de biocombustíveis abre oportunidades de desenvolvimento local e viabiliza a descarbonização da economia.

Nossos países também possuem importantes reservas de minerais críticos, que desempenham um papel estratégico na transição para economias de baixo carbono.

A cooperação entre os países detentores desses recursos minerais será vital para conseguir agregar valor em nossos próprios territórios e evitar investidas neoextrativistas.

Nossos continentes não podem ficar para trás no aproveitamento dos benefícios que a Inteligência Artificial pode gerar em matéria de agricultura, saúde, educação e segurança.

Esse desafio deve ser mais uma vertente estratégica do relacionamento.

Investimentos em infraestrutura digital serão chave para superar carências crônicas de nossas regiões em matéria de alta tecnologia.

Temos uma juventude pujante, energia barata e os recursos estratégicos necessários.

Mas para dar esse salto tecnológico compartilhamos a necessidade de fortalecer capacidades endógenas em governança de dados, infraestrutura digital e qualificação de recursos humanos.

O Plano Brasileiro de Inteligência Artificial contempla duas linhas de financiamento para cooperação com África e América Latina.

São 20 milhões de dólares para financiamento de projetos conjuntos e 10 milhões para o uso de infraestruturas de IA brasileiras.

Precisamos de um modelo de cooperação que alinhe governança digital e respeito aos direitos fundamentais, fortalecendo nossa soberania.

A regulação do mundo virtual não é um mecanismo de controle. É antes de tudo um instrumento de inclusão e proteção das pessoas.

Para enfrentar discursos de ódio, desinformação, pornografia infantil e misoginia, o Brasil está atualizando sua legislação.

Aprovamos recentemente o Estatuto Digital da Criança e do Adolescente para manter nossas crianças protegidas também no mundo virtual.

As trocas comerciais e os fluxos de investimento conferem lastro às relações políticas entre os países.

Por isso, devem ser outro eixo estruturante do relacionamento.

A África é um continente de grande dinamismo, impulsionado por uma população jovem e pela rápida urbanização.

A Zona de Livre Comércio Continental Africana, que entrou em vigor em 2021, é a maior do mundo.

Abrange 1,3 bilhão de pessoas e tem PIB combinado de 3,4 trilhões de dólares.

O MERCOSUL já conta com um Acordo de Livre Comércio com o Egito e com um Acordo de Comércio Preferencial com a União Aduaneira da África Austral.

É estratégico estender e aprofundar essas iniciativas.

A construção de sinergias o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Banco Africano de Desenvolvimento é imprescindível para ampliar o financiamento a projetos conjuntos.

Senhoras e senhores,

Nossos continentes congregam quase a metade dos países do mundo e um quarto da população mundial.

Mas ainda somos penalizados por uma ordem desigual, estabelecida enquanto o colonialismo e o apartheid prevaleciam em muitas partes do mundo.

Não faz sentido que a América Latina e a África não tenham representação adequada no Conselho de Segurança da ONU.

As guerras na Ucrânia, em Gaza, no Irã e tantos outros conflitos nos afastam do caminho do desenvolvimento.

Geram efeitos econômicos, sociais e políticos no mundo todo.

Aumentam os preços da energia e dos alimentos.

Precisamos manter o Atlântico Sul livre de disputas geopolíticas alheias.

Esse é o objetivo da reunião ministerial da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, que o Brasil organizará em 9 de abril.

O Brasil, a América Latina e o Caribe caminham ao lado da África em diversas outras iniciativas multilaterais.

Lutamos pela renovação, por mais dez anos, da Década Internacional dos Afrodescendentes (2025-2034), e pela elaboração de uma Declaração dos Direitos Humanos das Pessoas Afrodescendentes.

O Brasil apoia a resolução do Grupo Africano na Assembleia Geral da ONU que declara o Tráfico de Africanos Escravizados como um dos mais graves crimes contra a humanidade.

A reforma da Organização Mundial do Comércio, hoje presidida pela nigeriana Ngozi Okonjo-Iweala [Ingozi Ôconjo Iuêala], é imprescindível e urgente.

Sem atuação coesa do Sul Global, a próxima ministerial da OMC, no Cameroun [Ca-me-rrún], corre o risco de cristalizar um cenário de paralisia que joga contra o comércio baseado em regras multilateralmente estabelecidas.

Meus amigos e minhas amigas,

A ponte entre nossas regiões não é feita apenas de acordos e declarações.

Ela é feita de pessoas, de uma diáspora que nos une.

O geógrafo brasileiro Milton Santos nos ensinou que o território não é apenas chão, mas história viva.

A América Latina, o Caribe e a África são um mesmo território existencial, marcado pela resistência e pela luta por dignidade.

Eu não queria perder a oportunidade de dizer para vocês que eu estou extremamente preocupado do que está acontecendo no mundo de hoje.

É importante que a gente não esqueça nunca que o mundo de hoje está vivendo a maior concentração de conflitos desde a Segunda Guerra Mundial.

É importante que a gente não perca de vista que, enquanto se gastou ano passado 2,7 trilhões de dólares em armas e guerras, nós ainda temos 630 milhões de pessoas passando fome.

Ainda temos milhões de seres humanos sem energia elétrica.

E ainda temos milhões de seres humanos sem ter acesso à educação e outros milhões e milhões de mulheres e crianças que são resultado dessas guerras fratricidas e que ficam abandonados sem documento, sem residência, sem ter sequer uma pátria onde morar.

Por isso, nós temos insistido, cada vez mais, de que é preciso parar e refletir sobre o nosso comportamento.

Nós não somos mais países colonizados. Nós conquistamos soberania com a nossa independência. Nós não podemos permitir que alguém possa se intrometer e ferir a integridade territorial de cada país.

O que nós estamos assistindo no mundo é a falta total e absoluta de funcionamento das Nações Unidas. O Conselho de Segurança da ONU e os seus membros permanentes foram criados para tentar manter a paz. E são eles que estão fazendo as guerras.

E quando é que a gente vai tomar uma atitude para não permitir que os países mais poderosos se achem donos dos países mais frágeis?

Quando é que a ONU vai convocar uma reunião extraordinária para que a gente decida qual é o papel dos membros do Conselho de Segurança?

Por que não se renova? Por que não se colocam mais países representando o Conselho de Segurança da ONU?

Eu estou, como ser humano, como democrata e como presidente do Brasil, indignado com a passividade dos membros de segurança que não foram capazes de resolver o problema na Faixa de Gaza, não foram capazes de resolver o problema no Iraque, não foram capazes de resolver o problema na Líbia, não foram capazes de resolver o problema na Ucrânia, não foram capazes de resolver o problema no Irã.

Ou seja, e tudo se resolve por guerra? Ou seja, quem tem mais canhão, quem tem mais navio, quem tem mais avião, quem tem mais dinheiro, se acha dono do mundo?

Quando é que nós vamos dizer que isso não é normal? Quando é que nós vamos dizer que nós queremos voltar a ter uma relação civilizada entre as nações, que nós não vamos permitir o fim do multilateralismo e que a gente vai garantir que somente a paz é que pode fazer com que o mundo pobre possa se desenvolver?

O que constrói uma guerra a não ser mortos e destruição? E quando é que nós vamos reagir?

Eu queria dizer para vocês que, em 2010, em 2010, eu fui a Teerã, junto com o presidente da Turquia, para convencer o governo do Irã de que ele não poderia enriquecer o urânio para fazer armas nucleares.

E fui dizer para a autoridade no Irã, ao Khamenei [Ali, ex-líder supremo do Irã] e ao Ahmadinejad [Mahmoud, ex-presidente do Irã], de que a gente aceitaria que eles enriquecessem o urânio na proporção que o Brasil enriquece o urânio: para fins pacíficos, para fins científicos.

Fizemos um acordo, fizemos um acordo, esse acordo, quando foi publicado, ao invés dos países europeus e os Estados Unidos aceitarem o acordo, eles aumentaram o bloqueio ao Irã.

E é muito engraçado, isso já foi publicado na imprensa, não é segredo para ninguém. Eu tinha recebido uma carta do companheiro Obama [Barack, ex-presidente dos Estados Unidos], dizendo que o senhor Ahmadinejad concordasse com aquele acordo, estava tudo certo.

Pois nós fizemos da Ahmadinejad assinar o acordo tal qual estava a carta do Obama.

Para minha surpresa, quando foi publicado o acordo, tanto a Europa quanto os Estados Unidos aumentaram o bloqueio.

Depois de alguns anos, foram fazer um outro acordo pior do que aquele que a gente tinha feito.

E agora se invadiu o Irã a pretexto de que o Irã estava construindo bomba nuclear. Cadê as armas químicas do Saddam Hussein? Aonde elas estão? Quem achou?

Ou seja, nós não podemos viver mais num mundo de mentiras, em que as pessoas constroem inimigos constroem uma imagem negativa do inimigo para justificar a destruição?

Que mundo que nós estamos?

Eu ouvi o representante de Moçambique falar nos minerais críticos e nas terras raras.

Aqui, nesse plenário, todo mundo tem experiência de que o seu país já foi saqueado em tudo que é ouro que tinha, em tudo que é prata que tinha, em tudo que é diamante que tinha, em tudo que é minério que tinha.

Depois de levarem tudo que a gente tinha, agora, eles querem ser donos dos minerais críticos e das terras raras que nós temos.

Eu estou vendo a Bolívia ali. Estou vendo o chanceler da Bolívia [Fernando Aramayo Carrasco].

Ou seja, já levaram quase tudo da Bolívia. Agora que a Bolívia tem minerais críticos, é a chance da Bolívia, é a chance da África, é a chance da América Latina não aceitar ser apenas exportador de minerais para eles.

Quem quiser que venha se instalar e produzir no país, para que a gente tenha a chance de desenvolver o nosso país, nós já fomos colonizados, fizemos luta pela independência, já conquistamos democracia, já perdemos democracia, agora estão querendo nos colonizar outra vez.

Então, companheiros e companheiras,

Eu não poderia ter faltado nessa reunião.

Eu cheguei aqui duas horas da madrugada para fazer essa reunião. Por que é preciso que a gente levanta a cabeça? Não é possível alguém achar que é dono dos outros países.

O que estão fazendo com o Cuba agora? O que fizeram com a Venezuela? Isso é democrático?

Em que parágrafo e em que artigo da Carta da ONU está dito que um presidente de um país pode invadir o outro? Em que documento do mundo está dito isso? Nem da Bíblia.

Não existe nada que permita que isso aconteça. É a utilização da força e do poder para nos colonizar outra vez?

Ou seja, nós não teremos chances agora que descobrimos que temos terras raras, que descobrimos que temos minerais críticos?

Agora que a gente pode aspirar e dar um salto de qualidade na produção de combustíveis alternativos?

Ou seja, é preciso que a gente possa gritar alto e bom som para não permitir que isso aconteça em outros países, o que já aconteceu em Gaza recentemente.

Eu não esqueço nunca, meus amigos e minhas amigas, que em dezembro de 2002, eu já tinha sido eleito presidente da República do Brasil, e o presidente Bush [George W, ex-presidente dos Estados Unidos] me convidou para ir a Washington para conversar com ele. Eu não tinha assumido a presidência ainda.

Ele queria que eu fosse participar da Guerra do Iraque.

Eu disse para ele, mas, presidente, eu não conheço Saddam Hussein. O Iraque fica a 14 mil quilômetros do meu país. Eu nunca fui no Iraque.

Por que fazer guerra com ele? Por que destruir para reconstruir?

Porque na época me ofereceram, se você participar da guerra, as empresas brasileiras vão ajudar a reconstruir o Iraque. Por que eu vou destruir para reconstruir? Se está construído, deixa que está construído.

Eu disse para ele, presidente Bush, eu não participo da Guerra do Irã.

A minha guerra é contra a fome de 54 milhões de brasileiros que não têm o que comer. E essa guerra eu vou vencer. E venci a guerra.

Em 2014, acabamos com a fome no Brasil.

Hoje, quando eu voltei a presidência da República, já tinha 33 milhões de pessoas passando fome outra vez. Em apenas dois anos e meio, nós outra vez tiramos 33 milhões de pessoas da fome.

Essa guerra que nós temos que fazer para acabar com a fome na África, na América Latina, acabar com o analfabetismo, acabar com a falta de energia elétrica, é essa guerra que nós temos que fazer.

Por isso, me perdoe, querida vice-presidenta [Francia Márquez, da Colômbia], eu não poderia deixar de falar isso. Porque nós estamos perdendo o direito de nos indignarmos.

Estamos perdendo o direito. Vocês acham que eu quero guerra contra alguém?

Eu não quero guerra com ninguém. Nem com a menor ilha do mundo, nem com a menor ilha do mundo, e muito menos com os Estados Unidos, com a China, com a Rússia.

O que eu quero é argumentar. O que eu quero é construir narrativas.

Porque somente com narrativas é que nós vamos dizer que vamos construir um mundo para que nossos filhos, nossos netos, possam acreditar que valeu a pena nós sermos o governo do país que nós nascemos.

Obrigado.

Longe de vista. Que perigo!

Fuera de vista. ¡Qué peligro!

Conveniently out of sight. Truly dangerous!

Augusto Paulo Silva, Manuel Mahoche, Tomé Cá e Felix Rosenberg

Resumo. O informe detalha a saída estratégica dos EUA da OMS em 2026 e a transição para a Estratégia de Saúde Global America First. Washington substituiu o multilateralismo por acordos bilaterais com 15 nações africanas, oferecendo financiamento em troca de acesso a dados de saúde e genômicos por 25 anos, um processo rotulado como "extração 2.0". O modelo é criticado por evitar o escrutínio parlamentar e impor condições ideológicas e comerciais que favorecem empresas americanas. No Quênia, a justiça suspendeu o acordo local devido a preocupações com a soberania de dados, biossegurança e falta de transparência constitucional.

Palavras-chave: EUA. África. Bilateralismo. Memorandos de Entendimento. Soberania de Dados.

Resumen. *El Informe analiza el retiro de EE. UU. de la OMS y el giro hacia un bilateralismo transaccional con África. Bajo la estrategia "America First", se han firmado memorandos de entendimiento (MoUs) que condicionan el apoyo financiero al control de datos de salud y secuencias genómicas durante un cuarto de siglo. Esta práctica, denominada "extracción 2.0", permite a Washington eludir estándares internacionales y priorizar sus intereses geopolíticos frente a China. Tribunales en Kenia han frenado estos acuerdos, advirtiendo sobre riesgos para la privacidad nacional y la erosión de la gobernanza sanitaria global***.***

Palabras clave. *EE.UU. Africa. Bilateralismo. Memorandos de Entendimiento. Soberanía de Datos.*

Abstract. *The report explores the U.S. withdrawal from the WHO and its pivot toward bilateral health MoUs in Africa. Through these agreements, the U.S. provides funding to 15 nations in exchange for extensive access to national health systems and genomic data for 25 years. Termed "Extraction 2.0," this model prioritizes U.S. commercial interests and ideological alignment over global equity. Critics argue that these non-binding frameworks lack accountability and bypass parliamentary oversight. Legal resistance in Kenya underscores growing fears regarding data sovereignty and potential biosafety vulnerabilities created by this unilateral approach.*

Keywords: *USA. Africa. Bilateralism. Memoranda of Understanding. Data Sovereignty.*

Fora da OMS, novos poderes

O Dr. Atilla Kisla[1], responsável do Cluster de Justiça Internacional no Centro de Litígios da África Austral fez uma análise certeira, publicada no jornal eletrônico Daily Maverick, sobre os motivos primordiais por detrás de abandono da OMS pelos EUA de Trump.

Atilla começa por nos recordar do que realmente aconteceu no fatídico dia 22 de janeiro de 2026: sem discurso em horário nobre, nem pronunciamento presidencial e entrevistas espetaculares, os EUA concluíram discretamente a sua retirada da Organização Mundial da Saúde.

Embora a maioria das pessoas pudesse encolher os ombros perante tal notícia numa era de indignação generalizada, há mais na saída dos EUA da OMS: não se tratou apenas de uma retirada impulsiva da saúde global, foi um movimento calculado, parte de uma jogada de poder muito mais ambiciosa, delineada na Estratégia de Saúde Global America First dos EUA, de setembro de 2025.

Uma análise mais profunda da decisão dos EUA revela um pivô geopolítico à vista de todos. Em apenas seis semanas, os EUA concluíram Memorandos de Entendimento (MoUs) de cooperação bilateral em saúde com 15 países africanos, ao abrigo dos quais os EUA fornecerão financiamento aos seus sistemas de saúde, variando de 106 milhões a 2,1 bilhões de dólares. O que ganham os EUA com isso? Não petróleo, nem cobalto ou lítio. Os MoUs em questão asseguram dados de saúde, que conferem poder no século XXI e um quadro preocupante para o futuro dos países africanos em causa.

Imagem1: Tempos sombrios para a saúde global

Fonte: Health Policy Watch, 2025.

[1] O Dr. Atilla Kisla é uma das vozes mais ativas na África Austral em temas de justiça internacional, combinando litigância estratégica, pesquisa jurídica e atuação cívica. Seu trabalho tem impacto direto em debates sobre genocídio, apartheid, extradição e o papel da África no sistema global de responsabilização.

Acordos bilaterais com benefícios

Embora a narrativa convencional possa classificar o último movimento dos EUA como um abandono do multilateralismo, isso é apenas metade da verdade e perigosamente enganador. Um dos objetivos da *Estratégia de Saúde Global America First* é "criar um ambiente favorável para as empresas americanas implementarem os seus produtos e serviços inovadores de saúde a nível global" e promover a "diplomacia comercial". Embora os cortes na ajuda aos sistemas de saúde em África, incluindo o financiamento do PEPFAR, parecessem decisões impulsivas na altura para agradar à base Maga, os movimentos mais recentes revelam um reposicionamento crucial dos EUA neste contexto.

África, com a sua população em crescimento e o seu mercado de saúde em expansão, é vista como uma oportunidade para criar um contrapeso ao poder da China no continente. O bilateralismo não é uma retirada neste contexto. Trata-se de uma atualização que vem com múltiplas vantagens.

Os acordos bilaterais permitem a Washington exercer plenamente o seu poder e definir as regras sem padrões internacionais, controlar os fluxos de dados, contornar o escrutínio multilateral e associar condições ideológicas ao financiamento. Segue o objetivo de maximizar a influência unilateral, disfarçada de cooperação técnica ao setor da saúde em África, ao mesmo tempo que remodela a saúde global à imagem dos EUA: transacional e ideológica.

Dados de saúde de África: extração 2.0

A maioria dos MoUs em questão não foi divulgado publicamente, o que, por si só, constitui um sinal de alerta. No entanto, os MoUs publicamente disponíveis, como os celebrados com o Quénia, a Libéria ou o Moçambique, revelam um sistema de "cooperação" com disposições sobre partilha de dados, acesso a sistemas nacionais de vigilância de doenças, acesso a sequenciação genômica e integração de plataformas de saúde e segurança dos EUA.

Esta extração de dados, ao contrário dos recursos naturais, não se esgota — acumula-se. Pode alimentar sistemas de IA, *pipelines* farmacêuticos, análises preditivas e modelos de segurança nacional. Os dados populacionais podem revelar suscetibilidade a doenças, diversidade genômica, padrões de saúde reprodutiva e vulnerabilidade a surtos em sociedades inteiras. Bem-vindos à extração 2.0! Para além disso, MoUs como o do Quénia favorecem claramente as empresas dos EUA ao afirmar que:

"Os Participantes tencionam trabalhar em conjunto para apoiar empresas americanas que procurem estabelecer operações no Quénia, em conformidade com as leis e regulamentos do Quénia."

Com tais dados, os Estados com os recursos necessários poderiam modelar epidemias, moldar mercados farmacêuticos e antecipar tendências demográficas e biológicas em vários países. Uma alavancagem que pode facilmente ser traduzida em poder direto sobre outro Estado.

Benefício de um sistema quebrado

Entre 4 de dezembro de 2025 e 14 de janeiro de 2026, 15 países africanos assinaram estes MoUs: Botsuana, Camarões, Costa do Marfim, Essuatíni, Etiópia, Quénia, Lesoto, Libéria, Madagáscar, Malawi, Moçambique, Nigéria, Ruanda, Serra Leoa e Uganda.

Os governos africanos não são atores passivos nesta história. Sabem o valor dos seus dados. Conhecem os riscos da dependência. Conhecem a história da extração. Mas também veem a realidade de uma OMS subfinanciada e de um financiamento global da saúde estagnado, que afeta os sistemas de saúde nacionais e cria um desafio massivo para os governos.

Num sistema quebrado, os Estados africanos em causa operam num ambiente que gera dependências perigosas. Os EUA têm um historial de usar o financiamento global da saúde para exportar as suas guerras culturais internas. A "*global gag rule*", ativada e desativada consoante quem ocupa o Salão Oval, forçou repetidamente os governos africanos a escolher entre o financiamento dos EUA e a autonomia reprodutiva das mulheres. Os MoUs estão concebidos para estabelecer um sistema em que os dados fluem num sentido e a ideologia no outro. Superalimentar estas dinâmicas com dados de saúde pode criar um sistema em que a parceria pode rapidamente se tornar subordinação sob o pretexto de salvar vidas.

A ficção dos MoUs não vinculativos

A plano jurídico que torna tudo isto possível e serve de disfarce para esta apropriação de poder são os MoUs assinados pelos EUA e os Estados africanos. Os EUA não estão a construir este sistema paralelo de governação da saúde através de tratados ou acordos formais que exijam aprovação parlamentar, debate público ou escrutínio internacional.

Os MoUs parecem inofensivos: são técnicos e burocráticos. No direito internacional, a sua ambiguidade é precisamente o objetivo. Ao contrário dos tratados, os MoUs são tipicamente classificados como "não vinculativos". Sem obrigações exequíveis, nem ratificação, transparência e responsabilização. Isto não é um defeito, é uma característica. O MoU para a Libéria, por exemplo, tem uma cláusula específica a este respeito:

"Este MoU não constitui um acordo internacional e não dá origem a direitos e obrigações jurídicos ao abrigo do direito internacional ou interno."

Uma cláusula semelhante existe noutros MoUs com o Quénia, Moçambique e Uganda. Na prática, os MoUs criam uma forma de compromissos de governação paralela que moldam os sistemas de saúde nacionais sem nunca estarem sujeitos a escrutínio constitucional ou de direitos humanos.

Eles permitem aos EUA extrair dados, incorporar ferramentas de vigilância e influenciar políticas, mantendo uma negação plausível. Se implementados, no entanto, os efeitos destes MoUs são indistinguíveis de obrigações e direitos vinculativos. Uma estratégia silenciosa e genial: influência máxima, responsabilização mínima.

Dados enquanto arma? Ainda não é tarde demais

O elefante na sala é o que acontece se todos os dados entregues forem abusados e não apenas usados para apoiar a saúde nos Estados africanos, mas também como mais uma ferramenta de um sistema impulsivo e autoritário. Os dados de saúde e gnômicos são unicamente íntimos e podem revelar vulnerabilidades ou características ao nível da população, sendo passíveis de uso para discriminação, vigilância ou coerção.

De facto, uma folha informativa de contrainteligência dos EUA de 2021 lista alguns destes riscos decorrentes da recolha de grandes conjuntos de dados gnômicos como uma preocupação de segurança nacional. Com a IA, os riscos multiplicam-se e, sem salvaguardas

adequadas, a cooperação em saúde de hoje torna-se a vulnerabilidade de biossegurança de amanhã.

Imagem 2: O alto funcionário norte-americano Brad Smith (à direita) numa reunião para discutir um acordo bilateral com responsáveis do Tesouro e da Saúde do Quênia

Fonte: Health Policy Watch, 2025.

No entanto, ainda não é tarde demais. Os 15 Estados africanos em causa ainda não estão travados nesta trajetória. A própria ambiguidade jurídica que torna os MoUs tão atrativos para a Casa Branca também cria espaço para resistência. Se estes acordos forem verdadeiramente "não vinculativos", podem ser suspensos, reduzidos, renegociados ou terminados. A soberania dos Estados em questão ainda não foi formalmente cedida.

Um primeiro passo é que estes acordos sejam submetidos a uma rigorosa revisão judicial e parlamentar antes da assinatura ou implementação. Os arranjos de partilha de dados, o acesso à vigilância ou as integrações de plataformas devem ser debatidos publicamente, não enterrados em anexos técnicos.

A providência conservatória do tribunal superior do Quénia, emitida a 19 de dezembro de 2025, para impedir os funcionários do Estado de implementar, operacionalizar e executar o MoU, é um passo crucial inicial que deve ser replicado noutros Estados.

No Quénia, recorde-se, uma parceria de novo tipo considerada «histórica»: o tal MoU entre os dois países é financiado em 2,5 bilhões de dólares, por cinco anos, com o objetivo de desenvolver programas de prevenção e tratamento de HIV, malária e tuberculose. Em detalhe, os americanos entraram com 1,7 bilhões de dólares, ficando os quenianos responsáveis pelos restantes 850 milhões. "Cada xelim, cada dólar, será gasto com eficácia, eficiência e transparência", declarou a este propósito o Chefe de Estado queniano, William Ruto.

No Quénia, este novo tipo de parceria suscitou vivas críticas. Em causa é a obrigação de partilha de dados, o que fez temer a muitos responsáveis e observadores quenianos uma fuga de informações médicas confidenciais para os Estados Unidos. "Que categorias de dados vão ser partilhadas? – questionou assim na rede social X o opositor político Willis Otieno, enquanto um

editorialista do diário The Nation se inquieta com tal "suicídio contratual". Quanto ao denunciante Nelson Amenya, este exigiu a publicação integral dos documentos do acordo. Face à polémica crescente, a Embaixada dos Estados Unidos no Quénia e o Ministro queniano da Saúde, Aden Duale, pretenderam ser tranquilizadores: asseguram que apenas os dados "tornados não identificáveis e consolidados" serão partilhados. Até agora, o ponto de situação é de suspensão e de incerteza jurídica.

Em 10 de dezembro de 2025, o Tribunal Superior do Quénia emitiu umas liminares (*ex parte conservatory orders*) que restringem o Governo do Quénia de implementar ou operacionalizar o quadro (*framework)* de cooperação em saúde acordado com os Estados Unidos da América em 4 de dezembro de 2025. As liminares são temporárias, permanecendo em vigor enquanto se aguarda a audiência das partes sobre a questão, e aplicam-se na medida em que o quadro prevê ou facilita a transferência, partilha ou divulgação de dados médicos, epidemiológicos ou de saúde pessoal sensíveis do Quénia para os EUA. As liminares seguiram-se a uma petição apresentada pela Federação de Consumidores do Quénia (COFEK, *Consumer Federation of Kenya*), que afirmou que o quadro foi concluído sem a devida consideração aos princípios constitucionais de transparência, responsabilização e participação pública nos termos do artigo 10.º da Constituição do Quénia. A petição alegou ainda que o quadro prevê a transferência de dados de saúde de pessoas que vivem no Quénia (caracterizados como dados pessoais sensíveis) para os EUA de uma forma inconsistente com a Lei de Proteção de Dados de 2019 (DPA, *Data Protection Act*).

Estes procedimentos proporcionam uma oportunidade para examinar a governança de dados no Quénia no contexto de acordos bilaterais entre Estados, especialmente quando os dados a serem partilhados são agregados e desidentificados, mas ao destinatário estrangeiro é concedido acesso aos sistemas de informação de saúde nacionais do Quénia. A DPA e os seus regulamentos estabelecem requisitos claros para transferências transfronteiriças de dados pessoais. Antes de qualquer transferência deste tipo, o responsável pelo tratamento de dados deve assegurar a existência de salvaguardas adequadas, obter uma decisão de adequação do Comissário de Dados e garantir que, quando as transferências se basearem na necessidade ou no interesse público, os direitos e liberdades dos titulares dos dados são respeitados. No caso de dados pessoais sensíveis, é necessário o consentimento explícito do titular dos dados.

A Lei da Saúde Digital de 2023 (*The Digital Health Act*, 2023) complementa este quadro ao introduzir um regime legal para a recolha, armazenamento, processamento e intercâmbio de dados de saúde. A Lei enfatiza que todos os dados de saúde, incluindo informações pessoais sensíveis, devem ser tratados com o devido respeito pela privacidade, confidencialidade e segurança. Também introduz classificações que distinguem dados agregados, desidentificados e individualmente identificáveis. No contexto do quadro de cooperação no domínio da saúde Quénia-EUA, os tribunais podem ser solicitados a esclarecer como estas obrigações se aplicam quando, embora apenas sejam partilhados dados agregados, a entidade estrangeira tem acesso local aos sistemas de informação sanitária do Quénia.

Os processos também oferecem uma lente importante através da qual os tribunais podem abordar o princípio da participação pública nos termos do artigo 10.º da Constituição. Será instrutivo ver a opinião do tribunal sobre o momento e o âmbito da participação pública no contexto de acordos bilaterais, desde a negociação e assinatura pelo Executivo até à ratificação parlamentar. No Quénia, a Lei de Elaboração e Ratificação de Tratados de 2012 estabelece procedimentos para a ratificação de tratados, exigindo que todos os acordos

negociados pelo Executivo sejam apresentados ao Parlamento para aprovação antes de adquirirem força jurídica.

O governo do Presidente William Ruto contestou a decisão, argumentando que a suspensão coloca em risco o financiamento de tratamentos vitais para o HIV e a malária. O governo insiste que os dados são "anonimizados", mas os críticos argumentam que as técnicas de reidentificação de dados hoje em dia são demasiado avançadas para garantir segurança total. Washington tem mantido uma postura cautelosa, afirmando que respeita os processos democráticos e judiciais do Quénia, mas sublinha que a transparência de dados é uma condição fundamental para o investimento em larga escala.

A cooperação em saúde não é meramente administrativa; é constitucional e afeta toda a gente. A história mostra que, quando dados, infraestruturas ou recursos naturais são entregues sem debate, moldam as sociedades muito depois de os políticos que os assinaram terem partido.

Recorde-se, o autêntico golpe de teatro e uma das primeiras — e mais brutais — decisões da nova administração Trump: a dissolução pura e simples da USAID, a Agência Americana para o Desenvolvimento, que representava mais de 40% da ajuda internacional em todo o mundo. Algumas semanas mais tarde, o Secretário de Estado, Marco Rubio, anunciou a supressão de 83% dos programas de ajuda. Os restantes 17% foram transferidos para a sua tutela, no Departamento de Estado. Esta decisão constituiu um golpe duro, particularmente para o continente africano, uma vez que 40% dos orçamentos da USAID — ou seja, mais de 15 bilhões de dólares — eram destinados à África Subsaariana. Os países mais afetados foram a Etiópia, o Sudão do Sul ou ainda a República Democrática do Congo. Os exemplos de programas interrompidos são praticamente inumeráveis: a luta contra o HIV Aids nos Camarões, no continente mais fustigado pela epidemia em todo o mundo, ou a ajuda alimentar no norte da Nigéria, em plena vaga jihadista. Se a isto somarmos a redução quase generalizada da ajuda internacional nos países europeus, como a Alemanha, a França e a Grã-Bretanha, por razões supostamente orçamentais, as consequências são gravíssimas.

E esta decisão não foi tomada apenas por razões financeiras. A ideologia também teve um papel preponderante. Se o antigo responsável do efémero Departamento de Eficiência Governamental, Elon Musk, qualificava a USAID como uma organização criminosa, Marco Rubio tem um pensamento um pouco mais estruturado. Ele considera que, ao longo dos anos, a USAID acabou por criar aquilo a que chama um *'complexo industrial de ONG' à escala mundial* — um sistema cujos fracos resultados nos objetivos de desenvolvimento ele lamenta.

Toma lá, dá cá. Este é um sistema que os Estados Unidos querem substituir por outro: através de relações bilaterais com países amigos ou de confiança. O primeiro exemplo surgiu com aquele acordo com o Quénia. É importante referir que os dois países já são próximos: o Quénia fornece o essencial dos efetivos da força de estabilização no Haiti. Trata-se, portanto, de um sistema de "toma lá, dá cá". Os Estados Unidos anunciam acordos baseados no mesmo modelo com outros países em desenvolvimento. Em contrapartida, não haverá qualquer acordo para a África do Sul, acusada sem provas de tolerar massacres de agricultores brancos. A ajuda americana passa, assim, a estar condicionada aos interesses e às alianças geopolíticas dos Estados Unidos. Embora este sistema de ONG fosse, por vezes, criticado pelo facto de uma grande parte da ajuda escapar ao controlo dos governos locais, constituía, ainda assim, um ecossistema que permitia o encaminhamento de assistência, fosse ela humanitária, alimentar ou médica. A decisão americana desferiu um golpe severo numa organização que,

frequentemente, ainda não foi substituída, agravando ainda mais a situação provocada pela redução das dotações orçamentais.

25 anos de acesso em troca de subvenções de 5 anos

Os países devem comprometer-se a assinar um "acordo de partilha de amostras" com a duração de 25 anos, embora os Memorandos de Entendimento (MOU) cubram apenas um período de subvenção de cinco anos. Este acordo abrangerá a "partilha de espécimes e dados relacionados, incluindo dados de sequenciação genética, de agentes patogénicos detectados com potencial epidémico para qualquer um dos países, no prazo de cinco dias após a deteção". No entanto, um anexo que deveria definir os "elementos" do acordo encontra-se em branco.

Bizarramente, os Memorandos de Entendimento pretendem também que os governos se comprometam com um "mecanismo de partilha de dados" de 25 anos para o "intercâmbio de dados sobre o desempenho a longo prazo deste MOU e para a prestação de contas ao Congresso dos Estados Unidos relativamente aos fundos atribuídos". Contudo, as subvenções aos países decorrerão apenas de 1 de abril de 2026 até 2030.

Emily Bass publicou um modelo para este mecanismo de partilha de dados, afirmando que o mesmo revela a natureza extrativa sem precedentes destas negociações em curso. Segundo ela, os EUA pretendem aceder a uma vasta gama de dados, incluindo registos médicos eletrônicos, sistemas de informação e de gestão de saúde, bem como sistemas de dados de vigilância e de resposta a surtos.

Por exemplo, observa Bass, na secção relativa à auditoria, os Memorandos de Entendimento (MOU) salientam que os países devem facultar aos EUA qualquer acesso a dados ou informações necessários para monitorizar o cumprimento dos requisitos legais aplicáveis, inclusive para confirmar que nenhum financiamento do governo dos EUA está a ser utilizado para a prática do aborto como método de planeamento familiar, ou para motivar ou coagir qualquer pessoa a realizar abortos.

Os países que assinaram Memorandos de Entendimento com os EUA para o financiamento da saúde serão solicitados a assinar um Acordo de Partilha de Dados que poderá fornecer aos EUA credenciais de acesso a um vasto conjunto de sistemas nacionais durante os próximos vinte e cinco anos. Abrangente e esmagadoramente centrado nos interesses dos EUA, o Acordo de Partilha de Dados revela a natureza extrativa sem precedentes destas negociações em curso.

O modelo do formulário lista 7 (sete) sistemas de dados distintos aos quais os EUA exigem acesso:

- Bases nacionais de dados de saúde,
- Sistemas de informação e gestão de saúde,
- Sistemas de dados de vigilância e resposta a surtos,
- Sistemas de gestão de inventário de produtos de saúde,
- Sistemas de gestão de laboratórios,
- Sistemas de gestão de farmácias
- Registos médicos eletrônicos.

Qualquer um destes sistemas pode ser incluído no acordo, desde que seja classificado como 'utilizado no apoio a programas de saúde e apoiado através de assistência financeira, técnica ou outra por parte do governo dos EUA'.

Bass chama a atenção que o título 'Acordo de Partilha de Dados' é enganoso. A 'partilha' pressupõe um intercâmbio no qual ambas as partes têm autonomia. Este acordo concede aos EUA visibilidade total e discricionária sobre sistemas digitais, incluindo aqueles que, como os registos médicos eletrônicos, contêm informações de identificação pessoal. Os Memorandos de Entendimento (MoU) terão uma duração de dois ou cinco anos. Estes acordos de partilha de dados perdurarão por um quarto de século, 25 anos. Caso um país decida rescindir o MoU (ou, aparentemente, o próprio Acordo de Partilha de Dados), os EUA retêm o acesso aos sistemas de dados durante dez anos a contar da data de rescisão.

O acordo é regido exclusivamente pela lei dos EUA, sem qualquer referência à adesão às leis do co-signatário relativas à utilização de dados e privacidade. Se, por exemplo, a lei americana de Portabilidade e Responsabilidade de Seguros de Saúde (HIPAA, *US Health Insurance Portability and Accountability*) fosse revogada, não haveria restrições à divulgação, por parte dos americanos, das informações de saúde pessoais de qualquer indivíduo no sistema de registos médicos eletrônicos do país.

De acordo com Bass, se os EUA fossem o co-signatário deste acordo com outro país, essa Nação teria direito a credenciais de acesso ao sistema de Assuntos de Veteranos americano, aos painéis de controlo, bases de dados e metadados associados às suas reservas nacionais de contramedidas médicas para surtos e bioterrorismo, aos seus dados de águas residuais e a outras medidas de vigilância de doenças — durante o próximo quarto de século, 25 anos.

Os Memorandos de Entendimento estabelecem métricas para uma série de resultados de saúde, incluindo a vacinação contra a poliomielite, a mortalidade materna e o número de pessoas que vivem com HIV em tratamento com antirretrovirais. É adequado e existem precedentes para solicitar relatórios de rotina sobre dados relacionados com estes resultados, bem como para estabelecer termos através dos quais a precisão dos dados possa ser verificada de forma independente. As métricas são básicas e, como escreveu Bass anteriormente, insuficientes para avaliar o progresso em direção aos objetivos declarados. (O número médio de consultas pré-natais de uma mulher não indicará se o financiamento está a ajudar a reduzir a mortalidade materna.)

A discrepância entre as métricas padronizadas da América e o seu apetite pelo acesso a dados é, para dizer o mínimo, impressionante.

Bass confessa que não conseguiu analisar o acordo comparável sobre a partilha de acesso a agentes patogénicos que também acompanha os Memorandos de Entendimento. “Francamente, não tenho a certeza se o quero fazer, pois poderá aplicar termos comparativamente unilaterais e abusivos às informações de outro país sobre agentes patogénicos em circulação”.

> *É extremamente difícil imaginar como um governo nacional poderia aceitar estes termos. É também bastante provável que alguns o façam. Confirmei com vários países que os Ministérios da Saúde receberam este acordo juntamente com a minuta do Memorando de Entendimento. Tanto quanto sei, nenhum governo discutiu estas exigências com as partes interessadas nacionais. No final das negociações, o Ministério da Saúde do Quénia mostrou-se entusiasta numa publicação nas redes sociais,*

> *proclamando que o compromisso reafirmou o aprofundamento da relação Quénia-EUA em áreas prioritárias de interesse mútuo*[2].
>
> *O trabalho real de concessão dos programas acontecerá após a assinatura dos Memorandos de Entendimento, e que os indivíduos que procuram influenciar o futuro devem concentrar-se neste sistema pós-assinatura e pré-implementação. Antes de ler o Acordo de Partilha de Dados, achei a sugestão de focar no período após a assinatura algo rebuscada. Tendo visto o documento, questiono-me se esta narrativa recentemente posta a circular não será uma pequena manobra de distração.*
>
> **Emily Bass – Autora do livro "To End a Plague: America's Fight to Defeat AIDS in Africa"**

Passar ao lado da OMS?

Ao colocar-se no centro da partilha rápida de informações sobre agentes patogénicos perigosos, os EUA parecem estar a tentar usurpar as funções da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Os Estados-membros da OMS encontram-se em negociações de um sistema de Acesso a Agentes Patogénicos e Partilha de Benefícios (PABS, *Pathogen Access and Benefit Sharing*) que une países, empresas farmacêuticas e organizações sem fins lucrativos num processo único, destinado à partilha célere de informações e ao desenvolvimento de contramedidas para agentes patogénicos que possam causar pandemias. Os EUA e a Argentina são os únicos países que optaram por ficar de fora destas negociações.

No entanto, se os EUA forem os detentores exclusivos da informação sobre agentes patogénicos através destes Memorandos de Entendimento (MOU), é provável que a resposta global a pandemias saia fraturada e mais lenta.

Além disso, as empresas norte-americanas poderiam também ter prioridade no desenvolvimento de vacinas, terapêuticas e diagnósticos para estes agentes patogénicos.

Aggrey Aluso, da *Resilience Action Network Africa* (RANA), alertou que, embora os governos devam explorar acordos que possam beneficiar a vida das suas populações e as suas economias, tais acordos não devem ser extrativos.

A segurança sanitária global não pode ser construída com base em condicionalismos coercivos, afirmou Aluso à *Health Policy Watch*.

A verdadeira preparação exige equidade, respeita a soberania de dados e fundamenta-se na solidariedade — e não em transações que aprofundam as desigualdades e silenciam as vozes dos mais afetados. A versão atual dos Memorandos de Entendimento propostos necessita de uma abordagem inclusiva e centrada na equidade.

---

[2] https://emilysbass.substack.com/p/exclusive-us-demands-log-in-credentials?utm_campaign=post&utm_medium=post%2Bviewer&triedRedirect=true#footnote-2-178937903

A Europa entre Acordos Comerciais e Tensões Globais

Europa entre acuerdos comerciales y tensiones globales

Europe between trade agreements and global tensions

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire

Resumo. Freire destaca a entrada em vigor provisória, a partir de 1º de maio, do acordo comercial entre Mercosul e União Europeia, juridicamente contestado na Europa. Apenas a parte comercial está ativa, enquanto capítulos políticos dependem de aprovação do Tribunal Europeu. O impacto imediato para a Fiocruz, que goza de imunidade tributária por ser uma autarquia federal, é limitado. No cenário internacional, a guerra envolvendo Estados Unidos, Israel e Irã, segue pressionando cadeias globais de energia e alimentos, elevando a inflação e afetando especialmente a Europa. Enquanto países europeus evitam envolvimento direto e condenam os contra-ataques do atacado, a Espanha, por intermédio de seu primeiro-ministro Pedro Sánchez critica duramente o conflito e defende uma política externa mais independente. Freire também aborda a recente aprovação, pelo Parlamento Europeu, do endurecimento das políticas migratórias e de um acordo comercial desigual com os EUA, que aumenta a dependência energética europeia. Paralelamente, a crise do petróleo leva a Agência Internacional de Energia a recomendar redução do consumo, apelando aos cidadãos, e não aos governos, para medidas associadas à transição energética. Por fim, as eleições municipais na França evidenciam a crescente polarização no panorama político europeu, com avanço tanto da esquerda quanto da extrema-direita, antecipando disputas intensas nas eleições presidenciais de 2027.

Palavras-chave: União Europeia; Acordo EU-Mercosul; guerra no Golfo; crise energética; política migratória europeia; eleições municipais na França.

***Resumen**. Freire destaca la entrada en vigor provisional, a partir del 1 de mayo, del acuerdo comercial entre Mercosur y la Unión Europea, jurídicamente impugnado en Europa. Solamente la parte comercial está activa, mientras que los capítulos políticos dependen de la aprobación del Tribunal Europeo. El impacto inmediato para Fiocruz, que goza de inmunidad tributaria por ser una entidad pública federal, es limitado. En el escenario internacional, la guerra que involucra a Estados Unidos, Israel e Irán sigue presionando las cadenas globales de energía y alimentos, elevando la inflación y afectando especialmente a Europa. Mientras los países europeos evitan una implicación directa y condenan los contraataques del país atacado, España, a través de su presidente del Gobierno, Pedro Sánchez, critica duramente el conflicto y defiende una política exterior más independiente. Freire también aborda la reciente aprobación, por parte del Parlamento Europeo, del endurecimiento de las políticas migratorias y de un acuerdo comercial desigual con Estados Unidos, que incrementa la dependencia energética europea. Paralelamente, la crisis del petróleo lleva a la Agencia Internacional de la Energía a recomendar una reducción del consumo, apelando a los ciudadanos —y no a los gobiernos— para adoptar medidas asociadas a la transición energética. Por último, las elecciones municipales en Francia evidencian la creciente polarización del panorama político europeo, con el avance tanto de la izquierda como de la extrema derecha, anticipando disputas intensas en las elecciones presidenciales de 2027.*

Palabras clave: *Unión Europea; Acuerdo UE-Mercosur; guerra del Golfo; crisis energética; política migratoria europea; elecciones municipales en Francia.*

Abstract: *Freire highlights the provisional entry into force, as of May 1, of the trade agreement between Mercosur and the European Union, which has been legally challenged in Europe. Only the commercial component is currently in effect, while the political chapters depend on approval by the European Court. The immediate impact on Fiocruz— which enjoys tax immunity as a federal public institution— is limited. On the international stage, the war involving the United States, Israel, and Iran continues to strain global energy and food supply chains, driving inflation and particularly affecting Europe. While European countries avoid direct involvement and condemn the counterattacks of the attacked party, Spain, through its Prime Minister Pedro Sánchez, strongly criticizes the conflict and advocates for a more independent foreign policy. Freire also addresses the recent approval by the European Parliament of stricter migration policies and an unequal trade agreement with the United States, which increases Europe's energy dependence. At the same time, the oil crisis has led the International Energy Agency to recommend reducing consumption, appealing to citizens—rather than governments—to adopt measures associated with the energy transition. Finally, the municipal elections in France highlight growing political polarization in Europe, with gains by both the left and the far right, foreshadowing intense disputes in the 2027 presidential elections.*

Keywords: *European Union; EU-Mercosur Agreement; Gulf War; energy crisis; European migration policy; municipal elections in France.*

O grande marco da recente quinzena foi a internalização e ratificação, pelo Brasil, do Acordo EU-Mercosul. A internalização é o processo pelo qual o país integra o acordo ao seu ordenamento jurídico. No caso do Brasil, esse movimento se dá com a publicação de um decreto federal, após a aprovação do texto nas casas legislativas. A ratificação se dá quando o país formaliza aos parceiros a consecução dos procedimentos. No caso do Mercosul, falta o Paraguai. Com isso, o Acordo comercial entre provisoriamente em vigor para os países que o ratificaram – Brasil, Argentina e Uruguai –, a partir de 1º de maio. Como os leitores assíduos deste informe já sabem, o caráter de vigência provisória se dá pelo fato de o Acordo ter sido juridicamente questionado por eurodeputados após ser assinado. A aprovação no Parlamento Europeu não foi unanime, tendo o Acordo sido recusado por França, Polônia, Áustria, Irlanda e Hungria. Contudo, foram eurodeputados de distintas nacionalidades que endossaram os questionamentos, acerca de proteção ambiental e agrícola. Os capítulos de cunho mais político, como o de propriedade intelectual e compras governamentais, apenas serão implementados caso o texto do Acordo seja aprovado pelo Tribunal Europeu que analisa a compatibilidade dos textos negociados ao arcabouço jurídico da UE.

Diferentemente do que acontece no Mercosul, o Acordo provisório já valerá para todos os países membros da União Europeia. Isso se dá pelo fato se serem projetos de integração com propósitos diferentes. O Mercosul se pretende uma União Aduaneira, ainda em estágio de imperfeição, por não se chegar a uma Tarifa Externa Comum (TEC), praticada por todos os membros. A TEC do Mercosul tem uma extensa lista de exceções que faz com que um mesmo produto, importado de um mesmo país, tenha alíquota de importação diferente entre países membros do Mercosul. A ambição integracionista do bloco termina aí. Já a União Europeia é o único bloco comercial do mundo que chegou ao último estágio de integração, adotando moeda e banco central únicos, harmonizado legislações e criando um parlamento único. Assim, a partir

do momento em que o Acordo foi assinado pela Comissão Europeia – braço executivo do bloco –, todos os países são obrigados a cumprir.

Tendo em vista que apenas o Acordo comercial entrou em vigor, não vejo como a Fiocruz poderia se beneficiar neste primeiro momento. Na condição de autarquia federal, a Fiocruz é dotada de imunidade tributária, ou seja, sobre nossas transações, não incidem tributos. Assim, as importações de equipamentos, vacinas e insumos feitas pela Fiocruz, suas instâncias e unidades, não são tributáveis. Impactos diretos do Acordo UE Mercosul para a instituição, virão se e quando o restante do Acordo for aprovado pelo jurídico da União Europeia.

A guerra no Golfo segue pressionando as cadeias globais energética e alimentar. Não são apenas carregamentos de petróleo e gás que estão impedidos de cruzar o Estreito de Ormuz bloqueado pelo Irã: fertilizantes também não estão passando. Este cenário aumento a pressão inflacionária globalmente, como apontado no último informe. Os países europeus seguem se recusando a aderir a guerra e condenando o Irã pelos ataques, à exceção da Espanha. A propósito, um inédito míssil de longo alcance lançando pelo Irã, foi interceptado a 4 mil milhas de distância, demonstrando que sim, a Europa também pode ser um alvo iraniano, caso ingresse na guerra.

Quanto à Espanha, cabe destacar sua voz dissonante dos demais países da UE. Em discurso histórico, o primeiro-ministro Pedro Sanchez, criticou a ofensiva de EUA e Israel contra o Irã, classificando a guerra como "ilegal, absurda e cruel" e "um desastre total". Sanchez alertou sobre o potencial de impacto vasto e profundo da guerra: "Conseguiram pôr em causa a legalidade internacional, desestabilizar o Oriente Médio, reacender os conflitos no Iraque e no Líbano, enterrar Gaza sob os escombros do esquecimento e da indiferença, encorajar os programas nucleares do Paquistão e da Coreia do Norte, trazer insegurança aos países do Golfo, dar a Putin mais de 8,8 bilhões de euros para financiar a sua guerra, dar a outros países uma oportunidade de se tornarem mais e mais fortes. Oito bilhões de euros para financiar a guerra, agravar as dificuldades energéticas e, no Irã, trocar um Khamenei por um Khamenei ainda pior, porque Mojtaba é tão ditatorial e ainda mais sanguinário do que o seu pai. Em suma: trata-se de um desastre total". Para Sanchez, "esta guerra é um erro imenso, cujos custos não aceitamos, nem estamos dispostos a pagar." Na mesma linha, sublinhou que "ser aliado não significa seguir cegamente" e enviou uma mensagem forte sobre o papel da Espanha: "A Espanha não será cúmplice de agressões ilegais ou de mentiras.

Na ocasião, Sanchez defendeu uma posição mais autônoma da Espanha na cena internacional. "A Espanha que se sentava tranquilamente no banco de trás já não existe. Agora temos uma voz e um voto e vamos utilizá-los em benefício do interesse geral da Espanha e da humanidade", afirmou. De fato, há algum tempo a Espanha se posiciona de maneira firme e original no tabuleiro da geopolítica global pós-Trump. O país já havia negado o uso de bases militares na operação de bombardeio dos EUA ao Irã; recusou-se a elevar os gastos militares como demandado por Trump no âmbito da Otan; se posicionou no caso da Venezuela, destacando as violações ao direito internacional praticadas, ainda que não reconhecesse o regime de Maduro; ignorou as ameaças de Trump de punir que prestasse auxílio à Cuba e enviou alimentos e remédios para a ilha por meio da agência humanitária da ONU; se posicionou favoravelmente às migrações, ressaltando a importância da mão de obra estrangeira em países cujas populações estão envelhecendo e regularizando a situação de 500 mil ilegais que residem num país; e, finalmente, rechaça firmemente à cobiça de Trump sobre o Groenlândia, em contraposição à apatia europeia: "se focarmos na Groenlândia, tenho de dizer que uma invasão dos EUA a esse território faria de Vladimir Putin o homem mais feliz do mundo. Por quê? Porque

legitimaria sua tentativa de invasão da Ucrânia", ironizou Sánchez em entrevista. Com tudo isto, é possível afirmar que hoje, a Espanha está firme e é uma das mais importantes resistências contra Trump.

Como consequência pelo inequívoco posicionamento da Espanha, ao menos 4 navios de bandeira espanhola foram autorizados a atravessar o Estreito de Ormuz, à exemplo de embarcações chinesas e indianas que também receberam autorização.

O Irã está dando as cartas:

> *Países que não têm relação com este ato de agressão podem atravessar o Estreito de Ormuz após a devida coordenação com as autoridades iranianas, para garantir que a passagem seja realizada de forma segura e protegida.*
>
> **Porta-voz do Ministério das Relações Exteriores do Irã, Esmail Baghaei**

A Europa tem muito a se preocupar com a guerra dos EUA e Israel contra o Irã. Ao invés de atacar o país atacado por sua reação, deveria exercer seu parco poder diplomático para dissuadir as potências que deflagaram o ataque "injustificado", para usar um adjetivo que gostam de utilizar para se referir à guerra na Ucrânia. Afinal, a Europa é que recebe a maior pressão energética, por já enfrentar uma grave crise e se altamente dependente de energia. Além dessa vulnerabilidade, o envolvimento dos EUA nesta guerra, drenam recursos bélicos da guerra da Ucrânia, que já não são mais doados, e sim comprados dos EUA pelos europeus. Quem se beneficia desta situação é a Rússia de Vladimir Putin, que vê seus cofres se reabastecendo com a suspensão das sanções estadunidenses ao petróleo russo e o fornecimento de armas, equipamentos, inteligência e munições para a Ucrânia sendo divididos com a guerra no Irã.

A Agência Internacional de Energia (AIE), que já autorizou o uso de reservas estratégicas, trata esta como a maior interrupção na história do mercado global de petróleo, com a perda de milhares de barris por dia. Curiosamente, ao invés de apelar para o fim da guerra, transfere a responsabilidade para o cidadão e passa a recomendar economia de energia. A AIE está recomendando que as pessoas reduzam a demanda por petróleo trabalhando mais em casa, voando menos e dirigindo mais devagar, além de pegar carona e trocar os fogões a gás por elétricos. A entidade defende que os governos atuem com incentivos, regulações e ações diretas no setor público. Tais recomendações não são novas, mas feitas há tempos por especialistas como medidas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e, assim, frear as mudanças climáticas. Os governos ignoram, mas com as finanças públicas ameaçadas, a circunstância pode se tornar propícia para a aceleração da transição energética.

No âmbito interno da UE, o destaque da quinzena foi a lamentável aprovação de adoção de medidas e táticas similares ao Ice dos EUA por bancadas conservadoras do Parlamento Europeu, reforçando detenções e deportações de imigrantes na Europa. A proposta aprovada foi submetida pelo Conselho Europeu, e passa a permitir a deportação de crianças e deportações forçadas para terceiros países. Críticos sinalizam que o projeto importa as táticas utilizadas pelo Ice, força armada que Trump utiliza para deter pessoas com buscas domiciliares e medidas de investigação. Os acordos com os terceiros países, que recebem os deportados da UE, passarão a incluir uma "cláusula de readmissão", sob a qual acordos comerciais e ajuda ao desenvolvimento para estes países, ficam condicionadas à sua aceitação dos deportados. A

proposta também prevê “cooperação com entidades não-reconhecidas de terceiros países”, o que vem gerando temor de colaboração com grupos como o talibã. Países-membros da UE passam a poder deportar mesmo que espera pela renovação de seu visto de residente e poderá compartilhar informações sensíveis, como registro criminal, com países que não cumprem com as mesmas regras de proteção de dados existentes na EU.

Outra aprovação que se deu no mesmo dia, foi a do Acordo comercial com os EUA, que ameaçam embargar comercialmente a Espanha por não autorizar o uso de bases militares estadunidenses localizadas em território espanhol para apoiar a guerra contra o Irã. O humilhante Acordo prevê tarifas de 15% para as exportações europeias e de 0% para as dos EUA, condicionando a Europa a comprar 1 bilhão de dólares em petróleo, gás e material militar produzido nos EUA. Este Acordo suicida, pode garantir equipamentos militares para defender a Ucrânia, mas por outro lado, consagra e submete a Europa à uma nova dependência energética, dessa vez dos EUA. Resta saber se os eurodeputados também vão questioná-los juridicamente por ocasião de sua assinatura, como fizeram com o Acordo UE-Mercosul.

Cabe destacar ainda a polaridade do resultado nas eleições municipais na França. A esquerda se manteve no poder em Paris e Marselha, em eleições disputadas, que também viram a extrema-direita e a esquerda radical se imporem em cidades médias, a um ano da eleição presidencial de 2027. O partido de direita nacionalista Reagrupamento Nacional (RN) obteve resultados expressivos, aumentando seu capital político para o pleito presidencial de 2027. A apuração permite medir o peso dos partidos antes da eleição presidencial de 2027, para a qual o presidente de centro-direita Emmanuel Macron já não pode se candidatar.

Considerações Finais

A Europa é quem vem sofrendo o maior impacto indireto do ataque dos EUA e Israel sobre o Irã, que deflagrou a nova guerra do Golfo. O aumento dos preços do gás e do petróleo acentuam a crise energética que já estava em curso e quem paga a conta é o cidadão. Como se não bastasse receber essa fatura, este mesmo cidadão é instado pela Agência Internacional de Energia, que tem por membros as maiores economias do mundo, a pagar novamente, com mudanças de hábito que possam, de maneira mais do que oportuna, acelerar a transição energética. A autonomia estratégica europeia, fica cada vez mais distante de se concretizar, quando adicionamos a este cenário, o Acordo comercial com os EUA, que a condicionam a comprar um bilhão de dólares de petróleo, gás e suprimentos militares.

O crescimento das forças de extrema-direita no seio da União Europeia, gera frutos como o endurecimento da política migratória, que passa a permitir invasões de residência, deportação de famílias com crianças e de residentes em processo de renovação de visto. Terceiros países, são “incentivados” a receber os deportados, por chantagens comerciais e condicionantes para ajuda ao desenvolvimento. A Europa sob Trump, prova do próprio veneno.

Mulheres na Ásia e no Oriente Médio: uma combinação de desafios e oportunidades

Las mujeres en Asia y Oriente Medio: una combinación de retos y oportunidades

Women in Asia and the Middle East: A Mix of Challenges and Opportunities

Lúcia Marques

> *A gestão de crises humanitárias sob a liderança feminina no Oriente Médio e na Ásia revela uma dualidade: ao mesmo tempo que as mulheres são as mais afetadas por esses eventos, elas emergem como as principais operadoras de redes de saúde e resiliência comunitária*[1]

Resumo: Já entramos no segundo quarto do Século XXI e nenhuma das 190 economias, avaliadas no relatório do Banco Mundial, concede às mulheres igualdade de oportunidades econômicas e sociais, embora as barreiras que impedem o crescimento e empoderamento das mulheres tenham reduzido substancialmente. Na Ásia e no Oriente Médio, este e outros 20 relatórios destacam o "hiato de implementação": as leis de igualdade não são acompanhadas de mecanismos de segurança e execução para que elas funcionem. Os vários relatórios confirmam o cenário de desafios e também de oportunidades nos quais o papel da mulher cresceu, como na saúde e em biotecnologia. Embora apontem progressos, podemos observar que na Ásia e no Oriente Médio fatores históricos e culturais ou de segurança se tornam barreiras enraizadas que restringem o acesso das mulheres ao emprego ou reduzem a capacidade de manutenção do emprego e, portanto, de participarem plenamente da economia do país. Como se observa, essas regiões mostram uma dualidade: ao mesmo tempo que as mulheres são as mais afetadas pelos eventos e ausências de políticas, elas são as principais operadoras de redes de saúde e resiliência comunitária. Nas duas regiões, a desproporção no trabalho de cuidado não remunerado é a mais acentuada do mundo. Isto significa que todas as políticas (licença parental e proteção salarial, suporte público para idosos e crianças, por exemplo) devem ser trabalhadas visando também não só a igualdade de gênero, mas o empoderamento feminino. Por fim, se compararmos, o Sul da Ásia se destaca como o cenário de maior "desperdício de talento": as mulheres estudam, mas o sistema legal e as normas sociais as impedem de converter esse estudo em autonomia econômica.

Palavras-chave: Igualdade de gênero e empoderamento feminino, hiato de implementação, leis X prática, políticas do cuidado X desperdício de talentos, Ásia, Pacífico e MENA

[1] UNRWA – Women on the Frontlines of Health Crisis (2025).

Resumen: *Ya hemos entrado en el segundo cuarto del siglo XXI y ninguna de las 190 economías evaluadas en el informe del Banco Mundial concede a las mujeres igualdad de oportunidades económicas y sociales, a pesar de que las barreras que impiden el crecimiento y el empoderamiento de las mujeres se han reducido sustancialmente. En Asia y el Medio Oriente, este y otros 20 informes destacan la "brecha de implementación": las leyes de igualdad no van acompañadas de mecanismos de seguridad y ejecución para que funcionen. Los diversos informes confirman un escenario de desafíos y también de oportunidades en los que el papel de la mujer ha crecido, especialmente en salud y biotecnología. Aunque señalan progresos, podemos observar que en Asia y el Medio Oriente factores históricos, culturales o de seguridad se convierten en barreras arraigadas que restringen el acceso de las mujeres al empleo o reducen su capacidad de permanencia en él y, por lo tanto, de participar plenamente en la economía del país. Como se observa, estas regiones muestran una dualidad: al mismo tiempo que las mujeres son las más afectadas por los eventos y la ausencia de políticas, son las principales operadoras de las redes de salud y resiliencia comunitaria. En ambas regiones, la desproporción en el trabajo de cuidados no remunerado es la más acentuada del mundo. Esto significa que todas las políticas (licencia parental y protección salarial, apoyo público para ancianos y niños, por ejemplo) deben trabajarse con el objetivo no solo de la igualdad de género, sino del empoderamiento femenino. Por último, si comparamos, el sur de Asia se destaca como el escenario de mayor "desperdicio de talento": las mujeres estudian, pero el sistema legal y las normas sociales les impiden convertir ese estudio en autonomía económica.*

Palabras clave: *Igualdad de género y empoderamiento femenino, brecha de implementación, leyes frente a práctica, políticas de cuidado frente a desperdicio de talentos, Asia, Pacífico y MENA.*

Summary: *We have entered the second quarter of the 21st century, and yet none of the 190 economies assessed in the World Bank report grant women equal economic and social opportunities, even though the barriers hindering women's growth and empowerment have significantly decreased. In Asia and the Middle East, these and 20 other reports highlight the "implementation gap": equality laws are not accompanied by the safety and enforcement mechanisms necessary for them to function. These various reports confirm a landscape of both challenges and opportunities in which the role of women has grown, particularly in health and biotechnology. Although they point to progress, it is evident that in Asia and the Middle East, historical, cultural, and security factors remain deep-rooted barriers that restrict women's access to employment or reduce their ability to remain in the workforce, thus preventing them from participating fully in their countries' economies. As observed, these regions exhibit a duality: while women are the most affected by events and the absence of policies, they are the primary operators of health networks and community resilience. In both regions, the disproportion of unpaid care work is the most pronounced in the world. This means that all policies (such as parental leave, wage protection, and public support for the elderly and children) must be developed with the goal of not only achieving gender equality but also fostering female empowerment. Finally, in comparison, South Asia stands out as the scenario of the greatest "waste of talent": women pursue education, but the legal system and social norms prevent them from converting that education into economic autonomy.*

Keywords: *Gender equality and female empowerment, implementation gap, laws vs. practice, care policies vs. waste of talent, Asia-Pacific, and MENA.*

Já entramos no segundo quarto do Século XXI e, embora as barreiras que impedem o crescimento e empoderamento das mulheres tenham reduzido substancialmente, nenhuma das 190 economias avaliadas no relatório do Banco Mundial concede às mulheres igualdade de oportunidades econômicas e sociais. O relatório Mulheres, Negócios e a Lei – 2026, lançado neste mês de março, mostra que as mulheres gozam de apenas dois terços dos direitos legais dos homens no mundo. E mesmo onde existem leis de igualdade de gênero, sistemas fracos e fiscalização limitada criaram uma lacuna persistente entre lei e prática. Globalmente, menos da metade das políticas e instituições necessárias para que as mulheres exerçam seus direitos estão em vigor. A análise indica que mesmo que todas as leis existentes fossem totalmente aplicadas, as mulheres ainda teriam apenas cerca de dois terços dos direitos legais concedidos aos homens. Apenas 4% das mulheres no mundo vivem em países com plena igualdade legal.[2]

Na Ásia e no Oriente Médio, o WBL 2026 destaca o "hiato de implementação": os países aprovam leis de igualdade, mas não criam os mecanismos de segurança e execução (*enforcement*) para que elas funcionem. O estudo ESCWA – Women's Political Participation in the Arab Region corrobora esse hiato ao analisar como leis de *status* pessoal, que ainda exigem permissão de tutores masculinos para que mulheres se candidatem ou viajem para missões oficiais, criando um "teto de vidro jurídico", impede a ascensão a cargos políticos, de Ministras da Saúde ou Diretoras de Hospitais, por exemplo. A análise mostra que há uma correlação direta: em parlamentos com menos de 10% de mulheres (comum em partes da região MENA), o orçamento destinado à saúde reprodutiva, saúde mental materna e combate à violência doméstica é sistematicamente menor.

Outros vários relatórios de organizações e agencias, também lançados recentemente, confirmam o cenário de desafios, mas também mostram cenários de oportunidades nos quais o papel da mulher cresceu, como na saúde e em biotecnologia.[3] A Ásia Oriental e o Sudeste Asiático têm visto um salto nas mulheres liderando inovações em saúde pública e resposta a pandemias. Países como Malásia e Tailândia alcançaram paridade de gênero na pesquisa biomédica, superando muitos países ocidentais. Já na Índia e em Singapura, cresce o papel das mulheres em *FemTech* (tecnologia para saúde feminina) – startups lideradas por mulheres que estão resolvendo lacunas em saúde reprodutiva e diagnóstico precoce de câncer.

Embora esses diferentes relatórios tenham apontado os progressos, podemos observar que na Ásia e no Oriente Médio fatores históricos e culturais podem significar barreiras enraizadas ou de segurança, que podem restringir o acesso das mulheres ao emprego ou reduzir a capacidade de manterem emprego regular e, portanto, de participarem plenamente da economia do país. Na Ásia e no Oriente Médio, a desproporção no trabalho de cuidado não remunerado é a mais acentuada do mundo. Isto significa que as políticas de segurança e outras políticas (licença parental e proteção salarial, suporte público para idosos e crianças, por exemplo) devem ser trabalhadas visando também não só a igualdade de gênero, mas o empoderamento feminino.

Por exemplo, em muitos países da Ásia e do Pacífico, a falta de serviços do cuidado impede que mulheres e meninas evoluam, cresçam economicamente e participem do mercado de trabalho. É o peso do trabalho do cuidado não remunerado que, na região, recai

[2] Leis de igualdade econômica para mulheres são aplicadas pela metade | ONU News

[3] Em países como **Arábia Saudita, Emirados Árabes e Catar**, as mulheres representam entre 60% e 70% dos graduados em medicina, farmácia e enfermagem.

desproporcionalmente sobre mulheres e meninas.[4] Segundo relatório da Asia and the Pacific SDG Progress Report 2026[5], o 'custo do cuidado' não remunerado na Ásia e no Pacífico é estimado em U$3,8 trilhões de dólares. Esse valor representa a base invisível que sustenta as economias da região, mas que permanece fora das equações oficiais de produtividade. O mesmo problema é apontado no relatório Pathway to Gender Equality in ASEAN 2026,[6], o documento discute como a falta de serviços do cuidado impede mulheres de escalar negócios e participar de setores de alta tecnologia.

Também pode-se observar nos relatórios e estudos que nas zonas de conflito ou em regiões que sofrem com os eventos climáticos, o papel da mulher ganha importância crucial. Na Ásia e Pacífico, as crises climáticas, com inundações, tufões e erupções, exigem uma gestão da saúde focada em vigilância epidemiológica e doenças negligenciadas e a liderança feminina atua na implementação de alertas precoces para surtos, na gestão de centros de evacuação e resposta para populações deslocadas, estabelecendo protocolos de proteção contra violência de gênero em abrigos, por exemplo. Um estudo do *The Lancet* Climate Change and Women's Leadership in Asian Health Systems (2024). mostra como a liderança feminina melhora a eficácia da resposta a desastres naturais. E isso é só um exemplo.

Já na região MENA, que abrange os países do Oriente Médio e Norte da África, para além das questões históricas e culturais, o impacto dos conflitos e a segurança em contextos de fragilidade, como escassez de recursos (água e energia) são fatores que exacerbam a violência baseada em gênero e a exclusão econômica feminina dos novos empregos gerados pela transição para economia verde, como apontam alguns relatórios: Gender, Climate, Peace and Security in the Arab States (Fevereiro 2026), que conecta a escassez de recursos à fragilidade social das mulheres na região; Women, Peace and Security: Conflicts and Trends to Watch in 2026, que discute a fome como arma e os impactos de gênero em regimes de transição política; e Regional Gender Equality Strategy for the Arab States 2024-2026, da UNPD em conjunto com

[4] Aqui o "cuidado" sai do campo do afeto e entra no campo da economia política e da saúde pública, tecnicamente, alinhada aos padrões da OIT e ONU Mulheres. O *Trabalho de Cuidado Não Remunerado* refere-se a todas as atividades não pagas realizadas dentro de um domicílio ou comunidade para o bem-estar e a manutenção das pessoas – trata-se da **"**infraestrutura invisível da vida". Dividido em duas categorias principais: **Cuidado Direto** – atividades que envolvem a atenção física e emocional a pessoas, como cuidar de crianças, idosos, doentes ou pessoas com deficiência – e sobre isso a OIT (Organização Internacional do Trabalho) – Care Work and Care Jobs for the Future of Decent Work explica a diferença entre o cuidado remunerado (enfermeiros, babás) e o não remunerado; **Cuidado Indireto** – atividades de suporte que permitem que a vida e o cuidado ocorram, como cozinhar, limpar, buscar água ou combustível, lavar roupas e a gestão do lar que, segundo a ONU Mulheres – Unpaid Care and Domestic Work muitas vezes impede o alcance do ODS 5 (Igualdade de Gênero). Os relatórios da ESCAP (Escritório Econômico e Social da Ásia e Pacífico) ou do Banco Mundial ao mencionarem custo do cuidado estão calculando o Custo de Oportunidade perdida. Ou seja, quanto a economia deixa de ganhar porque milhões de mulheres estão dedicando horas a essas tarefas em vez de estarem no mercado de trabalho formal, estudando ou cuidando da própria saúde – mulheres com pobreza de tempo negligenciam seus próprios exames preventivos, têm maiores índices de burnout e menor acesso a atividades físicas ou descanso, o que sobrecarrega os sistemas de saúde pública a longo prazo. O guia ICATUS é o que define como os países devem medir o "tempo de uso" para capturar o trabalho de cuidado – UNSD (Divisão de Estatísticas da ONU) – ICATUS.

[5] Relatório da ESCAP lançado em 18 de fevereiro de 2026, foca no risco de a região não atingir as metas da Agenda 2030 devido à desigualdade e lacunas de dados.

[6] Focado no Sudeste asiático; lançado em fevereiro, é uma parceria entre ONU Mulheres e a Comissão da ASEAN para a Promoção e Proteção dos Direitos das Mulheres e das Crianças.

ESCWA (Escritório Econômico e Social da Ásia Ocidental), que detalha as prioridades para inclusão da participação feminina na transição para a economia verde.

Outros relatórios e estudos (2025-2026) fornecem não só o mapa da desigualdade e do progresso sobre igualdade de gênero, empoderamento feminino, como também de oportunidades e desafios para as mulheres nas regiões da Ásia, Pacífico e Oriente Médio. Os relatórios também mostram um aumento da participação feminina em cargos de liderança. A análise desses documentos mostra que muitas vezes a gestão feminina de crises tende a ser intersetorial, conectando saúde com segurança alimentar e proteção social. Fica claro seu papel de liderança na preservação da coesão social, mediando disputas, documentando violações, mantendo a atividade econômica local e apoiando as redes comunitárias. O que nos remete à visão ampliada da saúde e seus determinantes sociais e econômicos.

Pode-se observar que a Saúde não é apenas um setor de serviço para mulheres, mas uma ferramenta política, uma forma de resistência e de resiliência, como por exemplo no Afeganistão, onde uma rede de mulheres profissionais de saúde continuam a operar clínicas clandestinas para atender a população feminina sob restrições severas. Ou quando a gestão feminina impede o colapso total do atendimento primário em Gaza e na Síria, como apontou o relatório UNRWA – Women on the Frontlines of Health Crisis (2025). Em muitos casos, a gestão de crises humanitárias sob a liderança feminina no Oriente Médio e na Ásia revela

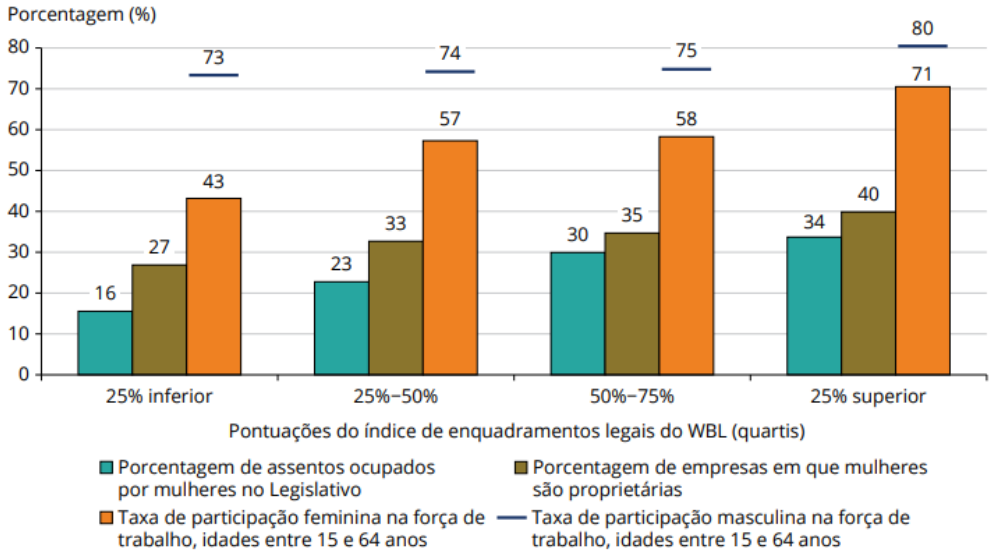
Relatório do Banco Mundial

Ao examinar leis, políticas e aplicação, o relatório Mulheres, Negócios e a Lei 2026 (WBL-2026) é uma das principais referências globais para medir a desigualdade jurídica. Em sua a 11ª edição da série, o estudo amplia seu escopo, indo além da mensuração das leis para apresentar uma estrutura consolidada baseada em três pilares: marcos legais, estruturas de apoio e percepções de aplicação da lei (de facto) e atualiza dados em 10 áreas da participação econômica das mulheres. A versão WBL 2.0 consolida a nova metodologia, que passou a medir não apenas as "leis nos livros" (igualdade formal), mas também os "marcos de implementação" (se a lei funciona na prática) e a "opinião de especialistas". Os dados estão atualizados até 1º de outubro de 2025. O Sumário Executivo está disponibilizado no site, em português.

O documento oferece uma visão abrangente dos fatores que moldam as decisões econômicas das mulheres ao longo de suas vidas profissionais, isto é, equipara as economias com evidências necessárias não apenas para avaliar o estado dos direitos econômicos das mulheres, mas também para identificar onde a ação é mais urgente. Por exemplo, o documento mostra que as barreiras que impedem as mulheres de contribuírem plenamente para o crescimento e a prosperidade são muito maiores do que se pensava anteriormente. E revela um desequilíbrio marcante entre leis iguais, as políticas criadas para implementá-las e sua aplicação.

Ao mesmo tempo que o relatório mostra que as leis que apoiam a participação econômica das mulheres são aplicadas apenas pela metade, também demonstra que o progresso rumo à igualdade legal de gênero está avançando em todas as regiões. Entre 2023 e 2025, 68 economias implementaram 113 reformas legais fortalecendo as oportunidades econômicas das mulheres.

FIGURA RE.1 As leis que tratam de igualdade estão associadas a um número maior de mulheres que trabalham, são proprietárias de empresas e atuam na política, bem como a uma redução da disparidade de gênero na participação na força de trabalho



Fontes: Base de dados (2026) do estudo Mulheres, Empresas e o Direito (WBL), Banco Mundial, https://wbl.worldbank.org/en/wbl -data; base de dados de Pesquisas Empresariais (2022–2025), Banco Mundial, https://www.enterprisesurveys.org/en/data ; Disponível em https://openknowledge.worldbank.org/server/api/core/bitstreams/3cc025b8-64c4-4ff0-9e31-4f52a044dba7/content página 3.

Entre as economias que apresentaram maior progresso, destacam-se o Egito, Madagascar, a Somália, Omã, Jordânia e Quirguistão. O **Egito** liderou o progresso global ao remover restrições ao trabalho noturno das mulheres e em empregos considerados perigosos; ao exigir remuneração igual para trabalho de igual valor; ao ampliar a licença parental remunerada e ao introduzir modalidades de trabalho flexíveis. **Madagascar** revogou restrições a trabalhos considerados perigosos em diversos setores econômicos, fortaleceu a legislação sobre igualdade de remuneração e não discriminação no recrutamento, promulgou leis sobre trabalho remoto e introduziu a licença paternidade remunerada. **Somália** proibiu a discriminação no recrutamento com base na idade, revogou restrições de longa data ao trabalho noturno das mulheres e em todos os setores econômicos e introduziu a licença remunerada para os pais.

Em **Omã**, a Lei de Proteção Social transferiu para o governo a responsabilidade pelos pagamentos da licença-maternidade; estabeleceu critérios de igualdade de elegibilidade para pensões para cônjuges sobreviventes, com pagamentos feitos em parcelas; e passou a contabilizar os períodos de licença parental no cálculo dos benefícios previdenciários. A **Jordânia** avançou em relação ao empreendedorismo, com a implementação de uma cota de 20% para mulheres em conselhos de administração de empresas; em relação ao trabalho, com a instituição de disposições sobre o trabalho flexível; e em relação à maternidade, com a determinação de proteção contra demissão para trabalhadoras grávidas. No **Quirguistão**, o Código Trabalhista de 2025 removeu as restrições ao emprego de mulheres em setores-chave da economia, tais como mineração, construção, manufatura, agricultura, transporte, energia, recursos hídricos e trabalhos perigosos e, pela primeira vez, tornou obrigatória a remuneração igual por trabalho de igual valor. O **Uzbequistão** subiu 51 posições no Índice Global de Igualdade

de Género, indo da 103 para a posição 52 graças a uma profunda reforma legislativa. Os **Emirados Árabes Unidos** e o **Catar** têm investido massivamente em educação superior feminina (mais de 70% dos graduados são mulheres).

O WBL-2026 está divido em três capítulos temáticos:

✓ Capítulo 1 – Mulheres, Negócios e Direito e Acesso das Mulheres a Empregos e Crescimento Inclusivo

Este capítulo explora como barreiras enraizadas em lacunas de capital humano, normas sociais e restrições legais limitam a participação econômica das mulheres e, por sua vez, como enfrentar essas barreiras pode impulsionar a produtividade, a criação de empregos e o crescimento inclusivo. Destaca como Mulheres, Negócios e Direito serve como uma ferramenta diagnóstica para orientar reformas que ampliam o acesso das mulheres ao emprego e fortalecem as economias.

✓ Capítulo 2 – Mulheres, Negócios e a Lei 2.0: Uma Nova Fronteira para Medir o Acesso a Empregos

Este capítulo descreve o novo índice Mulheres, Negócios e Direito 2.0 e as inovações metodológicas introduzidas na edição do relatório de 2026 para fornecer um quadro mais completo e comparável das oportunidades econômicas das mulheres em 190 economias.

✓ Capítulo 3 – O Estado dos Direitos Econômicos das Mulheres

Este capítulo apresenta o estado dos direitos econômicos das mulheres em 2026, revelando que, globalmente, as mulheres ainda detêm apenas cerca de dois terços dos direitos legais dos homens e que os sistemas de apoio e a fiscalização continuam muito mais fracos do que as leis vigentes. Ela destaca onde as desigualdades são maiores entre regiões, grupos de renda e temas, e destaca reformas promissoras em direção à igualdade legal de gênero ao redor do mundo.

Infográficos por subregiões

A página oficial do WBL-2026 desdobra o relatório em áreas temáticas, por subregiões, por países e disponibiliza infográficos por subregiões com resumos e destaques, sempre sobre os três pilares de medição: marcos legais – mede a igualdade de direitos e restrições explícitas ao trabalho e empreendedorismo feminino; marcos de apoio – examina as políticas e instituições destinadas a garantir que as leis sejam cumpridas; percepção de execução – avalia, sob visão de especialistas, o quão bem as autoridades aplicam as leis na prática.

Geograficamente, o Banco Mundial subdivide as regiões em: Sul da Ásia, Oriente Médio e Norte Africano, Leste Asiático e Pacífico, Europa e Ásia Central, África Subsaariana, América Latina e Caribe e Países de Renda Alta da OCDE.

Para facilitar o olhar, segue abaixo links para os infográficos das regiões observadas e uma breve análise:

Leste Asiático e Pacífico – O Hiato entre a Lei e a Realidade

Os dados revelam um cenário de contrastes profundos na região da Ásia Oriental e Pacífico. Atualmente, as mulheres da região detêm apenas 59,8% dos direitos econômicos fundamentais garantidos aos homens. Embora existam marcos legais avançados em economias como o **Vietnã e Taiwan**, que pontuam acima da média global, o grande desafio reside na

transposição da teoria para a prática: menos da metade dos mecanismos institucionais necessários para implementar essas leis (42,3%) está efetivamente em operação.

Essa lacuna de implementação é particularmente crítica em dois setores que sustentam a autonomia feminina: a segurança e o cuidado. O índice de marcos legais para a segurança das mulheres na região é de apenas 29,8, o menor entre os temas analisados. No que tange à infraestrutura de suporte, o tema de cuidado infantil apresenta um escore de apenas **21,5**, evidenciando uma carência severa de serviços públicos acessíveis e de qualidade.

Apesar desse panorama desafiador, a região registrou reformas pontuais entre 2023 e 2025. Singapura avançou ao criminalizar a violência doméstica em 2025 , enquanto as Filipinas equalizaram o acesso a documentos civis, como o passaporte. Contudo, como indicam os dados de percepção de aplicação, o "monstro"[7] da desigualdade na Ásia Oriental e Pacífico não será vencido apenas com novas legislações, mas com o fortalecimento das instituições e o investimento em uma economia do cuidado que retire das sombras o trabalho invisível que sustenta a região.

Oriente Médio e Norte africano (MENA) – Desafios e Contrastes: A Autonomia Econômica Feminina

A região MENA apresenta um dos cenários mais complexos e desafiadores para a igualdade de gênero no mundo. Na região, as mulheres detêm, em média, apenas 39% dos direitos legais concedidos aos homens. Este índice reflete a persistência de barreiras legais significativas que limitam a participação feminina na força de trabalho e no empreendedorismo.

Um dos pontos mais críticos destacados no infográfico é a fragilidade dos sistemas de suporte. Apenas 25% dos mecanismos necessários para garantir a aplicação prática das leis existentes estão em vigor na região. Embora alguns países tenham avançado na legislação "no papel", a falta de instituições robustas e recursos administrativos impede que esses direitos se traduzam em benefícios reais para as mulheres. Os especialistas locais apontam para uma desconexão entre a realidade jurídica restritiva e a percepção de progresso social em alguns nichos.

O desempenho regional é heterogêneo. Enquanto economias como Malta (77,5) e os Emirados Árabes Unidos (62,5) lideram com os maiores escores de marcos legais, países como o Iêmen e a Cisjordânia e Gaza apresentam os índices mais baixos, situando-se em apenas 15,0. Jordania se destacou com reformas, como proibição de discriminação de gênero e o assédio sexual no local de trabalho, além de remover restrições para mulheres em empregos industriais. Marrocos mantém a trajetória de estabilidade com um escore de 60,0, servindo de referência moderada para a região.

Barreiras estruturais continuam. Assim como em outras regiões em desenvolvimento, o Oriente Médio enfrenta sérias deficiências nas áreas de Segurança e Cuidado Infantil. A ausência de marcos legais de proteção contra a violência e a falta de infraestrutura de creches são apontadas como os principais "monstros" que impedem as mulheres de ingressar ou permanecer no mercado de trabalho. Estima-se que a remoção dessas barreiras e o alcance da paridade de gênero poderiam elevar o PIB per capita da região em até 50% no longo prazo.

[7] Neste caso, remetendo à ideia de Nietzsche, em *Para Além do Bem e do Mal,* quando "Aquele que luta com monstros deve cuidar para que não se torne um monstro"

Cabe destacar que, no Oriente Médio, o desafio é ainda mais profundo, pois a base legal de direitos é quase 20% inferior à da Ásia (39% contra 59,8%), tornando o "trabalho invisível" e a falta de segurança fatores ainda mais determinantes para a economia regional.

Sul da Ásia – O Grande Potencial e as Barreiras da Norma Social

O Sul da Ásia é descrito pelo Banco Mundial como a região onde a igualdade de gênero pode ser a "estratégia única mais eficaz" para impulsionar o crescimento econômico, com potencial de elevar o PIB per capita em até **50%**. No entanto, a região ainda enfrenta um dos maiores fossos globais entre o avanço educacional das mulheres e sua participação real na economia.

A região vive o Paradoxo do Capital Humano. Educação vs. Trabalho: Apesar de melhorias significativas na alfabetização e educação feminina nas últimas décadas, a participação das mulheres na força de trabalho estagnou. O relatório destaca que ganhos em capital humano, por si só, não estão sendo suficientes para gerar resultados econômicos iguais devido a barreiras culturais profundas. Direitos Legais: As mulheres no Sul da Ásia detêm, em média, uma fração significativamente menor dos direitos legais dos homens em comparação com a média global (que é de 67%).

Como pilares da desigualdade, persistem na região leis que enfraquecem diretamente o poder de decisão da mulher. Dispositivos que exigem "obediência ao marido" ou que negam o status de chefe de família impactam a mobilidade e o controle sobre ativos financeiros, impedindo que a mulher seja sujeito de sua própria trajetória econômica. A falta de proteção legal eficaz contra a violência e as restrições à capacidade de possuir ou gerir propriedades criam barreiras estruturais para mulheres que desejam empreender.

O relatório identifica que remover as barreiras para empreendedoras é o caminho mais rápido para aumentar a produtividade regional, assim como aumentar os padrões de cuidado infantil e garantir segurança jurídica são apontados como urgências para 2026, especialmente em países com populações jovens em rápido crescimento, como Paquistão e Índia.

Se compararmos os três infográficos analisados, o Sul da Ásia se destaca como o cenário de maior "desperdício de talento": as mulheres estudam, mas o sistema legal e as normas sociais (o "monstro" invisível) as impedem de converter esse estudo em autonomia econômica.

Outros relatórios – 2025-2026

WEF – Global Gender Gap Report 2025: O Fórum Econômico Mundial detalha a paridade de gênero em saúde, educação, economia e política. O relatório de 2025 destaca que, embora os Emirados Árabes Unidos liderem na região, o Oriente Médio e Norte da África (MENA) ainda possuem o maior gap global a ser fechado.

UN Women – Strategic Plan 2026–2029: A ONU Mulheres detalha as prioridades para os próximos anos, com recortes específicos sobre o impacto de conflitos (Gaza, Sudão, Iêmen) e as reformas nas leis de família em países de maioria muçulmana.

UNDP – Human Development Report 2025 (Gender Inequality Index): Foca em saúde reprodutiva, empoderamento e mercado de trabalho.

ILO (OIT) – Women's Labour Force Participation 2026: Dados da Organização Internacional do Trabalho mostram que a taxa de participação feminina na região MENA e no

Sul da Ásia (Afeganistão e Paquistão) permanece em torno de **19,7%**, a mais baixa do mundo, apesar de crescimentos pontuais.

Our World in Data – Women's Employment (Update 2026): Gráficos interativos que mostram a evolução histórica e atual das mulheres trabalhadoras país por país.

Stimson Center – Status of Women's Rights in the Middle East: Um artigo excelente que analisa as reformas nas leis de "Status Pessoal" (divórcio, custódia e herança) e o contraste entre modernização e conservadorismo.

Human Rights Watch – World Report 2026: Capítulos específicos sobre países como Irã (repressão e resistência), Arábia Saudita (reformas top-down versus silenciamento de ativistas) e Afeganistão (apartheid de gênero sob o regime Talibã).

UN Women Discussion Paper (Fevereiro 2026): Um estudo profundo sobre como as normas sociais e a religião estão sendo renegociadas nas leis de família muçulmanas contemporâneas.

World Bank – Middle East and North Africa: Female Labor Force Participation in Health (2025). O relatório analisa como a saúde é vista como uma carreira "socialmente aceitável" e de alto prestígio, facilitando a entrada feminina.

UNESCO Science Report 2024-2026: Women in STEM. Este documento destaca que países como Malásia e Tailândia alcançaram paridade de gênero na pesquisa biomédica, superando muitos países ocidentais. E o papel das mulheres em *FemTech* (tecnologia para saúde feminina) na Índia e em Singapura, onde startups lideradas por mulheres estão resolvendo lacunas em saúde reprodutiva e diagnóstico precoce de câncer.

WHO – Gender Equality in the Health Workforce (Global Update 2026). A Organização Mundial da Saúde aponta que, no Oriente Médio, embora as mulheres sejam a maioria da força de trabalho em saúde, elas ocupam menos de 25% dos cargos de liderança executiva em hospitais e ministérios. E mostra a resistência de redes de mulheres profissionais de saúde no Afeganistão, que continuam a operar clínicas clandestinas ou limitadas para atender a população feminina sob restrições severas.

UNRWA – Women on the Frontlines of Health Crisis (2025). Este documento analisa como a gestão feminina impede o colapso total do atendimento primário em Gaza e na Síria. E o papel das mulheres, na Ásia (especialmente no Sul e Sudeste), nas crises climáticas — como inundações no Paquistão e tufões nas Filipinas — que exigem uma gestão de saúde pública focada em vigilância epidemiológica e doenças negligenciadas.

The Lancet – Climate Change and Women's Leadership in Asian Health Systems (2024). Um estudo sobre como a liderança feminina melhora a eficácia da resposta a desastres naturais. Por exemplo, mulheres gestoras em países como Bangladesh têm sido pioneiras na implementação de sistemas de alerta precoce para surtos de cólera e dengue pós-desastres climáticos. Elas lideram as redes de agentes comunitários de saúde (CHWs), que são a espinha dorsal da resposta rápida. Assim como a gestão de centros de evacuação e a resposta ao trauma de populações deslocadas pelo clima têm forte liderança feminina, focando em protocolos de proteção contra violência de gênero em abrigos.

Pathway to Gender Equality in ASEAN 2026. Focado no Sudeste asiático; lançado em fevereiro, é uma parceria entre ONU Mulheres e a Comissão da ASEAN para a Promoção e Proteção dos Direitos das Mulheres e das Crianças.

Asia and the Pacific SDG Progress Report 2026. Relatório da ESCAP lançado em 18 de fevereiro de 2026, foca no risco de a região não atingir as metas da Agenda 2030 devido à desigualdade e lacunas de dados. O 'custo do cuidado' não remunerado na Ásia e no Pacífico é estimado em U$3,8 trilhões de dólares. Esse valor representa a base invisível que sustenta as economias da região, mas que permanece fora das equações oficiais de produtividade.

Women, Peace and Security: Conflicts and Trends to Watch in 2026, que discute a fome como arma e os impactos de gênero em regimes de transição política.

Regional Gender Equality Strategy for the Arab States 2024-2026, da UNPD em conjunto com ESCWA (Escritório Econômico e Social da Ásia Ocidental), que detalha as prioridades para inclusão da participação feminina na transição para a economia verde.

ESCWA – Women's Political Participation in the Arab Region. Analisa as barreiras legais e sociais, como leis de *status* pessoal (família e herança) que ainda exigem permissão de tutores masculinos para que mulheres se candidatem ou viajem para missões oficiais, criando um "teto de vidro jurídico" que impede a ascensão a cargos de Ministras da Saúde ou Diretoras de Hospitais, o que impacta diretamente a formulação de políticas de saúde pública A edição de maio de 2025, com os *Data Insights* atualizados em 2026, foca nos obstáculos estruturais após as recentes crises regionais.

Arab States – Gender Justice & The Law Dashboard. Este é um painel interativo excelente que permite comparar as leis de participação política país por país no Oriente Médio.

Considerações finais

Nas regiões da Ásia, Pacífico e MENA, os relatórios mostram uma dualidade: ao mesmo tempo que as mulheres são as mais afetadas por eventos e ausências de políticas, elas emergem como as principais operadoras de redes de saúde e resiliência comunitária. Fica claro seu papel de liderança na preservação da coesão social, mediando disputas, documentando violações, mantendo a atividade econômica local e apoiando as redes comunitárias. A análise desses documentos mostra que muitas vezes a gestão feminina de crises tende a ser intersetorial, conectando saúde com segurança alimentar e proteção social. O que nos remete à visão ampliada da saúde e seus determinantes sociais e econômicos.

Como se observa em todos esses relatórios e estudos, os obstáculos que impedem as mulheres de contribuir plenamente para o crescimento e a prosperidade são muito maiores do que se pensava anteriormente: mesmo se as leis em vigor no mundo todo fossem aplicadas em sua plenitude, as mulheres ainda gozariam apenas de dois terços dos direitos dos homens. No entanto, dados recentes indicam que essas leis são aplicadas apenas parcialmente. As três conclusões principais do relatório do Banco Mundial 2026 destacam onde ainda há lacunas legais, como os especialistas percebem a realidade das mulheres na prática e como as economias estão progredindo. Enquanto os relatórios de 2026 celebram o aumento da escolaridade feminina, os dados de uso do tempo revelam a face cruel dessa modernização: no Oriente Médio, as mulheres ainda dedicam seis vezes mais tempo ao cuidado não remunerado do que os homens. Essa jornada exaustiva resulta em pobreza de tempo. Mulheres com pobreza de tempo negligenciam seus próprios exames preventivos, têm maiores índices de burnout e

menor acesso a atividades físicas ou descanso, o que sobrecarrega os sistemas de saúde pública a longo prazo. É uma conta que não fecha; um progresso que, ao ignorar sua base de sustentação, caminha perigosamente sobre o abismo.

Neste sentido, a advertência de Nietzsche, em *Para Além do Bem e do Mal,* ressoa com urgência: “Aquele que luta com monstros deve cuidar para que não se torne um monstro”. Ao tentarmos “resolver” as crises econômicas globais e as tensões na Ásia e no Oriente Médio focando apenas em métricas de crescimento e segurança de Estado, corremos o risco de ignorar o abismo da desigualdade de gênero. Ao olhar por muito tempo para os grandes conflitos macroeconômicos e ignorar a exploração silenciosa do trabalho doméstico e do cuidado, os sistemas de governança acabam “parindo” novos monstros: sociedades tecnologicamente avançadas, mas estruturalmente frágeis, onde o progresso de poucos é alimentado pela exaustão física e social de milhões de mulheres. Ignorar essa base não é apenas um erro contábil; é permitir que o abismo da exclusão acabe, por fim, olhando de volta para dentro de nossas próprias instituições.

Outro ponto, a baixa presença de mulheres nos espaços de decisão política não é apenas um déficit democrático, mas um gargalo para a saúde global. Sem vozes femininas formulando orçamentos, o 'trabalho de cuidado' permanece desamparado por políticas públicas. A saúde pública de uma nação é o reflexo direto de quem tem o poder de assinar o seu orçamento.

Assegurando os riscos em C&T

Asegurando los riesgos en ciencia y tecnología

Securing the risks in S&T

André Costa Lobato,
Anabela Santiago, Alexandra Rodrigues Sanches,
Bruno Neves e Giovana Guiciard

Resumo. O papel das seguradoras no financiamento e organização dos riscos dos investimentos em tecnologias de fronteira foram objeto de um conjunto de medidas publicadas no contexto da reestruturação de um sistema de seguros voltado à inovação. Um dos cinco eixos trata da internacionalização. O MCTI chinês realizou ainda um inventário da relação entre patentes e comercialização de ativos das universidades do país. De acordo com a análise, os fatores que historicamente contribuíram para a baixa taxa de aproveitamento incluíam a falta de visão comercial entre pesquisadores, longos ciclos de transferência, ausência de profissionais especializados e um ecossistema de transferência ineficiente. O primeiro inventário nacional de patentes em universidades e instituições de pesquisa abrange mais de 1,3 milhão de ativos. No eixo diplomático, o chanceler iraniano Seyed Abbas Araghchi afirmou que o Estreito de Ormuz permanece aberto à navegação internacional, com ressalvas a países em guerra com o Irã. Paralelamente, o presidente Xi Jinping reiterou, na Cúpula China-CELAC, o compromisso chinês com a soberania e o desenvolvimento da América Latina e do Caribe, reforçando a cooperação Sul-Sul. No eixo diplomático, China e Vietnã avançaram na cooperação militar com o primeiro treinamento naval conjunto e a criação do mecanismo estratégico "3+3" (diplomacia, defesa e segurança pública), apesar de persistirem tensões no Mar do Sul da China. No plano econômico, a China intensificou sua estratégia de abertura com programas como "Shopping in China", "Export to China" e "Invest in China", visando ampliar importações, consumo interno e investimentos estrangeiros. Na área sanitária, destacou-se um documentário premiado sobre Wuhan que recupera memórias sociais da pandemia de COVID-19, enfatizando o papel das redes comunitárias e da governança multinível na resposta inicial à crise. Numa fusão de passado e futuro de outro tipo, a medicina tradicional chinesa avança com o uso da robótica e da inteligência artificial: por exemplo, com dispositivos portáteis de estimulação de acupontos em missões espaciais e sistemas digitais de rastreabilidade de ervas medicinais.

Palavras-chave: Financiamento de C&T, Medicina Tradicional e alta tecnologia, Mar do Sul da China

Resumen*. El papel de las aseguradoras en la financiación y la gestión de los riesgos de las inversiones en tecnologías de vanguardia fue objeto de un conjunto de medidas publicadas en el marco de la reestructuración de un sistema de seguros orientado a la innovación. Uno de los cinco ejes se centra en la internacionalización. El Ministerio de Ciencia, Tecnología e Información (MCTI) de China también llevó a cabo un inventario de la relación entre las patentes y la comercialización de activos de las universidades del país. Según el análisis, los factores que históricamente contribuyeron a la baja tasa de aprovechamiento incluían la falta de visión comercial entre los investigadores, los largos ciclos de transferencia, la ausencia de profesionales especializados y un ecosistema de transferencia ineficiente. El primer inventario nacional de*

patentes en universidades e instituciones de investigación abarca más de 1,3 millones de activos. En el ámbito diplomático, el canciller iraní Seyed Abbas Araghchi afirmó que el estrecho de Ormuz permanece abierto a la navegación internacional, con salvedades para los países en guerra con Irán. Paralelamente, el presidente Xi Jinping reiteró, en la Cumbre China-CELAC, el compromiso chino con la soberanía y el desarrollo de América Latina y el Caribe, reforzando la cooperación Sur-Sur. En el ámbito diplomático, China y Vietnam avanzaron en la cooperación militar con el primer entrenamiento naval conjunto y la creación del mecanismo estratégico «3+3» (diplomacia, defensa y seguridad pública), a pesar de que persisten las tensiones en el Mar de China Meridional. En el ámbito económico, China ha intensificado su estrategia de apertura con programas como «Shopping in China», «Export to China» e «Invest in China», con el objetivo de aumentar las importaciones, el consumo interno y las inversiones extranjeras. En el ámbito sanitario, destacó un documental premiado sobre Wuhan que recupera memorias sociales de la pandemia de COVID-19, enfatizando el papel de las redes comunitarias y la gobernanza multinivel en la respuesta inicial a la crisis. En una fusión de pasado y futuro de otro tipo, la medicina tradicional china avanza con el uso de la robótica y la inteligencia artificial: por ejemplo, con dispositivos portátiles de estimulación de puntos de acupuntura en misiones espaciales y sistemas digitales de trazabilidad de hierbas medicinales.

***Palabras clave**: Financiamiento de C&T, Medicina tradicional y alta tecnología, Mar del Sur de China*

***Abstract.** The role of insurance companies in financing and organizing the risks associated with investments in frontier technologies has been the subject of a set of measures published in the context of the restructuring of an innovation-oriented insurance system. One of the five policy axes addresses internationalization. The Chinese Ministry of Science and Technology (MST) also conducted an inventory of the relationship between patents and the commercialization of university assets across the country. According to the analysis, the factors that historically contributed to the low rate of utilization included the lack of commercial vision among researchers, long transfer cycles, the absence of specialized professionals, and an inefficient technology-transfer ecosystem. The first national inventory of patents in universities and research institutions covers more than 1.3 million assets. On the diplomatic front, Iranian Foreign Minister Seyed Abbas Araghchi stated that the Strait of Hormuz remains open to international navigation, with reservations regarding countries at war with Iran. At the same time, President Xi Jinping reiterated, at the China–CELAC Summit, China's commitment to the sovereignty and development of Latin America and the Caribbean, reinforcing South–South cooperation. Also on the diplomatic front, China and Vietnam advanced military cooperation through their first joint naval training exercise and the creation of the "3+3" strategic mechanism (diplomacy, defense, and public security), despite ongoing tensions in the South China Sea. Economically, China intensified its opening-up strategy through programs such as "Shopping in China," "Export to China," and "Invest in China," aimed at expanding imports, domestic consumption, and foreign investment. In the health domain, an award-winning documentary on Wuhan stood out for recovering the social memories of the COVID-19 pandemic, emphasizing the role of community networks and multilevel governance in the initial response to the crisis. In another kind of fusion between past and future, traditional Chinese medicine is advancing through the use of robotics and artificial intelligence—for example, with portable acupoint-stimulation devices used in space missions and digital traceability systems for medicinal herbs.*

***Keywords:** Financing S&T, Traditional Medicine and high-tech, South China Sea*

DIPLOMACIA

O nem tão estreito de Ormuz

O ministro das Relações Exteriores do Irã, Seyed Abbas Araghchi, disse, no dia 24 de março, em conversa telefônica[1] com o colega chinês Wang Yi, que o Estreito de Ormuz está aberto a todos e os navios podem passar com segurança, mas os países que estão em guerra com o Irã não estão sendo considerados. Publicada pela chancelaria chinesa, a afirmação foi amplamente reproduzida. Anteriormente, circulava a informação de que apenas o transporte de cargas valoradas em renminbi poderiam passar, mas a nota das chancelarias não menciona esse critério.

China-CELAC

O presidente Xi Jinping enviou mensagem de felicitações para a X Cúpula da Celac que ocorreu na Colômbia em 21 de março. Ele pontuou os eixos de cooperação no âmbito do Fórum China-Celac, realizado no ano passado[2] (Ver Caderno "Eixos, Sinergias e Rotas"). Na mensagem à Cúpula, Xi disse que a China sempre será uma boa amiga e sócia dos países latino-americanos e caribenhos, e apoiará os países latino-americanos e caribenhos para salvaguardar seus próprios interesses de soberania, segurança e desenvolvimento. Segundo a nota da chancelaria, a China está disposta a trabalhar com a América Latina para salvaguardar a equidade e a justiça internacionais, e escrever em conjunto um novo capítulo na construção de uma comunidade China-Latino-Americana de futuro compartilhado.

Primeiro treinamento marítimo conjunto entre as duas marinhas da China e do Vietnã

A China e o Vietnã concluíram, em 20 de março de 2026, a 40ª patrulha conjunta no Golfo de Beibu, marcando também o primeiro treinamento marítimo conjunto entre as duas marinhas, envolvendo as fragatas chinesas Hengyang e Enshi e as fragatas vietnamitas Tran Hung Dao e Ly Thai To. Antes do início da patrulha, as formações realizaram atividades de montagem de força e intercâmbio portuário em Fangchenggang, na Região Autônoma Zhuang de Guangxi, sul da China. Durante a patrulha, os dois lados alternaram o comando das formações, compartilharam informações de inteligência e desenvolveram consciência situacional abrangente da área marítima, realizando exercícios conjuntos de escolta de navios mercantes simulados, combate a "piratas" e operações de busca e salvamento. O evento também marcou o encerramento da 10ª troca de amizade na defesa fronteiriça China-Vietnã, incluindo atividades culturais, esportivas e médicas, e homenagens a mártires revolucionários de ambos os países[3].

A cooperação operacional no Golfo de Beibu foi reforçada pouco antes pela realização do primeiro Diálogo Estratégico Ministerial "3+3" em nível ministerial, co-liderado pelos ministros de Relações Exteriores, Defesa e Segurança Pública da China e do Vietnã, em 16 de março, em Hanói. Durante o encontro, as partes enfatizaram a importância do mecanismo para aprofundar a confiança política, promover intercâmbios setoriais e avançar a parceria estratégica abrangente entre os dois países, garantindo paz, estabilidade e desenvolvimento na

---

[1] Urgent: Iranian FM says Strait of Hormuz is open to all, but countries at war with Iran are not considered. https://english.news.cn/20260324/92865fc443f64652a44f2c1b17c1ba55/c.html (accessed 29 Mar2026).

[2] Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Cadernos CRIS/Fiocruz: Informe 08/2025. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2025. Disponível em: https://fiocruz.br/documento/2025/05/cadernos-fiocruz-informe-08-2025

[3] Ministry of National Defense of the People's Republic of China. China, Vietnam conclude joint patrol and maritime training in Beibu Gulf [Internet]. 2025 Mar 22 [citado 2026 Mar 30]. Disponível em: http://eng.mod.gov.cn/2025xb/N/T/16450426.html

região[4]. Além disso, acordaram em fortalecer a coordenação em fronteiras, controle migratório, segurança energética, cibernética e ambiental, e em operações humanitárias e de busca e salvamento, consolidando o arcabouço de cooperação prática que já se manifesta nas patrulhas e treinamentos conjuntos.

Imagem 1 – A primeira reunião ministerial do diálogo estratégico "3+3" China-Vietnã sobre diplomacia, defesa e segurança pública foi realizada em Hanói, Vietnã, em 16 de março de 2026

Fonte: Ministério das Relações Exteriores da China

Os ministros também destacaram que, diante das rápidas mudanças regionais e globais, a solidariedade e a cooperação entre China e Vietnã são essenciais para equilibrar desenvolvimento e segurança, promover a estabilidade marítima e implementar as percepções de alto nível acordadas entre os governos. O mecanismo "3+3" (diplomacia, defesa e segurança pública) foi descrito como uma plataforma estratégica inédita para salvaguardar a segurança política e aprofundar a coordenação militar, de defesa e de segurança pública, demonstrando o caráter estratégico e de longo prazo das relações bilaterais[5]. Ambos os lados concordaram em realizar a segunda reunião ministerial do diálogo na China e expandir os intercâmbios regulares entre altos oficiais, garantindo que a cooperação seja sustentável e orientada para resultados concretos.

Apesar da cooperação e do diálogo, persistem tensões no Mar do Sul da China, especialmente em relação às atividades chinesas de recuperação de terra nas Ilhas Paracel, incluindo o recife Antelope, área reivindicada pelo Vietnã. Imagens de satélite indicam

[4] Bo Cong An. First Vietnam–China Ministerial-Level 3+3 Strategic Dialogue held in Hanoi [Internet]. 2026 Mar 17 [citado 2026 Mar 30]. Disponível em: https://en.bocongan.gov.vn/article/first-vietnam-china-ministerial-level-3-3-strategic-dialogue-held-in-hanoi-1773816344

[5] CGTN. Ministerial meeting of China-Vietnam '3+3' strategic dialogue held in Vietnam [Internet]. 2026 Mar 17 [citado 2026 Mar 30]. Disponível em: https://news.cgtn.com/news/2026-03-17/Ministerial-meeting-of-China-Vietnam-3-3-strategic-dialogue-held-1LzS7Rq7Gp2/index.html

aceleração das obras de aterro, o que provocou protestos formais no Vietnã[6], que reafirmou sua soberania.

Abertura do ambiente de negócios

A China tem intensificado, em 2026, sua estratégia de ampliação da abertura econômica, com destaque para declarações do ministro do Comércio, Wang Wentao, sobre a intenção de compartilhar as oportunidades de seu vasto mercado interno com o restante do mundo. Segundo Wang, o país irá promover três iniciativas centrais, sendo estas: "Shopping in China", "Export to China" e "Invest in China", com o objetivo de estimular o consumo, ampliar as importações e atrair investimentos estrangeiros em condições mais equitativas[7]. Nesse contexto, o governo também busca aprimorar o ambiente de negócios ao transformar as demandas de empresas estrangeiras em compromissos institucionais concretos, reforçando a previsibilidade regulatória e a integração econômica internacional.

A iniciativa "Export to China", em particular, evidencia o esforço do governo chinês em expandir as importações e promover um comércio mais equilibrado. De acordo com Wang Wentao, o programa representa uma medida proativa para ampliar a abertura de alto nível e posicionar o mercado chinês como um destino central para exportadores globais[8]. Com a previsão de mais de 100 eventos de promoção de importações em 2026, a iniciativa busca conectar fornecedores internacionais a compradores chineses, aproveitando o fato de a China já ser o segundo maior mercado consumidor e importador do mundo. Esse movimento também se insere em uma estratégia mais ampla de transformar o crescimento do consumo doméstico em oportunidades compartilhadas, fortalecendo cadeias globais de suprimento e o comércio multilateral.

Paralelamente, as políticas de abertura têm sido reforçadas em fóruns internacionais e acompanhadas por sinais positivos do setor privado global. Em eventos como o Fórum de Boao para a Ásia, autoridades chinesas reiteraram o compromisso com a expansão da demanda interna, a inovação e a proteção de investidores estrangeiros, em um contexto internacional marcado por incertezas e tendências protecionistas[9]. Ao mesmo tempo, executivos de grandes empresas multinacionais têm destacado a relevância estratégica do mercado chinês, enfatizando seu potencial de crescimento e inovação, além de anunciarem investimentos significativos em diversos setores[10]. Esse cenário indica que, além do discurso oficial, há uma convergência entre políticas governamentais e expectativas do setor privado, reforçando a centralidade da China na economia global contemporânea.

---

[6] Zhou L. Vietnam protests as China's Paracels build-up escalates at Antelope Reef [Internet]. South China Morning Post; 2026 Mar 22 [citado 2026 Mar 30]. Disponível em: https://www.scmp.com/news/china/diplomacy/article/3347467/vietnam-protests-chinas-paracels-build-escalates-antelope-reef

[7] China Daily. China to further open up its markets through 3 key initiatives [Internet]. 2026 Mar 6 [citado 2026 Mar 29]. Disponível em: https://www.chinaservicesinfo.com/s/202603/06/WS69ae36c7498e23165e06df5e/china-to-further-open-up-its-markets-through-3-key-initiaives.html

[8] CGTN. China Expands Imports: MOFCOM launches 'Export to China' initiative [Internet]. 2026 Fev 5 [citado 2026 Mar 29]. Disponível em: https://news.cgtn.com/news/2026-02-04/VHJhbnNjcmlwdDg4ODgy/index.html

[9] China Daily. China vows to further expand opening-up [Internet]. 2026 Mar 26 [citado 2026 Mar 29]. Disponível em: https://global.chinadaily.com.cn/a/202603/26/WS69c555bda310d6866eb40177.html

[10] CGTN. Invest in China: Global CEOs bullish on China [Internet]. 2026 Mar 27 [citado 2026 Mar 29]. Disponível em: https://news.cgtn.com/news/2026-03-27/VHJhbnNjcmlwdDg5ODY2/index.html

SANITÁRIO

Documentário faz memória da resiliência e das iniciativas comunitárias na resposta sanitária

Um trabalho jornalístico centrado na cidade de Wuhan, cinco anos após o início da pandemia de Covid-19, foi distinguido com o principal prêmio de serviço público num concurso de jornalismo na China. A reportagem, da autoria da jornalista Xie Chan, intitulada "Regresso a Wuhan: a história não contada de há cinco anos", foi publicada em abril de 2025 na plataforma digital The Aquarian.

O trabalho jornalístico que venceu o prémio destaca-se por privilegiar narrativas que escapam às abordagens estritamente institucionais. Ao reconstruir episódios marcantes dos primeiros momentos da pandemia — como a escassez de informação, o clima de incerteza e a pressão sobre o sistema de saúde — a reportagem contribui para uma compreensão mais granular do período, evidenciando dinâmicas sociais que tendem a ser sub-representadas em relatos oficiais[11].

A peça sublinha o papel das redes informais de solidariedade e das iniciativas comunitárias que emergiram em resposta à crise, sugerindo que a resiliência social desempenhou um papel relevante na mitigação dos efeitos mais imediatos da emergência sanitária. Esta abordagem reforça a ideia de que a análise da pandemia não se esgota na dimensão epidemiológica ou institucional, exigindo igualmente atenção às práticas sociais e às respostas coletivas ao nível local[12]. A reportagem assinala o quinto aniversário do início da resposta epidêmica de Wuhan — primeira grande quarentena global da Covid-19 — e resulta de um regresso da autora à cidade para recolher relatos de jornalistas, artistas, voluntários e cidadãos que participaram em iniciativas cívicas durante a crise sanitária, oferecendo uma perspectiva plural sobre os impactos humanos e sociais do surto inicial.

O reconhecimento atribuído à peça ocorre num momento em que poucos no mundo parecem se lembrar da Pandemia e do imenso esforço social necessário para coordenar a proteção das vidas naquele momento de necessidade de paralisação de várias atividades econômicas. Inicialmente, o esforço chinês sofreu com as marcas de uma visão colonial que desumaniza e deslegitima as capacidades dos povos em exercer uma governança soberana. Ao premiar um trabalho centrado na recuperação de testemunhos diretos e na reconstituição de experiências individuais, o júri sinaliza uma valorização do jornalismo de proximidade chinês e da memória social enquanto componentes essenciais do serviço público[13].

Neste enquadramento, importa situar o contexto factual das origens da pandemia de Covid-19. Os primeiros casos de uma pneumonia de etiologia desconhecida foram identificados

---

[11] Xie Chan 谢婵, "Back to Wuhan: The Untold Story from Five Years Ago 回到武汉：五年前没有说完的故事" (8 April 2025, The Aquarian). Disponível em: https://www.eastisread.com/p/reading-china-through-its-most-courageous

[12] Xie Chan 谢婵, "Back to Wuhan: The Untold Story from Five Years Ago 回到武汉：五年前没有说完的故事" (8 April 2025, The Aquarian). Disponível em: https://www.eastisread.com/p/reading-china-through-its-most-courageous

[13] Xie Chan 谢婵, "Back to Wuhan: The Untold Story from Five Years Ago 回到武汉：五年前没有说完的故事" (8 April 2025, The Aquarian). Disponível em: https://www.eastisread.com/p/reading-china-through-its-most-courageous

pelo CDC da China na cidade de Wuhan, província de Hubei, no final de 2019, com a Organização Mundial da Saúde (OMS) tendo sido notificada em 31 de dezembro. A literatura científica aponta para uma origem zoonótica provável, associada à transmissão de vírus de reservatórios animais para humanos, embora o processo exato de emergência seja continue a ser objeto de investigação. A rastreabilidade é um tema extremamente complexo, e, muitas vezes, chega a períodos anteriores e locais diferentes dos do primeiro reporte epidemiológico. Diferentes estudos e relatórios internacionais têm sublinhado a dificuldade em reconstruir com precisão os primeiros momentos da cadeia de transmissão do surgimento de patógenos, devido à limitação de dados iniciais e à complexidade inerente à deteção precoce de surtos emergentes[14][15].

Imagem 2 – Filme lembra das dificuldades e resiliências do período inicial da organização comunitária chinesa no enfrentamento pandêmico

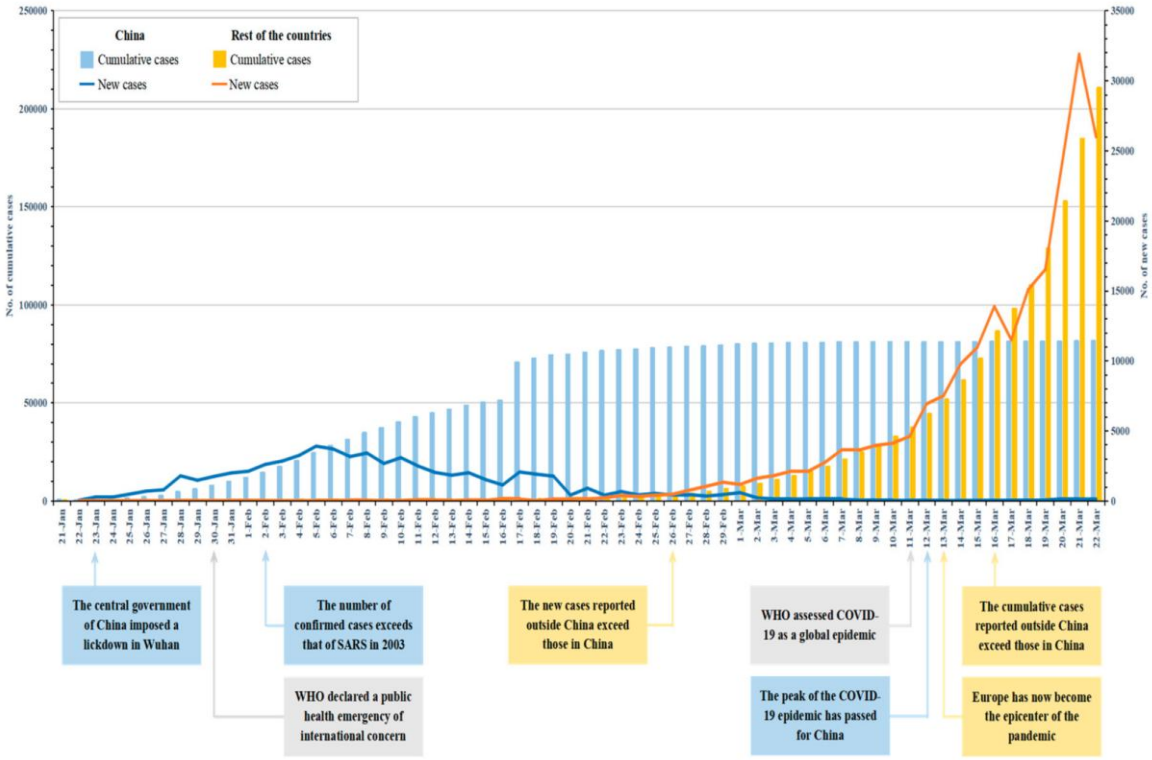
A análise destes acontecimentos pode igualmente ser enquadrada à luz dos mecanismos de governança global da saúde, que assentam numa rede policêntrica de atores, incluindo Estados, organizações internacionais e entidades não estatais. A governança global da saúde se caracteriza pela utilização de "instituições formais e informais, regras e processos" para lidar com desafios transnacionais que exigem ação coletiva[16]. Neste contexto, a resposta inicial ao surto em Wuhan deve ser entendida não apenas como um fenômeno local, mas como parte de um sistema mais amplo de vigilância epidemiológica e partilha de informação no contexto de marcos como os Regulamentos Sanitários Internacionais (IHR).

[14] Liu, Wei, Xiao-Guang Yue, and Paul B. Tchounwou. "Response to the COVID-19 Epidemic: The Chinese Experience and Implications for Other Countries". International Journal of Environmental Research and Public Health 17 (7) (2020): 2304. https://doi.org/10.3390/ijerph17072304.

[15] Liu W, Liu P, Liu WJ, Wang Q, Tong Y, Gao GF. Origins of HIV, HCoV-HKU1, SFTSV, and MERS-CoV and Beyond. 2022; **4**.

[16] Fidler, D. (2010). The Challenges of Global Health Governance. New York: Council on Foreign Relations.

A experiência de Wuhan evidencia também algumas das tensões estruturais identificadas na governança global da saúde, nomeadamente entre soberania estatal, transparência informacional e coordenação internacional. Efetivamente, o sistema global enfrenta desafios recorrentes como a falta de financiamento, problemas de cumprimento das normas internacionais e a existência de interesses divergentes entre os diferentes atores. Estes elementos ajudam a contextualizar as dinâmicas observadas nas fases iniciais da pandemia, em que a produção e circulação de informação foram condicionadas por múltiplos fatores institucionais e políticos[17]. O resultado da quarentena de Wuhan propiciou um segundo estágio da resposta sanitária chinesa. O país conseguiu praticamente eliminar a transmissão intra-nacional, passando a ter, como principal prioridade, o rastreio da importação de casos, inclusive por cadeia fria, como alimentos congelados. A capacidade interna de governança dos países no enfrentamento epidêmico foi atingida pela politização de caráter hegemonista da governança global em saúde. Atualmente, a China mantém a posição de denúncia contra a estigmatização dos países que fazem uma vigilância epidemiológica ativa, e, reivindica, com outros países do terceiro mundo, a necessidade de capacidades laboratoriais instaladas nos institutos nacionais de pesquisa de saúde pública, por exemplo.



Fonte: Liu, Wei, Xiao-Guang Yue, and Paul B. Tchounwou. "Response to the COVID-19 Epidemic: The Chinese Experience and Implications for Other Countries". International Journal of Environmental Research and Public Health 17 (7) (2020): 2304

[17] Santiago, A. (2025). Governança Global em Políticas de Saúde: o caso da República Popular da China. Universidade de Aveiro

MEDICINA TRADICIONAL CHINESA E IA

A Medicina Tradicional Chinesa (MTC), patrimônio milenar da sabedoria de saúde da China, alcança atualmente 196 países e regiões, tornando-se um pilar fundamental do Healthy China Initiative e um canal de intercâmbio entre civilizações chinesa e estrangeira. Na semana passada, Pequim concluiu suas anuais "Duas Sessões" (reuniões paralelas da legislatura nacional, o Congresso Nacional do Povo (NPC), e do principal órgão consultivo político, a Conferência Consultiva Política do Povo Chinês) durante as quais o presidente Xi Jinping enfatizou a importância de desenvolver a saúde com características chinesas e promover decisivamente a MTC no período do 15º Plano Quinquenal (2026-2030), reforçando a necessidade de aproveitar suas vantagens únicas e expandir sua influência global[18]. Sob essa orientação, a MTC consolidou um sistema completo de serviços de prevenção, tratamento e reabilitação no país, enquanto conquista atenção internacional ao se modernizar por meio da integração tecnológica.

Na prática clínica, essa modernização é exemplificada pelo Instrumento Inteligente de Diagnóstico de MTC desenvolvido pela Universidade de Medicina Tradicional Chinesa de Xangai (SHUTCM). Equipamentos de alta precisão transformam métodos tradicionais, como inspeção, questionamento e palpação, em dados objetivos e detalhados, gerando um "retrato digital" do pulso e de outros indicadores de saúde. Aplicativos como o AcuAssistant monitoram e analisam em tempo real manipulações de acupuntura, traduzindo sensações subjetivas em informações mensuráveis e padronizáveis. Segundo especialistas, a tecnologia não substitui a experiência do médico, mas acelera a herança e inovação da MTC, permitindo que seu conhecimento seja replicável e aplicado de forma consistente[19].

O desenvolvimento tecnológico da MTC é apoiado por políticas governamentais, iniciativas industriais e pesquisa acadêmica. Diretrizes da Comissão Nacional de Saúde chinesa promovem a aplicação de IA em saúde, incluindo diagnóstico assistido por inteligência artificial, bancos de dados inteligentes e sistemas digitais de rastreabilidade de ervas medicinais. Pesquisas internacionais e cooperações, como centros de MTC na África do Sul e projetos conjuntos com instituições médicas na Arábia Saudita, demonstram a crescente padronização e internacionalização da prática, integrando dados clínicos à terapêutica baseada em evidências.

Além das aplicações clínicas, a tecnologia está abrindo caminhos futurísticos, como o uso de dispositivos portáteis de estimulação de acupontos em missões espaciais e interfaces cérebro-computador para permitir a participação ativa do paciente na reabilitação. Especialistas alertam, entretanto, que a IA deve funcionar como assistente do médico, não o substituir, reforçando a necessidade de fortalecer os serviços médicos de atenção primária, base do sistema de saúde.

---

[18] Huang Lanlan, Shan Jie, Liang Rui, Leng Shumei. *Doctor Robot: From digital pulse diagnosis to AI-assisted acupuncture training, technology reshapes TCM practice, drawing global attention.* Global Times; 09 Mar 2026 [citado 2026 Mar 30]. Disponível em: https://www.globaltimes.cn/page/202603/1356631.shtml

[19] *Macau-developed AI Traditional Chinese Medicine robot already in use in Portugal.* Macau Business; 27 Out 2025 [citado 2026 Mar]. Disponível em: https://www.macaubusiness.com/macau-developed-ai-traditional-chinese-medicine-robot-already-in-use-in-portugal/

Imagem 3 – Um visitante experimenta um dispositivo de diagnóstico de língua e pulso da Medicina Tradicional Chinesa, equipado com inteligência artificial, em uma feira internacional da indústria farmacêutica e de saúde em Changchun, na província de Jilin

Foto: VCG

SOCIOECONÔMICO

O papel do mercado de seguros na distribuição dos riscos em investimentos em CT&I

Em 2 de março de 2026, o Ministério da Ciência e Tecnologia, a Administração Estatal de Regulação Financeira, o Ministério da Indústria e Tecnologia da Informação e o Escritório Estatal de Propriedade Intelectual divulgaram conjuntamente as "Várias Opiniões sobre a Aceleração do Desenvolvimento de Alta Qualidade do Seguro de Ciência e Tecnologia e o Forte Apoio à Autossuficiência e Autossuperação em Ciência e Tecnologia de Alto Nível"[20], um conjunto de diretrizes que visa estruturar um sistema de seguros voltado à inovação. O documento responde a um chamado do governo central, que busca "tornar o capital acionário, o crédito e os seguros meios de fornecer serviços financeiros de toda a cadeia e ciclo de vida para empresas de ciência e tecnologia" (ibid. n.p.), conforme destacado na Conferência Central de Trabalho Financeiro pelo Secretário Geral Xi Jinping. Adicionalmente, alinha-se às deliberações da Terceira Sessão Plenária do 20º Comitê Central do PCCh, que estabeleceu a necessidade de "aperfeiçoar o mecanismo de diversificação de riscos para grandes pesquisas tecnológicas e instituir um sistema político de seguros para ciência e tecnologia" (ibid. n.p.).

Composto por sete partes e 20 medidas, o documento estrutura-se a partir do princípio de "orientação governamental, operação de mercado, promoção coordenada e prevenção de riscos" (ibid. n. p.). Busca-se abranger produtos e serviços que cubram toda a cadeia e o ciclo

[20] Ministério da Ciência e Tecnologia (China). Perguntas e respostas sobre a política "Várias Opiniões sobre a Aceleração do Desenvolvimento de Alta Qualidade do Seguro de Ciência e Tecnologia para Apoiar Fortemente a Autossuficiência Científica e Tecnológica de Alto Nível" [Internet]. Pequim: Ministério da Ciência e Tecnologia da República Popular da China; 2 mar 2026 [citado 27 mar 2026]. Disponível em: https://www.most.gov.cn/xxgk/xinxifenlei/fdzdgknr/fgzc/zcjd/202603/t20260302_196012.html.

completo da inovação, com ênfase em grandes tarefas científicas nacionais e em pequenas e médias empresas de base tecnológica.

As medidas concentram-se em cinco eixos. O primeiro eixo refere-se ao suporte a grandes tarefas científicas nacionais, propondo o aperfeiçoamento do "mecanismo de diversificação de riscos para grandes pesquisas tecnológicas" por meio da colaboração entre governo, empresas e instituições seguradoras, além do fortalecimento dos serviços em centros de inovação como Pequim (região Pequim-Tianjin-Hebei), Xangai (Delta do Rio Yangtzé) e na Área da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau. O segundo eixo é direcionado a pequenas e médias empresas de base tecnológica, incentivando o desenvolvimento de produtos de seguros de ciência e tecnologia com termos simples e preços razoáveis, e a expansão da cobertura em parques de incubação e zonas de desenvolvimento de alta tecnologia.

O terceiro eixo aborda áreas e elos-chave da inovação, propondo cinco medidas específicas: fortalecer a proteção no ciclo de vida das empresas, apoiar a internacionalização ("ir para o exterior") das empresas de base tecnológica, aprimorar os serviços para talentos científicos, acelerar o desenvolvimento de seguros de propriedade intelectual e promover a aplicação inovadora de seguros de segurança cibernética. O quarto eixo concentra-se na inovação de produtos e serviços, com foco em áreas de fronteira como inteligência artificial, circuitos integrados, tecnologia quântica, biofabricação, energia de hidrogênio e fusão nuclear, interfaces cérebro-computador e inteligência incorporada, incentivando o desenvolvimento de produtos exclusivos e a criação de sistemas de reservas de risco específicas. Por fim, o quinto eixo trata do investimento de fundos de seguros no campo da inovação, com foco no papel do capital de longo prazo para apoiar grandes projetos nacionais e o capital de risco em indústrias emergentes e futuras.

Em termos de governança e implementação, as diretrizes estabelecem um mecanismo de coordenação entre os quatro ministérios para promover a política, com a recomendação de que governos locais desenvolvam medidas adaptadas às suas realidades. A política prevê, ainda, o uso de subsídios e compensações de risco como instrumentos de incentivo, além da realização de atividades como a "Semana de Divulgação do Seguro de Ciência e Tecnologia", para popularizar o conhecimento sobre esses produtos.

Inventário nacional de patentes em universidades e instituições de pesquisa

Em consonância com as novas plataformas de financiamento, a China concluiu, em março de 2026[21], o primeiro inventário nacional de patentes em universidades e instituições de pesquisa, abrangendo mais de 1,3 milhão de ativos. Desse total, foram identificadas 680 mil patentes de invenção com alto potencial de comercialização, conectadas a 460 mil empresas. A ação integra um plano especial de transformação e utilização de patentes instituído pelo Conselho de Estado em 2023 e, segundo Hu Wenhui, vice-comissário da Administração Nacional de Propriedade Intelectual da China, resultou em avanços significativos: até o final de 2025, as taxas de industrialização das patentes oriundas de universidades e institutos de pesquisa atingiram, respectivamente, 10,1% e 17,2%, representando uma melhora substancial em relação ao período anterior ao plano, quando o índice era de apenas 3,9% para as universidades.

[21] Xinhua. China completes patent screening at universities, research institutions to enhance commercialization. The State Council of the People's Republic of China [Internet]. 2026 Mar 24 [citado em 2026 Mar 27]. Disponível em: https://english.www.gov.cn/news/202603/24/content_WS69c1edb6c6d00ca5f9a0a13c.html

De acordo com a análise do governo, os fatores que historicamente contribuíram para a baixa taxa de aproveitamento incluíam a falta de visão comercial entre pesquisadores, longos ciclos de transferência, ausência de profissionais especializados e um ecossistema de transferência ineficiente. Como resposta, o país implementou, nos últimos três anos, um conjunto de medidas como a criação de sistemas de avaliação pré-depósito, a reestruturação de incentivos financeiros para recompensar a comercialização bem-sucedida em vez do mero registro da patente, a formação de profissionais em transferência de tecnologia e a introdução de políticas favoráveis, incluindo a participação societária como forma de remuneração. Além disso, o Ministério da Educação estuda o uso de inteligência artificial e big data para criar perfis inteligentes das patentes universitárias, para mapear seu valor potencial e aplicações possíveis.

O plano também demonstrou impacto estratégico ao direcionar patentes de tecnologias-chave para setores futuros, como tecnologia quântica, biofabricação, interfaces cérebro-computador e comunicações 6G. Empresas de pequeno e médio porte focadas em tecnologia avançada, como as chamadas "Seis Pequenas Dragonas" de Hangzhou — entre elas a startup Unitree Robotics — foram beneficiadas pelo programa de industrialização de patentes.

Novos subsídios de mercado para empresas multinacionais

Em encontro realizado em Pequim no dia 21 de março de 2026[22], o vice-premier chinês He Lifeng, também membro do Bureau Político do Comitê Central do Partido Comunista da China, afirmou que o período do 15º Plano Quinquenal (2026-2030) será marcado pela expansão inabalável da abertura de alto nível e pela promoção do desenvolvimento de qualidade, criando, assim, "oportunidades de mercado mais amplas para corporações multinacionais".

Durante a reunião com representantes de empresas globais como HSBC, UBS, Siemens Healthineers, Schneider Electric e Rio Tinto, entre outras, o vice-premier destacou que a economia chinesa avança com estabilidade geral e é impulsionada por inovação e desenvolvimento de alta qualidade, reafirmando o convite para que essas empresas ampliem seus investimentos e aprofundem a cooperação mutuamente benéfica no país. O encontro reforça a sinalização do governo chinês de manutenção de políticas pró-investimento estrangeiro e situa o ambiente de negócios como um dos eixos centrais da estratégia de desenvolvimento para o próximo ciclo quinquenal.

Em discurso no Fórum de Desenvolvimento da China 2026[23], realizado em Pequim nos dias 22 e 23 de março sob o tema "A China no Período do 15º Plano Quinquenal: Avançando com Desenvolvimento de Qualidade e Criando Novas Oportunidades Juntos", o ministro da Fazenda chinês, Lan Fo'an, afirmou que a política fiscal do país nos próximos cinco anos enfatizará abertamente a "abertura e os benefícios compartilhados" para que nações do mundo inteiro possam participar das oportunidades de desenvolvimento do país. Diante de um cenário de desaceleração econômica global, Lan destacou que a China adotará uma política fiscal proativa, fortalecendo a cooperação financeira internacional para injetar maior estabilidade na

[22] The State Council of the People's Republic of China. China's 15th Five-Year Plan will create broader market opportunities for multinational corporations: vice premier [Internet]. Pequim: The State Council; 2026 Mar 22 [citado 2026 Mar 27]. Disponível em: https://english.www.gov.cn/news/202603/22/content_WS69bf3c54c6d00ca5f9a0a0b2.html

[23] State Council of the People's Republic of China. China's fiscal policy to place greater emphasis on openness, shared benefits over next five years: finance minister [Internet]. Pequim: Xinhua; 23 mar. 2026 [citado em 27 mar. 2026]. Disponível em: https://english.www.gov.cn/news/202603/23/content_WS69c09f44c6d00ca5f9a0a0f4.html

economia mundial, ao mesmo tempo em que aprofundará a cooperação financeira bilateral e multilateral e contribuirá para a melhoria da governança econômica global. O ministro acrescentou ainda que o país trabalhará para fomentar um ambiente de negócios "mais justo, transparente e não discriminatório", garantindo condições equitativas de concorrência para todos os agentes de mercado, incluindo as empresas estrangeiras.

Quanto à política monetária, em participação no Fórum de Desenvolvimento da China 2026[24], realizado em 22 de março em Pequim, o governador do Banco Popular da China, Pan Gongsheng, afirmou que o país manterá uma postura de política monetária acomodatícia para criar um ambiente favorável ao crescimento econômico estável, ao desenvolvimento de qualidade e ao funcionamento harmonioso dos mercados financeiros. Segundo Pan, o banco central continuará a implementar uma "política monetária moderadamente flexível", utilizando instrumentos como o coeficiente de reservas obrigatórias, as taxas de juros de política e as operações de mercado aberto para assegurar liquidez. O governador destacou que as condições de financiamento social na China são atualmente favoráveis, com os agregados financeiros crescendo a um ritmo razoável.

No que se refere ao câmbio, Pan Gongsheng informou que o renminbi registrou valorização de aproximadamente 1,3% frente ao dólar americano, 3,7% ante o euro, 3,2% em relação ao iene japonês e 2,4% frente à libra esterlina desde o início do ano, reafirmando que a China "não tem nem a necessidade nem a intenção de obter vantagens comerciais por meio da desvalorização cambial". O governador destacou ainda o progresso positivo na internacionalização da moeda chinesa, cujo custo de financiamento permanece relativamente baixo, e anunciou que o país promoverá de forma constante a abertura de alto nível do setor financeiro, aprofundando a conectividade dos mercados e a interoperabilidade dos sistemas de pagamento transfronteiriços para facilitar a participação de investidores estrangeiros.

No âmbito das relações comerciais com os EUA, em encontro realizado em Pequim no dia 22 de março de 2026[25] com uma delegação do Conselho Empresarial China-Estados Unidos (USCBC), o vice-premier chinês He Lifeng, membro do Bureau Político do Comitê Central do Partido Comunista da China, afirmou que as empresas estadunidenses são bem-vindas para "aproveitar as oportunidades de desenvolvimento na China" e aprofundar a cooperação mutuamente benéfica com o país. He Lifeng destacou que as relações sino-americanas constituem o mais importante vínculo bilateral do mundo e expressou o desejo de que o conselho continue a atuar como ponte para promover intercâmbios amigáveis entre as duas nações. Em resposta, Rajesh Subramaniam, presidente do conselho do USCBC, Sean Stein, presidente da entidade, e demais membros da delegação manifestaram otimismo do setor empresarial estadunidense em relação às perspectivas de desenvolvimento econômico da China e sinalizaram a disposição de explorar ainda mais o mercado chinês e aprofundar continuamente a cooperação econômica e comercial bilateral.

Ainda quanto aos EUA, em resposta a questionamentos sobre as recentes negociações econômicas e comerciais entre China e Estados Unidos realizadas em Paris, o porta-voz do Ministério do Comércio chinês, He Yongqian, afirmou em entrevista coletiva no dia 19 de março

[24] Xinhua. China to maintain supportive monetary policy stance: central bank. The State Council of the People's Republic of China [Internet]. 23 mar. 2026 [citado em 27 mar. 2026]. Disponível em: https://english.www.gov.cn/news/202603/23/content_WS69c0a1bfc6d00ca5f9a0a101.html

[25] Xinhua. U.S. enterprises are welcome to seize development opportunities in China: vice premier. The State Council of the People's Republic of China [Internet]. 23 mar 2026 [citado 27 mar 2026]. Disponível em: https://english.www.gov.cn/news/202603/23/content_WS69c09386c6d00ca5f9a0a0db.html

de 2026 que as duas partes realizaram consultas “francas, aprofundadas e construtivas” sobre temas de interesse mútuo, incluindo arranjos tarifários, promoção do comércio bilateral e investimentos, além da manutenção de consensos alcançados em consultas anteriores[26]. De acordo com o porta-voz, novos pontos de consenso foram estabelecidos, e ambos os lados concordaram em dar continuidade ao uso do mecanismo de consulta econômica e comercial sino-americano para fortalecer o diálogo e a comunicação, explorar o estabelecimento de mecanismos de trabalho que ampliem a cooperação, administrar adequadamente as divergências e expandir a cooperação prática com vistas a impulsionar o crescimento sustentável e estável das relações econômicas e comerciais bilaterais.

ENERGIA LIMPA, PAISAGENS MAIS VERDES

No bojo das transformações no tratamento ambiental na China, sintetizadas pelo próprio Xi Jinping — que as apresenta como fruto de uma elevação na consciência e na iniciativa do Partido e do Estado, responsável por reverter uma “situação de negligência da proteção ambiental”, nas palavras do Secretário-Geral, e implementar o conceito de desenvolvimento ecológico[27] —, novas medidas foram anunciadas pelo governo chinês na sexta-feira, 20 de março de 2026. Divulgado pelo Ministério da Indústria e Tecnologia da Informação, em conjunto com diversos departamentos governamentais, foi ratificado um plano de ação de três anos com o objetivo de acelerar o desenvolvimento de equipamentos de alta eficiência energética, a fim de fomentar o crescimento verde e apoiar a transição para uma economia de baixo carbono[28].

Nessa meta, a China passará a se dedicar à produção e à pesquisa de materiais e componentes essenciais para a fabricação de equipamentos de eficiência energética entre 2026 e 2028, com o intuito de alcançar níveis comparáveis aos observados na liderança internacional nesse campo. Essas tecnologias abrangem seis categorias principais, incluindo motores, produção de hidrogênio por eletrólise da água e dispositivos de informação e comunicação[29].

O plano voltado ao desenvolvimento de equipamentos de economia energética e à modernização da produção nacional constitui uma etapa fundamental para aprimorar a eficiência energética industrial e, consequentemente, a qualidade da produção do ponto de vista ambiental. Nesse sentido, é importante ressaltar que serão utilizadas tecnologias da

[26]Xinhua. China to leverage Sino-U.S. economic consultation mechanism to enhance communication. English.gov.cn [Internet]. 2026 Mar 19 [citado 2026 Mar 28]. Disponível em: https://english.www.gov.cn/news/202603/19/content_WS69bbda98c6d00ca5f9a0a01d.html

[27] Observatório de Política Externa e da Inserção Internacional do Brasil – OPEB (2026, March 26). Governança chinesa rumo a um “Mundo Harmonioso”: O que o orçamento de 2026 revela sobre Política Externa, Tecnologia e Meio Ambiente na China. https://opeb.org/2026/03/26/governanca-chinesa-rumo-a-um-mundo-harmonioso-o-que-o-orcamento-de-2026-revela-sobre-politica-externa-tecnologia-e-meio-ambiente-na-china/

[28] The State Council of the People's Republic of China (2026, March 20). China unveils plan to expand energy-saving equipment, boost green transition. https://english.www.gov.cn/news/202603/20/content_WS69bd1f85c6d00ca5f9a0a063.html

[29] The State Council of the People's Republic of China (2026, March 20). China unveils plan to expand energy-saving equipment, boost green transition. https://english.www.gov.cn/news/202603/20/content_WS69bd1f85c6d00ca5f9a0a063.html

fronteira do conhecimento, como a inteligência artificial, para impulsionar o desenvolvimento de novas soluções tecnológicas[30].

No âmbito do projeto estatal de revitalização rural, os esforços de modernização no campo são verificados na presença massiva de tecnologias de ponta e na integração de famílias interioranas ao que se denomina de "agricultura inteligente". Na vila de Tianjiaying, no condado de Nanzhang, cidade de Xiangyang, província de Hubei, foi construído um parque industrial de agricultura inteligente, no qual 82 estufas operam sob um sistema de gestão digital que integra tecnologias de controle climático, irrigação, fertilização e monitoramento em uma única plataforma, que pode ser acessada pelos agricultores por meio de seus celulares, enquanto máquinas automatizadas realizam grande parte do trabalho no campo.

Isso quer dizer que, enquanto tudo é controlado à distância por redes de sinal 5G, robôs de inspeção percorrem as fileiras de vegetais e os sulcos de hortaliças suspensas, utilizando sensores para identificar sinais de doenças em folhas e caules, ao passo que sondas digitais monitoram a umidade e os nutrientes do solo. No céu, drones sobrevoam as lavouras em operação contínua. Segundo Wu Chaolan, correspondente do Diário do Povo, "a transformação em curso em Tianjiaying faz parte de uma mudança mais ampla que ocorre em toda a China, onde as tecnologias digitais estão remodelando rapidamente a agricultura".

Outros parques industriais também podem ser observados em diferentes localidades do país, como o voltado à pesca no distrito de Huazhou, na cidade de Weinan, província de Shaanxi, especializado em atividades de aquicultura. Se destacam ainda os parques agrícolas na prefeitura de Aksu, na Região Autônoma Uigur de Xinjiang, e na Nova Área de Xiong'an, província de Hebei. A taxa de crescimento anual do mercado de agricultura inteligente é de aproximadamente 15%.

Durante as Duas Sessões de 2026, a agricultura inteligente foi debatida como um fator-chave para a modernização agrícola, especialmente quando articulada a políticas sociais, como o combate à fome e ao desemprego. O parque de agricultura inteligente em Nanzhang é um exemplo conhecido por ter beneficiado as comunidades locais ao envolver mais de 300 famílias na agricultura moderna, possibilitando maiores rendimentos, diversificação de culturas e a geração de empregos próximos às suas residências.

De acordo com a matéria produzida por Wu Chaolan, Cao Weixing, membro do Comitê Permanente do Comitê Nacional da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês, afirmou que "A agricultura inteligente representa uma forma fundamental de novas forças produtivas de qualidade no setor agrícola e é uma tendência inevitável no desenvolvimento da agricultura moderna. (...) Ela desempenha um papel vital na melhoria da eficiência agrícola geral e no fortalecimento da competitividade central".

[30] The State Council of the People's Republic of China (2026, March 20). China unveils plan to expand energy-saving equipment, boost green transition.
https://english.www.gov.cn/news/202603/20/content_WS69bd1f85c6d00ca5f9a0a063.html

Atualização Estados Unidos

Actualización EE.UU.

U.S. Update

Luiz Augusto Galvão

Resumo. Em resposta aos desafios atuais, líderes das quatro principais associações nacionais de saúde pública vão se reunir em março de 2026 na Universidade Washington em St. Louis para debater caminhos sustentáveis de reinvestimento e proteção das funções essenciais da saúde coletiva. O sistema de saúde pública dos Estados Unidos enfrenta cortes orçamentários; surtos de sarampo ameaçando o status de eliminação da doença conquistado em 2000.

Palavras-chave: Saúde pública · Financiamento federal · CDC · Cortes orçamentários · Infraestrutura de saúde · Vigilância epidemiológica · Força de trabalho em saúde · Preparação para emergências · Desigualdades em saúde · Sarampo / Vacinação · Saúde global · Política de saúde EUA 2026

Resumen. *En respuesta a los desafíos actuales, los líderes de las cuatro principales asociaciones nacionales de salud pública se reunirán en marzo de 2026 en la Universidad de Washington en St. Louis para debatir vías sostenibles para reinvertir y proteger funciones esenciales de salud pública. El sistema de salud pública de EE. UU. se enfrenta a recortes presupuestarios; brotes de sarampión que amenazaban el estado de eliminación de la enfermedad alcanzado en 2000.*

Palabras clave*: Salud pública · Financiamiento federal · CDC · Recortes presupuestarios · Infraestructura sanitaria · Vigilancia epidemiológica · Fuerza laboral en salud · Preparación para emergencias · Desigualdades en salud · Sarampión / Vacunación · Salud global · Política de salud EE.UU. 2026*

Summary. *In response to today's challenges, leaders of the four major national public health associations will meet in March 2026 at Washington University in St. Louis to discuss sustainable pathways to reinvest in and protect essential public health functions. The U.S. public health system faces budget cuts; measles outbreaks threatening the disease-elimination status achieved in 2000.*

Keywords: *Public health · Federal funding · CDC · Budget cuts · Health infrastructure · Epidemiological surveillance · Health workforce · Emergency preparedness · Health inequities · Measles / Vaccination · Global health · US health policy 2026*

Evento: "Public Health in Challenging Times: Finding a Way Forward" — Washington University in St. Louis, 31 de março de 2026

Esse evento desperta a atenção dos líderes de saúde global nos EUA. A seguir, está nas palavras e no conteúdo dos organizadores uma descrição das bases e motivos do evento e o que se espera da sua realização.

1. Contexto: A Crise Chegou ao Centro

Segundo o material preparado pelos organizadores, nos últimos anos, e de forma cada vez mais aguda nas últimas semanas, a saúde pública nos Estados Unidos atravessa um dos seus momentos mais críticos das últimas décadas. É nesse contexto que a Escola de Saúde Pública da Universidade Washington em St. Louis (WashU) convocou, para o dia 31 de março de 2026, um painel de alto nível intitulado "Public Health in Challenging Times: Finding a Way Forward" — um encontro que, pela sua urgência e composição, funciona como um verdadeiro diagnóstico do estado da saúde coletiva americana.

O evento reúne os dirigentes das quatro principais organizações nacionais do setor: a Associação Americana de Saúde Pública, a Associação Nacional de Autoridades de Saúde Municipais e de Condados, a Associação de Autoridades de Saúde Estaduais e Territoriais, e a Associação de Escolas e Programas de Saúde Pública — uma coalizão que representa a totalidade do espectro da prática de saúde pública nos EUA.

2. A Crise de Financiamento: Dimensão e Impacto

Os organizadores destacam que os sistemas de saúde pública nos EUA enfrentam pressão crescente: financiamento em retração, escassez de profissionais, polarização política e desinformação em saúde estão pondo à prova a capacidade do país de proteger a saúde populacional.

Segundo o relatório da Trust for America's Health, o orçamento proposto para o CDC em 2026 representa uma redução de 53% em relação ao nível de 2024 — equivalente a um corte líquido de US$ 3,8 bilhões. Mais de 100 programas de saúde pública seriam eliminados, incluindo 61 no CDC e 40 na agência de saúde mental e dependências (SAMHSA). O Fundo de Prevenção e Saúde Pública (PPHF), que financiava promoção da saúde em todos os estados e territórios, seria integralmente extinto.

Pesquisadores da Universidade George Washington calculam que, para cada dólar economizado pelo governo federal com esses cortes, as economias estaduais e locais perderiam US$ 1,40 em produto interno bruto. Ao todo, as economias estaduais perderiam US$ 5,4 bilhões, e cerca de 42.000 empregos seriam extintos nacionalmente — um terço deles fora do setor de saúde propriamente dito. A arrecadação estadual e municipal cairia mais de US$ 240 milhões.

Um elemento estrutural agrava o quadro: aproximadamente 80% do orçamento doméstico do CDC é repassado diretamente a estados, municípios, tribos e parceiros comunitários. Como o financiamento federal responde em média por metade dos orçamentos dos departamentos de saúde estaduais e locais, cortes federais são, na prática, cortes diretos à saúde das comunidades.

3. A Força de Trabalho

Outro ponto que está sendo colocado no centro do debate são os problemas de capital humano. Segundo dados do Escritório de Gestão de Pessoal citados pela Federal News Network,

o CDC sofreu uma redução líquida de mais de 3.000 funcionários desde o início do atual governo, representando uma contração de cerca de 25% da sua força de trabalho total.

O Departamento de Saúde e Serviços Humanos (HHS) como um todo perdeu aproximadamente 20.000 postos — combinando demissões diretas, aposentadorias antecipadas e separações voluntárias. O departamento encolheu de cerca de 82.600 funcionários em setembro de 2024 para aproximadamente 62.000. As perdas incluem 2.400 postos no CDC, 3.500 na FDA, 1.200 no NIH e 300 no CMS.

Os programas mais afetados incluem o controle do tabaco (principal causa de morte evitável nos EUA), a prevenção do HIV, a investigação de surtos de doenças infecciosas, a saúde ambiental, a saúde ocupacional — o NIOSH chegou a perder inicialmente 90% de seu quadro — e a saúde materna e infantil. Um levantamento da revista Science aponta para a perda de mais de 10.000 trabalhadores federais com doutorado nas áreas de ciência, tecnologia, engenharia e matemática.

O impacto humano vai além da escala numérica. Pesquisas nacionais sobre mortalidade materna e infantil ficaram paralisadas por cerca de cinco meses — gerando uma lacuna irrecuperável em dados coletados continuamente desde 1987. Em estados como Minnesota, os cortes representaram 25% do orçamento total do departamento estadual de saúde, resultando em 150 a 200 demissões adicionais e o fechamento de cinco clínicas de vacinação.

4. O Regresso do Sarampo: Um Sinal de Alerta

Um dos casos mais emblemáticos das consequências dos cortes é a ressurgência do sarampo. Segundo dados atualizados do CDC em 26 de março de 2026, foram confirmados 1.575 casos de sarampo nos EUA em 2026, distribuídos por 32 estados e Washington D.C., com 16 novos surtos registrados apenas neste ano. Em 2025, o país havia registrado 2.285 casos — o maior número em mais de três décadas.

Segundo o U.S. News & World Report, o surto em South Carolina sozinho já soma mais de 600 casos — o maior registrado em um único estado desde que a doença foi declarada eliminada em 2000. A cobertura vacinal da vacina MMR entre crianças em idade escolar caiu de 95,2% no ano letivo 2019–2020 para 92,5% em 2024–2025, abaixo do limiar de 93% necessário para a imunidade coletiva. Uma queda de apenas 1% na taxa de vacinação MMR poderia causar 17.000 casos adicionais de sarampo, 4.000 hospitalizações e 36 mortes evitáveis por ano.

A situação é grave o suficiente para que a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) considere revogar o status de eliminação do sarampo nos EUA. Segundo a ASTHO, em novembro de 2025 a OPAS já havia declarado que toda a região das Américas — incluindo Canadá e EUA — perdeu o status de eliminação da doença, conquistado em 2000. A decisão sobre o status individual dos EUA está prevista para novembro de 2026.

5. Desafios Globais: Além das Fronteiras Americanas

Outro tema que está proposto para o debate são is cortes propostos na saúde global. O orçamento para a Iniciativa Presidencial contra a Malária seria reduzido em quase 45%. O financiamento americano para a Aliança Global para Vacinas (Gavi) — que recebe atualmente cerca de US$ 300 milhões anuais — seria zerado. O mesmo ocorreria com a contribuição ao Fundo Global de Combate à AIDS, Tuberculose e Malária, atualmente em US$ 1,7 bilhão por ano.

O NIH, maior agência de pesquisa médica do mundo, teria seu orçamento reduzido em cerca de 40% — US$ 18 bilhões —, e seus 27 institutos e centros seriam consolidados em apenas 8. Institutos que estudam saúde de minorias, medicina alternativa, enfermagem e saúde global seriam extintos. Essa reestruturação ameaça décadas de colaborações internacionais em vigilância de doenças infecciosas emergentes.

6. O Evento da WashU: A Proposta de Um Caminho

É diante desse cenário que o painel da WashU adquire significado especial. O evento "Public Health in Challenging Times: Finding a Way Forward", promovido em 31 de março de 2026, reúne os líderes das principais organizações que representam a amplitude da prática de saúde pública no país.

Nas palavras do reitor da Escola de Saúde Pública da WashU, que modera o painel: "A infraestrutura de saúde pública não é uma abstração; é o sistema que se interpõe entre as comunidades e os danos evitáveis. Num momento em que essa infraestrutura está sob tensão extraordinária, temos a oportunidade de reunir os líderes que representam a amplitude da prática de saúde pública neste país para uma conversa honesta sobre o que está em jogo e como é um caminho sustentável adiante."

A discussão buscará situar os desafios em um contexto político e econômico mais amplo, incluindo a realidade de orçamentos federais, estaduais e locais em encolhimento, enquanto explora estratégias concretas para proteger as funções centrais da saúde pública e reimaginar modelos de financiamento sustentável.

Os temas centrais do debate incluem:

- ✓ Como salvaguardar capacidades essenciais de vigilância epidemiológica e resposta a emergências diante da escassez de recursos;
- ✓ Estratégias para estabilizar e reconstruir a força de trabalho em saúde pública nos níveis federal, estadual e local;
- ✓ Modelos alternativos de financiamento e parcerias público-privadas para garantir continuidade dos programas de prevenção;
- ✓ O papel das associações profissionais e das escolas de saúde pública na preservação do conhecimento institucional e na formação da próxima geração de profissionais;
- ✓ Caminhos para comunicação em saúde baseada em evidências em um ambiente de desinformação crescente.

Referências

1. WashU School of Public Health — Evento 'Public Health in Challenging Times: Finding a Way Forward' (31 mar. 2026)

2. The Source / WashU — 'The future of America's health' (17 mar. 2026)

3. Trust for America's Health — 'Public Health Infrastructure in Crisis' (set. 2025)

4. GW Milken Institute School of Public Health — Impactos econômicos dos cortes no CDC (set. 2025)

5. KPBS — 'A leadership vacuum adds to strains on the CDC' (25 mar. 2026)

6. Federal News Network — 'CDC plans hiring push to fill gaps from last year's widespread layoffs' (mar. 2026)

7. ABC News — Mass layoffs at HHS agencies (abr. 2025)

8. ABC News — 'Red tape and budget constraints: How the White House is undercutting public health' (nov. 2025)

9. NPR / KFF Health News — 'After firings, funding cuts, and a shooting, can a demoralized CDC workforce recover?' (mar. 2026)

10. CDC — Measles Cases and Outbreaks (atualizado 27 mar. 2026)

11. ASTHO — 'Understanding Current U.S. Measles Outbreaks and Elimination Status' (jan. 2026)

12. U.S. News & World Report — 'Tracking the 2026 U.S. Measles Outbreaks' (27 mar. 2026)

13. Fierce Healthcare — 'States win injunction against HHS $11B clawback of COVID-19, public health grants'

14. Infection Control Today — 'The CDC at a Crossroads' (fev. 2026)

15. Science / AAAS — 'Trump's proposed budget details drastic cuts to biomedical research and global health'

Documento elaborado com base em fontes públicas disponíveis até 30 de março de 2026.

Determinantes geopolíticos da saúde: uma chamada à reflexão e à ação[1]

Determinantes geopolíticos de la salud: un llamado a la reflexión y a la acción

Geopolitical determinants of health: a call for reflection and action

Deisy Ventura

Dizer que estamos "enxugando o gelo" é uma forma popular de descrever nossa impotência diante das causas de um problema, que nos condena a somente minimizar os danos dele decorrentes, por maior que seja o nosso esforço. É o caso de quem atua na área da saúde, que convive diariamente, e não raro de forma dramática, com os limites das intervenções ao seu alcance, tanto no plano individual como coletivo. Também como usuários do sistema de saúde somos confrontados aos fatores estruturais que condicionam nossos comportamentos – por exemplo, no mundo de hoje, a recomendação médica de evitar situações de stress soa como uma alusão a um multiverso, principalmente para as pessoas cujo sustento é incerto, sujeito às vicissitudes de cada dia. Essas constatações prosaicas estão entre os muitos modos de explicar o que chamamos de determinantes sociais da saúde, frequentemente referidos também como políticos e econômicos.

Ao definir esses determinantes, a Organização Mundial da Saúde (OMS) afirma que a esperança de vida é enormemente influenciada por fatores como o lugar onde se vive, as comunidades a que se pertence, o nível de escolaridade, a origem étnica, a raça e o gênero, assim como ter ou não uma deficiência, além de muitos outros. **Em relatório recente**, analisando os indicadores dos países com maior e menor expectativa de vida, a organização identificou uma diferença de 33 anos, em média. Ao contrário do que se poderia imaginar, os extremos não correspondem diretamente aos países com maior e menor renda, pois outros fatores condicionam a saúde humana. Tal complexidade vem levando ao uso, por extensão, de expressões como **determinantes ambientais da saúde**, **determinantes comerciais da saúde** e, mais recentemente, determinantes geopolíticos da saúde, a fim de chamar a atenção para a importância de dados geográficos, políticas, eventos, interesses dos Estados e suas relações recíprocas.

Estudos sobre a intersecção entre geopolítica e saúde estão longe de ser novidade. Em 2013, por exemplo, Dominique Kerouedan criou, no célebre Collège de France, uma cátedra intitulada Geopolítica da Saúde Mundial. Em **artigo publicado no Brasil**, que tive a honra de traduzir para a revista *Lua Nova*, esta médica francesa, nascida na Costa do Marfim, ao analisar a cooperação internacional na área da saúde, afirma que estamos mais para uma "saúde parcial" do que global.

[1] Publicado originalmente em: https://jornal.usp.br/?p=987842

Não se deve buscar na expressão determinantes geopolíticos da saúde uma densidade teórica ou conceitual que ela, ao menos até o momento, não possui. Trata-se claramente de uma provocação destinada à comunidade científica, à diplomacia, aos gestores da saúde e ao público interessado, no sentido de explorar os impactos da inquietante atualidade internacional sobre a saúde pública. É preciso reconhecer que o campo das relações internacionais não dá aos temas de saúde coletiva a atenção que eles merecem, e a recíproca é verdadeira. Embora a postura subalterna em relação ao exterior seja perniciosa sob todos os aspectos, também é um erro (por vezes até fatal) ignorar ou minimizar a importância da dimensão internacional da saúde, ou desprezar o lugar que nela ocupamos ou podemos ocupar.

Entre uma infinidade de exemplos, menciono a única emergência de saúde pública de importância internacional atualmente em vigor, que é a da poliomielite. Declarada em maio de 2014, sua continuidade foi confirmada pela OMS em **reunião do respectivo comitê de emergências**, ocorrida em 6 de março último. Como é possível que uma "emergência" dure quase doze anos e não dê sinais de um final próximo? A resposta está nos conflitos armados que, ao destruir ou abalar os sistemas de saúde de diversos países, especialmente os programas de imunização, puseram fim ao sonho de erradicar uma doença cuja persistência é mais uma vergonha para a humanidade. O estudo dos informes deste comitê permite constatar como a guerra, em suas diferentes formas, vêm traçando a propagação desta doença nas regiões de conflito ou fora delas.

Isto significa que, além dos numerosos civis mortos e feridos, que lamentamos a cada dia quando notícias de bombardeios e outros ataques armados chegam ao nosso conhecimento, há muitas outras dimensões do aniquilamento da esperança de vida e da saúde a lamentar. Alguém diria: basta fechar as fronteiras ou fazer exigências rigorosas sobre a saúde de quem viaja. Na prática, restrições formais jamais evitaram que pessoas passassem de um território a outro, eis que as motivações que as levam a mover-se prescindem de um despachante, em muitos casos sendo a simples sobrevivência. O que as restrições encorajam é o ingresso irregular, que depaupera inutilmente quem circula, por vezes famílias inteiras que vão perdendo o que possuem ao longo de deslocamentos. Permitir a entrada regular, prestando assistência a quem chega e acompanhando seu percurso por meio da vigilância em saúde, é a melhor forma de proteger um país. A propósito, o Sistema Único de Saúde é um bastião da segurança nacional ao garantir o acesso à saúde a todas as pessoas que se encontram em nosso território, independentemente de sua nacionalidade.

No entanto, a guerra está longe de ser o único determinante geopolítico da saúde. Um estudo sobre os cortes de recursos para cooperação internacional, recentemente publicado pela revista ***Lancet Global Health***, cuja primeira autora é a brasileira Andrea Ferreira da Silva (Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia e Universidade Regional do Cariri), projetou que as reduções contínuas de financiamento da cooperação internacional podem causar, em um cenário de cortes expressivos, a morte de 22,6 milhões de pessoas de todas as idades até 2030, sendo 5,4 milhões delas crianças menores de cinco anos. Já em um cenário de cortes leves, o excesso de mortes seria de 9,4 milhões de pessoas, sendo 2,5 milhões crianças de menos de cinco anos.

Olhando "de dentro para fora", também constatamos o quanto o nosso setor nacional da saúde é determinado por oscilações do mercado internacional e interesses econômicos estrangeiros, além da importação, por vezes acrítica, das formas de ver o mundo, agendas, prioridades, métodos, técnicas e procedimentos que influenciam as normas e os atores nacionais, nem sempre em prol da proteção da vida e da saúde. Também produzem nefasta

repercussão interna as alianças internacionais conservadoras cujo avanço ameaça a vida e a saúde das mulheres e da população LGBTQIAPN+, além de difundirem perigosamente a xenofobia e a discriminação de cunho étnico e racial.

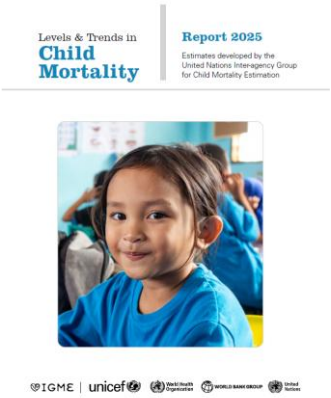
Ao apresentar uma chamada da revista *BMJ* sobre o assunto, destinada a pesquisadores das áreas de relações internacionais e de ciências sociais e humanas aplicadas à saúde, Jocalyn Clark e Gabriel Leung recordam que, embora a saúde venha perdendo espaço na agenda multilateral, eis que o multilateralismo em si está em declínio, a verdade é que o futuro da saúde, do nosso país e de cada um de nós, é cada vez mais determinado pelo que ocorre no mundo.

Assim, nesta chamada da qual tenho a satisfação de ser uma das editoras (ao lado de referências do campo da saúde global como Ebere Okereke, Gavin Yamey, Kelley Lee, Ilona Kickbusch, Ricardo Baptista Leite, Sophie Harman e Tang Kun), o *BMJ* busca artigos que encarem as seguintes perguntas: como as ideologias populistas estão moldando os sistemas, políticas e parcerias globais de saúde? Como novos modelos de financiamento podem reduzir a dependência de ajuda e os efeitos do neocolonialismo, além de incrementar a liderança em saúde dos países de baixa e média renda? Os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) pactuados no âmbito das Nações Unidas estão mortos? Qual seria a agenda pós-ODS? Como a diplomacia pode forjar novas alianças, mais equitativas, na governança da saúde? De que forma os compromissos com a igualdade de gênero e outras formas de equidade podem ser protegidos diante dos movimentos antiglobalização e contra os direitos humanos?

É patente que a dimensão internacional não é intrinsecamente negativa ou positiva, mas um espaço de disputas e de solidariedades. Esperamos que as perspectivas do Sul Global, e em particular da América do Sul e do Brasil, estejam presentes nesta chamada de artigos e por todo lado, ocupando um espaço encurtado tanto pelo imperialismo como pela desesperança.

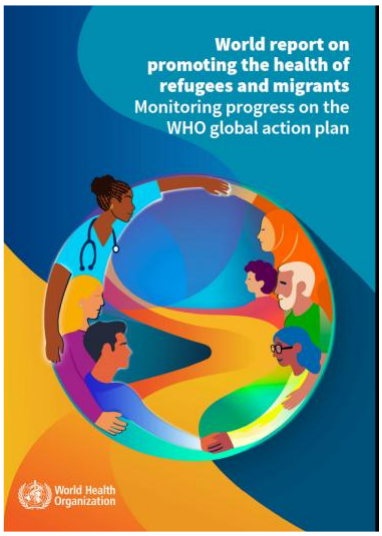
Estante de livros, vídeos e outros que tais

*A seção **Estante** traz breves informações e resumos de livros, revistas, relatórios e vídeos sobre temas de saúde global e diplomacia da saúde. A ideia é permitir que nossos analistas, mas também leitores e colaboradores, compartilhem dicas sobre o que leram, viram ou ouviram e que gostaram. Os comentários não devem ultrapassar 150 palavras. Sua nota deve ser enviada para o e-mail do editor do Caderno* paulo.buss@fiocruz.br

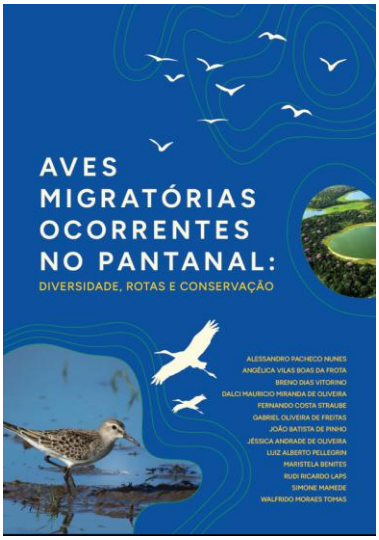


Levels and trends in child mortality – Report 2025. United Nations Inter-Agency Group for Child Mortality Estimation (UN IGME). O informe multiagencial das Nações Unidas estima que 4,9 milhões de crianças morreram antes de completarem cinco anos em 2024, incluindo 2,3 milhões de recém-nascidos (quase metade do total). A maioria dessas mortes é *evitável* com intervenções comprovadamente eficazes e de baixo custo, além do acesso a cuidados de saúde de qualidade. Entre recém-nascidos, as causas principais foram parto prematuro (36%) e complicações do parto (21%). Após o primeiro mês, doenças infecciosas como malária, diarreia e pneumonia foram as principais causas de morte. As mortes infantis permanecem fortemente concentradas na África Subsaariana. Países frágeis e afetados por conflitos continuam a ser os mais afetados. As mudanças no cenário global de financiamento do desenvolvimento estão colocando os programas essenciais de saúde materna, neonatal e infantil sob crescente pressão. Recomendações: (1) tornar a sobrevivência infantil uma prioridade política e de financiamento; (2) concentrar-se naqueles em maior risco, especialmente mães e crianças na África subsaariana e no sul da Ásia, bem como em contextos de conflito e frágeis; (3) investir em sistemas de atenção primária à saúde para prevenir, diagnosticar e tratar as principais causas de morte em crianças, inclusive por meio de agentes comunitários de saúde e assistência qualificada ao parto. Acesso: Levels and trends in child mortality – UNICEF DATA (Por: Paulo M. Buss)

CEPAL (2026). Mobilização de recursos para o financiamento do desenvolvimento. Resumo executivo. Os países da ALC enfrentam a necessidade urgente de acelerar a mobilização de recursos para o desenvolvimento a fim de evitar uma nova década perdida, num contexto internacional complexo e pouco favorável. Este informe sintetiza as principais mensagens que a CEPAL levou à *Quarta Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento*, realizada em Sevilha (Espanha) em 2025. O Estudo analisa *três dimensões fundamentais para a mobilização de recursos*: os desafios fiscais e estruturais que limitam a mobilização de recursos internos; a crescente lacuna de financiamento para a transformação produtiva, que exige uma reforma da arquitetura financeira internacional e a promoção da atração de recursos privados; e o papel estratégico dos bancos de desenvolvimento na canalização de financiamento para setores-chave. Ou seja, para alcançar o desenvolvimento sustentável, é preciso ter uma política fiscal transformadora, um maior investimento privado e uma cooperação internacional renovada, junto com instituições sólidas e ágeis – transformações indispensáveis nos modelos de desenvolvimento da região**.** Acesso: Estudo econômico da América Latina e Caribe 2025. Resumo executivo (Por: Paulo M. Buss)



Relatório Mundial sobre a Promoção da Saúde de Refugiados e Migrantes: Monitoramento do Progresso do Plano de Ação Global da OMS. O Relatório fornece a primeira base global para avaliar a implementação do Plano de Ação Global da OMS para a Promoção da Saúde de Refugiados e Migrantes (GAP) 2019-2030. Com base no Relatório Mundial de 2022 sobre a Saúde de Refugiados e Migrantes, o relatório examina como os países estão integrando a saúde de refugiados e migrantes em agendas mais amplas de saúde pública, governança migratória, desenvolvimento e cobertura universal de saúde (CUS). Estruturado em torno das seis áreas prioritárias do GAP, o relatório consolida evidências globais, análises de políticas e estudos de caso de países de todas as seis regiões da OMS. Apresenta as conclusões da primeira Pesquisa Global sobre Saúde e Migração, concluída por 93 Estados-Membros da OMS no início de 2025, fornecendo o primeiro panorama abrangente da implementação do GAP e destacando onde a ação é mais urgente. O relatório apela por uma liderança mais forte, investimento sustentado e coordenação aprimorada para promover a saúde de refugiados e migrantes. Recomenda-se o desenvolvimento de roteiros nacionais para a implementação de Planos de Ação para a Igualdade de Oportunidades (GAP), o fortalecimento dos sistemas de dados e monitoramento, a expansão das parcerias intersetoriais e uma maior inclusão de refugiados e migrantes nos processos de tomada de decisão. Essas ações são essenciais para alcançar a equidade em saúde, a resiliência do sistema e a segurança sanitária global para todos. Acesso: https://www.who.int/publications/i/item/9789240117747 (Por: Paulo M. Buss)



Aves migratórias ocorrentes no Pantanal: Diversidades, rotas e conservação. Alessandro Pacheco Nunes e coautores. Campo Grande: Secretaria Meio Ambiente, 274 pp., 2026. A dinâmica pantaneira é fascinante. É palco de enorme biodiversidade e pouso para a chegada e partida de aves migratórias, uma das estratégias de vida mais surpreendentes da evolução das espécies. É notável a riqueza de espécies, abrigada na maior bacia inundável no centro da América do Sul, alvo de anos de observações e tratamento de dados realizados por 12 autores que revelam com excelência a ocorrência de 192 espécies em 135 sítios do Pantanal, nos dois estados que o compreendem. Não se trata apenas de uma lista de espécies e pontos no mapa, mas da ampla cobertura territorial e qualidade das informações e imagens no contexto ecológico em que vivem. (...) Todo conhecimento científico se faz necessário para subsidiar discussões, acordos e cooperação entre países para a conservação das espécies migratórias, seus habitats e corredores de migração em toda sua área de distribuição. A atualidade dos dados apresentados traz conhecimento fundamental para a avaliação da saúde ambiental dos locais por onde passam e pousam e refletem a saúde, saberes e culturas dos povos pantaneiros. São espécies sentinelas e sensíveis ao fogo, as alterações do pulso das águas, a contaminação ambiental e a transformações do uso da terra e obras de infraestrutura que as ameaçam e precisam ser protegidas por ações concretas, tomada de decisão e políticas públicas. Por seus incríveis deslocamentos, projetam pesquisas sobre os recentes desafios mundiais de rastreá-las

como agentes da dispersão de patógenos de importância para a saúde humana, a economia e a conservação, no entendimento mais amplo dos objetivos da Saúde Única. Assim, além da inconteste importância científica, a leitura deste livro estimula a curiosidade, a paixão e o encontro da sua espécie predileta que merece ser vista ao vivo, no Pantanal. (Resumo da apresentação do livro, por Marcia Chame).

Indicadores Básicos para a Saúde no Brasil: conceitos e aplicações. Ministério da Saúde, 3ª edição, 940 pp., 2026. A produção e o uso qualificado de indicadores em saúde são condições essenciais para planejar, monitorar e avaliar políticas públicas, identificar desigualdades e orientar respostas oportunas do SUS. Em um país com a diversidade e a complexidade do Brasil, fortalecer a capacidade de transformar dados em informação útil – e informação em decisão – é parte do compromisso com a gestão pública, a transparência e a garantia de direitos. É nesse contexto que se insere o livro, concebido como um guia prático e técnico para apoiar gestores, profissionais, pesquisadores e estudantes na compreensão, na seleção e na utilização de indicadores e fontes de informação em saúde. A publicação dialoga com uma necessidade concreta do cotidiano: reduzir ambiguidades, padronizar conceitos, explicitar métodos e tornar mais clara a trajetória que vai da fonte de dados ao indicador, do indicador a análise, e da análise a ação. A *Rede Interagencial de Informações para a Saúde (Ripsa)* é uma iniciativa colaborativa voltada a geração, análise e disseminação de informações aplicadas a políticas, programas e ações de saúde pública, reunindo instituições governamentais e não-governamentais que atuam de forma consensual na produção e divulgação de *dados e indicadores sobre as condições de saúde e seus determinantes.* Esta 3ª. edição atualiza propósitos, incorpora aprendizados e responde a demandas contemporâneas, como a necessidade de sistemas mais ágeis, interoperáveis e orientados a ciência aberta, em um cenário de transformação tecnológica e de crescente exigência social por acesso qualificado a informação. Foi organizada para oferecer um percurso de leitura e consulta que ajude o usuário a: (i) entender o papel e a governança da Ripsa; (ii) reconhecer seus instrumentos operacionais e produtos; (iii) localizar a matriz de indicadores; (iv) utilizar fichas de qualificação e fontes; e (v) compreender como acessar e extrair dados em ambientes digitais. Ao reunir esses elementos em um único volume, o *Livro Verde* busca facilitar a navegação entre conceitos, códigos, fontes e procedimentos, contribuindo para análises mais consistentes e comparáveis. Um dos avanços estruturantes desta edição é a renumeração e a padronização dos códigos dos indicadores, resposta a um desafio acumulado ao longo de edições anteriores: a expansão e a reorganização do conjunto de indicadores, ainda que necessárias, acabaram por produzir códigos menos intuitivos e menos coesos. Nesses anos recentes, novos indicadores foram propostos para dialogar com desafios atuais do país e com compromissos nacionais e globais, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e agendas de enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis, entre outras prioridades. Ao mesmo tempo, reforça-se uma premissa fundamental: indicadores não são fins em si mesmos. Eles ganham sentido quando usados com rigor técnico, leitura crítica, transparência metodológica e responsabilidade pública – e quando ajudam a iluminar problemas e orientar soluções. (Texto produzido a partir da apresentação de *Ana Estela Haddad,* Secretaria de Informação e Saúde Digital, Ministério da Saúde). Acesso: https://www.ripsa.org.br/wp-content/uploads/2026/03/livro_verde_23_03_2026_web.pdf

EDITORES E AUTORES DOS CADERNOS

Paulo Marchiori Buss – Médico, doutor em ciências. Professor emérito da Fiocruz, diretor do Centro Colaborador da OPAS/OMS sobre Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul na Fiocruz, membro titular da Academia Nacional de Medicina

Erica Kastrup – Doutora em História das Ciências e da Saúde pela COC/Fiocruz, além de bacharel em Relações Internacionais e mestre em Saúde Global e Diplomacia da Saúde pela ENSP/Fiocruz. Responsável pela Cooperação Sul-Sul/África na VPSGRI/Fiocruz.

Fabiane Gaspar – Bacharel em Direito, Tecnóloga em Comércio Exterior; Mestre em Direito Internacional. Assessora Internacional na VPSGRI/Fiocruz.

Alexandra Rodrigues Sanches – Mestranda em Economia Política Mundial pela UFABC. Graduação em Relações Internacionais pela UNISO. Pesquisadora do Grupo de Trabalho Brasil-China da OPEB/UFABC.

Anabela Santiago – Doutora em Políticas Públicas e mestre em Estudos Chineses pela Universidade de Aveiro (Portugal). Investigadora do Centro de Estudos Internacionais do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa. Membro da PICTIS, parceria entre a Fiocruz e a Universidade de Aveiro.

Ana Carol Aldapi Vaquera – Doutoranda em Ciências Políticas (UFSCar); bolsista CAPES em intercâmbio pelo PDSE na Universidad de Salamanca, Espanha; mestre em Ciência Política e Relações Internacionais (UFPB) com graduação em Ciência Política (UCB, Bolívia/UFPB).

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire – Mestre em Relações Internacionais e especialista em Popularização e Divulgação da Ciência. Analista de Gestão em Saúde na VPSGRI/Fiocruz.

André Lobato – Doutor em Políticas Públicas Estratégias e Desenvolvimento (UFRJ, Chinese Academy of Sciences). Mestre em Mídia e Globalização (London School of Economics, Fudan University). Especialização em Gestão Ambiental (COPPE/UFRJ).

Armando De Negri Filho – Médico, doutor em Medicina Preventiva, mestre em Epidemiologia, pesquisador visitante sênior da VPSGRI/Fiocruz.

Augusto Paulo José da Silva – Biólogo, mestre em biologia pela Moldova State University. Responsável pelo Escritório da Fiocruz para África da VPSGRI, cooperação com África e CPLP, no PECS/CPLP, 2023-2027. Foi Vice-Ministro da Saúde da Guiné-Bissau.

Bárbara Nogueira – Estudante de Relações Internacionais na UERJ, estagiária da VPSGRI/Fiocruz.

Bernardo Bahia Cesáreo – Pesquisador sênior, CEE Fundação Oswaldo Cruz

Bruno Neves – Mestrando em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). Pesquisador do Núcleo Economia Política das Relações Sul-Sul (BRICS Policy Center/PUC-Rio).

Claudia Chamas – Pesquisadora do CDTS/Fiocruz, professora do PPED/Instituto de Economia da UFRJ. Doutora em Engenharia de Produção, com graduação em Engenharia Química (UFRJ). Assessorou o MS em propriedade intelectual e acesso e copresidiu grupos de trabalho na OMS.

Claudia Hoirisch – Engenheira química (UFRJ), mestre em Administração com foco em Políticas de Saúde (FGV). Pesquisadora da VPSGRI/Fiocruz. Coordenadora da Rede de Pesquisa em Saúde Pública e Sistemas de Saúde do BRICS.

Cristiane Pereira – Doutoranda e mestre em Relações Internacionais pela Universidade de São Paulo. Pesquisadora do Centro de Pesquisas em Direito Sanitário da USP (CEPEDISA).

Danielly P. Magalhães – Doutora em Química Ambiental, mestre em Saúde Pública, especialista em Saúde Global e Diplomacia em Saúde. Diretora sênior de projetos no Consórcio Global de Educação em Clima e Saúde da Universidade de Columbia, NY; pesquisadora da Estratégia Fiocruz para a Agenda 2030.

Deisy de Freitas Lima Ventura – Doutora em Direito Internacional e mestre em Direito Europeu pela Universidade Paris 1 Panthéon-Sorbonne. Professora titular da FSP/USP, vice-coordenadora da Pós-Graduação em Saúde Global e Sustentabilidade; professora da Pós-graduação em Relações Internacionais da USP.

Denise Oliveira e Silva – Doutora em saúde pública, Pós Doutora em Antropologia, Pesquisadora em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

Diana Reyna Zeballos Rivas – Médica, doutora em Saúde Pública na área de Epidemiologia (UFBA), mestre em Medicina e Saúde (UFBA). Realizou pós-doutorado no ISC-UFBA e atualmente é bolsista de pós-doutorado júnior do CNPq na Fiocruz Bahia.

Eduardo Nilson – Biólogo, doutor em Saúde Global; pesquisador e docente em saúde pública na Fiocruz Brasília e pesquisador associado do Nupens/USP. Foi coordenador adjunto de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde do Brasil por 15 anos.

Erica Kastrup – Doutora em História das Ciências e da Saúde pela COC/Fiocruz, além de bacharel em Relações Internacionais e mestre em Saúde Global e Diplomacia da Saúde pela ENSP/Fiocruz. Responsável pela Cooperação Sul-Sul/África na VPSGRI/Fiocruz.

Fabiane Gaspar – Bacharel em Direito, Tecnóloga em Comércio Exterior; Mestre em Direito Internacional. Assessora Internacional na VPSGRI/Fiocruz.

Felix Júlio Rosenberg – Médico veterinário, mestre em ciências médicas. Diretor do Fórum Itaboraí, Fiocruz. Secretário Executivo da RINSP/CPLP, coordenador da Rede Latino-Americana e do Caribe de Institutos Nacionais de Saúde Pública, IANPHI

Federico Peres – Biólogo, mestre e doutor em Saúde Pública, com pós-doutorado em Saúde Ocupacional e Ambiental pela Icahn School of Medicine at Mount Sinai, onde atua como *fellow researcher*. Pesquisador Sênior do Cesteh/Ensp/Fiocruz e professor associado visitante da ENSP/Universidade NOVA de Lisboa

Giacomo Giannelli – Graduando em Saúde Pública na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

Giovana Guiciard – Mestranda em Política Internacional na Shanghai International Studies University; Graduação em Relações Internacionais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, bolsista PIBIC em Política Externa Brasileira e Direitos Humanos da ONU.

Gisele Sanglard – Pesquisadora em saúde pública da Fiocruz, atualmente chefe do Departamento de História das Ciências e da Saúde da COC. Possui doutorado em História das Ciências da Saúde (COC/Fiocruz) e mestrado em História Social da Cultura (PUC-Rio).

Giulia Mariano Machado – Graduanda em Saúde Pública na FSP USP e aluna de iniciação científica em Saúde Ambiental

Heliton Barros – Pesquisador do Museu da Vida, Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz

Isis Pillar Cazumbá da Cruz – MBA em Gestão de Projetos e bacharelado em Relações Internacionais pela Universidade Estácio de Sá. Assistente de Pesquisa e Colaboradora dos Cadernos da VPSGRI/Fiocruz.

Jesús Enrique Patiño Escarcina – Médico, doutorando em Saúde Pública no Instituto de Saúde Coletiva da UFBA, mestre em Medicina e Saúde pela UFBA, Pós-graduação em Gerenciamento de Serviços de Saúde e Gestão da Qualidade em Saúde pela Universidad Nacional de San Agustín.

João Miguel Estephanio – Doutorando em Relações Internacionais (UnB), mestre em Políticas Publicas em Saúde (EGF-Brasília), bacharel em Relações Internacionais (UFRJ) e técnico em Biotecnologia (Cefet). Assessor da presidência da Fiocruz para assuntos internacionais.

Juan Garay – Co-chair Health, Ecology, Equity, and the Sustainable Health Equity Movement (SHEM); Professor/Researcher of Health Equity, Ethics and Metrics (Spain, Mexico, Cuba, Brazil); Founder of Valyter Ecovillage (valyter.es)

Júlia Moraes e Silva – Graduada em Saúde Pública pela Faculdade de Saúde Pública da USP (FSP-USP) e Mestranda em Saúde Pública na FSP-USP

Laura Tavares – Enfermeira com Habilitação em Saúde Pública pela UERJ. Doutora em Economia pela UNICAMP (Área de Concentração em Política Social). Especialista em Saúde Pública pela ENSP/FOCRUZ e em Planejamento de Saúde pelo IMS/UERJ. Professora aposentada da UFRJ.

Laurenice Pires – Assistente Social, doutora em Saúde Pública (ENSP/Fiocruz), mestre em Serviço Social (PUC-Rio), especialista em Gestão da Atenção à Saúde (Fundação Dom Cabral). Coordenadora adjunta da especialização em Direitos Humanos, Relações Étnico-raciais e Saúde na ENSP/Fiocruz.

Livia Ferreira – Estudante de Relações Internacionais na UERJ; estagiária da VPSGRI/Fiocruz.

Luana Bermudez – Doutora em Saúde Pública (ENSP/Fiocruz), mestre em Saúde Pública e especialista em Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Atua na agenda internacional da VPPIS e da Presidência da Fiocruz.

Lúcia Marques – Jornalista, especialista em Saúde Global e Diplomacia da Saúde e mestre em Saúde Pública. Analista de Gestão em Saúde Pública, coordenadora conjunta do Programa Fioantar, assessora para Antártica e Oceanos e para Ásia Pacífico e Oriente Médio da VPSGRI.

Luís Eugenio Portela Fernandes de Souza – Sanitarista, doutor em Saúde Pública, professor do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Luiz Augusto Galvão – Mestre em saúde pública, doutor em saúde coletiva. Professor adjunto na Escola de Saúde Pública de Loma Linda, EUA, e pesquisador sênior da VPSGRI/Fiocruz.

Manuel Mahoche – Doutorando em Epidemiologia (FSP/USP), mestre em Saúde Pública (UFRGS), especialista em Saúde Global e Diplomacia da Saúde (FIOCRUZ) e em Economia e Gestão em Saúde (USP).

Marciglei Brito Morais – Doutoranda em Saúde Pública pela UFBA e mestra em Educação (UESB/BA). Enfermeira e docente no ensino superior na área da saúde. Integra o grupo de pesquisa Economia, Tecnologia e Inovação em Saúde (PECS/UFBA)

Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes – Pediatra, Doutora em Ciências, Pesquisadora e Docente da Pós-Graduação em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Ações Nacionais e de Cooperação, IFF/Fiocruz

Maria Teresa Rossetti Massari – Enfermeira, doutora em Saúde Coletiva, mestre em Saúde da Mulher e da Criança, especialista em Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Pesquisadora e docente da Pós-Graduação em Saúde da Mulher e da Criança, atua na Coordenação de Ações Nacionais e de Cooperação do IFF/Fiocruz.

Marina Sujkowski Lima – Mestranda em Saúde Pública pela FSP-USP e graduada em Relações Internacionais pelo IRI-USP

Mateus Brito – Doutorando e Mestre em Saúde Coletiva (ISC/UFBA), *alumni* do Certificado em Estudos Afro-Latino-Americanos (ALARI/Harvard University), especialista pela Residência em Saúde da População do Campo (UPE), Bacharel em Fisioterapia (UNISBA)

Matheus dos Santos da Silveira – Doutorando em Relações Internacionais (PUC-Rio), bacharel (UNAMA) e mestre (UNILA) em Relações Internacionais. Editor da Revista Debates Indígenas.

Nina Bouqvar – Mestre em Análise e Gestão de Políticas Internacionais (PUC-Rio) e bacharel em Ciência Política (UNIRIO). Coordenadora de projetos do Youth Voice Brasil, embaixadora da Politize! e assistente de pesquisa na Fiocruz.

Patrícia Lewis Carpio – Doutoranda em Saúde Coletiva (ISC-UFBA), Mestre em ciências pela USP, Graduada em Psicologia no Peru, pesquisadora do Observatório Saúde e Migração (OSM) e integrante da FENAMI.

Paula Reges – Médica infectologista e pesquisadora, INI/Fiocruz; mestre e doutoranda em Pesquisa Clínica em Doenças Infeciosas pela Fiocruz. Assessora para Assuntos Internacionais da Presidência da Fiocruz, com foco em políticas de saúde global e diplomacia em saúde.

Paulo Esteves – Doutor em Ciência Política, Professor Associado do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio

Paulo Marchiori Buss – Médico, doutor em ciências. Professor emérito da Fiocruz, diretor do Centro Colaborador da OPAS/OMS sobre Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul na Fiocruz, membro titular da Academia Nacional de Medicina.

Pedro Burger – Doutorando em Saúde Pública (ENSP), mestre em Economia Política Internacional (UFRJ), especialista em Saúde Pública e em Gestão de Organizações de CT em Saúde (ENSP) e licenciado em História (UFBA). Coordenador de Cooperação Internacional na VPSGRI/Fiocruz.

Pedro Diaz – Doutor em Ciência da Informação PPGCI/USP; pesquisador em História da Ciência no MAST-RJ, Grupo de Pesquisas Patrimônio e Memória Digital do Grupo de Estudos Preservação Digital da Rede Cariniana.

Priscilla Paiva Gê Vilella dos Santos – Psicóloga, sanitarista, mestre em Saúde Pública (ENSP/Fiocruz) e doutoranda em Saúde Coletiva no IFF/Fiocruz. Analista de gestão e atenção em saúde na Coordenação de Ações Nacionais e de Cooperação do IFF/Fiocruz.

Rafael Aguilar Zamudio – Estudante da especialização em Estudos Chineses na Universidad Nacional de la Plata. Especialização em Gestão Ambiental na Universidad Autónoma de Baja California e graduação em Biotecnologia Genômica na Universidad Autónoma de Nuevo León.

Rafael Gomes França – Doutorando da Faculdade de Saúde Pública da USP; mestre em Gestão e Saúde Coletiva (Unicamp) e bacharel em Relações Internacionais (UnB).

Rafaela Venturella De Negri – Mestra em Desenvolvimento e Segurança pela Universidade Jaguelônica, graduada em Jornalismo e especialista em Relações Internacionais pela UFGRS. coordenação do Fórum Social Mundial da Saúde e da Seguridade Social na ALC.

Regina Ungerer – Médica pediatra, doutora em ciências pela USP, pesquisadora sênior da VPSGRI/Fiocruz, coordenadora adjunta do Curso de Atualidades em Saúde Global e Diplomacia da Saúde/Fiocruz e do Centro Colaborador da OMS para a Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul.

Renan Amaral Oliveira – Doutorando em Saúde Global e Sustentabilidade (FSP/USP) e mestre em Relações Internacionais (UFBA), possui bacharelado interdisciplinar em Ciências e Humanidades e em Relações Internacionais (UFABC).

Rychard de Lima Monteiro – Bacharel em enfermagem, especialista em relações internacionais.

Sâmia de Brito – Mestre e bacharel em Relações Internacionais, possui MBA em gerenciamento de projetos. Coordenadora adjunta do Núcleo de Apoio à Internacionalização do Instituto Renê Rachou/Fiocruz Minas

Santiago Alcázar – Diplomata de carreira aposentado. Pesquisador honorário, VPSGRI/Fiocruz.

Sebastián Tobar – Sociólogo, doutor em Saúde Pública, pesquisador sênior da VPSGRI/Fiocruz, assessor sênior da Aliança Latino-Americana de Saúde Global – ALASAG.

Tatiana Cerqueira Machado Medrado – Doutoranda em Saúde Coletiva e mestre em Saúde Coletiva (ISC/UFBA). Graduada em Ciências Biológicas e Medicina Veterinária, especialista em Análise de Dados e Monitoramento das Ações de Saúde e Gestão Estratégica do SUS (UFBA).

Thaiany Medeiros Cury – Mestre em Análise e Gestão de Políticas Internacionais (IRI/PUC-Rio), especialização em Saúde Pública em andamento (ENSP/Fiocruz) e bacharel em Relações Internacionais (UFRJ).

Tomé Cá – Estatístico-epidemiologista, mestre em ciências econômicas e em saúde pública, membro da Organização Oeste Africana de Saúde (OOAS/CEDEAO)

Vitor Rodrigues – Graduado em Relações Internacionais, assistente de pesquisa da Casa de Oswaldo Cruz

Vitória Kavanami – Doutoranda em Relações Internacionais pela PUC-Rio e Visiting Fellow do IHEID, em Genebra; Mestre em Análise e Gestão de Políticas Internacionais pela PUC-Rio, formada em Relações Internacionais (UFU-MG).

Valéry Martinez Jean – Farmacêutico, mestre em Ciência e Tecnologia Farmacêutica (UFRJ), com especialização em Sustentabilidade (UFRJ). Atua como pesquisador bolsista no INCQS/Fiocruz, sendo representante suplente na CTCI.

PRODUTOS DO OBSERVATÓRIO DE SAÚDE GLOBAL E DIPLOMACIA DA SAÚDE

Cadernos Fiocruz sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde abril de 2020, o CRIS vem produzindo **Cadernos sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**, um dos produtos do Observatório CRIS de Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Entre 2020 e 2025 foram produzidos **129** Informes quinzenais. Para 2026 está programada a edição de 23 fascículos quinzenais. Os interessados na coleção podem acessar ou fazer download de artigos ou edições completas em:

https://fiocruz.br/cadernos-cris-fiocruz-informes-sobre-saude-global-e-diplomacia-da-saude

Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde setembro de 2020, o CRIS vem realizando os **Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde,** sobre temas de alta relevância para este campo conceitual e de práticas da saúde pública e das relações internacionais. Os Seminários são um dos produtos do Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Entre 2020 e 2025 foram realizados 140 Seminários e, em 2026, estão programados 23 Seminários. Os Seminários são acessíveis para audiência e download em:

https://www.youtube.com/playlist?list=PLz0vw2G9i8v-mMVaQPrzpQUQhqa-0obSN

Próximos Seminários

Dia 8 de abril – *Movimentos sociais e saúde*

Dia 22 de abril – *Agenda 2030 na América Latina e Caribe*

Os seminários são transmitidos ao vivo na página da Fiocruz no Youtube:

https://www.youtube.com/channel/UC5z5hsnZOZJH8vFacP-9poQ

FICHA CATALOGRÁFICA

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
Vice-Presidência de Saúde Global e Relações Internacionais
Centro Colaborador OMS/OPAS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul

Cadernos FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde
Número: 04/2026
Período de 18 a 31 de março de 2026

Organizadores: PAULO MARCHIORI BUSS, ERICA KASTRUP e FABIANE GASPAR

Fundação Oswaldo Cruz; Vice-Presidência de Saúde Global e Relações Internacionais; Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde; Centro Colaborador da OMS/OPAS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul. Rio de Janeiro, 2 de abril de 2026
302 pp; il.
Bibliografia: Inclui Bibliografias.

1. SAÚDE GLOBAL. 2. DIPLOMACIA DA SAÚDE. 3. RELAÇÕES INTERNACIONAIS. I. Título.

Nota: Os artigos dos *Cadernos FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde* são de responsabilidade de seus autores e as opiniões expressas nos mesmos não necessariamente coincidem com as opiniões dos organizadores ou da Presidência da Fiocruz.